

Universidade Federal de Juiz de Fora  
Instituto de Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História

Cascudos e chimangos:  
Imprensa e Política em São João del-Rei  
(1876-1884)

Juiz de Fora  
2008

Universidade Federal de Juiz de Fora  
Instituto de Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História

Cascudos e chimangos:  
Imprensa e Política em São João del-Rei  
(1876-1884)

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, na linha Imagens e Sociabilidades, por Alex Lombello Amaral.

Orientadora: Silvana Mota Barbosa. 2008.

Juiz de Fora  
2008

## Agradecimentos

À Capes, que financiou essa pesquisa.

À minha orientadora, Silvana Mota Barbosa e aos professores que tive no programa de mestrado em história da UFJF, Alexandre Mansur Barata, Carla e Cláudia Regina Andrade.

Aos professores da UFSJ que ajudaram nesse trabalho, Danilo Ferretti e Wlamir Silva.

À professora da Faculdade de Letras da UFMG Mônica Vitorino, sem a qual seria impossível para mim traduzir o verso da II sátira de Juvenal que era cabeçalho do *Cinco de Janeiro*.

À minha família e amigos, que aturaram dois anos e meio em que estive mergulhado em jornais do final do século XIX.

Aos amigos de mestrado, república e da cantina do ICH, sempre tão prestativos.

Aos funcionários todas das instituições sem as quais os historiadores não podem mais trabalhar, como a Biblioteca Municipal Baptista Caetano d'Almeida, o Iphan, a Biblioteca da UFSJ e a Biblioteca Municipal de Juiz de Fora.

Aos leitores que vão me desculpar não ter tido tempo de fazer uma revisão de texto.

Ao professor Wlamir Silva, com quem, entre 2001 e 2003, tomei gosto pela história política e pela pesquisa de periódicos.

## Sumário

1	<b>Introdução</b>
6	<b>Capítulo 1: As duas montanhas de papel</b>
9	1. O fim da primeira montanha
14	2. Vale de Amenidades
19	3. Segunda montanha de folhas
37	<b>Capítulo 2: O “partido conservador” de São João del-Rei pela sua própria</b>
folha	
48	1. O associativismo “cascudo”
50	2. O partido da Lei de 28 de Setembro de 1871
55	3. O partido dos portugueses
58	4. Conclusão
60	<b>Capítulo 3: “Chimangos” no dicionário “cascudo”</b>
62	1. Uma história “cascuda” dos “chimangos”
69	2. Um presente vergonhoso
71	3. O partido dos negros
77	4. Inimigos da Igreja Romana e instrumentos da maçonaria
80	5. Inimigos da liberdade de imprensa
81	6. Obscurantistas
82	7. Um partido partido
86	8. Chefes nacionais desqualificados
92	9. A partidarização dos assuntos policiais
96	10. Os “liberais” contra os “liberais”
99	<b>Capítulo 4: Mosaico “liberal”</b>

99	1. O “partido liberal” e fragmentos de sua história por suas próprias folhas
105	2. Sobre a escravidão
109	3. Sobre a monarquia e a república
118	4. Os “cascudos” na gramática do poder “chimanga”
122	5. Um pouco de anti-lusitanismo
123	6. Sobre a Misericórdia
126	7. Sobre as outras irmandades e orquestras
130	8. Sociabilidades heréticas, pagãs e foras-da-lei.
136	9. Anúncios
138	10. Unidade e divisão na Gazeta Mineira

148        **Capítulo 5: A reforma eleitoral de 1881**

148	1. Sobre a lei eleitoral de 1860
149	2. A lei eleitoral de 1875
153	3. As eleições gerais às vésperas da reforma eleitoral de 1881
159	4. O debate sobre as eleições diretas no 6º distrito
164	5. A queda de Sinimbú
166	6. A tática de Saraiva
171	7. O alistamento eleitoral a partir de 1881
173	8. O 6º distrito
174	9. As eleições de Saraiva
179	10. A divisão dos “liberais” nas eleições provinciais
186	11. A ausência do debate sobre os agregados
187	12. As eleições posteriores de 1881
195	13. Conclusões sobre a reforma de 1881

196        **Capítulo 6: A crise política de 1884**

200	1. A imposição da “questão do elemento servil”
203	2. A proposta do Ministério Dantas
208	3. Manumissões, fugas e medo
210	4. A reunião do Club Abolicionista
215	5. A divisão do círculo “liberal” no 6º distrito
220	6. Desentendimentos do círculo “conservador”

224	7. A derrota do projeto Dantas
226	8. O abolicionismo em São João del-Rei
231	9. Dois círculos abolicionistas
232	10. A dupla derrota de Pedro II

235      **Conclusão**

245      **Bibliografia**

252      **Fontes**

255      **Anexo 1: Redatores / Donos de tipografias**

255      Baptista Caetano d'Almeida

261      Pe. José Antônio Marinho

266      José Antonio Rodrigues

271      Joaquim Ernesto Coelho

274      Francisco de Paula Pinheiro

283      Severiano Nunes Cardozo de Resende

298      Jorge Rodrigues e José Braga

## **Gráficos**

5      **Gráfico 1:** A imprensa de São João del-Rei entre 1827 e 1889

147      **Gráfico 2:** Os distritos eleitorais de Minas Gerais entre 1881 e 1889

## Resumo

Esse é um estudo detalhado da história social e política do Império, entre 1876 e 1884, usando como fontes as folhas periódicas publicadas nesse período em São João del-Rei, Minas Gerais. Inicia-se com a história dos periódicos, aprofunda-se nas características dos partidos, círculos e de alguns personagens, para finalmente permitir uma compreensão da reforma eleitoral de 1881 e da crise política de 1884. Esse trabalho enriqueceu os conhecimentos sobre o movimento republicano, contestou a inexistência de abolicionismo em Minas Gerais e demonstrou a importância dos mecanismos institucionais, com destaque para as eleições, nas lutas políticas.

## Abstract

This is a detailed study of social history and politics of the Empire, between 1876 and 1884, using sources such as the newspapers published during this period in São João del-Rei, Minas Gerais. Starts with the history of periodic, deepens on the characteristics of parties, circles and some characters, to finally allow an understanding of electoral reform in 1881 and the political crisis of 1884. This work enriched the knowledge of the republican movement, denied the absence of abolitionism in Minas Gerais and demonstrated the importance of institutional mechanisms, such as elections, in political struggles.



## Introdução

*“Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver no Universo...  
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer”*

Fernando Pessoa

A imprensa que estudamos tratava da aldeia, mas muito mais do Império, e não era só emissora de informações, mas em medida proporcional uma receptora. Portanto, não podemos dizer que pesquisamos a história de São João del-Rei, pois devido às nossas principais fontes não respeitamos as fronteiras dessa cidade. Estudamos sim a história política, com os limites imprecisos dos periódicos oitocentistas publicados em São João del-Rei. Um estudo detalhado desses periódicos é um estudo dos círculos políticos que os publicavam, de suas culturas políticas, das sociabilidades em que se envolviam, das lutas em que participavam e de suas transformações internas. Guardadas as devidas proporções, esses círculos nos lembram os encontrados por Agulhon na França, que se reuniam *“periodicamente para ler os periódicos”*. Também no Brasil, os círculos *“eram as autênticas células de base dos partidos políticos, em uma época em que – não há que duvidar – os partidos propriamente ditos não existiam como organização ou não tinham senão uma organização embrionária.”*<sup>1</sup> Não se trata de círculos que somente liam jornais que assinavam, mas que recebiam, por permuta<sup>2</sup>, folhas de todo o país e do exterior, na leitura das quais se informavam sobre a situação do Império e do mundo.

Tratamos dos periódicos enquanto centros e espaços de sociabilidades, vivos quase. Maurice Agulhon demonstrou suficientemente a importância dos estudos das sociabilidades, tanto em seu número, em suas profundas ligações com a luta política, quanto em seus formatos internos e suas mutações para o entendimento da história francesa. Da imprensa podemos dizer o mesmo que Ridolfi disse sobre as associações, que são um *“privilegiati canale di accoglienza e di circolazione del'discorso politico'che essa alimenta*

---

<sup>1</sup> AGULHON, Maurice. *Historia Vagabunda*. México: Instituto Mora. 1994. Pág. 24-34.

<sup>2</sup> *“Permuta”* era o termo usado pelas folhas para definirem o hábito *“civilizado”* de enviar exemplares gratuitamente para dezenas ou centenas de outras tipografias e receber em troca exemplares dos periódicos nessas publicados.

*incessantemente.*<sup>3</sup>”

Devido a esse mesmo raciocínio, a imprensa não é a única forma de sociabilidade que estudamos, pois a partir dela chegamos às associações, aos partidos e às formas tradicionais de sociabilidade informal, como manifestações cívicas diversas. Sobretudo entre partidos e periódicos as relações eram umbilicais, impossibilitando-nos de abordar um assunto sem tratar do outro, pois mesmo as folhas que não eram ligadas a partidos ressentiam-se abertamente de uma imprensa partidarizada, e os círculos partidários sem folhas nos deixaram pouquíssimas fontes.

Também pesquisamos as culturas políticas de que as folhas eram vetores e a gramática do poder em que estavam mergulhadas<sup>4</sup>. Note-se que tratamos no plural das culturas políticas, o que se relaciona muito bem com nossa fonte principal, “*a imprensa, sobretudo a periódica*”, que “*é um importante meio de construção de culturas políticas específicas, ou seja, empiricamente verificáveis e de interesse historiográfico*”<sup>5</sup>. Por outro lado, usamos gramática do poder no singular, pois além de culturas políticas específicas, diferentes e adversárias, todos os que fazem parte da vida política em uma determinada época e local precisam conhecer um mesmo repertório político e intelectual, coisas comuns aos adversários mais renhidos, uma cultura política que permeia as diferentes culturas políticas, a língua comum em que debatem, uma gramática do poder, “*uma espécie de gramática da vida pública, à qual os atores devem conformar suas experiências e suas atividades para fazerem sentido*”<sup>6</sup>.

Como culturas políticas específicas, em cada círculo que chegou a publicar uma folha que foi preservada procuramos tudo o que Serge Berstein indica como seus componentes:

*“uma base filosófica ou doutrinal, a maior parte das vezes expressa sob a forma de uma vulgata acessível ao maior número, uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa com os grandes períodos do passado, uma visão institucional que traduz no plano da organização política do Estado os dados filosóficos ou históricos precedentes, uma concepção da sociedade ideal tal como a vêem os detentores dessa cultura e, para exprimir o*

<sup>3</sup> RIDOLFI. Apud MORELL, Jordi Canal i. El concepto de sociabilidad en la historiografía contemporánea (Francia, Italia y España). In: *Siglo XIX – nueva época*. Número 13. México: 1993. Pág. 19. Traduzimos livremente como: Privilegiados canais de acolhimento e circulação do discurso político ao qual alimenta incessantemente.

<sup>4</sup> CEFAl, Daniel. Expérience, culture et politique. In: CEFAl, Daniel (org) *Cultures politiques*. Paris: Presses Universitaires de France. 2001. Páginas 93-117.

<sup>5</sup> SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. MOREL, Marco. FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. *História e Imprensa: Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: Faperj: DP&A editora. 2006. Pág. 39.

<sup>6</sup> CEFAl, Daniel. Op Cit. Pág. 94.

*todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenhavam, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante.<sup>7</sup>*

Estudamos diferentes culturas políticas, pois entre 1876 e 1884 existiam partidos suficientemente organizados para manter folhas periódicas de dois campos bem opostos, mas ambos mergulhados em uma gramática do poder, que estava sempre em disputa, era lugar e objeto dos conflitos sociais, pois:

*“Efetivamente, nenhuma cultura e, por conseguinte, nenhum poder podem ser deduzidos de qualquer princípio universal – físico, biológico ou espiritual, - visto não estarem ligados por qualquer espécie de relação interna à ‘natureza das coisas’ ou à ‘natureza humana’, ...Qualquer sociedade precisa de imaginar e inventar a legitimidade que atribui ao poder.<sup>8</sup>”*

Nota-se que de forma alguma nos interessa se as afirmações de uma folha eram “verdades” ou “mentiras”, mesmo por que também as inverdades têm papel histórico indispensável à organização social, uma vez que *“la mentira que se imponga, esto es, que no sea descubierta, constituye, indudablemente, un medio de realizar cierta superioridad espiritual, aplicándola a la dirección y sumisión de los menos avisados.<sup>9</sup>”*

Por fim, estudamos os escritores, leitores, anunciantes, vítimas e beneficiados dos periódicos, que definimos como atores políticos citados nas fontes.<sup>10</sup> Por vezes utilizaremos simplesmente o termo como eram chamados na época, ou seja, chefes desse ou daquele partido, anunciantes dessa ou daquela folha. Nosso método é inspirado nas biografias coletivas<sup>11</sup>, para conjuntos de nomes<sup>12</sup> de componentes dos círculos políticos, mas não chegamos a fazer propriamente prosopografias. E de certa maneira, esse mesmo método aplicamos aos anunciantes de cada folha.

<sup>7</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política. In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.) *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

<sup>8</sup> BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: Enciclopédia Einandi. V. 5. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1985. Pág. 310.

<sup>9</sup> SIMMEL, Georg. *Estudios sobre las formas de socialización*. Madrid: Alianza Editorial. 1986. Pág. 363-364.

<sup>10</sup> Fazemos nossa essa consideração de Marco Morel – *“O termo elite, se usado de forma abusiva historicamente, torna-se impreciso, pode elidir nuances, complexidades e até contradições.”* In: MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005. Pág. 171.

<sup>11</sup> STONE, Lawrence. Prosopography. In: *Dedalus, journal of the American Academy of Arts and Sciences*. 1971. N. 1.

<sup>12</sup> GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1989. Pág. 169-178.

Assim, “os jornais são fontes para suas próprias histórias”<sup>13</sup>, mas não somente. As histórias dos periódicos nos permitem uma “história social da política”, como preferimos chamar o que atualmente pode ser tratada como a nova história política.

Os periódicos então publicados em São João del-Rei são nossa fonte mais numerosa e rica, e são também objeto de nossa pesquisa, pois eram produtos dos círculos políticos que estudamos, de forma que precisamos ter sobre eles uma noção precisa, preparando o leitor para os capítulos seguintes. É esse nosso primeiro capítulo. Em seguida, entramos propriamente no debate sobre os partidos políticos e a política antes desta entrar em crise em 1884, com três capítulos, um tratando do que os “*conservadores*”<sup>14</sup> falavam de seu próprio partido, outro do que falavam do “*partido liberal*”, mais um em que os “*liberais*” nos informam sobre seu próprio partido e sobre o adversário. Depois, dois capítulos tratam da reforma eleitoral de 1881 e da crise política de 1884, muito interligadas. Em outras palavras, são três partes, a primeira é o capítulo dedicado a uma visão geral da imprensa são-joanense durante o Império, a segunda são os três capítulos dedicados aos partidos monárquicos e a terceira são os dois capítulos em que observamos essa imprensa e esses partidos posicionando-se sobre as mais importantes questões de sua época.

O leitor poderá notar que os documentos citados estão com o português atual. Tínhamos que optar entre utilizar a grafia da época, ou coletar dados com mais rapidez e em maior quantidade. Não tivemos dúvidas, pois esse não é um trabalho dedicado a estudar a língua. Ademais, a grafia atual descansa o leitor. Contudo, não tocamos na pontuação, o que, a nosso ver, alteraria os significados, nem nos nomes próprios de pessoas e folhas.

Versão final após modificações sugeridas pela banca.

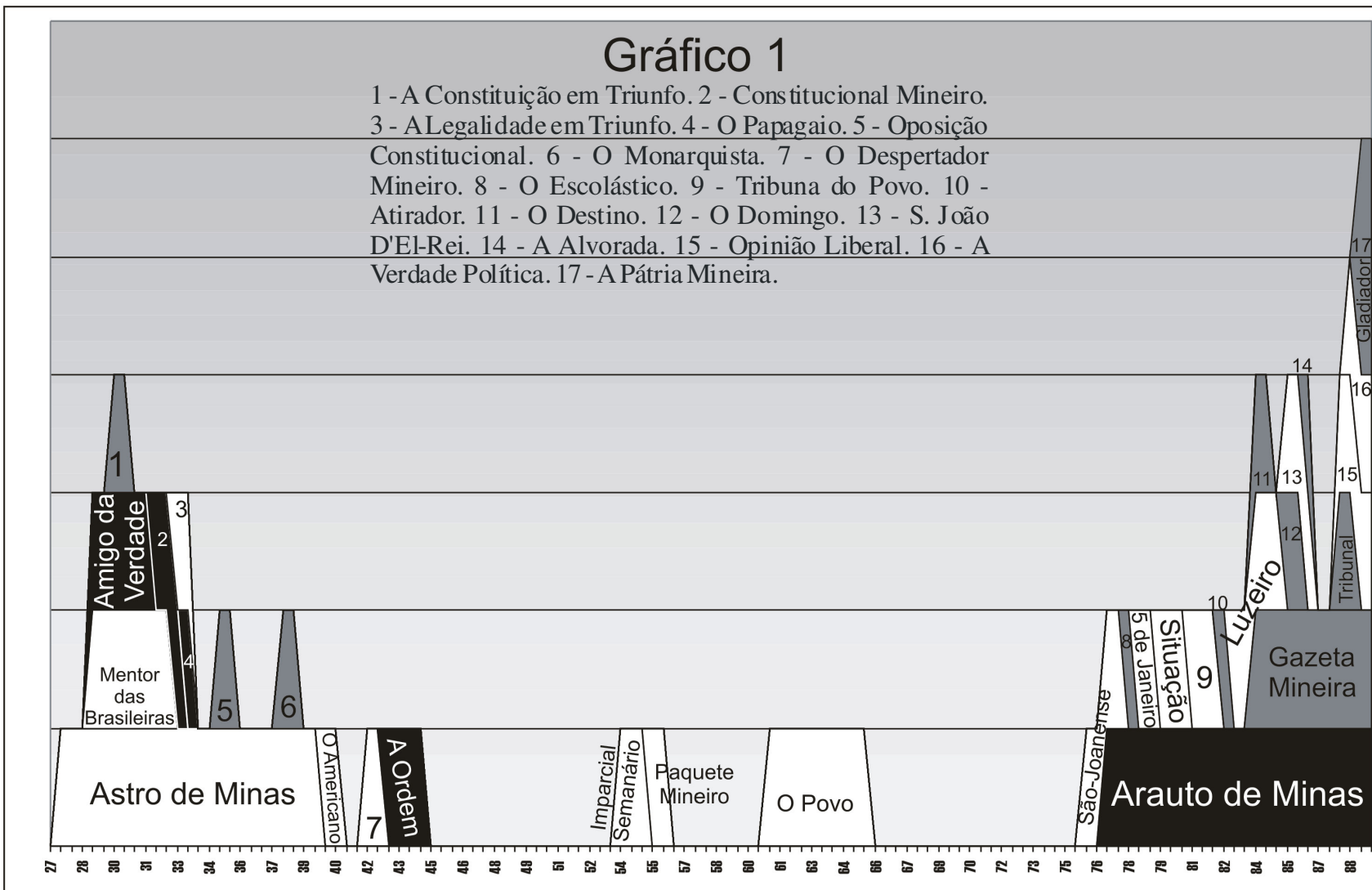
28 de Setembro de 2008, São João del-Rei.

---

<sup>13</sup> CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo, Contexto, Ed. da USP. 1988.

<sup>14</sup> Em todo esse trabalho utilizamos aspas quando nos referimos aos partidos, como “conservador” e “liberal”, a não ser quando as próprias fontes utilizavam letras maiúsculas, como Partido Republicano, livrando-nos dessa necessidade. Nosso objetivo primeiro é resguardar o uso dessas mesmas palavras sem aspas, de conservador como adjetivo e de liberal em relação ao liberalismo clássico dos autores do século XVIII e início de XIX. Depois, o uso inquestionado dos nomes partidários “*implica assumir as auto classificações, os preconceitos, as torções e o próprio esquema explicativo dos agentes, numa tradução direta da terminologia da disputa doutrinária em conceitos sociológicos. A auto-imagem e as explicações dos agentes devem ser o objeto, não o guia da análise.*” ALONSO. Ângela. Crítica e Contestação: O movimento reformista da geração 1870. In: *RBCS*. Vol 15. Outubro de 2000.

Gráfico 1 – A imprensa de São João del-Rei entre 1827 e 1889.



## Capítulo 1: As duas montanhas de papel

Não é possível deixar de informar ao leitor que os periódicos historiados nessa dissertação, nascidos a partir de 1876, não foram os primeiros a serem impressos em São João del-Rei, embora por vezes seus redatores parecessem acreditar que sim. Existiram folhas anteriores, uma primeira onda de folhas, entre 1827 e 1844, com a qual a imprensa renascida a partir de 1876 preferia não tecer ligações. O silêncio, nesse caso, deve nos chamar a atenção.

No gráfico 1, percebemos duas ondas, ou duas montanhas de folhas, uma com pico em 1831, outra com pico em 1889, ou seja, respectivamente nos anos em que caíram Pedro I e Pedro II. Entre as duas “montanhas” há um “vale” de três décadas, para os detalhistas três vales, cada um de dez anos. A história e as características da primeira montanha e dos vales não cabem aqui, porém, para compreender a segunda montanha temos que nos perguntar, por que existiram essas fases?

A primeira coisa a informar sobre esse assunto é que o fenômeno não foi exclusivamente local. Tratando detalhadamente da história política mineira dessa época, Wlamir Silva explica que “*Com a explosão constitucionalista da Revolução do Porto e a independência, a nascente elite liberal mineira buscou ampliar a sua capacidade de convencimento da população, ciente da necessidade de representatividade para o êxito de seu projeto político.*”<sup>15</sup>

Entre 1825 e 1842, esse mesmo historiador encontrou o nascimento de mais de 60 periódicos em Minas Gerais<sup>16</sup>. Mais precisamente, “*Em meados do Primeiro Reinado, iniciou-se o espocar de periódicos liberais em Minas*”, cuja maior coleção, para os anos 1820, 1830 e 1840, está na Biblioteca Nacional. “*Na região Metalúrgica-Mantiqueira, vieram à luz os periódicos mais significativos e o maior número de folhas. Dessa região, onde se destacavam Ouro Preto e São João Del Rei, assim como a cidade episcopal de Mariana, localizou-se a 'bússola' do liberalismo moderado mineiro. Dessa forma, destacavam-se no periodismo*

---

<sup>15</sup> SILVA, Wlamir José da. “*Liberais e o Povo*”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História Social. UFRJ. 2002. Pág. 134.

<sup>16</sup> SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. MOREL, Marco. FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. *História e Imprensa: Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: Faperj: DP&A editora. 2006. Pág. 41.

*provincial O Universal, de Ouro Preto, e o Astro de Minas, de São João Del Rei*”<sup>17</sup>.

Ouro Preto teve o maior volume de folhas, seguida de perto por São João del-Rei. Entre 1827 e 1844, segundo Augusto Viegas, surgiram nessa última cidade doze periódicos<sup>18</sup>: *O Astro de Minas* (1827-1839); *O Amigo da Verdade* (1829-1831); *A Constituição em Triunfo* (1830); *Constitucional Mineiro* (1832-1833); *Mentor das Brasileiras* (1829-1832); *O Papagaio* (1833); *A Legalidade em Triunfo* (1833); *Oposição Constitucional* (1835); *O Monarquista* (1838); *O Americano* (1840); *O Despertador Mineiro* (1842); *A Ordem* (1843-1844). Entretanto, não se sabe exatamente quais fontes Viegas utilizou para produzir esta lista com 141 títulos entre o *Astro de Minas* e 1967. Viegas publicou sua *Notícia de São João del-Rei* em 1969, e não revelou nenhuma preocupação com a indicação das fontes. Acreditamos que suas fontes em alguns casos foram orais, pelo tipo de falha encontrada, a exemplo da data da existência do *Mentor das Brasileiras*, apontada por Augusto Viegas em 1833, quando existiu entre 1829 e 1832, e do *Constitucional Mineiro*, por ele apontado em 1832, quando recentemente foram encontrados exemplares de 1833. Contudo, as pesquisas têm confirmado as afirmações de Viegas, que só tem sido corrigido nos casos em que reduziu o tempo da existência dos periódicos. O gráfico 1 foi feito com os dados de Augusto Viegas acrescidos das correções e outras informações que colhemos.

O auge dessa primeira fase de folhas, conforme vimos no gráfico, foram os primeiros anos da década de 1830, ou seja, coincide com o movimento que resultou na abdicação de Pedro I e as transformações que se seguiram. A respeito dessa época, é enriquecedor o depoimento do fazendeiro escravista mineiro Francisco Ferreira de Resende:

*“...nasci e me criei no tempo da Regência; e que nesse tempo o Brasil vivia, por assim dizer, muito mais na praça pública do que mesmo no lar doméstico; ou, em outros termos, vivia em uma atmosfera tão essencialmente política que o menino, que em casa muito depressa aprendia a falar liberdade e pátria, quando ia para a escola, apenas sabia soletrar a doutrina cristã, começava logo a ler e aprender a constituição política do Império.”*<sup>19</sup>

Nesse período as sociedades políticas multiplicaram-se em Minas Gerais<sup>20</sup>, a

<sup>17</sup> SILVA, Wlamir. *“Liberais e o Povo”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. Op. Cit. Pág. 135.

<sup>18</sup> VIEGAS, Augusto, *“Notícia de São João del-Rei”*. Belo Horizonte: 1969.

<sup>19</sup> RESENDE, Ferreira de. *Minhas Recordações*. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : EDUSP, 1988, p. 53. Apud. SILVA, Wlamir.

<sup>20</sup> SILVA, Wlamir. *“Liberais e o Povo”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. Op. Cit. Pág. 184.

exemplo da Sociedade Defensora, que em São João del-Rei era defendida pelo *Astro de Minas*. Tratava-se de uma inovação na forma de fazer política, pois:

*“As sociedades políticas opunham-se em sua forma às sociedades secretas. As sociedades secretas haviam participado das articulações da Independência mas, sob o governo nacional, não eram vistas como adequadas. As sociedades secretas da Província neste período seriam as retrógradas, sendo, ademais, criminalizadas pelo Código em vigor. Eram os casos da União e Lealdade, surgida em São João Del Rei e a Sociedade do Rosário, de Ouro Preto. O Astro de Minas acusava a União e Lealdade de ‘princípios e fins subversivos da ordem social’<sup>21</sup>.*

A política não devia mais ser discutida nas sombras, mas sob a luz do sol, não mais entre quatro paredes, mas na rua, e nada como a imprensa para obter essa finalidade. Os “liberais moderados” de São João del-Rei levaram essa tática de publicizar a política ao seu extremo entre 1829 e 1832, quando mantiveram duas folhas saindo de uma mesma tipografia, o *Astro de Minas* e o *Mentor das Brasileiras*. Ainda em 1833, embora não existisse mais o *Mentor das Brasileiras*, existiram duas folhas do “partido liberal moderado” em São João del-Rei, pois junto com o *Astro* circulou *A Legalidade em Triumpho*.

É indispensável comparar a imprensa dessa cidade do interior de Minas Gerais com a da Corte, onde “vê-se que os anos 1831-1833 são marcados por nítido crescimento da imprensa periódica no Rio de Janeiro, então sede da Corte do Império do Brasil.” Marco Morel explica sobre esses resultados de sua pesquisa que:

*“A ausência da figura do imperador, sucedido por uma Regência provisória, enfraquece o peso do poder monárquico. Tal contexto (visto frequentemente por historiadores tradicionais como momento de desordem e caos) permitiu uma verdadeira explosão da palavra pública. Pela primeira vez desde a independência a discussão política exacerbava-se e apresentava-se num tom mais alto. Os conflitos e rebeliões começaram a se propagar na capital e nas províncias. Não só a imprensa cresceu, mas também as associações leigas, maçônicas, filantrópicas e patrióticas, entre outras. Proliferaram também escritos não periódicos: folhas volantes, cartazes, manuscritos ou impressos. Em outras palavras, era o espaço público que se transformava, sem perder seu hibridismo: mantendo características arcaicas e expandindo traços de modernidade política.<sup>22</sup>”*

A necessidade de opinar no debate político atingia níveis dramáticos; Em Vila Rica<sup>23</sup>

<sup>21</sup> SILVA, Wlamir. “*Liberais e o Povo*”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Op. Cit. Pág. 174.

<sup>22</sup> MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005. Pág. 209.

<sup>23</sup> VEIGA, J.P. Xavier da. A Imprensa em Minas Gerais. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto,



e arraial do Tejuco<sup>24</sup>, na Província de Minas Gerais, e em Belém, na Província do Grão-Pará<sup>25</sup> tipografias foram construídas peça por peça no Brasil, demonstrando a necessidade de opinar no debate escrito antes que fossem importadas tipografias.<sup>26</sup> Tal anseio político explica não só a construção local de prelos, chapas, tipos e mais utensílios<sup>27</sup>, como a publicação de um periódico no exterior (*O Correio Brasiliense*), a circulação de poemas (cujos mais famosos, embora de décadas antes dos primeiros periódicos, foram as ainda hoje polêmicas *Cartas Chilenas*) e mesmo jornais manuscritos (caso do primeiro periódico paulista<sup>28</sup>).

De fato, o fenômeno era latino americano. Paula Alonso afirmou que “*La prensa irrumpió con fuerza en América Latina con los conflictos políticos e ideológicos que rodearon la Independencia*” e que foi “*uno de los principales ámbitos de discusión pública y una de las principales formas de hacer política*”<sup>29</sup>.

## 1. O fim da primeira montanha

Em 1834, iniciou-se o declínio do periodismo, não só em São João del-Rei, como percebemos pelo gráfico 1, como no Rio de Janeiro:

*“Em 1834 houve diminuição quantitativa de títulos da imprensa periódica. Nesta época o governo imperial buscou deter a expansão dos periódicos mediante legislação controladora, mas também de repressão, como ameaças, prisões e até assassinatos de redatores. Sem falar que diversos redatores liberais começavam a se arrepender do que consideravam 'excessos' de uma opinião politizada que eles ajudaram a criar.”<sup>30,</sup>*

Percebe-se, portanto, que o auge e declínio da primeira “montanha” de folhas não foi

Ano III, 1897, Anexo 8.2., s/p. Em Vila Rica, os artesãos que construíram uma tipografia, um ano antes da criação da Tipografia Régia por Dom João VI, eram ourives. SILVA, Wlamir José da. “*Liberais e o Povo*”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História Social. UFRJ. 2002.

<sup>24</sup> SILVA, Wlamir. “*Liberais e o Povo*”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Op.Cit.

<sup>25</sup> *História da imprensa no Brasil*. Op.Cit.

<sup>26</sup> SILVA, Wlamir. “*Liberais e o Povo*”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Op.Cit.

<sup>27</sup> VEIGA, J.P. Xavier da. A Imprensa em Minas Gerais. In: Revista do Arquivo Público Mineiro. Ouro Preto, Ano III, 1897, Anexo 8.2., s/p.

<sup>28</sup> *História da imprensa no Brasil*. Op.Cit.

<sup>29</sup> ALONSO, Paula (com). *Construcciones impresas: Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina* (1820-1920). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. 2003. Pág.8.

<sup>30</sup> MOREL, Marcos. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. Op. Cit. Pág. 211~;

um fenômeno local. Aconteceu também em São João del-Rei, mas não por motivos exclusivamente locais. Quase todo este universo de jornais das décadas de 20 e de 30 do século XIX, esses periódicos que Werneck chama de “*pasquins*”<sup>31</sup>, desapareceram entre o final da década de 1830 e o início dos anos 1840. No caso mineiro é necessário destacar o ano de 1842, quando os “*liberais*” lançaram-se à revolta, como marco de dizimação dessas folhas. Para os “*liberais*” o Regresso e 1842 foram mais que derrotas momentaneas, pois sua imprensa não conseguiu se reestabelecer com a força de antes depois da anistia de 1844, até a década de 1870. A explicação de Werneck é que:

*“Encerrada essa fase, o jornal passará a ser empresa – pequena empresa, de início, para chegar às proporções de grande empresa, como se apresenta em nossos dias. As inovações técnicas que se esboçam no fim da primeira metade do século XIX e definem-se na segunda metade encerram as possibilidades da imprensa artesanal...”*<sup>32</sup>

Essas explicações técnicas e econômicas não são satisfatórias. Não negamos que esses periódicos tenham desaparecido por falta de papel e tinta, mas os recursos financeiros das folhas mineiras no Império nunca foram provenientes do mercado, e sim dos apoios políticos. Sobre isso, entreguemos a palavra a Evaristo da Veiga, redator da *Aurora Fluminense*, sobre a existência de uma folha de São João del-Rei em 1833:

*“Os caramurus folgam muito contentes com a aparição do intitulado Mineiro Constitucional em São João del-Rei. Quem duvidava de que ali houvesse retrógrados, ou cativos, como lhes chamam na Província de Minas? Não durou por tanto tempo em São João del-Rei, quase ignorado e coberto de ignomia o Amigo da Verdade? O novo jornal é legítimo herdeiro desse outro periódico, dirigido pelas mesmas influências, pago da mesma caixa, impresso com os mesmos tipos, escrito com a mesma inabilidade. O que ganharam pois os Caramurus? Poderem dizer: ‘Também temos em Minas o nosso jornal’. Terá ele leitores e assinantes? O seu número deve ser ai bem diminuto, se nos regularmos pelos que contava o pobre Amigo, que se extinguiu à falta desses, como uma lâmpada se apaga à mingua de azeite.*  
*(Da Aurora)”*<sup>33</sup>

Ou seja, para sobreviver financeiramente uma folha precisava de “*amigos*”, apoiadores políticos fornecedores de “*azeite*”. Os problemas financeiros, portanto, precisam ser explicados com relação à política, e não exclusivamente com explicações de mercado. Seja

<sup>31</sup> *História da imprensa no Brasil*. Op.Cit.

<sup>32</sup> Idem. Pág. 207.

<sup>33</sup> *Astro de Minas*. São João del-Rei. n.772. 08/11/1832.

qual for a explicação, fato é que seus contemporâneos notaram, embora não compreendessem, o fenômeno. O próprio *Astro de Minas*, reproduzindo um artigo da *Aurora Fluminense*, ambos poucos meses antes de desaparecerem e, aparentemente, sem nem de longe imaginarem que seguiam o mesmo caminho, publicaram o artigo “*A morte do Filho do Sete d’Abril e a do Chronista*”:

*“Estes últimos meses foram fatais ao jornalismo da capital; grande foi a mortalidade; a morte ceifou suas vítimas de todas as idades, e condições. A imprensa ministerial sobretudo foi destruída em massa”*<sup>34</sup>

Quando o são-joanense *Astro de Minas*, em 1839, deixou de circular, *O Universal*, na nota que tratava do fato, comentou:

*“Não sabemos por que fatalidade o jornalismo entre nós vai sendo abandonado tão rapidamente! Empresas que pareciam durar longos anos, como que desaparecem de um dia para o outro; e um tal desalento à Imprensa Periódica não poderá deixar de ser sentido pela civilização. Quaisquer que sejam as opiniões de um escritor, o lado a que pertença, é sempre interessante a sua leitura; e nós desejaríamos ver em nossa Província outra vez espalhadas as publicações periódicas, de que ela gozou já em outro tempo. Em verdade a vida do escritor público não é das mais apetecidas a quem ama sobre tudo a comodidade, e só deseja interessar-se; por estes dois lados tem ela bastantes desvantagens; mas o serviço que se presta ao país com este gênero de trabalho não deixa de ser também uma recompensa para quem o empreende, e recompensa que suaviza alguns incômodos e sacrifícios”*<sup>35</sup>

Nota-se que o *Universal* usa o verbo “*abandono*” para referir-se ao desaparecimento de periódicos, e que o atribui às desvantagens da vida de “*escritor público*”. Esse termo indica uma opção política. Segundo Jefferson Cano, também o *Chronista*, em 1837, teria publicado que “*ninguém quer escrever jornais por certeza de perder o trabalho, e as despesas que são necessárias para a impressão*”<sup>36</sup>. Cerca de um mês depois do *Astro*, era a *Aurora* que vivenciava seu crepúsculo:

*“A Aurora interrompeu a sua publicação por um espaço de três meses; deixando assim no jornalismo na Corte um vazio difícil de suprimir-se. A instrução variada, circunspeção e dignidade que apresentou em seus escritos o redator dessa folha durante o breve espaço de sua publicação despertam um vivo sentimento nas*

<sup>34</sup> *Astro de Minas*. São João del-Rei. N.1753. 27/05/1839.

<sup>35</sup> *O Universal*. Ouro Preto. N.112. Ano XV. 10/07/1839.

<sup>36</sup> CANO, Jefferson. Áticos e Beócios na República das Letras: Aspectos da opinião pública no Rio de Janeiro (1836-1837). In: *Cadernos AEL*. Pág. 28.

*“pessoas que a leram e souberam apreciar o seu merecimento. Muito desejamos, que se verifique a promessa de seu redator, e que a suspensão dure com efeito somente o prazo anunciado”*.<sup>37</sup>

Nem o *Astro* nem o *Aurora* voltaram a circular, apesar dos desejos d’*O Universal*, que teria fim no ano de 1842. É interessante o que Xavier da Veiga tem a nos dizer a respeito desse que foi o periódico mineiro de maior duração da época:

*“Dos tipos d’O Universal mandou seu proprietário fazer balas, que forneceu em quantidade para a rebelião. Deu-nos notícia disto um velho tipógrafo, em 1842 empregado na oficina d’O Universal e há pouco falecido com cerca de 77 anos de idade em Ouro Preto, tipo muito popular sob a alcunha decorativa de – Gutenberg...”*<sup>38</sup>

O que o último número do *Universal* nos diz a respeito, embora não tão poético, é mais revelador, explica um pouco a baixa da onda de folhas e a própria Revolução de 1842. A reforma do Código Criminal, um dos motivos do levante “*liberal*”, teria como efeito prático dificuldades para a imprensa, de forma que na Corte já não existiriam periódicos opositoristas:

*“Difícil tarefa é sem dúvida a de escrever para o público em oposição a um governo, quando este emprega um sistema de perseguição contra a liberdade de imprensa, disfarçado com as vestes da lei aplicada por seus comissários escolhidos a dedo. Então as garantias constitucionais se podem antes chamar verdadeiros laços armados à credulidade dos cidadãos, do que direitos sagrados que os protejam contra as violências e arbítrio do poder. A esse estado somos nós chegados, depois que se publicou a lei das reformas do código, e se escolheram os juízes comissários do governo para executá-las. O país ignora ainda muitos fatos já praticados, logo no começo da execução da lei, que provam exuberantemente quão fundados eram os receios daqueles que fizeram vigorosa oposição a essa mesma lei, quando ela se discutia. Talvez para esse fim se há empregado por toda parte essa perseguição sistemática, a que se deve a cessação absoluta dos periódicos da oposição na Corte.”*<sup>39</sup>

O artigo em que o *Universal* anuncia sua suspensão não diz muito, e obviamente não poderia ter anunciado que os tipos seriam fundidos em balas. O motivo seria a

<sup>37</sup> *O Universal*. Ouro Preto. N.127. Ano XV. 14/08/1839. É conveniente compreender que não se trata da *Aurora Fluminense* de Evaristo da Veiga, que já havia falecido há alguns anos. O redator d’*O Universal*, portanto, diferencia a *Aurora* da *Aurora*, julgando os periódicos como simples extensões dos redatores. A *Aurora* a que se refere essa nota teve uma curta duração, ao contrário da folha de Evaristo da Veiga.

<sup>38</sup> VEIGA, J.P. Xavier da. A Imprensa em Minas Gerais. In: Revista do Arquivo Público Mineiro. Ouro Preto, Ano III, 1897, Anexo 8.2., s/p.

<sup>39</sup> *UNIVERSAL*, Ouro Preto, 30 de Maio de 1842.

impossibilidade de continuar fazendo oposição tendo estourado em São Paulo a revolução de 1842:

*“Suspensão do Universal*

*Os acontecimentos da Província de São Paulo, e que acabamos de receber notícias pelo correio de 28 desse mês; o aparato de força, as perseguições empregadas pelo governo e seus agentes contra os cidadãos, e contra a liberdade de imprensa, as quais devemos recear com muito maior razão d’ora em diante, nos colocam na rigorosa necessidade de suspender a publicação dessa folha até que o país se pacifique.*

*Jamais prestaremos nosso fraco apoio ao gabinete atual: para continuarmos a escrever era preciso censurá-lo, e censurá-lo com energia: e para que se não diga que as nossas censuras são um apoio prestado às hostilidades, que contra ele aparecem, julgamos mais prudente abandonar-lhe o campo. Mova-se o governo como quiser; não encontre embaraço algum a seus (ilegível), e vejamos se assim ao menos cessa a perseguição começada, e se (ilegível) a seu favor.”<sup>40</sup>*

De fato, um panfleto posterior ao *Universal* trataria do processo sofrido por esta folha, e a explicação da baixa das folhas nos anos 1840 pela repressão política não é desconhecida dos historiadores. O próprio Werneck, apesar da explicação economicista que criticamos acima, em uma frase no meio de um parágrafo disse que “A pregação chegara a extremos limites: o da República, por exemplo. Essa pregação foi esmorecendo, pouco a pouco, à medida que a repressão preparava o ambiente do domínio absoluto...”<sup>41</sup> Mas não propomos que essa seja a única explicação, o que equivaleria a desprezar outros motivos indicados pelas fontes.

Uma série de fatores atuavam juntos. A justiça centralizada pela reforma do código criminal, o fortalecimento de uma força política que não privilegiava o periodismo como forma de ação, a desmoralização da imprensa, que ao ser acusada de agravar as desavenças partidárias estava sendo acusada pelas próprias revoltas regenciais, eram de fato questões interligadas que dificultavam a existência das folhas por diferentes ângulos. Portanto, se uma montanha de folhas levantou-se nas primeiras décadas do Império atuando com peso na formação de uma opinião pública, é forçoso reconhecer que a partir da década de 1840 essa opinião pública voltou-se contra o periodismo, que é só o que pode explicar o fim dessas folhas. Jefferson Cano afirma que o número de assinaturas era o “termometro para indicar quem afinal teria a aceitação do público, ou seja, quem melhor representaria a opinião

---

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> *História da imprensa no Brasil*. Op.Cit. Pág. 213.

pública.<sup>42</sup>”

Já indicamos que os periódicos da “segunda montanha”, de 1876 em diante, tinham as folhas mais antigas mais como fantasmas do que como antepassadas. Nenhuma folha entre 1876 e 1889 tomou para si o nome do primeiro periódico, *Astro de Minas*, nem de nenhum outro dos que existiram entre 1827 e 1844! Mas antes estudemos as poucas folhas do período entre as duas “montanhas”.

## 2. Vale de amenidades

Imediatamente depois da Revolução de 1842, só uma folha pôde ser impressa em São João del-Rei, ligada aos “conservadores”. Chamada *A Ordem*, trazia no cabeçalho a frase “Viva o Imperador” e existiu até 1844. Nesse ano de 1844, apesar das revoltas de 1842, e contra a maioria do recém recriado Conselho de Estado, foi chamado de volta ao governo o “partido liberal”. A volta dos “liberais” ao governo, a convite de Pedro II, que assim, entre outras coisas, sinalizou que seu reinado poderia ser marcado pela alternância de partidos ocupando as pastas ministeriais, não significou a volta do periodismo, apesar de terem sido anistiados os revoltosos de 1842, entre os quais diversos ex-redatores e ex-donos de folhas.

Somente dez anos depois São João del-Rei voltou a conhecer imprensa, com o *Imparcial Semanário*. Trata-se da folha mais antiga da qual o *Arauto de Minas* nos deu informações<sup>43</sup>. Só nos restou um exemplar do *Imparcial Semanário*, na Biblioteca Municipal Baptista Caetano, que é o número 27 do ano I, de 11 de Janeiro de 1855. Apresentava-se como “*Folha Comercial, Política, Noticiosa, Literária e Industrial*”, publicada semanalmente na Tipografia de José Antonio Rodrigues, na rua do Tejuco. José Antônio Rodrigues era veterano da revolução de 1842<sup>44</sup>.

Singularidade dessa folha é que só trata de São João del-Rei, o que é o completo oposto dos demais periódicos estudados. Debates políticos não aparecem, nenhum ataque a nenhum chefe político. O conteúdo é leve, pitoresco até.

A primeira página é um edital do Juiz Francisco Soares Bernardes de Gouvêa,

<sup>42</sup> CANO, Jefferson. Áticos e Beócios na República das Letras: Aspectos da opinião pública no Rio de Janeiro (1836-1837). In: *Cadernos AEL*. Pág. 27.

<sup>43</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 23 de Dezembro de 1877. Ano I. Número 42. O *Arauto* estava acusando o padre José Joaquim Correia de Almeida de só defender Aureliano Pereira Correia Pimentel por que esse último escrevera, em 1855, no *Imparcial Semanário*, a favor do primeiro.

<sup>44</sup> O volume de informações sobre os redatores e outros envolvidos com folhas nos obrigou a transferi-las para o Anexo 1.

informando que Marcolino de Azevedo Coutinho devia comparecer diante da justiça posto que fora condenado. A segunda página traz um artigo de Antonio Simões de Souza sobre higiene, “*As águas potáveis de S. João del-Rei*”, que **não** é um ataque à Câmara Municipal, embora o assunto se prestasse a essa função, mas tão somente uma doutrinação higiênica, ou assim precisou se apresentar. O artigo propôs que a Câmara construísse mais chafarizes e vendesse anéis de água. Também “*Um carreiro de botas brancas*” escreveu um artigo, sobre São João del-Rei, mesmo assunto do “*Amigo da Verdade*” e do “*Galo da Torre do Carmo*”.

O uso de pseudônimos é uma continuação da primeira “*montanha*” de folhas, assim como o tamanho do papel e a aparência geral desse periódico, mas a linha editorial, como já dissemos, é muito diferente. No cabeçalho do *Imparcial Semanário* temos a explicação da linha dessa folha:

*“Esforcemo-nos pois em obter o concurso de todos para o bem de todos, preferindo à discussão de princípios abstratos de política a dos remédios para as primeiras e imediatas necessidades do nosso país... Ext. da Fala com que S. M. I. O SENHOR D. PEDRO 2º abriu a Seção do Corpo Legislativo em 1851.”*

Ou seja, fica confirmada a derrota política “*liberal*”, ou seja, que seus adversários “*sublinharam as contradições de suas propostas e impuseram-lhes uma direção*”, pois essa Fala do Trono é de um Gabinete “*conservador*”, mas propriamente “*saquarema*”, aliás o único no qual estave presente toda a Trindade Saquarema<sup>45</sup>. Ou seja, uma folha de um veterano de 1842 publicava em seu cabeçalho a linha política “*saquarema*”, de forma que não havia necessidade de debate por parte desses últimos em São João del-Rei.

Esse número do *Imparcial Semanário* tinha um suplemento, onde estavam os anúncios, então uma novidade na imprensa de São João del-Rei, e indicavam que a folha circulava em diversas cidades, tendo anunciantes de Barbacena, Lavras, Bom Sucesso e Rio de Janeiro. Ou seja, a folha que tanto tratava de São João del-Rei não circulava somente nessa cidade. O que o *Imparcial Semanário* nos indica é uma distensão política, pois da tipografia de um rebelde de 1842 não saiam ataques a adversários políticos.

Em 1856, sabemos que existiu *O Pacote Mineiro* do qual só temos a informar que no dia 6 de Março de 1856 explicou “*Publica-se esta folha em dias indeterminados na Tipografia de José Antonio Rodrigues, editor-proprietário e responsável*”<sup>46</sup>. Infelizmente, o

<sup>45</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo, Hucitec, 1987. Pág. 152 e 170.

<sup>46</sup> CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei*. Volume I. 2ª Edição. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1882. Pág. 109.

historiador Sebastião de Oliveira Cintra só deixou a informação que encontrou esse periódico em um inventário, mas não indicou em qual. Contudo, se era rodado na tipografia de José Antonio Rodrigues, deve ter tomado o lugar do *Imparcial Semanário*, e a mudança de nome pode indicar uma nova política editorial.

Ao final dessa década, 1859, a mesma tipografia publicou uma obra de seu dono, mas não um periódico e sim um interessante livreto chamado *Apontamentos da População, Topografia e Notícias Cronológicas do Município da Cidade de S. João Del-Rei, Província de Minas-Gerais*<sup>47</sup>, que d'ora em diante trataremos como os *Apontamentos*. Pelo título já se percebe que assim como o *Imparcial Semanário*, esse livro trata quase exclusivamente de São João del-Rei.

É por meio dos *Apontamentos* que sabemos que em 1859, na área então considerada urbana, São João del-Rei, que devia ser a segunda maior cidade de Minas, tinha vinte e quatro ruas, dez praças e onze igrejas<sup>48</sup>. José Antonio Rodrigues também nos informou que:

*“Existem dentro da cidade 64 casas de negócio de gêneros de fora e do país, quatro boticas uma casa de drogas, e quatro cortes de carnes verdes, vendendo-se nestes diariamente quatro rezes, alem da grande quantidade de carne seca, e de porco que a maior parte dos habitantes dá preferência. Também existem uma casa de hospedaria, e algumas locandas.”*<sup>49</sup>

Ou seja, eram, em 1859, setenta e quatro estabelecimentos que José Antônio Rodrigues julgava dignos de serem citados, sem contar a ponte da Cadeia, onde as lendas locais localizam o mercado de escravos, e os prostíbulos, talvez já localizados na rua da Alegria, e cujos estabelecimentos não sabemos se se incluíam ou não entre as “64 casas de negócio” ou entre as “locandas”.

Também é interessante saber que “A população de todo município inclusive a da cidade já mencionada se eleva ao total de 21:500 habitantes. Pessoas livres — 15:200 — estrangeiros 100; escravos 6200.”<sup>50</sup> Na área urbana eram oito mil e quinhentos habitantes, dentre os quais somente duzentos e sessenta escravos e trezentos e noventa escravas,<sup>51</sup> ou seja, mais de metade da população livre, mas só um décimo da população escrava!

---

<sup>47</sup> RODRIGUÊS, José Antônio. *Apontamentos da População, Topografia e Notícias Cronológicas do Município da Cidade de S. João Del-Rei, Província de Minas-Gerais*. São João del-Rei: Editora de José Antônio Rodrigues. 1859.

<sup>48</sup> Idem. Pág. 9.

<sup>49</sup> Idem. Pág. 9.

<sup>50</sup> Idem. Pág. 21.

<sup>51</sup> Idem. Pág. 8.



São João del-Rei era então “a cabeça da comarca, residência do Juiz de direito, vigário foraneo, e mais autoridades; e cabeça do Distrito Eleitoral,”<sup>52</sup> além de centro comercial de uma região ainda maior, pois desde o final do século XVIII tornara-se centro do comércio de gêneros de subsistência para o Rio de Janeiro e dos produtos dessa cidade para as Minas Gerais. Entre esses últimos produtos destacava-se o sal, do qual a cidade chegou a ser considerada um porto seco.

É também nos *Apontamentos* que notamos que a Misericórdia, da qual o próprio Baptista Caetano fora provedor e que então (década de 1830) era um espaço dos “*liberais moderados*”, em 1859 estava sob controle “*casado*”. José Antonio Rodrigues acusou a falta dos retratos dos falecidos beneméritos Baptista Caetano d’Almeida e José Antônio Marinho<sup>53</sup>.

Essa versão dos *Apontamentos* de 1859 é a última referência que encontramos de Baptista Caetano no século XIX, mas a memória do padre Marinho foi um pouco mais persistente<sup>54</sup>. De qualquer forma, Baptista Caetano faleceu em 1839, o que nos indica que a Misericórdia devia estar em mãos de “*conservadores*” desde bem antes de 1859, caso contrário seus correligionários teriam legado à posteridade uma imagem sua. Imaginamos que a derrota “*liberal*” de 1842 tenha feito esse partido perder posições estratégicas.

As últimas nove páginas dos *Apontamentos* são uma lista com cinco senhoras<sup>55</sup> e quatrocentos e nove senhores (409) que contribuiriam para a impressão comprando exemplares adiantadamente por 1\$000, mil-réis, cada. Porém, uma coisa era contribuir para um livro com informações inocentes sobre São João del-Rei, outra auxiliar uma folha periódica. Havia contra essas um preconceito do qual reclama outra folha que existiu durante o “vale”, *O Povo*, que Augusto Viegas afirmou ter existido em 1865, mas do qual só encontramos um exemplar de 1861.

Também *O Povo* “*Publica-se uma vez por semana na tipografia MINEIRA de José Antônio Rodrigues na Cidade de S. João del-Rei, rua de Sto. Antonio.*” Era o número 20, do ano I, de 15 de Julho de 1861. Logo no cabeçalho aparecem como “*Redatores em Chefê*”, José Constancio d’Oliveira e Silva, que vinte e três anos depois encontraríamos à cabeça da Confraria das Mercês, dos homens pardos, e sendo chamado de “*Dr.*”<sup>56</sup>, José de Resende

<sup>52</sup> Idem. Pág. 8.

<sup>53</sup> Idem. Pág. 17.

<sup>54</sup> Ambos estão no anexo 1.

<sup>55</sup> Essa proporção reduzidíssima de mulheres (5/409) pode nos dar uma idéia sobre o tamanho da ousadia de Baptista Caetano d’Almeida quando, entre 1829 e 1832, imprimiu, em São João del-Rei, o primeiro periódico do Brasil para mulheres, o *Mentor das Brasileiras*.

<sup>56</sup> *Gazeta Mineira*. 21 de Fevereiro de 1884. Ano I. Número 11.

Teixeira Guimarães e o capitão José Antonio Rodrigues.

Na primeira página, a introdução ao artigo “*Gustavo III e a liberdade de imprensa*” comenta o sentimento existente contra a imprensa, que destacamos em negrito:

*“Das colunas do Popular, periódicos publicado no Porto de Caxias, passamos para as nossas o artigo abaixo fundado em fato histórico, sobre a utilidade da imprensa. Chamamos a atenção de nossos leitores para ele; e **àqueles para quem a existência de imprensa assusta, e é considerada como um mal à sociedade, e que desejam antes o século das trevas**, porque para essas almas de lama (releve-se nós a expressão) tudo lhes causa susto e votam ódio às instituições que tendem a ampliar a liberdade do cidadão e o (ilegível) do povo, quando é oprimido pelos potentados, pedimos que mirem-se no espelho de Gustavo III, que quando conservou a liberdade de imprensa, e desprezou os conselhos de pérfidos e adutores cortesãos, seu reinado foi feliz para si e o povo; mas quando se desviou dos ditames de seu coração magnânimo, e entregou-se aos maus conselhos, e suprimiu a liberdade de imprensa, foi vítima de sua cegueira...”<sup>57</sup>”*

Esse exemplar d'*O Povo* também publicou as partes V e VI do panfleto “*A Opinião e a Coroa*” de Quintino Bocaiúva sob o pseudônimo de Filemom. Silvana Mota Barbosa, que estudou esse e outros panfletos da década de 1860, aponta como diferencial do texto de Quintino Bocaiúva que foi “*um dos primeiros a direcionar sua crítica ao monarca, sem rodeios*”<sup>58</sup>. No conjunto, Bocaiúva denunciou que:

*“havia uma teia que cercava o imperador e que se favorecia do 'governo pessoal'. Dessa forma, o monarca era também responsável pela política, joguete nas mãos da 'oligarquia', mas também poderia beneficiar-se dela. O envolvimento do imperador com essa política estava claro nas escolhas ministeriais, que, se em teoria seriam objeto de sua atribuição moderadora, eram na prática o reflexo do 'validismo', desse favorecimento de uma parcela que rodeava o trono.”<sup>59</sup>”*

E *O Povo* assinou embaixo ao republicar o panfleto em partes. No mais, *O Povo* de 1861 fez uma denúncia de um assassinato na Laje, e da inação do sub-delegado. Nos anúncios encontramos um edital da Câmara Municipal, cujo presidente era Custódio de Almeida Magalhães, fundador, um ano antes, da Casa Bancária Almeida Magalhães<sup>60</sup>, e o secretário era João Thomaz Alves, revelando que em 1861 esse círculo político não estava em oposição à Câmara Municipal. De fato, em 1857, o próprio José Antonio Rodrigues fora empossado

<sup>57</sup> *O Povo*. 15 de Julho de 1861. Número 20. Ano 1.

<sup>58</sup> BARBOSA, Silvana Mota. 'Panfletos vendidos como canela': anotações em torno do debate político nos anos 1860. In: CARVALHO, José Murilo (org.). *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007. Pág.170.

<sup>59</sup> Idem. Pág. 169-170.

<sup>60</sup> CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides*. Op. Cit.

vereador, assim como o Dr. Cassiano Bernardo de Noronha Gonzaga<sup>61</sup>.

Ora, notamos que esse exemplar d'*O Povo* já não se resumia a cantar as belezas de São João del-Rei, nem a tentar civilizar e higienizar seus leitores. O fato de ter republicado o artigo de Quintino Bocaiúva indica uma retomada de uma política ofensiva por parte dos “*liberais*” de São João del-Rei em conjunto com o que então acontecia no Império. Porém, ainda nenhum nome de adversário local é atingido, assim como é poupada a Câmara Municipal. Mesmo assim existiam “*aqueles a quem a existência da imprensa assusta*”. Deviam se contar sobretudo entre os “*conservadores*”, que entre 1844 e 1877 não sentiram necessidade de combater as folhas “*liberais*” que saíram da gráfica de José Antonio Rodrigues. Ou seja, insistiram na tática de não alimentar a luta no terreno da imprensa.

### 3. Segunda montanha de folhas

Assim como as folhas que no gráfico 1 são as pequenas elevações em um vale de trinta anos, *O Imparcial Semanário* (1854-1855), *O Pacote Mineiro* (1855-1856) e *O Povo* (1861-1865), as folhas que no mesmo gráfico formam o pé da segunda montanha de folhas, o *São-Joanense* (1876-1878), *O Escolástico* (1878) o *Cinco de Janeiro* (1878-1879) e *A Situação* (1879-1880) foram rodados na gráfica de José Antonio Rodrigues, veterano da guerra civil conhecida como Revolução Liberal de 1842. É impossível não perceber que durante décadas esse chefe “*liberal*” insistiu na tática jornalística, que no entanto só voltou a ser amplamente utilizada na década de 1870. Dessas quatro folhas que inauguraram a segunda grande fase do jornalismo de São João del-Rei nos sobraram poucos exemplares.

Na Corte e em Ouro Preto as folhas não ficaram três décadas sem circular, mas em todo canto do Império da década de 1870 foi de crescimento do número de periódicos. Tanto que um contemporâneo, Joaquim Nabuco, incorreu no mesmo erro dos periodistas de São João del-Rei, praticamente negando a existência anterior da imprensa, pois afirmou que o “*advento do abolicionismo coincidiu com a eleição direta*”, trata-se da reforma de 1881, e continua, “*e sobretudo com a aparição de uma força, a qual se está solidificando em torno da imprensa – cuja barateza e distribuição por todas as classes é um fator importante na história da democratização do país -, força que é a opinião pública.*” Estamos vendo que Joaquim Nabuco estava enganado, pois nas décadas de 1820 e 1830 o Império foi agitado por

---

<sup>61</sup> Idem. Ambos são também encontrados no *Imparcial Semanário*, de uma década antes, de forma que esse agrupamento político existia há algum tempo. Em 1868, aconteceria a divisão entre esses dois chefes.

um surto de folhas, e que a opinião pública não deixou de ser construída e disputada nem durante os anos de baixa de periódicos, porém é um erro revelador de um novo crescimento do periodismo nos anos 1870 e 1880.

Ironicamente, devemos aos “*conservadores*” dois dos três exemplares que temos de *O São Joanense*, pois foram preservados anexos em processos criminais. São ambos de 1876, os números 26 e 29, respectivamente de 19 de Julho e 12 de Agosto. São as duas folhas mais antigas que encontramos da década de 1870<sup>62</sup>.

O primeiro, processo de calúnia, foi movido pelo tesoureiro e pelo secretário da Santa Casa da Misericórdia, acusados pelo “*Velho da Montanha*” no *São-Joanense* de fazerem circular dez contos (10:000\$000) dessa irmandade em negócios particulares<sup>63</sup>. O segundo, também de calúnia, foi movido pelo delegado de São José del-Rei (atual Tiradentes), acusado por “*As Vítimas*” de violências e outros abusos<sup>64</sup>.

As leis sobre a imprensa permitiam o uso de pseudônimos, mas obrigavam o redator a ter “*os autógrafos*”, ou seja, os artigos assinados pelos responsáveis, sob pena de ser responsabilizado por seus escritos. O redator, ou quem assinasse como responsável pela folha, era automaticamente responsável legal pelos artigos de que não apresentasse originais “*autografados*”. Portanto, era contra este, o redator, que o processo se iniciava, exigindo que entregasse os originais para que o processo corresse contra o autor ou contra o responsável pela folha.

Joaquim Ernesto Coelho, redator do número 26 e acusado pelo *Arauto de Minas* de ser “*testa-de-ferro*” do José Antonio Rodrigues, entregou o original, que encontramos no processo, mas a assinatura feita neste era “*O Velho da Montanha*”, de forma que o autor mesmo não foi processado. Dois anos depois, o *Arauto de Minas* nos informaria que “*O Velho da Montanha*” era um tal Chico Pote, “*coberto de glórias bélicas, e tendo despendido três contos e tanto na guerra do Paraguai!*”<sup>65</sup> O segundo número processado, o 29, já teve como redator, e portanto alvo inicial do processo, o próprio José Antonio Rodrigues.

Estariam os “*conservadores*” agindo de forma planejada? Tentando calar a imprensa “*liberal*” por meio de processos? De fato acreditamos que os “*conservadores*”, em 1876, ainda preferiam essa tática, pois só em 1877 criariam sua folha para combater o *São-Joanense*

<sup>62</sup> O terceiro *São-Joanense* que temos, de 1877, está sob guarda da Biblioteca Nacional, e o estudamos pelos microfílmes da UFSJ.

<sup>63</sup> *O São-Joanense*. São João del-Rei. 19 de Julho de 1876. Ano I. Número 26. Anexo ao Processo Crime 39-05, do Acervo Histórico do Museu Regional de São João del-Rei, do IPHAN.

<sup>64</sup> Idem.

<sup>65</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Julho de 1878. Ano II. Número 15.

e outras folhas “*liberais*”. Desde que pararam de gemer os prelos d’A *Ordem* até nascer o *Arauto de Minas*, duas folhas “*conservadoras*”, passaram-se 33 anos!

Os dois processos fracassaram. Nem Chico Pote, “*o Velho da montanha*”, nem Ernesto Coelho, tão pouco o capitão Rodrigues sofreram nada, e *O São-Joanense* continuou circulando.

A redação do *São-Joanense* era na rua Formosa, 59, onde devia reunir-se um círculo de “*amigos*”<sup>66</sup> da folha “*liberal*”, e a Gráfica ficava mesmo na rua do Tejuco. O *Arauto de Minas* expressou sua opinião sobre a tipografia do *São-Joanense*, e por contraste sobre o ideal de uma tipografia, um local “*freqüentado*”:

*“Finalizando diremos que essas ratazanas de que nos fala o artigo que ora respondemos mais comodamente se abrigariam nessas tipografias de jornais grudados, que não são freqüentadas e donde as pessoas honestas fogem...”*<sup>67</sup>

Ou seja, a tipografia da folha “*liberal*” não era freqüentada por “*pessoas honestas*”, mas sim por “*ratazanas*”, no plural. Sobre a expressão “*jornais grudados*” não sabemos se significa que eram colados em locais públicos.

Foi também o *Arauto de Minas* que nos indicou a data de desaparecimento do *São-Joanense*:

*“Voltou a obscuridade donde nunca devera sair o papeliço que sob o título S. Joanense costumava a aparecer de quando em vez, nesta Cidade. Morreu! ...filho do pseudo-liberalismo (...) Não advogando em tempo algum em prol do progresso e adiantamento desta povoação, digna de esplendido futuro, era ele a estatua de Pasquino, onde grudavam-se os mais injuriosos escritos contra caracteres respeitáveis e dignos de estima. (...) A montanha do Lenheiro lhe pese sobre o túmulo.”*<sup>68</sup>

Entre Maio e Outubro de 1878, o “*partido liberal*” ficou sem um periódico, apesar de terem acontecido as eleições para a Câmara dos Deputados. Estava na situação, de forma que não precisava tanto assim de uma folha, pois contava com outros recursos.

Citamos uma folha que então já havia nascido, o *Arauto de Minas*, do “*partido conservador*”. Marcou uma mudança da tática do “*partido conservador*” de São João del-Rei,

<sup>66</sup> Não é possível esquecer a comparação de Evaristo da Veiga, que inserimos no primeiro capítulo, entre uma folha e uma lâmpada, em que fala dos “*amigos*” que forneceriam “*azeite*”.

<sup>67</sup> *O Arauto de Minas*. 28 de Abril de 1877, Ano I, N. 8.

<sup>68</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 12 de Maio de 1878. Ano II. Número 10.

que aderiu ao periodismo para não abandoná-lo mais até seu próprio desaparecimento. O *Arauto de Minas*, nascido em 1877, durou até Dezembro de 1889, constituindo a maior série de folhas da “segunda montanha” e da qual dispomos para estudar. Seu redator era o professor Severiano Nunes Cardozo de Resende<sup>69</sup>. A partir do aparecimento do *Arauto*, até 1884, São João del-Rei normalmente contaria com dois periódicos adversários.

No mesmo mês em que o *São-Joanense* deixou de existir, a tipografia de José Antonio Rodrigues imprimiu *O Escolástico*, “*Sob a direção do club dos Estudantes*”<sup>70</sup>. Seria um “*Hebdomadário Literário, Recreativo e Noticioso*”. Trata-se da primeira folha estudantil de São João del-Rei e o “*club dos Estudantes*” foi a primeira organização estudantil de que temos notícias. O *Arauto de Minas* não tratou essa folha como “*liberal*”:

“O Escolástico – *Acaba de sair a luz, nesta Cidade, um pequeno jornal sob o título acima e debaixo da redação e direção de nossos jovens conterrâneos estudantes do Externato.*”<sup>71</sup>

Porém, além de impreso na gráfica do chefe “*liberal*”, na “*rua Formosa*”<sup>72</sup>, publicou que “*Foi nomeado Promotor Público desta Comarca o Ilm. Sr. Capm. José Antonio Rodrigues.*”<sup>73</sup> Outro “*liberal*” homenageado por ter recebido uma indicação foi o Pe. Joaquim Leite de Araújo, nomeado “*Inspetor suplente deste círculo*”<sup>74</sup>. Também publicou uma carta elogiosa “*Ao club do estudantes*”<sup>75</sup> de F.E.M.M., Fernando Evaristo Machado de Magalhães, “*liberal*” que cinco anos depois viria a ser redator do *Luzeiro*.

Entre seus sete redatores, encontramos Alfredo Augusto das Neves, que posteriormente estudaria medicina no Rio de Janeiro e voltaria para São João del-Rei como chefe “*liberal*”, seria redator em 1888 e 1889 da *Opinião Liberal* e candidato de seu partido a deputado geral em 1889. Eloy dos Reis Silva, que também deixaria São João del-Rei para estudar medicina, voltaria como liderança “*liberal*”, mas ingressaria no Club Republicano em 1888. João Américo Soares também tornou-se médico e liderança republicana. José de Andrade Braga talvez seja o mesmo José Braga que alguns anos depois seria um dos dois

<sup>69</sup> Ver anexo 1.

<sup>70</sup> *O Escolástico*. São João del-Rei. 18 de Maio de 1878. Ano I. Número 1. É parte da hemeroteca da Biblioteca Municipal Baptista Caetano de Almeida.

<sup>71</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 26 de Maio de 1878. Ano II. Número 12.

<sup>72</sup> *O Escolástico*. São João del-Rei. 18 de Maio de 1878. Ano I. Número 1. É parte da hemeroteca da Biblioteca Municipal Baptista Caetano de Almeida.

<sup>73</sup> Idem.

<sup>74</sup> Idem.

<sup>75</sup> Idem.

redatores d'*O Domingo*, uma importante folha literária de São João del-Rei. Fernando Cotrim Moreira de Carvalho, outro redator do *Escolástico*, foi assinante d'*O Domingo*, pois a coleção que a Biblioteca Municipal dispõe dessa folha tem seu nome manuscrito, assim como o seu endereço, que em 1885 era rua Conde do Bonfim 182. Como *O Escolástico* também está guardado na Biblioteca Municipal, é provável que ambos fossem da coleção de Fernando Cotrim. De Eduardo Ernesto d'Assumpção e Antonio Teixeira da Silva Carvalho não encontramos nenhuma informação. É provável que tenha dado somente esse número, pois o *Arauto de Minas* não tratou de nenhum outro.

É admirável a benevolência do *Arauto de Minas* para com essa folha que nasceu no mesmo lugar onde eram impressas as folhas do “partido liberal”, na gráfica do chefe desse partido, e ainda com pelo menos três “democratas” na redação, que elogiaram duas lideranças “liberais” e foram elogiados por uma terceira. Mas para o *Arauto de Minas* seria no mínimo deselegante engalfinhar-se com estudantes que certamente eram alunos de Severiano de Rezende, sobretudo por que esses jovens alegaram que:

“O Escolástico, que vai ser exposto ao julgamento de benévolo leitores, não seguirá a questão predominante da época (a política), germe o mais fecundo da intriga, até entre povos os mais cultos.”<sup>76</sup>

Em Outubro de 1878, o *Arauto de Minas* voltou a ter em quem bater:

“5 de Janeiro  
Corre que o Pimpão vai publicar ... um jornalzinho...  
(...)  
Dizem que mandou pedir o papel para a folha – de esmola, escrevendo nesse sentido ao Rocambole.  
Já vemos que o tal 5 de Janeiro é um maltrapilho que começa pedinchando.  
O Xiximixirra”<sup>77</sup>

“Rocambole” era Galdino Emiliano das Neves, chefe dos “liberais históricos” que em 1868 aliaram-se em São João del-Rei aos “conservadores” contra a outra ala do “partido liberal”. Vigésimo sétimo assinante do *Manifesto Republicano* de 1870<sup>78</sup>, eleito em 1878, aos 55 anos, deputado geral pelo “partido liberal”. “Pimpão”, o redator, era nosso conhecido

<sup>76</sup> *O Escolástico*. São João del-Rei. 18 de Maio de 1878. Ano I. Número 1. É parte da hemeroteca da Biblioteca Municipal Baptista Caetano de Almeida.

<sup>77</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 8 de Outubro de 1878. Ano II. Número 27.

<sup>78</sup> Em algumas versões encontramos Galdino das Neves entre os assinantes desse famoso Manifesto, mas não em todas, o que não sabemos o que significa. Nos que o encontramos, não consta sua profissão de médico.

Joaquim Ernesto Coelho, que antes fora processado como redator do *São-Joanense*. Estava esquecido pelos “*conservadores*”, mas ao encabeçar a nova folha “*liberal*” tornou-se notícia<sup>79</sup>.

O único exemplar que temos do *Cinco de Janeiro* devemos também a um “*conservador*”, o redator do *Arauto de Minas*, Severiano Nunes de Rezende. O processo iniciou-se contra nosso conhecido Joaquim Ernesto Coelho, que era o redator, mas os responsáveis nesse caso não usaram pseudônimos. No espaço do editorial, com o título de “*A Família Alvarenga ao Público*”<sup>80</sup>, assinaram Francisco Bernardino de Alvarenga, que sete anos depois seria dono do *S. João D’El-Rei*, José Antônio de Alvarenga, João Francisco de Alvarenga, Francisco de Paula Pinheiro, José Antônio de Alvarenga Junior, Amélia Alvarenga Mendes Ribeiro, Jozephina Amélia Pinheiro, que durante o processo reafirmaram tudo o que escreveram<sup>81</sup>. Acusavam Severiano como responsável pelo suicídio do chefe da família Alvarenga, então comandante da Força Pública e perseguido pelo *Arauto de Minas*.

Como era publicado uma vez por semana<sup>82</sup>, seu número 1 precisa ter sido de Novembro de 1878. Era rodado na mesma gráfica de José Antônio Rodrigues, e tinha sua redação também na rua Formosa. O número era 59 no cabeçalho d’*O São-Joanense*, e 58 no d’*O Cinco de Janeiro*, mas isso provavelmente indica somente uma porta diferente na mesma casa, de forma que as duas folhas “*liberais*” existiram no mesmo local. Neste, certamente se encontravam os “*Colaboradores diversos*”<sup>83</sup>, o que podemos chamar de círculo do *Cinco de Janeiro*, que se não era idêntico ao do *São-Joanense*, pois as pessoas nascem, morrem, viajam, mudam de idéias, chegam de longe, ainda assim podemos dizer que devia ser o mesmo, tendo por centro necessário o dono da gráfica, José Antônio Rodrigues.

A frase do cabeçalho, em latim, era “*Habeat jam Roma pudorem*”<sup>84</sup>, da segunda sátira de Juvenal, um poeta que entre o final do século I e início do século II satirizava a corrupção política e a aristocracia do Império Romano. A II sátira trata da depravação sexual em Roma,

<sup>79</sup> Ver anexo 1. É possível identificar os apelidos pela sua repetição relacionada a diferentes outras informações, como por exemplo, que o “*Pimpão*” era o redator, pintor etc., ou que o “*Rocambolé*” era deputado.

<sup>80</sup> *O Cinco de Janeiro*. São João del-Rei. 4 de Fevereiro de 1879. Ano I. Número 13. Anexo ao Processo Crime 41-07, do Acervo Histórico do Museu Regional de São João del-Rei, do IPHAN.

<sup>81</sup> Dois nomes dessa lista não têm Alvarenga, mas por que Jozephina Amélia retirou esse nome ao casar-se com Francisco de Paula Pinheiro, de quem voltaremos a tratar várias vezes, visto que, se não podemos ter certeza de que foi autor da carta assinada pelos Alvarenga, nem de que colaborasse com o *Cinco de Janeiro*, sabemos com certeza que foi correspondente do *Actualidade* de Ouro Preto com o pseudônimo de “*Sorocabano*”, redator d’*A Situação* em 1880, colaborou na *Tribuna do Povo*, foi redator do *S. João del-Rei* em 1885-1886, do *Autonomista* e do *Combate* já durante a República.

<sup>82</sup> *O Cinco de Janeiro*. São João del-Rei. 4 de Fevereiro de 1879. Ano I. Número 13. Anexo ao Processo Crime 41-07, do Acervo Histórico do Museu Regional de São João del-Rei, do IPHAN.

<sup>83</sup> Idem.

<sup>84</sup> Idem.



particularmente da homossexualidade masculina. A tradução do verso, “*Que Roma, nesse momento, tenha (de novo) o seu pudor.*”<sup>85</sup> É uma exortação à retomada dos antigos costumes romanos, na tradição dos *mos maiorum*<sup>86</sup>. O governo de 5 de Janeiro deveria ser capaz de salvar o Império.

O *Cinco de Janeiro* era apelidado pelo *Arauto de Minas* de “*folha da praia*” e “*Casuca da Praia*”<sup>87</sup>, que pode ser referência à rua Formosa, que margeava o córrego. Foi também essa folha que confirmou para nós que um círculo reunia-se em torno do *Cinco de Janeiro*, “*Meia dúzia de perdidos e desconceituados na opinião da gente honesta congregou-se aqui para assoberbar-nos por meio da calúnia, dos ápodos, do ridículo e da mentira.*”<sup>88</sup> Também é na folha “*conservadora*” que descobrimos que Francisco de Paula Pinheiro, que assinava na *Actualidade* como “*Sorocabano*”, e era chamado pelo *Arauto* de “*Rato*”, e de “*preto de ganho*”<sup>89</sup> tornou-se redator do *Cinco de Janeiro*, provavelmente em companhia de Ernesto Coelho. Disse o *Arauto* que “*esse indivíduo, aliado a um parceiro de igual jaez é redator de um órgão liberal!*”<sup>90</sup>

Chamar os redatores do *Cinco de Janeiro* de negros era coisa semanal no *Arauto de Minas*. Seria uma folha feita por “*gente preta*”, como o afirma durante uma polêmica, em que chama o *Cinco de Janeiro* de “*mentiroso*”:

*“não sentirá rubor nas faces ao esfregar-se-lhe esta prova, que o convence de mentiroso e caluniador perante o público?  
Qual rubor! Pois gente preta pode ficar vermelha!”*<sup>91</sup>

Em Abril de 1879, o *Arauto de Minas* começou a comemorar o desaparecimento do *Cinco de Janeiro*, na coluna “*Dizem que...*”, “*o Casuca vai morrer por falta de cum quibus.*”<sup>92</sup> Também afirmou que “*o último Casuca foi redigido, com a deserção dos colaboradores, pelo nosso José Maria.*”<sup>93</sup>

Em Maio de 1879, o *Arauto* finalmente pode noticiar o fim da folha adversária, e nos dá para a mesma dois apelidos preciosos. Na coluna “*Dizem que...*”, afirmou “*que ontem em*

<sup>85</sup> Agradecemos essa tradução e as informações a respeito da II sátira à professora Mônica Vitorino, da UFMG.

<sup>86</sup> Costumes dos antepassados.

<sup>87</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 24 de Janeiro de 1879. Ano II. Número 40.

<sup>88</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 27 de Fevereiro de 1879. Ano II. Número 45.

<sup>89</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 13 de Fevereiro de 1879. Ano II. Número 43.

<sup>90</sup> Idem.

<sup>91</sup> Idem.

<sup>92</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 19 de Abril de 1879. Ano III. Número 7.

<sup>93</sup> Idem.

*S. Antonio tocou-se agonia pelo Sr. Casuca Antônio Rodrigues Teixeira Pinheiro, filho natural do Zé do Telhado.*”<sup>94</sup> Ora, “*Casuca*” era um apelido ou de Ernesto Coelho, ou da folha, talvez em referência ao local da redação. Antonio Rodrigues era nosso conhecido dono da gráfica, de quem a folha seria filha natural. “*Teixeira*” deve referir-se a Vicente de Paula Teixeira, advogado, segundo o *Arauto* “*pardo*”, e chefe “*liberal*”. “*Pinheiro*” certamente refere-se a Francisco de Paula Pinheiro, o “*Chico Rato*”. Seriam, portanto, esses os principais nomes ligados ao *Cinco de Janeiro*. Uma nota funerária publicada nos anúncios enriquece um pouco nossos conhecimentos sobre os freqüentadores da redação da folha “*liberal*”:

*“Vicente Pinheiro Coelho Rodrigues de Assis, Galdino Fagundes, ausente, mesários da Confraria da Touca convidam a todos os confrades a assistirem a missa do sétimo dia, que pelo descanso eterno do desventurado Casuca Antonio Rodrigues, mandam celebrar no dia 21, as 8 horas da manhã, na capela de S. Caetano...”*<sup>95</sup>

“*Galdino Fagundes, ausente*”, era o deputado Galdino Emiliano das Neves, que estava no Rio de Janeiro. “*Vicente*”, na outra provocação lembrado como “*Teixeira*”, Vicente de Paula Teixeira. De novo “*Pinheiro*” de Francisco de Paula Pinheiro. “*Rodrigues*” é a referência infalível a José Antonio Rodrigues. Aparece o nome “*de Assis*”, em referência ao delegado, capitão Assis, também pardo no entender do *Arauto de Minas*. A presença de Assis no convite para a missa de sétimo dia do *Cinco de Janeiro*, mas não no “nome completo” dessa folha pode indicar que chorou a sua morte mas não era um de seus redatores.

A comemoração do *Arauto de Minas*, porém, era mesmo somente por provocação, pois o mesmo número que anunciou o fim do *Cinco de Janeiro* informa-nos “*que das suas cinzas surgirá um novo papelão com o título – Liberal de Minas.*”<sup>96</sup>

Nessa mesma coluna, o *Arauto de Minas* mostrava-se bem informado, dizendo “*que o futuro órgão será alimentado por subscrição popular e que a assinatura custará uma bagatela – 8\$000.*”<sup>97</sup> Dizia ainda “*que será ostensivo redator o professor de primeiras letras, o mesmo que julgava clamoroso escândalo ser redigido o Arauto por um professor*”<sup>98</sup>, ou seja, Francisco de Paula Pinheiro, o “*Rato*”. E com mais uma provocação, nos explica que os “*liberais*” contavam com dois tipógrafos, José Maria e Braziel, que “*requereram fiança para*

<sup>94</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 14 de Maio de 1879. Ano III. Número 10.

<sup>95</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 14 de Maio de 1879. Ano III. Número 10.

<sup>96</sup> Idem.

<sup>97</sup> Idem.

<sup>98</sup> Idem.

*trabalharem na nova folha.*”<sup>99</sup>

Contudo, essa folha não se chamou *Liberal de Minas*, por “*que Janjão ao saber quem era o redator do novo jornal liberal dissera: Neste mundo não se pode dizer nada, andaram crismando o Arauto e agora é que os cascudos podem chamar a nossa folha de Rato de Minas.*”<sup>100</sup> Depois concluiu que “*foi em vista desta observação que o Zé do Telhado aconselhou o título – Situação – em vez de Liberal de Minas.*”<sup>101</sup>

A *Situação* não tinha nascido ainda, mas o *Arauto* já prognosticava “*que vai nascer a Situação que em breve também morrerá roída pelos ratos.*”<sup>102</sup> Não temos, infelizmente, nenhum número dessa folha. Só as provocações do *Arauto de Minas* contra ela e contra seu redator, Francisco de Paula Pinheiro, o campeão de ataques por parte da folha “*conservadora*”, seguido de perto por José Antonio Rodrigues, Vicente de Paula Teixeira e Galdino Emiliano das Neves. O chefe “*liberal*”, contudo, continuava sendo José Antonio Rodrigues, segundo o *Arauto*, quando disse “*que tudo quanto vem no pasquim é feito por inspiração e ordem do Zé do Telhado.*”<sup>103</sup>

Última informação sobre a possível existência da *Situação* foi publicada pelo *Arauto de Minas* em Agosto de 1880<sup>104</sup>. Foi a última folha que conhecemos rodada na gráfica José Antonio Rodrigues.

Entre Março e Abril de 1881, surgiu a primeira folha “*liberal*” não ligada umbilicalmente a esse chefe, a *Tribuna do Povo*. É também a primeira folha “*liberal*” da “segunda montanha” da qual temos uma série. Seu dono e redator, Alberto Besouchet, chegara em S. João del-Rei em 1880, e no *Arauto de Minas*, que publicara em folhetim o seu romance *A Mineira Sedutora (Em S. João del-Rei)*<sup>105</sup>, fez publicar o seguinte anúncio:

“*Artinha nacional – Acha-se nesta Cidade, vindo de Juiz de Fora o Sr. Alberto Besouchet, afim de propagar um novo método de leitura, contabilidade e caligrafia, cujos autores são os Srs. João Valente e Orosimbo Pinto. Folgamos de dizer ao ilustrado público desta Cidade que o método acima foi bem aceito pelo Dr. Inspetor da Instrução Pública e admitido na Escola Normal de Ouro Preto, sendo notável o aproveitamento dos alunos.*”<sup>106</sup>

<sup>99</sup> Idem. Na década de 1830, um Braziel, padre mulato, foi bibliotecário pago por Baptista Caetano d’Almeida, que então era dono de gráfica e de folhas, mas não acreditamos tratar-se do mesmo, que já não teria idade para ser tipógrafo.

<sup>100</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 23 de Maio de 1879. Ano III. Número 12.

<sup>101</sup> Idem.

<sup>102</sup> Idem.

<sup>103</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Junho de 1880. Ano IV. Número 12.

<sup>104</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 27 de Agosto de 1880. Ano IV. Número 24.

<sup>105</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 19 de Outubro de 1880. Ano IV. Número 33.

<sup>106</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 30 de Outubro de 1880. Ano IV. Número 32.

Quando a cidade soube que surgiria uma nova folha, o *Arauto de Minas*, com incomum boa vontade para com adversários políticos, limitou-se a comentar:

“A Tribuna do Povo – *Consta-nos que brevemente aparecerá nesta cidade um periódico sob o título acima, tendo chegado a dias o seu redator Sr. Alberto Besouchet.*”<sup>107</sup>

Ainda de Alberto Besouchet, sabemos que quatro anos antes, em Juiz de Fora, escrevera a comédia *A Caverna da Bruxa*,<sup>108</sup> que foi ensaiada e apresentada pela Companhia Salles Guimarães, quando passou por São João del-Rei. Com exceção das posições políticas, filosóficas e religiosas de Besouchet, que nos são informadas pela sua própria folha e pelas adversárias, o que sabemos a seu respeito é pouco. De fato, dos donos e redatores dos jornais que estudamos, é de quem temos menos informações, de forma que nem o incluímos nas biografias do Anexo 1. Era na época da *Tribuna* republicano, espírita e talvez maçom.

A *Tribuna do Povo* teve duas fases claras. Da primeira, ligada ao “*partido liberal*”, temos os números do ano I, e da segunda fase, desvincilhada desse partido, temos os cinco números que restaram do ano II. No total, sobraram 34 exemplares, de até 46 que devem ter existido<sup>109</sup>:

Não sabemos qual era a tiragem da *Tribuna do Povo*, mas sabemos que atingia os municípios do distrito eleitoral de São João del-Rei, não só por que os candidatos nela publicavam, como por rúscas com os correios, que nos indicam que havia assinantes em Prados e Nazareth. Pela briga entre o dono do jornal e o tipógrafo também temos certeza de pelo menos seis assinaturas em Turvo, cidade do 7º distrito. Contudo, baseando-nos no que era o normal, tinha assinantes em diferentes outras cidades. Sabemos também que era enviada para redações de outros jornais em todo o país, segundo o hábito da permuta (Anexo 2).

Tratava-se, como é o caso de quase todos os periódicos já impressos em São João del-Rei, de uma folha dobrada, ou seja, com quatro páginas grandes e periodicidade semanal. Nessa época o uso desse espaço já era praticamente padronizado em todo o país. Na primeira

<sup>107</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 19 de Março de 1881. Ano V. Número 3.

<sup>108</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 5 de Fevereiro de 1882. Ano I. Número 38. Caixa 191. Iphan.

<sup>109</sup> O primeiro exemplar da *Tribuna do Povo* que chegou até nós é o 7, de 15 de Maio de 1881. Faltam os números de 1 a 6, o 14, o 23, o 32, o 37 e talvez outros que tenham existido entre o número 39 do ano I, e o 1 do ano II, visto que entre eles passou-se um mês e meio, e depois ainda falta o 4 do ano II, e qualquer outro que possa ter existido depois do 6 do ano II, de 16 de Junho de 1882, no que não acreditamos. A periodicidade, a princípio, era semanal, mas entre o número 5 e 6 do ano II passou-se um mês, e a tinta tornou-se muito fraca, talvez por que estivesse acabando.

página vinham um artigo de fundo e um folhetim, que podiam estender-se pela segunda página. Nas páginas do miolo, vinham um noticiário, distrações, provocações e publicações a pedido. Na última página os anúncios. Claro que diferentes folhas alteravam cada uma de seu modo esse uso, sem contudo fugir-lhe muito. A *Tribuna*, por exemplo, tinha muitos anúncios, que chegaram a tomar além de toda a última página, toda a terceira, e até a entrar na segunda página, ou seja, chegaram a ser mais da metade da folha. Mesmo tendo o maior número de anúncios de todas as folhas que já tinham circulado a partir de São João del-Rei, a *Tribuna do Povo* não resistiu a um choque com lideranças “liberais”, e desapareceu em meados de 1882.

Poucos meses depois, final de 1882, nasceu o *Luzeiro*, de Horácio Rodrigues Bomtempo, que tinha sido anunciante da *Tribuna do Povo*, e depois sócio de Alberto Besouchet nessa folha, de quem o *Luzeiro* herdou a tipografia. Era subdelegado, cargo indicado pelo governo “liberal”, quando o *Arauto de Minas* o acusou de permitir o funcionamento de uma roleta, ou seja, de jogo, no salão da Filarmônica, casa vizinha a sua<sup>110</sup>.

Tivemos acesso somente a cinco números do *Luzeiro*<sup>111</sup>. Assim, a frase do cabeçalho do *Luzeiro*, “*Sol lucet omnibus*”,<sup>112</sup> o Sol brilha para todos, não é completa verdade para os historiadores. O redator, “*F. E. M. Magalhães*”, Fernando Evaristo Machado de Magalhães, ou capitão Machado de Magalhães, seria em 1886, quando os “*conservadores*” subiram novamente ao governo, demitido do cargo de inspetor municipal suplente<sup>113</sup>. Nas comemorações do sete de Setembro de 1886, organizado pelo Club Comercial Quatro de Julho, Machado de Magalhães seria um dos oradores. No número 8 do ano III, de 20 de Novembro de 1884, no cabeçalho do *Luzeiro* não mais aparece F. E. M. Magalhães<sup>114</sup>, indicando para nós que ele deixou a redação antes da extinção dessa folha. E não foi o único. Carlos Preda era tipógrafo e colaborador do *Luzeiro*, e sua saída da redação gerou uma crise para essa folha:

“*Circunstancias imperiosas absolutamente independentes de nossa vontade, forçaram-nos a interromper por dois meses a publicação do Luzeiro. (...) Tendo-se retirado de nossas oficinas o Sr. Carlos Preda, e não sendo ignorada a falta absoluta, nesta cidade, de disponível pessoal idôneo para o serviço tipográfica, se*

<sup>110</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei, 1 de Julho de 1883. Ano VII. N. 17. Iphan.

<sup>111</sup> O mais antigo, da coleção da Biblioteca Municipal Baptista Caetano d'Almeida, é de 8 de Março de 1884, e já é o número 18 ou 19 do ano II. A hemeroteca da Biblioteca Nacional tem os números 20 do ano II, de 15 de Março de 1884, 8 do ano III, de 20 de Novembro de 1884, o 14 do ano III, de 14 de Janeiro de 1885 e o 26 do ano III, de 30 de Julho de 1885.

<sup>112</sup> *Luzeiro*. São João del-Rei. 14 de Janeiro de 1885, Ano III, N °14. BN.

<sup>113</sup> *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 30 de Setembro de 1886. Ano I. Número 33. Iphan.

<sup>114</sup> *Luzeiro*. São João del-Rei. 8 de Novembro de 1884. Ano III. N °8. Biblioteca Nacional.

*modo algum nos foi possível continuar a publicar regularmente a nossa folha.”*<sup>115</sup>

Carlos Preda colaborava no *L'Italia*, redigido em italiano no Rio de Janeiro, e que seria um dos anunciantes de uma folha “*liberal*” posterior ao *Luzeiro*, o *S. João del-Rei*, e também da folha monarquista *Gazeta Mineira*. O *S. João del-Rei*, redigido por um maçom, uma vez referiu-se a Carlos Preda como “*confrade*”<sup>116</sup>, o que talvez significasse somente “*correligionário*”, talvez mais que isso. Era republicano pelo menos desde 1882, se acreditarmos no *Arauto de Minas*.

Ao contrário da *Tribuna do Povo* o *Luzeiro* tinha pouquíssimos assinantes, e no entanto chegou ao ano III, coisa que nenhuma folha “*liberal*” tinha feito em São João del-Rei desde o *Astro de Minas*, que durou de 1827 a 1839, e que também não era rico em anúncios. As sedes dessas duas folhas de poucos assinantes foram na mesma rua Direita, ou Duque de Caxias, então a principal da cidade. O que concluimos é que os anúncios ainda tinham uma importância financeira pequena para a existência das folhas, que aliás sempre se referiam às assinaturas como essenciais para sua existência. Assim, os anúncios têm para nós uma maior importância política, nos permitem observar os apoios, as relações, as influências de um determinado círculo, de forma que os estudamos ao tratar dos partidos políticos.

O *Arauto de Minas* afirmava que *Tribuna do Povo* e *Luzeiro* eram uma mesma folha:

*“Como os tipos velhos e encravados do antigo tear da roça, onde se publica o Luzeiro, têm andado sempre em leilão... recebendo gorjeias, como aconteceu, quando se chamava Tribuna do Povo, em questões da estrada de ferro...”*<sup>117</sup>

Mas as diferenças entre essas duas folhas eram tão grandes que não cabem aqui, sendo um dos assuntos do quarto capítulo, quando tratamos da variedade de culturas políticas reunidas no “*partido liberal*”.

Por agora nos interessa que os poucos exemplares do *Luzeiro* restantes não nos fornecem uma série, mas somente amostras, úteis se comparadas com outras fontes. O *Luzeiro* chegou a 1885 não sabemos circulando até que mês.

Nesse mesmo ano, dia 15 de Dezembro, nasceu outra folha “*liberal*”, o *S. João D'El-Rei*, de propriedade de Francisco Bernardino de Alvarenga, primeiro signatário da carta da família Alvarenga ao público contra Severiano Nunes e o *Arauto de Minas* publicada no

<sup>115</sup> *Luzeiro*, São João del-Rei. 30 de Julho de 1885, Ano III, Nº 26.

<sup>116</sup> *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 8 de Maio de 1886. Ano I. Número 19.

<sup>117</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei, 1 de Julho de 1883. Ano VII. N. 17. Iphan.

*Cinco de Janeiro* em 1879. Seu redator era outro signatário da mesma carta, Francisco de Paula Pinheiro. O *S. João D'El-Rei* é a segunda folha “*liberal*” da qual temos uma série<sup>118</sup>.

O *S. João D'El-Rei* existiu em meio à crise do “*partido liberal*”, e foi um instrumento de Francisco de Paula Pinheiro em sua luta pela unidade do partido. Contudo, a divisão não foi superada e em 1888 as duas alas se distanciaram ao ponto de lançar duas folhas adversárias, a *Opinião Liberal* e a *Verdade Política*.

Primeiro, surgiu a *Opinião Liberal*, da qual só temos o número 2, de 21 de Julho de 1888. Se afirmava como “*Órgão do Partido Liberal*”, cobrava uma assinatura anual de dez mil réis (10\$000) e seu proprietário era o Tenente-Coronel José Juvêncio das Neves. Único caso encontrado, os nomes de alguns colaboradores foram publicados. Eram Affonso Celso Junior, Galdino Emiliano das Neves, Arthur Getúlio das Neves, Juvenal das Neves, Vicente de Paula Teixeira, o professor Antonio Rodrigues de Mello, Francisco de Paula Pinheiro e Marcílio Mourão<sup>119</sup>. É nítido que essa folha era dos Neves, célula “*liberal*” detestada pelo *Arauto de Minas*. Outra indiscrição da *Opinião* foi informar ao público que foram distribuídas listas entre os “*amigos*” para coletar assinantes, o que talvez fosse a prática de todas as folhas. Existiu, segundo seus adversários, até Julho de 1889.

Esses adversários também se reivindicavam membros do “*partido liberal*”. Fizeram circular a *Verdade Política* a partir de Setembro de 1888, sob a direção de Carlos Sanzio de Avellar Brotero, colaborador do *S. João D'El-Rei*, mas que em 1884 classificou o abolicionismo como “*niilismo*”. Trata-se da última folha do “*partido liberal*” de São João del-Rei, pois sobreviveu à *Opinião Liberal* e até à monarquia, e é a terceira desse partido durante a “segunda montanha” da qual temos uma série. São um total de 32 números disponíveis para pesquisa.

A história da *Verdade Política* tem aspectos polêmicos, como ter sido rodada na gráfica da *Gazeta Mineira*, folha de que falamos logo abaixo, e ter se fundido ao *Arauto de Minas*, logo no início da República, para criar a *Renascença*. Carlot Sanzio, aliás, casou-se com uma filha de Severiano Nunes de Rezende.

Em 1889, surgiu a primeira folha abertamente republicana da cidade, *A Pátria Mineira*, de Altivo e Sebastião Sette, que foi poderoso instrumento do Partido Republicano. Até os folhetins d'*A Pátria* eram políticos, mesmo por que um de alvos eram as mulheres. A

<sup>118</sup> Durou pouco menos de um ano, se seu último número for o último que temos, de 28 de Novembro de 1886. Trata-se do número 41, mas só sobraram 27 para estudarmos. Aliás, existem na série dois números 27, um de 24 de Julho de 1886 e outro de 19 de Agosto de 1886.

<sup>119</sup> *Opinião Liberal*. São João del-Rei. 21 de Julho de 1888. Ano I. Número 2. Biblioteca Nacional.

estratégia de conquistar as mulheres para a causa republicana foi conseqüente por parte d'A *Pátria Mineira*, que já em 1889 defendeu o voto feminino. Participaram da redação d'A *Pátria Mineira* o jovem de cor Basílio de Magalhães, que veio defender o voto feminino como deputado federal na década de 20; Eliza Lemos, que ainda era bem jovem; João Netto, um poeta que defendeu o abolicionismo em 1884 e certamente alguns outros, como Carlos Preda. A *Pátria Mineira* existiu até considerar consolidada República.

Terminamos com as folhas partidárias, que com exceção d'A *Pátria* estão em preto e em branco no gráfico 1. Passemos a tratar das coloridas folhas cinzentas, que vieram a se somar às partidárias a partir de 1884. A *Gazeta Mineira* deu seu primeiro número no dia 1º de Janeiro desse ano, apresentando-se como “*Periódico instrutivo, comercial, literário e noticioso*”, de “*Propriedade de Pedro Alves Moreira & Comp.*” Diferente das outras folhas que estudamos, a *Gazeta Mineira* não era semanal, explicava em seu Expediente que:

“*Publica-se este periódico seis vezes por mês, em quanto não nos for possível regularizar o nosso trabalho tipográfica; logo, porém, que isto se realize, será a Gazeta Mineira publicada bi-semanalmente.*”<sup>120</sup>

Diferença ainda maior, a *Gazeta* apresentou-se fora da luta partidária:

“*A Gazeta Mineira tem por programa ocupar-se de questões práticas, alheias às lutas partidárias. Pode, uma ou outra vez, tratar de matéria política, porque é esta a ciência da direção social: mas não se envolver na vida dos partidos.*”<sup>121</sup>

Convém esclarecer que a proposta era de não envolver-se na luta entre “*liberais*” e “*conservadores*”, mas a *Gazeta Mineira* definiu-se, desde o primeiro número, como monarquista, e seria de fato, por dez anos, a defensora dessa postura em São João del-Rei<sup>122</sup>. Contudo, só existem hoje a disposição dos pesquisadores o ano 1, ou seja, 1884, um número de 1887, e números já do período republicano.

Tratava-se de uma empresa com uma mão-de-obra quase toda especializada e de número razoável, como nos contou a própria *Gazeta*, na coluna lúdica *Fogos Fátuos*:

<sup>120</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 11 de Janeiro de 1884. Ano I. Número 3. Iphan.

<sup>121</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 1 de Janeiro de 1884. Ano I. Número 1. Iphan.

<sup>122</sup> Até 1894, *A Pátria Mineira* e a *Gazeta Mineira* se enfrentaram. Quando deixou de circular, *A Pátria Mineira* afirmou que já não havia o perigo da restauração monárquica, que já não havia um partido monarquista a combater. A *Gazeta Mineira* deixara de circular.



“- Escreva... escreva...

*É só isto que se ouve dizer à súcia cá da casa, súcia de amoladores e de feiosos, porque... não é por ser má língua, mas quem quiser apreciar uma coleção de tipos, uma verdadeira tipografia humana, venha à dita da Gazeta.*

*Agarre o patrão-mestre; a cáfila de padrões suplementares (não imaginais quantos estão incluídos naquele importante y Cia. que se ostenta garboso no cabeçalho da folha): deitai a mão aos rabiscadores da Gazeta; chegue aos tipógrafos e descei ainda até o entregador, o celebre Suruba, e dizei-me: o que mais quereis para anunciar um museu de belas curiosidades?”<sup>123</sup>*

Bom, se ele pudesse nos escutar, pediríamos que escrevesse o número exato, os nomes, as posições partidárias, os endereços de moradia, as condições financeiras, os parentescos e as formações de toda essa gente. Mas infelizmente só o que sabemos dessa gente toda é que o “*patrão-mestre*”, que deve ser o dono que aparece antes do “& Comp” era “*conservador*”, assim como João Salustiano, que acabou destacando-se como principal redator. Sabemos também que outros chefes “*conservadores*” eram tidos como redatores, e certamente não sem motivos para isso:

*“Gazeta Mineira – Retificando boatos que correm com pronunciada insistência, declaramos que os Srs. Drs. Aureliano Mourão e João Mourão escrevem para nossa folha, mas não são seus redatores.”<sup>124</sup>*

Podíamos simplesmente declarar que a *Gazeta* era somente a folha dos Mourão, mas não era assim tão simples. O tipógrafo, que já conhecemos de outras folhas, a exemplo do *Luzeiro* que vimos nesse mesmo capítulo, era o “*liberal*” italiano Carlos Preda, que também publicava poesias<sup>125</sup>, em português, na *Gazeta*. A coluna *Fogos Fátuos* nos confessou ao brincar com o nome do “*italo Praela..., digo Predo... não é isso... Predoprela... que leve o diabo, não acerto com o maldito nome... eis aí a inconveniência de um homem parecer-se com uma maquina de tipografia.*”<sup>126</sup>

Outro membro da *Gazeta* identificado foi o chefe das oficinas, João Netto<sup>127</sup>, que recebia os manuscritos para transformar em *paquets*<sup>128</sup>. João Netto também publicava poesias, defendeu o abolicionismo e ingressou no Club Republicano em 1888. Aliás, a folha

<sup>123</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 9 de Fevereiro de 1884. Ano I. Número 9. Iphan.

<sup>124</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 11 de Janeiro de 1884. Ano I. Número 3. Iphan.

<sup>125</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 26 de Abril de 1884. Ano I. Número 21. Iphan.

<sup>126</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 14 de Fevereiro de 1884. Ano I. Número 10. Arquivo do Iphan.

<sup>127</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 14 de Julho de 1884. Ano I. Número 35. Iphan.

<sup>128</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 21 de Fevereiro de 1884. Ano I. Número 11. Arquivo do Iphan. Ou seja, João Netto trabalhava na tipografia, em alguma parte do processo de composição, ou seja, de organização dos tipos em palavras, frases, colunas, página.

monarquista criava republicanos em suas oficinas, pois também o jovem Basílio de Magalhães só começou a trabalhar n' *A Pátria Mineira* depois de anos na *Gazeta Mineira*.

Essa folha nos legou uma síntese da história econômica de São João del-Rei conforme a conheciam no final do XIX que é importante que tenhamos em mente desde já:

*“Escasseando mais tarde o ouro estava, entretanto, criado aqui um núcleo de população importante pelo seu número, riqueza e grau de civilização.*

*A dificuldade das comunicações das regiões centrais com a Corte, e o despovoamento da zona intermédia, fizeram de S. João del-Rei um grande mercado servindo à área do território mineiro aquém do Rio Grande e do Paraopeba a prolongar-se até Goiás.*

*À S. João del-Rei vinham os produtores dessa zona trazer o fruto de seus trabalhos e abastecer-se dos gêneros de procedência estrangeira ou de outras partes do Império.*

*Esta cidade era uma praça intermediária da do Rio de Janeiro, e portanto ativo e considerável seu movimento comercial.*

*Correram os tempos e rapidamente a mata, que nos separava da capital do Império, encheu-se de ricos estabelecimentos agrícolas, e ai levantaram-se prosperas povoações.*

*Abriram-se estradas flanqueando S. João del-Rei e outros lugares, que até então lhe eram tributários, ficaram em direto contato com outros mercados consumidores.*

*O comércio da Corte, no qual tinham-se empregado não pequeno número de Mineiros, entrou em uma fase nova de transações, procurando vender não somente aos negociantes importantes dos grandes mercados, mas também aos varejadores dos mais insignificantes lugarejos.”<sup>129</sup>*

Depois desse resumo histórico da ascensão e queda do comércio de São João del-Rei, a *Gazeta Mineira* concluiu pela impossibilidade de recuperar a posição comercial anterior:

*“Desperte-nos o silêncio que começa a fazer-se em nossa praça e em nossas ruas, dantes cheias de vida, de ruído de movimento.*

*Não nos iludamos, querendo reconquistar o comércio intermediário, perdido para sempre por força de circunstancias territoriais e pela natureza das coisas.*

*Abre-se entre nós um vasto campo de prosperidade, muito mais real, muito mais sólida e duradoura.*

*É o campo da industria própria.”<sup>130</sup>*

Assuntos ligados à economia eram freqüentes na *Gazeta Mineira*, à semelhança das folhas do “vale”, que fugiam aos assuntos que pudessem desagradar alguma das parciaisidades, nos fazendo lembrar o cabeçalho do *Imparcial Semanário*, de 30 anos antes<sup>131</sup>. Mas voltemos

<sup>129</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 13 de Março de 1884. Ano I. Número 13. Iphan.

<sup>130</sup> *Idem*.

<sup>131</sup> “*Esforcemo-nos pois em obter o concurso de todos para o bem de todos, preferindo à discussão de*

às folhas da “segunda montanha”, que ainda não exploramos completamente.

Sobre *O Destino*, também de 1884, tudo o que sabemos está na introdução desse trabalho, e nem sabemos se deu mais de um número. Seu redator, Possido B. de Medeiros, como também já dissemos, é para nós desconhecido, ou seja, não temos sobre ele mais nenhuma informação nas fontes que estudamos. Não deixou inventário.

Em 20 de Setembro de 1885, nasceu uma das folhas mais interessantes que estudamos, *O Domingo*, redigido por Jorge Rodrigues e José Braga<sup>132</sup>, e que são assunto do último capítulo. Deu 23 números, todos a disposição dos pesquisadores, sendo o último de Fevereiro de 1886, ou seja, não durou meio ano.

Um mês depois surgiu o *Alvorada*, do qual só temos o que disse o *S. João del-Rei*:

“Alvorada  
É este o título de um jornalzinho dos alunos do – Colégio Conceição – nesta cidade.  
Vê a luz da publicidade sob a redação de três jovens esperançosos, estudantes distintos, que souberam lançar bonitinhos e mimosos artigos no seu primeiro número.”<sup>133</sup>

Em Abril, o *S. João del-Rei* nos daria a última notícia dessa folha, de ter recebido “o 3º número da *Alvorada*, redigido pelos alunos do Colégio Conceição.”<sup>134</sup> Trata-se, como se vê, de mais uma folha estudantil.

Em 1888, existiu *O Tribunal*, sobre quem a *Verdade Política* disse que:

“Alguns jornais da corte transcreveram há pouco com ares de coisa séria uma pilheria d'O Tribunal, semanário que apareceu entre nós nos princípios deste ano e morreu com o seu terceiro número.”<sup>135</sup>

O redator era José Severiano, filho de Severiano de Rezende mas republicano. João Netto colaborou também n'*O Tribunal*<sup>136</sup>. Também em 1888, a *Verdade Política* anunciou que seria publicado *O Espião*, mas não tivemos sobre essa publicação mais nenhuma informação<sup>137</sup>. Em 17 de Junho de 1889 saiu *O Gladiador*, que definiu em seu cabeçalho que

*princípios abstratos de política a dos remédios para as primeiras e imediatas necessidades do nosso país... Ext. Da Fala com que S. M. I. O SENHOR D. PEDRO 2º abriu a Seção do Corpo Legislativo em 1851.”*

<sup>132</sup> Ver Anexo 1, onde estão juntos.

<sup>133</sup> *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 20 de Março de 1886. Ano I. Número 13.

<sup>134</sup> *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 13 de Abril de 1886. Ano I. Número 16.

<sup>135</sup> *Verdade Política*. São João del-Rei. 25 de Outubro de 1888. Ano I. Número 6. Iphan.

<sup>136</sup> Dele só sobrou um número, de 3 de Maio, na Biblioteca Nacional, e em péssimas condições.

<sup>137</sup> Motivo pelo qual não a incluímos no gráfico 1.

era um “*Jornal bi-mensal, literário, crítico, imparcial e noticioso*.”<sup>138</sup> Mas o número 2 não saiu em Agosto, mas em 7 de Julho, e o terceiro e último em 30 desse mesmo número. O redator chefe era Fausto Mourão, mas diversos outros escreveram com pseudônimos ou com o próprio nome, caso de Carlos Sanzio e Modesto de Paiva, um “*liberal*” e um “*conservador*”. Era uma folha literária, mas não somente, e tomou partido dos caixeiros contra os poderosos comerciantes de São João del-Rei.

Está contada a história de nossas principais fontes. É necessário informar que a economia do Império, ou de São João del-Rei, não passou por movimentos semelhantes aos da imprensa, ou em outras palavras, nem teve ascensão nas décadas de 1820, 1830, 1870 e 1880, nem uma depressão limitada aos anos 1840, 1850 e 1860. Antes que alguém possa imaginar o inverso, ou seja, que períodos de crescimento econômico é que poderiam aquietar a imprensa, explicamos que o inverso também não aconteceu. Os laços entre a história econômica e a história da imprensa política certamente existem, mas não são deterministas. As duas “*montanhas*” foram dois períodos de intenso debate político, que vamos começar a abordar no próximo capítulo, onde estudamos uma das parcialidades, o “*partido conservador*”, pelo ponto de vista de sua própria folha, o *Arauto de Minas*.

---

<sup>138</sup> *O Gladiador*. São João del-Rei. 17 de Junho de 1889. Ano I. Número 1. Biblioteca Nacional. Microfilmes da UFSJ.

## Capítulo 2: O “partido conservador” de São João del-Rei pela sua própria folha

O *Arauto de Minas* era uma folha do “partido conservador”, não só por que assim se afirmava, nem somente por que eram os “conservadores” o público alvo<sup>139</sup>. Mais que isso, os “conservadores” frequentemente reuniam-se na redação desse periódico, como nesse exemplo de 1878, quando o “partido liberal” foi chamado pelo Imperador para assumir o governo:

*“Reunião – Na noite de 10 do corrente houve nesta redação, uma esplendida reunião do partido conservador, sendo discutidas e assentadas medidas de seu interesse, e constituído um Diretório. Reinou entre todos a mais cordial harmonia.”*<sup>140</sup>

Ou nesse testemunho de Balbino da Cunha, um dos chefes “conservadores” da cidade:

*“Achando-se ausentes os Srs. Drs. Aureliano Mourão e Carvalho Rezende, tomamos nós a responsabilidade de convocar para essa noite uma reunião, na tipografia do Arauto de Minas; e aí reunidos os mais influentes de nossos amigos nomeou-se uma comissão incumbida de dirigir o pleito eleitoral.”*<sup>141</sup>

Assim, como voltaremos a observar, a tipografia era um espaço de múltiplas sociabilidades, algumas específicas de um jornal, outras de cunho partidário. Mais do que fazer da tipografia sua sede, o “partido conservador” decidia sobre a política editorial do *Arauto*, conforme explicitado no último número do primeiro ano dessa folha, com negrito NOSSO:

*“Temos permitido, em desafronta a alusões torpes e injurias caluniosas atiradas contra nós e contra amigos nossos, a inserção de alguns artigos na seção – A pedido. De hoje em diante porém, **por deliberação do Partido**, esta Redação, no propósito que tem mantido de não aceitar a luta no terreno a que nos chamam os*

<sup>139</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 4 de Março de 1880. Ano IV. Número 1. “Aos nossos correligionários e alguns amigos particulares enviamos a nossa folha certos de que nos prestarão seu valioso auxílio nesta publicação.” É necessário explicar que o público alvo de um periódico, não é todo o público que se pretende atingir, mas tão somente o principal, o que dá sentido à publicação.

<sup>140</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 13 de Janeiro de 1878. Ano I. Número 45.

<sup>141</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Outubro de 1878. Ano II. Número 30.

*nossos adversários, se recusará a publicações que envolvam frases virulentas e injuriosas.”*<sup>142</sup>

E o “*partido conservador*” decidia inclusive pelo direito de propriedade, confirmando Capelatto<sup>143</sup>, quando diz que uma das primeiras coisas que um historiador precisa saber sobre um jornal é quem eram seus donos:

*“A tipografia do Arauto pertence ao partido conservador desta Cidade e basta isto para que se saiba quem sustenta este periódico e a quem representa ele.”*<sup>144</sup>

Por isso não é de se estranhar que os “*liberais*” atacassem a tipografia do *Arauto* quando pretendiam golpear o “*partido conservador*”. Ser redator do *Arauto* era ocupar o posto de maior destaque na direção desse partido, colaborar com a redação era militar politicamente, assinar a folha era contribuir com o partido. Sabe-se que os partidos não eram organizações regulamentadas, mas lados da política, ou como por vezes usavam, “*parcialidades*”. O “*partido conservador*” de São João del-Rei, por exemplo, não tinha um presidente, ou mesmo um secretário, o que ampliava o poder das folhas partidárias de apontar os chefes, repetindo seus nomes e títulos em todos os números. Nesse aspecto da visibilidade pública, os únicos postos que ombreavam com o de redator de jornal eram os de deputado provincial e geral, e somente dos senadores podemos dizer com certeza que eram mais reconhecidos como direção que os redatores.

Isso por que os partidos do Império, nos quais reconhecemos a irregularidade das formas, eram vidas vertebradas, tinham estruturas sólidas, que exerciam o papel não só de esqueleto, mas de sistema nervoso dos partidos. Era na imprensa periódica que as políticas dos partidos eram colocadas preto no branco. Essas folhas, como estamos vendo no caso do *Arauto de Minas*, tinham nomes próprios e sedes, as tipografias, ou redações, ou oficinas, e exerciam de fato a direção, pois eram a voz dos partidos, reconhecida por amigos e inimigos.

Isso não acontecia somente com o “*partido conservador*”, nem somente em São João del-Rei, como se nota por esse exemplo de 1889, em que “*Por telegrama do Diário de Notícias à Opinião Liberal soube-se ontem à noite nesta cidade que, em consequência da crise, fora chamado para organizar gabinete o conselheiro Saraiva.*”<sup>145</sup>

<sup>142</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 26 de Fevereiro de 1878. Ano I. Número 51.

<sup>143</sup> CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo, Contexto, Ed. da USP. 1988.

<sup>144</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Janeiro de 1879. Ano II. Número 41.

<sup>145</sup> *A Pátria Mineira*. São João del-Rei. 6 de Junho de 1889. Ano I. Número 4. Iphan.

Note-se bem, não foi um telegrama da direção nacional do “*partido liberal*” aos dirigentes de São João del-Rei, mas de uma folha para outra, ambas publicamente ligadas à direção nacional e ao círculo local, no caso uma ala, do “*partido liberal*”. Deve-se notar que isso também faz parte da gramática do poder dessa época.

Somos tentados a falar de partidos dos periódicos, ao invés de, como estamos acostumados e nos parece lógico, falarmos dos jornais como órgãos dos partidos. Mas seria uma redução, e o melhor é logo compreender que os partidos não continham as folhas, nem estas continham os partidos. Entre ambos encontramos um amplo terreno de interseção de sociabilidades, ou seja, de sociabilidades que eram há um tempo partidárias e jornalísticas<sup>146</sup>. Porém, esse terreno comum não inclui toda a existência dos jornais, nem dos partidos.

Os periódicos pretendiam-se “*órgãos*” dos partidos por que era essa a estratégia comum de sobrevivência dessas pretensas empresas. Na qualidade, até 1884, de metades da política, os partidos eram amplos, neles as folhas contavam conseguir assinantes, anunciantes, ou para usar a linguagem de Evaristo da Veiga, “*amigos*” e “*azeite*”!

Portanto as opiniões do *Arauto de Minas* sobre o “*partido conservador*” são representações deste partido sobre si mesmo. A forma como se representavam os “*conservadores*” de São João del-Rei é parte da cultura política sem a qual não existia o partido que formavam. Não se pode separar “*os agentes e os seus atos das imagens que aqueles têm de si próprios e dos inimigos*”, até por que “*são as ações efetivamente guiadas por estas representações*”, as quais “*modelam (...) os comportamentos*”, “*mobilizam (...) as energias*”, “*legitimam (...) as violências*”<sup>147</sup>.

O nome “*partido conservador*”, diz pouco, e isoladamente cria até uma imagem bastante distorcida do mesmo. Começemos lembrando que esse “*partido conservador*” reivindicava para si o liberalismo, pois “*as apreciações sobre os dois partidos, feitas pelos políticos da Europa, não podem ser aplicadas aos de cá, onde com muita justiça é considerado verdadeiro liberal o partido conservador, porque com mais equidade dirige e cura dos direitos do povo,...*”<sup>148</sup>

Mais de dois anos depois, o *Arauto* publicou outra vez que “*Os conservadores são os*

<sup>146</sup> AGULHON, Maurice. *Penitents et Francs-maçons de l'ancienne Provence: essai sur la sociabilité méridionale*. Paris: Fayard, 1984.

<sup>147</sup> BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: Enciclopédia Einandi. V. 5. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1985. Pág. 298.

<sup>148</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 14 de Julho de 1877. Ano I. Número 19.

*verdadeiros liberais*”<sup>149</sup>. Dessa vez reproduzindo um discurso no qual o senador Correia assim explica o “*liberalismo*” dos “*conservadores*”:

“O Sr. Correia – Há no senado algum conservador que não deseje sincera e realmente a execução dos princípios liberais da Constituição?  
(...)  
Em que está mesmo a diferença dos partidos? Em que nós julgamos que na Constituição se encontram princípios que podem realizar as justas aspirações nacionais...”<sup>150</sup>

Em outras palavras, seriam conservadores de uma Constituição liberal, pois assim defendiam ser a carta outorgada por Pedro I em 1824. A existência nessa carta do Poder Moderador seria muito normal, uma vez que “*Se o elemento que predominou foi o monárquico, como não havia ele sobressair caracterizado no poder moderador?*”<sup>151</sup> Mais que isso, o Poder Moderador seria a salvação do país, uma vez que sem ele o “*chefe de um lado político, com os olhos no passado, sob a preocupação do futuro e instigações de convicções enérgicas, cura da perduração dos frutos da vitória, que só lhos arrancará a revolução, por sua vez seguida de outra até a dissolução social, preparada, se não simbolizada, pelas sucessivas ditaduras em nome da liberdade, que torturam.*”<sup>152</sup> Ou seja, o que os “*conservadores*” de São João del-Rei na década de 1870 diziam do Rei era ainda um discurso “*saquarema*”<sup>153</sup>.

Além de garantia da paz política e social, a Constituição de 1824 seria responsável pela unidade do país, sem a qual “*naufregaria no retalhamento da grande pátria em pequenos e ridículos estados, inimigos uns dos outros, (...) para bem depressa desaparecerem absorvidos pela avidez de poderosas Nações.*”<sup>154</sup>

Além disso, as notícias internacionais do *Arauto de Minas* mostravam as monarquias como regimes serenos, e as repúblicas todas como fracassos:

“Portugal – Retirou-se o Ministério, sendo confiada a organização de novo gabinete ao Conselheiro Marquês de Ávila e Bolana.  
Estados Unidos – Foi reconhecido presidente o Sr. Haynes e vice-presidente o

<sup>149</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 26 de Setembro de 1879. Ano III. Número 25.

<sup>150</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 26 de Setembro de 1879. Ano III. Número 25.

<sup>151</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 9 de Julho de 1878. Ano II. Número 16.

<sup>152</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 25 de Março de 1877. Ano I. Número 3.

<sup>153</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo, Hucitec, 1987. Pág. 178. “...uma nova proposição, que reserva ao imperador a à Coroa uma posição privilegiada, porque neutra e capaz de não se deixar levar pelos sentimentos de reação ou vingança...”

<sup>154</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 25 de Março de 1877. Ano I. Número 3.



*Sr. Wheller, candidatos do partido republicano. Havendo reinado a fraude em grande escala na eleição presidencial, tendo-se suscitado grandes e calorosas questões acerca de seu definitivo resultado, resolveu o Congresso, para prevenir a guerra civil que se ia tornando inevitável, confiar a decisão d'este negócio a uma comissão mista composta de membros de ambos os partidos tirados do Congresso, da Câmara e do Supremo Tribunal.*

*Bolívia – O presidente general Duza promulgou um decreto suspendendo as garantias em vista do movimento revolucionário do Dr. Ibanez.*

*Peru – O Governo expediu um decreto ditatorial sobre bancos comerciais.*

*Colômbia – Continua a guerra civil.”<sup>155</sup>*

E o *Arauto* de fato confessava seu objetivo ao publicar tais notas, afirmando que “o exemplo das Repúblicas vizinhas, espelho vivo do que é esse sistema, nos tem mostrado como os mais perniciosos à ordem e a tranqüilidade social”.<sup>156</sup> Havia porém uma pedra no sapato dos monarquistas, que era a Rússia dos tzares, que sempre se tornava notícia por suas lutas políticas. O *Arauto de Minas* tratava esse grande império euro-asiático como uma exceção no mapa das monarquias, e culpava o czar, que seria tirano e influenciado por uma “cigana”, ou seja, a pessoa e não a instituição monárquica<sup>157</sup>.

Mas voltemos aos “*verdadeiros liberais*”, que para reivindicarem tal título tinham uma explicação histórica:

*“No primeiro reinado houve dois partidos com idéias diametralmente opostas: o partido liberal e o partido absolutista.*

*Dada a revolução de 7 de Abril de 1831, desapareceu completamente se não por muito tempo, ao menos durante algum, o partido absolutista, ficando então na arena política o partido liberal imponente, que era idéia nacional.*

*É daí a origem do partido conservador atual, porque este partido segundo a história, dividira-se logo em duas fileiras, a moderada liberal e a liberal exaltada.*

*O grupo moderado liberal de então é o partido conservador atual, é o partido moderado; e a facção liberal exaltada, é a que hoje representa o partido que se denomina liberal...”<sup>158</sup>*

Por isso os “*conservadores*” afirmavam que a origem de ambos os partidos monárquicos “*está na simpatia pelos mesmos princípios, na unidade de vistas a respeito dos pontos cardeais.*”<sup>159</sup>

Por outro lado, se reivindicava o liberalismo para o “*partido conservador*”, o *Arauto* não deixava de afirmar seu conservadorismo, explicando que “*Sua doutrina de conservação*

<sup>155</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei, 8 de Março de 1877, Ano I. Número 1.

<sup>156</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 26 de Agosto de 1877. Ano I. Número 25.

<sup>157</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 21 de Julho de 1881. Ano V. Número 19.

<sup>158</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 8 de Fevereiro de 1880. Ano III. Número 43.

<sup>159</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 7 de Outubro de 1877. Ano I. Número 31.

*não é esse processo químico que transmite (...) em estado perfeito os produtos corruptíveis da natureza; seu pensamento capital é não precipitar o progresso, verificar a necessidade da mudança e prover a ela; e só quanto baste para sua satisfação.”*<sup>160</sup>

Nesse sentido o então deputado provincial “conservador” Diogo de Vasconcellos<sup>161</sup> em discurso republicado pelo *Arauto de Minas* afirmou sobre seu partido que “*reforma para combater as revoluções quando as idéias são a expressão da consciência nacional, das necessidades públicas; não faz propaganda revolucionária, porque passou o tempo das lutas fratricidas.*”<sup>162</sup>

Tratava-se de um discurso rebatendo a acusação de que não existia mais o “partido conservador”. “*O que motiva esta acusação tanto de adversários como de certos correligionários*”, dizia Diogo de Vasconcellos, “*é ter o partido conservador aceito alguns princípios que não sustentara nos primeiros tempos do atual regime de governo.*”<sup>163</sup> Mas concluía o autor de *História Antiga de Minas Gerais* que “*Identificando-nos com a natureza das instituições liberais que a nação conserva, pugnando pelo seu aperfeiçoamento, não postergamos as nossas crenças, cumprimos a nossa missão.*”<sup>164</sup>

Coincidiam com essa versão sobre o “partido conservador” os nomes históricos lembrados em diferentes artigos do *Arauto de Minas*. Logo em seu primeiro número já afirmava “*Bom tempo que mais não torna desde que os Vasconcelos, Paranás e outros tantos conservadores enérgicos foram riscados do livro dos vivos.*”<sup>165</sup>

Esses fantasmas do “partido liberal moderado”, com destaque para os que tornaram-se “regressistas” em 1835, frequentemente reapareciam nas páginas do *Arauto*, que lastimava, “*Há quantos anos desapareceu uma das maiores glórias de nossa província, o Marquês de Paraná?*”<sup>166</sup> E mesmo vitórias desse partido “liberal” extinto na década de 1830 eram lembradas pelos “conservadores” do *Arauto* como suas:

*“Já lá se vão os tempos em que Minas derrotava ministros e mandava à câmara ocupando o primeiro lugar da lista, opositoristas da estatura de Bernardo P. de Vasconcellos.”*<sup>167</sup>

<sup>160</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 24 de Março de 1878. Ano II. Número 4.

<sup>161</sup> Autor de *História Antiga de Minas Gerais* e de *História Média de Minas Gerais*.

<sup>162</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 7 de Outubro de 1877. Ano I. Número 31.

<sup>163</sup> Idem.

<sup>164</sup> Idem.

<sup>165</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei, 8 de Março de 1877, Ano I, Número 1.

<sup>166</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 26 de Maio de 1878. Ano II. Número 12.

<sup>167</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 20 de novembro de 1879. Ano III. Número 33.

O *Arauto de Minas* não se limitava aos elogios aos “*liberais moderados*” que depois tornaram-se “*saquaremas*”. Personagens mais antigos apareciam, como o Alferes Xavier, ao lado de Pedro I, na comemoração do 7 de Setembro de 1877:

*“O sangue do proto-mártir da independência da Pátria, do desventurado Mineiro – Tiradentes, ensopava-lhe o solo em que estorcia-se.*

(...)

*Mais cedo ou mais tarde inevitável era a independência do Brasil, ainda mesmo que esse heróico brado não tivesse de sair do peito do ilustre personagem que dela se fez herói; as conseqüências porém, seriam terríveis e dias funestos e de desgraças teriam de pesar sobre os destinos da nação; em vez de paz e sossego que traz o trono, cerceadas as ambições de aventureiros, se acharia retalhado o nosso território em fracas e pequenas republicas, cuja sorte e futuro seria ainda mais triste que duvidoso.”*<sup>168</sup>

Para o *Arauto de Minas*, Tiradentes seria o “*primeiro mártir da liberdade, no Brasil*”<sup>169</sup>, e o deputado provincial “*conservador*” Xavier da Veiga, em 1880 propôs uma verba de 12 contos para monumentos históricos, sendo 2 contos para túmulo de José de Alencar, 2 para uma estátua de Osório, um “*liberal*”, e 8 para a de Tiradentes.<sup>170</sup> Esse prestígio do Alferes Xavier entre os chefes “*conservadores*” mineiros nos ajuda a entender a facilidade de sua posterior elevação a mito da República<sup>171</sup>. Os “*casquados*” se justificavam pelo tratamento que davam ao alferes, conforme destacamos em negrito:

*“Tiradentes. – Os habitantes de S. José del-Rei tratam de erigir naquela cidade, na praça, onde existe a casa em que se reuniam os inconfidentes, um monumento que perpetue o nome do proto-mártir da liberdade.*

*O pedestal, a coluna e a estatueta, serão feitos de mármore extraído da serra de S. José.*

***Tiradentes é um nome nacional; não pertence a este ou aquele partido levar a posteridade o renome do co-provinciano que se sacrificou pela liberdade da Pátria comum; e pois, todos devemos concorrer para que se realize tão patriótico intento.”***<sup>172</sup>

Aproveitemos para informar que esse partido, que entre seus líderes mineiros tinha historiadores<sup>173</sup> do peso de Xavier da Veiga e Diogo de Vasconcellos, não se limitava aos

<sup>168</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 9 de Setembro de 1877. Ano I. Número 27.

<sup>169</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 23 de Maio de 1879. Ano III. Número 12.

<sup>170</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 25 de Janeiro de 1880. Ano III. Número 41.

<sup>171</sup> Essa informação somente reforça a análise feita por José Murilo de Carvalho, que partindo de outros dados analisa a apropriação do Tiradentes pelos Partidos Republicanos. CARVALHO, José Murilo. *A Formação das Almas*. Op. Cit.

<sup>172</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 30 de Outubro de 1879. Ano III. Número 30. Iphan.

<sup>173</sup> Não sabemos se o termo era usado na época, mas Xavier da Veiga e Diogo de Vasconcelos eram intelectuais

velhos heróis, esforçando-se por criar mais ícones “*conservadores*”, à semelhança do que na década de 1830 fora feito com José Bonifácio, já em seu elogio fúnebre saudado pelo *Parahybuna* de Barbacena como “*Patriarca da Independência*”<sup>174</sup>. Foi semelhante quando morreram o Duque de Caxias e o Visconde do Rio Branco, em 1880. Quando faleceu Caxias, o *Arauto* dedicou-lhe toda a primeira página, metade da qual era normalmente ocupada pelo folhetim.<sup>175</sup>

Na semana seguinte, mais uma vez publicou a primeira página inteira e metade da segunda só de Caxias<sup>176</sup>, que continuou sendo assunto de colunas inteiras em outros números durante o ano todo.<sup>177</sup> Dominando a Câmara de Vereadores, no mesmo número em que publicou a má notícia, a folha “*conservadora*” já adiantou ao público:

*“Nome de ruas. – Consta-nos que a Câmara Municipal vai dar o nome do pranteado Marechal Duque de Caxias a rua municipal e o do preclaro general Osório à rua Formosa. Muito aplaudimos a homenagem que se presta à memória de tão eminentes servidores da Pátria.”*<sup>178</sup>

E de fato, quinze dias depois a notícia foi confirmada:

*“Denominação de ruas – Por determinação da Câmara Municipal passaram a denominar-se de Duque de Caxias a rua Direita e do General Osório a rua Formosa.”*<sup>179</sup>

A inclusão de Osório, tanto na lei proposta por Evaristo da Veiga quando propôs recursos para o túmulo do “*conservador*” José de Alencar, quanto nessa lei em que a Câmara de Vereadores mudou nomes de ruas dando à principal o nome do “*conservador*” Caxias, visava calar os “*liberais*”. É necessário também lembrar que Caxias e Osório eram veteranos do Paraguai, tendo grande parte de seu prestígio ligado a esse fato, tanto assim que a primeira vez que um logradouro público de São João foi oficialmente batizado com um nome próprio, foi em homenagem a outro veterano do Paraguai, Tamandaré, que virou nome de largo. Nomes relativos a datas e acontecimentos existiam, como rua da Independência, Chafariz da

---

que pesquisavam e escreviam livros de história. Foi Xavier da Veiga que encarregou-se de guardar o acervo inicial do que veio ser o Arquivo Público Mineiro.

<sup>174</sup> LOMBELLO AMARAL, Alex. *O Astro de Minas contra a correnteza regressista*. Monografia de especialização em História de Minas Gerais. São João del-Rei. UFSJ. 2003.

<sup>175</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Maio de 1880. Ano IV. Número 10.

<sup>176</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 23 de Maio de 1880. Ano IV. Número 11.

<sup>177</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 11 de Julho de 1880. Ano IV. Número 17.

<sup>178</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Maio de 1880. Ano IV. Número 10.

<sup>179</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Junho de 1880. Ano IV. Número 12.

Legalidade e rua dos Voluntários, mas nem Pedro I, nem José Bonifácio, nem Pedro II, e ainda nem o alferes Xavier, natural da terra, tinham ganho tamanhos elogios.

Quando faleceu outro líder “*conservador*”, o Visconde de Rio Branco, a tática historiográfica dos “*conservadores*”, de transformá-lo em herói, repetiu-se. Não chegaram a pensar em dar a uma rua o seu nome, mas as páginas do *Arauto* trataram dele número após número.<sup>180</sup> Retratos dele foram vendidos na tipografia, a 5 cinco mil réis cada.<sup>181</sup> Rio Branco era lembrado como emancipador dos escravos, pois era o Presidente do Conselho de Ministros em 1871, quando foi aprovada a Lei do Ventre Livre, e quando os “*conservadores*” falavam dele parecia que a escravidão estava extinta no Brasil. Seu nome seria lembrado não só para glorificar o “*partido conservador*”, quanto para combater o abolicionismo.<sup>182</sup>

Fazia parte da imagem que esse partido divulgava de si mesmo a sua lista de feitos. Mostrava números:

*“... em 1868 tínhamos apenas 620 quilômetros dessa viação; no fim de 1877 ficaram cerca de 2.500 quilômetros em exploração. Os telégrafos elétricos terrestres tiveram grande desenvolvimento, em 1868 não passavam de 1.450 quilômetros, rendendo 26:000\$. No fim de 1877 chegaram a 6.073 quilômetros rendendo 290:000\$000. Fizem-se telégrafos para a Europa, sem o Estado despender real.”*<sup>183</sup>

Considerava ainda que a instrução pública melhorara muito<sup>184</sup>, que os conservadores teriam acabado com dois instrumentos de opressão política, a Guarda Nacional e as prisões arbitrárias<sup>185</sup>, e seria ainda autor das mais importantes reformas e solução para os mais difíceis problemas:

*“O partido conservador foi o termino dessa guerra (a do Paraguai), a reforma progressiva das instituições, as vias férreas, a telegrafia, a navegação a vapor, a escola popular, a emancipação do trabalho escravo, a colonização e a imigração espontânea de colonos europeus, o melhoramento das leis judiciária, hipotecária, da guarda nacional, a extinção do recrutamento, de tudo que, se não nos constitui em primeiro lugar entre nações do novo mundo, contudo assinala-nos grande percurso no caminho do progresso...”*<sup>186</sup>

<sup>180</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 2 de Dezembro de 1880. Ano IV. Número 36.

<sup>181</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Dezembro de 1880. Ano IV. Número 40.

<sup>182</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 24 de Dezembro de 1880. Ano IV. Número 39.

<sup>183</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 20 de Fevereiro de 1879. Ano II. Número 44.

<sup>184</sup> *Idem*.

<sup>185</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 8 de Fevereiro de 1880. Ano III. Número 43.

<sup>186</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 2 de Abril de 1880. Ano IV. Número 5.

De fato, também em São João del-Rei, os “*cascudos*” tinham a preocupação, tal qual os “*saquaremas*” de incentivar “*a expansão dos negócios de comerciantes e capitalistas*”<sup>187</sup>. Basta dizer que desde 1877 até 1881, o principal projeto dos “*conservadores*” foi a construção da Estrada de Ferro Oeste de Minas.

Outro aspecto característico do “*partido conservador*” e do *Arauto de Minas*, exageradamente ostentado por este último, era o catolicismo militante, para usar um termo da época, “*ultramontano*”. Entre Outubro de 1880<sup>188</sup> e Fevereiro de 1881, publicando os nomes dos que contribuía, o *Arauto de Minas* ajudou a arrecadar 501\$180 para uma imagem do Sagrado Coração de Jesus<sup>189</sup>. As visitas de Bispos à cidade eram noticiadas com mais detalhes, ocupando mais espaço e com mais destaque que as visitas do próprio Imperador.<sup>190</sup> Quando faleceu D. Vital, Bispo de Pernambuco, com pouco mais de trinta anos, o *Arauto de Minas* lançou suspeitas de assassinato sobre a “*maçoneria*”(sic)<sup>191</sup>. Vários números continham artigos atacando Voltaire<sup>192</sup>. Mas tudo isso é só amostra diante da publicação do artigo de Estavam Leão, de São Paulo, defendendo o Tribunal do Santo Ofício:

*“A Inquisição constitui um dos argumentos mais batidos contra a intolerância da Igreja; argumento que os nossos adversários têm como irrespondível, apesar de banal.”*<sup>193</sup>

Esse mesmo artigo, que inocenta a “*banal*” Inquisição, ao reconhecer as mortes da Espanha, as atribui à Coroa deste país. Afirma até que o Papa teria sido contra os excessos deste país, mas espantosamente absolve os Reis Católicos: “*Não devemos, apesar de tudo, ser demasiadamente severos para com a Inquisição da Espanha*”.<sup>194</sup>

Essa religiosidade, logo se nota, não estava em nada desligada de toda a política “*conservadora*”, permitindo combater o “*partido liberal*”, que em seu programa incluía o estado laico. Contra o casamento civil defende o casamento religioso indissolúvel como necessário à pátria, pois “*O casamento civil é a consagração do divórcio e o divórcio é a*

<sup>187</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo, Hucitec, 1987. Pág. 167.

<sup>188</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 2 de Outubro de 1880. Ano IV. Número 29.

<sup>189</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 12 de Fevereiro de 1881. Ano IV. Número 46. Um culto “ultramontano”.

<sup>190</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 27 de Agosto de 1880. Ano IV. Número 24.

<sup>191</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 14 de Julho de 1878. Ano II. Número 17.

<sup>192</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 14 de Julho de 1877. Ano I. Número 19.

<sup>193</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 12 de Agosto de 1877. Ano I. Número 23.

<sup>194</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 12 de Agosto de 1877. Ano I. Número 23.

*morte da família*”<sup>195</sup>. Quando os “*liberais*” no governo apresentaram um projeto de cremar cadáveres, o *Arauto* defendeu que isso acabaria com a “*religião dos túmulos*”<sup>196</sup>. Nesse mesmo ano, 1879, o *Arauto* já acusara o governo “*liberal*” de pretender extinguir as ordens religiosas:

“*Extinção das ordens religiosas – O Sr. Ministro da fazenda acaba de propor em seu relatório a extinção das ordens religiosas no Brasil. Pobre religião, onde irás parar em mãos tais!*”<sup>197</sup>

Por sua vez, o “*partido conservador*” se apresentava como defensor da “*Religião do Estado*”:

“*1º Não há programa do partido conservador, adotando reformas anti-católicas. 2º Os chefes conservadores do Senado são em sua quase totalidade defensores da Religião do Estado.*”  
 (...)
 “*4º A imprensa conservadora em algumas províncias é francamente católica, e em toda a parte é ao menos neutra.*”<sup>198</sup>

Assim, em 1878, quando os “*liberais*” foram chamados ao governo por Pedro II, o *Arauto de Minas* não convocou somente os “*conservadores*”, mas todos os católicos para a oposição. Duvidando que o novo Ministério aprovasse a eleição direta, assim se expressou a folha “*conservadora*”:

“*Posta à margem a eleição direta, sucederá o mesmo com a questão religiosa?*”  
 (...)
 *Alerta, pois, católicos!*  
*À postos, soldados da ordem!*”<sup>199</sup>

No mesmo número em que chamou os católicos a fazer oposição ao governo “*liberal*”, o *Arauto de Minas*, convocou a criação de uma nova organização da qual era o centro: “*Reúne-se hoje, à noite, o Club do Arauto.*”<sup>200</sup> Ora, um Club do Arauto só podia ter a função de ser mais amplo que o “*partido conservador*”, e o público a ser recrutado, como estava

<sup>195</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 4 de Março de 1878. Ano II. Número 1.

<sup>196</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 8 de Fevereiro de 1879. Ano II. Número 42.

<sup>197</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Janeiro de 1879. Ano II. Número 38.

<sup>198</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Dezembro de 1880. Ano IV. Número 40.

<sup>199</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 13 de Janeiro de 1878. Ano I. Número 45.

<sup>200</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 13 de Janeiro de 1878. Ano I. Número 45.

nítido em cada número, eram os católicos.

É claro que o *Arauto de Minas*, defensor do Trono e do Altar, nunca iluminava as divergências entre regalistas e ultramontanos, que no entanto existiam. O redator do *Arauto*, Severiano Nunes, era sobretudo ultramontano, mas não é possível estender essa característica ao “partido conservador” de São João del-Rei inteiro. A *Gazeta Mineira*, surgida em 1884, nesse mesmo ano já comprou briga com diversas irmandades, padres e sineiros, ao atacar as festas fúnebres do mês de Novembro. A redação da *Gazeta* era dirigida por “conservadores” e foi um desses que escreveu os artigos polêmicos. É bem aceitável que a divisão que então dividia os católicos de todo o mundo, entre os ultramontanos e os que resistiam ao ultramontanismo, tenha atingido um partido tão católico, quanto o “conservador”.

Também não é possível acreditar que os “conservadores” eram os únicos católicos. É fato, sim, que assim se apresentavam, mas outras fontes mostram que nenhum partido podia ser realmente contra a religião católica. Nas páginas da *Gazeta Mineira*, que também tinha “liberais”, estes aparecem participando de cerimônias religiosas. Em 1889, *A Pátria Mineira*, folha do Club Republicano de São João del-Rei, publicava diversos artigos de padres, e defendeu até que somente países cristãos tinham tido condições de se tornarem repúblicas.

### 1. O associativismo “cascudo”

Em coerência com seu catolicismo exacerbado, os “conservadores” de São João del-Rei se mostraram muito mais ligados às organizações religiosas de leigos que os “liberais”. Publicar os nomes dos integrantes das mesas, os calendários das festas e outras notas das irmandades, ordens terceiras e confrarias era parte da política editorial do *Arauto de Minas*. Lá estão as duas Ordens Terceiras da cidade, quase todas Confrarias e Irmandades, inclusive dos homens de cor, as Mesas das diversas festas, por vezes até de cidades vizinhas. Contudo, as duas organizações religiosas às quais o *Arauto de Minas* deu maior cobertura eram as duas mais atuantes, a Conferência de São Vicente de Paula e, sobretudo, a Misericórdia, cujo patrimônio construído era muito maior que o da Municipalidade.

Esse apego às irmandades nos diz muito sobre a cultura política dos “cascudos”, pois eles mesmos compreendiam o poder pedagógico das associações:

“Sabemos que nas associações, se cada um deixar de cumprir os seus deveres e de usar de seus direitos, virá tudo abaixo.



*Nas nações se dá o mesmo: é preciso que todos zelem pelo que é de todos.*<sup>201</sup>

A forma de organização privilegiada pelo *Arauto de Minas* era uma herança dos tempos coloniais. Seus estatutos não tinham nada parecido com uma igualdade jurídica, que caracteriza a grande maioria das Constituições do século XIX, inclusive a do Império do Brasil. Pelo contrário, nesses estatutos, heranças do período colonial, se previa uma hierarquia onde o poder estava ligado à obrigação e possibilidade de contribuição<sup>202</sup>. Um fragmento do regulamento de uma das associações religiosas de músicos da cidade, a Santa Cecília, é exemplar, pois além de cobrar de entrada novecentos e sessenta reis, e de anualidade trezentos e vinte reis, e de cobrar “*Annatas*”, ou seja, taxas aos dois coros da então Vila por apresentações que fizessem, acrescentava no capítulo oitavo:

*“E por que não pode subsistir perpetuamente esta Confraria, sem esmolas dos nossos Irmãos, estabelecemos, que o nosso Irmão Juiz dará de mesada a quantia de doze mil reis // O Secretário oito mil reis // O Tesoureiro, seis mil reis // O Procurador, quatro mil reis // Cada um dos irmãos da Mesa, dois mil reis // E os Zeladores, um mil reis // A nossa Irmã Juíza doze mil reis // As Irmãs de Mesa, a dois mil reis cada”*<sup>203</sup>

Quando o *Arauto de Minas* divulgava o associativismo religioso, e não questionava suas formas, mesmo sabendo que a participação em associações instrui para a participação no estado, mais especificamente na política do Império, da Província e do Município, é por que defendia, como de fato fazia, que os homens abastados dirigissem o país dissipando suas próprias fortunas, e que os pobres se limitassem a colaborar com tal direção e a receber seus benefícios agradecidos.

Organizações como a Misericórdia e a Conferência de São Vicente de Paula são também reprodutoras dessa lógica, pois nelas se organizavam homens de posses para fazer caridade. Assim, os homens de posses se organizavam, unificando-se em corporações em si poderosas.

A relação dos “*conservadores*” com as irmandades era estreita. Se em cinco anos o *Arauto de Minas* citou o nome de somente 19 falecidos “*conservadores*” da cidade, devemos crer que eram membros atuantes do partido. Destes, nove foram enterrados no cemitério da

<sup>201</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 19 de Março de 1881. Ano V. Número 3.

<sup>202</sup> Se levarmos em conta as raízes gregas da palavra hierarquia, poder celeste, essa frase se torna irracional, um poder celeste que não era celeste, porém o uso corrente dessa palavra refere-se a estruturas sociais de poder, e é esse o uso que fazemos.

<sup>203</sup> GUERRA, Antônio. *Pequena História de Teatro, Circo, Música e Variedades em São João del-Rei (1717 a 1967)*. Juiz de Fora: Sociedade Propagadora Esdeva. 1968. Pág. 22.

Ordem Terceira de São Francisco de Assis, e três no cemitério coberto da Ordem Terceira da Senhora do Monte do Carmo, dando mostras do poder e da riqueza que tinham, mas o mais interessante é que em alguns casos há evidências de que participavam de várias irmandades além das que escolheram para abrigar seus restos mortais. Não descobrimos ainda como chegar a esse nível de detalhe da política da época, mas é provável que as irmandades religiosas fossem espaços de recrutamento de “*correligionários*”, e que nelas o “*partido conservador*” buscasse ampliar suas forças.

Além das irmandades, sabemos que o *Arauto de Minas* era defensor da Filarmônica, da Sociedade Harmonia Familiar, e inimigo da maçonaria. Era freqüente divulgador da Orquestra então regida por Ribeiro Bastos, político do “*partido conservador*”.

## 2. O partido da lei de 28 de Setembro de 1871

Porém, o que podemos aprender sobre o “*partido conservador*” pelas páginas do *Arauto de Minas* vai muito além da imagem que ele pretendia divulgar de si mesmo. Um exemplo é a inserção entre os feitos conservadores da “*emancipação do trabalho escravo*”<sup>204</sup>, em um artigo escrito oito anos antes da Lei Áurea, quando no município de São João del-Rei ainda existiam mais de mil escravos, correspondendo a cerca de 10% da população<sup>205</sup>. Para os escravos que tinham nascido antes de 28 de Setembro de 1871, a lei desse dia previa o Fundo de Emancipação, que nesse mesmo ano de 1880, destinou para o município de São João del-Rei vinte e dois contos, vinte e oito mil e quarenta e três réis, 22:028\$043, que se bem empregados alforriaram no máximo de vinte a trinta escravos.<sup>206</sup>

Dito “*emancipacionista*”, o *Arauto de Minas* publicava “*Pensamentos*” do tipo “*Não acordeis o escravo, porque talvez ele sonhe que é livre*”<sup>207</sup>, e seu racismo chegava a frases como “*Todo crioulo bichento é pernóstico*”<sup>208</sup>.

Considerava-se “*emancipacionista*” por que “*Esclavagistas, seriam homens que gritassem contra a Lei de 28 de Setembro; que a quisessem derrocar; mas destes não há nenhum.*”<sup>209</sup>

A Câmara dos Deputados eleita em 1878, nas eleições em que a tropa cercou a

<sup>204</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 2 de Abril de 1880. Ano IV. Número 5.

<sup>205</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 14 de Abril de 1877. Ano I. Número 6.

<sup>206</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 9 de Outubro de 1880. Ano IV. Número 30.

<sup>207</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 30 de Junho de 1877. Ano I. Número 17.

<sup>208</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 28 de Julho de 1877. Ano I. Número 21.

<sup>209</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Dezembro de 1880. Ano IV. Número 38.

tipografia do *Arauto de Minas*, era toda “liberal”, e os “conservadores” a apelidaram de “*câmara dos servis*”. Mas quando Joaquim Nabuco levantou na Câmara dos Deputados a bandeira da abolição completa e imediata, o *Arauto de Minas* chamou sua maioria contrária ao abolicionismo de “*valente*”<sup>210</sup>.

O *Arauto* não deixava de defender o *status quo* da “*questão do elemento servil*” e os mais diversos e surpreendentes argumentos eram lançados contra o abolicionismo. Noticiando o assassinato de uma senhora por sua escrava, comentava, “*São frutos abolicionistas*”<sup>211</sup>. Nesse mesmo ano de 1881, um escravo preso em Uberaba, matou outro preso por que assim seria condenado a galés, o que preferia a voltar ao seu senhor, Augusto Xavier de Andrade, de São Paulo. Mas tinha que sobrar alguma para os abolicionistas, e o *Arauto* perguntou “*O nhônô Nabuco, chefe dos abolicionistas, não nos dirá que pena deve o Júri aplicar a este galé espontâneo?*”<sup>212</sup>

Quando faleceu o Visconde do Rio Branco, a quem os “conservadores” atribuíam a “*emancipação do elemento servil*”, e ao qual logo começaram a tentar transformar em herói, o *Arauto* fez questão de publicar o que teriam sido os seus últimos momentos, com destaque para uma frase que teria dito no seu delírio final, e que seria a partir de então repetida várias vezes: “*Não perturbem a questão do elemento servil.*”<sup>213</sup>

A aliança tática com os “liberais” “*emancipacionistas*” a respeito da “*questão do elemento servil*” só não resistia às disputas eleitorais, quando o *Arauto* pregava que os “conservadores” lutassem pelo seu partido por que do contrário a escravidão poderia ser abolida de uma hora para outra<sup>214</sup>.

Ademais, o fim imediato da escravidão teria resultados catastróficos pois “*nas estradas bandos de libertos pela lei liberal assaltarão o viandante e levarão a desolação e o luto ao seio das famílias!*”<sup>215</sup>

É impossível não comentar que não encontramos notícias de libertos, que já existiam em grande número, assaltando nas estradas. Mas uma *Gazeta de Juiz de Fora* de menos de um ano depois denunciaria a existência de uma quadrilha atuando na estrada entre Carandaí e Engenho, composta não de libertos ou quilombolas, mas de “*calabreses*”, “*audazes e em*

<sup>210</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 24 de Dezembro de 1880. Ano IV. Número 39.

<sup>211</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 22 de Janeiro de 1881. Ano IV. Número 43.

<sup>212</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 14 de Julho de 1881. Ano V. Número 18.

<sup>213</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 19 de Outubro de 1880. Ano IV. Número 33.

<sup>214</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 12 de Março de 1881. Ano V. Número 2.

<sup>215</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 22 de Outubro de 1881. Ano V. Número 32.

número de 10 ou 12”<sup>216</sup>. Ainda assim, os “*conservadores*” continuaram defendendo que viessem imigrantes italianos e que os escravos representavam o perigo de criminalidade.

O *Arauto de Minas* dizia-se emancipacionista, mas não aceitava nem mesmo algumas medidas que estavam de acordo com a lei de 28 de Setembro de 1871, como a criação e elevação de impostos para desestimular o trabalho escravo. Sobre essas taxas, o *Arauto* republicou o protesto do *Tempo*, do Recife, segundo o qual “*Já não basta ao governo a usurpação de todos os direitos políticos dos cidadãos; quer agora oprimi-los pela miséria, que é a mais dura das escravidões.*”<sup>217</sup>

Quem eram os assinantes dessa folha? Quem sustentava a propaganda anti-abolicionista? Todas as pesquisas envolvendo jornais esbarram na inexistência de listas de assinantes, mas mesmo assim temos algumas respostas. Em primeiro lugar, já sabemos que o “*partido conservador*” de São João del-Rei era dono da tipografia e certamente contribuía ainda mais. Além disso, o *Arauto* publicou evidências de que se espalhava por Minas Gerais e outras províncias, contudo, somente para uma região o *Arauto de Minas* precisou enviar agentes diversas vezes, a Zona da Mata mineira<sup>218</sup>. Convém ressaltar que essa era então a região com mais escravos na Província, e que seus políticos foram considerados os últimos defensores da escravidão no Brasil. Os “*conservadores*” de São João del-Rei também mantinham boas relações com políticos da região cafeeicultora fluminense, com destaque para Vassouras, para onde migraram famílias de são-joanenses<sup>219</sup>.

Os anúncios não correspondiam à maior parte da sustentação de nenhuma folha de São João del-Rei, mas nem por isso são para nós menos importantes. Era nas páginas do *Arauto* que os fazendeiros anunciavam compras e vendas de terras, rebanhos e escravos, mais que em qualquer outra folha da região. E só por que eram freqüentes, o *Arauto* tinha imagens para esses dois tipos de anúncios, a fuga de escravos e a venda de propriedades imobiliárias:

<sup>216</sup> Arquivo Histórico da Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Juiz de Fora. *Gazeta de Juiz de Fora*. 11 de Março de 1882, N 19.

<sup>217</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 12 de Fevereiro de 1880. Ano III. Número 44.

<sup>218</sup> Em Dezembro de 1880, por exemplo, João Luiz Gonzaga Baptista Lopes e Antonio Francisco de Paula partiram, cada um fazendo um caminho, para as cidades de Juiz de Fora, Rio Preto, Valença, Mar de Espanha, Rio Novo, Pomba, Ubá, Cataguazes, Leopoldina e São Paulo de Muriaé para receber assinaturas e conseguir mais assinantes. *O Arauto de Minas*. 17 de Dezembro de 1880. Ano IV. Número 38.

<sup>219</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 12 de Março de 1881. Ano V. Número 2. Era constante no *Arauto* a publicação de falecimentos nessa cidade da província fluminense.



O uso de um desenho de escravo com trouxa de roupa era normal nesses anúncios no país todo, mas o porrete e a cara de raiva do escravo não eram tão comuns, e correspondem à idéia de que os escravos libertos assaltariam nas estradas. Essas informações não são surpresa. De fato, tanto em 1871, quanto em 1884, o “*partido conservador*” mineiro atuou abertamente contra qualquer medida que tocasse na questão da escravidão<sup>220</sup>.

Apesar de todas as defesas que fazia da escravidão, o *Arauto de Minas* só citava seus “*correligionários*” como senhores de escravos quando os alforriavam ou quando legavam alforrias em seus testamentos, mas em 1878, fez questão de noticiar que um certo Adão, ex-escravo, votava nos “*conservadores*”<sup>221</sup>. Quando faleceu o supracitado José Dias de Oliveira, foi muito elogiado por ter alforriado quatro escravos em seu testamento, sendo esse fato usado contra a propaganda abolicionista, mas o *Arauto* não informou que o mesmo deixara cinco pessoas ainda escravas. Pelo contrário, era comum noticiar, por qualquer motivo fútil, que adversários políticos tinham escravos.

A relação direta dos membros desse partido com o trabalho servil não desmente a posição do *Arauto de Minas*. A lista de “*conservadores*” coletada a partir do *Arauto* é enorme, mas para esse assunto só nos interessam os “*conservadores*” que foram inventariados antes de 13 de Maio de 1888, ou seja, a lista fornecida pelos elogios fúnebres do *Arauto de Minas*, pois depois da Lei Áurea os inventários obviamente não nos trazem mais informações nesse sentido. Entre 1877 e 1882, o *Arauto de Minas* indicou os nomes de dezenove “*conservadores*” da cidade de São João del-Rei falecidos. Destes, onze foram inventariados, dos quais oito tinham escravos. Desses oito, seis tinham poucos escravos, provavelmente para serviços domésticos, e que não constituíam a maioria dos bens contabilizados. Dentre os que não foram inventariados, um foi Capitão-do-Mato. Esses dados confirmam o que já sabemos,

<sup>220</sup> CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. Pág. 223.

<sup>221</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 19 de Novembro de 1878. Ano II. Número 32.

que esses “*conservadores*” aceitavam bem a escravidão, mas a partir deles não podemos, nem de longe, afirmar que dependessem diretamente do trabalho escravo.

Esses inventários, porém, são representativos somente dos “*conservadores*” da cidade de São João del-Rei. Já em 1859, se acreditarmos em José Antonio Rodrigues, nas ruas da cidade só habitavam 650 escravos, contra 6.200 do total do município<sup>222</sup>. Se na época do falecimento desses 19 “*conservadores*” o total de escravos do município caíra de mais de seis mil para pouco mais de mil, quão poucos não habitariam a cidade? Supondo que fossem a mesma proporção, 15% do total, chegariam a cerca de 150, o que já coloca os seis “*conservadores*” que encontramos com poucos escravos donos de 10% dos cativos da cidade! Isso sem incluir os dois “*conservadores*” entre os onze inventariados que tinham mais escravos, um com oito e outro com nove, visto que tinham também atividades agrícolas. Desses dois temos evidências que ganhavam dinheiro com o trabalho escravo. Francisco Antônio da Silva Rios<sup>223</sup> era fazendeiro, e seus oito escravos valiam 9:700\$ dos 22 contos que deixou, e como devia 14 contos, seus escravos valiam mais do que realmente tinha. Para este, um dos mais pobres da lista dos onze “*conservadores*” inventariados, a abolição seria a falência imediata. O comerciante lusitano José Dias de Oliveira, por outro lado, um dos mais ricos da mesma lista, com 79 contos de réis, não tinha grande parte de sua fortuna relacionada à escravidão. Seu inventário nos dá evidências de que ganhava dinheiro cobrando *jornal* de seus escravos, mas essa estava longe de ser sua principal renda. Ele emprestava dinheiro, era dono de ações e o grosso de sua fortuna estava em apólices da dívida pública<sup>224</sup>. É conveniente não perder de vista que diversas atividades econômicas estavam ligadas à sorte da escravidão, e as financeiras não são exceção. Segundo Afonso de Alencastro, “*com o regime escravagista ameaçado de abolição, o lastreamento das dívidas e hipotecas que se pautava principalmente nos escravos, torna-se inseguro.*”<sup>225</sup>

Ora, se na cidade era tamanho o vínculo dos “*conservadores*” com a escravidão, o que teríamos se tivéssemos informações dos “*cascudos*” de Nazareth e dos assinantes do *Arauto* na Zona da Mata? Basta dizer que Afonso de Alencastro encontrou entre os fazendeiros da

<sup>222</sup> RODRIGUÊS, José Antônio. *Apontamentos da População, Topografia e Notícias Cronológicas do Município da Cidade de S. João Del-Rei, Província de Minas-Gerais*. São João del-Rei: Editora de José Antônio Rodrigues. 1859. Páginas 8 e 25.

<sup>223</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 24 de Novembro de 1878. Ano II. Número 33.

<sup>224</sup> É possível que temesse o fim da escravidão por motivos econômicos, pois a campanha anti-abolicionista propagava que a libertação teria como uma de suas conseqüências a queda do valor das apólices da dívida pública.

<sup>225</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais*. São João del-Rei (1831-1888). São João del-Rei: AnnaBlume & UFSJ. Pág. 149.

região de São João del-Rei, que inclui Nazareth e outros distritos “*cascudos*”, já na década de 1880, “*apego à escravidão ou imprevidência*”<sup>226</sup>.

Embora alguns “*liberais*”, sobretudo chefes, fossem ricos, era o “*conservador*” o partido da elite econômica de São João del-Rei, no qual a base era composta em boa parte de homens ricos, como pudemos perceber pelos inventários dos militantes falecidos em cinco anos, entre os quais, além dos senhores de escravos, havia ricos sem escravos, e também pelas irmandades das quais faziam parte. Uma nota de falecimento do *Arauto de Minas* nos revela, por conta de um impagável “*apesar*”, que não haviam dúvidas sobre mais essa diferença entre os dois partidos imperiais. Quando faleceu em Juiz de Fora o Tenente Manoel Ferreira Velloso, o que disse o *Arauto* foi “*apesar de não possuir grande fortuna era considerado um dos chefes distintos naquela localidade*”<sup>227</sup>. Ora, no “*partido liberal*” de São João del-Rei os chefes pobres eram diversos. Em relação à escravidão, vale lembrar que alguns dos homens ricos “*cascudos*” não eram senhores de escravos, e que entre os senhores de escravos a maioria absoluta não tinha necessidade econômica deles, ou seja, não iria falir se os perdesse. Existia, contudo, a crença generalizada de que o fim da escravidão devastaria toda a economia, atingindo a todos, e sobretudo os homens ricos temiam essa suposta crise econômica.

### 3. O partido dos portugueses

Porém, esse termo, “*partido nacional*”, também servia para contrabalançar uma antiga e visível característica desse partido, qual seja abrigar a grande maioria dos portugueses, que lhe valia os apelidos de “*cascudo*”, “*pé de chumbo*”, “*marujo*”, “*galego*” e todos os outros atribuídos aos lusitanos. De fato, se o “*partido conservador*” do Segundo Reinado foi fundado por líderes do “*partido liberal moderado*”, como Bernardo Pereira de Vasconcellos e Honório Hermeto de Carneiro Leão, o Visconde de Paraná, também herdou militantes do que o próprio *Arauto* publicou ter sido o “*partido absolutista*”<sup>228</sup>, ou como era apelidado por seus adversários, “*partido português*”. Em São João del-Rei, por exemplo, depois de abafada a Revolução Liberal de 1842, o redator da folha “*conservadora*”, *A Ordem*, ligada ao “*partido conservador*” resultante do racha dos “*liberais moderados*”, não foi outro senão o lusitano

<sup>226</sup> Idem. Pág. 130.

<sup>227</sup> O *Arauto de Minas*. São João del-Rei. 15 de Março de 1879. Ano III. Número 2.

<sup>228</sup> O *Arauto de Minas*. São João del-Rei. 8 de Fevereiro de 1880. Ano III. Número 43.

padre Custódio, que fora redator do *Amigo da Verdade* e do *Constitucional Mineiro*, duas folhas ligadas ao antigo “*partido conservador*”, dos “*caramurus*”, o “*partido português*”, “*absolutista*”. Mais de cinquenta anos depois da separação entre Brasil e Portugal, dos dezenove homens falecidos indicados pelo *Arauto de Minas* entre 1877 e 1882 como “*conservadores*” da cidade de São João del-Rei, nada menos do que quatro eram nascidos na antiga metrópole. As páginas do *Arauto* por vezes refletiam essa influência lusitana, não só por fazer permuta com diferentes folhas de Portugal<sup>229</sup>, como por defender que os nascidos nesse país não eram estrangeiros no Brasil. Seria comum a seguinte conversa, “*É estrangeiro o finado? Sem mais reflexão, se nos diz: - não, senhor, é português.*”<sup>230</sup>

Não podemos considerar que o anti-lusitanismo tenha sido particularmente forte em São João del-Rei. Existiu, mas manifestou-se sobretudo em momentos críticos, a exemplo das semanas de efervescência da crise que derrubou o primeiro reinado, em 1831, e da década de 1880, quando os operários da Estrada de Ferro do Oeste de Minas, em sua maioria imigrados lusos, atuaram nas eleições ao lado dos chefes dessa empresa, “*conservadores*”. Mesmo assim, o *Arauto* não hesitava em sair em defesa dessa população que era parcela razoável do apoio do “*partido conservador*”. Em 1881, por exemplo, a casa do comerciante Sebastião José Nogueira foi atacada com fezes, e o *Arauto de Minas* acusou a polícia de não fazer nada por ser o velho português.<sup>231</sup> Entre 1878 e 1885, sob governos “*liberais*”, foram freqüentes os casos de choques entre a polícia e lusos, sendo estes operários da Oeste ou não, e por vezes quase aconteceram verdadeiras batalhas<sup>232</sup>. Os operários da Oeste chegaram a ser proibidos de usar porretes, de andarem em grupos e até de entrar na cidade<sup>233</sup>. Mas insistimos, esse anti-lusitanismo era muito mais partidário que nacionalista ou nativista, tanto que só passou a se manifestar depois das eleições de 1880, com exceções que também não tinham origem no anti-lusitanismo, a exemplo de um lusitano que teria sido preso por ter um “*liberal*” como inimigo pessoal<sup>234</sup>. Depois dessas eleições municipais, os incidentes multiplicaram-se, a tropa constantemente agredindo os portugueses, que moveram reclamações ao consulado português<sup>235</sup>. O *Arauto de Minas* dava completa cobertura aos operários, que deviam ser atacados pela folha do “*partido liberal*”, a *Situação*, que chegou a ser acusada de ódio de

<sup>229</sup> Ver Anexo 2.

<sup>230</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 4 de Junho de 1881. Ano V. Número 13.

<sup>231</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 30 de Junho de 1881. Ano V. Número 16.

<sup>232</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 18 de Novembro de 1880. Ano IV. Número 34.

<sup>233</sup> Idem.

<sup>234</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 20 de Setembro de 1878. Ano II. Número 25.

<sup>235</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Dezembro de 1880. Ano IV. Número 38.



nacionalidade pela *Tribuna do Comércio*<sup>236</sup>.

Porém, herdar a simpatia dos portugueses não significou herdar as bandeiras do “*partido português*” das décadas de 1820 e 1830. Por exemplo, o “*partido conservador*” de São João del-Rei dos tempos da Regência considerava os investimentos em educação desperdício de dinheiro, já o *Arauto de Minas* assim se expressava sobre o assunto:

*“Um povo sem a necessária instrução não tem as habilitações indispensáveis para discernir a verdade da fraude, e corre sempre o risco de ser vítima das suas cegueiras. Para se avaliar como a instrução é essencial até para se gozar da própria liberdade, basta recordar o empenho com que o despotismo mantém a ignorância.*

*Só com efeito o atraso do maior número conserva o predomínio absoluto e a senhoria irresponsável de poucos.”*<sup>237</sup>

E acusava ainda o “*partido liberal*” de ser o verdadeiro inimigo da instrução pública:

*“Nossos adversários sempre no intuito de se fazerem os únicos amigos do povo, de quem se apregoam tribunos naturais e cujas massas procuram aliciar doirando uma pílula enganadora a que chamam liberdade, nos apresentam como retrógrados, inimigos da luz instrutiva e de todo o adiantamento que se traduza em progresso. (...) no Brasil mais convém a ignorância do povo ao partido liberal que a nós. (...) Nesta província, por exemplo, quando ascendeu ao poder o partido conservador, a assembléia provincial unanimemente liberal, porquanto a sanha de um célebre Saldanha Marinho nada havia poupado para vencer as eleições em todos os colégios levando de assalto as urnas, tinha suprimido todos os Externatos a aulas de Latim e Francês, que desde o tempo colonial existiam (...) Eles inscrevem em suas bandeiras disseminação de instrução, nós o executamos.”*<sup>238</sup>

Também as Assembléias Legislativas Provinciais não eram mais consideradas um perigo para a unidade do Império. Delas, os “*conservadores*” já esperavam melhorias semelhantes às que um dia foram reivindicadas pelos “*liberais moderados*”:

*“As Assembléias Provinciais, que, honra lhes seja feita, já têm trabalhado muito para melhorar e dar maiores proporções a instrução primária, volvam agora suas vistas para este grande cometimento: criação de Internatos.”*<sup>239</sup>

Isso não quer dizer que os “*conservadores*” mineiros agora fossem descentralizadores.

<sup>236</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 2 de Setembro de 1880. Ano IV. Número 25. Iphan.

<sup>237</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 14 de Abril de 1877. Ano I. Número 6.

<sup>238</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 21 de Abril de 1877. Ano I. Número 7.

<sup>239</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. Setembro de 1877. Ano I. Número 26.

A posição do *Arauto* a esse respeito é no mínimo interessante. Quando o governo “*liberal*” apresentou projetos de fortalecer as Províncias, citou exemplos europeus que desencorajavam a descentralização<sup>240</sup>. Em um artigo editorial contra a divisão do Sul de Minas como Província a parte, o *Arauto* deixou escapar que não era contra todo tipo de descentralização. Pelo contrário, era a favor de mais poder para os Municípios, e não para as Províncias que, pelo contrário, deveriam talvez até desaparecer no futuro.<sup>241</sup> Fortalecer as Províncias seria um perigo para a unidade do Império, mas fortalecer os Municípios não seria nada de tão grave.

Ora, era por ter combatido o federalismo da década de 1830 que os “*conservadores*” tinham o hábito de crismarem-se como “*partido nacional*”<sup>242</sup>. Julgavam que os “*liberais exaltados*” tinham posto em risco a “*unidade nacional*”, com suas propostas autonomistas para as Províncias e suas revoltas diversas.

#### 4. Conclusão

Depois de estudarmos o *Arauto de Minas* e o círculo de seu partido, devemos arriscar traçar um perfil desse agrupamento político atuante e organizado. Suas lideranças, intelectuais formados nas faculdades de Medicina do Rio de Janeiro, com destaque para Balbino da Cunha, ou de Direito de São Paulo, caso de Aureliano Mourão, ou ainda no colégio do Caraça, caso de Severiano Nunes, ou no Seminário de Mariana, faziam coro em torno de um projeto e de posições comuns. A partir de 1877, tendo os “*liberais*” multiplicado sua atuação na imprensa nessa mesma década, e em São João del-Rei mesmo lançado uma folha em 1876, e não podendo ser calados, essas lideranças decidiram adotar a palavra escrita, pois “*cada relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica*”<sup>243</sup>. Não podiam deixar os “*liberais*” com a hegemonia no debate escrito.

E em torno de si os chefes “*casquados*” de São João del-Rei, somente na paróquia da cidade, agrupavam, como vimos, centenas de homens. Diziam aos senhores de escravos que a lei do Ventre Livre devia ser a última referente à “*questão do elemento servil*”, e eram seguidos por muitos destes senhores, cabos eleitorais normalmente ricos e freqüentes anunciantes. Haviam herdado do antigo “*partido absolutista*”, que melhor seria definido como “*pedrino*”, a simpatia dos portugueses, à qual cultivavam e lhes valia muito nas lutas políticas.

<sup>240</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 12 de Maio de 1878. Ano II. Número 10.

<sup>241</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 5 de Maio de 1877. Ano I. Número 9.

<sup>242</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 9 de Julho de 1878. Ano II. Número 16.

<sup>243</sup> GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000. Volume 2. p. 399.

Davam cobertura às irmandades e ordens terceiras, e abusavam do discurso religioso, adotando a postura então chamada de “ultra-montana”.

Estabelecendo sua direção política sobre os homens ricos, senhores de escravos e lideranças das organizações religiosas, conseguiam dirigir toda a sociedade, inclusive pelos meios constitucionais, ou seja, parlamentares.

Exerceram essa liderança não somente para conservar a propriedade, o trono e a religião, mas também para transformar no sentido em que acreditavam ser o progresso. Acreditavam no desenvolvimento conforme as idéias de Adam Smith, de forma que era nas comunicações, como estradas de ferro, telégrafo, correios que acreditavam que o estado mais devia atuar, e daí naturalmente viria todo o progresso, sem necessidade de reformas sociais e políticas.

Vamos ver agora o que essa mesma folha dizia de seus adversários!

### Capítulo 3: “Chimangos” no dicionário “cascudo”

Os redatores do *Arauto de Minas* sabiam ser adversários terríveis para os “liberais”, aos quais atacavam sistematicamente. Atacavam o partido, sua história, suas táticas, suas bandeiras e seus integrantes. Devemos sim desconfiar das fontes, quaisquer que sejam, e as opiniões publicadas no *Arauto de Minas* sobre seus adversários, como veremos agora, são ultra partidárias. Mas isso não significa que não possamos ao mesmo tempo levar em conta que esses chefes “conservadores” procuravam conhecer seus adversários muito bem, inclusive sendo leitores assíduos de seus jornais, a exemplo da folha nacional desse partido, a *Reforma*<sup>244</sup>.

A utilidade da folha do “partido conservador” para aprendermos sobre o “partido liberal” torna-se evidente pelo caso dos símbolos. Graças ao *Arauto de Minas*, e não a fontes “liberais”, é que temos notícias de duas peças do vestuário “liberal”, das quais suas próprias folhas não nos deixaram nenhuma pista. O texto do *Arauto* é claro, um português teria sido preso e espancado por motivo banal - estar usando touca semelhante à que usavam os “liberais” - e conclui ironicamente que “*O Lusitano julgava poder, sem licença usar do distintivo da época e foi parar a sombra!*”<sup>245</sup> Evidentemente, perguntamo-nos como era essa touca, e pensamos no barrete frígio, mas o *Arauto* sempre fala simplesmente de touca, e as folhas “liberais” não tocam no assunto.

Outra peça do vestuário “chimango” parece-nos conhecida. O gabinete era “liberal”, portanto os cargos indicados eram para esse partido, inclusive os de coletor provincial e geral. O *Arauto de Minas*, publicou na seção “*Dizem que...*” “*um roceiro, na loja do Sr. Pedroso, vendo o Coletor de lenço ao queixo, disse-lhe: O senhor é vitima de dores de dentes, sempre o vejo assim!*”<sup>246</sup> Seria lenço branco? É o que imediatamente se pode imaginar, pois mesmo os “conservadores” conheciam o lendário líder “liberal” mineiro, Theófilo Ottoni, como o “homem do lenço branco”.<sup>247</sup> Claro que descobrir que os “liberais” de São João del-Rei, no final do século XIX, usavam uma touca, ou seja lá o que fosse assim chamado pelo *Arauto*, e

<sup>244</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 27 de Janeiro de 1878. Ano I. Número 47. Iphan.

<sup>245</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 28 de Agosto de 1879. Ano III. Número 21.

<sup>246</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 4 de Março de 1880. Ano IV. Número 1.

<sup>247</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 26 de Maio de 1878. Ano II. Número 12.

lenço no pescoço, não é nenhum grande avanço, mas já comprova a validade de uma folha “*conservadora*” para estudar “*liberais*”. Também não saberíamos pelas folhas “*liberais*” que, depois que o comerciante Arcádio fechava seu negócio, “*os patriotas sentavam-se a sua porta para a costumada palestra.*”<sup>248</sup> Parecem simples curiosidades, mas são aspectos da luta política, que se estende ao cotidiano, ampliando simbolicamente o espaço público. Usar touca, lenço e reunir-se de tardezinha na porta do Sr. Arcádio era então uma forma de informar ao público letrado na gramática política, por meio de símbolos, que se era um “*patriota*”. Esse termo era usado pelos “*liberais*”, inclusive por vezes em suas folhas, para se referirem aos seus. O *Arauto de Minas* só utilizava esse termo para os adversários quando se tratava de uma mofina em que o colocava na boca de um personagem “*liberal*”, ou seja, de forma irônica. É provável que tivesse um significado nativista para os próprios “*liberais*”, pois aos adversários “*conservadores*” chamavam pelos apelidos referentes aos portugueses, como “*cascudo*”, “*pé-de-chumbo*”, “*marinheiro*” etc. Ou seja, a polarização seria entre “*patriotas*” e portugueses, o que não correspondia à riqueza das lutas políticas travadas, nem ao fraco e circunstancial anti-lusitanismo existente em São João del-Rei. De fato, o que o termo “*patriota*” nos revela é o uso simbólico da questão nacional por uma das parcialidades políticas.

Existe uma outra utilidade em saber o que os “*conservadores*” publicavam sobre seus adversários. Quando estudamos o que os “*conservadores*” diziam a seu próprio respeito, já vimos opiniões que tinham a respeito de seus adversários. Por exemplo, se o “*partido conservador*” era pelos seus próprios apoiadores considerado o verdadeiro partido liberal, o “*partido liberal*” não o podia ser. Da mesma forma, ao tratar dos “*liberais*”, o *Arauto de Minas* nos informa necessariamente sobre o próprio “*partido conservador*”. Por exemplo, ao zombar de um dos dogmas “*liberais*”, nos informa sobre um dos significados que atribuía à palavra “*democracia*”, desligado da noção de poder da maioria e relacionado aos direitos civis e à igualdade:

*“Partilham as idéias da democracia plena!  
Iguais todos, iguais em tudo...  
Foi pena que se malograsse o projetado baile, pois ai é que havia de ostentar  
ovante (sic.) a igualdade sem limites, a democracia no auge de seu mais belo  
resplendor!...”*<sup>249</sup>

Essa noção de democracia, que não é a única dos “*cascudos*”, aparece novamente em

<sup>248</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 13 de Setembro de 1879. Ano III. Número 23.

<sup>249</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Julho de 1878. Ano II. Número 15.

outra provocação, em época de governo “liberal”, ou seja, em que estes indicavam os suplentes de juízes, na coluna “Dizem que...” “o Sr. Arcádio ao saber da nomeação dos Suplentes de Juiz Municipal exclamara: Não pode ser mais democrata! Atenderam a todas as classes: - fogueteiro, ferrador e ferreiro...”<sup>250</sup>

Por mais que o preconceito com os artesãos fique claro, também fica que os mesmos, no “partido liberal” de São João del-Rei, não estavam excluídos, contrariando a afirmação de Richard Graham de que “Vendeiros e artífices, não importa se possuíssem alguma coisa, eram reunidos junto com trabalhadores braçais e sumariamente excluídos de consideração”<sup>251</sup> Talvez o “partido liberal” o fizesse por falta de “pessoas bem qualificadas”, mas essa era exatamente a acusação do *Arauto de Minas*, e poderoso argumento “conservador” em São João del-Rei, de que deviam governar por que eram mais bem qualificados para isso. Também devemos lembrar que o *Arauto de Minas* podia estar mentindo, ou exagerando, e que esses homens podiam ser de fato donos de suas oficinas, talvez com muitos empregados e até escravos, mas entre os “liberais” de São João del-Rei existiam desde pequenos artesãos até donos de grandes oficinas, e mesmo a mentira, por parte do *Arauto de Minas* nesse caso, só por poder ser verdade teria sentido.

### 1. Uma história “cascuda” dos “chimangos”

Mas vamos começar pelo início. Ambos os partidos contavam com uma interpretação da história do Brasil, parte fundamental de suas culturas políticas. O *Arauto de Minas*, uma folha densa, tinha também uma história “cascuda” dos “liberais”, que vinha à tona quando se encaixava no discurso necessário ao momento. Coloquemos os fragmentos encontrados em ordem cronológica. Eles têm início na Regência, pois o “partido conservador”, como já vimos, se reivindicava herdeiro do “partido liberal moderado”, de forma que não fazia críticas da atuação “liberal” durante o primeiro reinado. Eis o que dizia sobre a Regência:

“...nós tivemos já um governo democrático, uma regência popular ou nomeada pelo povo, despida do poder moderador, cujas prerrogativas ou ficavam silenciosas ou passaram para o executivo como hoje, ou antes, como há pouco pretendia a escola liberal.

*A nação achou-se melhor? Os liberais viveram mais satisfeitos?*

*Não puderam suportar a maioria das urnas quando a eleição era menos influenciada sem a lei de 3 de Dezembro; sentiram o peso da maioria parlamentar*

<sup>250</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 8 de Fevereiro de 1880. Ano III. Número 43.

<sup>251</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. RJ: Editora UFRJ. 1997. Pág. 54.

*contrária; seu regente cedeu a ela o campo, abdicou; e para se desembaraçarem do seguinte pronunciamento popular, da maioria ainda do parlamento, recorreram à praça pública, a cobrir-se com o manto imperial de um menino, restituindo-lhe o exercício do poder moderador, que então lhe convinha, como há pouco lhe desagradava!”*<sup>252</sup>

A Regência teria sido um governo democrático, e os “*liberais*” são identificados com os partidários de Feijó, ou seja, com os então denominados “*progressistas*”<sup>253</sup>. O poder moderador, vetado aos regentes pela Lei da Regência, teria sido “*restituído*” ao monarca pelos próprios “*liberais*” em 1840. Infelizmente, a Regência é um período do qual o *Arauto* nos diz muito pouco. Somente sobre a Revolta de Ouro Preto de 1833, também conhecida como Revolta do Ano da Fumaça, o *Arauto* nos diz que “*tendo-se rebelado a capital, esteve temporariamente nesta cidade a sede do governo provincial*”<sup>254</sup>. Esse ano de 1833 é chamado por “*Um Lageano*”, em um elogio fúnebre ao padre Vicente Joaquim Carlos de Rezende Alvim, de “*ano da fome*”<sup>255</sup>.

Acima, vimos referência ao ano de 1842, o momento imediatamente posterior à Regência. A revolta de 1842 foi marco para os dois partidos envolvidos nessa guerra civil. “*Em que pese aos nossos adversários políticos, nesta Cidade,*” - diz o *Arauto* - “*retrocedamos 35 anos*” (...) “*A história horrível do ano de 1842.*”<sup>256</sup> Trata-se de uma série um tanto longa de citações desse mesmo texto. Primeiro, os “*liberais*” são acusados de terem revoltado a multidão:

*“Enquanto para armarem contra o governo as classes menos ilustradas da sociedade propalavam que ele queria escravizar os homens de cor...*

*(...)*

*Assolando os instintos ferozes da multidão deixavam-na correr a rédea solta pela estrada dos desatinos. Turbas de cacetistas percorriam as ruas insultando com chufas as mais abjetas os cidadãos amigos da ordem. No meio de infernal alarido de gritos de morras, de pedidos de cabeças, quebravam as vidraças e caixilhos das casas dos seus contrários, davam tiros nas portas e janelas, levaram o terror e o susto no interior das famílias...*

*(...)*

*Para excitar o ódio do pobre contra o rico, asseveraram em alto e bom som que o triunfo da revolta saldaria as contas com a praça do Rio, e de então em diante não se pagariam mais juros.*”<sup>257</sup>

<sup>252</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 9 de Julho de 1878. Ano II. Número 16.

<sup>253</sup> *Astro de Minas* entre 1834 e 1839, *Parahybuna* em 1838 ou AMARAL, Alex Lombello. *O Astro de Minas contra a correnteza*. Monografia de Especialização em História de Minas Gerais. UFSJ. 2003.

<sup>254</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Março de 1877. Ano I. Número 4.

<sup>255</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 2 de Abril de 1880. Ano IV. Número 5.

<sup>256</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 6 de Janeiro de 1878. Ano I. Número 44.

<sup>257</sup> *Idem*.

Logo teriam perdido o controle dessa massa de miseráveis:

*“No segundo ou terceiro dia do reinado da constituição de Cacaes, os facciosos desobedeciam as suas autoridades, já bradavam contra elas porque não mandaram decepar incontinentemente as cabeças dos mais distintos legalistas,...*

*(...)*

*Se acossada de longe pelas forças imperiais em razão da ocupação da Serra Negra e Rio do Peixe os rebeldes não se vissem obrigados a evacuar esta cidade, esses próprios que os facciosos tinham amotinado e chamado para as praças públicas teriam sido vítimas da sua desobediência às leis.*

*Tal há sido constantemente a consequência inevitável das revoluções.”*<sup>258</sup>

Em 1842, os “*liberais*” teriam sido derrotados sobretudo politicamente. Não teriam sofrido somente uma derrota momentânea, do movimento armado que faziam, mas uma grande derrota, de todo o seu projeto. Há que se entender que os “*saquaremas*” venceram politicamente por que impuseram a sua versão sobre os episódios de 1842, a exemplo da denominação a partir de então atribuída aos adversários, “*luzias*”<sup>259</sup>. Por isso nos interessa compreender que essa versão capaz de liquidar a toda a política “*liberal*” tinha em São João del-Rei por tema central que tinha colocado em perigoso a ordem<sup>260</sup>:

*“Mas não há mal de que não resulte um bem mais ou menos remoto. Os canibais fizeram a esta cidade durante o seu reinado de barbaria conhecer a diferença que vai de um governo legítimo e regular ao império da multidão. (...) Aqueles que mais bradaram contra a lei das reformas por haver ampliado o direito das buscas, exerceram esse direito de uma maneira assombrosa. Recrutaram a laço os mesmos que vociferavam contra o recrutamento, e as correntes, as algemas, os anjinhos (Um legalista de S. José sofreu este suplício, porque disseram aos canibais que ele andava seduzindo guardas.) foram armados em instrumentos do poder pelo partido que inscrevia nos seus estandartes – Constituição e Liberdade! E ainda isto não é tudo. A ferocidade dos Vândalos chegou a ponto de dar ordens de prisão recomendando o assassinio daqueles a quem se elas dirigiam, e dois ministros do altar não se envergonharam de mandar engatilhar as armas contra presos inermes, contra os infelizes oficiais que arrastados pelos miseráveis por*

<sup>258</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 6 de Janeiro de 1878. Ano I. Número 44.

<sup>259</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo, Hucitec, 1987. Pág. 143. É necessário comentar que nem mesmo sobre a conclusão da batalha de Santa Luzia havia consenso, tendo no entanto se imposto a versão da vitória de Caxias, quando Teóphilo Ottoni e o padre Marinho falavam de uma vitória inicial de suas forças e da subsequente rendição uma vez que espalhara-se a notícia da derrota do movimento em São Paulo.

<sup>260</sup> Nome aliás adota pela folha do “*partido conservador*” logo após sua vitória em 1842, *A Ordem* (1842), redigida por um dos padres que redatoriará *A Verdade Política* e o *Constitucional Mineiro* entre os últimos anos da década de 1820 e os primeiros de 1830. Esse padre também se chamava Custódio, mas muito diferente do Senador, era luso e “*coluna do Trono*”. Vide capítulo 1.



*essas estradas sorveram até a última gota o cálice da amargura.”*<sup>261</sup>

E tudo isso teria sido por nada:

*“Em 1842 acendendo o facho da revolta em Minas e S. Paulo a propósito da lei de 3 de Dezembro, talaram campos, perturbaram o sossego das famílias, paralisaram todas as fontes de produção e riqueza... chegados ao poder, serviram-se da mesma lei e nunca se lembraram de a revogar.”*<sup>262</sup>

Denúncia que se repete:

*“Em 1842 os liberais pegaram em armas, fizeram correr o sangue brasileiro em diversas províncias do Império, por causa da lei de 3 de Dezembro de 1841 (...) Entretanto o partido conservador é que fez desaparecer essa lei desde que reconheceu não ser a mais favorável à liberdade...”*<sup>263</sup>

Ao acusar os “liberais” de terem “acendido o facho da revolta” por nada, o *Arauto de Minas* omitiu o que foi a grande vitória dos “conservadores”, ou “saquaremas”, a vitória política - de volta ao governo em 1844, os “liberais” mantiveram intacta a construção “saquarema”. Em outras palavras, ao menos uma parte significativa do “partido liberal” foi convencida pelo programa dos adversários. De fato, vimos no capítulo 1 que até uma Fala do Trono de um gabinete “saquarema” podia ser cabeçalho de uma folha de um veterano de 1842. Mas isso não interessava ao *Arauto de Minas*, e sim destacar a atuação “liberal” em 1842, que se tornou desculpa para tudo, a exemplo da atuação dos “conservadores” em 1849:

*“nossos adversários... (...) buscam na falta de desculpa plausível, lembrarem-nos as eleições de 1849 (...) A história imparcial com efeito ao registrar essa época lançará a nossa conta, alguns desvairamentos, mas na sua severa imparcialidade os assinará como filhos do desforço vítimas do partido liberal, que, nesta Cidade, sete anos antes, tinha tido o mais censurável procedimento para com os seus adversários”*<sup>264</sup>

Depois de 1842, a história dos “chimangos” no segundo reinado se resumiria, segundo o *Arauto*, a golpes eleitorais, derrubadas e opressão quando no governo, e gritaria na oposição. Sobretudo, os “cascudos” reclamavam dos tempos da Liga Progressista, quando “liberais” e “conservadores” se aliaram em torno de Zacarias de Góes, Nabuco de Araújo e

<sup>261</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 6 de Janeiro de 1878. Ano I. Número 44..

<sup>262</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 12 de Março de 1878. Ano II. Número 2.

<sup>263</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 8 de Fevereiro de 1880. Ano III. Número 43.

<sup>264</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 6 de Janeiro de 1878. Ano I. Número 44.

outros. Para o *Arauto de Minas* a Liga tinha sido o “*partido liberal, em seu domínio de 1863 a 1868.*”<sup>265</sup> Nessa época, “*Os piquetes armados, ostentando a força oficial de que dispunham os amigos do povo, percorriam os subúrbios da Cidade, davam busca aos casebres do pobre e levavam o terror por toda parte.*”<sup>266</sup> Dramático, o *Arauto de Minas* recriminava:

*“As temerosas esposas ouvem ainda os suspiros dos esposos, pobres empregados públicos, que a vossa intransigência lançou à miséria tirando os meios de subsistência, a mãe se recorda do filho que lhe foi arrancado dos braços e que a vossa perseguição acompanhou até aos pantanais do Sul, os adros das Igrejas ainda certificam no avermelhamento de seus muros o sangue que ali foi derramado, quando procurando sufocar a opinião pública que vos amaldiçoava espingardeaveis o povo inerme!”*<sup>267</sup>

Aí estão diversas acusações comuns a todas as oposições da época, o recrutamento, o mal pagamento ou pagamento atrasado dos salários dos funcionários, o uso de tropas durante as eleições, mas ao falar dos “*pantanais do Sul*” o *Arauto* nos indica um forte motivo para o “*partido conservador*” pretender tornar “*partido liberal*” e Liga Progressista sinônimos diante de seus leitores - teria sido o “*partido liberal*” o culpado pela guerra do Paraguai, e nessa citação acima o “*partido conservador*” acusa o governo de então ter enviado à guerra preferencialmente seus adversários políticos, perseguidos “*até aos pantanais do Sul*”. Essa guerra era constantemente lembrada:

*“Foi ainda ontem que findou a guerra paraguaia, sangram ainda as feridas da pátria; em centenas de famílias perdura ainda o luto, e, no entanto, vai-se já fazendo o vazio na corte dos bravos que vieram da terra inimiga trazendo salvos a honra e os interesses nacionais.”*<sup>268</sup>

Como ultimamente essa guerra voltou a ser discutida, informamos que em nossas fontes todas não existiam dúvidas sobre ter sido Lopes um ditador, nem sobre ter sido a guerra necessária ou sobre o heroísmo de seus veteranos. Porém, mesmo os “*casquados*” por vezes deixavam escapar que a continuidade da guerra até o fim foi capricho do Imperador, e não tinham dúvida nenhuma de que os paraguaios foram massacrados:

*“desmoralizados restos de pequenas forças sem armas nem munições não podiam ameaçar-nos mais: com trabalhos e fadigas, mas sem perigos chegaríamos, como*

<sup>265</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 14 de Julho de 1877. Ano I. Número 19.

<sup>266</sup> Idem.

<sup>267</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 26 de Maio de 1877. Ano I. Número 12. Iphan de São João del-Rei.

<sup>268</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 11 de Outubro de 1879. Ano III. Número 27.

*chegamos, não mais a vitória, porém a aniquilação completa e ao extermínio dos Paraguaios.”*<sup>269</sup>

Tanto que, em 1880, o Paraguai criou impostos sobre solteiros, para estimular casamentos e “*compensar a perda da população causada pela longa e terrível guerra com o Brasil, e aliados.*”<sup>270</sup> E se o início da guerra podia ser lançado às contas dos “*chimangos*”, o massacre não. O comandante do final da guerra foi o Conde d’Eu, conhecido como “*liberal*”, mas o governo, desde 1868, estava nas mãos dos “*casquados*”. Ou seja, o *Arauto de Minas* não inventou o massacre para desmoralizar seus adversários. Também devemos salientar que ninguém reclamou de nenhuma das vezes em que se falou de massacre dos paraguaios. Os veteranos eram homenageados e certamente sentiam orgulho de terem participado da guerra, e não deram mostras de se sentirem vexados pelas referências ao extermínio dos adversários.

Mas voltemos aos “*chimangos*”. Ainda durante o governo da Liga Progressista, entre 1863 e 1868, os “*liberais*” teriam ainda o crime de desafiar os dogmas do liberalismo clássico<sup>271</sup>, que o *Arauto* chamava de “*crime de moedeiros falsos por lançarem à circulação papel moeda, sem autorização da Assembléia Geral legislativa.*”<sup>272</sup> Estavam no meio de uma guerra, e em 1860 havia se deflagrado a maior crise bancária da história do Império, mas os “*casquados*” não perdoavam aos seus adversários pecar contra o que hoje chamamos de monetarismo, a crença de que a moeda precisa de lastro entesourado, que a República ainda herdou da Monarquia, mas que Mauá já combatia.

Apesar de um governo, na visão “*casquada*”, tão ruim, os “*chimangos*” teriam ameaçado fazer uma revolução quando foram substituídos no governo pelos “*conservadores*”:

*“Não há quem não se recorde da grita que levantaram os liberais em 1868 com a ascensão do partido conservador.*

*No senado o Sr. Nabuco via no ato imperial nada menos que uma audaz tentativa absolutista.*

*Na câmara temporária, ao passo que o Sr. Saldanha Marinho qualificava de estelionato político a mudança da situação e o Sr. Christiano Ottoni negava ao gabinete de 16 de Julho pão e água e se pudesse até luz e ar para respiração, o Sr. José Bonifácio enxergava em cada ministro um hóspede importuno batendo fora de horas e pedindo agasalho em casa desconhecida.*

*Não contentes com isso lançaram aos quatro ventos o celebre pregão – reforma ou revolução.”*<sup>273</sup>

<sup>269</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 19 de Maio de 1877. Ano I. Número 11.

<sup>270</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 12 de Fevereiro de 1880. Ano III. Número 44.

<sup>271</sup> Por liberalismo clássico entendemos, em economia, Adam Smith e David Ricardo.

<sup>272</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 28 de Abril de 1878. Ano II. Número 8.

<sup>273</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 27 de Janeiro de 1878. Ano I. Número 47. Iphan.

Em 1868, o “*partido liberal*” sequer participou das eleições<sup>274</sup>. Ainda em 1877, encontramos uma circular “*liberal*” que fala da “*abstenção que o partido liberal, em diversas localidades, tem feito dos comícios eleitorais desde 1868, deixando a direção de tudo a descrição dos adversários*”<sup>275</sup>

Teria sido fruto dessa mudança de governo traumática o programa liberal de 1869, que incluía a resolução do problema do elemento servil, várias bandeiras relacionadas à liberdade religiosa e reformas políticas. Os “*conservadores*”, porém, destacavam a parte religiosa desse programa, a exemplo da elegibilidade dos acatólicos.<sup>276</sup>

A comparação entre a queda dos “*liberais*” em 1868 e a do “*conservadores*” em 1878 nos informa algumas coisas sobre esses dois acontecimentos políticos:

*“Em 1868 o partido liberal estava fracionado nos dois grupos – histórico e progressista, cujas forças se equilibravam.*

*Em 1878 o partido conservador estava completamente unido, a situação fortemente consolidada.*

*(...)*

*Em 1868 o Conselheiro Zacarias recusou-se a indicar sucessor.*

*Em 1878 se não houve essa indicação foi porque o Imperador não a exigiu.”*<sup>277</sup>

Entre 1868 e 1878, o Brasil teve uma década de governos “*casquados*”. Foi nesse período que aconteceu a crise religiosa. Dois bispos resolveram seguir a *Bula Syllabus*, que entre outras coisas condenava a maçonaria, apesar desta não receber o beneplácito de Pedro II, e portanto não ter validade no Brasil de acordo com a Constituição de 1824:

*“Em 1874 pelo fato de serem processado os bispos do Pará e de Pernambuco, tocou-se alarma, falou-se de Tibérios e Sejanos, protestou-se por todos os modos e em algumas dioceses tentou-se até formar um novo partido com a denominação de católico.*

*Mais ainda: apesar de já estarem anistiados os dois ilustres prelados e de serem bem conhecidas as excelentes disposições do gabinete Caxias para com a igreja, na eleição de 1876 o clero apresentou-se na liça organizando chapas ou recomendando candidatos que no seu entender traziam limpa a fé de ofício.”*

O “*partido católico*” não vingou, e recebeu ataques tanto dos “*conservadores*” no

<sup>274</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 14 de Julho de 1878. Ano II. Número 17.

<sup>275</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 2 de Dezembro de 1877. Ano I. Número 39.

<sup>276</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 20 de Fevereiro de 1879. Ano II. Número 44.

<sup>277</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 27 de Janeiro de 1878. Ano I. Número 47. Iphan.

<sup>278</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 21 de Março de 1879. Ano III. Número 3.

poder, quanto dos “liberais” na oposição<sup>279</sup>. O *Arauto de Minas* não reclamou, até por que surgiu em 1877 querendo que os processos contra os bispos fossem esquecidos, mas devemos pensar na difícil situação em que Pedro II colocou o “*partido conservador*” ao criar uma briga com a Igreja. Era uma política típica de Pedro II, que repetiu-se em 1878, tendo como vítima dessa vez não os “*casquados*”, mas os “*chimangos*”.

“*Durante quase dez anos*” - a década dos “*casquados*” de 1868 a 1878 - “*os liberais glosaram em todos os tons o decantado mote – poder pessoal.*”<sup>280</sup> Mas, “*Foram simples flores de retórica todos esses discursos campanudos.*”<sup>281</sup> A subida dos “liberais” em 1878 teria sido na prática um desmentido aos dez anos de oposição, pois os “*chimangos*”, que tanto falaram contra o “*poder pessoal*”, em 1878 dele teriam se aproveitado. Sendo assim:

*“Estava reservada ao partido liberal a tristíssima tarefa de firmar o predomínio exclusivo do chefe do estado.  
Estava reservada ao partido liberal a tristíssima tarefa de erigir em dogma político o poder pessoal.”*<sup>282</sup>

Teremos ocasião de observar a repetição de fatos desse tipo, ou seja, o Rei chamar ao poder um partido para fazer o contrário do que agradaria às suas bases. Richard Graham afirmou que “*durante o Império o Partido Conservador empreendia reformas liberais, e os Liberais reforçavam medidas conservadoras. Esse comportamento provinha da própria natureza dos partidos políticos e não merece surpresa.*”<sup>283</sup> Ou seja, ele atribui aos partidos um traço da política de Pedro II, mas fato é que os contemporâneos ficavam surpresos sim, e mais ainda, revoltados. É sabido, por exemplo, que o “*partido conservador*” dividiu-se em 1871 por consequência da Lei do Ventre Livre, e em 1888 rachou outra vez, definitivamente, em razão da Lei Áurea.

## 2. Um presente vergonhoso

Um dos objetivos do *Arauto de Minas* era obviamente afastar as pessoas do “*partido liberal*”, tornando vergonhoso ser seu membro. Por isso mesmo, as alcunhas atribuídas aos

<sup>279</sup> Quando da Questão Religiosa houve a tentativa de formar esse “*partido católico*”, que chegou a lançar manifesto, candidatos e tentar se organizar, sem sucesso.

<sup>280</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 27 de Janeiro de 1878. Ano I. Número 47. Iphan.

<sup>281</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 27 de Janeiro de 1878. Ano I. Número 47. Iphan.

<sup>282</sup> Idem.

<sup>283</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. RJ: Editora UFRJ. 1997. Pág. 222-223.

“liberais” eram inúmeras. “Liberticidas”, “pseudo-liberais”<sup>284</sup>, “liberalanga”<sup>285</sup>, “farrapos”<sup>286</sup>, “chimangos”<sup>287</sup> além de títulos que não conseguimos sequer entender, como “Malcos”,<sup>288</sup> “labarais”<sup>289</sup> e “sabuços da praia”<sup>290</sup>, que podia ser referência tanto à “praieira”, visto que encontramos também o xingamento “partido liberal praieiro”, quanto à rua da Praia<sup>291</sup>, onde ficaram algumas redações de folhas de José Antonio Rodrigues.

Segundo o *Arauto de Minas*, o “partido liberal” não teria um programa que o caracterizasse, “cada vez em oposição – o programa é diverso.”<sup>292</sup> E sobre esses diversos programas, o *Arauto de Minas* lançava à frente dos adversários que “se soubestes apregoar belíssimas reformas nunca as executastes”<sup>293</sup> Aliás, os “chimangos” sequer existiriam:

*“Na opinião do orador não existe hoje o partido liberal, mas o partido conservador que é o verdadeiro partido liberal e o partido republicano; porque o partido liberal monárquico, como se apregoa, esse terceiro partido, que não é conservador nem republicano, é uma excrescência...”*<sup>294</sup>

Sobre essa “excrescência” dizia ainda que “o partido intitulado liberal é por sua teoria democrata na oposição, e por seus atos essencialmente aristocrático no governo.”<sup>295</sup> E por isso teria necessidade de ser autoritário:

*“Para plantar-se o domínio absoluto das grandes famílias oligarcas foi necessário ao partido liberal lançar mão de todos os meios sem o mínimo vislumbre de patriotismo.”*<sup>296</sup>

Também era comum a acusação de que os “liberais” eram “fósforos”, um termo usado para as pessoas que votavam em nome de outras, ou respondiam em nome de outra em qualquer circunstância. E seriam larápios até tratando-se de seus nomes históricos mais caros,

<sup>284</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 26 de Maio de 1878. Ano II. Número 12.

<sup>285</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Julho de 1878. Ano II. Número 15.

<sup>286</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Janeiro de 1879. Ano II. Número 39.

<sup>287</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 18 de Novembro de 1880. Ano IV. Número 34.

<sup>288</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 24 de Janeiro de 1879. Ano II. Número 40.

<sup>289</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 9 de Julho de 1879. Ano III. Número 14.

<sup>290</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 15 de Dezembro de 1878. Ano II. Número 36.

<sup>291</sup> São João del-Rei não fica no litoral, mas em Minas Gerais, no planalto. Contudo, é secular o hábito de chamar o córrego que corta a cidade de Praia.

<sup>292</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 26 de Maio de 1878. Ano II. Número 12.

<sup>293</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 26 de Maio de 1877. Ano I. Número 12. Iphan de São João del-Rei.

<sup>294</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 8 de Fevereiro de 1880. Ano III. Número 43.

<sup>295</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Julho de 1879. Ano III. Número 17. É interessante notar o quanto a semelhança entre os partidos monárquicos, que tornou-se moeda corrente na República, já era parte da discurso dos “conservadores” contra os “liberais”.

<sup>296</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 16 de Outubro de 1878. Ano II. Número 28.

pois quando em São José del-Rei formou-se uma comissão para erguer uma estátua do alferes Xavier, o *Arauto* lançou a desconfiança, “*Em Ouro Preto os progressistas há 12 anos converteram o pelourinho em monumento a Tiradentes e até hoje ainda não chegou a estátua encomendada...*”<sup>297</sup>

Várias foram as ocasiões em que a folha “*conservadora*” atuou com a intenção de lançar a discórdia entre os adversários. Por exemplo, com o intuito de dividir os votos “*liberais*”, quando um candidato apresentou-se no distrito de São João del-Rei concorrendo com o candidato oficial, o *Arauto de Minas*, lançou-lhe uma pergunta envenenada, “*Não sabe que a sua gente é cabresteira e que não desobedece as determinações do governo?*”<sup>298</sup>

Interessa-nos saber mais a respeito da opinião do *Arauto* sobre essa “*gente cabresteira*”, os componentes do “*partido liberal*”. Havia ataques constantes à pobreza da maioria dos “*chimangos*”, com brincadeiras do tipo desta publicada na coluna “*Dizem que...*”, “*...ainda não se achou um liberal chão e abonado para o emprego de Coletor Provincial.*”<sup>299</sup> Além da pobreza de dinheiro, era destacada a carência de estudos acadêmicos por parte dos “*liberais*”, a exemplo do comentário “*que foi preciso recorrer às fileiras conservadores para ser provido o emprego de escrivão da Coletoria.*”<sup>300</sup> Com essa mesma finalidade desqualificadora, quando um governo “*liberal*” começou a distribuir títulos, o *Arauto* publicou essa frase, solta, debochando da simplicidade que caracterizaria os adversários - “*Nois tudo sahiu arferes!*”<sup>301</sup>

### 3. O partido dos negros

A descrição do *Arauto de Minas* sobre uma cavalgada do “*partido liberal*” nos informa de um traço importante sobre a opinião dos “*casquados*” sobre os “*chimangos*”:

“*...tantos eram os tipos grotescos, saídos dos barracos das serras de S. José e Prados, havendo em seu número (contestem se são capazes) dois pretos descalços, que foram vítimas de gostosas vaias.*

(...)

*Arrumassem a bandeira do Rosário nas mãos de um dos muitos Capitães, nas do Chico Corrêa ou nas do Calambao, e estaríamos em pleno reinado do Rosário!*”<sup>302</sup>

<sup>297</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 6 de Dezembro de 1879. Ano III. Número 35.

<sup>298</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 18 de Outubro de 1879. Ano III. Número 28.

<sup>299</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 19 de Abril de 1879. Ano III. Número 7.

<sup>300</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Junho de 1880. Ano IV. Número 12.

<sup>301</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 2 de Outubro de 1880. Ano IV. Número 29.

<sup>302</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 3 de Junho de 1878. Ano II. Número 13.

É impagável a frase entre parênteses “*contestem se são capazes*”, que indica a certeza de que o fato seria vexatório, o que não é estranho em uma folha capaz de uma frase racista como “*Negro muito prosa – é bichento ou ladrão.*”<sup>303</sup> Mas o importante mesmo é a afirmação de que a cavalgada parecia o “*reinado do Rosário*”, ou seja, uma festa de negros. A maioria dos participantes, que para o *Arauto* tinham sido exatamente 74, seria portanto composta por homens de cor. Além de falar da cor dos “*liberais*” em geral, o *Arauto* falava dos chefes individualmente. Temos o “*pardo Vicente, que ainda não provou ser liberto e que é muito ousado em suas ambições*”<sup>304</sup>, que era o advogado Vicente de Paula Teixeira, o “*Beicinho*”. Vimos ao tratarmos das folhas do Comendador Rodrigues que o “*liberal*”, que foi redator de folhas de seu partido, Joaquim Ernesto Coelho seria “*... um caboclo, muito parecido com o rábula Beicinho...*”<sup>305</sup> Outro redator, o advogado Francisco de Paula Pinheiro, como também já vimos, era chamado até de “*preto de ganho.*”<sup>306</sup> Sobre outras duas lideranças “*liberais*”, um delegado e um sub-delegado também o *Arauto* publicou no “*noticiário*”:

*“Partida – Lá se foi a caminho de Vila Rica o intrépido e valente delegado de polícia desta Cidade Antônio Gonçalves de Assis.(...) agregou-se a bagagem do Sr. Raymundo S. Thiago e aqui deixou-nos saudosos e tristes! (...) dois democratas (...) têm eles a vantagem de se parecerem em tudo verdadeiros coolies e assim podem afirmar aos homens de rabicho que a raça não é desconhecida no Brasil.”*  
307

Vicente de Paula Teixeira citado um pouco acima, a quem o *Arauto* diz “*: és um negro, filho do Mane Chico do Vira Saia, moleque esperto, etc.*”<sup>308</sup>, era acusado pelo *Arauto* de ser um péssimo advogado, perder todas as causas, mas soube usar a propaganda racista contra os próprios “*conservadores*”, provocando a resposta da folha “*cascuda*”:

*“Vicente Beicinho, tem procurado achar prosélitos, proclamando urbi at orbi que, quando o tratam de negro, bode, catinguento, ofende-se a uma classe, ataca-se a todos os homens de cor.*  
(...)  
*Ninguém mais do que os conservadores é despido desse preconceito tolo de branquidade: temos homens de cor que são estimáveis correligionários,*

<sup>303</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 20 de Fevereiro de 1879. Ano II. Número 44.

<sup>304</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 15 de Dezembro de 1878. Ano II. Número 36.

<sup>305</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 4 de Maio de 1879. Ano III. Número 9. Iphan.

<sup>306</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 13 de Fevereiro de 1879. Ano II. Número 43.

<sup>307</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 4 de Abril de 1879. Ano III. Número 5.

<sup>308</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 13 de Setembro de 1879. Ano III. Número 23.



*considerados sempre e distinguidos com nomeações para altos cargos.”*<sup>309</sup>

Não foi suficiente, tanto que duas semanas depois o *Arauto de Minas* publicou mais textos contra os argumentos de Vicente Teixeira, dessa vez assinado por “*Um pardo cascudo*”<sup>310</sup>:

*“Não é de hoje que os chimangos procuram intrigar a gente de cor com o partido conservador.*

*Na revolução de 1842 conseguiram seduzir a muito bobo, dizendo que os conservadores queriam captivar os pardos e lá foram muitos pegar armas.*

*Hoje tudo mudou-se: a instrução está espalhada e não há pobre que não leia o seu periódico e por consequência ninguém há que possa negar que o partido conservador é partido do povo, o partido protetor do pobre.”*<sup>311</sup>

Apesar desse discurso atribuído a um “*pardo cascudo*”, como vimos agora mesmo, o *Arauto de Minas* e o *Fluminense* reconheciam a composição popular do “*partido liberal*” e assim explicavam que “*o motivo da massa popular pender mais para o liberalismo, busca a sua origem na falta de desenvolvimento intelectual dos indivíduos que a compõe.*”<sup>312</sup>

Surge a questão dos escravos, em relação imediata com a cor da pele atribuída pelos “*cascudos*” à maioria dos “*liberais*”. A versão do *Arauto de Minas* não primava pela coerência interna nesse assunto, no qual os “*chimangos*” aparecem em diferentes papéis. Sempre que podia, a folha “*conservadora*” destacava a cumplicidade do “*partido liberal*” e dos líderes “*liberais*” com a manutenção da escravidão. A própria folha nacional dos “*liberais*”, a *Reforma*, teria dito do “*liberal*” Sinimbu que “*o presidente do Conselho, hoje grande proprietário de escravos, não consentiria em arruinar-se!*” - e o *Arauto* comenta - “*Como se conhecem os patriotas, como fazem justiça a si próprios!*”<sup>313</sup> Ainda sob governo “*liberal*”, mas já sob o gabinete Saraiva, quando alguns deputados começaram a defender a abolição completa da escravidão, o *Arauto* bateu na mesma tecla:

*“... o presidente do conselho declarou francamente que deixaria o poder se os seus amigos adotassem alguma medida sobre a emancipação.*

*(...)*

*O ministério Rio Branco fez passar a lei de 28 de Setembro: os liberais gritaram contra ela, mas hoje reconhece o conselheiro Saraiva que é impossível melhor*

<sup>309</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 25 de Março de 1880. Ano IV. Número 4.

<sup>310</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 9 de Abril de 1880. Ano IV. Número 6.

<sup>311</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 9 de Abril de 1880. Ano IV. Número 6.

<sup>312</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Dezembro de 1880. Ano IV. Número 40.

<sup>313</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 11 de Fevereiro de 1878. Ano I. Número 49.

*reforma.”*<sup>314</sup>

O *Arauto de Minas* fazia questão também de informar que os “*chimangos*” tinham escravos, como no caso do Ministro de quem o *Arauto* disse que “*Ora, se o Sr. Gaspar Martins surra e vende as escravas, que compra para libertar, o que fará ele com as que compra para conservar na escravidão?*”<sup>315</sup>

Em 1881, o *Arauto*, a título de provocar o chefe “*liberal*” de São João del-Rei, José Antônio Rodrigues, publicou que este teria dito que no dia em que o trem da Estrada de Ferro do Oeste chegasse a São João del-Rei, passaria carta de alforria para seu escravo Benedicto. O *Arauto* pedia ao dono da tipografia onde foram rodadas diferentes folhas “*liberais*”, a exemplo do *São-Joanense*, do *Cinco de Janeiro* e da *Situação*, que cumprisse sua promessa<sup>316</sup>.

Por fim, para ameaçar o Rei em caso de abolição da escravidão, o *Arauto* criou um personagem “*liberá*”, que teria enviado uma Carta ao Imperador<sup>317</sup>:

*“Ilustriçimo Sinhô Imperadô.*

*Amigo i Sinho*

*Mi constando-mi que voça ençelentiçima qué acabá com a raça de negro pra móde botá intaliano e xineis pra fazê as veis de cativo, eu declaro a voçaçinhuria que tenho 2 negro e 3 negra que se axão marticulado individamentes na culitoria quar eu estimo muito por sê erança que tive de minha falicida çogra D. Jistrude da Incarnação de Jesusi viuva que foi de meu çogro Juaquim Aranha que foi liberá até morrê, e nunca, merçê de Deus, votô cascudo.*

*E se voçaçinhuria cahi na asnera de mandá colonho pra meu çitio, eu ajusto um feitô e mando atacá o baciai neça canbada que vem não seu da donde inpuiá os pobre lavradô que veve do seu trabaio; e não sei quar é o intereis de voça inçelentiçima tomá os negro que tão acrimatado cum seu sinhor: não chegô a bandaiera dos ventres livre e agora qué acabá cum a escravação. Pois se vmce fizé eça asnera que é propio de gente atôa e sem (ilegível)gnidade, eu e o compadre Filisberto não avemô de votá liberá (ilegível) seu bobo, e intão avemô de virá arepublicano (ilegível)...”*<sup>318</sup>

Essa carta não precisa de explicações. No mesmo sentido, de incluir os “*chimangos*” entre os escravocratas posicionados na defesa da escravidão, é que encontramos o único caso de elogio do *Arauto de Minas* à “*câmara dos servis*”, eleita no mesmo dia em que a tipografia dessa folha foi invadida. A bandeira abolicionista fora erguida nos debates dessa câmara

<sup>314</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 19 de Outubro de 1880. Ano IV. Número 31.

<sup>315</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 27 de Abril de 1879. Ano III. Número 8.

<sup>316</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 4 de Agosto de 1881. Ano V. Número 21.

<sup>317</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 26 de Fevereiro de 1881. Ano IV. Número 48.

<sup>318</sup> Idem.

“liberal” e de um segundo para outro se modificou a opinião do *Arauto* sobre a “câmara dos servis” dizendo que “*Para protestar contra as pretensões da propaganda abolicionista, ainda há na câmara temporária uma maioria valente e adestrada. ... em várias ocasiões eles têm dado as mais incontestáveis provas de suas idéias adiantadas e genuinamente liberais.*”<sup>319</sup> Que o *Arauto de Minas* tenha reconhecido que deputados “liberais” eram “liberais” é algo de mais peso que lhes ter elogiado as “idéias adiantadas” e a valentia.

Não um “liberal” qualquer, mas o líder da maioria na câmara, e um líder mineiro, Martinho Campos, foi então chamado pelo *Arauto de Minas* de “honrado representante pela província de Minas”<sup>320</sup>. A opinião desse “chimango” sobre o problema era a mesma do *Arauto de Minas*, ou seja, “*A abolição do elemento servil no Brasil está resolvida pela lei de 28 de Setembro de 1871; não há necessidade de outra providência para resolver esse difícil problema...*”<sup>321</sup> E ele também falava em nome da “lavoura”, “... *haja, sobretudo, franqueza, porque a lavoura precisa saber quem é por ela e quem é contra ela.*”<sup>322</sup> Exaltado, em um fragmento de seu discurso nos informa de quem falava como “lavoura”, “*daqueles que são as verdadeiras bestas de carga deste país; daqueles que tem a infelicidade de serem proprietários de escravos; daqueles que não pertencem a essa aristocracia privilegiada, que vive exclusivamente do tesouro público*”<sup>323</sup> Para esse “liberal”, o abolicionismo seria um movimento de homens “*que nem ao menos pela maior parte, são talvez eleitores.*”<sup>324</sup> Contudo, assim como o *Arauto de Minas*, Martinho Campos considerava que “*Neste Império não há uma voz discordante acerca desta questão, ninguém advoga a causa da escravidão...*”<sup>325</sup> Estaria o país dividido entre abolicionistas e emancipacionistas, sendo estes últimos pessoas prudentes, uma vez que a propaganda abolicionista seria perigosa:

*“Ainda no presente eu posso asseverar à v. ex. que um dos maiores proprietários e dos mais dignos de Juiz de Fora, se acha homiziado dentro da sua propriedade, receosos de escravos que são apoiados e excitados pela propaganda irrefletida.”*  
326

Por outro lado, o *Arauto de Minas* acusava o “partido liberal” de culpado pelo abolicionismo crescente:

<sup>319</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 24 de Dezembro de 1880. Ano IV. Número 39.

<sup>320</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 9 de Dezembro de 1880. Ano IV. Número 37.

<sup>321</sup> Idem.

<sup>322</sup> Idem.

<sup>323</sup> Idem.

<sup>324</sup> Idem.

<sup>325</sup> Idem.

<sup>326</sup> Idem.

*“A câmara denominada por um dos mais ativos liberais, de servil esteve continuamente na ociosidade, ou então produzindo projetos como os celebres de que todos têm ciência.*

*Em geral, apóiam os deputados a vontade do governo, e só um ou outro é que se levanta para apresentar algum projeto incendiário de abolição da escravatura.”<sup>327</sup>*

Pior ainda seria a Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais, que teria, entre outras culpas, a de inventar impostos elevados sobre os escravos. Seriam dois contos de réis, 2:000\$000, o preço *“Pela anotação de cada escravo que vier residir na província em virtude de compra, troca, doação in solutum, ou locação por mais de um ano”* (...) *“À mesma taxa ficam sujeitos os escravos que vierem com seus senhores mudados para esta província...”<sup>328</sup>* Depois, esse imposto seria elevado a cinco contos, 5:000\$000.<sup>329</sup> Já vimos que o *Arauto de Minas* dizia-se *“emancipacionista”*. A criação e elevação de impostos para desestimular a escravidão era uma medida aceita e defendida por muitos *“emancipacionistas”*, e que estava de acordo com a lei de 28 de Setembro de 1871, do Ventre Livre. Porém, sobre essas taxas inventadas pelos *“chimangos”*, o *Arauto* republicou o seguinte protesto do *Tempo*, do Recife:

*“Já não basta ao governo a usurpação de todos os direitos políticos dos cidadãos; quer agora oprimi-los pela miséria, que é a mais dura das escravidões.”<sup>330</sup>*

De fato, a ambigüidade da acusação dos *“cascudos”* contra os *“chimangos”* nesse caso se deve à divergência sobre o assunto entre os próprios *“democratas”*, conforme o *Arauto de Minas* nos deixa perceber ao responder à *Reforma*, que tinha reclamado de que *“O boato da emancipação rápida e de um jato do elemento servil é menos que um ridículo aleive, que estão levantando adversários desleais contra o gabinete presidido pelo Conselheiro Cansansão de Sinimbú; não passa de um desvario de imaginação ou de uma arma indigna de cavalheiros.”* O *Arauto* defende a imprensa *“conservadora”* culpando os republicanos, afirmando que *“A República, A Província de S. Paulo e outros órgãos democráticos são os que andam espalhando o boato.”<sup>331</sup>*

Por fim, os *“liberais”* seriam incompetentes para solucionar o problema de mão-de-

<sup>327</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 15 de Janeiro de 1881. Ano IV. Número 42.

<sup>328</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 11 de Agosto de 1881. Ano V. Número 22.

<sup>329</sup> *Idem*.

<sup>330</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 12 de Fevereiro de 1880. Ano III. Número 44.

<sup>331</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 20 de Janeiro de 1878. Ano I. Número 46.

obra que se relacionaria com o fim da escravidão. Dizia o *Arauto de Minas* que “A lavoura, poderoso elemento de nossa riqueza, luta com imensas dificuldades na transição do serviço escravo que a sustenta, para o serviço livre que há de vir.”<sup>332</sup> Para o *Arauto de Minas*:

*“Cumpra, quanto antes, adotar medidas, que viessem completar a obra da humanitária lei, facilitando a introdução de colonos e obrigando o vadio a trabalhar.*

*Em vez disto vemos, porém, os corifeus do liberalismo, os sonhadores de glorioso renome, levantarem a bandeira da emancipação imediata e total!”*<sup>333</sup>

Tudo o que faziam os “liberais” para conseguir mão-de-obra seria incorreto. A colonização russa teria fracassado por que o vice-presidente do Paraná teria aproveitado a ocasião para vender ao estado as suas terras ruins.<sup>334</sup> Outro projeto “chimango” seria a colonização oriental, que para o *Arauto* seria “mongolizar o país!”<sup>335</sup> Dizia a respeito: “Colonos para um país novo, que precisa melhorar seu sistema de lavoura, vindos da nação mais rotineira e atrasada do globo!”<sup>336</sup>

De fato, até o que os “chimangos” não faziam era munição para o *Arauto* acusá-los de não darem a devida atenção à lavoura que “Precisava aumentar a produção, e o governo deixa que apodreçam na ociosidade dezenas ou antes centenas de milhares de retirantes nas províncias do norte.”<sup>337</sup>

#### 4. Inimigos da Igreja Romana e instrumentos da maçonaria

Esses negros, pobres, ignorantes, abolicionistas, maus senhores, partidários dos aristocratas mal fundidos no “partido liberal”, seriam também terríveis inimigos da Igreja:

*“O discurso do Conselheiro Dantas na sessão de 26 de Março veio convencer aos mais incrédulos de que, se há no partido liberal católicos sinceros, os corifeus, com pequenas exceções, querem ver por terra a religião de nossos pais.”*<sup>338</sup>

Mas convém esclarecer que o *Arauto de Minas* aceitava a possibilidade de católicos sinceros entre os “liberais” sobretudo nas bases, mas nem por isso deixava de denunciar, no

<sup>332</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 11 de Setembro de 1881. Ano V. Número 26.

<sup>333</sup> *Idem*.

<sup>334</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 20 de Setembro de 1879. Ano III. Número 24.

<sup>335</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 4 de Outubro de 1879. Ano III. Número 26.

<sup>336</sup> *Idem*.

<sup>337</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 28 de Agosto de 1879. Ano III. Número 21.

<sup>338</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Março de 1877. Ano I. Número 4.

caso do nosso exemplo em tom de chacota, que mesmo entre os mais simples “chimangos” aconteciam desvios da ortodoxia católica romana, superstições:

*“No largo, esperava-o uma salva real de 21 bombões, trabalhados pelo correligionário Manoel fogueteiro, que foi o próprio a lançar fogo à tracaria. No meio porém, nega fogo um bombão e a tracaria para. Foi uma cena cômica; o fogueteiro julga que há na coisa partes do diabo; pensa que o rival Martinho benzeu a sua obra ou arrumou-se feitiço; muda de cor e não quer lançar de novo o tição, antes de ir à casa buscar o livro de S. Cipriano. Como, porém, não o deixam sair, resolve-se ele a deitar fogo aos bombões, tendo rezado primeiramente certas orações contra o tihoso, e havendo feito com o tição diversos sinais cabalísticos, que só ele compreende. Mas a molecagem e a meninada que não acredita em bruxarias, nem em partes de berliques e de berloques, e que só via no fato a ruindade do fogueteiro, fez uma barulhada infernal e soltou-lhe prolongada e tremenda vaia.”<sup>339</sup>*

A irreligiosidade não seria um problema exclusivamente dos “liberais” brasileiros, mas de todos. Dizia o *Arauto*, “Anarquia e ateísmo! Eis os objetivos dos liberais de todos os países, que todos bebem as suas doutrinas nos publicistas franceses, eivados das doutrinas materialistas dos filósofos do século XVIII...”<sup>340</sup>

O governo do “partido liberal” iniciado em 1878 estaria seguindo fielmente esse “liberalismo” ateu. Em Março de 1878, o *Arauto de Minas* declarou que “A anti-católica política do ministério se acha às claras”<sup>341</sup>, e dois meses depois já considera que “O ministério se continuar no adiantamento em que vai, manda fechar todos os templos do Império.”<sup>342</sup> A favor dessas acusações utiliza declarações de inimigos confessos da Igreja Romana, como da *República* ao comemorar que “O governo, finalmente, assumiu o compromisso de reprimir os abusos dos bispos, e do clero fanático, que desconhece as leis do país, e pretende constituir no Estado um outro Estado, tendo por chefe-espiritual e temporal o papa.”<sup>343</sup>

Diversas vezes, denunciou que os “chimangos” estariam perseguindo o clero<sup>344</sup>:

*“Demitido por ser padre – Lê-se na Boa Nova:  
A perseguição ao clero já vai se tornando geral.”<sup>345</sup>*

<sup>339</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 3 de Junho de 1878. Ano II. Número 13.

<sup>340</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 26 de Fevereiro de 1880. Ano III. Número 46.

<sup>341</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Março de 1878. Ano II. Número 5.

<sup>342</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 19 de Maio de 1878. Ano II. Número 11.

<sup>343</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Março de 1878. Ano II. Número 5.

<sup>344</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 14 de Maio de 1881. Ano V. Número 10.

<sup>345</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 14 de Julho de 1878. Ano II. Número 17.

A existência de padres entre os “*liberais*” era denunciada pelo *Arauto* como uma traição<sup>346</sup>. Tratando-se das eleições de 1878, por exemplo:

*“A parte do clero, que supõe poder dormir sem pesadelos rezando uma credo ao Syllabus e outro ao liberalismo, saudou com entusiasmo os novos Palinuros, proclamou a salvação da pátria e não satisfeita com isso colocou-se à frente do movimento eleitoral para dar ganho de causa à situação, cujo programa é um grito de guerra contra o catolicismo! Em alguns lugares houve até procissões!”*<sup>347</sup>

*Syllabus* era o nome da bula papal que gerou a crise entre o governo brasileiro e a Igreja em 1874, que chamamos de questão religiosa. Merece destaque o fato de que o governo, em 1874, era dos “*conservadores*”. A procissão, que o *Arauto de Minas* tornou célebre, aconteceu, em 1878, em São João del-Rei para comemorar a vitória, e foi encabeçada pelo padre Araújo Leite. Diversas vezes o *Arauto* questionou a posição política desse padre, que estaria em oposição à Igreja Romana.

Qualquer deslize, de qualquer político “*liberal*”, era prontamente aproveitado para convencer os leitores do ateísmo dos “*chimangos*”, como no caso em que um chefe “*liberal*” de Mato Grosso, sr. Malheiros, invocou Satanás para guiar o Ministério.<sup>348</sup> Para acusar Joaquim Nabuco de também ser inimigo da Igreja, o *Arauto de Minas* fez malabarismo de assuntos, no debate sobre a liberdade de ensino, que esse líder abolicionista defendia, a Igreja entrou de repente – Nabuco não defenderia a mesma liberdade para a Igreja.<sup>349</sup> No programa “*liberal*” de 1879, além de abolicionismo, o *Arauto de Minas* só enxergava ataques à Igreja do Estado.<sup>350</sup> Ataques nos quais incluía o casamento civil e a secularização dos registros de nascimentos e óbitos lado a lado com a elegibilidade dos acatólicos.<sup>351</sup> As poucas conquistas dos “*chimangos*” em seu programa de liberdade religiosa foram tratadas pelo *Arauto de Minas* como crimes:

*“O juramento religioso foi abolido, secularizaram-se os cemitérios, a maçonaria foi reconhecida como sociedade legalmente instituída; e no parlamento, onde todos os dias aparecem idéias corrosivas e planos concertados no intento de enfraquecer e destruir os efeitos salutares da doutrina católica romana, chegou o escândalo a ponto de ver-se um deputado invocar o diabo pedindo-lhe*

<sup>346</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 6 de novembro de 1879. Ano III. Número 31.

<sup>347</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 21 de Março de 1879. Ano III. Número 3.

<sup>348</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Dezembro de 1880. Ano IV. Número 40.

<sup>349</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 29 de Maio de 1879. Ano III. Número 13.

<sup>350</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 22 de Outubro de 1881. Ano V. Número 32.

<sup>351</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 4 de Março de 1878. Ano II. Número 1.

*influenciasse nos destinos deste Império!*<sup>352</sup>

Por trás dessa hostilidade do “*partido liberal*” à Igreja Católica, haveria uma organização secreta, da qual fariam parte destacados líderes do “*partido liberal*”, a maçonaria. O *Arauto de Minas* chegou a publicar um texto que seria de um maçom belga, afirmando que a maçonaria era a “*alma do liberalismo*”<sup>353</sup>. A folha “*conservadora*” abusava de um fato de conhecimento público, “*O Sr. Conselheiro Saldanha Marinho (...) chefe da maçonaria Unida do Brasil*”<sup>354</sup> era reconhecido pelo *Club da Reforma* como um dos principais chefes republicanos do Brasil e pelo *Club da República* como grande chefe “*liberal*”.<sup>355</sup> Em 1879, foi Saldanha Marinho quem apresentou, em nome do “*partido liberal*”, o projeto de liberdade religiosa,<sup>356</sup> de um Ministério que seria ligado à maçonaria.<sup>357</sup>

## 5. Inimigos da liberdade de imprensa

Uma acusação particularmente cruel aos “*liberais*” era a de desrespeitarem a imprensa oposicionista. O *Arauto de Minas* publicava todas as notícias desses acontecimentos que lhe chegavam, com o duplo objetivo de desmoralizar o governo “*liberticida*” e proteger-se, ao fazer os adversários sofrerem por cada ataque à imprensa.

As formas de combater a imprensa adversária eram decifradas pelos “*cascudos*” de São João del-Rei com maestria. Por exemplo, o *Arauto* denuncia que Carlos Pinto de Figueiredo teria sido demitido do cargo de Contador do Tesouro Nacional por ser pai do redator do *Jornal da Tarde*, Dr. Honório Hermeto. E como não foi suficiente “*Quiseram aniquilar o pai assim como mais tarde querendo fazer calar o filho, efetuaram a compra das máquinas e tipos da Tipografia Americana, conseguindo assim fazer desaparecer o periódico dirigido pelo ilustre jovem, filho de Minas.*”<sup>358</sup>

O próprio *Arauto de Minas* fez para nós um balanço de um ano, sem contar o *Jornal da Tarde*:

*“Em menos de um ano de governo liberal quantos ataques a tipografias se*

<sup>352</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 14 de Maio de 1881. Ano V. Número 10.

<sup>353</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 24 de Setembro de 1880. Ano IV. Número 28.

<sup>354</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 24 de Março de 1878. Ano II. Número 4.

<sup>355</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 26 de Fevereiro de 1878. Ano I. Número 51.

<sup>356</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 28 de Março de 1879. Ano III. Número 4.

<sup>357</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Março de 1878. Ano II. Número 5.

<sup>358</sup> Idem.



*contam?!*

*Jornal do Amazonas, teve busca na tipografia e foi empastelado.*

*O Paranaense e o Jornal do Comércio de Alegrete foram apreendidos, tipografias e redatores!*

*Onze de Junho, de Pelotas, invadido e redator com casa cercada, ameaçado de morte. Trata-se de Moncorvo Junior, que ameaça explodir a tipografia em caso de nova invasão.*<sup>359</sup>

Depois encontramos denúncia do confisco de uma tipografia em Paraíso<sup>360</sup>, de uma tentativa de empastelamento da tipografia do *Quarahy*, de Progresso, durante uma madrugada<sup>361</sup>, e o próprio governo, no Rio de Janeiro, teria mandado capangas rasgarem todos os números d'*O Corsário*<sup>362</sup>. Além dessas denúncias de casos isolados de folhas, o *Arauto de Minas* denunciou que o ministro Dantas estaria querendo acabar com as “*folhas pequenas*”.<sup>363</sup> Outra denúncia interessante não é de atuação do governo contra a imprensa, mas na imprensa:

*“Imoralidade – O governo pediu a câmara que votasse a quantia de 50:000\$ para defender os seus atos na imprensa!*

*De modo que os conservadores, republicanos e dissidentes fornecem impostos, dão o seu dinheiro para os suíços do governo os descomporem pela imprensa.”*<sup>364</sup>

Esses 50 contos para imprensa foram polêmicos, mas aprovados.<sup>365</sup> É interessante que posteriormente os governos tenham adquirido completa autonomia legal para gastar fortunas com os seus “*suíços*”.

## 6. Obscurantistas

Já vimos que os “*conservadores*” pretendiam ser os verdadeiros defensores da difusão da educação pelo povo, portanto não é nenhuma novidade que acusassem os “*liberais*” de inimigos da instrução pública. Logo que os “*chimangos*” subiram ao governo em 1878, o *Arauto* acusou o Presidente de Minas de estar cortando cadeiras públicas de instrução primária, caso da 2ª cadeira primária superior de São João, que teria mais de 40

<sup>359</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 8 de Fevereiro de 1879. Ano II. Número 42.

<sup>360</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 24 de Junho de 1880. Ano IV. Número 15.

<sup>361</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 9 de Outubro de 1880. Ano IV. Número 30.

<sup>362</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 29 de Janeiro de 1881. Ano IV. Número 44.

<sup>363</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 4 de Junho de 1881. Ano V. Número 13.

<sup>364</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 23 de Maio de 1879. Ano III. Número 12.

<sup>365</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 29 de Maio de 1879. Ano III. Número 13.

alunos, quando a 1ª cadeira já contava 60 alunos.<sup>366</sup> Em 1881, o *Arauto de Minas* afirmaria que mais de 50 cadeiras de instrução primária foram suprimidas.<sup>367</sup>

Enquanto cortava cadeiras de professor primário, o governo “*liberal*” tinha recursos para comprar seis mil livros de Jeronymo Sodré<sup>368</sup>, irmão do ministro do império, segundo o *Arauto*, com erros graves em seu conteúdo, por 9 contos de réis, 9:000\$000, segundo denuncia de Xavier da Veiga, que na Assembléia Provincial defenderia negar essa verba, o que de fato aconteceu<sup>369</sup>. Foi também essa gestão “*chimanga*” responsável por deixar os professores sem salário, denúncia confirmada pelas folhas “*liberais*”:

*“Há mais de seis meses acham-se em atraso no recebimento de seus ordenados os professores públicos, nesta província. (...) Pelo regulamento da Instrução pública não pode o professor ocupar-se de negócios estranhos ao magistério nem mesmo nas horas que lhe sobram do ensino.”*<sup>370</sup>

Tendo sido essa denuncia feita em Junho de 1881, em Novembro ainda se podia ler no *Arauto* que “*Há professores que não vêem há 10 meses uma de X!*”<sup>371</sup> Nessa época já existia em São João del-Rei a *Tribuna do Povo*, “*liberal*”, que confirmou essa denúncia.

Por incompetência, esse mesmo governo estaria prejudicando o Internato São José e o Externato. O Presidente da Província teria negado ao Internato São José o uso de um prédio lateral ao Externato, de propriedade deste, que era usado pelo Internato há mais de 20 anos<sup>372</sup>. As conseqüências para o Externato teriam sido horríveis:

*“Externato – Desde que o Sr. Elias mandou expelir do prédio contíguo ao Externato o Colégio S. José, que acham-se as aulas desse estabelecimento sem utensil algum! Em algumas aulas os alunos vêem-se obrigados a sentarem-se no chão!”*<sup>373</sup>

## 7. Um partido partido

Apesar de acusar o “*partido liberal*” em bloco de ter as características acima estudadas, o *Arauto de Minas* também afirmava que esse partido era completamente dividido,

<sup>366</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Março de 1878. Ano II. Número 3.

<sup>367</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 11 de Agosto de 1881. Ano V. Número 22.

<sup>368</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 23 de Dezembro de 1879. Ano III. Número 37.

<sup>369</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Janeiro de 1880. Ano III. Número 38.

<sup>370</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 12 de Junho de 1881. Ano V. Número 14.

<sup>371</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 6 de Novembro de 1881. Ano V. Número 34.

<sup>372</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 28 de Abril de 1878. Ano II. Número 8.

<sup>373</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 12 de Maio de 1878. Ano II. Número 10.

em muitos pedaços. Entre 1877 e 1878, quando o “*partido conservador*” ainda era governo, sua folha em São João del-Rei dizia que “*reina a desordem nos arraiais contrários*”<sup>374</sup>. Mesmo na oposição, o “*partido liberal*” seria uma colcha de retalhos:

*“Como conciliar Zacarias, Dias Cruz, Lima Duarte, Ignácio Martins e Saldanha Marinho, Dantas, Affonso Celso e o seu club, Sinimbú, Lobo e Nabuco? Se uns se ostentam ultramontanos, outros regalistas exagerados e livres pensadores, uns propugnadores da eleição direta, outras da indireta, estes cotando pelo sufrágio universal, aqueles admitindo teorias que entre si se repelem!”*<sup>375</sup>

Além da divisão entre lideranças com posições opostas em vários assuntos, os “*chimangos*” seriam divididos entre lideranças adadoras de Pedro II e uma base que desejava despedaçar o edifício do estado. As lideranças seriam enganadoras, pois teriam instrumentos para falar uma coisa ao povo e outra ao monarca:

*“O partido liberal tem dois órgãos: um, o Club da Reforma, fala ao povo; outro, a minoria do senado e da câmara, fala ao monarca. Um prega os princípios; outro pede o poder. (...) Os liberais chefes querem conservar a Constituição; os liberais soldados querem transforma-la radicalmente: onde está, pois, o partido liberal, no senado ou no Club da Reforma?”*<sup>376</sup>

Em 1878, Pedro II derrubou o gabinete Cotegipe e chamou Sinimbú para formar um gabinete “*liberal*” com a missão de realizar uma reforma eleitoral que deveria estabelecer “*eleições diretas*” para os parlamentares. O *Arauto de Minas* passou imediatamente a fazer oposição, e dentre as várias acusações ao novo governo, a heterogeneidade dos “*chimangos*”:

*“os elementos heterogêneos de que se compõe o novo ministério que para felicitar o país surge à tona da fermentação, vestido das cores com que se adorna o ultra-liberal, pensador livre e republicano”*<sup>377</sup>

Por “*pensador livre*” só podemos entender maçom, e o republicano seria Lafayette:

*“O editorial da República de 7 explica a entrada do Sr. Lafayette no gabinete ‘ou como homenagem às idéias e força republicanas ou como o sacrifício de uma individualidade respeitável à considerações momentosas.’ O que é verdade é que o ministério tem de tudo – desde o monarquismo pessoal do*

<sup>374</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Março de 1877. Ano I. Número 4.

<sup>375</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 30 de Junho de 1877. Ano I. Número 17.

<sup>376</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 8 de Julho de 1877. Ano I. Número 18.

<sup>377</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 13 de Janeiro de 1878. Ano I. Número 45.

*Sr. Sinimbú até o democratismo platônico do Sr. Silveira Martins.”*<sup>378</sup>

E como na oposição o *Arauto de Minas* multiplicou sua atenção sobre os “chimangos”, vamos sabendo de lance por lance, e a interpretação é a mesma, um partido heterogêneo demais, acabaria dividido por brigas internas:

*“Agora mesmo chega-nos a notícia de que serão nomeados conselheiros de Estado os republicanos Saldanha Marinho e Christiano Ottoni. (...) os ministros já não se entendem...”*<sup>379</sup>

Na nota “*Roupa suja lava-se em casa*”, o *Arauto de Minas* sugere que os “farrapos” já estariam tão divididos que “*O governo proibiu o ingresso dos olheiros nas galerias da Assembléia.*”<sup>380</sup> A Câmara estaria então dividida em dois grupos, de um lado Octaviano, Silveira Lobo e Martinho de Campos, de outro Affonso Celso e Dantas.<sup>381</sup> “*Há pouco mais de um mês que está aberto o parlamento e já a situação vai caindo aos pedaços, aos golpes dos próprios democratas.*”<sup>382</sup> Além de brigas feias na Câmara<sup>383</sup>, onde José Mariano teria desafiado A. de Siqueira para uma briga corporal fora do recinto<sup>384</sup>, no respeitável Senado, Sinimbú e Silveira Lobo, dois chefes “liberais”, teriam se enfrentado<sup>385</sup>. Essa divisão do partido governista e do governo abriria possibilidades de divisão do país:

*“Gaspar Martins tem se revelado Rio Grandense, Brasileiro não. Os interesses do Brasil são sacrificados ante o provincialismo do Ministro da Fazenda. Parece que na posição que ocupa, o tribuno Rio Grandense, não perde tempo e nem vasa para que a sua província se torne em estado de romper o vínculo que a prende às suas irmãs; para isso lá se acham já cercados de todo o poder os mais intransigentes caudilhos, de mão alçada e sem que responsabilidade alguma lhes caiba no desbragamento com que procedem nas violências contra os constitucionais!”*<sup>386</sup>

Uma semana depois, o *Arauto* noticiaria a queda desse ministro gaúcho, como noticiava com prazer cada uma das mudanças no Ministério, prognosticando uma crise. O

<sup>378</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 20 de Janeiro de 1878. Ano I. Número 46.

<sup>379</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 12 de Maio de 1878. Ano II. Número 10.

<sup>380</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Janeiro de 1879. Ano II. Número 38.

<sup>381</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Janeiro de 1879. Ano II. Número 39.

<sup>382</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Janeiro de 1879. Ano II. Número 41.

<sup>383</sup> Idem.

<sup>384</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 12 de Agosto de 1880. Ano IV. Número 22.

<sup>385</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Janeiro de 1879. Ano II. Número 41.

<sup>386</sup> Idem.

passar do tempo daria mais e mais munição às folhas “*casculdas*”. Além de nomes de “*liberais*” opositores aos ministros “*liberais*”, como o elogiadíssimo Affonso A. Moreira Penna<sup>387</sup>, começaram a chegar na redação do *Arauto* folhas “*chimangas*” batendo pesado no governo. O *Monitor*, “*liberal*” da Bahia, teria chegado ao ponto de acusar o governo de ter contribuído para a morte de Osório, por decepção.<sup>388</sup> Foram também dois “*liberais*”, Silveira Martins e José Bonifácio<sup>389</sup>, que pediram ao parlamento “*liberal*” que tentasse derrubar o gabinete “*liberal*” com um voto de desconfiança. A divisão entre os “*chimangos*” seria tamanha que o governo teria enviado tropas para cercar a casa onde se reunia a oposição “*liberal*”.<sup>390</sup> Tais divisões se explicariam, segundo o *Arauto de Minas*, também por que:

*“há duas espécies de liberalismo, o radical e o moderado. O radicalismo é o liberalismo lógico, que confessa todos os seus princípios e aceita todas as conseqüências, que dele derivam.*

*Os liberais moderados, admitindo os princípios ou teorias do radicalismo, rejeitam todavia suas conseqüências, e encostam-se ao oportunismo, expediente para ganhar tempo e preparar melhor o sucesso da revolução.*

(...)

*Radicais – Saldanha Marinho, Silveira Martins, José Bonifácio.*

*Moderados – Sinimbú, Affonso Celso”*.<sup>391</sup>

A divisão não se resumiria aos políticos nacionais do partido, mas seria também comum às províncias. No Rio Grande do Sul, uma *Reforma*, folha provincial do “*partido liberal*” estaria atacando o presidente liberal.<sup>392</sup> O próprio Presidente do Conselho de Ministros teria confessado que “*o partido liberal se acha fracionado em todo o Império...*”<sup>393</sup>, no Rio Grande do Sul “*uma parcialidade liberal, esmagava a outra,*”<sup>394</sup> o que também aconteceria em Pernambuco.<sup>395</sup> O *Tempo*, do Maranhão, afirmava também que os “*chimangos*” estariam divididos em diferentes parcialidades em diferentes províncias.<sup>396</sup>

O *Arauto de Minas* procurava essa divisão em São João del-Rei também, mas os motivos, bem de acordo com tudo o que o *Arauto* afirmava sobre seus adversários, seriam sempre indignos, mesquinhos, como a luta por empregos:

<sup>387</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 28 de Março de 1879. Ano III. Número 4.

<sup>388</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 29 de Novembro de 1879. Ano III. Número 34.

<sup>389</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 19 de Abril de 1879. Ano III. Número 7.

<sup>390</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Janeiro de 1880. Ano III. Número 38.

<sup>391</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Julho de 1879. ANO III. Número 15.

<sup>392</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 11 de Março de 1880. Ano IV. Número 2.

<sup>393</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Junho de 1880. Ano IV. Número 12.

<sup>394</sup> Idem.

<sup>395</sup> Idem.

<sup>396</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 30 de Outubro de 1880. Ano IV. Número 32.

*“Anda a liberalanga da Cidade azafamada principalmente em dias de correio à espera da distribuição dos poucos lugares subvencionados, que ainda se acham ocupados por alguns amigos nossos.*

*Tantos são porém os pretendentes que não havendo vaga para todos se atiram mesmo contra os seus correligionários, conservados pela situação passada.”*<sup>397</sup>

O objetivo de uma “notícia” desse tipo, mais que informar a divisão, era criá-la, pois inclusive dava exemplos de “liberais” cujos empregos estariam na alça de mira de seus correligionários, caso de Herculano de Assis Carvalho, coletor das rendas gerais, e Carlos Ratton, Agente do Correio.

Quando das eleições, o *Arauto* afirmou “*que reina a discórdia no campo liberal por causa da eleição de um deputado.*”<sup>398</sup> Um exemplo de briga pré-eleitoral envolvia dois líderes dos “chimangos” de São João del-Rei:

*“No dia 8 do corrente na rua Municipal desta Cidade travaram-se de razões Vicente de Paula Teixeira e o Sr. José Juvêncio Neves.*

*Segundo nos informaram, foi motivo do feio rompimento haver obtido Paula Teixeira uma representação do corpo eleitoral, a fim de que o Diretório Liberal de Ouro Preto o incluía na chapa de deputados provinciais, quando havia convencionado promover a apresentação de seu nome conjuntamente com o do Sr. Arthur Neves, filho do deputado do Sr. Lobo.*

*Entre o epítetos com que o Sr. José Juvêncio mimoseou o deputado em gestação sobressaíram os seguintes: negro, moleque esperto, liberal de fresca data e outros que a decência nos manda calar.*

*O Vicente Teixeira testemunhou logo e prometeu vingar-se do adversário com um processo por crime de injúria.*

*Ambos são liberais..... lá se avenham!”*<sup>399</sup>

Ainda nessas eleições, José Ricardo, um “liberal” ligado a Galdino das Neves afirmou que, “*deixou de votar em preto para votar em branco*”, ou seja, que não votou no “Beicinho”, Vicente Teixeira.<sup>400</sup> Mais uma vez, José Ricardo tenha dito isso ou não, o que o *Arauto* fez foi uma provocação.

Também os padres “liberais” estariam brigando entre si,<sup>401</sup> e mesmo no Fórum, onde vários chefes “cascudos” e “chimangos” atuavam em diferentes posições, teria acontecido uma briga feia, em um julgamento, entre Galdino Neves, José Antonio Rodrigues e Vicente

<sup>397</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 19 de Maio de 1878. Ano II. Número 11.

<sup>398</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 23 de Maio de 1879. Ano III. Número 12.

<sup>399</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 13 de Setembro de 1879. Ano III. Número 23.

<sup>400</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 25 de Janeiro de 1880. Ano III. Número 41.

<sup>401</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Julho de 1878. Ano II. Número 15.

Teixeira, todos três “*chimangos*”.<sup>402</sup>

## 8. Chefes nacionais desqualificados

A lista de chefes nacionais “*liberais*”, vivos ou mortos, que recebem ataques do *Arauto de Minas* é considerável. Assim como a história “*cascuda*” dos “*chimangos*” não abrange o período anterior à Regência, os ataques às lideranças respeitam esse corte cronológico. Ou seja, Tiradentes, embora reconhecido como símbolo “*liberal*”, não é atacado, pois como já vimos, os “*conservadores*” lhe tinham grande respeito. O mais antigo chefe “*liberal*” alvejado é Theóphillo Ottoni, ironicamente tratado como o “*homem do lenço branco*”<sup>403</sup>. Contudo, mesmo por Ottoni havia algum respeito, seria o “*primeiro tributo da extinta geração liberal.*”<sup>404</sup> Um artigo de Moraes Carneiro, que deixou o “*partido liberal*” pelo “*conservador*”, chega a elogiar Theóphillo Ottoni, que foi colocado ao lado de Vasconcellos e Paraná, os dois nomes mais respeitados pelos “*casquados*” de Minas Gerais<sup>405</sup>. Também Osório merecia algum respeito por parte do *Arauto de Minas*, que reconhecia sua popularidade entre os “*liberais*”<sup>406</sup> e lamentou seu falecimento<sup>407</sup>, embora sempre fazendo questão de compará-lo a Caxias, em vantagem desse último.

Ottoni e Osório eram chefes adversários que já não incomodavam. Os contemporâneos do *Arauto de Minas*, por sua vez, não mereciam tamanha tolerância. Dizia deles que “*nos botequins, nos clubs, nos jornais, nos meetings, procuravam, nos dias do ostracismo, angariar a adesão dos papalvos.*”<sup>408</sup>

Um especialmente odiado, por ser um chefe em Minas Gerais e por sua ousadia, era Cesário Alvim. Ainda em 1877, Alvim levantou-se na Câmara dos Deputados para denunciar que o chefe do gabinete “*conservador*”, Barão de Cotegipe, havia “*associado-se a uma empresa comercial, antes de ser ministro, com o fito de auferir lucros a custa da defraudação dos direitos da Alfândega!*”<sup>409</sup>

O *Arauto*, em defesa de seu correligionário publicou o editorial *O suicídio de C.*

<sup>402</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 6 de Fevereiro de 1882. Ano V. Número 47.

<sup>403</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 26 de Maio de 1878. Ano II. Número 12.

<sup>404</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 25 de Janeiro de 1880. Ano III. Número 41.

<sup>405</sup> Idem.

<sup>406</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 5 de Maio de 1877. Ano I. Número 9.

<sup>407</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 11 de Outubro de 1879. Ano III. Número 27.

<sup>408</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 27 de Abril de 1879. Ano III. Número 8.

<sup>409</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 22 de Julho de 1877. Ano I. Número 20.

*Alvim*<sup>410</sup>, onde afirmou “*Como disse um ilustre jornalista está para nós morto politicamente o nosso malfadado coprovinciano.*”<sup>411</sup> Outro especialmente odiado era Saldanha Marinho, conforme já vimos acima<sup>412</sup>.

Em 1878, Sinimbú foi convidado para organizar um gabinete “*liberal*”, encerrando uma fase conservadora de dez anos, e o *Arauto de Minas*, entre diversos e constantes ataques, afirmaria que a palavra “sinimbú”, em sua origem indígena, seria camaleão<sup>413</sup>. Em 1879, os “*conservadores*” se vingaram dos ataques sofridos por Cotegipe, pois Sinimbú, Presidente do Conselho de Ministros, foi pronunciado em crime de bancarrota fraudulenta.<sup>414</sup>

O *Arauto de Minas* imediatamente alimentou esperanças de uma mudança de governo, elogiando Pedro II a quem vinha atacando desde que este chamara os “*liberais*” a constituírem um gabinete. De certa forma, havia por parte da imprensa “*cascuda*” a pretensão de influenciar o Imperador, como confessou dizendo que “*todas as vistas voltadas para os paços régios, esperam o desenlace que a sabedoria suprema dará a tão intrincada questão.*”<sup>415</sup>

Em 1880, outro “*chimango*”, Saraiva, substituiu Sinimbú, e tornou-se alvo privilegiado dos “*casquados*”. Seria uma continuidade de Sinimbú, “*o conselheiro Saraiva, braço forte do ministério Sinimbú, que o apoiava em tudo*”<sup>416</sup>, o que estaria em contraposição ao regime parlamentar, pois apesar de vencido Sinimbú, não teriam ascendido seus adversários<sup>417</sup>. Saraiva era ainda agraciado com a lembrança da Guerra do Paraguai, que teria declarado, e seu governo estaria colocando o país em risco de guerra contra a Argentina<sup>418</sup>.

Saraiva, que acabou fazendo a reforma eleitoral programada pelos “*liberais*”, caiu nas graças do *Arauto de Minas* quando manteve as tropas longe das urnas, entregou seu cargo ao Imperador logo após testar sua reforma nas eleições de 1881, mas o governo não voltou aos “*casquados*”. Ainda foram Presidentes do Conselho de Ministros Martinho Campos, Paranaguá, Lafayette, Dantas e novamente Saraiva, que voltaria a cair nas graças dos “*conservadores*” ao suavizar o projeto Dantas.

Martinho Campos ficou conhecido por afirmar ao subir à chefia do governo, depois de

---

<sup>410</sup> Idem.

<sup>411</sup> Idem.

<sup>412</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 24 de Março de 1878. Ano II. Número 4.

<sup>413</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 9 de Julho de 1879. Ano III. Número 14.

<sup>414</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 10 de Abril de 1879. Ano III. Número 6.

<sup>415</sup> Idem.

<sup>416</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 19 de Outubro de 1880. Ano IV. Número 31.

<sup>417</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 16 de Abril de 1880. Ano IV. Número 7.

<sup>418</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 8 de Janeiro de 1880. Ano IV. Número 41.



30 anos como parlamentar, que não tinha programa<sup>419</sup>. Lafayette, ex-republicano, chegou a ser acusado até de ser membro da Internacional e planejar o assassinato de Pedro II<sup>420</sup>. Eleito senador antes ainda de ser chamado a formar um Gabinete, o *Arauto de Minas* provocou, “*E digam que o Sr. Lafayette não lucrou trocando o barrete frígio pelo chapéu armado!*”<sup>421</sup> Dantas foi elevado ao posto de demônio mor, mais odiado até que Nabuco, a quem o abolicionismo era frequentemente ligado pelas folhas de São João del-Rei.

O ministro Gaspar Martins da Silveira foi acusado de adúltero pelas folhas adversárias gaúchas e o *Arauto de Minas* fez coro, ajudando a anunciar que seria publicado um panfleto descrevendo o caso em detalhes<sup>422</sup>. Esse ministro caiu dias depois, e não ficamos sabendo se o adultério foi publicado em panfleto. Dos ministros, o *Arauto* descia aos senadores e deputados adversários mais ilustres, a exemplo da exploração política do rompimento entre Affonso Celso e Silveira Lobo<sup>423</sup>, e da mofina quando o deputado Martins Affonso ameaçou esbofetear um a um dos espectadores das galerias<sup>424</sup>.

E se respeitava alguns adversários mortos, como nos exemplos do Conselheiro Zacarias, de Osório, Ottoni e do padre José Antonio Marinho<sup>425</sup>, outros tinham os ossos remexidos, a exemplo do velho senador Nabuco, que já falecido foi acusado de ter mentido sobre estar escrevendo uma obra sobre o código criminal do Império<sup>426</sup>.

Respeitado, na vida e na morte, foi Osório, conforme já comentamos, certamente por ser lembrado como bravo comandante da Guerra do Paraguai. É mais um exemplo do poder político dessa guerra, capaz de fazer o *Arauto de Minas* respeitar um “*chimango*”<sup>427</sup>. Quando de seu falecimento, além de culpar por isso aos “*liberais*”, o *Arauto* ainda reivindicou que os “*conservadores*” participassem da organização da missa em homenagem ao marechal também conhecido como Marques de Herval. Como os “*liberais*” não o permitiram, encarregando somente Emerenciano Fioravanti da organização, o *Arauto* disse que a missa foi esvaziada<sup>428</sup>.

Um governo desse monstro só podia ser a anarquia. Da subida de Sinimbu ao governo até que surgisse outro assunto, o *Arauto de Minas* não esqueceu a comparação entre o

<sup>419</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 16 de Fevereiro de 1882. Ano V. Número 48.

<sup>420</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Julho de 1879. ANO III. Número 15.

<sup>421</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Julho de 1879. Ano III. Número 17.

<sup>422</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 8 de Fevereiro de 1879. Ano II. Número 42.

<sup>423</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 20 de Fevereiro de 1879. Ano II. Número 44.

<sup>424</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 14 de Maio de 1879. Ano III. Número 10.

<sup>425</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 11 de Setembro de 1881. Ano V. Número 26.

<sup>426</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 12 de Setembro de 1878. Ano II. Número 24.

<sup>427</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 14 de Agosto de 1879. Ano III. Número 19.

<sup>428</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 6 de novembro de 1879. Ano III. Número 31.

discurso “*liberal*” sobre a troca de situação em 1868 e sua prática em 1878<sup>429</sup>. Até as folhas republicanas foram usadas para bater no novo gabinete e em Pedro II:

“A Província de S. Paulo no editorial de 10 sob a epigrafe – *poder pessoal – começa deste modo:*  
 ‘Com a inesperada mudança política, que veio surpreender o país, o Imperador mais firmou a crença, geralmente aceita, de que não existe entre nós governo representativo.’”<sup>430</sup>

Apesar disso, o *Arauto* também criticou muito que entre os novos ministros existissem republicanos<sup>431</sup>. Aliás, a formação inteira do Ministério, assim como cada mudança em cada pasta, receberam sempre um péssimo tratamento da folha “*casuda*” de São João del-Rei. Porém, assuntos novos mesmo, mudando a pauta do *Arauto de Minas*, surgiram somente quando o novo Ministério começou a apresentar seu verdadeiro programa, ou seja, a dizer o que ia tentar fazer.

Já vimos o bombardeio sobre o projeto de liberdade religiosa. O debate sobre a reforma eleitoral merece um capítulo a parte. A proposta de descentralização, ou seja, de mais autonomia para as províncias, também foi atacado. Quando foi levantada, os “*conservadores*” retomaram o velho discurso centralista, de que havia o risco de separação das Províncias, a começar pelo Rio Grande do Sul<sup>432</sup>. Mas também usaram novos argumentos, ousados:

“Nos Estados Unidos, onde há poucos anos seria um crime de lesa nação o querer-se privar os estados da confederação de certas regalias; vê-se hoje pelas mensagens dos Presidentes e pelas discussões de ambas as câmaras, que as idéias centralizadoras tomam vulto; e na verdade não podia deixar de assim ser depois dos fatos inauditos de corrupção com que aquela grande nação tem escandalizado o mundo.  
 Tudo ali se tem vendido, - cargos, honras, empregos, contratos de fornecimentos para exército etc.  
 (...)  
 Apesar de tudo isto nossos adversários elevam às nuvens os Estados Unidos, só por que se diz – é uma República.  
 Voltaremos à matéria.”<sup>433</sup>

Também a Grã-Bretanha era usada como exemplo centralizador:

<sup>429</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 20 de Janeiro de 1878. Ano I. Número 46.

<sup>430</sup> Idem.

<sup>431</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 27 de Janeiro de 1878. Ano I. Número 47. Iphan.

<sup>432</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 24 de Março de 1878. Ano II. Número 4.

<sup>433</sup> Idem.

*“A aplicação das lei sobre os pobres era negócio local; hoje é um serviço público, localizado em Londres, e dirigido daí por um comissário superior, com repartição especial; transformação operada por um bill de 1834.*

*As cidades estavam na posse de se administrarem soberanamente; porém o bill de 1 de Agosto de 1848 as pôs dependentes de um comitê geral de saúde pública.*

*(...)*

*Em outros tempos a polícia era local, subordinada aos maires, aos juizes de paz e sheriffs; leis posteriores de 1856 criaram uma polícia metropolitana para Londres e seus subúrbios, e outra geral para todos.*

*Vemos também o quanto de 1844 para cá a liberdade dos bancos foi restringida, procurando-se centralizar a emissão.”<sup>434</sup>*

Outro assunto que logo tomou espaço nas páginas do *Arauto de Minas* foram as famosas derrubadas. Os mais diversos cargos públicos eram indicados pelo Presidente, ou pelo Chefe de Polícia, em resumo, pelo governo. Cada derrubada era logo noticiada pelo *Arauto*, dando o nome do demitido e daquele que o substituíá. O senador Ribeiro da Luz fez para nós um balanço:

*“Aqui tenho o quadro das demissões que se tem dado em Minas até Abril deste ano; delegados, subdelegados e adjuntos 2.234, promotores e adjuntos 83, agentes de correio e ajudantes 273; coletores 45, escrivões de coletorias 49, administradores de recebedorias 33, escrivões das mesmas 34, professores públicos 65.*

*Professores públicos removidos forçadamente 47; inspetores de comarca 41; bibliotecários (há só quatro bibliotecas públicas na província) todos quatro e diversos porteiros de externatos e escolas normais. Até os porteiros!”<sup>435</sup>*

Dessa lista estão fora os funcionários das repartições da capital, Ouro Preto, que também sofreram a derrubada. As derrubadas eram denunciadas por todas as oposições no segundo reinado. Assim também eram os aumentos de impostos, denunciados tanto por “*casquados*” quanto por “*chimangos*”, contanto que estivessem na oposição.

O governo “*liberal*” iniciado em 1878 foi, segundo o *Arauto de Minas*, um grande inventor e incrementador de impostos, além dos que já vimos sobre a escravidão. Primeiro encontramos a denúncia de que tinha sido duplicado o imposto do Selo, que além de atingir as correspondências, incidia sobre todos os documentos que se pretendessem legais<sup>436</sup>. Depois, o imposto predial foi estendido aos imóveis desocupados<sup>437</sup>. Um imposto sobre os solteiros foi

<sup>434</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 12 de Maio de 1878. Ano II. Número 10.

<sup>435</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 21 de Agosto de 1879. Ano III. Número 20.

<sup>436</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 10 de Abril de 1879. Ano III. Número 6.

<sup>437</sup> *Idem*.

rejeitado pela Câmara sob as gargalhadas das galerias<sup>438</sup>. Segundo o *Arauto de Minas*, somente os “ricos donos de apólices escapariam dos novos impostos”.<sup>439</sup>

O Senado, de maioria “conservadora”, aproveitou a ocasião para buscar popularidade, e reduziu os impostos aprovados na Câmara<sup>440</sup>. Além da oposição “conservadora” do Senado vitalício agir, uma oposição popular cresceu assustadoramente por conta de uma nova taxa, o chamado imposto do vintém, que o *Arauto* acusava de ser uma “camuflagem para estender o contrato das cias. de bondes.”<sup>441</sup> O imposto do vintém gerou a revolta do Vintém, no início de 1880, mas a gana do governo por impostos não diminuiu, e em 1881 o *Arauto de Minas* já noticiava a criação de um imposto sobre as estradas de ferro<sup>442</sup>.

Esse desgoverno teria o pendor de inventar impostos por que gastava muito<sup>443</sup>, e gastaria muito não só por incompetência, mas também por que seria, segundo o *Arauto*, corrupto em diversos sentidos.

Os “chimangos” seriam corruptos por natureza. A câmara unanimemente “liberal”, por exemplo, teria dado seu voto de confiança a um governo “liberal” por que nos deputados “O receita de se privarem dos cinqüenta mil reis diários aniquilou os ânimos, abateu os espíritos e a ganância sufocou o amor da Pátria.”<sup>444</sup> Essa Câmara, também chamada “dos servis”, seria aliás toda fruto de corrupção, o que explicaria a quantidade de parentes de ministros que a compunham, e que levou T. More a apelidá-la de “parlamento dos parentes”<sup>445</sup>. No nordeste, com destaque para Ceará e Paraíba, a seca estaria sendo usada para mais corrupção. O presidente do Ceará estaria pegando dinheiro emprestado mas nada estaria sendo resolvido<sup>446</sup>. Na Paraíba, “Os gêneros somente servem para compra de votos.”<sup>447</sup>

Sinimbú, quando ocupava o posto de presidente do Conselho de Ministros, foi acusado de envolvimento na falência do Banco Nacional e de roubar desse banco, quando foi seu presidente, uma fazenda de 300 contos<sup>448</sup>. O *Arauto de Minas* ainda informou que os dois outros réus do processo do Banco Nacional já estavam presos, mas Sinimbú só poderia ser

<sup>438</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 29 de Maio de 1879. Ano III. Número 13.

<sup>439</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 19 de Abril de 1879. Ano III. Número 7.

<sup>440</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 30 de Outubro de 1879. Ano III. Número 30. Iphan.

<sup>441</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Janeiro de 1880. Ano III. Número 38.

<sup>442</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 11 de Agosto de 1881. Ano V. Número 22.

<sup>443</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 28 de Março de 1879. Ano III. Número 4.

<sup>444</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 30 de Julho de 1880. Ano IV. Número 20.

<sup>445</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Janeiro de 1879. Ano II. Número 38.

<sup>446</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 9 de Novembro de 1878. Ano II. Número 31.

<sup>447</sup> Idem.

<sup>448</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 8 de Fevereiro de 1879. Ano II. Número 42.

processado com a permissão do Senado<sup>449</sup>.

Resumidamente, esse desgoverno “chimango” tão cheio de características até contraditórias, mas todas desabonadoras, teria resultado para São João del-Rei em:

“- A fome, peste e guerra.  
 - Supressão de sua biblioteca.  
 - Supressão de auxílio de 2:000\$ a Santa Casa de Misericórdia.  
 - Supressão da Subvenção ao recolhimento das Órfãs.  
 - Desmembramento de duas importantes freguesias deste Termo.  
 - Supressão da Escola Normal criada nesta Cidade pelos conservadores na legislatura passada.  
 - A nomeação do Sr. Assis para delegado de polícia, do Sr. Capitão Rodrigues para Promotor e a do Sr. Martinho para Carcereiro.”<sup>450</sup>

Convém informar que uma das duas freguesias voltou ao termo de São João del-Rei.

## 9. A partidarização dos assuntos policiais

Desde o início da década de 1870, a Guarda Nacional tinha sido reduzida a uma corporação inativa, que só se reunia uma vez por ano, não treinava, não era de fato uma tropa. Assim, “a ordem” era mantida pela polícia e pela chamada Força Pública. Os cargos de Delegado, Sub-delegado e de comandante dos destacamentos dessa Força Pública eram indicados pelo governo, ou seja, mudavam toda vez que um partido caía e outro subia. Sendo assim, as ações policiais eram politizadas tanto pela situação quanto pela oposição, pois os primeiros usavam a tropa para obter vantagens políticas, a exemplo de empregar correligionários e de vencer eleições, e os últimos, ao denunciar qualquer falta da polícia, feriam o governo. Assim, desde que os “chimangos” subiram ao governo em 1878, o *Arauto de Minas* voltou suas baterias contra a polícia.

Segundo o *Arauto de Minas*, a polícia acabava se confundindo com os militantes, “Ao lado da polícia anda a ralé da liberalanga chamados – auxiliares da polícia, armados de clavinhas, garruchas, revólveres, foices e machados!”<sup>451</sup> Essa polícia, apesar de assim reforçada, seria completamente omissa em relação à criminalidade. Quando aconteceram brigas no Pau d'Água e no largo do Carmo, uma com tiros de garrucha, outra com porretes, o *Arauto* comentou que “A força pública, nesta cidade é paga unicamente para figurar nos

<sup>449</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 27 de Abril de 1879. Ano III. Número 8.

<sup>450</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Dezembro de 1878. Ano II. Número 34.

<sup>451</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 18 de Novembro de 1880. Ano IV. Número 34.

*Carnavais eleitorais.*”<sup>452</sup>

As explicações do *Arauto* para esse estado de coisas, bem de acordo com a idéia que os “*conservadores*” propagavam dos “*chimangos*”, começavam pela anarquia na tropa. Os “*liberais*” não teriam braço forte para controlar soldados, e o resultado seria a insubordinação e as deserções. Os praças tornaram-se então notícia: Um soldado que atacou um alferes e depois feriu outro soldado<sup>453</sup>; Um outro que esfaqueara um colega de farda no “*festim eleitoral*” e não foi processado<sup>454</sup>; Aquele outro que espancou uma lavadeira<sup>455</sup>; Uns que não iam trabalhar<sup>456</sup>; Outros que resolviam se divertir dando tiros nas ruas<sup>457</sup>; Um cabo e um soldado desertores<sup>458</sup>; O caso de mais dois praças que desertaram depois de brigarem com um sargento e um dos dois ser preso e libertado pelo colega que entrou no xadrez armado<sup>459</sup>; Brigas na rua<sup>460</sup> e tudo que pudesse desacreditar o comando “*liberal*”.

A origem da confusão seria a política do “*partido liberal*” pois “*Buscaram os regeneradores espoletas eleitorais, que lhes dessem ganho de causa, nas urnas, e de preferência a cidadãos honestos e prudentes, investiram de cargos policiais gente inepta, audaz e sem moralidade.*”<sup>461</sup>

E a ignorância e natural desorganização dos “*chimangos*”, que resultaria na tropa estar a obedecer a vários chefes - “*Nois tudo é arferes! Diz a ralé chimanga, e, como tal, julga que o soldado deve estar as ordens de todo e qualquer pé rapado, que queira andar de ordenança!*”<sup>462</sup>

O resultado da ineficiência dos “*chimangos*” seria uma elevação da criminalidade. Os assaltantes já estariam entrando pela porta da frente, usando a força, e para tanto a polícia devia estar informada e colaborando com os assaltantes. Quando entraram na casa de negócios de Sebastião Nogueira e roubaram cinquenta e tantos mil-réis em gêneros alimentícios, o comentário do *Arauto de Minas* foi que “*A época dos farrapos é pior do que a praga de*

<sup>452</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 9 de Outubro de 1880. Ano IV. Número 30.

<sup>453</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 13 de Setembro de 1879. Ano III. Número 23.

<sup>454</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 5 de Setembro de 1878. Ano II. Número 23.

<sup>455</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Outubro de 1878. Ano II. Número 30.

<sup>456</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 24 de Novembro de 1878. Ano II. Número 33.

<sup>457</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Dezembro de 1880. Ano IV. Número 38.

<sup>458</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 15 de Dezembro de 1878. Ano II. Número 36.

<sup>459</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 9 de Dezembro de 1880. Ano IV. Número 37.

<sup>460</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 4 de Março de 1880. Ano IV. Número 1.

<sup>461</sup> Idem.

<sup>462</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 18 de Novembro de 1880. Ano IV. Número 34.

<sup>463</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Julho de 1878. Ano II. Número 15.

*gafanhotos!”<sup>464</sup>*

Se não perseguiam assaltantes, muito menos reprimiriam a prostituição:

*“Há atualmente, nesta cidade, um enxame de mulheres vadias, que fogem a toda sorte de ocupação, apesar de robustas; e por ai andam enchendo as ruas a esmolar.*

*Estas e outras convivem, em miseráveis casebres, verdadeiro valhacoutos de escravos, vadios e soldados; e a autoridade policial nenhuma providencia toma!”*

<sup>465</sup>

Essa polícia, que não prendia bandidos, cometeria inúmeras prisões arbitrárias, de inimigos pessoais<sup>466</sup> e políticos. Em 1880, o *Arauto de Minas* acusou o carcereiro e soldados de estarem cobrando taxa de carceragem acima da lei, extorquindo os presos e, por isso, prendendo muita gente<sup>467</sup>. Era uma acusação leve, perto da feita meses antes, de assalto a mão armada:

*“Policiemos a polícia – Anteontem as 10 e meia horas da noite vindo um português pela rua do Colégio, ao passar em frente ao quartel do destacamento policial, foi atacado por três praças que dando-lhe voz de prisão lançaram por terra o pobre homem e só o deixaram depois de minucioso varejo, em que encontraram algum dinheiro de que se apropriaram.*

*Aos gritos da vítima compareceram vários cidadãos, conseguindo a prisão de um dos gatunos.*

*Tendo os outros se recolhido ao quartel foram ali presos, reconhecidos pelo ofendido.”<sup>468</sup>*

A prisão ficava sob controle do delegado, que tinha poder inclusive de exonerar o carcereiro. Assim, tudo a seu respeito merecia a atenção das folhas de oposição. O *Arauto de Minas*, na administração “liberal” iniciada em 1878, teve na cadeia material para muitas denúncias.

Primeiro foi a fuga de Casimiro, prevista pelo *Arauto de Minas* com meses de antecedência, com mais nove homens, passando pelas portas da frente<sup>469</sup>. Quatro meses depois fugiu outro preso, que cumpria pena de galés perpétua<sup>470</sup>. Um ano e um mês depois, tendo sido o sr. Assis substituído na delegacia por Vicente Teixeira, seis presos espancam 3

<sup>464</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Janeiro de 1879. Ano II. Número 39.

<sup>465</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 13 de Setembro de 1879. Ano III. Número 23.

<sup>466</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 30 de Outubro de 1880. Ano IV. Número 32.

<sup>467</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Dezembro de 1880. Ano IV. Número 38.

<sup>468</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Setembro de 1880. Ano IV. Número 27.

<sup>469</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 5 de Setembro de 1878. Ano II. Número 23.

<sup>470</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Janeiro de 1879. Ano II. Número 39.

ou 4 guardas na hora da limpeza, e fugiram, somando dezessete fugitivos em um ano e meio<sup>471</sup>. O *Arauto de Minas* refestelou-se, dizendo que “*Cumprer notar que a autoridade ainda dorme, a esta hora, e não há na Cidade nenhum movimento que indique haver-se tomado providencias a fim de ir ao encalço dos criminosos.*” Ainda perguntou, “*Onde está a belicosa corneta das campanhas eleitorais?*”<sup>472</sup> Depois fez acusações mais graves:

*“dentro de um ano, dar-se o caso de evadirem-se nada menos que 17 criminosos importantes, que sempre por uma estranha coincidência são clientes e protegidos das autoridades policiais.*

*Na primeira sortida foi chefe e, guia dos presos Casemiro Moreira, defendido no júri pelo promotor público, na segunda o foi José Costa defendido no júri e protegido do delegado Vicente Teixeira!”*<sup>473</sup>

Tudo o que acontecia dentro da enxovia era munição para o *Arauto*, que afirmou que os presos que não fugiram, por que não quiseram, estariam sendo mal tratados<sup>474</sup>, denunciou uma festa na cadeia<sup>475</sup>, espancamentos<sup>476</sup>, e que um preso ainda não condenado estava sendo usado para o serviço de galés<sup>477</sup>.

A pressão do *Arauto de Minas* talvez tenha contribuído para constantes trocas de delegados, primeiro entre lideranças “*liberais*” da região de São João del-Rei, como o sr. Assis e Vicente Teixeira, depois entre oficiais de carreira, que eram enviados de Ouro Preto um depois do outro.

Para provar que os problemas de polícia eram políticos, o *Arauto de Minas* publicava acusações de abusos da polícia em outros municípios. O sub-delegado de Nazareth, foco “*conservador*”, era alvo constante, acusado de prender a torto e a direito, inclusive quem parecesse ser escravo fugido<sup>478</sup>. Denunciado ao governo, esse sub-delegado, segundo o *Arauto*, foi promovido<sup>479</sup>. Também o sub-delegado de Santa Rita do Rio Abaixo foi acusado de prender arbitrariamente<sup>480</sup>. O Sub-delegado José Alexandre de Mello estaria cometendo um crime pior, digno da obra de Érico Veríssimo, pois Antonio Xavier das Chagas Viegas acusava-o, “*para intimidar-me, tem mandado vigiar a minha casa por vultos armados, que se*

<sup>471</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 4 de Março de 1880. Ano IV. Número 1.

<sup>472</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 26 de Fevereiro de 1880. Ano III. Número 46.

<sup>473</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 4 de Março de 1880. Ano IV. Número 1.

<sup>474</sup> Idem.

<sup>475</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Outubro de 1878. Ano II. Número 30.

<sup>476</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Dezembro de 1880. Ano IV. Número 40.

<sup>477</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 27 de Fevereiro de 1879. Ano II. Número 45.

<sup>478</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 10 de Abril de 1879. Ano III. Número 6.

<sup>479</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Julho de 1878. Ano II. Número 15.

<sup>480</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Outubro de 1878. Ano II. Número 30.



*conservam de tocaia durante a noite.*”<sup>481</sup> Existem notícias de assassinatos, com destaque para os políticos, a exemplo dos acontecidos nas proximidades de Uberaba<sup>482</sup>, e da execução de um padre por um sub-delegado a pauladas, que originalmente foi publicada no *Monitor Sul Mineiro*.<sup>483</sup>

Mais interessantes contudo, e talvez mais capazes de gerar revolta, eram as notícias de tentativa de roubo de mulheres. Em Barbacena, o juiz municipal Bias Fortes teria atacado uma casa, no comando de 30 homens, tentando raptar uma menor<sup>484</sup>. O delegado de São José teria tentado roubar uma menina de família para um capanga seu<sup>485</sup>. O caso do sub-delegado de Conceição da Barra também envolvia mulher, ele teria sido corrido em roupas de baixo da casa de uma amante, pelo marido<sup>486</sup>.

## 10. Os “liberais” contra os “liberais”

Para dar credibilidade às suas acusações contra seus adversários, os “conservadores” não trepidavam em ceder as colunas do *Arauto de Minas* aos seus mais temidos contendores. O próprio Joaquim Nabuco, odiado pelos “cascudos” de São João del-Rei desde que pronunciou-se na Câmara dos Deputados a favor da abolição imediata da escravatura, e que já levava o *Arauto de Minas* a recorrer a outros “liberais” contra essa bandeira, teve partes de um discurso republicado nessa mesma folha que tantas vezes o atacou:

*“A bandeira liberal é, guardadas as proporções de desenvolvimento, a mesma em todos os países. Foi a dos Gracos no Fórum; foi a bandeira da reforma do edito de Nantes e dos direitos do homem. Num país que constituiu a sua independência, é a bandeira da emancipação dos escravos.*

*Entre nós foi a bandeira da Inconfidência, a bandeira da Constituição. Já tem tremulado nas mãos dos conservadores, estava com Euzébio quando varreu do oceano o tráfico, esteve com o Sr. Rio Branco quando efetuou a emancipação dos escravos.*

*A bandeira que S. Ex. tem nas mãos não é a bandeira liberal; é a bandeira da inquisição, porque S. Ex. nega a liberdade aos acatólicos; é a bandeira da restrição do direito do voto. Esta deve-a S. Ex. entregá-la aos conservadores e a coroa (aplausos nas galerias).<sup>487</sup>”*

<sup>481</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 21 de Agosto de 1879. Ano III. Número 20.

<sup>482</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 28 de Março de 1879. Ano III. Número 4.

<sup>483</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 19 de Abril de 1879. Ano III. Número 7.

<sup>484</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 5 de Agosto de 1878. Ano II. Número 20.

<sup>485</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Janeiro de 1879. Ano II. Número 41.

<sup>486</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 14 de Agosto de 1879. Ano III. Número 19.

<sup>487</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 23 de Maio de 1879. Ano III. Número 12.

É ainda de Nabuco que o *Arauto de Minas* extrai esse ataque ao ministro Sinimbu - “a bandeira que vê tremulando nas ameias do poder não é a bandeira vitoriosa que pela oposição foi erguida e sustentada, mas a triste bandeira branca da capitulação.”<sup>488</sup>

Que os “*casquados*” usassem falas do mais conhecido chefe abolicionista, então vivo, do país, com o fito de enfraquecer os “*chimangos*”, indica que reconheciam que esses últimos recebiam votos de abolicionistas. Se os “*casquados*” acreditassem que o abolicionismo era mal visto pelos “*liberais*” de São João del-Rei, também acreditariam que publicar essas palavras de Nabuco os fortaleceria.

Outra liderança “*liberal*” que ganhou as colunas do *Arauto de Minas* foi ninguém menos que Silveira Lobo. Ora, os “*casquados*” de São João del-Rei, com destaque para Severiano de Rezende, tinham motivos até pessoais para não gostar de Silveira Lobo, que era o Presidente de Minas Gerais quando das eleições de 1878, ou seja, que colocou os “*liberais*” em postos chave da política municipal e dirigiu a tática eleitoral que incluiu a invasão da tipografia do *Arauto de Minas*. Um ano depois, tendo se passado para a oposição ao gabinete Sinimbu, Silveira Lobo ganhou o editorial do *Arauto de Minas*, para explicar, “A minha indignação contra o atual ministério, que longe de ser liberal, é um ministério imperial, servilmente imperial, procede de ver que ele atraiçoa e sacrifica tudo quanto há de mais sagrado para o partido liberal...”<sup>489</sup>

Para Silveira Lobo, o ministério que subiu ao poder em 1878 era “o mais anti-liberal, o mais desprestigiado de quantos têm governado este infeliz país.”<sup>490</sup>

Além de utilizar chefes nacionais do “*partido liberal*”, o *Arauto de Minas* recorria aos desconhecidos do interior do país, indicando que esse partido não era “*liberal*” em lugar nenhum. Por exemplo, um “*liberal*” de uma província não identificada do Norte, expulso por seus correligionários, teria respondido:

“De posse do ofício de V. S. de hoje datado, em que me comunicam a minha demissão de Presidente da comissão parcial do partido liberal desta vila cumpro-me responder que não aceito tal demissão visto como não solicitei títulos de Presidente; tenho minha crenças que trouxe do berço e não preciso do apoio deste ou daquele para ser liberal, principalmente hoje que não posso viver em comum acordo com os liberais desta terra, que tem por política a barriga e o interesse pessoal...”<sup>491</sup>

<sup>488</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Julho de 1879. Ano III. Número 17.

<sup>489</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 11 de Outubro de 1879. Ano III. Número 27.

<sup>490</sup> Idem.

<sup>491</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 9 de Julho de 1879. Ano III. Número 14.

É claro que além de tirar apoio de seus rivais e de abalar-lhes a moral, esse tipo de artigo visava estimular a divisão e a indisciplina entre os “*liberais*”, demonstrando que o papel de uma folha periódica para um partido vai muito além de formar opinião.

Já começamos portanto a ler as versões dos “*liberais*”, que é o que continuaremos a fazer no capítulo seguinte.

## Capítulo 4: Mosaico “liberal”

Desde o primeiro capítulo notamos que o “*partido conservador*” teve uma só folha, o *Arauto de Minas*, de 1877 a 1889, pois a *Gazeta Mineira*, embora dirigida por chefes “*conservadores*” nunca se reivindicou como folha desse partido. Já os “*liberais*” tiveram oito diferentes periódicos nesse mesmo período. Essas folhas não mudaram somente de nome, eram diferentes umas das outras, de forma que as dividimos em cinco fases, mesmo sabendo que suas transformações não refletiam necessariamente mudanças de posição do círculo “*liberal*” de São João del-Rei, mas sim a existência dentro desse partido de diferentes posições. As cinco fases seriam, primeiro, as folhas do capitão Rodrigues, depois a *Tribuna do Povo*, o *Luzeiro*, o *S. João D'El-Rei* e em quinta e última o duelo entre a *Opinião Liberal* e a *Verdade Política*.

Essa diversidade de culturas políticas dentro do “*partido liberal*”, contrastando com a unidade do “*partido conservador*”, não só confirma a acusação do *Arauto de Minas* nesse sentido como certas conclusões historiográficas.

### 1. O “*partido liberal*” e fragmentos de sua história por suas próprias folhas

As folhas “*liberais*”, em comparação com o *Arauto de Minas*, a *Gazeta Mineira* e a *Pátria Mineira*, eram pobres em quase todo tipo de informação. A única exceção é a *Verdade Política* diferente demais de suas correligionárias não só nesse aspecto. Mas não nos adiantemos.

As folhas do capitão Rodrigues são as que menos nos informaram sobre o próprio “*partido liberal*”, e as que mais trataram das pessoas dos adversários “*conservadores*”. Havia nessas folhas uma constante tentativa de identificação com o “*povo*”. A única informação sobre a cultura política desse círculo “*liberal*” que encontramos nos poucos exemplares a que tivemos acesso mostra uma relação com a Constituição do Império bem diferente daquela adotada pelos “*conservadores*”:

“...aquela defunta não tinha ainda 8 anos de existência e já tinha sido violada como muito eloqüentemente disse o distinto parlamentar Antônio Carlos Ribeiro

*de Andrade, de saudozíssima memória.*”<sup>492</sup>

Na *Tribuna do Povo*, primeira folha “*liberal*” da qual temos uma série, teve relações tumultuadas com o próprio “*partido liberal*”, do qual pouco tratou. Em seu programa, que foi republicado no número 1 do Ano II, essa folha afirmava-se neutra na luta entre os partidos políticos.<sup>493</sup> Mas era na *Tribuna do Povo* que os chefes “*liberais*” publicavam suas notícias, com suas versões. A *Tribuna do Povo* contava as vitórias “*liberais*”<sup>494</sup>, anunciava os mortos desse partido<sup>495</sup> e usava para os seus o termo “*patriota*”<sup>496</sup>, de uso no “*partido liberal*” de São João del-Rei. O *Arauto de Minas* reconhecia a *Tribuna* como “*periódico liberal, que se publica nessa cidade*”<sup>497</sup>, e portanto já iniciou as hostilidades contra o seu número 2, que sequer conhecemos.

Em torno da *Tribuna do Povo* circulou o mesmo grupo das três folhas “*chimangas*” anteriores. Quando Alberto Besouchet viajou para o Rio de Janeiro, deixou dois responsáveis pela redação, que já deviam, portanto, colaborar normalmente com a folha, e ambos tinham participado na redação das folhas “*liberais*” de José Antônio Rodrigues:

*“Acham-se à testa da redação e revisão desta folha, durante a ausência do seu proprietário, os Srs: Advogado Vicente de Paula Teixeira e Francisco de Paula Pinheiro.”*<sup>498</sup>

Reencontramos o próprio comendador Rodrigues em uma notícia sobre o ministro Lima Duarte, que teria enviado para São João um telegrama assim endereçado, “*Ilms. Srs. José Antonio Rodrigues; professores e mocidade estudiosa do Externato de S. João del-Rei.*”<sup>499</sup>

Em outras palavras, um ministro “*liberal*” mineiro assim indicava quem era o seu homem no 6 ° distrito, o chefe “*liberal*” a quem reconhecia, e talvez o próprio senhor José Antonio Rodrigues tenha feito publicar esse telegrama, na *Tribuna do Povo*<sup>500</sup>. Outro líder

<sup>492</sup> *O São-Joanense*. São João del-Rei. 19 de Julho de 1876. Ano I. Número 26. Anexo ao Processo Crime 39-05, do Acervo Histórico do Museu Regional de São João del-Rei, do IPHAN.

<sup>493</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 1º de Abril de 1882. Ano II. Número 1. Caixa 191. Iphan.

<sup>494</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 15 de maio de 1881. Ano I. Número 7. Caixa 191. Iphan.

<sup>495</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 16 de Junho de 1882. Ano II. Número 6. 16 de Outubro de 1881. Ano I. Número 28. 19 de Junho de 1881. Ano I. Número 11. 3 de Julho de 1881. Ano I. Número 13. Caixa 191. Iphan.

<sup>496</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 29 de Maio de 1881. Ano I. Número 9. Iphan de São João del-Rei.

<sup>497</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 21 de Janeiro de 1882. Ano V. Número 45.

<sup>498</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 30 de Outubro de 1881. Ano I. Número 30. Caixa 191. Iphan.

<sup>499</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 5 de Junho de 1881. Ano I. Número 10. Iphan de São João del-Rei.

<sup>500</sup> O Ministro em questão era parente de José Antonio Rodrigues, segundo o *Arauto de Minas*.

“*liberal*” divulgado pela *Tribuna do Povo*, dessa vez não como respeitado pelos chefes nacionais mas pelas bases, foi futuro barão de Ibituruna:

*“Houve uma grande manifestações não só da parte do povo como também dos distintos acadêmicos da faculdade de medicina do Rio de Janeiro, ao Dr. João Baptista dos Santos.”<sup>501</sup>*

A *Tribuna do Povo* fazia a propaganda eleitoral de todos os candidatos do “*partido liberal*”, e o fazia mesmo quando o partido estava dividido, com diferentes candidatos disputando a mesma vaga. Contudo, textos sobre o “*partido liberal*” não encontramos, nem sobre ser “*liberal*”. Só encontramos traços da visão “*liberal*” da história do Brasil, em uma circular eleitoral do Barão de São João Nepomuceno:

*“No meu tirocínio achei-me fazendo parte da 1ª assembléia provincial eleita depois da promulgação do ato adicional, e cujos membros eram da estatura do Visconde de Araxá e senador Dias de Carvalho, recentemente falecidos, e de outros muitos como Theóphillo Ottoni e Marinho, que há mais tempo a morte nos roubara.*

(...)

*Começaram depois os maus dias para o partido liberal, e como deputado por esta província entrei no ano de 1838 na pequena guarda, que deveria fazer oposição a um ministério forte por muitos títulos.*

*Éramos nove ou dez companheiros em verdade capitaneados por assinalados chefes, como o digno Sr. Visconde de Abaeté, Montezuma e depois os velhos Andradas; porém, no Rio de Janeiro era imenso o desfavor contra nossa oposição, e muito grande o poder e arbítrio do governo para afagar ou afrontar os empregados públicos, principalmente magistrados, que viam sempre diante de si uma remoção a pretexto de utilidade pública.<sup>502</sup>”*

Os nomes históricos dos “*liberais*” que aparecem nessa citação, Theóphillo e Marinho, conhecidos de quem estuda a história de Minas Gerais, escreveram ambos no *Astro de Minas* (1827-1839). Theóphillo Ottoni é conhecido a ponto de não precisarmos tratar dele, mas achamos conveniente incluir José Antonio Marinho no Anexo 1. O Barão não explica as raízes dos maus dias do “*partido liberal*”, mas diz que retirou-se da política, voltando somente em 1881.

Do *Luzero*, que chegou ao ano III, temos somente cinco números, nos quais encontramos somente alguns traços da cultura política desse partido também chamado por essa folha “*liberal*” de “*partido democrático*”. Encontramos uma referência vaga a 1842 em

<sup>501</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 4 de Setembro de 1881. Ano I. Número 22. Iphan . Caixa 191.

<sup>502</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 2 de Outubro de 1881. Ano I. Número 26. Caixa 191. Iphan.

um folhetim, “*A vida de um casaco*”, “*Em 1842, época memorável da revolução paulista, vi-me forçado a mandar fazer uma casaca para assistir ao casamento do tio Manduca.*”<sup>503</sup> Nota-se que o autor considera a revolução de 42 mais paulista que mineira, apesar de ter durado duas semanas na província de São Paulo e dois meses na de Minas Gerais. Não é a única afirmação que soa estranha no *Luzeiro*, que nas eleições não percebia somente a polarização entre “*liberais*” e “*conservadores*”, mas outras três polarizações independentes, entre católicos e livre-pensadores, entre abolicionistas e escravocratas e entre monarquistas e republicanos.<sup>504</sup> Assim, ser “*liberal*” não significaria necessariamente ter nenhuma dessas seis posições! São citações de 1884 e 1885, que refletem o caos que se instalara no “*partido liberal*”.

O *S. João del-Rei*, apesar de ter existido quando o “*partido liberal*” já estava irremediavelmente dividido, foi o mais “*liberal*” dos periódicos “*liberais*”, ou seja, o mais dedicado ao seu partido, que tentava unificar. O cabeçalho trazia simplesmente a declaração, em caixa alta no original “*PERIÓDICO CONSAGRADO AOS INTERESSES DO PARTIDO LIBERAL*”. Resumiu suas bandeiras a “*liberdade individual, liberdade civil e liberdade religiosa*”, e definiu sua posição como integrante das “*fileiras dos amigos da democracia*”<sup>505</sup>. Já vimos essa palavra, “*democracia*”, ser usada por diferentes folhas com diferentes significados. O *S. João del-Rei* define claramente o que considera um programa democrático ao afirmar que:

*“não pode compreender a grande soberania popular agindo enérgica e eficazmente senão pelo sufrágio de todos os cidadãos válidos, sem o que o sistema governamental será um sofisma engenhoso qualquer, mas nunca a livre manifestação de todos os elementos úteis da sociedade...”*<sup>506</sup>.

O “*partido liberal*” precisava então de uma bandeira unificadora, e uma proposta de reforma eleitoral já cumprira esse papel até 1881. Muito repetidas por diferentes folhas “*liberais*”, as propostas de reformas eleitorais ampliando o eleitorado não surtiram o efeito desejado, nem conseguiram a unidade do partido, nem atraíram tanto apoio. Deve-se lembrar que os escravocratas temiam que a ampliação do voto resultasse na abolição, pois a maioria dos abolicionistas, o disse Martinho Campos, não eram sequer eleitores.

---

<sup>503</sup> *Luzeiro*. São João del-Rei. 8 de Março de 1884. Ano II. Número 18 ou 19.

<sup>504</sup> *Luzeiro*, São João del-Rei. 14 de Janeiro de 1885, Ano III, N.º 14.

<sup>505</sup> *S. João D’El Rei*. São João del-Rei. 15 de Dezembro de 1885. N.1.

<sup>506</sup> *Idem*.

No *S. João D'El-Rei*, a necessidade de justificação histórica é confessada pela frase “*Se nos perguntarem de onde vimos*”<sup>507</sup>, e também em sua leitura da história do “*partido liberal*” procurou ser unificador, pedindo, “*Não façamos questões de nomes, nem de grupos, glorifiquemos a idéia.*”<sup>508</sup> Fez questão de “*lembrar hoje em Minas o sangue do grande inconfidente de 1792, as torturas de seus companheiros, e bem assim a hombridade dos revolucionários de 1842.*”<sup>509</sup>

Para a folha dos Alvarenga, o “*partido liberal*” civilizou o Brasil:

*“Foi sem dúvida pelo sentimento da liberdade, pelos esforços de um partido liberal, que esse país se desagregou da metrópole e se constituiu uma nacionalidade autônoma; que se descentralizaram algum tanto as províncias e os municípios; que se garantiu o cidadão na inviolabilidade de seu lar, dando-lhe por um lado o habeas-corpus e por outro o júri; que se estatuiu que a ninguém se perseguisse mais por motivo de suas crenças religiosas, e outras conquistas da civilização.”*<sup>510</sup>

Por isso, esse periódico se atribuía a tarefa de organizar essa força:

*“Diretório liberal*  
*É da máxima importância que se criem diretórios do partido liberal em todas as sedes dos municípios deste sexto distrito, criando-se também comissões executivas em todas as paróquias, que se entendam com os diretórios municipais e estes a seu turno com o central, que deve ser estabelecido na sede do distrito.*  
*Para disciplina e completa união do partido é esta medida da maior urgência, visto como o partido conservador tenta a cada passo dividir as forças do nosso.”*<sup>511</sup>

De fato, ocorreu a reunião para organizar esse diretório, que no entanto não chegou a entrar em funcionamento. Outra forma de unificar os “*liberais*” era em torno de determinados chefes nacionais e provinciais. Além dos líderes abolicionistas, o *S. João D'El-Rei* deu destaque para dois outros chefes “*liberais*”, ambos de Minas Gerais, Affonso Celso Junior<sup>512</sup> e o “*benemérito conselheiro Silveira Lobo*”<sup>513</sup>. O primeiro foi casado com uma são-joanense e foi homenageado de passagem por São João del-Rei, mas o último, que mereceu uma missa de

<sup>507</sup> *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 15 de Dezembro de 1885. N.1.

<sup>508</sup> *Idem*.

<sup>509</sup> *Idem*.

<sup>510</sup> *Idem*.

<sup>511</sup> *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 24 de Fevereiro de 1886. Ano I. Número 10. Iphan.

<sup>512</sup> *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 20 de Março de 1886. Ano I. Número 13. Iphan.

<sup>513</sup> *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 8 de Maio de 1886. Ano I. Número 19. Iphan.



sétimo dia organizada pelos “*liberais*” de São João del-Rei<sup>514</sup>, não sabemos se algum dia esteve nessa cidade. Silveira Lobo, um dos assinantes do Manifesto Republicano de 1870, era um chefe político nacional do “*partido liberal*” ao qual foi ligado Galdino Emiliano das Neves.

Sobre os “*liberais*” de São João del-Rei que estavam vivos, a lista de candidatos à Câmara Municipal e a Juízes de Paz é uma amostra que privilegia as elites econômicas do partido. Nela, obviamente, os “*chimangos*” apareceram com a ocupação que preferiam, três “*negociantes*”, José Juvêncio das Neves, João Rodrigues de Mello e José Tomaz da Silva, um “*capitalista*”, dois “*fazendeiros*”, José Tiburcio de Andrade Reis e Francisco Ribeiro da Silva e Souza, dois “*proprietários*”, José Francisco de Souza Pinto e Antonio Justino da Silva e Souza, e um “*industrial*”. Por “*capitalista*” devemos entender que Antônio dos Reis Silva emprestava dinheiro e ou era negociante de grosso. O “*industrial*” tinha o que hoje conhecemos como oficina, era o anunciante Antonio José Maximiano. Gostaríamos de saber o que significava “*proprietário*” enquanto ocupação, ou se era uma forma respeitosa de justificar que o candidato era um desocupado<sup>515</sup>. Devemos notar que pela lista de candidatos o “*partido liberal*” parecia um partido de homens ricos, o que os inventários não confirmam. De dez falecidos do círculo “*liberal*” de São João del-Rei antes da Lei Áurea, sete não deixaram inventários, o capitão Alvarenga que foi Comandante da Força Pública na cidade e se tornou nosso conhecido no segundo capítulo, Antonio Pereira da Costa, Bernardino de Figueiredo Neves, Ireno Baptista Lopes, Eduardo Ernesto Pereira da Silva ou Barão de São João del-Rei, cônego Francisco Amâncio de Assis e João Augusto Pereira Lima que deve ter sido uma liderança importante, pois foi a única chorada por uma folha “*liberal*” ainda anos depois de sua morte. A ausência de inventário não é prova de pobreza, mas que a maioria dos “*conservadores*” tenham deixado inventário, e que da maioria dos “*liberais*” não se possa dizer o mesmo é sim bastante significativo.

Em 1888 e 1889, quando a *Opinião Liberal* e a *Verdade Política* disputaram o posto de folha dos “*liberais*” do 6º distrito, esse partido já estava completamente dividido, eram dois partidos. Da *Opinião Liberal*, que só temos um número, não temos o que apresentar, mas da *Verdade Política* precisamos opinar que era uma folha sobretudo monarquista. Foi a folha que, em São João del-Rei, seguiu as orientações do Congresso do “*partido liberal*”, que na sede da *Tribuna do Povo*, na corte, elaborou um programa cujo objetivo era barrar a crescente

<sup>514</sup> *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 8 de Maio de 1886. Ano I. Número 19. Iphan.

<sup>515</sup> *S. João D'El Rei*. São João del-Rei, 12 de junho de 1886. Ano I. Número 24. Iphan.

onda republicana.

## 2. Sobre a escravidão

Um dos assuntos a respeito do qual os “*liberais*” mais divergiram foi a escravidão. No terceiro número que estudamos do *São-Joanense*, o 25 do Ano II, de 21 de Julho de 1877, encontramos um fragmento que em nossas pesquisas de folhas “*liberais*” de São João del-Rei das décadas de 1870 e 1880 é raro, para não dizer único, pois é uma defesa da manutenção do *status quo* da escravidão, dizendo que “*é mais imprudente do que oportuno provocar debate e deliberação legislativa sobre o assunto*”. Atacou também as propostas levantadas:

*“Por um lado aumento de impostos, por outro restrições, ao princípio do domínio sobre o principal instrumento da produção agrícola!  
É sempre difícil e odioso estabelecer arbitrárias restrições ao direito da propriedade, seja esta de que gênero seja.”<sup>516</sup>*

Esse artigo, republicado do *Globo*, não contradiz o que sabemos de José Antonio Rodrigues, que conforme se lê no Anexo 1 era senhor de escravos, aos quais não alforriou nem ao morrer. Os anúncios das folhas do capitão Rodrigues confirmam essa tendência escravocrata. De quatro folhas que nos sobraram, três *São-Joanenses* e um *Cinco de Janeiro*, três tinham anúncios de fuga de escravos, o *São-Joanense* 29 do ano I e o 25 do ano II, além do único *Cinco de Janeiro* que sobrou. Foi publicada ainda a notícia da chegada de escravos do Norte ao Rio de Janeiro<sup>517</sup>. Da *Situação*, que existiu até 1880, não temos nenhum número. Era também de José Antonio Rodrigues, mas redigido por Francisco de Paula Pinheiro.

O que percebemos na *Tribuna do Povo*, que circulou entre 1881 e 1882, é diferente do que vemos nas folhas do capitão Rodrigues. Entre os “*liberais*” de São João del-Rei já existiam divergências claras a respeito do assunto, de forma que a posição da folha não o era. O que dizer, por exemplo, da seguinte notícia:

*“Diz a Nação de Lisboa que Sua Majestade vai percorrer as repúblicas do Rio da Prata e Pacífico. Antes promulgará a extinção completa da escravidão no Brasil.  
Ah! Joaquim Nabuco!”<sup>518</sup>*

<sup>516</sup> *O São-Joanense*. São João del-Rei. 21 de Julho de 1877. Ano I. Número 25. Biblioteca Nacional. UFSJ.

<sup>517</sup> *Idem*.

<sup>518</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 29 de Maio de 1881. Ano I. Número 9. Iphan de São João del-Rei.

Pode ser uma propaganda antimonárquica, pois a *Tribuna do Povo* não conseguia ocultar seu republicanism, ou de Joaquim Nabuco, nome do “*partido liberal*”. Já em um texto republicano sobre Lopes Trovão, as causas da república e da abolição são entrelaçadas, indicando-nos que ao menos um dos republicanos que publicava na *Tribuna* era também um abolicionista:

*“Ei-lo hoje, redator em chefe da Propaganda continuando em sua obra majestática, que em breves dias arrancará o Brasil das garras inauditas do despotismo, arrancando também o cancro, que nos torna repugnantes aos olhos do mundo civilizado, a escravidão.”*<sup>519</sup>

A *Tribuna do Povo* ainda noticiava as alforrias, concedidas por vivos<sup>520</sup>, em testamentos<sup>521</sup> e pelo Fundo de Emancipação:

*“No dia de natal concedeu-se liberdade pelo fundo do cofre de emancipação deste município a 19 escravos.  
Neste dia revestido de galas, nem ao menos a bandeira brasileira tremulou no poste oficial da câmara municipal!!  
Acharam-se neste ato solene de grande civilização, unicamente alguns procuradores dos senhores dos escravos, o Dr. Juiz de órfãos e o 1º suplente do mesmo júizo!!  
A indiferença nestes atos públicos, pomposamente festejados em toda circunferência brasileira, denota falta de patriotismo da fração de um povo, que em seu berço balançou o mártir da liberdade!  
Pobre cidade!.. tão velha... e no entretanto está vagarosamente marchando na retaguarda de suas florescentes irmãs!”*<sup>522</sup>

Publicou uma poesia de Castro Alves, mas não sobre escravidão, e sim sobre os pobres que precisavam de caridade por que seus pais tinham falecido no Paraguai.<sup>523</sup> Referiu-se ao abolicionismo de forma positiva, noticiando que “*O club abolicionista da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, no dia 16 de Outubro do corrente ano, conferiu cartas de liberdades a 14 escravos.*”<sup>524</sup> E denunciou que a famosa lei de 28 de Setembro de 1871, do Ventre Livre, cara ao *Arauto de Minas*, não estava colocando fim à escravidão:

<sup>519</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 4 de Setembro de 1881. Ano I. Número 22. Iphan.

<sup>520</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 2 de Outubro de 1881. Ano I. Número 26. Caixa 191. Iphan.

<sup>521</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 18 de Maio de 1882. Ano II. Número 5. Caixa 191. Iphan.

<sup>522</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 31 de Dezembro de 1881. Ano I. Número 35. Caixa 191. Iphan.

<sup>523</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 6 de Novembro de 1881. Ano I. Número 31. Caixa 191. Iphan.

<sup>524</sup> Idem.

“O número de escravos existentes atualmente na província de Minas Gerais é de 276.527.  
Desde a execução da lei de 28 de Setembro a população escrava tem diminuído por mortes e manumissões de 37.683 escravos, levando-se em conta os 3.906 escravos introduzidos na província: a diminuição verdadeira foi de 31.777.”<sup>525</sup>

Por outro lado, a *Tribuna do Povo* deixava transparecer o racismo:

“As mulheres e o número 3  
A mulher precisa satisfazer aos seguintes requisitos, para ser considerada uma beleza:  
Ter três coisas brancas: os dentes, a cútis e as mãos.  
Três coisas negras: os olhos, as sobrancelhas e as pestanas...”<sup>526</sup>

Chegou a informar os nomes de dois escravos fugidos presos na cadeia de São João del-Rei, Sebastião e Antonio<sup>527</sup>, assim como noticiava crimes de escravos, como um condenado a galés que tentou matar o delegado de Cristina.<sup>528</sup> Publicou um anúncio de fuga de escravos, e quatro “*precisa-se*” que revelam, pela linguagem, a transição entre o trabalho servil e o assalariado: “*Precisa-se alugar uma boa criada, para informações, nesta tipografia.*”<sup>529</sup> A palavra “*alugar*” indica que o hábito era tratar com o dono ou a dona da “*criada*”, mas como já não existiam tantas escravas, é inaceitável que não fossem aceitas mulheres livres. O mais provável é que a palavra “*alugar*” fosse usada como “*empregar*”.

O candidato “*liberal*” a quem a *Tribuna do Povo* deu apoio, o fazendeiro José de Rezende Teixeira Guimarães, defendia a manutenção do *status quo* da Lei de 28 de Setembro de 1871, ou seja, não era abolicionista. Os outros candidatos que fizeram propaganda na *Tribuna* não tocaram no assunto, o que também era, aliás, a linha editorial dessa folha. Poucas são as referências à escravidão. Apesar de ter entrelaçado em uma propaganda de Lopes Trovão a vitória da república com o fim da escravidão, a linha editorial da *Tribuna* parecia-se mais com a conhecida posição de alguns chefes republicanos, e do Congresso do Partido Republicano de São Paulo em Itu, de que a escravidão era um problema da monarquia, que devia ser resolvida por esta, ou seja, que adiava a luta pela república para depois de abolida a escravidão.

No *Luzeiro* nova diferença, talvez mais de época que de linha editorial. Em somente

<sup>525</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 5 de Fevereiro de 1882. Ano I. Número 38. Caixa 191. Iphan.

<sup>526</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 1º de Abril de 1882. Ano II. Número 1. Caixa 191. Iphan.

<sup>527</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 2 de Outubro de 1881. Ano I. Número 26. Caixa 191. Iphan.

<sup>528</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 4 de Dezembro de 1881. Ano I. Número 33. Caixa 191. Iphan.

<sup>529</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 17 de Julho de 1881. Ano I. Número 15. Iphan. Caixa 191.

cinco números, encontramos José Maximiano Pereira da Cunha e sua esposa alforriando a crioula Luzia<sup>530</sup>, de cerca de 30 anos; Demétrio Ferreira dos Anjos, do Rio Grande do Sul, alforriando 115 escravos e o *Luzeiro* comentando que “São mais 115 cidadãos restituídos à pátria.”<sup>531</sup> E a notícia das alforrias concedidas pelo Fundo de Emancipação da Lei de 28 de Setembro de 1871 em termos muito semelhantes aos da *Tribuna do Povo*:

“*Cartas de liberdade – Foram no dia 1º do corrente entregues em audiência extraordinária do Juiz de Órfãos o Sr. Dr. Carlos Baptista de Castro onze cartas de liberdade conferidas mediante cota distribuída a esse município pelo fundo de emancipação do ano p.p. (...) Notamos que o entusiasmo para este ato foi grande e patriótico.*  
*Apenas os libertados e alguns dos senhores ou seus representantes!!!*”<sup>532</sup>

A morte de Bernardo Guimarães, mineiro autor de *Escrava Isaura*, foi chorada em um desses poucos exemplares a que tivemos acesso. Havia no *Luzeiro* uma simpatia pelo fim da escravidão. É pena que logo desse periódico, que existiu entre 1882 e 1885, tenhamos tão poucos números! Seria a melhor das fontes para o sétimo capítulo, no qual incluímos as informações do *S. João D'El-Rei* (1885-1886), folha dos Alvarenga, redigida por Francisco de Paula Pinheiro, que era abolicionista.

As outras duas folhas “*liberais*” surgiram somente depois da Lei Áurea, em 1888, o que pode nos sugerir que o assunto não tivesse mais importância. Mas não é bem assim. Na folha dos Neves, *Opinião Liberal*, da qual sobrou somente um número, não encontramos nada. Mas a *Verdade Política*, surgida em Setembro de 1888, lamentava a lei de 13 de Maio desse mesmo ano semanalmente! Seu redator era Carlos Sanzio de Avellar Brotero, que na reunião de 28 de Setembro de 1884 atacou o abolicionismo, mas que apesar disso colaborou no *S. João D'El-Rei*. É necessário deixar bem claro que apesar de contrariada pela Lei Áurea, a *Verdade Política* revelou-se tão anti-republicana quando o *Arauto de Minas*. Ou seja, o republicanismo de 13 de Maio pode ter proliferado entre os fazendeiros e as bases políticas em geral, mas não entre os líderes monarquistas escravocratas de São João del-Rei.

De dez “*liberais*” de São João del-Rei falecidos antes da Lei Áurea, somente três deixaram inventários. Em um desses não encontramos escravos, o do comerciante e por um tempo agente do correio José Candido de Souza Pereira. O pai do Barão de Ibituruna também

<sup>530</sup> *Luzeiro*. São João del-Rei. 8 de Março de 1884. Ano II. Número 18 ou 19.

<sup>531</sup> *Luzeiro*, São João del-Rei. 30 de Julho de 1885. Ano III. Número 26.

<sup>532</sup> *Luzeiro*, São João del-Rei. 14 de Janeiro de 1885, Ano III, N.º 14.

não deixou escravos, mas não sabemos se era “*liberal*” como o filho. Os dois que deixaram escravos foram Antonio Fagundes do Nascimento e Vicente Ribeiro das Dores, ambos fazendeiros, o primeiro com três cativos e o segundo com trinta e dois. O primeiro era de fato um pequeno pecuarista, que certamente lidava com leite, pois tinha dezesseis vacas, um touro e um burro. O segundo é um dos raros casos que encontramos entre os homens que pesquisamos de fazendeiro ainda mergulhado economicamente na escravidão, pois dos 58 contos líquidos que deixou, 29 contos eram em escravos! É importante informar, embora não saibamos se o pai do chefe José Rezende de Teixeira Guimarães era “*liberal*” como o filho, que estava em situação semelhante à de Vicente Ribeiro das Dores. Deixou 77 escravos, valendo 59 contos de um total líquido de 85 contos que ainda incluía os dotes de algumas filhas. O seu filho José Rezende, que fora um dos três redatores d'*O Povo*, candidatou-se em 1884 deputado geral pelo 7º distrito, de Barbacena e Turvo, como dissidente da chapa oficial do “*partido liberal*”, e jurou pelos interesses da “*lavoura*”:

*“Na qualidade de lavrador, como já o declarei a V. S. nas difíceis e críticas circunstâncias do país, em que se trata da liquidação forçosa da lavoura, não sou abolicionista. Quanto à magna questão do elemento servil, precipitada pelo atual governo, sustentarei sempre as idéias e o pensamento dos lavradores.”<sup>533</sup>*

O único “*liberal*” de Prados, baluarte “*liberal*” do 6º distrito eleitoral, que encontramos falecido na época, Manoel Rodrigues Valle, só teve os bens inventariados quando faleceu sua viúva, que deixou um escravo velho ou doente, ou mais provavelmente uma escrava, pois valia 600\$000, seiscentos mil-réis. Era também fazendeiro. De Prados, Afonso de Alencastro destaca que tinha as terras menos concentradas que São João del-Rei em meados do século XIX<sup>534</sup>.

Temos assim um retrato do “*partido liberal*” bem diferente do que vimos do “*partido conservador*”, um com maioria de homens relativamente pobres, outro concentrando homens ricos. Porém, o partido que concentrava ricos, por isso mesmo não tinha internamente uma grande desproporção de fortunas, enquanto o “*liberal*” tinha uns poucos grandes fazendeiros escravocratas que se misturavam aos negros e pobres. A disparidade interna do “*partido liberal*” tornou-se indisfarçável quando veio a tona o projeto Dantas.

<sup>533</sup> *Luzeiro*. São João del-Rei. 20 de Novembro de 1884. Ano III. Número 8.

<sup>534</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais. São João del-Rei (1831-1888)*. São João del-Rei: AnnaBlume & UFSJ. Pág. 117.

### 3. Sobre a monarquia e a república

Na introdução vimos um fragmento de uma folha republicana afirmando que em Minas Gerais os republicanos abrigavam-se dentro do “*partido liberal*”. Como isso aparece nas folhas desse partido em São João del-Rei? No *São-Joanense* encontramos ataques a Pedro II, que resvalam na monarquia:

*“Não sabemos o que mais admirar num soberano que invalida, apaga e aniquila os brios nacionais; se a sua astúcia ou a subserviência e servilismo de seus satélites. Poder-se-a acaso negar que este país é dirigido por uma vontade, amoldado a um capricho, compelido por uma mão que lhe imprime o jugo mais detestável?”*

(...)

*“...mas infelizmente, ‘basta ostentar-se uma linguagem revestida das flores e alambiques da retórica e fazer-se gala de certa espirituosidade para sustentar qualquer sistema por muito absurdo que pareça a alguns’”.*<sup>535</sup>

Contudo, esse texto não nos parece uma propaganda republicana, mas uma ameaça dentro da lógica monarquista. Uma forma de dizer a Pedro II que haveria uma certa propaganda anti-monarquista enquanto durassem os Gabinetes adversários, conforme faziam os dois partidos. É reconhecido o protagonismo político do Poder Moderador, para fazer e desfazer governos, porém, não se pode imaginar que esse poder fosse tão bem tolerado por “*liberais*” e “*conservadores*” sem que estes tivesse com o mesmo relações que de fato o fortalecessem. Na situação, um partido apoiava as prerrogativas reais, para não perder o apoio do Rei. Na oposição, um partido percebia no mesmo poder a possibilidade de derrubar os adversários sem pegar em armas e sem ganhar eleições, pois era conhecido o respeito de Pedro II pela “*opinião pública*”, que de fato percebia pela imprensa periódica. Era a tentativa de instrumentalizar o Poder Moderador, e fazia parte da gramática do poder e não somente da cultura política do “*partido liberal*”. De fato, “*O próprio imperador, aliás, em seus conselhos à Regente, queixava-se da dificuldade de aferir a opinião pública devido à natureza das eleições, o que o forçava a recorrer a outros indicadores, como a imprensa e as lideranças políticas.*”<sup>536</sup>

Mais uma vez a *Tribuna do Povo* revelou-se muito diferente das folhas de José

<sup>535</sup> *O São-Joanense*. São João del-Rei. 19 de Julho de 1876. Ano I. Número 26. Anexo ao Processo Crime 39-05, do Acervo Histórico do Museu Regional de São João del-Rei, do IPHAN.

<sup>536</sup> CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. Pág. 404.

Antonio Rodrigues, e nesse caso também de todas as demais folhas “*liberais*” aqui estudadas, pois promoveu constante propaganda republicana. Merece destaque o fato de que os “*liberais*” estavam no Ministério, ou seja, nas graças de Pedro II, que significa que tal republicanismo não era despeito ou tática oposicionista. Nesse caso, como em outros que veremos, a *Tribuna do Povo* não submeteu sua linha editorial às necessidades partidárias.

Ora, ao tratar da idéia republicana em São João del-Rei, os historiadores têm se referido unicamente à *Pátria Mineira*, nascida somente em 1889. E mais, na divulgação de uma pesquisa recente encontramos a afirmação de que aconteceu “*um profundo adormecimento do ideal republicano desde que Tiradentes pagou com sua vida tê-lo sonhado possível em terras mineiras.*”<sup>537</sup> A autora só faz exceção ao *Apóstolo*, de Ouro Preto, que também Werneck Sodré lembra como folha republicana em Minas Gerais<sup>538</sup>. O estudo da imprensa de São João del-Rei, porém, nos mostra o contrário. De fato, já no *Astro de Minas*, sobretudo na década de 1830, é possível encontrar propaganda republicana, e até a explicação da estratégia para se conquistar a república a longo prazo. Um dos redatores do *Astro*, o padre Marinho, participara da revolução republicana que conhecemos como Confederação do Equador, e os “*regressistas*” de Barbacena chegaram a denunciar que funcionava em São João del-Rei, dentro das cavernas da Casa da Pedra, a sociedade secreta chamada Gruta, que seria republicana<sup>539</sup>. Também já vimos, no segundo capítulo, que o alferes Xavier, muito embora com o apelido de Tiradentes, nunca foi esquecido, e era homenageado mesmo pelos expoentes do “*partido conservador*”.

O que percebemos não é inexistência de ideais republicanos, mas que os republicanos abrigavam-se sobretudo no “*partido liberal*”, onde lado a lado com “*liberais*” monarquistas pugnavam por diferentes bandeiras, conforme testemunhou Sebastião Sette na citação da introdução desse trabalho a respeito de Santa Cruz do Escalvado.

Ora, a *Tribuna do Povo* é exatamente uma documentação da época em que os republicanos permaneciam reunidos ao “*partido liberal*”. Não afirmamos que a *Tribuna do Povo* era uma folha republicana por diferentes motivos. Primeiro, por que nunca assumiu essa posição. Segundo, por que deu apoio também a candidatos “*liberais*” que seriam monarquistas até depois de 15 de Novembro de 1889, e foi porta-voz do “*partido liberal*” como um todo.

<sup>537</sup> OLIVEIRA, Moema Cristina Gaio de. *A Propaganda Republicana*. Monografia de final de curso de pós-graduação *stricto sensu* em história de Minas Gerais. UFSJ. 2000. Pág.21.

<sup>538</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit.

<sup>539</sup> LOMBELLO AMARAL, Alex. *O Astro de Minas contra a correnteza regressista*. Monografia de Conclusão de Especialização em História de Minas Gerais. UFSJ. 2003.



Terceiro, por que a propaganda republicana nunca vinha no editorial, mas na *Seção Livre*, onde todos podiam publicar, ou nas notícias e muitas vezes em versos. Assim, o muito que podemos afirmar sobre a *Tribuna do Povo*, usando um termo d'*O Domingo*, que circulou em S. João del-Rei entre 1885 e 1886, ao tratar de uma folha de Barbacena, é que era “*liberal-republicana*”.

Os artigos republicanos eram assinados por “*Tiradentes*” ou “*Abel e Caim*”, que talvez fossem uma pessoa só. O pseudônimo “*Tiradentes*”, como se pode imaginar, era recorrente em diferentes folhas e diferentes épocas. Esses artigos, quando se referiam ao rei, não eram nada respeitosos, e ao mesmo tempo reduziam os súditos à condição de escravos:

*“O rei é um individuo igual aos outros homens, mas que abusa do alto cargo que ocupa, tornando-se senhor, fazendo do povo escravo. (...) Nada mais anti-social e absurdo do que o governo de um rei... (...) O rei não trabalha, mas não sofre privações, porque tem o povo que é onerado de tributos para ele ter dinheiro em demasia! (...) Trabalhar uma nação inteira para um só homem e sua família gozarem, como os escravos trabalham para o senhor e seus filhos, é coisa digna de lástima.”*<sup>540</sup>

E no mesmo artigo referia-se especificamente ao rei do Brasil, Pedro II, pois à guerra do Paraguai, que dele seria culpa:

*“quando quer, manda fazer guerra e tem exércitos que obedecem cega e passivamente, vão matar e morrer porque o rei mandou, como aconteceu na guerra do Paraguai que foi feita pelo capricho da imperial vontade! (...) Ver um povo testemunhar escoar-se gota a gota, taça a taça seu precioso sangue na guerra, e o rei indiferente ao oceano deste licor vital!”*<sup>541</sup>

Pregava mesmo a destituição do rei, a revolução:

*“Aos Democratas  
Quebre-se o cetro do rei!  
Rasgue-se o manto real!”*<sup>542</sup>

Quase sempre nesse mesmo tom doutrinário e sonhador:

*“O trono é em todo tempo uma cadeia, e o trono estremece nas convulsões da morte, quando a multidão levanta a frente e brada: - Chamo-me povo, sou soberano. Quero ser livre, sou invencível!  
O trono é a sepultura do cidadão, onde a sua dignidade é imolada nas aras da*

<sup>540</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 26 de Julho de 1881. Ano I. Número 12. Iphan de São João del-Rei.

<sup>541</sup> *Idem*.

<sup>542</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 17 de Julho de 1881. Ano I. Número 15. Iphan. Caixa 191.

*vaidade e dos ouropéis.*”<sup>543</sup>

Tamanha sanha de derrubar o trono, de fazer uma revolução, era apoiada na religiosidade, uma necessidade para defensores de uma bandeira acusada de infiel. Assim, o poema “*A liberdade e o povo*” afirma que o rei amado, o rei que deve existir, é Cristo. O artigo “*Liberdade*” utiliza também um discurso cristão, afirmando que “*Somos revolucionários, porque ser revolucionário, é pugnar em prol do povo com o verbo de Cristo, e não com o alfanje de Maomé.*”<sup>544</sup>

No noticiário, sobretudo a título de notícia, eram feitas apologias às repúblicas, com destaque para Estados Unidos e França<sup>545</sup>, a exemplo de publicar solta em uma coluna a frase “*A França republicana prospera.*”<sup>546</sup> Quando foi assassinado Garfield, presidente dos Estados Unidos, a *Tribuna do Povo* fez questão de divulgar a simpatia que existia por esse país no Brasil, visto que “*O produto da subscrição nacional aberta para a viúva de Garfield, já monta a mais de 720 contos de réis.*”<sup>547</sup> Até em assuntos que não deviam ter relação com as repúblicas, como a reivindicação de que fosse criada uma Escola Normal em São João del-Rei, a *Tribuna* arranjava um jeito de falar delas, “*Ai temos como um espelho gigante os Estados Unidos e a França e tantos outro países, marchando na vanguarda das nações cultas e adiantadas.*”<sup>548</sup> E o artigo “*Educação dos Negros*” dá uma idéia idílica da situação dos afro-descendentes nos EUA:

*“Nos EUA, quando rebentou a guerra, que pôs termo à escravidão, somente 9.000 negros sabiam ler, no entanto que hoje, diz Hippeao, cerca 300.000 tem recebido educação.*

(...)

*Um paralelo com as coisas de cá, fica agente pensando na ... Beócia!*

(...)

*Contanto que os deputados recebam o subsídio, os senadores usem fardas bordadas, os ministros andem com ordenanças, tudo vai bem!*”<sup>549</sup>

E comparar essas repúblicas com o Brasil era sempre o que a *Tribuna do Povo* tentava, como na nota “*País essencialmente agrícola*”<sup>550</sup>, extraído do *Globo*, que ridiculariza a economia do Império:

<sup>543</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 19 de Julho de 1881. Ano I. Número 11. Iphan.

<sup>544</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 26 de Julho de 1881. Ano I. Número 12. Iphan de São João del-Rei.

<sup>545</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 3 de Julho de 1881. Ano I. Número 13. Iphan de São João del-Rei.

<sup>546</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 29 de Maio de 1881. Ano I. Número 9. Iphan de São João del-Rei.

<sup>547</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 31 de Dezembro de 1881. Ano I. Número 35. Caixa 191. Iphan .

<sup>548</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 3 de Julho de 1881. Ano I. Número 13. Iphan de São João del-Rei.

<sup>549</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 16 de Junho de 1882. Ano II. Número 6.. Iphan de São João del-Rei.

<sup>550</sup> Idem.

*“O Brasil é país essencialmente agrícola e o ano passado importou para alimentar a sua população 193.893 sacos de arroz; 104.434 volumes de banha; 227.777 ditos de batatas inglesas; 105.676 ditos de cebolas; 29.363 sacas de feijão; 103.507 de milho; e 36.367 volumes de manteiga.”*<sup>551</sup>

Os nomes internacionais louvados pela *Tribuna do Povo* confirmam a mesma tendência republicana. Por exemplo, é chorada a morte de Garibaldi, em um artigo que permitiu ataques à instituição monárquica em geral, sem distinguir entre a Itália e o Brasil. O final desse artigo é uma apologia republicana clara:

*“Amargurou talvez os últimos instantes da vida de venerando ancião, a idéia que no Quirinal ainda existe uma coroa que outrora julgou necessária para realizar sua obra, por que dela precisava para representar a nobre causa da liberdade perante o mundo, mas que agora, desnecessária e impopular, deveria dar campo às livres instituições que tanto engrandecem as pátrias de Washington e de Victor Hugo, destinadas a ser os faróis que guiam os povos da América e da Europa.  
(...)  
Sejamos apologistas dos seus princípios, de suas idéias, e assim honraremos a memória de José Garibaldi.”*<sup>552</sup>

E o “partido republicano”, que já participava com esse nome das eleições em algumas províncias, mas não ainda em Minas Gerais, era protegido pelas páginas da *Tribuna do Povo*, que ainda em sua fase “liberal”, defendendo candidatos “liberais”, publicou artigo da *Gazeta de Campinas*, defendendo o Partido Republicano e atacando os partidos monárquicos e sua prática nas eleições que estavam acontecendo<sup>553</sup>. Nesse artigo, a *Gazeta de Campinas*, e a *Tribuna* que o republicava, afirmavam que os dois partidos imperiais eram iguais, o que a *Tribuna do Povo* repetia em diferentes tonalidades, “Como se sabe e já foi dito pelo mais proeminente chefe dos conservadores, entre estes e liberais já não há idéias que os separem.”<sup>554</sup> O que estamos vendo, nesse e nos dois capítulos anteriores, que não era completa verdade.

Toda essa propaganda republicana podia ser obra somente de Alberto Besouchet, se acreditarmos que este tinha habilidade para contar com a cumplicidade dos chefes “liberais”, dos anunciantes, colaboradores e assinantes, mesmo sendo todos estes majoritariamente monarquistas. Porém, temos algumas evidências interessantes de que Besouchet não estava

<sup>551</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 16 de Junho de 1882. Ano II. Número 6. Caixa 191. Iphan.

<sup>552</sup> Idem.

<sup>553</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 4 de Setembro de 1881. Ano I. Número 22. Iphan.

<sup>554</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 6 de Novembro de 1881. Ano I. Número 31. Iphan.

isolado, existia um grupo de republicanos, cuja maior parte, como em Santa Cruz do Escalvado, participava do círculo “*liberal*”. Em Julho de 1881, primeiro ano da *Tribuna do Povo*, foi publicado que:

“*Alguns franceses residentes nesta localidade reuniram-se no dia 14 do corrente e solenizaram com um opiparo banquete o aniversário da República Francesa. Convidaram alguns brasileiros republicanos. O festim esteve magnífico. As saudações feitas à república francesa foram estrepitosas, subindo ao ar imensas girândolas de foguetes.*”<sup>555</sup>

Ora, a notícia desse banquete chegou ao *Messenger du Bresil*, que sobre o mesmo publicou:

“*No centro da mesa elevava-se o busto da República, ornado de troféus de bandeiras francesas e brasileiras e de escudos com as datas memoráveis de 1789, 1848, 1830, 1870. Alguns brindes se levantaram durante o banquete, entre eles os seguintes: À República Francesa; à memória dos bravos de 89; à Liberdade do Pensamento e aos Republicanos do Brasil. (...) Quereis saber agora, caros leitores, quantos franceses existem em S. João del-Rei?*”<sup>556</sup>

Eram somente três! Em outras palavras, a festa foi de republicanos brasileiros, não de colonos franceses. Um ano depois, novamente aconteceriam comemorações do 14 de Julho, mas o último número da *Tribuna* que temos é de Junho, e quem nos informa a respeito é o *Arauto de Minas*:

“*7 de Setembro – Os republicanos residentes nesta cidade, não só franceses como brasileiros depois de reunidos no modesto banquete de 14 de Julho, resolveram festejar o dia 7 de Setembro em comemoração da independência do império. A comissão para o festejo ficou composta dos Srs. Alberto Besouchet, Morel e C. Preda. As idéias da respectiva comissão são grandiosas.*”<sup>557</sup>

Ai está Besouchet, confirmado como republicano pelo *Arauto de Minas*, e também Carlos Preda, italiano, que foi colaborador e tipógrafo do *Luzeiro*, da *Gazeta Mineira*, da *Opinião Liberal*, e colaborou com *A Pátria Mineira* e outras folhas, inclusive da corte. Existiu um Morel que foi anunciante da *Tribuna do Povo* em suas duas fases.

Não podemos também deixar de discutir o termo “*democrático*”, que nos parece que

<sup>555</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 17 de Julho de 1881. Ano I. Número 15. Iphan. Caixa 191.

<sup>556</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 31 de Julho de 1881. Ano I. Número 17. Iphan. Caixa 191.

<sup>557</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 28 de Julho de 1882. Ano VI. Número 14. Iphan de São João del-Rei.

por vezes era usado abrangendo todos os “*liberais*”, por vezes em referência aos republicanos, ou que talvez fosse disputado por “*liberais*” monarquistas e republicanos, ou usado pelos que preferissem acercar-se dos “*liberais*” sem usar esse título. A princípio, a escolha da *Tribuna do Povo* de afirmar-se uma “*Folha democrática, instrutiva, noticiosa e comercial*”,<sup>558</sup> não nos causou nenhum estranhamento. Contudo, diante de dois usos dessa palavra, tivemos que parar para pensar o que pretendia dizer com essa designação de folha “*democrática*”. Primeiro é a circular de Galdino das Neves, pedindo votos para deputado geral, quando não falou de um partido, mas no plural, pedindo votos aos “*partidos liberal e democrático*”.<sup>559</sup> Um mês depois, ao tratar de republicanos conhecidos como Lopes Trovão, Saldanha Marinho, Bocaiúva e outros, a *Tribuna* não fala de “*partido republicano*”, mas de “*partido democrático*”:

*“Desde o verdor dos anos ele se dedicou ao partido democrático, e nos tempos acadêmicos, quando se achava a braços com as maiores dificuldades, lutando contra ódios e inveja, ele brilhantemente encetou a sua carreira ao lado de Saldanha Marinho, Ubaldino do Amaral, Ferro Cardoso, Bocaiúva e tantos outros proeminentes cidadãos.”*<sup>560</sup>

É interessante saber que o *Arauto de Minas* respondia a essa propaganda republicana com o mesmo argumento que era usado desde a Regência, de que o país se dividiria em diversas republiquetas, e que aconteceriam guerras civis:

*“... constituindo-se as províncias em miseráveis republiquetas, em que todos os dias estaria ateado o facho revolucionário...  
(...)  
Se se trata-se, por exemplo, no Brasil da eleição de um presidente de república...  
(...)  
Cada província apresentaria um ou mais candidatos; e, daí a guerra civil, trazendo a necessidade de separarem-se todas, destruindo assim a integridade do grande Império.”*<sup>561</sup>

E apesar de estarem o “*partido liberal*” no governo e o “*partido conservador*” na oposição, o *Arauto de Minas*, que já atacara Pedro II durante os momentos mais tensos da luta contra o governo “*liberal*”, tomou a defesa resoluta do monarca, para combater a propaganda republicana que era feita, curiosamente, como já tivemos ocasião de salientar, pela folha situacionista. Dizia o *Arauto*:

<sup>558</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 15 de maio de 1881. Ano I. Número 7. Caixa 191, Iphan.

<sup>559</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 21 de Agosto de 1881. Ano I. Número 20. Iphan. Caixa 191.

<sup>560</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 4 de Setembro de 1881. Ano I. Número 22. Iphan.

<sup>561</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 2 de Maio de 1881. Ano V. Número 8.

*“aqui vimos chegar o Senhor D. Pedro II apenas rodeado pelo amor e veneração de seus súditos.*

*Dispensou guardas e piquetes, por que diz ele ‘não precisa de soldados para viajar entre brasileiros.’*

*Confundido na multidão, que freneticamente o vitoriava encantou a todos por sua nobre afabilidade e pela atenção que prestava ao mínimo dos cidadãos.”<sup>562</sup>*

Essa viagem do Imperador, de 1881, teria tido como objetivo combater o crescente republicanismo<sup>563</sup>, mas como pudemos ver, não conseguiu completo sucesso. Pelo contrário, todos os números que temos da *Tribuna do Povo*, portanto o maior volume de propaganda republicana que conhecemos antes da fundação do Club Republicano em 1888, é de imediatamente depois da viagem do monarca. O que nos interessa, contudo, é lembrar que, se a própria Coroa percebia o republicanismo crescendo em Minas Gerais, é ilógico afirmarmos que tais ideais estivessem adormecidos.

Apesar de ter dito o *Arauto de Minas* que o *Luzeiro* era a continuação da *Tribuna do Povo* com outro nome, também nessa questão entre monarquia e república essas duas folhas “*liberais*” mostraram-se bastante diferentes. Nos poucos números do *Luzeiro* a que tivemos acesso não encontramos sombra de propaganda republicana. Claro que isso pode ser consequência de nossa carência de fontes desse periódico, porém, encontramos uma visão estereotipada dos republicanos, pois assim imaginou-se o caso em que um “*casculo*” fosse pedir votos a um desses:

*“Na hipótese de tratarem com um eleitor republicano, vinha logo uma sabatinada da Conferência dos Divinos, dos discursos sobre a passagem de Vênus, e dos catilinários contra as astronomias, as astrologias, as biológicas, e outras ciências que, na opinião de S.Ex., só constituem uma imperial diversão”<sup>564</sup>.*

Em toda a série do *S. João D'El-Rei* (1885-1886) também não encontramos propaganda republicana. Mesmo quando o público alvo era a Corte, ao invés de ameaçar com propaganda republicana, o *S. João D'El-Rei* preferia colocar em dúvida o monarquismo dos adversários “*conservadores*” que tinham controle sobre a Câmara Municipal:

*“Dois de Dezembro*

<sup>562</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 2 de Maio de 1881. Ano V. Número 8.

<sup>563</sup> OLIVEIRA, Moema Cristina Gaio de. *A Propaganda Republicana*. Monografia de final de curso de pós-graduação *stricto sensu* em história de Minas Gerais. UFSJ. 2000.

<sup>564</sup> *Luzeiro*, São João del-Rei. 14 de Janeiro de 1885, Ano III, N °14.

*As festas do aniversário natalício de S. M. o Imperador foram este ano muito singelas nesta cidade. Limitaram-se a uma iluminação muito modesta na casa da Câmara Municipal que tinha içado em seu frontispício o pavilhão nacional. Não reparem a simplicidade.”*<sup>565</sup>

Trata-se de um exemplo raro de comportamento áulico nas folhas “*liberais*” que estudamos. E exatamente da folha cujo redator era o abolicionista Francisco de Paula Pinheiro.

Da *Opinião Liberal* temos somente um número, de meados de 1888, que também não se refere ao assunto, mas *A Pátria Mineira*, apesar de ter com os Neves boas relações, classificava essa folha como monarquista. Por outro lado, a *Verdade Política* (1888-1889) era ostensivamente monarquista, e acusava a *Opinião Liberal* de republicanismo enrustido. O que nos choca nessa luta entre essas duas folhas “*liberais*” posteriores à Lei Áurea é que os acusados de republicanismo não são os antigos escravocratas, ou seja, não são “republicanos de 13 de Maio”, mas os Neves, que em 1884, conforme vemos no último capítulo, estiveram com Dantas. Já a folha “*liberal*” monarquista era redigida por um inimigo do abolicionismo, Carlos Sanzio.

#### **4. Os “*cascudos*” na gramática do poder “*chimanga*”**

Para o que os “*conservadores*” falavam dos “*liberais*” gastamos um capítulo inteiro. Já a recíproca não é verdadeira. Ironicamente, os “*chimangos*” não gastavam muita munição com os “*cascudos*”.

As folhas do capitão Rodrigues, a partir do *São-Joanense*, eram um tanto mais virulentas, atingindo chefes “*conservadores*” pessoalmente. Isso apesar do cabeçalho prometer o contrário, afirmando que “*Este jornal aceita artigos de interesse geral, escritos em linguagem decente, e expressamente nega-se a publicidade aos que contiverem frases virulentas ou injuriosas.*”<sup>566</sup>

Além do sub-delegado de São José del-Rei, do tesoureiro e do provedor da Misericórdia, em dois *São-Joanenses* encontramos ataques aos “*conservadores*” Francisco Ignácio, que viria a ser deputado geral e vice-presidente da Província; Dr. Balbino da

<sup>565</sup> *S. João D’El Rei*. São João del-Rei. 15 de Dezembro de 1885. Ano I. Número 1. Iphan.

<sup>566</sup> *O São-Joanense*. São João del-Rei. 19 de Julho de 1876. Ano I. Número 26. Anexo ao Processo Crime 39-05, do Acervo Histórico do Museu Regional de São João del-Rei, do Iphan.

Cunha<sup>567</sup>, médico, professor de história e geografia, que além de presidente da Câmara Municipal foi presidente da Província do Paraná; e o professor Domingos Alves<sup>568</sup>, também atacado pelo “*Velho da Montanha*”. O “*partido conservador*”<sup>569</sup> era acusado de adotar uma “*política ruinosa de compadresco e afilhadagem*”<sup>570</sup>. Como esse partido era majoritário na Câmara Municipal, o *São-Joanense* dizia que a “*a peste*” assolava a cidade e os poderes municipais não faziam nada, e nem podiam, por que “*A nossa Municipalidade está semelhante ao sucuri que depois de ter engolido bois com chifres e tudo não dá sinal de vida...*”<sup>571</sup>

O artigo assinado pelo “*Velho da Montanha*”, além do ataque que resultou em um processo, acusou a Câmara de Vereadores, dominada pelos “*conservadores*”, de proteger ladrões:

*“Aqui neste retiro onde vivo a muito seqüestrado da sociedade, pois agora nem a missa vou, em razão de ter mandado o meu cavalinho para a fazenda d’um compadre, isto em razão de temer que algum ladrão m’o furtasse e fosse receber alvissaras da Câmara Municipal, como aconteceu com a besta do meu amigo Theodósio e o boi do meu compadre Pavão...”*<sup>572</sup>

E também questionou a reeleição do Juiz de Paz:

*“Já sei que a varinha voltou para as mãos do meu antigo companheiro de campanha, parece mesmo que ele tem algum condão, feitiçaria ou como modernamente se diz magnetismo, pois já com a vara de Juiz de Paz ficou ele eternamente.”*<sup>573</sup>

Deve-se notar que as acusações eram direcionadas, atingiam somente os postos ocupados por “*conservadores*”.

O *Cinco de Janeiro*, processado por ter publicado uma carta contra Severiano de Rezende, assim como o *São-Joanense*, também tecia críticas à Câmara, de maioria “*conservadora*”, no artigo “*Ainda a Câmara Municipal*”<sup>574</sup>. Mas interessante mesmo é um

<sup>567</sup> *O São-Joanense*. São João del-Rei. 12 de Agosto de 1876. Ano I. Número 29. Anexo ao Processo Crime 43-05, do Acervo Histórico do Museu Regional de São João del-Rei, do Iphan.

<sup>568</sup> Idem.

<sup>569</sup> *O São-Joanense*. São João del-Rei. 19 de Julho de 1876. Ano I. Número 26. Anexo ao Processo Crime 39-05, do Acervo Histórico do Museu Regional de São João del-Rei, do Iphan.

<sup>570</sup> Idem.

<sup>571</sup> *O São-Joanense*. São João del-Rei. 12 de Agosto de 1876. Ano I. Número 29. Anexo ao Processo Crime 43-05, do Acervo Histórico do Museu Regional de São João del-Rei, do IPHAN.

<sup>572</sup> *O São-Joanense*. São João del-Rei. 19 de Julho de 1876. Ano I. Número 26.

<sup>573</sup> Idem.

<sup>574</sup> *O Cinco de Janeiro*. São João del-Rei. 4 de Fevereiro de 1879. Ano I. Número 13. Anexo ao Processo Crime



complemento da nota em que manifestou apoio à família Alvarenga contra Severiano de Rezende:

*“É tão importante o protesto feito pela Família Alvarenga, é tão eloqüente e fala tão alto que cedemos-lhe o nosso lugar, até mesmo porque o publico agora fica sabendo quanto é falsário o periódico que se publica n’esta cidade com o título de órgão conservador, porque o seu redator é conservador e o publica por sua conta e risco.”*<sup>575</sup>

Destacamos em negrito uma acusação sobre como funcionava o círculo “conservador” da cidade. Também é uma informação sobre como os “liberais” pretendiam se comportar, pois é dizer que o *Cinco de Janeiro*, ao contrário do *Arauto*, não era “liberal” só por que seu redator o desejava, mas sim um representante legítimo do “partido liberal”. Mas devemos informar que ambas as folhas acusavam a adversária de não ter o apoio de seu partido.

Tudo o que sabemos da *Situação* é pela folha de Severiano. A *Situação* atacava até os tipógrafos do *Arauto de Minas*, que assinaram um artigo se defendendo.<sup>576</sup> Também não é nenhuma novidade que a *Situação* era oposição à municipalidade, de quem reclama de falta d’água nos chafarizes<sup>577</sup>, falta de luz, que uma ponte precisava de reformas e que as ruas estavam sujas<sup>578</sup>. De resto, a *Situação* acusou a junta de qualificação de Nazareth de reduzir a renda de José Joaquim Nogueira a 300\$000, trezentos mil-réis, para que não fosse elegível<sup>579</sup>.

Nota-se que as folhas do capitão Rodrigues davam o mesmo tom contra os adversários, que para nós é muito pouco informativo. São quase todos ataques pessoais e outros óbvios à Câmara Municipal.

A *Tribuna do Povo* se comportou de forma muito pouco diferente, centralizando seus ataques sobre a Câmara e poupando os indivíduos a altos custos. As ruas e becos da cidade estariam “completamente em uma imundice extraordinária.”<sup>580</sup> Os fiscais estariam matando os cães com estriquinina e deixando seus corpos putrificando nas ruas<sup>581</sup>, juntando-se aos cadáveres de galinhas, gatos, porcos e outros animais<sup>582</sup>. Haveria também falta de água e

41-07, do Acervo Histórico do Museu Regional de São João del-Rei, do IPHAN.

<sup>575</sup> *O Cinco de Janeiro*. São João del-Rei. 4 de Fevereiro de 1879. Ano I. Número 13.

<sup>576</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 4 de Março de 1880. Ano IV. Número 1.

<sup>577</sup> Idem.

<sup>578</sup> Idem.

<sup>579</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Junho de 1880. Ano IV. Número 12.

<sup>580</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 29 de Maio de 1881. Ano I. Número 9. Iphan de São João del-Rei.

<sup>581</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 22 de maio de 1881. Ano I. Número 8. Caixa 191. Iphan.

<sup>582</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 9 de Outubro de 1881. Ano I. Número 27. Caixa 191. Iphan.

iluminação. As bicas estariam funcionando mal<sup>583</sup>. A Câmara seria ainda culpada por permitir aos caros de boi rinchadeiros entrarem no centro da cidade<sup>584</sup>, e de não evitar:

*“a divagação de loucos pelas ruas; que homens embriagados se ponham a fazer corridas à cavalo no centro da cidade; que vadios façam vozeria em horas de silencio, mormente proferindo injúrias e obscenidades contra a moral pública.”*<sup>585</sup>

A *Tribuna do Povo* só decaiu para ataques pessoais quando foi necessário responder aos ataques que passou a receber sistematicamente da folha “*cascuda*”. Começou com brincadeiras leves e até elogiosas, como “*O colega é poeta e os poetas são sonhadores.*”<sup>586</sup> Mas a continuidade do conflito alteraria o tom, e a *Tribuna* chegaria a dizer por exemplo que “*O Arauto com a sua linguagem grosseira, própria de preto mina, apareceu no dia 11 divertindo-se com a Tribuna.*”<sup>587</sup> No mesmo número “*Um Rio Grandense*” afirmava que não iria responder ao *Arauto*, que era um “*abjeto e repugnante pasquinheiro.*” Segundo esse gaúcho, “*Na província do Rio Grande do Sul os insultos encontram resposta na ponta de um vergalho que marca a cara dos audaciosos e insolentes.*”<sup>588</sup> As bravuras eram típicas da *Tribuna do Povo*.

Mas ainda obrigado a envolver-se na briga com o *Arauto de Minas*, Alberto Besouchet, em um momento de tensão na luta entre os partidos, quando os trabalhadores portugueses da Oeste e os “*chimangos*” elevados aos postos policiais entraram em choque, soube diferenciar dois chefes “*conservadores*”. Balbino da Cunha teria atuado o tempo todo para acalmar os ânimos e conter o conflito, enquanto Aureliano Mourão teria dito que “*Não precisamos de polícia, por que ela repugna a esta população.*”<sup>589</sup>

Nota-se que pouco ficamos sabendo sobre os “*casculos*”. O *Luzeiro* então, só citou um Antônio Jerônimo, acusado de ser sovina e ladrão.

O *S. João del-Rei*, que também evitava atacar os indivíduos, foi o que mais nos falou sobre o partido adversário, o qual chamou de “*partido dos barrigudos*”<sup>590</sup>, na gíria da época, de corrupto. Sobre o perfil social dos “*casculos*” disse que “*Na ociosidade a que estão afeitos, não sairão por nada a tomar os instrumentos de trabalho, os quais lhes maltratam a*

<sup>583</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 26 de Junho de 1881. Ano I. Número 12. Iphan de São João del-Rei.

<sup>584</sup> *Idem*.

<sup>585</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 9 de Outubro de 1881. Ano I. Número 27. Caixa 191. Iphan.

<sup>586</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 19 de Junho de 1881. Ano I. Número 11. Iphan de São João del-Rei.

<sup>587</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 14 de Agosto de 1881. Ano I. Número 19. Iphan. Caixa 191.

<sup>588</sup> *Idem*.

<sup>589</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 7 de Agosto de 1881. Ano I. Número 18. Iphan. Caixa 191.

<sup>590</sup> *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 17 de Fevereiro de 1886. Ano I. Número 9. Iphan.

*minosidade das mãos.*”<sup>591</sup>

Além de Severiano Nunes de Rezende, cujas brigas com o redator do *S. João del-Rei* já vimos, outro “*conservador*” que mereceu espaço nessa folha foi Aureliano Mourão, que seria um representante de “*idéias retrogradadas e de todo o ponto prejudiciais ao país*”.<sup>592</sup>

Outros ataques aos “*conservadores*” estiveram relacionados às eleições municipais, que dominavam a Câmara Municipal. Além das acusações de sempre, de falta de água, de limpeza e de iluminação, um vereador “*casquado*” teria dito “*à diversas pessoas, que ia propor em sessão para ser devolvido o nosso jornal, que enviamos à biblioteca pública.*”<sup>593</sup>

A *Opinião Liberal* deixou um mísero número e a *Verdade Política* gastava toda a sua munição contra os republicanos e na luta interna do “*partido liberal*”, poupando o “*partido conservador*”.

## 5. Um pouco de anti-lusitanismo

Já vimos que o “*partido conservador*” era o preferido pelos portugueses em São João del-Rei, de forma que não é de se estranhar algum anti-lusitanismo nos “*liberais*”, e de fato o encontramos. Nas poucas folhas do capitão Rodrigues que nos restaram encontramos, em uma mofina, um português chamado de “*galego*”<sup>594</sup>, antes dos incidentes das eleições de 1880, quando São João del-Rei viveu um surto de anti-lusitanismo “*liberal*”. Depois dessas eleições municipais, a *Tribuna do Comércio* chegou a acusar a *Situação* de “*ódio de nacionalidade*”<sup>595</sup>, certamente contra os lusitanos.

Foi um anti-lusitanismo artificial e encomendado. O “*partido conservador*” tomou a direção da Estrada de Ferro do Oeste de Minas logo em sua primeira Assembléia de Acionistas, dado seu maior poder econômico, e com muita inteligência contratou operários preferencialmente portugueses, para lhe serem fiéis. Nas eleições de 1880, o “*partido conservador*” colocou essa tropa nas ruas, enquanto o “*partido liberal*” estava proibido pelo seu próprio governo de usar a força. A Câmara Municipal continuou completamente controlada pelos “*casquados*” e o anti-lusitanismo grassou.

Ainda um ano depois, quando o trem chegou pela primeira vez em São João del-Rei,

<sup>591</sup> *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 2 de Fevereiro de 1886. Ano I. Número 7. Iphan.

<sup>592</sup> *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 25 de Janeiro de 1886. Ano I. Número 6. Iphan.

<sup>593</sup> *S. João D'El Rei*. São João del-Rei, 12 de junho de 1886. Ano I. Número 24. Iphan.

<sup>594</sup> *O São-Joanense*. São João del-Rei. 21 de Julho de 1877. Ano I. Número 25. Biblioteca Nacional. UFSJ.

<sup>595</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 2 de Setembro de 1880. Ano IV. Número 25. Iphan.

“deu-se um grande conflito entre a polícia e os trabalhadores da estrada de ferro do oeste.”<sup>596</sup> Disse a folha “*liberal*”, que então já era a *Tribuna do Povo*, que “*Alguns portugueses audaciosos gritavam: Morra os brasileiros, morra os cabritos, ao estampido de diversos tiros que disparavam.*”<sup>597</sup>

Ou seja, ambos os partidos adotaram elementos nativistas para se fortalecerem, o “*conservador*” confiando na preferência que recebia dos portugueses, e o “*liberal*” fazendo-se voz dos “*cabritos*”, ou como preferiam, “*patriotas*”. Assim ainda logravam se diferenciarem ainda mais, do que ambos faziam questão.

## 6. Sobre a Misericórdia

Os “*liberais*” eram diferentes entre si, mas em comum eram diferentes dos “*conservadores*” até nas formas de organização e nos espaços em que interagiam. O *Arauto de Minas* era a folha das irmandades, entre as quais a poderosa Misericórdia, até aqui citada em todos os capítulos. A história política de São João del-Rei no século XIX foi influenciada por essa organização por que seu patrimônio total, estimado pelo *Arauto de Minas* em 1877 era de mais de duzentos contos de réis. Em 1876, teve uma receita de dezoito contos de réis (18:150\$579). A receita do Recolhimento de Órfãos, nesse mesmo ano, foi de três contos (3:378\$856)<sup>598</sup>.

Fundada em 1817, tinha uma organização interna, no aspecto eleitoral, semelhante à original do Império, com dois turnos:

*“Santa Casa de Misericórdia. A mesa administrativa deste pio estabelecimento tem convidado a todos os irmãos desta Corporação a comparecerem amanhã, as 5 horas da tarde, a fim de se proceder a eleição de eleitores, que devem eleger a mesa administrativa para o futuro ano compromissal de 1877 a 1878.”*<sup>599</sup>

O *Arauto de Minas* sempre lembrava do ermitão Manoel de Jesus, que levantou o Hospital em 1817<sup>600</sup>, mas nunca lembrou de outro importante colaborador, Baptista Caetano d’Almeida. Embora encontremos também “*liberais*” na Mesa, o controle da Misericórdia era dos “*cascudos*”, conforme já sabemos por que nos referimos ao processo contra o *São-*

<sup>596</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 7 de Agosto de 1881. Ano I. Número 18. Iphan. Caixa 191.

<sup>597</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 7 de Agosto de 1881. Ano I. Número 18. Iphan. Caixa 191.

<sup>598</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 28 de Julho de 1877. Ano I. Número 21.

<sup>599</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 30 de Junho de 1877. Ano I. Número 17.

<sup>600</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 28 de Julho de 1877. Ano I. Número 21.

Joanense número 26. Eis o parágrafo que gerou o processo:

*“Não me maravilhou menos a reeleição da Mesa da Santa Casa, por quanto isso pode dar lugar a grandes abusos e já por aqui mesmo tem corrido o boato de terem o Tesoureiro e Secretário dez contos de reis d’aquela Estabelecimento em giro de seus negócios particulares.  
Não sei que fundamento tem esse boato mas essas continuadas reeleições, fazem crer que existe algum mistério...”*<sup>601</sup>

Desse “boato”, que motivou ou possibilitou o processo de calúnia, podemos concluir que a Misericórdia era um ponto estratégico da política, mesmo por que poderia dispor de grandes quantias para atividades não relacionadas às suas funções.

A indisposição dos “liberais” com a direção da Misericórdia era conhecida, tanto que, segundo o *Arauto de Minas*, chegara ao parlamento, onde Galdino das Neves teria feito um discurso contra a mesma.<sup>602</sup>

A *Tribuna do Povo* fez coro com as folhas “liberais” precedentes, do comendador Rodrigues. Diversas foram as denúncias da *Tribuna*, mas vamos nos limitar às mais interessantes. Em Julho de 1881, um morto teria sido incendiado, por acidente ou não, no necrotério da Santa Casa da Misericórdia.<sup>603</sup> Em Setembro, a acusação foi mais pesada:

*“Um pobre homem que se achava bastante enfermo, teve um ataque, e imediatamente o puseram dentro de um caixão e o levaram para o necrotério, para ser enterrado no dia seguinte.  
No outro dia, na hora do passeio dos doentes que tem a liberdade de saírem à rua, eu me dirigi ao necrotério com alguns companheiros e ficamos pasmados de ver o corpo do morto debruçado fora do caixão, tendo este a tampa toda aberta. Coitado, morreu assombrado quando levantou-se!”*<sup>604</sup>

Nesse mesmo artigo, a *Tribuna do Povo* denunciou que “*Há constantemente dia e noite, jogatinas nas camas dos doentes que são amantes desse vício.*”<sup>605</sup> O *Arauto de Minas*, sem hesitar, entrou em defesa da mesa da Misericórdia, e a cidade se dividiu:

*“...causou grande surpresa o nosso noticiário do número passado sobre a santa casa de misericórdia!  
(...)”*

<sup>601</sup> *O São-Joanense*. São João del-Rei. 19 de Julho de 1876. Ano I. Número 26. Anexo ao Processo Crime 39-05, do Acervo Histórico do Museu Regional de São João del-Rei, do IPHAN.

<sup>602</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Setembro de 1880. Ano IV. Número 27.

<sup>603</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 24 de Julho de 1881. Ano I. Número 16. Iphan. Caixa 191.

<sup>604</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 18 de Setembro de 1881. Ano I. Número 24. Iphan. Caixa 191.

<sup>605</sup> Idem.

*Uns, batiam palmas, dizendo que a Tribuna falava com critério ... outros, indignados de ver a verdade boiar a tona d'água, vociferaram, porque desejavam que ficassem ocultos fatos escandalosos, impróprios de uma casa de caridade, e com todo o cinismo bradavam – é mentira!”<sup>606</sup>*

E no mesmo artigo deixou-nos perceber os objetivos dos ataques, ao afirmar que “A santa casa da misericórdia está muito mal administrada (...) Onde já se viu uma casa de misericórdia sem enfermeiro?! (...) É necessário moralidade, boa administração, asseio, caridade, e bons desejos de socorrer-se aos pobres infelizes.”<sup>607</sup> Nesse mesmo número, continuou atacando diretamente o alvo, “A mesa da Santa Casa da Misericórdia”, que, “mandou demolir o hospital dos Lázaros!”<sup>608</sup> E novamente, embora dessa vez de forma que não permitia um processo, pois era uma pergunta, a folha “liberal” acusou os “conservadores” de roubarem a Misericórdia:

*“O governo provincial tem concedido sempre diversas cotas para o prolongamento das enfermarias da Santa Casa da Misericórdia. Onde está este melhoramento? Onde estão esses contos de reis?”<sup>609</sup>*

Quando os “liberais” é que dirigiam uma Misericórdia, as folhas “conservadoras” tinham a mesma atitude da *Tribuna do Povo*, conforme aconteceu com o próprio *Arauto de Minas*, que em 1880 publicou textos de um vereador de Diamantina acusando a Mesa dessa organização naquela cidade, que teria inclusive fraudado eleições.<sup>610</sup>

De fato, o que essas folhas nos contam é que havia disputa partidária pela direção das Misericórdias. Infelizmente, os cinco números do *Luzeiro* não nos trazem nada sobre esse assunto. A relação do *S. João D'El-Rei* com essa organização era diferente da que encontramos nas folhas do capitão Rodrigues e na *Tribuna do Povo*. Encontramos somente um ataque à Misericórdia, que não teria permitido o enterro de um espanhol, nem emprestado um caixão para que ele fosse transportado até o cemitério municipal<sup>611</sup>. Porém, também encontramos um elogio à prestação de contas para 1885<sup>612</sup>.

Mas como em diversos assuntos, a *Verdade Política* foi das folhas “liberais” aquela

<sup>606</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 23 de Setembro de 1881. Ano I. Número 25. Iphan. Caixa 191.

<sup>607</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 23 de Setembro de 1881. Ano I. Número 25. Iphan. Caixa 191.

<sup>608</sup> Idem.

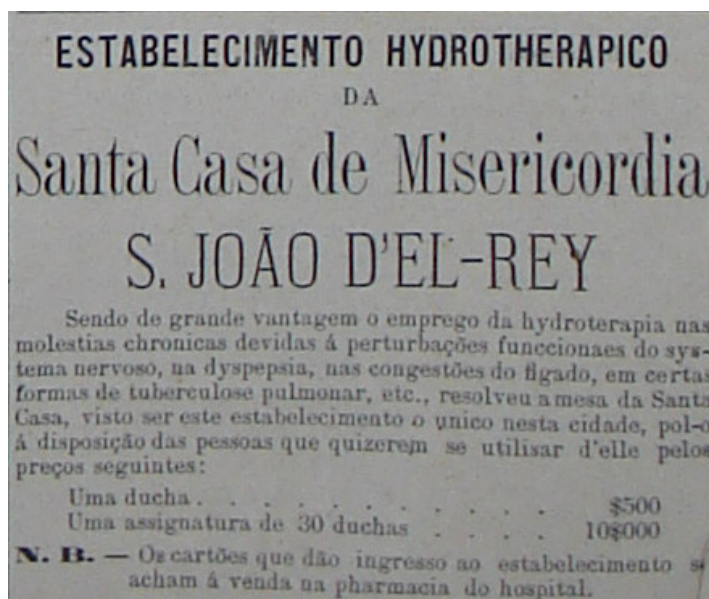
<sup>609</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 23 de Outubro de 1881. Ano I. Número 29. Caixa 191. Iphan.

<sup>610</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 25 de Março de 1880. Ano IV. Número 4.

<sup>611</sup> Arquivo Histórico do Iphan. *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 23 de Junho de 1886. Ano I. Número 25.

<sup>612</sup> Arquivo Histórico do Iphan. *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 13 de Setembro de 1886. Ano I. Número 31.

que teve sobre o assunto a postura mais parecida com os “*conservadores*”. Não foi defensora da Misericórdia mais dedicada que o *Arauto de Minas*, mas certamente tinha com ela uma relação tão boa a ponto de conseguir seus anúncios em alguns de seus números:



As relações da *Verdade Política*, que já vimos que era rodada na gráfica da *Gazeta Mineira*, e que em 1889 fundiu-se ao *Arauto de Minas*, mostraram-se coerentes com suas posições.

## 7. Sobre as outras irmandades e as orquestras

Bem ao contrário do *Arauto de Minas*, nas folhas “*liberais*” não encontramos muitas irmandades. No caso do *Arauto*, era parte da pauta publicar os nomes dos integrantes das mesas da grande maioria das irmandades. Já nas folha “*liberais*” o normal era as irmandades serem citadas por estarem envolvidas em assuntos diversos, como nesse exemplo do *Cinco de Janeiro*:

“*Sob a epigrafe, ‘A conta do Editor Joaquim Ernesto’, e assinado – O meirinho – continua o (ilegível) Rato de Minas a querer (ilegível) a minha reputação. Já demonstrei que sou credor da Confraria de N. S. das Mercês, e parece-me escusado continuar a discutir com um anônimo. Seja lá quem foi esse tartufo, que tome a responsabilidade de seus atos, assine-os e eu lhes darei satisfação*”

*resposta.”*<sup>613</sup>

Nota-se que o assunto não era a Confraria das Mercês, mas os ataques promovidos pelo *Arauto de Minas* contra o redator do *Cinco de Janeiro*, envolvendo essa irmandade de homens pardos. No anexo 1 pode-se constatar que Joaquim Ernesto Coelho também era ligado à Irmandade do Rosário dos Homens Pretos.

Na *Tribuna do Povo*, só encontramos referências amigáveis à mesa da festa da Senhora da Saúde<sup>614</sup>, e à festa da Senhora da Boa Morte<sup>615</sup>, que era a irmandade dos músicos pardos, um cujas festas, até 1899, só tocava a Lira S. Joanense. Por outro lado, a *Tribuna* foi capaz de publicar sobre essas organizações que:

*“Há diversas irmandades  
Todas em contradição;  
Na santa religião  
Há sempre rivalidades!”*<sup>616</sup>

O *Luzeiro*, por sua vez, em seus poucos números que nos sobraram, nos legou uma nota sobre a Confraria de Nossa Senhora das Mercês<sup>617</sup>, dos pardos, a mesma citada pelo *Cinco de Janeiro*, cujo nome do juiz eleito no ano de 1885 era Teófilo Baptista do Nascimento, lembrando duas lideranças históricas dos “*liberais*” em Minas, o famoso Theóphilo Ottoni, e o menos conhecido Baptista Caetano d'Almeida, liderança “*liberal*” de São João del-Rei, falecido em 1839. Contudo, não temos certeza de que fosse “*liberal*”, enquanto encontramos na mesa ao menos dois “*casquados*”, Guilherme José de Oliveira Barreto e Caetano da Silva Mourão.

Temos até agora que os “*liberais*”, tanto na época das folhas do capitão Rodrigues, quanto na fase da *Tribuna* e na do *Luzeiro*, aparecem ligados às irmandades dos homens de cor. Devemos, contudo, informar que havia exceções. O próprio José Antonio Rodrigues era irmão da Ordem Terceira de São Francisco, como se lê no Anexo 1, e não podemos deixar de informar sobre a Irmandades dos Passos. Foi a *Gazeta Mineira* que nos deixou saber que a famosa Procissão dos Passos era organizada pelos “*liberais*”. Quando abriu guerra aos sinos das igrejas, a *Gazeta Mineira* fez exceção somente para essa festa:

<sup>613</sup> *O Cinco de Janeiro*. São João del-Rei. 4 de Fevereiro de 1879. Ano I. Número 13. Anexo ao Processo Crime 41-07, do Acervo Histórico do Museu Regional de São João del-Rei, do IPHAN.

<sup>614</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 3 de Julho de 1881. Ano I. Número 13. Iphan de São João del-Rei.

<sup>615</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 31 de Julho de 1881. Ano I. Número 17. Iphan. Caixa 191.

<sup>616</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 26 de Abril de 1882. Ano II. Número 3. Caixa 191. Iphan.

<sup>617</sup> *Luzeiro*, São João del-Rei. 14 de Janeiro de 1885, Ano III, N<sup>o</sup> 14.



“Só há aqui uma festa em que geralmente se suporta maior latitude nos dobres: a de Passos, cuja animação o povo habituou-se a ver ligada ao maior ou menor número de voltas duplas, que fazem dar os sinos durante três dias.”<sup>618</sup>

José Antonio Rodrigues, o veterano de 42, que há anos não era mais dono de tipografia e de folhas, e parecia ter se retirado da arena política, encontramos na Mesa da Irmandade dos Passos eleita em 1884, ao lado de Antonio Gonçalves de Assis, da Baronesa de São João del-Rei que ao menos oficialmente devia ser tão “liberal” quanto o seu falecido esposo, e de outros, sendo que a Mesa eleita em 1883, fora igualmente composta por “chimangos”<sup>619</sup>.

É a Irmandade que cuida dos Passinhos, pequenas capelas incrustadas em diversas ruas da cidade, em frente aos quais se detem a Procissão dos Passos. Nas páginas do *Arauto*, confirmando sua ligação com os “liberais”, essa irmandade sofreu a acusação de ter convidado um padre da corte, Custódio Carneiro, que não recebeu a licença do Bispo para pregar na festa posto que seria maçom<sup>620</sup>.

De volta às folhas “liberais”, no *S. João D’El-Rei*, encontramos os cemitérios onde foram enterrados os mortos de 1885, talvez para informar a porcentagem de escravos, que nesse ano ainda era de cerca de 10% desses casos. Claro que não existe sociabilidade entre cadáveres, mas as pessoas eram enterradas no cemitério de uma organização da qual faziam parte. Adiantamos que o menor número de mortos em 1885 foi de irmãos da Ordem Terceira de Francisco de Assis, com doze enterrados, indicando o elitismo dessa organização, que portanto tinha poucos sócios. A Ordem Terceira da Senhora do Carmo, da qual o redator do *Arauto de Minas* foi secretário, enterrou em seu cemitério coberto dezessete de seus membros nesse mesmo ano. Já a Confraria das Mercês, de homens pardos, perdeu quarenta e dois membros, perdendo somente para a Matriz, com quarenta e cinco, que na qualidade de “Fábrica”, enterrava em seu cemitério mortos de diferentes irmandades.<sup>621</sup>

O *S. João del-Rei* confirmou o que se sabe sobre as duas orquestras centenárias da cidade. A Lira Sanjoanense apareceu tocando na popular festa de Matosinhos<sup>622</sup>, mas no Grande Baile, oferecido pelo corpo de engenheiros do prolongamento da estrada de ferro

<sup>618</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 1 de Dezembro de 1884. Ano I. Número 67. Arquivo do Iphan.

<sup>619</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 27 de Março de 1884. Ano I. Número 16. Iphan.

<sup>620</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 11 de Março de 1880. Ano IV. Número 2.

<sup>621</sup> Arquivo Histórico do Iphan. *S. João D’El Rei*. São João del-Rei. 10 de Janeiro de 1886. Ano I. Número 4.

<sup>622</sup> Arquivo Histórico do Iphan. *S. João D’El Rei*. São João del-Rei. 23 de Junho de 1886. Ano I. Número 25.

Oeste de Minas, “*Tocou a música do maestro Ribeiro Bastos.*”<sup>623</sup>

Portanto, além de serem diferentes dos “*conservadores*” por quase não tratarem de irmandades, os “*liberais*” também o eram pelas irmandades que mais freqüentavam. Já vimos que os mortos “*conservadores*” eram em maioria das Ordens Terceiras, e notamos que as folhas “*liberais*” quase só tinham ocasião de tratar das irmandades de homens de cor. A mesma coisa acontecia em relação às centenárias orquestras de São João del-Rei. A Lira era mais ligada às irmandades dos homens de cor, enquanto a Ribeiro Bastos às dos homens brancos. Segundo Pedro Paulo Vilela Galo<sup>624</sup>, “*os membros da orquestra Ribeiro Bastos denominavam os da Lira Sanjoanese de ‘rapaduras’, fazendo alusão à cor parda que predominava entre os músicos. Estes, por sua vez, chamavam os da Ribeiro Bastos de ‘coalhadas’, devido a cor branca predominante entre seus membros.*” A divisão dos músicos estendeu-se às irmandades, a Santa Cecília para os músicos brancos e a da Boa Morte para os músicos negros.

A partir de 1888 já não encontramos nada disso. Na *Opinião Liberal*, em seu único número que nos restou, encontramos a Ordem Terceira da Senhora do Carmo<sup>625</sup>. Já a *Verdade Política* parecia até o *Arauto de Minas* (também nesse aspecto), sendo a única folha “*liberal*” que publicava uma enormidade de notas sobre as irmandades. Além da Misericórdia, que já vimos que anunciava nessa folha, encontramos a Conferência das Mercês<sup>626</sup>, a mesa do Santíssimo Sacramento<sup>627</sup>, as festas do Rosário<sup>628</sup>, de São Sebastião<sup>629</sup>, as Ordens Terceiras de São Francisco<sup>630</sup> e do Carmo:

*“Sufragou anteontem as almas de seus Irmãos a grande irmandade de Nossa Senhora do Carmo; e à noite houve como todos os anos nesse dia, visitaçào ao cemitério, com grande concorrência de peregrinos. Todas as catacumbas estavam iluminadas e exornadas de riquíssimas coroas artificiais e naturais.”<sup>631</sup>*

Observemos a íntima relação entre culturas políticas e sociabilidades de que é testemunha a série de exemplares da *Verdade Política* em comparação com as demais folhas

<sup>623</sup> Arquivo Histórico do Iphan. *S. João D’El Rei*. São João del-Rei. 23 de Junho de 1886. Ano I. Número 25.

<sup>624</sup> GALO, Pedro Paulo Vilela. “*Coalhadas*” e “*Rapaduras*”: *História Social da Música em São João del-Rei no século XIX*. Monografia de Especialização em História de Minas Gerais. UFSJ. 1998.

<sup>625</sup> *Opinião Liberal*. São João del-Rei. 21 de Julho de 1888. Ano I. Número 2. Biblioteca Nacional.

<sup>626</sup> *A Verdade Política*. São João del-Rei. 3 de Janeiro de 1889. Ano I. Número 16. Iphan.

<sup>627</sup> *A Verdade Política*. São João del-Rei. 31 de Janeiro de 1889. Ano I. Número 19. Iphan.

<sup>628</sup> *A Verdade Política*. São João del-Rei. 13 de Outubro de 1888. Ano I. Número 4. Iphan.

<sup>629</sup> *A Verdade Política*. São João del-Rei. 29 de Dezembro de 1888. Ano I. Número 15. Arquivo do Iphan.

<sup>630</sup> *A Verdade Política*. São João del-Rei. 8 de Novembro de 1888. Ano I. Número 8. Iphan.

<sup>631</sup> *A Verdade Política*. São João del-Rei. 16 de Novembro de 1888. Ano I. N. 9. Arquivo Histórico do Iphan.

“*liberais*”. Sobre temas centrais como a escravidão e o regime político, assim como nos contatos com a vida associativa da cidade, ou seja, nos ambientes que freqüentava, o círculo da *Verdade Política* era próximo do círculo do *Arauto de Minas*, com o qual acabou se fundindo oficialmente em Janeiro de 1990, na folha *Renascença*.

## 8. Sociabilidades heréticas, pagãs e foras da lei

Assim como o *Arauto de Minas* era o semanário das tradicionais irmandades, as folhas “*liberais*” foram espaço para diferentes tipos de organizações ou práticas “mal vistas”.

Sabemos que um dos redatores do *Cinco de Janeiro* e da *Situação*, Francisco de Paula Pinheiro, era maçom (Ver Anexo 1), mas é só o que temos a dizer sobre as folhas do capitão Rodrigues nesse assunto. A folha que se destacou como porta-voz das sociabilidades “mal vistas” foi a *Tribuna do Povo*.

No seu número 30, de 30 de Outubro de 1881, fez a primeira propaganda aberta da maçonaria que se conhece em São João del-Rei. A loja maçônica que hoje existe em São João comemora sua fundação em 1895, e essa tem sido a data aceita pela historiografia. Esse anúncio<sup>632</sup>, de 1881, assinado por F. Bustamente, convida os irmãos a se reunirem “*terças-feiras às horas do costume*”.<sup>633</sup>

---

<sup>632</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 30 de Outubro de 1881. Ano I. Número 30. Caixa 191. Iphan.

<sup>633</sup> Idem.



Era um anúncio completamente desinteressante para o “*partido liberal*” quando foi publicado, às vésperas de uma eleição. Acontece que a *Tribuna do Povo* revelou-se pouco atenta aos delicados detalhes da luta política. A última palavra sobre o que seria ou não publicado só podia ser do dono da folha, Alberto Besouchet, a quem o *Arauto de Minas* reconheceu “*provada independência e louvável imparcialidade*”<sup>634</sup>.

Embora existam outras referências a maçons em São João del-Rei já nessa época, e saibamos que ao menos um dos colaboradores da *Tribuna*, Francisco de Paula Pinheiro, ingressara na maçonaria em 1878, na mesma Juiz de Fora de onde saíra Alberto Besouchet, não podemos ter completa certeza de que essa loja tenha existido. Isso por que havia o interesse por parte dos “*conservadores*” de ligar os “*liberais*” à maçonaria. Esse anúncio, único que encontramos da maçonaria na *Tribuna do Povo*, foi publicado no número 30, e já no número 34, a própria *Tribuna do Povo* reclamava de que nas eleições:

“*Pelo lado conservador, procurou-se até fazer crer que o candidato liberal era maçom, judeu, inimigo da igreja e infenso aos padres: além desta arma tratou-se de inutilizar alguns votos liberais, levando-se os seus títulos e ocultando-se-os.*”<sup>635</sup>

Ao mesmo tempo que levantamos suspeitas sobre a existência da Loja anunciada, precisamos informar de outras referências à maçonaria em São João del-Rei. Já em 15 de

<sup>634</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 21 de Janeiro de 1882. Ano V. Número 45.

<sup>635</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 17 de Dezembro de 1881. Ano I. Número 34. Caixa 191. Iphan.

Março de 1879, o *Arauto de Minas* testemunhou que em São João del-Rei havia “gente de Ganganelli”.<sup>636</sup> Trata-se de um pseudônimo, como o qual, nas palavras também do *Arauto*, “o ímpio Ganganelli, Conselheiro Saldanha Marinho”<sup>637</sup> publicara artigos sobre a questão religiosa. Saldanha Marinho era um líder maçom e republicano, além de chefe político “liberal”. Poucos meses depois dessa informação, e dois anos antes do anúncio da Loja S. Joanense na *Tribuna do Povo*, aconteceu um incidente, na igreja Matriz, que irritou os redatores do *Arauto de Minas* e nos interessa:

*“Em virtude de ordens do Diocesano o Sr. Vigário determinou que ficavam suprimidas as festividades a noite, e que em consequência a procissão de N. Senhora Morta não sairia se as irmandades não se apresentassem a hora aprazada.*

(...)

*...todavia logo o sussurro, movido por vários grupos, que enchiam a sacristia e avenidas da Igreja, se converteu em grande algazarra, distinguindo-se os gritos: Viva a maçonaria! Fora o Vigário!*

*No meio de infernal gritaria reinava a confusão e a Igreja apresentava o mais triste espetáculo, em que se viam irmandades em debandada, mulheres a correr, meninos a gritar e tudo em alvoroço!*

(...)

*A Cezar o que é de Cezar a Deus o que é Deus: em matéria espiritual – é autoridade o Vigário da Vara, cujas determinações devem ser acatadas e respeitadas.*

(...)

*Se aplaudem a Maçonaria e a preferem à Igreja, retirem-se para as lojas e não queiram penetrar, nos átrios sagrados, perturbando o culto católico.”<sup>638</sup>*

Observe-se que o descontentamento que levou aos gritos de “Viva a Maçonaria” resultou de uma disputa entre o Vigário e as Irmandades. São antigas em São João del-Rei as histórias de brigas de Vigários com Irmandades, a novidade no caso é que irmãos de organizações católicas também o eram na maçonaria. Cerca de quatro anos depois desse incidente, e menos de um ano depois do anúncio da Loja S. Joanense, o *Arauto de Minas* publicaria uma nota de José de Azedias Pereira condenando a maçonaria:

*“O abaixo assinado tendo recebido um ofício que lhe foi dirigido pela maçonaria, vem declarar que de certo houve engano nessa remessa, visto que ele nunca foi e nem pretende ser irmão de tal sociedade secreta, que é condenada pela nossa santa Igreja Católica e Apostólica Romana.”<sup>639</sup>*

<sup>636</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 15 de Março de 1879. Ano III. Número 2.

<sup>637</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 14 de Julho de 1878. Ano II. Número 17.

<sup>638</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 21 de Agosto de 1879. Ano III. Número 20.

<sup>639</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei, 1 de Julho de 1883. Ano VII. N. 17.

O *Arauto de Minas*, em referência a vários “*liberais*”, usava com estranha freqüência, para pessoas sem parentesco, os termos “*tio*”, “*sobrinho*” e “*mano*”<sup>640</sup>, que são habituais dos maçons.

Portanto, as notícias que temos da existência em São João del-Rei dessa sociedade secreta, antes de sua fundação oficial em 1895, são de 1879, 1881 e 1883. Fica mais difícil acreditar que se tratasse somente de uma invenção “*conservadora*” com finalidade eleitoral, e mais fácil aceitar que o dono da *Tribuna do Povo*, Alberto Besouchet, é que colocou os interesses da loja acima dos interesses do partido, que aliás, muitas vezes era por ele deixado por baixo. Também foi antes de romper com o “*partido liberal*” que a *Tribuna do Povo* protagonizou a criação de outra organização suspeita aos “*católicos apostólicos romanos*”, e nesse caso não há possibilidade de ter sido manobra por parte dos “*conservadores*”. A *Tribuna* tornou-se divulgadora da sociedade espírita:

*“Realizou-se no dia 25 do corrente a 1ª conferencia de uma sociedade espírita nesta cidade.*

*A missão deste club denominado – Além Túmulo – é estabelecer a fraternidade e a paz universal, e ensinar à humanidade a grande lei do progresso: Caridade, e amor a Deus e ao próximo.*

*Ela apresenta sob a proteção do Nome venerado e da palavra autorizada do MESTRE DIVINO, o preceito da tolerância e a máxima universal – cristã por essência – Fora da caridade não há salvação.*

*A ciência espírita consiste no conhecimento pleno do bem e do mal por meio do fluido magnético e da invocação tumular.*

*(...)*

*Domingo próximo dar-se-á a segunda conferência.”*<sup>641</sup>

Em seis meses a *Tribuna do Povo* dera meia volta sobre o assunto espiritismo, pois ainda em Julho publicara, como notícia solta, que o *Standart* publicou que havia nos EUA mais de mil indivíduos internados em consequência de seções de espiritismo.<sup>642</sup> Pois em Dezembro já estava divulgando as conferências da sociedade espírita, e em Janeiro de 1882, publicaria *A Menina da rua Direita*<sup>643</sup>, um conto espírita de Alberto Besouchet, que citava pessoas envolvidas na seções:

*“Saíamos de uma notável sessão espírita, não menos de um grupo de dez pessoas, entre as quais figuravam os Srs. Homem de Almeida, Luiz Bastos, Pedro Moreira,*

<sup>640</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Julho de 1878. Ano II. Número 15.

<sup>641</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 31 de Dezembro de 1881. Ano I. Número 35. Caixa 191. Iphan.

<sup>642</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 17 de Julho de 1881. Ano I. Número 15. Iphan. Caixa 191.

<sup>643</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 15 de Janeiro de 1882. Ano I. Número 36. Caixa 191. Iphan.

*“José Pedro, José Alves, e o autor destas mal traçadas linhas.”<sup>644</sup>*

A participação nessas seções teria superado uma centena de pessoas:

*“O Club – Além Túmulo nas suas sessões espíritas tem conseguido maravilhosos resultados.*

*Nota-se, que cerca de cem pessoas de todas as classes, mas ou menos, têm freqüentado as experiências e as grandes invocações que se tem feito, cujo resultado tem sido prodigioso e singular!”<sup>645</sup>*

Ainda em Abril de 1882, iniciando seu segundo ano e sua segunda fase, a *Tribuna do Povo* publicou que a Sociedade Acadêmica Deus Cristo e Caridade, espírita, denunciava estar sofrendo perseguições.<sup>646</sup>

Folha das organizações polêmicas, a *Tribuna do Povo* chegou a dedicar um quarto de seu espaço ao anúncio do Club dos Democratas, carnavalesco<sup>647</sup>. Mas nem a maçonaria, nem o club espírita, nem o club carnavalesco superaram a Garantia Mútua. Primeiro encontramos essa resposta:

*“Aos colegas da Gazeta de Juiz de Fora e do Cruzeiro, que nos pedem explicações sobre a sociedade criada nesta cidade, denominada – Garantia Mútua – nos cumpre responder o seguinte:*

*Colegas – A sociedade é ótima nestas paragens. Tem por fim a garantia do pelo e da tranqüilidade dos sócios.*

*Não deixa de ser barbarismo, como dizem os ilustrados colegas. Porém, o que querem? Se assim é preciso!*

*Convidamos aos colegas para virem até cá, a fim de serem testemunhas oculares do imenso caldeirão das intrigas e da malvadeza que ferve em fogo laborioso quotidianamente no largo do Tamandaré.*

*Venham, colegas, e depois nos dirão se esta sociedade torna-se ou não necessária.”<sup>648</sup>*

O largo do Tamandaré foi considerado centro da cidade pelo *São-Joanense*. Local tumultuoso, onde obrigatoriamente paravam as carroças carregadas de víveres, resultando em uma feira, e também existia um chafariz, além de grande número de casas de comércio. Como o número da *Tribuna do Povo* em que anunciava a criação da Garantia Mútua é um dos que não existem mais, foi preciso recorrer à *Gazeta de Juiz de Fora* para buscar mais informações,

<sup>644</sup> Idem.

<sup>645</sup> Idem.

<sup>646</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 1º de Abril de 1882. Ano II. Número 1. Caixa 191. Iphan.

<sup>647</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 5 de Fevereiro de 1882. Ano I. Número 38. Caixa 191. Iphan.

<sup>648</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 1º de Abril de 1882. Ano II. Número 1. Caixa 191. Iphan.

e valeu a pena:

*“Lê-se na Tribuna do Povo de S. João del-Rei:  
 ‘Criou-se nesta cidade uma sociedade denominada Garantia Mútua.  
 Até ontem já subia a número de sócios a 68. Tem por base defender os seus membros quando forem ultrajados.  
 Cada sócio é obrigado a ter um cacete de três palmos, uma navalha e um revólver.  
 Tem a sua bandeira encarnada com uma caveira no centro, e por baixo dela a inscrição: Vingança.’  
 A ser exata a notícia perguntamos a Tribuna do povo de S. João del-Rei:  
 - Isto é progresso ou barbarismo?”<sup>649</sup>*

A Garantia Mútua não exige comentários. Tenha existido ou não, era fora-da-lei.

Nos poucos *Luzeiros*, só encontramos a idéia de que uma das formas em que se dividia a sociedade era entre católicos e livre-pensadores, e uma organização de italianos, da qual fazia parte Carlos Preda, a *Colonie Italiane Confederate al Brasile*, de fato organizada na corte.

O *S. João del-Rei*, uma folha muito mais atenta aos interesses do “*partido liberal*” do que era a *Tribuna do Povo*, evitou ser ligada à maçonaria ou a qualquer coisa que pudesse desagradar aos eleitores católicos, mas não podemos esquecer que seu redator, Francisco Pinheiro, era maçom desde 1878.

Porém, exatamente por sua profunda ligação com o “*partido liberal*”, não deixou de estimular uma organização que rompia com os padrões da época, o Club Comercial Quatro de Julho, “*fundado por empregados do comércio*”. O nome, Quatro de Julho, não foi explicado! Dois acontecimentos do final do século XVIII são lembrados nessa data, a morte na cadeia do inconfidente Cláudio Manoel da Costa e a independência dos Estados Unidos, mas nenhuma das notas dessa organização nos fornece qualquer pista a esse respeito. Quatro de Julho pode ter sido também o dia em que se decidiu criar o club, exatamente duas semanas antes de sua fundação oficial:

*“Club Comercial – Quatro de Julho  
 Domingo, 18 do corrente, instalou-se perante grande número de sócios e numerosos convidados este club, fundado por empregados do comércio, especialmente para se exercitarem na arte de Terpsichore.  
 Pouco depois de arvorado o estandarte do club, em uma das janelas do edifício, subiram ao ar inúmeros foguetes e foram abertas não poucas garrafas de excelente cerveja, sendo na ocasião proferidas entusiásticas alocações sobre o*

---

<sup>649</sup> *Gazeta de Juiz de Fora*. 11 de Março de 1882, N 19. Arquivo Histórico da Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Juiz de Fora.



*motivo da reunião.*<sup>650</sup>

O Club Comercial Quatro de Julho tinha uma “*sala das sessões do Club, a rua Duque de Caxias n. 12 (em frente a Matriz)*”<sup>651</sup>, ou seja, na mesma rua da tipografia do *S. João del-Rei*, que não sabemos em que número ficava. Em frente à matriz sabemos que existia o negócio de Joaquim Ernesto, anunciante da folha “*liberal*”, mas também não temos certeza de que era no número 12. Apesar da prioridade do club ser exercitar-se nas artes da musa da dança, o uso político desse club pelos “*liberais*” é evidente. Por exemplo, segundo o *S. João del-Rei*, em 7 de Setembro de 1886:

*“A câmara municipal não cumpriu o seu dever; porém o C. C. Quatro de Julho tomou a si a iniciativa de, por alguma forma, comemorar o dia da nossa independência.*

*Reuniu em os seus salões um grande número de sócios e convidados, e dali com a banda de música **Lyra S. Joanense** à frente, saiu a passeata, levando o presidente do club, o Sr. Carvalho Campos, a bandeira brasileira e o vice-presidente, sr. Caldas, o estandarte do club.*

*À saída, de uma das janelas do edifício, falou o sr. José Braga, como orador oficial do club.*<sup>652</sup>

Além do presidente, do vice-presidente e do orador do Club Comercial, sabemos do nome do secretário, Alves Senna<sup>653</sup>, que assinava as notas no *S. João del-Rei*. Nenhum deles era um líder político conhecido. Desses nomes, só reconhecemos José Braga, o orador, ex-redator d'*O Domingo*, extinto antes da fundação do club. Nós colocamos em negrito a Lira S. Joanense, novamente relacionada a outra organização popular. Já vimos que era a Lira que tocava nas festas da Irmandade da Boa Morte, dos músicos pardos, e agora a encontramos em uma passeata de empregados do comércio. Aos poucos, vamos notando relações persistentes entre o “*partido liberal*”, suas folhas, as irmandades de homens de cor, a Lira e outras organizações inovadoras, ou polêmicas, ou populares.

## 9. Anúncios

Os anúncios são ricos em informações sobre os círculos políticos. Por exemplo, entre os anúncios dos dois *São-Joanense* (1876) e do *Cinco de Janeiro* (1879) existe uma admirável

<sup>650</sup> *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 24 de Julho de 1886. Ano I. Número 27. Iphan.

<sup>651</sup> Idem.

<sup>652</sup> Arquivo Histórico do Iphan. *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 13 de Setembro de 1886. Ano I. Número 31.

<sup>653</sup> Arquivo Histórico do Iphan. *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 13 de Setembro de 1886. Ano I. Número 31.

semelhança de tipos de anúncios, e tratava-se de fato de um mesmo círculo político. Outro exemplo, a história da *Tribuna do Povo*, que tinha muito mais anunciantes que qualquer outra folha anteriormente publicada em São João del-Rei, das que chegou até nós. Nem a propaganda republicana, nem o espiritismo e a maçonaria afastaram anunciantes dessa folha. Durante todo o ano I, as propagandas cresceram em número e espaço. No número 11, ultrapassaram seu limite natural, transbordando da quarta página para a terceira. No número 39, de 18 de Fevereiro de 1882, último que temos do ano I, transbordaram da terceira para a segunda página, ocupando portanto mais da metade da folha. Se todas as afrontas publicadas por Besouchet até então não afastaram apoio financeiro, o rompimento com uma parte do “*partido liberal*” afastou de uma vez só mais de metade dos anunciantes, entrando a folha em seu ano II com os anúncios de volta à última página.

Esses dois exemplos são suficientes para nos revelar que os anúncios eram apoios políticos, assim como as assinaturas e doações. Portanto, embora não fossem a sustentação principal das folhas do 6º distrito, conhecer os anúncios nos dá indicações da composição dos diferentes círculos políticos. Tanto é assim que o perfil dos anúncios das folhas “*liberais*” era muito diferente do que encontramos no *Arauto de Minas*.

Depois das folhas do capitão Rodrigues, os anúncios relacionados à escravidão diminuem abruptamente nas folhas “*liberais*”. Nos inventários, encontramos dois fazendeiros “*chimangos*”, mas os anúncios das folhas desse partido foram quase exclusivamente urbanos. Em todos os exemplares das oito folhas do “*partido liberal*” que existiram em São João del-Rei entre 1876 e 1889, encontramos somente dois anúncios diretamente ligados ao campo, e um deles remetia os interessados à tipografia da folha “*conservadora*”! Trata-se de um contraste muito grande entre os círculos “*conservador*” e “*liberal*” de São João del-Rei.

A folha dos “*conservadores*” também sempre teve comerciantes, mas nas folhas “*liberais*” esses eram a maioria, distribuídos pelos mais diversos tipos de atividade. O comércio da sal, de que São João del-Rei chegou a ser considerada um porto seco, está representado, assim como o de secos e molhados, o comissariado, os restaurantes, botequins, tabacarias etc. Foram em grande número sobretudo na *Tribuna do Povo*, no *S. João del-Rei* e na *Verdade Política*, folhas “*liberais*” bastante diferentes entre si.

É necessário destacar as farmácias como grandes anunciantes das folhas “*liberais*”, tendo inclusive um farmacêutico sido dono do *S. João del-Rei*. Era realmente grande o número de farmacêuticos no “*partido liberal*” de São João del-Rei. Por outro lado, a maioria dos médicos e bacharéis em direito eram anunciantes do *Arauto de Minas*. Concluimos daí

duas coisas. Primeiro, São João del-Rei tinha tido uma Escola de Farmácia, e já existia a Escola de Farmácia de Ouro Preto, e podemos imaginar que era mais fácil conseguir que os filhos estudassem farmácia em Ouro Preto que medicina no Rio de Janeiro ou direito em São Paulo. Segundo, que essa Escola de Ouro Preto precisa ser estudada não somente como escola, mas também pelo ponto de vista da história política.

Outra grande diferença em relação à folha “*cascuda*” é que as folhas “*liberais*” publicavam inúmeros anúncios de diferentes tipos de artesãos. São seleiros, alfaiates, marceneiros, relojeiros, fogueteiros, ourives, pessoas que consertavam as coisas etc. Como não havia a necessidade econômica de anunciar, esse ato era político, de forma que mais uma vez, nossas fontes chocam-se com a afirmação de Graham de que artífices e vendeiros eram excluídos de consideração na política do Império<sup>654</sup>.

Claro que também existiam anúncios semelhantes entre as folhas “*liberais*” e “*conservadora*”. Por exemplo, todas tinham alguns anúncios de professores e escolas, de hotéis, companhias teatrais e fotógrafos que passavam pela cidade. Uns poucos estabelecimentos, como *Au Bon Marché* e a loja Primavera anunciavam em todo tipo de folha. Os editais e notas religiosas também existiam nas folhas dos dois partidos, mas normalmente publicadas por correligionários.

## 10. Unidade e divisão na *Gazeta Mineira*

Até agora, por necessidade de combater a crença de que os partidos monárquicos eram idênticos, destacamos as diferenças entre eles no 6 ° distrito de Minas Gerais. Por isso, achamos necessário mostrar o outro lado, também presente ao menos em uma fonte, das mais importantes para entender a crise de 1884, a *Gazeta Mineira*, na qual se somaram “*conservadores*” e “*liberais*” exatamente com o propósito de lutar por projetos comuns.

Nascida no fatídico ano de 1884, exatamente em 1 ° de Janeiro, essa folha umbilicalmente ligada aos Mourão apresentou-se neutra entre os partidos, de fato tendo sócios, colaboradores, tipógrafos, assinantes e anunciantes de ambos os partidos. Não nos interessa julgar se a *Gazeta Mineira* foi realmente neutra ou se pendeu para esse ou aquele lado, mas entender que seu objetivo levava a determinada política editorial, capaz de sustentar a imagem de neutralidade entre os partidos. Portanto, a *Gazeta Mineira* pouco tratava de uma série de assuntos que eram cabo-de-guerra entre “*liberais*” e “*conservadores*”. A escravidão,

<sup>654</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. RJ: Editora UFRJ. 1997. Pág. 54.

portanto, era somente citada, mas dificilmente o assunto em si.

O assunto principal da *Gazeta Mineira*, não só de acordo com seu programa, mas também de fato ocupando grande parte de seus editoriais e de outros espaços, era o desenvolvimento econômico. No debate sobre Estrada de Ferro do Oeste as opiniões da *Gazeta Mineira* são importantes visto que o chefe político mais ligado a essa folha era ninguém menos que Aureliano Mourão, presidente da Oeste durante sua construção. Quando a *Gazeta Mineira* surgiu a estrada de ferro já tinha chegado à cidade e perdido o posto de melhoramento considerado mais necessário. Os resultados gerados pela Oeste, porém, não foram satisfatórios, e a *Gazeta Mineira* divulgou novos projetos a respeito, palatáveis para “chimangos” e “cascudos”. A idéia, nada modesta era que São João del-Rei se tornasse um grande entroncamento de diversas estradas de ferro, para não dizer o maior entroncamento de Minas. Mas esse assunto exigiria um capítulo a parte.

Havia um problema que não era negado por nenhuma folha, e que o ano de 1884 colocaria na ordem do dia, a mão-de-obra, ou a falta desta. Acreditavam os redatores da *Gazeta* que “*A causa principal da morosidade de nosso desenvolvimento, quando ocupamos um território que é a mais bela jóia do mundo, reside no modo por que encaramos o trabalho.*” Existiriam “*vícios de educação*”, que seriam “*verdadeira pena infligida por Deus aos desvios que temos cometido*”, uma alusão à escravidão:

*“Em vez de ensinarmos que o trabalho enche de nobreza o homem, que procura a alegria da alma, a paz do espírito, que só ele dá encanto aos prazeres e passatempos das horas de descanso, inoculamos nos cérebros infantis de nossos filhos turva sua imagem, como efeito do estado da maior degradação do homem. O grandioso espetáculo do trabalho aparece-lhes aos olhos, não sob sua brilhante luz, mas encenado de telas negras e circundado de emblemas de martírio.”<sup>655</sup>*

Além dessa educação adversa ao trabalho, haveria o problema da emigração de mineiros:

*“Graças à amenidade do clima, à uberdade do solo e prodigiosas riquezas minerais cresceu em Minas a população atingindo outrora a um terço da do Império todo, hoje, permanecendo idênticas essas condições, a proporção decresceu muito desfavoravelmente para nós. Em busca de trabalho emigram para outras províncias milhares de validos filhos de Minas, que foram fazer florescer zonas que os abrigam.”<sup>656</sup>*

<sup>655</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 23 de Janeiro de 1884. Ano I. Número 5. Iphan.

<sup>656</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 21 de Fevereiro de 1884. Ano I. Número 11. Arquivo do Iphan.

Por isso mesmo, um dos principais projetos era a importação de europeus, que seriam gente afeita ao trabalho, porém, “*a torrente imigratória estrangeira, que se encaminha para o Brasil, não nos procura e nem sequer vemos que se empreguem para atraí-la medidas na altura do grande desideratum.*”<sup>657</sup> Acreditavam os redatores da *Gazeta* que “*Possuímos aqui terras e climas adequados à cultura da amoreira e à criação do bicho de seda, industria esta que faz a riqueza do Piemonte.*”<sup>658</sup>

E já tinham escolhido até de onde queriam os imigrantes italianos, do Norte:

*“É sabido que nas províncias setentrionais da Itália, ricas de um pessoal morigerado, inteligente e trabalhador, desenvolve-se uma torrente de emigração para o Brasil. Aproveitemo-la, com açodamento, oferecendo-lhes na América o clima italiano, terras para cultura que os mesmos colonos conhecem, e da qual obterão bem estar e prosperidade.”*<sup>659</sup>

Tornou-se a *Gazeta* grande defensora da Sociedade Central de Imigração, que defendia a Grande Naturalização, alegando que “*O exemplo dos Estados Unidos demonstra que são imaginários os perigos que espíritos timoratos têm enxergado nesta medida.*”<sup>660</sup> A proposta imigrantista de São João del-Rei era atrair os colonos oferecendo-lhes pequenos lotes de terra:

*“O aproveitamento completo da fertilidade do solo requer sua subdivisão entre muitos, e em pequenos lotes, onde se podem obter os prodígios da lavoura intensiva. Se é incontestável carecermos de atrair para o nosso território a população superabundante de outras nações, é também fora de dúvida que não podemos consegui-los, oferecendo-lhes apenas salário em troca de rudes trabalhos.”*<sup>661</sup>

Desconhecemos o que sejam os “*prodígios da lavoura intensiva*”, que nos parecem fruto da imaginação dos redatores para justificar os “*pequenos lotes*”. Fica claro que, recebendo poucas terras, as famílias de colonos acabariam fornecendo mão-de-obra para os grandes proprietários da região, que era afinal um dos objetivos de se atrair os europeus. Mas também para os comerciantes esse arranjo era interessante, pois mesmo nos inventários do mais ricos, encontra-se centenas de pequenas dívidas, provenientes do comércio retalhista,

---

657 Idem.

658 *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 1 de Janeiro de 1884. Ano I. Número 1. Iphan.

659 Idem.

660 *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 23 de Janeiro de 1884. Ano I. Número 5. Iphan.

661 *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 28 de Janeiro de 1884. Ano I. Número 6. Iphan.

que muitas vezes atinge proporção razoável do monte-mór<sup>662</sup>, de forma que a criação de uma colônia com centenas de famílias eram centenas de fregueses a mais.

Logo no primeiro mês de existência da *Gazeta Mineira*, foi aprovada lei provincial custeando a vinda de doze mil colonos para Minas Gerais, e o assunto ficou, por um tempo, resolvido<sup>663</sup>.

Mas para resolver a questão da mão-de-obra os redatores da *Gazeta Mineira* não dispunham somente da imigração italiana. Outra fixação era o combate à vagabundagem. Durante os meses de Agosto e Setembro de 1884, em plena crise política, a *Gazeta Mineira* dedicou cerca de uma dezena de editoriais a um verdadeiro tratado “*Da Vagabundagem*”<sup>664</sup>, que iniciava-se com os tipos de vagabundos e terminava pelas diversas formas de combater a vagabundagem. Derivaria a vagabundagem, em grande parte, da escravidão<sup>665</sup>. Haveria desde:

*“a vagabundagem do caboclo e em geral do homem livre e de vida independente de nosso interior. O indivíduo habita numa choça de palha, à beira dum rio, em roda da qual planta umas bananeiras e uns pés de mandioca e vive disso e da pesca.”*<sup>666</sup>

Até a dos mendigos, ciganos e a mais nociva seria a dos capangas. Todas incomodavam profundamente a *Gazeta Mineira*, mas para cada uma haveria uma forma específica de combate. Para o caboclo que habitava sua choça de palha à beira de um rio, por exemplo, seria “*suficiente a obrigação do pagamento do imposto pessoal ou de profissão, sob pena de colonização em núcleos civis.*”<sup>667</sup> Existiriam, claro:

*“medidas gerais destinadas ao preparo do meio social contra a vagabundagem, apresentam-se em primeiro plano: 1º, o imposto territorial; 2º, um plano verdadeiramente moral e econômico da colonização agrária, nacional e estrangeira baseado sob a máxima garantia do trabalhador tornado proprietário do solo; 3º as mais eficazes garantias ao trabalho livre.”*<sup>668</sup>

Ao menos reconhecia o autor que “*Só depois destas práticas poderemos com razão*

<sup>662</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais. São João del-Rei (1831-1888)*. São João del-Rei: AnnaBlume & UFSJ. Pág. 73.

<sup>663</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 28 de Janeiro de 1884. Ano I. Número 6. Iphan.

<sup>664</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 7 de Agosto de 1884. Ano I. Número 41. Iphan.

<sup>665</sup> Idem.

<sup>666</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 14 de Agosto de 1884. Ano I. Número 43. Iphan.

<sup>667</sup> Idem.

<sup>668</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 10 de Agosto de 1884. Ano I. Número 42. Iphan.

*queixar-nos dos indivíduos que se entregarem à vagabundagem; só depois disso poderemos agir energeticamente sobre o indivíduo.*<sup>669</sup> Os efeitos do recrutamento enquanto método de combate à vagabundagem são discutidos, e o autor chega a aceitar que fosse possível que desse bons resultados somente nas grandes cidades, onde *“as pequenas paixões políticas têm menos cabimento.”*<sup>670</sup> A Suíça é citada como exemplo de combate à vagabundagem, onde os vagabundos seriam enviados à casa de correção. À polícia é reservado um papel fundamental nessa proposta de combate à vagabundagem, vigiando os viajantes, por conta própria e recebendo listas de hóspedes dos hotéis<sup>671</sup>.

Sobre a melhor forma de substituir o braço escravo na lavoura, a *Gazeta* propunha que *“os fazendeiros devem preferir o sistema de trabalho, chamado de parceria, a qualquer outro.”*<sup>672</sup> Seria forma de estímulo para trabalhadores, mais produtiva, mais barata e menos trabalhosa:

*“Ele dispensa os grandes dispêndios com camaradas, poupa os cuidados aos fazendeiros, descansa-os dos contínuos afazeres, dando-lhes horas de descanso, e faz com que o produto de suas terras multipliquem-se, porque todos estão certos e convictos de que se muito fizerem, muito ganharão.”*<sup>673</sup>

O trabalho assalariado, a 640 réis diários, seria muito ruim para o empregador, pois o *“camarada”* se importaria somente com o ordenado, e durante suas faltas por quaisquer motivos, ficaria o fazendeiro sem o trabalhador<sup>674</sup>.

Um assunto que extrapola o fornecimento de mão-de-obra, mas não deixa de estar a este problema muito vinculado é a educação. A *Gazeta Mineira* mostrou algum interesse pelo tema, dedicando-lhe alguns editoriais. A legislação educacional seria maravilhosa<sup>675</sup>:

*“Infelizmente a nossa situação real difere radicalmente do quadro brilhante que ressalta da exposição dos regulamentos. Eles não são e nunca foram executados no que encerram de essencial. A instrução obrigatória, apesar de ser exigida sob cominação de multa, é ainda problemática aspiração.”*<sup>676</sup>

---

669 Idem.

670 *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 5 de Setembro de 1884. Ano I. Número 46. Arquivo do Iphan.

671 *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 14 de Setembro de 1884. Ano I. Número 48. Arquivo do Iphan.

672 *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 23 de Setembro de 1884. Ano I. Número 50. Arquivo do Iphan.

673 *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 23 de Setembro de 1884. Ano I. Número 50. Arquivo do Iphan.

674 Idem.

675 *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 30 de Setembro de 1884. Ano I. Número 52. Arquivo do Iphan.

676 *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 7 de Outubro de 1884. Ano I. Número 54. Arquivo do Iphan.

No mesmo artigo, já diria que “a instrução não é obrigatória, de sorte que a frequência das escolas é completamente espontânea.”<sup>677</sup> Fosse qual fosse a legislação do Império, certo é que a *Gazeta Mineira* defendia a presença obrigatória para os estudantes, o que certamente era importante para quem queria a presença constante dos trabalhadores em suas funções. Defendia ainda que os estudos deviam estender-se dos cinco aos quinze anos, e não somente dos sete aos dez como acontecia então<sup>678</sup>. Mas não foi só da presença livre que esses editoriais reclamaram:

*“A inspeção do ensino não inspira confiança, porque é cometida a funcionários não remunerados, os quais não dispõem das indispensáveis (ilegível) e não têm tempo para desempenhar os seus deveres. Os complicados programas de ensino integral não são observados. Nunca houve escolas do segundo grau, e na quase totalidade das de primeiro grau apenas se ensina imperfeitamente a ler, escrever, contar e rezar. A música, a ginástica, o desenho só por exceção entram no círculo dos conhecimentos de alguns poucos mestres. Bibliotecas e caixas econômicas escolares, jardins da infância, fundos escolares, e tudo mais que ficou criado pelas reformas, espera ainda que chegue o momento da execução.”*<sup>679</sup>

Apesar disso, considerava que “É avultado o número das nossas escolas.”<sup>680</sup> Sendo que existiam “no Brasil 6.180 escolas públicas, das quais pertencem 1.085 à nossa província.”<sup>681</sup> Porém, pelas intervenções dos deputados provinciais João Luiz de Campos e Amâncio Castanheira, sabemos que faltavam escolas primárias em Matosinhos e em Ponte Nova, e que faltava o ensino primário feminino na sede do município de Bom Sucesso e Boa Morte, distrito de Bonfim<sup>682</sup>. Com a maioria da população vivendo na zona rural, é nítido que o deslocamento de uma criança para estudar era proibitivo. Nota-se também que a oferta de professores não seguia automaticamente a lei que previa a contratação de um professor a cada cinquenta alunos do ensino básico “obrigatório”<sup>683</sup>, pois os deputados precisavam pedir que se contratasse professores.

Mas na conclusão dos artigos assinados por Souza Bandeira Filho o maior problema seriam os professores incompetentes.<sup>684</sup> Claro que se tratava de um problema de difícil

---

677 Idem.

678 Idem.

679 Idem.

680 *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 7 de Outubro de 1884. Ano I. Número 54. Arquivo do Iphan.

681 *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 26 de Abril de 1884. Ano I. Número 21. Iphan.

682 *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 3 de Outubro de 1884. Ano I. Número 53. Arquivo do Iphan.

683 Idem.

684 *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 7 de Outubro de 1884. Ano I. Número 54. Arquivo do Iphan.



solução, mesmo por que os professores só podem ser frutos de um sistema educacional, e em outro artigo a *Gazeta Mineira* já tinha confessado que “em matéria de instrução é desanimador o nosso atraso, quando, nesse ponto, comparamos a estatística de nosso país, com a dos povos civilizados, tanto da Europa como do nosso próprio continente.”<sup>685</sup>

Havia um ramo da educação que atraía especialmente as atenções da *Gazeta Mineira*, que hoje chamaríamos de escolas técnicas, mas que então não tinham nome, mas é delas que tratavam ao defender “Ora, se existisse uma escola de instrução superior para o cultivo das artes, teríamos proventos industriais...”<sup>686</sup> Ou em outro momento ao chama-las de “práticas”:

*“Para bem compreender o progresso que a industria podia fazer no país, basta recordarmo-nos que, se existissem escolas práticas bem constituídas e ao alcance daqueles que tivessem inclinação direta ou indireta para a carreira, teríamos hoje artistas consumados...”*<sup>687</sup>

E mais claramente ainda ao designá-las como institutos com “*ensino profissional*”:

*“Urge, pois, que animemos a adoção de maquinas industriais, criando institutos onde com o ensino profissional possam nossos provincianos conhecer e avaliar a força potente de produtividade dos instrumentos científicos do trabalho.”*<sup>688</sup>

Essas escolas seriam, como se lê, necessárias ao desenvolvimento da industria. De fato educação era coisa necessária para vários dos projetos da *Gazeta Mineira* para São João del-Rei, a exemplo da cultura do bicho da seda<sup>689</sup>. Educação em sentido *lato*, a exemplo da defesa feita das Caixas Econômicas, que teriam o mérito de estimular nos trabalhadores urbanos o gosto pela propriedade<sup>690</sup>. A Assembléia Legislativa já teria votado a favor da criação dessas Caixas em diversos municípios, mas o governo estaria resistindo a executar a decisão do parlamento por que a única agência existente, de Ouro Preto, teria muito poucos depósitos, não compensando sequer os gastos do governo. Mesmo assim, a *Gazeta* defendia que fossem instaladas nas grandes cidades do interior da Província, que além de São João del-Rei seriam Uberaba, Juiz de Fora, Campanha e Diamantina<sup>691</sup>.

<sup>685</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 10 de Maio de 1884. Ano I. Número 24. Iphan.

<sup>686</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 28 de Junho de 1884. Ano I. Número 32. Iphan.

<sup>687</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 2 de Julho de 1884. Ano I. Número 33. Iphan.

<sup>688</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 21 de Fevereiro de 1884. Ano I. Número 11. Arquivo do Iphan.

<sup>689</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 24 de Março de 1884. Ano I. Número 15. Iphan.

<sup>690</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 6 de Fevereiro de 1884. Ano I. Número 8. Iphan.

<sup>691</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 9 de Fevereiro de 1884. Ano I. Número 9. Iphan.

Também se encaixa no projeto de desenvolvimento econômico de São João del-Rei a preocupação com os caminhos, com a estrada do Oeste e outras ferrovias, mas também com as demais estrada, inclusive as vicinais entre as roças e fazendas, afirmando que “*A conservação das estradas é um dos assuntos mais importantes e geralmente o mais negligenciado em todos os nossos estabelecimentos rurais.*”<sup>692</sup> As pontes, obviamente, eram parte importante do assunto, e em um ano a *Gazeta* cobrou reformas nas pontes do Porto, de Santa Rita<sup>693</sup>, do Elvas e sobre o rio das Mortes<sup>694</sup>. A ponte do Elvas teria sido consertada pelos próprios fazendeiros<sup>695</sup>. Para a *Gazeta* isso era importante, um exemplo a ser seguido:

*“no dia em que os nossos fazendeiros e agricultores se convencerem das verdades que aqui deixamos ditas e se esquecerem das ridículas rivalidades que os dividem e isolam, e se reunirem para tratar deste assunto, que é o do bem comum, nesse dia começará a surgir a prosperidade do município.”*<sup>696</sup>

Embora esse artigo tratasse dos caminhos, dificilmente o autor, Dias da Silva Júnior, ou os redatores da folha acreditavam que a união dos fazendeiros só teria como fruto a conservação das estradas de terra e de pontes. Os fazendeiros, eram público alvo constante da *Gazeta Mineira*, que lhes dedicava quase todos os editoriais – Adubos e formas de adubar o solo<sup>697</sup>; Tipos de terras, enxugo e correção do solo<sup>698</sup>; Jardim, horta e pomar<sup>699</sup>; Produção de trigo<sup>700</sup>; Pragas<sup>701</sup>; Estábulo<sup>702</sup>; Vacas leiteiras.<sup>703</sup> Como já notamos, a *Gazeta* tratava de culturas que existiam e que não existiam na região, pretendendo que os fazendeiros adotassem todo tipo de novidade, a exemplo da lanicultura, abandonada na região e apresentada como trampolim do desenvolvimento industrial:

*“nesses municípios (S. João, S. José e Barbacena) existe em escala animadora a industria pastoril, que a ela se inclina o povo, faltando-lhe apenas conhecimentos especiais que habilitem o criador a sair do estado rudimentar e quase primitivo*

<sup>692</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 26 de Fevereiro de 1884. Ano I. Número 12. Arquivo do Iphan.

<sup>693</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 1 de Janeiro de 1884. Ano I. Número 1. Iphan.

<sup>694</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 7 de Agosto de 1884. Ano I. Número 41. Iphan.

<sup>695</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 3 de Outubro de 1884. Ano I. Número 53. Arquivo do Iphan.

<sup>696</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 26 de Fevereiro de 1884. Ano I. Número 12. Arquivo do Iphan.

<sup>697</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 10 de Maio de 1884. Ano I. Número 24. Iphan.

<sup>698</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 29 de Maio de 1884. Ano I. Número 28. Iphan.

<sup>699</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 18 de Setembro de 1884. Ano I. Número 49. Arquivo do Iphan.

<sup>700</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 17 de Abril de 1884. Ano I. Número 19. Iphan.

<sup>701</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 26 de Abril de 1884. Ano I. Número 21. Iphan.

<sup>702</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 17 de Março de 1884. Ano I. Número 14. Iphan.

<sup>703</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 5 de Julho de 1884. Ano I. Número 34. Iphan.

*em que se conserva. A criação do carneiro, uma das mais lucrativas, como emprego de capital, pode nesses municípios adaptar-se admiravelmente, pois não temos para essa criação, nem mais benigno clima e nem mais apropriadas pastagens. Esta industria produziria logo o estabelecimento de fábricas.”*<sup>704</sup>

O café, que não era produzido em São João del-Rei, recebia a atenção da *Gazeta Mineira*, que lhe dedicou alguns editoriais que tratavam de sua cultura e das pragas que o afligiam<sup>705</sup>. Quem lê as folhas de São João del-Rei na sua segunda fase durante o Império, ou seja, nas décadas de 1870 e 1880, corre o risco de acreditar que tratava-se de uma região cafeeicultora. Para dificultar a compreensão do fenômeno, devemos saber que em 1884 as eleições já eram distritais, os cafeeicultores da Mata e do Sul de Minas não eram mais interessantes como eleitores e cabos eleitorais, e mesmo assim os candidatos do 6º distrito ainda incluíam políticas relacionadas ao café em suas circulares.

Não devemos desconhecer que a atenção dedicada aos fazendeiros era do interesse dos comerciantes. Por exemplo, sendo o sal o principal produto da cidade para o campo, a *Gazeta Mineira*, em um dos artigos voltados para o campo, defendeu que se ministrasse bastante sal não só aos bovinos, mas também aos suínos e até às galinhas<sup>706</sup>. De fato, os donos, redatores e anunciantes da *Gazeta Mineira* eram comerciantes ou mais ligados diretamente aos comerciantes, por viverem na cidade, que aos fazendeiros. A liquidez e o crédito, em São João del-Rei, estavam nas mãos dos grandes comerciantes, que eram a parte dominante das elites econômicas<sup>707</sup>. Mas a *Gazeta Mineira* só publicou um artigo sobre o comércio de São João del-Rei, e somente do comércio retalhista.

O retalhista seria “*um agente vendedor do milionário atacadista.*”<sup>708</sup> Os problemas do retalhista seriam dois. Primeiro, os comerciantes atacadistas:

*“Os retalhistas são, e não resta a menor dúvida para os espíritos esclarecidos e investigadores, a balança por onde tem de ser pesada a primeira messe e mais importante do comércio – o consumo. É ele verdadeiramente quem distribui pela camada popular, o que ela necessita para seus vitais interesses e entretanto é essa parte do nosso comércio que mais vive atrofiada pelo monopólio, assim quase se pode dizer, de meia dúzia de homens que se intitulam comerciantes*

<sup>704</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 1 de Janeiro de 1884. Ano I. Número 1. Iphan.

<sup>705</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 28 de Julho de 1884. Ano I. Número 38. Iphan.

<sup>706</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 27 de Março de 1884. Ano I. Número 16. Iphan.

<sup>707</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais. São João del-Rei (1831-1888)*. São João del-Rei: AnnaBlume & UFSJ.

<sup>708</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 5 de Julho de 1884. Ano I. Número 34. Iphan.

*atacadistas.*”<sup>709</sup>

Mas além dos fornecedores, os consumidores seriam um problema, a semelhança das dificuldades que vimos no segundo capítulo para as estradas de ferro, pois “*o estado precário da população não tem podido deixá-lo compensar pelo resultado da negociação os seus esforços e constante trabalho.*”<sup>710</sup>

Em geral, eram idéias de progresso econômico, que parecem ter ganho força com a Guerra do Paraguai, que abriu às gerações posteriores uma paisagem de grandezas:

*“Antes da guerra do Paraguai, poucos, bem poucos, creriam capaz o Brasil de suportar uma despesa extraordinária de 600:000:000\$000, mesmo aplicada em melhoramentos materiais.*

*Foi-nos possível, no entanto, gastar toda essa soma em uma guerra, que consumiu-nos também cem mil homens válidos, duplicar a despesa ordinária e triplicar a nossa receita.*”<sup>711</sup>

O país teria, portanto, imenso potencial não explorado de desenvolvimento. Contudo, na hora de elaborar projetos, como pudemos observar, em seu grande número podem ser considerados locais, o que significa que as divergências partidárias locais não envolviam esses projetos. De fato, quase todas as diferenças entre os partidos que vimos nos três capítulos anteriores eram de assuntos provinciais, ou nacionais, as vezes universais. As divergências locais encontradas não eram exatamente divergências mas disputas de poder político local.

Mas além de espaço de unidade entre “*liberais*” e “*conservadores*”, a *Gazeta Mineira* foi um espaço para se manifestarem as lutas internas do “*partido liberal*” e materializou uma dissonância no “*partido conservador*”. Mas para compreendermos essas divisões partidárias da década de 1880, precisamos conhecer a reforma eleitoral de 1881, que lhes aprontou o terreno. É o que faremos no próximo capítulo.

---

<sup>709</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 5 de Julho de 1884. Ano I. Número 34. Iphan.

<sup>710</sup> Idem.

<sup>711</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 21 de Fevereiro de 1884. Ano I. Número 11. Arquivo do Iphan.

## Capítulo 5: A reforma eleitoral de 1881

### 1. Sobre a lei eleitoral de 1860

Não temos séries de folhas entre os anos 1860 e 1875 que nos permitam um estudo detalhado do funcionamento das eleições na São João del-Rei de então. Contudo, precisamos informar que a lei eleitoral de 1860<sup>712</sup>, que vigorou até 1875, dividia Minas Gerais em sete distritos eleitorais, cada um elegendo três deputados gerais e seis provinciais, permitindo a ambos os partidos enviar representantes aos parlamentos, sendo então São João del-Rei cabeça do 4º distrito<sup>713</sup>, que estendia-se até ao Triângulo Mineiro.

Além disso, só temos a acrescentar informações sobre as eleições de 1863 e 1868. A primeira é uma recordação do *Arauto de Minas*, no elogio fúnebre de Manuel Moreira, vulgo Moreira Pescador, talvez o mais pobre dos 19 “*conservadores*” falecidos a que nos referimos no segundo capítulo<sup>714</sup>:

*“Quando em 1863 os liberais, assaltando as urnas, em todo o império, tiveram de recorrer as baionetas para assegurar o ganho de causa, veio a esta cidade a frente de 50 praças o Coronel Galvão, que as portas da Matriz impedia o voto livre, coagindo uns e fazendo retirarem-se outros. Ao encontro do pobre pescador saiu o Coronel Galvão e queria obrigá-lo a votar com os liberais, dizendo-lhe que não podia ir de encontro à vontade do governo. Moreira Pescador, trêmulo e com olhos agitados pela indignação respondeu-lhe: ‘O meu governo é o dos conservadores e só para fazê-los subir darei meu voto’ e com os demais companheiros a quem foi vedada a entrada na Igreja retirou-se, levando para casa a cédula que apertava contra o peito.”*<sup>715</sup>

Em 1863, Pedro II dispensou um gabinete “*conservador*” e convidou a formar governo um político do “*partido liberal*”. Conforme a *praxe* parlamentarista, o parlamento “*conservador*” negou pão e água ao novo gabinete, sendo dissolvido para que a nação elegeisse uma nova câmara dos deputados, ou seja, escolhesse entre os dois partidos. A acreditar nessa

<sup>712</sup> As eleições eram distritais desde a reforma eleitoral de 1855, com um deputado geral por distrito. *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 29 de Janeiro de 1881. Ano IV. Número 44.

<sup>713</sup> CINTRA, Sebastião de Oliveira. Efemérides.

<sup>714</sup> Era um dos oito dos quais não encontramos inventário, e não temos como saber quem era os mais pobre exatamente por isso. Sabemos, pela mesma nota, que foi capitão-do-mato, depois pescador, e quando envelheceu e não pode mais atingir a renda exigida por lei, pediu a retirada de seu nome da lista de eleitores.

<sup>715</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei, 29 de Abril de 1882. Ano VI. Número 1. Iphan/São João del-Rei.

nota fúnebre, o governo imiscuiu-se com o uso da tropa, impedindo o voto de um grande colégio “*conservador*”. As eleições que coroavam as mudanças de situação, ou seja, de um partido para outro, foram as mais tensas do segundo reinado.

Ainda sobre esse episódio de 1863, é só um de incontáveis casos que contrariam a afirmação de Graham de que “*somente a oposição ao partido no poder se beneficiaria em desafiar a autoridade*”<sup>716</sup>. Encontramos diversos exemplos em que foi o partido no poder que desrespeitou as leis e as autoridades eleitorais, e a religião do estado, visto o fazerem dentro de templos católicos, como também observaremos sob a lei eleitoral de 1875. Aliás, alguns exemplos podem ser encontrados no mesmo livro de Graham.

Sobre 1868, outra mudança de situação, caindo os “*liberais*” e sendo convidados a formar governo os “*conservadores*”, as informações que temos são também somente da fonte “*conservadora*”, de forma que mais uma vez castigam os “*liberais*”, que “*Em 1868 o partido liberal estava fracionado nos dois grupos – histórico e progressista, cujas forças se equilibravam.*”<sup>717</sup>. Divisão que em São João del-Rei chegou às vias de fato. Era Fevereiro de 1868:

*“Chegou a eleição senatorial do Sr. Silveira Lobo, atual Presidente da Província, e a ocasião não podia ser mais propícia. O partido conservador nada necessitou fazer. O Dr. Galdino e seu grupo desempenharam a comédia sozinhos e perfeitamente. Esbordoaram os liberais sustentadores do Sr. Silveira Lobo e que tinham à sua frente o digno Dr. Cassiano; quase que mataram dois membros da família do Bimbica, de quem já falamos atrás; finalmente insultaram e desacataram o mais atroz e brutalmente que é possível imaginar-se, os membros proeminentes do partido do Sr. Silveira Lobo.”*<sup>718</sup>

O *Arauto de Minas* não se esforçou por tornar esse episódio racional para nós, que não o investigamos em outras fontes posto estar bastante distante de nosso objeto, mesmo por que a lei eleitoral reformada em 1881 foi a de 1875, e não a de 1860.

## 2. A lei eleitoral de 1875

No governo desde 1868, o “*partido conservador*” promoveu uma reforma eleitoral em 1875, colocando fim aos distritos e criando a lei do terço, pela qual os votantes não

<sup>716</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. RJ: Editora UFRJ. 1997. Pág. 111.

<sup>717</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 27 de Janeiro de 1878. Ano I. Número 47. Iphan.

<sup>718</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 3 de Junho de 1878. Ano II. Número 13.

votavam em uma lista completa de eleitores, e esses não votavam na lista completa de deputados, mas somente em dois terços. A idéia era garantir à oposição um terço das vagas nos parlamentos, mas não foi o que aconteceu. Observemos o 6º distrito.

No final da década de 1870, as eleições que “acompanhamos” pelas folhas de São João del-Rei revelam grande força dos partidos, não tanto por que as eleições aconteciam em dois turnos, mas sobretudo porque não eram distritais e tanto os votantes como os eleitores votavam em listas. Expliquemos.

Eleições em dois turnos, no final da década de 1870, em São João del-Rei, cidade, significava que entre os cerca de 8.101 habitantes<sup>719</sup>, mais ou menos 800 eram “*votantes*”<sup>720</sup>, ou “*eleitores de paróquia*”, direito que cabia somente aos homens livres com renda igual ou superior a duzentos mil réis (200\$) anuais, desde 1846, até quando a renda exigida era de 100\$.

Normalmente não mais que 500 eleitores compareciam à Matriz em São João, e isso quando nenhum partido usava a força para impedir o outro de participar, o que reduzia bastante os votos, como no exemplo da eleição de eleitores de Dezembro de 1878, conforme provocação da folha “*conservadora*” contra os “*liberais*”, afirmando que “*Nesta Cidade, onde a qualificação é de 800 votantes, os homens, a sós na Matriz, ainda pelas mágicas artes de berliques e berloques, não puderam arranjar 200 votos para seus eleitores...*”<sup>721</sup>

Nas eleições municipais, com um turno só, esses cidadãos elegiam diretamente os vereadores e juízes de paz. Os dois turnos existiam para as eleições gerais. Os “*votantes*” nesse caso elegiam vinte e sete (27) “*eleitores*”<sup>722</sup>, ou “*eleitores de distrito*” entre os cidadãos com renda anual igual ou superior a quatrocentos mil réis (400\$). Eram esses os eleitores que, representando os 800 votantes da cidade, elegiam deputados provinciais, gerais e listas tríplices de candidatos a senadores.

O número de eleitores eleitos por cada paróquia era fixado por lei. Em 1859, São João del-Rei tinha somente dezesseis (16) eleitores, e não sabemos se esse número cresceu gradualmente ou saltou para vinte e sete (27) em 1876. No município todo, os eleitores cresceram de trinta e nove (39) para oitenta e nove (89)<sup>723</sup>, entre 1859 e 1876. O peso político da Paróquia de São João del-Rei em relação às paróquias do campo diminuiu, talvez devido à

<sup>719</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 14 de Abril de 1877. Ano I. Número 6.

<sup>720</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Dezembro de 1878. Ano II. Número 34.

<sup>721</sup> Idem.

<sup>722</sup> *O São-Joanense*. São João del-Rei. 12 de Agosto de 1876. Ano I. Número 29. Anexo ao Processo Crime 43-05, do Acervo Histórico do Museu Regional de São João del-Rei, do IPHAN.

<sup>723</sup> Idem.

urbanização de alguns lugarejos e a conseqüente instalação de paróquias, talvez por conveniências políticas. Convém esclarecer que a população rural, em 1877, era de 2.701 pessoas<sup>724</sup>, entre as quais a maioria dos 1.359 escravos do município<sup>725</sup>. Contudo, nos dois casos, é impressionante o peso político do campo, que não sabemos se devia-se simplesmente à vontade dos legisladores ou ao número de votantes qualificados, do que só podemos duvidar, pois não temos o número total de votantes do município para essa data. No último caso, muitos dos homens livres da zona rural deviam ser eleitores qualificados, quando na cidade não chegavam a um terço, no que não é fácil acreditar. É difícil ter certeza, pois não sendo o voto obrigatório, os votos publicados pelos periódicos são sempre muito abaixo do número de qualificados.

Um exemplo. Nas eleições de eleitores do final de 1877, os “*conservadores*” elegeram todos os “*eleitores*” das paróquias de São João del-Rei e Nazareth, respectivamente com 27 e 25 eleitores cada uma. Em São João del-Rei pelo menos 176 votantes entregaram cédulas com a chapa do “*partido conservador*” e um mínimo de 72 destes votaram na lista de um terço de suplentes. Em Nazareth, os “*conservadores*” tiveram 91 votantes, um terço dos quais votou no terço de suplentes<sup>726</sup>. Contudo, conforme já dissemos, somente se tivéssemos o número de votantes qualificados em Nazareth, para compararmos com o da paróquia de São João del-Rei, poderíamos dizer se havia ou não favorecimento do governo ou da lei eleitoral às zonas rurais.

Graham afirmou que em 1876 os votantes eram 50,6 % dos homens livres do Império, embora com enormes diferenças regionais, sendo a maior porcentagem de votantes nas Alagoas, com 86,5 %. A participação eleitoral mais baixa de homens livres era a de Minas Gerais, atingindo 32,7 %<sup>727</sup>. Nossos dados, como vimos acima, mostram que Graham usou fontes otimistas, ou que a participação dos homens livres de São João del-Rei nas eleições era uma das mais baixas do Império, pois muito baixa mesmo para os padrões encontrados por Graham para Minas Gerais, atingindo cerca de 20% dos homens livres, que podiam ser votantes. Diga-se de passagem, a média verdadeira de votantes era metade desse total.

O voto em lista é outra coisa que exige explicação. Sobre essa mesma eleição, do final de 1877, temos um exemplo do que significava os votantes entregarem uma cédula com uma lista de eleitores, e não com um só nome. Na paróquia de São João del-Rei, os “*liberais*”

<sup>724</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 14 de Abril de 1877. Ano I. Número 6.

<sup>725</sup> *Idem*.

<sup>726</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 2 de Dezembro de 1877. Ano I. Número 39.

<sup>727</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. RJ: Editora UFRJ. 1997. Pág. 147-149.



conseguiram cerca de 40 votos para sua lista de eleitores. Foi uma derrota, quase anunciada no panfleto que, segundo o *Arauto*, o próprio “*partido liberal*” publicou às vésperas da eleição:

*“Está marcado o dia 25 do mês que corre para ter lugar a eleição de eleitores nas paróquias deste município, sendo que duas delas (todas liberais) ainda estão com recursos pendentes, ao que nos parece; pois temos tomado tédio ao que diz respeito à eleições, porque estas não passam de uma ficção dos que dominam o país, visto que trazem o povo em uma ilusão, pelo que lavra a descrença.”*<sup>728</sup>

E não foi uma derrota qualquer. As eleições de eleitores eram as mais importantes, pois os eleitores de fato votavam em diversas eleições, tantas quantas fossem as eleições de deputados e de senadores até nova eleição de eleitores. E essa derrota era agravada pelo fato da votação ser em lista e os eleitos serem os nomes mais votados, de forma que, apesar de seus 40 votos e da Lei do Terço, os “*liberais*” não ficaram com sequer um vigésimo sétimo avo dos 27 eleitores de São João del-Rei. Contudo, se a inexistência de proporcionalidade na eleição de eleitores distorcia a opinião dos votantes, mais grave se tornou o mesmo processo aplicado às províncias como um todo, que foi no que resultou a falta de distritos nesse maquinismo eleitoral sem proporcionalidade, pois conforme disse José Murilo de Carvalho “*o voto proporcional como conhecido hoje era quase desconhecido e não era praticado em nenhum país*”, o que permitia “*o monolitismo das grandes bancadas provinciais*”<sup>729</sup>.

Realmente, “*Para o observador de hoje, parece estranho pensar no voto distrital como meio de ampliar a representação*”, mas sem distritos e sem proporcionalidade, os eleitores de toda a província elegiam todos os deputados gerais e provinciais. Repetimos, cada eleitor votava em toda uma lista de nomes com dois terços das vagas<sup>730</sup>. Assim, se um dos partidos tivesse dois terços dos eleitores da província e absoluta unidade, podia eleger sua lista de deputados inteira, deixando o outro partido, com um terço dos eleitores, sem um único representante. Um pouco de interferência do governo, que tinha duas fases para atuar, facilmente garantia a redução do partido na oposição a menos de um terço dos eleitores, e a nenhum deputado. Ou seja, as duas etapas das eleições gerais eram semelhantes, ambas excluíam a oposição, na verdade sem grande necessidade do uso da força. Uma vez que em diversas paróquias o governo conseguisse vitória semelhante à conquistada nesse exemplo de

<sup>728</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 2 de Dezembro de 1877. Ano I. Número 39.

<sup>729</sup> CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. Pág. 398.

<sup>730</sup> Foi o que fez a lei do terço, ao invés de votar na lista inteira os votantes e eleitores passaram a votar só em dois terços da lista, o que, como se nota, dificultou mas não impossibilitou as bancas monolíticas.

São João del-Rei, excluía uma série de opositores já na primeira etapa, tornando a segunda mais fácil, com a oposição desfalcada. Ou seja, era possível deixar a oposição vencer onde fosse mais difícil abafá-la, e mesmo assim eleger todos os deputados gerais e provinciais.

Além de ser uma peça em um maquinismo eleitoral de excluir os derrotados, as eleições de deputados serem provinciais subordinava os círculos locais dos partidos aos centros provinciais, no caso o Grêmio Conservador e o Centro Diretor Liberal, ambos sediados em Ouro Preto. A força dos partidos nessas condições era decisiva. Os candidatos, individualmente, só podiam ter muita dificuldade de conseguir votos em toda a província. Estar na chapa do partido significava, ao contrário, receber votos de eleitores aos quais nunca se pediu o apoio. Por isso, antes de 1881 os candidatos, como no exemplo de Severiano de Rezende<sup>731</sup>, precisavam viajar para Ouro Preto com certa frequência, para garantir um lugar da lista partidária. Temos um exemplo, também de São João del-Rei, do chefe “*liberal*” Vicente de Paula Teixeira, que em 1879 candidatou-se a deputado provincial por fora da chapa de seu partido. No município de São João del-Rei ele teve trinta e um (31) votos de eleitores de segundo grau<sup>732</sup>, mas na província inteira seus votos somaram trinta e quatro (34), para alegria do *Arauto de Minas*<sup>733</sup>.

Portanto, discordamos em dois pontos da afirmação de Graham, “*como as eleições eram indiretas, esse sistema de participação ampla não ameaçava a estrutura imperial ou o controle governamental dos resultados finais*”<sup>734</sup>. Primeiro, por que não encontramos uma participação assim tão ampla, embora alta para os padrões da época. Segundo, por que muito mais importante para o domínio do governo era o voto ser em lista, sem distritos e sem proporcionalidade.

### 3. As eleições gerais às vésperas da reforma eleitoral de 1881

É conhecida a frase do Comendador Nabuco, simplificada pelo *Arauto* como “*O rei forma os ministérios, estes dissolvem o parlamento e a nova câmara sustenta o ministério.*”<sup>735</sup>

Porém, por mais exata que fosse qualquer frase como denuncia política na época em

<sup>731</sup> Ver Anexo 1.

<sup>732</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 6 de Dezembro de 1879. Ano III. Número 35.

<sup>733</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 25 de Janeiro de 1880. Ano III. Número 41.

<sup>734</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. RJ: Editora UFRJ. 1997. Pág. 164.

<sup>735</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 3 de Junho de 1878. Ano II. Número 13. A frase de Nabuco de Araújo foi “*O Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eia aí está o sistema representativo do nosso país!*” Apud CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit.

que foi pronunciada ou impressa, o historiador não pode tentar resumir incontáveis eleições de dezenas de anos em uma frase. No curto período que as estudamos, entre 1876 e 1889 ocorreram eleições com diversas características. Quando os “*liberais*”, depois de dez anos na oposição, foram chamados ao governo por Pedro II, em Janeiro de 1878, depararam-se com uma Câmara de deputados do “*partido conservador*”, que já esperava ser dissolvida, e agiu nesse sentido, votando contra o novo governo de forma a obrigar Pedro II a substituir Sinimbu ou dissolver a Câmara. Era a tradição parlamentar brasileira, assim como a grita que se seguiu à dissolução era quase uma obrigação oposicionista. Agora, o novo governo precisava “*fazer*” um parlamento que o apoiasse, o que não era tão fácil.

Havia, para começar, uma pergunta à qual não se podia responder. Se as eleições indiretas não representavam a nação, e os “*liberais*” subiram ao poder para criar eleições diretas, para que chamar novas eleições indiretas.<sup>736</sup> Todos sabiam a resposta, o governo precisava de um parlamento disposto a lhe deixar governar, incluindo aprovar as reformas que resolvesse fazer, mas os governistas nunca confessavam que iriam praticar o que Nabuco acusara. A não ser com outras palavras, como defendendo que “*um partido no poder não deve perder um só dos seus direitos nem de seus meios legais de defender-se e sustentar-se.*”<sup>737</sup>

A campanha começou em São João del-Rei com a chegada do candidato apoiado pelo governo, que foi recebido por uma cavalcada de “*liberais*”. Sobre o tamanho desta o *Arauto de Minas* polemizou com o autor de um artigo publicado na Corte:

*“Diz o homem que quando chegou a esta cidade era o dr. acompanhado por mais de 150 (!) cavalheiros e que se mais não eram foi por falta de animais de sela. Isto é modéstia... pois há falta de animais de sela no partido liberal S. Joanense?...”*  
*Mais de 150 cavalheiros!.... 74 se nos fazem o favor; tudo o mais é mentira e só serve para inglês ver.”*<sup>738</sup>

É valioso o comentário do *Arauto de Minas* sobre o motivo da publicação desse artigo, de que “*Seria insenso acreditar-se que estes artigos tivessem por fim fazer efeito em S. João del-Rei, onde todos conhecem o chefe (?) e os soldados e onde viram todos como as coisas se passaram.*”<sup>739</sup> Ou seja, a campanha não era feita somente para os eleitores de primeiro grau que brevemente elegeriam os de segundo grau, mas também para o partido, com

<sup>736</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 3 de Junho de 1878. Ano II. Número 13.

<sup>737</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 3 de Fevereiro de 1878. Ano I. Número 48.

<sup>738</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Julho de 1878. Ano II. Número 15.

<sup>739</sup> *Idem*.

destaque para seus chefes na Corte e em Ouro Preto. O *Arauto de Minas*, aliás, acompanhava com gosto as intrigas da formação da chapa “liberal”<sup>740</sup>.

Mas voltemos à abertura da campanha de Galdino. “*No largo, esperava-o uma salva real de 21 bombões, trabalhados pelo correligionário Manoel fogueteiro, que foi o próprio a lançar fogo à tracaria.*”<sup>741</sup> À noite, “*uma banda musical*”, conforme era muito usado em São João del-Rei, “*em densa e impenetrável escuridão*”, o que na linguagem do *Arauto* indica tratar-se da Lira São-Joanense, dirigiu-se “*à casa do futuro deputado geral (?!)*”<sup>742</sup> Galdino Emiliano das Neves.

Às vésperas das eleições, a folha “*cascuda*” começou a acusar os “*liberais*” de estarem usando a força pública:

*“Ostentação de força – Nestes últimos dias tem a força aqui aquartelada, andado em exercício de fogo pelos morros que dominam a Cidade e a corneta atoa os ares como em dias de combate. Tudo isto para incutir terror! A população rural acha-se muito aterrorizada com estes manejos e com as ameaças de prisão e outras arbitrariedades.”*<sup>743</sup>

As eleições duravam então uma semana. Logo no primeiro dia a tropa entrou em ação, marchou até a rua Direita, posicionou-se entre a tipografia do *Arauto de Minas* e a Matriz, passou a tipografia e a casa de Severiano de Rezende em revista, impedindo-o de ocupar seu posto de presidente da Junta Eleitoral. O “*partido conservador*”, no controle da Junta, no segundo dia das eleições adotou um procedimento legal para enfrentar a situação, suspendendo a eleição que devia durar a semana inteira. Trata-se de uma citação um tanto longa, mas interessante:

*“a Mesa paroquial desta freguesia tem a honra de comunicar a V. Ex. que hoje resolveu suspender e adiar os trabalhos eleitorais e levar ao conhecimento de V. Ex. os motivos desta sua deliberação para que V. Ex. haja de providenciar como for de direito.*

*Ontem às 10 horas da manhã, quando devia ter começo o processo eleitoral, viu a população assustada sair do quartel toda a força aqui existente, de baionetas caladas e com todo o aparato militar, trazendo à frente um corneta com couraça escarlata, cercar a casa da tipografia do – Arauto de Minas – onde reside o seu redator, que é o presidente efetivo da mesa paroquial e ali proceder a uma busca acintosa com o futilíssimo pretexto de procurar um desertor, armas etc. etc. o que, não seria preciso dizer-lo a V. Ex, não foi encontrado.*

*O móvel que guiou o delegado de polícia é manifesto; era o reprovado intento de*

<sup>740</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 21 de Julho de 1878. Ano II. Número 18.

<sup>741</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 3 de Junho de 1878. Ano II. Número 13.

<sup>742</sup> *Idem*.

<sup>743</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 5 de Agosto de 1878. Ano II. Número 20.

*intimidar o povo, afrontar o redator do – Arauto – e ao mesmo tempo impedir que fosse ele ocupar seu posto como presidente da mesa paroquial.*

*O resultado correspondeu ao criminoso esforço da autoridade, pois que o presidente da mesa paroquial foi impedido pela força pública de sair de casa, quando pretendia fazê-lo e além disso teve de acudir a sua família que há muito se via ameaçada de insultos e desacatos, e por essas razões foi forçado a passar a presidência ao seu suplente, como verá V. Ex. do ofício junto por cópia, que é a expressão da verdade.*

*O 1º suplente não se achava presente e teve de tomar a presidência da mesa o 2º suplente.”<sup>744</sup>*

Cada partido tinha uma casa destinada a seus eleitores:

*“Entretanto, estimulado pelos mesmos sentimentos, continuou o delegado de polícia a dar buscas nas casas fronteiras à igreja Matriz e fê-lo com toda ostentação na casa do cidadão Dr. José Martins de Carvalho Mourão 2º suplente do juiz municipal, na casa do cidadão Antônio Ignácio da Silva Souto e em uma outra destinada à hospedagem dos votantes conservadores.*

*Estas buscas foram dadas sem se guardarem as solenidades legais, recusando-se o delegado de polícia a torná-las extensivas à casa em que se achavam os votantes liberais, que o povo denunciava como um verdadeiro arsenal de armas e como um quartel de capangas todos armados.*

*Concluídas estas buscas, mandou o delegado formar a força, que montava a mais de 30 praças, em frente da porta da igreja Matriz, e escudados neste instrumento de violência, que a lei tão peremptoriamente condena, o delegado, o subdelegado e o promotor público da comarca exerceram a mais criminosa pressão sobre os votantes conservadores, proibindo que entrassem no templo diversos deles, chegando este último a despedir violentamente, de cacete em punho, alguns indivíduos, bradando que seriam presos os que não votassem na chapa do governo.*

*(...)*

*O delegado de polícia acompanhado de soldados e de alguns espoletas eleitorais repentinamente invadiu a casa em que se achavam hospedados os votantes conservadores procedendo aí a nova busca, apreendendo alguns manguais pertencentes a votantes de fora da Cidade, que lá os haviam deixado, e um saco de cal pertencente ao proprietário da casa.*

*Estes objetos foram trazidos para a rua, rodeando-os a força pública, as autoridades e os capangas, que começaram a dirigir insultos e injurias a todo o partido conservador desta Cidade, distinguindo-se o comandante da força com discursos injuriosos e por demais provocadores.”<sup>745</sup>*

Tudo isso teria acontecido no primeiro dia de eleição, mas ainda assim:

*“Na ocasião de encerrar-se o trabalho do dia puderam os liberais verificar a notável desproporção numérica de suas chapas relativamente às de seus adversários, e como se desfez a ilusão em que se embalavam e o único crime era não vencer, formaram logo o plano, já uma vez posto em prática, de provocar*

<sup>744</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 18 de Agosto de 1878. Ano II. Número 21.

<sup>745</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 18 de Agosto de 1878. Ano II. Número 21.

*conflitos, aterrar os mesários e apoderar-se das urnas.*

*Este plano ficou imediatamente conhecido, mesmo por que ninguém dele fazia mistério, antes o propalavam com admirável audácia.*

*Às 9 horas da noite ouviu-se a explosão de diversos foguetes, que anunciavam a chegada de nova turma de capangas, vindos de S. José del-Rei, indivíduos aqui conhecidos como homens acostumados a alugar o braço e que já têm se tornado célebres em tais ocasiões.*

*Hoje as 10 horas da manhã, quando a mesa paroquial se dirigiu à igreja Matriz, encontrou de novo o adro cercado de tropa de baionetas caladas e de um grande número de capangas que não faziam mistério de seu ignóbil ofício.*

*(...)*

*Estava preparado o conflito, e os votantes recusavam-se a comparecer para não serem vítimas da sanha partidária de tais autoridades.*

*Os membros da mesa paroquial, em tais condições, vendo que não era possível continuar uma eleição, que ia transformar-se em um espetáculo de sangue, além de que, com o emprego da violência, não poderia representar a verdade, tomou a deliberação de adia-la...”<sup>746</sup>*

Estavam afastados da urna os “cascudos”, mas o trabalho dos governistas ainda não terminara. Era necessário promover uma eleição:

*“a turma de desordeiros formou imediatamente nova mesa, convocando para elege-la 4 indivíduos, que haviam obtido 1 voto na eleição da mesa paroquial legalmente eleita.*

*Estes indivíduos não eram nem mesários, nem suplentes, e um deles nem ao menos é qualificado!*

*Estes elegeram a nova mesa, cuja primeira tarefa foi arrombar o cofre e a urna, onde foram recebidas na véspera cento e tantas listas, e continuar a eleição tumultuariamente, não admitindo que entrasse qualquer que fosse da parcialidade política adversa, sendo condição preliminar para penetrar no interior da igreja que se declarasse à porta, que se votava na chapa do governo.”<sup>747</sup>*

Para garantir que esse processo se concluísse, durante a semana inteira “... a tropa aquartelou-se no centro do templo, para onde era conduzido o caldeirão.”<sup>748</sup> Terminadas as eleições, um padre “liberal” promoveu uma procissão, causando a ira do *Arauto*, que nunca mais esqueceu esse episódio, sobre o qual dizia “*encerrou-se a bacanal com uma procissão.*”

<sup>749</sup>

Eleitos os eleitores e mantido Galdino Emiliano das Neves na chapa governista<sup>750</sup>, foi eleito sem dificuldades, e tornou-se célebre por sua confissão nesse sentido, na Câmara,

<sup>746</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 18 de Agosto de 1878. Ano II. Número 21.

<sup>747</sup> *Idem*.

<sup>748</sup> *Idem*.

<sup>749</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 27 de Agosto de 1878. Ano II. Número 22.

<sup>750</sup> Duas coisas que não tinham ligação necessária, pois de fato os eleitores de São João del-Rei, de acordo com as leis eleitorais em vigor, sozinhos não elegiam ninguém, uma vez que todos os eleitores do estado votavam em uma lista de dois terços das vagas de deputados.

conforme inicialmente publicado pelo *Atalaia do Progresso*:

*“Este eminente e notável deputado, pela primeira vez que se fez ouvir na Câmara, em um aparte, deixou impressões bem desagradáveis. S. Exc. disse que era deputado feito pelo Sr. Silveira Lobo e que estava, no parlamento por ordem e a disposição do mesmo.  
É ser muito... inteligente!!”*<sup>751</sup>

Silveira Lobo era então presidente de Minas Gerais, ou seja, quem indicava delegados, chefes da força pública e influente sobre a formação da chapa governista, que foi o que de fato decidiu da sorte de Galdino. A partir desse feito de tribuna, Galdino tornou-se famoso. A *Gazeta de Notícias* publicou um poema sobre os políticos que ficaram famosos por proezas semelhantes e o refrão era:

*“Os fagundes vêm do norte  
E do sul vêm os galdinos.”*<sup>752</sup>

A *Revista Ilustrada*<sup>753</sup> também agradeceu Galdino, mas não encontramos nenhuma caricatura, pois os números em que foi citado, na coleção a que tivemos acesso, estão com as páginas dos desenhos rasgadas, o que nos fez suspeitar de algum amigo ou inimigo desse patrono dos Neves na política nacional. Encontramos porém essa famosa publicação chamando Galdino das Neves de “a invenção mais nova do Sr. Silveira Lobo”<sup>754</sup>. Não era assim uma invenção tão nova, pois em algumas versões do Manifesto Republicano, de 1870, já encontramos Silveira Lobo e Galdino juntos, embora em São João nenhuma folha comentasse nada disso.

A *Província de Minas* publicou um poema só para ele<sup>755</sup>. Se fossemos inserir aqui tudo o que se disse sobre esse caso teríamos que desistir de todos os outros assuntos. Basta, para comprovar a celebridade desse episódio, informar que seu nome tornou-se um apelido para os políticos que diziam besteiras:

*“Celebrizou-se ou não? – Na Assembléia Provincial de Pernambuco o Sr. Clodoaldo, dedicado ao Sr. Malaquias, desapontou com o discurso do Sr. Cisneiro, e para vingar-se, disse-lhe: “V. Exc. é o nosso Galdino das Neves, cujos*

<sup>751</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Janeiro de 1879. Ano II. Número 39.

<sup>752</sup> *Idem*.

<sup>753</sup> *Idem*.

<sup>754</sup> *Revista Ilustrada*. 28 de Dezembro de 1878. Ano 3. Número 143. Página 7. Arquivo histórico da cidade do Rio de Janeiro.

<sup>755</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Janeiro de 1879. Ano II. Número 39.

*apartes, por mais convenientes excitam hilaridade.”*<sup>756</sup>

Mas deixemos Galdino, que pagou por sua confissão, e voltemos às eleições. A lei eleitoral previa que em caso de vacância de uma cadeira no parlamento, deviam realizar-se eleições para preencher a vaga, de forma que eleições parciais aconteciam o tempo todo. Depois dos acontecimentos de 1878, porém, e já estando eleitos os eleitores de incontestável maioria “*chimanga*”, o “*partido conservador*” mineiro adotou a tática da abstenção. Já no início de 1879, cinco “*liberais*” apresentaram-se para uma vaga na Câmara, e o *Arauto de Minas* ironizou, “*É uma questão da família liberal, na qual nenhum direito nos assiste de intervir.*”<sup>757</sup> Além de deixar que os “*liberais*” se dividissem a vontade, ficar de fora das eleições dava tempo e espaço para prestar bastante atenção às brigas internas dos adversários, a ponto de palpar, como na eleição de um deputado em Agosto de 1879, na qual o *Arauto de Minas* protestou contra os “*liberais*” por não terem escolhido um candidato “*do antigo 4º distrito*”, donde era o deputado falecido<sup>758</sup>.

A eleição de 1878, e as parciais que se seguiram, eleições “*gerais*”, eram indispensáveis ao governo, pois mais do que sustentar o gabinete, de fato os ministros e o parlamento atuavam muitas vezes em conjunto. Os ministros, aliás, eram parlamentares, e no caso de serem da câmara provisória, se perdiam uma eleição de deputado sentiam-se coagidos a renunciar ao ministério, e as renúncias eram acatadas, como fruto da vontade popular. Isso também faz parte da gramática do poder parlamentarista na maioria dos países que adotam esse regime.

Nas eleições de 1878, foi eleita uma Câmara dos Deputados sem nenhum “*conservador*”. Não somente Silveira Lobo enviou para o Rio de Janeiro os seus Galdinos. O gabinete Sinimbú tinha uma câmara inicialmente unânime para governar e cumprir suas promessas.

#### **4. O debate sobre as eleições diretas no 6º distrito**

O que os “*liberais*” e “*conservadores*” chamavam de eleições diretas era “*a supressão do primeiro grau da eleição*”, ou seja, o fim da eleição de eleitores, conforme defendida por Tavares Bastos em 1861, no texto *Os Males do Presente e as Esperanças do*

<sup>756</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 13 de Fevereiro de 1879. Ano II. Número 43.

<sup>757</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 14 de Maio de 1879. Ano III. Número 10.

<sup>758</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 21 de Agosto de 1879. Ano III. Número 20.



*Futuro*, onde defendia “*seja permanente e inamovível o corpo eleitoral, seja direta a eleição*”<sup>759</sup>. Em 1872, Francisco Belisário Soares de Souza publicou no Diário, do Rio de Janeiro, os artigos intitulados *A Reforma Eleitoral*, igualmente defendendo a eleição direta por que “*na eleição de eleitores reside todo o mal*”<sup>760</sup>. Não nos alonguemos, porém, sobre esses textos, pois de fato em São João del-Rei Tavares Bastos e Francisco Belisário não foram citados pelas folhas periódicas que nos sobraram. O *Arauto de Minas* deu atenção à bandeira da eleição direta na medida em que os “*liberais*” a hastearam como programa de governo:

*“Os órgãos democráticos não se cansam de apregoar a necessidade e as vantagens da eleição direta, acreditando ou querendo fazer acreditar que a felicidade nacional depende disso e somente disso.*

*Parece incrível uma tal insistência quando temos a infeliz experiência de outros povos.*

*(...)*

*A França é um exemplo: os doutrinários do tempo de Luiz Felipe estabeleceram a eleição direta censitária; mas os revolucionários, que não se contentam com coisa alguma, foram reclamando de ano em ano a redução do censo, até que por causa da resistência do governo a essa pretensão anárquica, apareceu a revolução de 1848. Todos sabem que a República não tirou proveito da evolução; o cazarismo napoleônico reconheceu imediatamente que no sufrágio universal estava o seu triunfo, e com golpes de estado e apelos ao povo conseguiu governar cerca de vinte anos.”*<sup>761</sup>

Ora, para o “*partido conservador*”, combater o programa dos adversários era o óbvio. Mas por que os “*liberais*” nesse momento defendiam que a felicidade nacional dependia “*disso e somente disso*”? Onde estava o velho programa “*liberal*” tantas vezes proposto, que incluía o fim do Poder Moderador, da vitaliciedade do Senado, do Conselho de Estado, etc? Onde estavam a liberdade religiosa e a questão do elemento servil? A bandeira da “*eleição direta*” tinha o incrível mérito de adiar todas essas questões e quaisquer outras que surgissem, com o argumento de que as Câmaras eleitas indiretamente não representavam de fato a nação<sup>762</sup>, não havia “*verdade representativa*”<sup>763</sup>, de forma que não se devia atribuir-lhes a resolução de nenhuma questão importante. Assim, os “*liberais*” conseguiam se unificar e ainda apresentar uma proposta de governo palatável ao monarca. Uma opinião emitida em 1868 por Saraiva, que em 1881 executaria a reforma, é exemplar da preservação dos poderes

<sup>759</sup> BASTOS, Tavares. Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro, In: BASTOS, Tavares. *Trechos Escolhidos*. Rio de Janeiro: Livraria Agir. 1957.

<sup>760</sup> SOARES DE SOUZA, Francisco Belisário. *O sistema eleitoral no Império: com apêndice contendo a legislação eleitoral no período 1821-1889*. Brasília: Senado Federal, 1979. Pág. 24.

<sup>761</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 2 de Dezembro de 1877. Ano I. Número 39.

<sup>762</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 3 de Junho de 1878. Ano II. Número 13.

<sup>763</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Janeiro de 1880. Ano III. Número 42.

da coroa:

*“O poder ditatorial da coroa é uma verdade, que só hoje é desconhecida pelos néscios ou subservientes aos interesses ilegítimos da monarquia. Que o Sr. D. Pedro II tem de fato um poder igual ao de Napoleão III é outra verdade de que estou profundamente convencido. A constituição francesa, porém, é a base do poder daquele monarca, ao passo que o falseamento do voto é a origem do excessivo poder do imperador do Brasil.”<sup>764</sup>*

Uma proposta de reforma que adiava todos os demais assuntos e desviava a atenção dos poderes que a Constituição atribuía ao monarca, foi a bandeira com que os “liberais” pediram o governo. De fato, em 5 de Janeiro de 1878, Pedro II convidou-lhes a formar um gabinete “liberal”, encabeçado por Sinimbu, cujo principal projeto era a reforma eleitoral. O *Arauto* previu a demora em sua execução:

*“Há de acontecer com a eleição direta o que aconteceu com a Lei de 3 de Dezembro e com a do recrutamento. Ficará de reserva para oportunamente servir de projétil nos combates da imprensa e da tribuna.”<sup>765</sup>*

E ainda antes, reproduzindo artigo d'A *Sentinela*, também havia previsto a divisão entre os “liberais” na hora de decidir os detalhes da reforma:

*“O partido liberal pretende subir ao poder para realizar esta reforma! Mas, qual será a taxa do censo? Prevalecerá no governo o grupo que quer a taxa constitucional do segundo grau, ou o que quer a do primeiro? Não se degladiarão na arena parlamentar, abrindo cisão profunda nas fileiras do partido? Com que direito, pois, pretendem os liberais a governação do país, se já agora sabem que darão no poder o espetáculo da divergência, não somente quanto à eleição direta, mas também quanto à questão religiosa?”<sup>766</sup>*

Quando os “liberais” foram chamados por Pedro II exatamente com a finalidade de estabelecer eleições diretas, o *Arauto*, apesar de afirmar que também existiam “conservadores” defensores das eleições diretas e que esta era uma bandeira de ambos os partidos<sup>767</sup>, se opôs à mesma, o que não o impediu de ter duas outras posições táticas com base no debate sobre o censo.

A oposição à reforma, assinada em diversos números do *Arauto* por um T. More, não

<sup>764</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Setembro de 1880. Ano IV. Número 27.

<sup>765</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 13 de Janeiro de 1878. Ano I. Número 45.

<sup>766</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 2 de Dezembro de 1877. Ano I. Número 39.

<sup>767</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 6 de Maio de 1878. Ano II. Número 9. Iphan.

era uma defesa da qualidade dos dois turnos, mas um descrédito da qualidade “*das massas*”:

*“E de feito, se já é tão pernicioso a influência das massas havendo o corretivo, embora fraco, do segundo grau, o que não será se essas massas tiverem de tomar parte direta na escolha dos representantes da nação e das províncias?”*<sup>768</sup>

É curioso que ao citar um veterano e respeitado chefe “*liberal*” o *Arauto* tenha dado a essa oposição um tom também anti-burguês:

*“Em 1864 dizia um dos mais ilustres chefes liberais, o Conselheiro Nabuco – a eleição direta é a representação da burguesia, excluindo todo povo de eleger, foi obra sua a revolução de 1848.”*<sup>769</sup>

Mas a favor de uma reforma eleitoral havia o “*partido liberal*” no governo, Pedro II que convidara Sinimbu com essa tarefa e boa parte da opinião pública. Portanto, havia a necessidade de influenciar essa reforma, mas sem romper com a própria linha política. Assim, em pouco mais de um ano de oposição ao governo e sua projetada reforma, o discurso do *Arauto de Minas* já falava, com outras palavras, de reformas, pois “*O sufrágio quase universal perverteu por tal forma os nossos costumes políticos, que não podemos prescindir de medidas rigorosas.*”<sup>770</sup> Isso aconteceria, por que, segundo o *Arauto*, um ano e meio antes, “*Ninguém ignora que o censo constitucional do primeiro grau da eleição é irrisório; não há cidadão que não ganhe mais de duzentos mil reis anualmente.*”<sup>771</sup>

Dentro dessa singular gramática na qual 800 votantes entre 8.000 habitantes da paróquia de São João del-Rei significavam um “*sufrágio quase universal*”, e na eminência de uma reforma eleitoral, T. More, pedia aos “*liberais*” que se fossem:

*“tenta-la, que a façam mas por Deus respeitem a arca santa de nossas liberdade, e a decretarem tal reforma que seja elevando o mais possível o censo. Com o censo da constituição, ficaremos no mesmo, ou pior estado. Diretas são as eleições municipais, e nem por isso são nenhuma vestais, disse o falecido Zacarias.”*<sup>772</sup>

O Conselho de Estado também defendeu que a reforma se fizesse com a elevação do censo<sup>773</sup>. E o gabinete Sinimbu realmente enviou à câmara uma proposta pela qual na

<sup>768</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 26 de Fevereiro de 1878. Ano I. Número 51.

<sup>769</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 26 de Maio de 1878. Ano II. Número 12.

<sup>770</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 15 de Março de 1879. Ano III. Número 2.

<sup>771</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 2 de Dezembro de 1877. Ano I. Número 39.

<sup>772</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 9 de Novembro de 1878. Ano II. Número 31.

<sup>773</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 25 de Outubro de 1879. Ano III. Número 29.

legislação seguinte os deputados teriam poderes para reformar os artigos da Constituição necessários para criar eleições diretas com renda mínima não de 200\$, mas de 400\$, quatrocentos mil réis:

*“O art. 94 a fim de só poderem votar os que, sabendo ler e escrever, tiverem por bens de raiz, capitais, industria, comércio ou emprego a renda líquida que for fixada em lei, nunca inferior a 400\$.”*<sup>774</sup>

Os “*conservadores*” logo notaram a semelhança com o procedimento que resultou no Ato Adicional, embora com suas palavras alarmantes, segundo as quais o governo queria “*a eleição direta intentada por meio de uma constituinte com os poderes revolucionários de 1834.*”<sup>775</sup>

Os “*liberais*” dividiram-se, criando uma oposição em uma Câmara unanimemente “*chimanga*”. O *Arauto de Minas*, enquanto atacava a reforma e defendia que fosse feita com o senso de 400\$, encontrou espaço para estimular o racha “*liberal*”, defendendo que era absurdo um governo “*liberal*” fazer tal reforma com a elevação do senso! T. More, o inimigo da reforma defendia que “*Se o povo do Brasil levantasse um brado em favor da eleição direta, não podia ser senão com esta condição: o sufrágio para todos.*”<sup>776</sup>

O *Arauto de Minas* também dava espaço em suas colunas para adversários renhidos, a exemplo de Silveira Lobo, que apoiara o gabinete Sinimbú até poucas semanas antes. Não hesitou, o *Arauto de Minas*, em publicar longo discurso de Silveira Lobo no Senado, quando declarou-se em oposição, não obstante ter indicado e mantido no cargo o delegado, o comandante da força pública e o promotor que dirigiram a intervenção armada, com invasão da tipografia do *Arauto* e ocupação da Matriz, nas eleições de 1878 em São João del-Rei. Eis a acusação do Senador Silveira Lobo contra o Imperador e seus Ministros:

*“Quem não vê, nas frases obscuras da fala do trono, que se quer realizar a reforma eleitoral elevando o censo? Ora, não é de liberal arrancar o direito de votar a quatro quintos da população. (...) No Brasil, porém, chama-se os liberais para realizar uma reforma destas, em tais condições que nem os conservadores a queriam fazer!”*<sup>777</sup>

Essa acusação foi reproduzida várias vezes pelo *Arauto de Minas*, que a colocava na

<sup>774</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 20 de Fevereiro de 1879. Ano II. Número 44.

<sup>775</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 2 de Abril de 1880. Ano IV. Número 5.

<sup>776</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 8 de Dezembro de 1878. Ano II. Número 35.

<sup>777</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Janeiro de 1879. Ano II. Número 41.

boca de chefes “liberais”:

*“a eleição direta, essa a quer o Sr. Sinimbú, estabelecida com senso tão alto que ao próprio conservador repugna e que será decretada por uma constituinte escrava, no dizer do ilustre deputado Sr. José Bonifácio.”<sup>778</sup>*

O projeto de reforma eleitoral do gabinete Sinimbú foi aprovado pela “*câmara dos servis*”, como lhe chamava o *Arauto de Minas*, mas no Senado sofreu uma derrota de trinta votos a dez, contando-se entre os votos contrários um “*radical*” e quatro “*liberais*”<sup>779</sup>. Mas a derrota no Senado não derrubou Sinimbú, cujo Gabinete agüentou diversas contrariedades.

## 5. A queda de Sinimbú

Meses antes de seu projeto de eleições diretas ser derrotado no Senado, o *Arauto de Minas*, dez dias depois do fato ocorrido, alarmou, “*Na seção de hoje da câmara temporária o povo apupou o ministério. Houve grande desordem e a seção foi suspensa. A mesa requisitou tropa e está cercado o edifício da câmara.*”<sup>780</sup>! Como fiel “*conservador*”, o *Arauto de Minas* posicionou-se preocupado com o Trono, e exclamava, “*O governo de S. Majestades o Imperador apupado pelo povo! Isto é gravíssimo; é a revolução nas idéias e nos costumes, que amanhã será consagrada nos fatos.*” E perguntava, “*Sucumbirá o ministério com as apupadas populares?*” Não sucumbiu, nem às apupadas populares, nem às constantes acusações de corrupção que as folhas “*cascudas*” e umas poucas “*republicanas*” repetiam em coro, nem à enorme derrota no Senado. Sinimbú enfrentaria ainda a Revolta do Vintém, e o gabinete que presidia seria estigmatizado pelas folhas opositoras como Ministério do Vintém<sup>781</sup>.

O barulho da Corte foi tamanho nessa revolta que a sua preparação já foi ouvida em São João del-Rei, transcrita do *Jornal do Comércio*:

*“Na Conferência de 21 do corrente, no Ginásio, oradores, ardentes demais, não se limitaram a discutir todos os arranjos de diretores, compadres do governo, denunciaram os interesses ocultos, inconfessáveis. Levantaram o animo de numerosíssimo auditório que literalmente encheu o*

<sup>778</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 28 de Agosto de 1879. Ano III. Número 21.

<sup>779</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 20 de novembro de 1879. Ano III. Número 33.

<sup>780</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Julho de 1879. ANO III. Número 15.

<sup>781</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 25 de Janeiro de 1880. Ano III. Número 41.

teatro...”<sup>782</sup>

Essa Conferência foi a preparação para a “*a resistência a cobrança do imposto do vintém.*”<sup>783</sup> Sobre os líderes de tal movimento, em São João del-Rei, chegou o nome de Lopes Trovão<sup>784</sup>, como orador, mas ainda sem referências a sua propaganda republicana. “*O motivo ostensivo dessa perigosa contenda,*” dizia o *Arauto de Minas* na medida em que chegavam os telegramas, “*cujas conseqüências não se podem medir, é o imposto sobre transportes urbanos.*” Mas comentava que “*Esse motivo, porém, não passa de um pretexto. Em uma capital opulenta como o Rio de Janeiro, a população não se sujeitaria a morrer debaixo das patas da cavalaria e mutilada pelo sabre de uma soldadesca desenfreada, pelo insignificante tributo de um vintém.*”<sup>785</sup>

Segundo o *Arauto de Minas*, o combate fora preparado pelo gabinete Sinimbú. “*Os ministros da justiça, guerra e marinha deram ordens para que estivessem a disposição do Chefe de Polícia todos os corpos de exército e marinha existentes na Corte, por lhes constar que o povo se levantará contra o odioso imposto do vintém, que deve se cobrar de 1º de Janeiro em diante. Quem as armou que as desarme.*”<sup>786</sup>

Ao final do mês a acusação seria mais séria, pois a repressão não teria sido feita somente por forças oficiais do governo e os direitos constitucionais, incluindo a liberdade de imprensa, teriam sido colocados em cheque:

“*A cobrança foi ordenada a mão armada, capangas assalariados pela verba da polícia, e toda a força de mar e terra imediatamente suspendeu todas as garantias – a imprensa viu-se coarctada em sua liberdade, o direito de reunião conculcado e o domicílio do cidadão a mercê dos janizaros e da turba multa de navalhistas e caceteiros, pagos com o produto dos impostos!*”<sup>787</sup>

Foram dias de lutas nas ruas do Rio de Janeiro, com mortos, feridos e presos. Os dois lados usaram armas de fogo. Os manifestantes, para conseguirem mais armas e munições, assaltaram lojas de armamentos da Corte.<sup>788</sup>

Graham afirmou que o “*emprego indiscriminado da força pelo governo para*

<sup>782</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Janeiro de 1880. Ano III. Número 38.

<sup>783</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Janeiro de 1880. Ano III. Número 38.

<sup>784</sup> Idem.

<sup>785</sup> Idem.

<sup>786</sup> Idem.

<sup>787</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 25 de Janeiro de 1880. Ano III. Número 41.

<sup>788</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Janeiro de 1880. Ano III. Número 38.

*reprimir os revoltosos desacreditou completamente o Gabinete, que logo caiu*<sup>789</sup>. Pode até ser, mas o levante popular de Janeiro de 1880, a Revolta do Vintém, com todo o seu conseqüente desgaste político, também não foi a gota d'água que entornou o Ministério de S. Majestade o Imperador.

Em Março, estava Sinimbu decidido a dissolver a Câmara de Deputados onde crescera a oposição e surgira o debate abolicionista. O Conselho de Estado, contudo, posicionou-se contra a dissolução. O *Arauto de Minas*, sobre a queda de Sinimbu concluiu que “*a causa da crise ministerial foi Sua Majestade não anuir à dissolução das câmaras.*”<sup>790</sup> Que a gota d'água para a queda de um gabinete que resistiu a tantos incidentes tenha sido a câmara apelidada pela oposição como “*dos servis*” merece atenção. Nunca é demais insistir que as eleições e os parlamentos do Império não eram tão fracos como o resumo didático de sua Constituição faz parecer.

## 6. A tática de Saraiva

Pedro II desistiu de Sinimbu mas não dos “*liberais*” e sua reforma eleitoral<sup>791</sup>. Convidou outro chefe nacional de nome entre os “*chimangos*”, o conselheiro Saraiva. O *Arauto* esperava que acontecesse um choque entre o novo Presidente do Conselho de Ministros e os deputados eleitos sob o governo de Sinimbu. Quando isso não aconteceu, e a Câmara apoiou sem hesitar o novo governante, o *Arauto de Minas* passou a atacá-la por isso.<sup>792</sup> Saraiva, por sua vez, também não se propôs a dissolver a Câmara, afirmando que não achava certo um “*gabinete liberal*” dissolver uma “*câmara liberal*”<sup>793</sup>.

O projeto de reforma eleitoral de Saraiva, porém, era diferente do projeto de Sinimbu nos meios e no conteúdo. Ele descartou a reforma constitucional como desnecessária, e propôs a reforma eleitoral por lei ordinária<sup>794</sup>.

O seu projeto não previa uma elevação da renda para um cidadão ter direitos eleitorais, mas sim a renda constitucional dos eleitores de primeiro grau, de duzentos mil réis (200\$). Bacharéis e doutores, professores, oficiais, autores de livros ou periódicos, religiosos seculares estariam isentos de comprovar renda, contudo também existiriam uma série de

<sup>789</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. RJ: Editora UFRJ. 1997. Pág. 256.

<sup>790</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 11 de Março de 1880. Ano IV. Número 2.

<sup>791</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 2 de Abril de 1880. Ano IV. Número 5.

<sup>792</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 30 de Julho de 1880. Ano IV. Número 20.

<sup>793</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Junho de 1880. Ano IV. Número 12.

<sup>794</sup> Idem.

incompatibilidades para dificultar fraudes. A votação voltaria a ser distrital, e em um só nome. Todos os eleitores poderiam ser deputados<sup>795</sup>.

Mas Saraiva também não fez essa reforma correndo. Dizia o *Arauto de Minas* que “*Há mais de dois anos que fazem da reforma o objetivo único da situação, e nem essa reforma conseguiram ainda.*”<sup>796</sup> De fato, o gabinete Saraiva tratou a questão com bastante habilidade. Uma das críticas às eleições diretas era a de que as eleições municipais eram diretas, e nem por isso eram melhores que as gerais. Saraiva considerou que então cabia ao governo provar que as eleições municipais podiam ser melhores. Ainda em 1880, os presidentes das províncias começaram a ordenar a dissolução das Câmaras Municipais e a realização de novas eleições de vereadores e juízes de paz<sup>797</sup>. O *Arauto de Minas* deu a Saraiva seu voto de confiança:

*“O Sr. Saraiva acaba de recomendar de um modo terminante a mais absoluta abstenção do elemento oficial, neste pleito, ordenando que as autoridades não intervenham obstando a livre manifestação do voto popular.*

*Será sincero o Sr. Saraiva?*

*Inclinamo-nos a acredita-lo; os precedentes deste distinto estadista fazem-nos crer que realmente deseja que o processo eleitoral corra livremente; tanto mais que esforçando-se S. Ex. para efetuar a eleição direta, não quererá ver esse processo nulificado e desacreditado nesta eleição que é feita por esse sistema.*”<sup>798</sup>

Em São João del-Rei, porém, essa eleição também seria tumultuada. As propostas de chapas de vereadores foram várias. O *Arauto de Minas* acusou os “*liberais*” de espalharem o boato de que o governo enviaria a São João cem praças para lhes assegurar a vitória<sup>799</sup>. Ao mesmo tempo surgiu, não se sabe feita por quem, a proposta de uma conciliação, com quatro vereadores para cada partido e um neutro para presidir a Câmara<sup>800</sup>, mas não houve acordo. Em Ouro Preto, a *Província de Minas* fez eco à grita dos “*casquados*” de São João del-Rei afirmando que “*Os liberais dessa cidade, tendo perdido os poucos elementos que tinha no município com a lei n 2.480 de 9 de Novembro de 1870, que desmembrou do termo de S. João del-Rei e passou para o do Turvo as paróquias de Madre de Deus e de Carrancas, fazem toda a sorte de ameaças...*”<sup>801</sup>

<sup>795</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 16 de Abril de 1880. Ano IV. Número 7.

<sup>796</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Junho de 1880. Ano IV. Número 12.

<sup>797</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 27 de Abril de 1880. Ano IV. Número 8.

<sup>798</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 7 de Junho de 1880. Ano IV. Número 13.

<sup>799</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 23 de Maio de 1880. Ano IV. Número 11.

<sup>800</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 16 de Junho de 1880. Ano IV. Número 14.

<sup>801</sup> Idem.



Os “*liberais*” de São João estariam até pretendendo que essas paróquias votassem<sup>802</sup>. Aliás, em todo canto do país os “*chimangos*” duvidavam da seriedade das ordens de Saraiva, ou contra ela se revoltavam. Um chefe dos “*liberais*” de São João do Paraíso formulou a dúvida ao Ministro da Justiça, perguntando o que aconteceria no caso da tropa cercar a Igreja. O ministro ameaçou, “*Eu darei providências*”<sup>803</sup>. Na *Crença Liberal*, de Caldas, uma dissidência passou a defender que portanto os “*liberais*” se abstivessem das eleições<sup>804</sup>! Não obstante, o conselheiro Dantas, então presidente de Minas Gerais, deu ordens para as tropas ficarem longe das igrejas<sup>805</sup>.

A tensão cresceu em todo o país quando em Victória, Pernambuco, eleições resultaram em um conflito com 15 mortos, entre os quais o Barão de Escada<sup>806</sup>, morto por um tiro a queima roupa disparado pelo juiz, que assim iniciou, de surpresa, o combate<sup>807</sup>. Segundo o *Arauto*, até folhas “*liberais*” de Pernambuco protestaram contra o morticínio<sup>808</sup>. O *Tempo*, do Recife, chegou a publicar uma planta dos lugares em que se deram os conflitos<sup>809</sup>. A repercussão foi nacional, alarmando o governo, que voltou seus olhos para as cidades onde eram previsíveis conflitos, e as ordens para as autoridades de São João del-Rei, que eram exatamente os chefes “*liberais*”, evitarem conflitos foram reiteradas pelos distribuidores e “*derrubadores*” de cargos<sup>810</sup>. Ainda assim, o *Arauto de Minas* reclamou que “*Boatos aterradores circulam pela cidade, correndo como certo, que as autoridades policiais e o Promotor público cogitam violências e arbitrariedades contra nós.*”<sup>811</sup> Ora, o promotor era o chefe “*liberal*” José Antonio Rodrigues, que já conhecemos, e o delegado era ninguém menos que Vicente de Paula Teixeira, outra liderança “*liberal*”, conforme também já vimos.

Ainda assim, os “*conservadores*” se mobilizaram para defender o controle que tinham sobre a Câmara Municipal:

*“Ontem a noite reuniu-se o partido conservador desta Cidade para o fim de pleitear-se a eleição a que hoje vai se proceder. Ai concorreram para mais de trezentas pessoas, vendo-se representadas todas as classes. Pelos Srs. Drs. Balbino da Cunha, Aureliano Mourão e o redator desta folha*

<sup>802</sup> Idem.

<sup>803</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 16 de Junho de 1880. Ano IV. Número 14.

<sup>804</sup> Idem.

<sup>805</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 24 de Junho de 1880. Ano IV. Número 15.

<sup>806</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Julho de 1880. Ano IV. Número 16.

<sup>807</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 30 de Julho de 1880. Ano IV. Número 20.

<sup>808</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 2 de Setembro de 1880. Ano IV. Número 25. Iphan.

<sup>809</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 24 de Setembro de 1880. Ano IV. Número 28.

<sup>810</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Julho de 1880. Ano IV. Número 16.

<sup>811</sup> Idem.

*foram proferidos discursos, nos quais transpirou linguagem moderada...*”<sup>812</sup>

Ainda que externando dúvidas sobre a autoridade de Saraiva sobre seu partido:

*“Benção de punhais. – No dia 27 o Promotor Público da Comarca e o delegado de Polícia convocaram um meeting incendiário, em que essas autoridades, em discursos virulentos, puseram patente o menoscabo com que consideram as determinações do Governo, que de modo formal prometeu a abstenção do elemento oficial na eleição que hoje deve efetuar-se. Nessa reunião foram dados morras aos conservadores e vivas a aqueles que auxiliando a força pública enxotassem os conservadores das urnas. Estamos em sítio, as ruas da Cidade estão desertas, vê-se somente aqui e ali capangas dos regeneradores de olhar turvo e catadura bélica. Grande terror apoderou-se das famílias e parece que se tramam grandes planos para sufocar a manifestação do voto popular. Estejam os conservadores precavidos, e no campo da lei, disputem o terreno palmo a palmo. Os réprobos recuarão diante de um povo que, empunhado a constituição, exige o direito do voto.”*<sup>813</sup>

Mas não foram os “liberais” que usaram porretes e capangas dessa vez. Pelo contrário, na paróquia da cidade só votaram os “conservadores”. Os “liberais” reclamaram que estavam “Coatas as autoridades policiais”, que portanto “pediram todas suas demissões ao governo provincial, e único responsável do que se passa.”<sup>814</sup> E em um documento com vinte e quatro assinaturas<sup>815</sup> acusaram seus adversário de fraude eleitoral. Trata-se da mesma eleição em que os operários portugueses surgiram na política que São João del-Rei:

*“no dia 1º do corrente, por ocasião de se proceder às eleições de vereadores e juízes de paz, os conservadores unidos a um dos diretores da estrada de oeste, que capitaneava cerca de 200 trabalhadores portugueses da linha, todos armados, invadiram a igreja matriz, antes de se proceder à chamada dos votantes, apossaram-se das urnas, e começaram uma farsa indigna da civilização desta cidade, sem respeito ao tempo sagrado, onde banquetearam publicamente, disparando a cada momento tiros de revolver, com o fim de aterrar, embriagando-se como se estivessem em lupanar, desrespeitando as famílias honestas e o que há de mais sagrado. Alguns chamados conservadores de S. João del-Rei, no seu*

<sup>812</sup> Idem.

<sup>813</sup> O Arauto de Minas. São João del-Rei. 1 de Julho de 1880. Ano IV. Número 16.

<sup>814</sup> O Arauto de Minas. São João del-Rei. 27 de Agosto de 1880. Ano IV. Número 24.

<sup>815</sup> José Antônio Rodrigues, Antonio Gonçalves d’Assis, Raymundo N. de S. Thiago, Herculano d’Assis Carvalho, Antonio de Rocha Neves Quintella, João Joaquim d’Assis, Joaquim Luis de Medeiros, Antonio Justino da Silva e Souza, Vicente de Paulo Teixeira, Antonio dos Reis Silva, Lucas Antonio Duarte, Custódio Nogueira da Costa, Manoel Anselmo Alves d’Oliveira, José Ricardo Soares Baptista, João José Vieira, Joaquim Bernardino de Senna, Manoel Venâncio do Espírito Santo, Antonio Fernandes Coelho, José Antonio d’Alvarenga Junior, Francisco de Paula d’Assumpção, Padre Joaquim Leite d’Araújo, Francisco José Cardoso Marques, Francisco Paula Miranda, Silvestre Avelino dos Santos.

*delírio canibal açulam os ditos estrangeiros contra cidadãos pacíficos e indefesos, e apontam vítimas, aconselhando o saque e morticínio.*<sup>816</sup>”

Já tratamos dos operários portugueses da Oeste. O assunto foi debatido no Senado, na Câmara dos Deputados e na imprensa, um lado procurando desmentir o outro, pois o *Arauto de Minas* negava todas as acusações. Contudo, o governo não cogitou intervir a favor de seus correligionários. Para o gabinete Saraiva, essas eleições não tinham como finalidade tomar o controle de Câmaras Municipais para o “*partido liberal*”, mas eram sim uma peça de propaganda da reforma eleitoral. A eleição municipal foi validada pela justiça, e os “*conservadores*” permaneceram com a Câmara<sup>817</sup>. O anti-lusitanismo, que nunca fora muito forte em São João del-Rei, grassou nas fileiras “*liberais*” dessa cidade, e sobrevieram conflitos entre a tropa e os operários lusos. Mas temos que voltar à reforma eleitoral.

No final de 1880, o projeto de Saraiva, aprovado pela Câmara como antes fora o de Sinimbu, chegou ao Senado, que o modificou bastante, mas o aprovou no início de 1881. A câmara vitalícia, de maioria de chefes “*casquados*” nacionais, que rejeitara o projeto que elevava o senso para 400\$, aprovou o que o mantinha em 200\$, sendo que poderia ter alterado esse ponto e não o fez<sup>818</sup>. O Senado, contra a expectativa do *Arauto*, também aprovou a elegibilidade de acatólicos, naturalizados e libertos<sup>819</sup>. O senador Cotegipe, “*conservador*”, propôs o fim das eleições nas igrejas, que profanavam os templos<sup>820</sup>, o que de fato aconteceu, passando a serem usadas as igrejas somente na falta de outros espaços. O Senado poupou os analfabetos, com o argumento de que não poderia excluir seus direitos políticos. José Murilo de Carvalho, depois que de constatar que “*a Câmara liberal aprovou a proibição do voto do analfabeto*”<sup>821</sup>, concluiu que assim foi sancionada a lei, passou a falar de “*eliminação dos analfabetos em 1881*”<sup>822</sup>, mas isso de fato só aconteceu com a República.

Aprovada a reforma entre os últimos dias de 1880 e os primeiros de 1881, o *Arauto de Minas* logo duvidou de sua eficiência, conforme republicou do *Jornal do Recife*, que “*Enquanto o governo continuar dispondo da polícia e da justiça, a eleição será dele, aqui*

<sup>816</sup> O *Arauto de Minas*. São João del-Rei. 27 de Agosto de 1880. Ano IV. Número 24.

<sup>817</sup> O *Arauto de Minas*. São João del-Rei. 24 de Setembro de 1880. Ano IV. Número 28.

<sup>818</sup> José Murilo de Carvalho afirmou que o senso foi elevado de 100\$ a 200\$ pela lei de 1881, mas isso já tinha sido feito de fato em 1846. CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. Pág. 379

<sup>819</sup> O *Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Dezembro de 1880. Ano IV. Número 40.

<sup>820</sup> O *Arauto de Minas*. São João del-Rei. 15 de Janeiro de 1881. Ano IV. Número 42.

<sup>821</sup> CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. Pág. 394.

<sup>822</sup> Idem. Pág. 413.

*como na Espanha, na Grécia e em todas as repúblicas que nos cercam, como era na própria França nos belos dias do segundo império.*”<sup>823</sup>

Mas como órgão do “*partido conservador*”, voltou suas atenções para a nova divisão em distritos e com o novo alistamento eleitoral segundo a nova lei. Não só reconheceu a reforma, como ainda a defendeu em nome da conservação da ordem monárquica:

*“A eleição direta é hoje a lei do país e realizada com sinceridade pode melhorar em muitos pontos o nosso estado de coisas. E é preciso que o seja; uma nova decepção em matéria eleitoral poderia trazer funestas conseqüências.”*<sup>824</sup>

## **7. O alistamento eleitoral a partir de 1881**

Concordamos com Graham sobre a qualificação ter se tornado ainda mais importante a partir da nova lei<sup>825</sup>. Antes, um partido podia ter menos eleitores de primeiro grau alistados mas nas eleições de eleitores de segundo grau, por qualquer meio, vencer. Agora, havia uma etapa a menos entre o alistamento e a eleição dos parlamentares.

Recapitulando. Podiam ser eleitores todos os brasileiros naturais ou naturalizados com renda líquida anual não inferior a 200\$ por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego. Sobre “*emprego*” é importante lembrar que “*o assalariado não funcionário público foi praticamente excluído do direito de votar*”, pois não eram mais aceitos testemunhos para confirmar renda, e não havia nenhuma documentação comprobatória para o caso. Os religiosos, os filhos morando com pais, os criados de servir<sup>826</sup>, os praças e serventes públicos, o que não incluía todos os empregados públicos, estavam excluídos de serem eleitores, mas por outro lado havia uma lista de profissões que isentavam da comprovação de renda<sup>827</sup>.

O primeiro alistamento aconteceu imediatamente após a aprovação da nova lei, mas esta fixou o primeiro dia útil de Setembro de cada ano para um novo processo de inclusão e exclusão de eleitores<sup>828</sup>. Esses alistamentos eleitorais ficaram a cargo dos juízes de direito, e não mais de Juntas Eleitorais indicadas pela Câmara Municipal. O *Arauto de Minas* considerou essa mudança positiva e possível acabarem as fraudes por estar o processo

<sup>823</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 29 de Janeiro de 1881. Ano IV. Número 44.

<sup>824</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 12 de Março de 1881. Ano V. Número 2.

<sup>825</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. RJ: Editora UFRJ. 1997. Pág. 264.

<sup>826</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 12 de Março de 1881. Ano V. Número 2.

<sup>827</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 5 de Fevereiro de 1881. Ano IV. Número 45.

<sup>828</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 12 de Fevereiro de 1881. Ano IV. Número 46.

“*entregue à digna magistratura Brasileira.*”<sup>829</sup>

Posteriormente, no calor do alistamento, o *Arauto* acusou os juízes de estarem servindo ao governo, que era o “*partido liberal*”<sup>830</sup>, mas um mês depois defenderia o juiz de São João del-Rei, refutando uma reclamação publicada na *Tribuna do Povo*, argumentando que “*de mil alistandos o colega só teve que fazer reparo quanto à exclusão do Tenente Coronel Gentil de Castro e do Sr. Gervasio Alvim...*”<sup>831</sup>

Já vimos que duzentos mil réis era o que já se exigia antes de 1881 para se participar das eleições municipais e da eleição de eleitores de segundo grau, e que o *Arauto de Minas* considerava um “*sufrágio quase universal*”, chegando a paróquia de São João del-Rei a 800 votantes. Contudo, sem ter sido elevado esse valor, o *Arauto* fez coro a todas as folhas ao dizer que “*Da massa popular, fica um grande número excluído do direito de votar.*”<sup>832</sup>

Isso se deu pelas dificuldades de comprovação de renda e de todo o processo de alistamento. Basta dizer que sem excluir os analfabetos do direito de votar, a lei obrigava o cidadão a requerer por escrito seu alistamento, e “*Em cada requerimento não poderá figurar mais que um cidadão.*”<sup>833</sup>

O *Arauto de Minas*, que tanto pedira a redução da participação nos comícios eleitorais, passou a informar seus leitores de detalhes da lei que facilitavam o alistamento. Por exemplo, que a prova de idade só podia ser exigida caso o juiz duvidasse da idade do requerente, e que os documentos para comprovar o direito de ser eleitor deviam ser isentos de selos e de qualquer outro custo<sup>834</sup>. Era o calor da luta para alistar mais eleitores que os adversários, e o *Arauto de Minas* apelou até para a questão do elemento servil, o medo do abolicionismo<sup>835</sup>.

Em Junho, o *Arauto* publicou os resultados do município de São João del-Rei:

“*Alistamento eleitoral – No dia 8 do corrente, como se vê dos editais publicados na respectiva seção, o digno sr. Dr. Juiz de Direito desta comarca terminou os despachos relativos ao alistamento eleitoral neste município tendo deferido 468 petições.*

*Destas 468 são do partido conservador 266 e do liberal 202, havendo por conseguinte a nosso favor a diferença de 64, sendo a distribuição por paróquias a seguinte:*

<sup>829</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 19 de Fevereiro de 1881. Ano IV. Número 47.

<sup>830</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 4 de Junho de 1881. Ano V. Número 13.

<sup>831</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 14 de Julho de 1881. Ano V. Número 18.

<sup>832</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 19 de Fevereiro de 1881. Ano IV. Número 47.

<sup>833</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 12 de Fevereiro de 1881. Ano IV. Número 46.

<sup>834</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 26 de Fevereiro de 1881. Ano IV. Número 48.

<sup>835</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 12 de Março de 1881. Ano V. Número 2.

*N. S. do Pilar de S. João del-Rei 233, Conservadores 122, liberais 111.  
S. Rita do Rio Abaixo 42, Conservadores 30, liberais 12.  
Conceição da Barra 33, Conservadores 19, liberais 14.  
Ibituruna 26, Liberais 15, conservadores 11.  
Onça 49, Liberais 28, conservadores 11.  
Nazareth 85, Conservadores 63, liberais 22.”<sup>836</sup>*

Na paróquia de N. S. do Pilar de S. João del-Rei, onde antes eram alistados cerca de 800 cidadãos, a partir da lei de 1881 alistaram-se somente 233. No país todo, o eleitorado caiu de um milhão para cerca de 150 mil pessoas<sup>837</sup>. Como seria se, conforme desejava o *Arauto de Minas*, o senso tivesse sido elevado a 400\$? Note-se que em Nazareth, que vimos que antes da nova lei elegia um número de eleitores de segundo grau semelhante ao de São João del-Rei, os alistados foram agora somente 85. Aliás, pela nova lei a paróquia da cidade ganhou peso político, ficando com metade dos 468 eleitores do município, quando antes tinha cerca de um terço.

Nota-se também que os votos eram contados, e que na cidade o eleitorado estava bem dividido, vencendo os “*conservadores*” por pequena diferença, assim como em Conceição da Barra. Nas paróquias de Nazareth e Santa Rita do Rio Abaixo os “*conservadores*” venciam com grande diferença, principalmente na primeira. Os “*liberais*” venciam somente nas paróquias do Onça e da Ibituruna.

## 8. O 6º distrito

Já vimos que a nova lei eleitoral previa deputados eleitos por distritos. A opinião do *Arauto de Minas* a respeito disso era positiva, ao menos na hora de pedir votos, tendo Severiano publicado em uma circular que “*a nova lei eleitoral que, criando pequenas circunscrições, pôs os candidatos em contato com os eleitores, hoje vitalícios e não dependendo seu título de conluios de mandões.*”<sup>838</sup>

Porém, no caso específico da divisão de Minas Gerais, surgiram as críticas. Essa província teria sido dividida em 20 distritos “*ao sabor do Senador Affonso Celso*”<sup>839</sup>. Meses depois, em um briga interna do “*partido conservador*”, o *Arauto de Minas* acusou seu correligionário Cruz Machado de ter traído “*os interesses do partido conservador*”, dando-nos

<sup>836</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 12 de Junho de 1881. Ano V. Número 14.

<sup>837</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. RJ: Editora UFRJ. 1997. Pág. 242.

<sup>838</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 18 de Setembro de 1881. Ano V. Número 27.

<sup>839</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 4 de Junho de 1881. Ano V. Número 13.

uma boa idéia da importância da divisão distrital para o resultado eleitoral:

*“na divisão desta província em distritos eleitorais, vimos o sr. Cruz Machado e Affonso Celso em inventário amigável, sendo sacrificados os interesses do partido conservador, que em uma divisão conscienciosa podia constituir-se de modo a poder eleger facilmente quatorze deputados; e, pela ajustada nesse funesto acordo poderá com dificuldade mandar seis representantes ao Parlamento.”*<sup>840</sup>

Sendo assim, tornaram-se freqüentes nos debates parlamentares as propostas de re-divisão dos distritos ou dos municípios. Por exemplo, ainda em 1881 surgiu a proposta de passar a paróquia da Laje para o município de Entre Rios, sob protestos do *Arauto de Minas*, que via interesses eleitorais nessa transferência<sup>841</sup>.

O 6 ° distrito, encabeçado por São João del-Rei, incluía ainda os municípios de São José del-Rei, Bom Sucesso, Oliveira e Bonfim. Esses cinco municípios elegiam um deputado geral e dois provinciais<sup>842</sup>. No mapa aproximado dos distritos, o 6 °, de São João del-Rei, parece muito próximo do 1 °, de Ouro Preto, mas isso se deve aos outros municípios desses dois distritos.

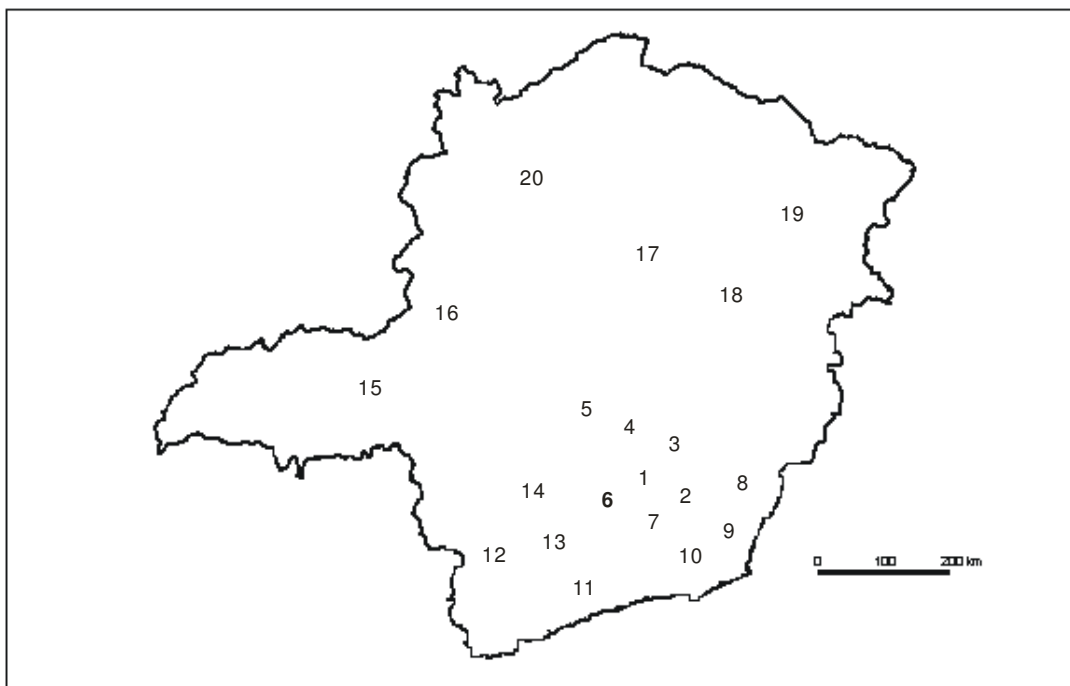


Gráfico 2 – Os distritos eleitorais de Minas Gerais entre 1881 e 1889

## 9. As eleições de Saraiva

<sup>840</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 18 de Setembro de 1881. Ano V. Número 27.

<sup>841</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 3 de Setembro de 1881. Ano V. Número 25.

<sup>842</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 4 de Junho de 1881. Ano V. Número 13.

Todo o Império agora desejava experimentar as eleições com novas leis. Saraiva também desejava testar sua obra, e pediu a dissolução da Câmara sob pena de demitir-se<sup>843</sup>. De fato aconteceu a dissolução e novas eleições foram marcadas para 31 de Outubro de 1881<sup>844</sup>. Saraiva não hesitou em anunciar que faria as primeiras eleições livres do país e que sua glória consistia na sua derrota<sup>845</sup>.

Os “*liberais*” esperavam dessa reforma que sanasse os mais graves defeitos das eleições:

*“Felizmente desaparecerão para sempre das páginas da nossa história essas cenas de sangue, essas lutas fratricidas, que por ocasião de eleições tinham lugar. Ai, víamos os potentados das localidades impondo sobre o votante, que desconhecendo a sua soberania, guiava-se pela absoluta vontade de um terceiro.”*<sup>846</sup>

E os “*conservadores*” do *Arauto de Minas* passaram a confirmar essas esperanças dizendo que seria “*necessário muita (ilegível) e cinismo para que ainda apareçam nos comícios eleitorais a capangagem assalariada e as baionetas dos soldados impondo aos cidadãos as ordens do governo.*”<sup>847</sup>

Já durante as campanhas, tornou-se óbvio que a nova lei diminuía a força das direções partidárias, e que facilitava a divisão dos partidos. Vários artigos do *Arauto* tratam dessas divisões em diferentes distritos, e alguns tratam do assunto em geral, normalmente pregando a disciplina partidária e reprovando os rebeldes<sup>848</sup>. O senador “*conservador*” Cruz Machado chegou a ser acusado pelo *Arauto de Minas* de estar de fato com os “*liberais*”, pois dividiu o 14º distrito, apresentando aos eleitores “*casquados*” um candidato diferente do indicado pelo Grêmio Conservador. Cruz Machado fazia publicar na Corte um jornal chamado *Oeste de Minas*, e teria sido como já vimos, segundo o *Arauto de Minas*, o responsável por permitir uma divisão distrital favorável aos “*liberais*” em Minas Gerais. Defendia que o espírito da nova lei era prescindir da intervenção das direções partidárias nos distritos. Teria inclusive considerado extinto o Grêmio Conservador<sup>849</sup>. Apesar da propaganda de Cruz Machado, os “*conservadores*” do 6º distrito conseguiram manter-se unidos,

<sup>843</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 12 de Junho de 1881. Ano V. Número 14.

<sup>844</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 7 de Julho de 1881. Ano V. Número 17.

<sup>845</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 11 de Agosto de 1881. Ano V. Número 22.

<sup>846</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 29 de Maio de 1881. Ano I. Número 9. Iphan de São João del-Rei.

<sup>847</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 21 de Maio de 1881. Ano V. Número 11.

<sup>848</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 22 de Outubro de 1881. Ano V. Número 32.

<sup>849</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 16 de Fevereiro de 1882. Ano V. Número 48.



candidatando a deputado geral somente o sr. Carvalho Rezende.

Já circulava novamente em São João del-Rei uma folha “*liberal*”, a *Tribuna do Povo*, que não era mais uma do promotor José Antonio Rodrigues, mas sim de Alberto Besouchet, que concordava com o discurso sobre a liberdade eleitoral inclusive em relação aos partidos, republicou artigos do “*conservador*” Cruz Machado, e portanto não pregava a disciplina partidária, de forma que o “*partido liberal*” dividiu-se e fez sua briga interna nas páginas da *Tribuna*. Candidataram-se pelo “*partido liberal*” do 6º distrito Galdino das Neves e Teixeira Guimarães. Tanto a *Tribuna do Povo* quanto o *Arauto de Minas* tinham preferência pelo último, mas a *Tribuna* também publicou a circular de Galdino das Neves.

A disputa entre esses dois candidatos naturalmente esquentou. Um exemplo disso é a carta de um primo do dr. Teixeira Guimarães, denunciando-lhe Galdino das Neves:

*“Primo e amigo,  
Aqui chegando, soube que o Dr. Galdino, à última hora, espalhara grande cópia de circulares, em teu nome, declarando que o primo desistiu de sua candidatura. Seja ou não certa esta notícia, convém, em todo caso, estar de sobreaviso. Eu o julgo capaz para isso. Acho bom que recorras à imprensa e mesmo escrever aos amigos desse distrito. Ouro Preto, 8 de Outubro de 1881.”*<sup>850</sup>

Nesse clima, com os “*liberais*” julgando-se capazes de se golpearem, chegou o dia das eleições para deputado geral. Como já citamos, “*O eleitorado reuniu-se no vasto salão da Casa da Câmara em número de 185, forças iguais, e entretanto reinou a mais completa ordem*”<sup>851</sup>, entre “*liberais*” e “*conservadores*”, acrescentamos nós, porque:

*“Tivemos é certo a lamentar a luta travada entre os dois candidatos amigos da situação, que parecia tomar proporções assustadoras, mas a prudência aconselhou que por parte dos amigos de um e por parte dos de outro houvesse alguma cessão e afinal parece que a última hora sendo nesta Cidade aceito o candidato adotado em todo o Distrito...”*<sup>852</sup>

Ou seja, nas eleições os “*liberais*” quase chegaram às vias de fato. Porém, só tinha terminado o primeiro escrutínio, e a reforma eleitoral de 1881 previa dois turnos, caso nenhum candidato obtivesse sozinho a maioria absoluta dos eleitores, que foi o caso. A afirmação “*parece que*” indica que o escritor não esteve presente ao pleito, e realmente não

<sup>850</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 30 de Outubro de 1881. Ano I. Número 30. Caixa 191. Iphan.

<sup>851</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 6 de Novembro de 1881. Ano I. Número 31. Caixa 191. Iphan.

<sup>852</sup> Idem.

deu a informação correta, pois os votos “*liberais*” ficaram mesmo divididos em São João del-Rei, com 61 pra Teixeira Guimarães e 25 para Galdino das Neves, contra 87 votos do “*conservador*” Carvalho Rezende.<sup>853</sup> Nas paróquias da roça e de outras cidades do 6º distrito Galdino teve ainda menos votos, somando no total não mais que 70 eleitores. O segundo turno das eleições de deputado geral permitiu à *Tribuna do Povo* pregar a unidade dos “*liberais*”, como nesse texto de Francisco de Paula Pinheiro:

*“O partido liberal deve no segundo escrutínio apresentar-se unido, e com todas as forças combater pelo seu candidato, deixando de lado as questões pessoais, que tem sido a causa de graves males para esse mesmo partido. Sirva-nos de modelo o procedimento do adversário, que não ouve se não a voz da uniformidade e da união.”*<sup>854</sup>

Porém, em Dezembro, os “*liberais*” dividiram-se mesmo existindo somente um candidato “*liberal*”. Alguns realmente se uniram em torno do candidato situacionista, mas uns não foram votar e outros votaram com os “*conservadores*”.<sup>855</sup> Dois exemplo, os votos de Teixeira Guimarães cresceram somente de 61 pra 78 na cidade de São João del-Rei, mas em Prados pularam de 54 para 75, somando votos não só de Galdino das Neves como do candidato “*conservador*”, que perdeu 4 votos no segundo escrutínio.<sup>856</sup> Os “*conservadores*” venceram, sob um governo “*liberal*”, comprovando que Saraiva retirara as tropas de perto das urnas.

Os problemas internos dos “*liberais*” não chegaram a ofuscar a nova lei. O que o *Arauto de Minas*, folha de oposição ao governo “*liberal*”, disse das primeiras eleições o atesta:

*“Não se viu mais o magote de votantes assalariados trocando voto por dinheiro, por um palito, por um par de sapatos!  
(...)  
O capanga de braço alugado que procurava sempre uma água suja para pescaria abundante, foi posto de lado.”*<sup>857</sup>

Sem capangas, sem votantes pobres e sem tropas. Em todo o país, Saraiva fez o que pode para manter as tropas longe das urnas, e garantir “*eleições livres*”. Na paróquia de São

<sup>853</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 6 de Novembro de 1881. Ano V. Número 34.

<sup>854</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 6 de Novembro de 1881. Ano I. Número 31. Caixa 191. Iphan.

<sup>855</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 17 de Dezembro de 1881. Ano I. Número 34. Caixa 191. Iphan.

<sup>856</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 10 de Dezembro de 1881. Ano V. Número 39.

<sup>857</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 6 de Novembro de 1881. Ano V. Número 34.

João del-Rei, o “*conservador*” Carvalho Rezende teve oitenta e sete (87) votos, o “*liberal*” Teixeira Guimarães teve sessenta e um (61) e Galdino teve vinte e cinco (25), conforme dissemos pouco acima. Além desses, que foram candidatos, Balbino da Cunha teve seis votos, José Fernandes Moreira teve dois, Jeronymo Máximo Nogueira Penido, cônego Antonio José da Costa Machado, Aureliano Martins de Carvalho Mourão e o conselheiro Joaquim Saldanha Marinho, vulgo Ganganeli, tiveram um voto cada<sup>858</sup>. Balbino da Cunha tinha votos em tudo que era eleição, fosse ou não fosse candidato. O voto em Marinho, chefe “*liberal*”, republicano e maçom, deve ter tido esses significados, ou ao menos um deles. É visível que as forças estavam equilibradas entre os partidos.

No resto do município, ou seja, na zona rural, os votos dos “*liberais*” caíram quase todos para Teixeira Guimarães, com exceção de um (1) voto para Galdino em Nazareth<sup>859</sup>. Os “*liberais*” venceram no Onça, mas os “*conservadores*” venceram em Nazareth, Conceição da Barra, S. Rita e Itaruna<sup>860</sup>. Nessa última paróquia os “*liberais*” tinham alistado quinze (15) eleitores contra onze (11) dos “*conservadores*”, mas nas eleições perderam.

No município de São José, na paróquia da cidade os “*liberais*” venceram de vinte e oito (28) a vinte e três (23), sendo que dos votos “*liberais*” só um foi de Galdino. Os “*liberais*” também venceram em Prados, com cinqüenta e quatro (54) votos para Teixeira Guimarães, sete (7) para Galdino a quinze (15) para Carvalho Rezende. Lagoa Dourada<sup>861</sup>, Carandaí e Lage tinham maioria de “*conservadores*”<sup>862</sup>. Em Carandaí, os seis votos “*liberais*” foram de Galdino. No município de Bonfim, Teixeira Guimarães teve sessenta e três (63) votos, Galdino teve vinte e um (21) e Carvalho Rezende vinte e sete (27)<sup>863</sup>. Em Bom Sucesso, na cidade Teixeira Guimarães venceu Carvalho Rezende por quarenta e dois (42) a trinta e seis (36), e na paróquia de São João Baptista de onze (11) a oito (8), mas perdeu de quarenta e dois (42) a dezoito (18) e de vinte (20) a onze (11) nas paróquias de Lage e São Tiago<sup>864</sup>. Galdino só teve dois votos, na cidade. Somados os votos de todos os municípios do 6° distrito, o *Arauto de Minas* publicou o resultado:

“*Dr. Carvalho Rezende 562, Dr. Teixeira Guimarães 514, Dr. Jeronymo Penido*

<sup>858</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 6 de Novembro de 1881. Ano V. Número 34.

<sup>859</sup> *Idem*.

<sup>860</sup> *Idem*.

<sup>861</sup> *Idem*.

<sup>862</sup> *Idem*.

<sup>863</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 12 de Novembro de 1881. Ano V. Número 35.

<sup>864</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 6 de Novembro de 1881. Ano I. Número 31. Caixa 191. Iphan de São João del-Rei.

83, Dr. Galdino Neves 70.  
 Entram os dois primeiros em segundo escrutínio.”<sup>865</sup>

Em outras palavras, os dois partidos tinham forças semelhantes, portanto chances de vitória. A existência de um segundo turno é a única característica dessa lei que podemos considerar que estimulava a unidade dos partidos, sem garantias de sucesso, apesar de todos saberem que sem unidade nenhum dos dois partidos podia vencer.

Foram eleições realmente sem interferência do governo, o que não se devia à nova lei, mas à decisão de Saraiva. Por isso, dois ministros foram derrotados em seus distritos, o que normalmente forçava à renúncia, como aconteceu nos dois casos<sup>866</sup>. O *Arauto de Minas* reconheceu e elogiou a atitude do governo<sup>867</sup>, embora também tenha adotado o discurso, usando vários artigos de Quintino Bocaiúva transcritos do *Globo*, que as eleições tinham derrubado os “*liberais*”<sup>868</sup>.

No segundo turno, Carvalho de Rezende teve 713 votos contra 614 do governista Teixeira Guimarães<sup>869</sup>. Ou seja, o 6º distrito de Minas Gerais foi um dos 47 de todo o Império que em 1881 elegeram opositores<sup>870</sup>.

Logo depois das eleições, considerando que cumprira seu papel, Saraiva pediu a Pedro II sua demissão, que foi aceita. O sr. Paranaguá foi então chamado a São Cristóvão, declinou de formar gabinete e propôs os nomes de Dantas e Martinho Campos. Os “*liberais*”, portanto, continuaram no governo, com apoio do parlamento.

## 10. A divisão dos “*liberais*” nas eleições provinciais

O “*partido liberal*” já tinha as suas fissuras, que agravaram-se quando das eleições, até por que muitos viram na reforma eleitoral de 1881 o fim dos partidos ou pelo menos da disciplina partidária, e diferentes candidatos disputaram os votos “*liberais*”. Quando Saraiva aprovou essa reforma eleitoral e realizou as primeiras eleições sob as novas regras, também fez questão de que fossem “*livres*”, ou seja, sem uso de tropas para impor os candidatos do governo. De fato, talvez pela primeira vez no 2º reinado, as eleições não tiveram intervenção direta do governo, conforme o próprio *Arauto de Minas*, “*conservador*” intransigente, foi

<sup>865</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 12 de Novembro de 1881. Ano V. Número 35.

<sup>866</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 6 de Novembro de 1881. Ano V. Número 34.

<sup>867</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 12 de Novembro de 1881. Ano V. Número 35.

<sup>868</sup> *Idem*.

<sup>869</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Janeiro de 1882. Ano V. Número 42.

<sup>870</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. RJ: Editora UFRJ. 1997. Pág. 265.

obrigado a confessar, elogiar e comemorar.<sup>871</sup> A visão dos “*liberais*” a respeito, contudo, é o que agora nos interessa para entender a divisão desse partido nas eleições:

*“É necessário declarar ao eleitorado que o atual governo, não impõe candidato algum; deixa correr o pleito eleitoral, combatendo os candidatos com seus próprios elementos.”*<sup>872</sup>

Ora, na gramática do poder de então o “*partido liberal*” era, por seu turno, o governo, e se o governo não tinha candidato esse partido não tinha candidatos oficiais. Havia a idéia, que atingiu o “*partido conservador*” também, de que a reforma era para garantir a liberdade individual dos votantes, e que essa exigia que não houvesse candidatos indicados por chefes partidários.<sup>873</sup>

Em seu número 17 do Ano I, a *Tribuna do Povo* publicou uma carta de um senador “*conservador*”, Antonio Carlos da Cruz Machado, defendendo que a nova lei, ao preferir deputados por distrito, teve intenção de acabar com influencia das comissões centrais dos partidos em cada província, influência esta que estaria sendo usada para incluir em chapas nomes sem representatividade. Defendia claramente que “*Com a eleição direta e distritos de um deputado, não há mais diretórios centrais, são repugnantes ao novo regimem...*”<sup>874</sup> Ele mesmo, com a folha *Oeste de Minas*, apoiava no 14 ° distrito um nome diferente do defendido pelo Grêmio Conservador. A *Tribuna do Povo* apoiava suas posições sobre a nova lei, ou seja, defendia a possibilidade de divisão de seu próprio partido.

No 6 ° distrito o “*partido conservador*” conseguiu se manter unido, no que teve grande papel o *Arauto de Minas*, mas o “*partido liberal*” dividiu-se, e a *Tribuna do Povo*, que teve papel nessa divisão, foi também espaço para os diferentes candidatos desse último partido.

Já vimos a divisão dos “*liberais*” nas eleições gerais. O mesmo aconteceu na disputa para a Assembléia Legislativa, em Ouro Preto. Primeiro, apareceu a candidatura de João Luiz Campos, de Prados, município de São José del-Rei, que dizia ser “*liberal*” há mais de 16 anos.<sup>875</sup> João Luiz também recebeu apoios de eleitores “*liberais*” de outros municípios que não o seu, como Bonfim e São João del-Rei.<sup>876</sup> Passaram-se cerca de vinte dias entre o

<sup>871</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 12 de Novembro de 1881. Ano V. Número 35.

<sup>872</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 26 de Junho de 1881. Ano I. Número 12. Iphan de São João del-Rei.

<sup>873</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 16 de Outubro de 1881. Ano I. Número 28. Caixa 191. Iphan.

<sup>874</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 31 de Julho de 1881. Ano I. Número 17. Iphan de São João del-Rei..

<sup>875</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 2 de Outubro de 1881. Ano I. Número 26. Caixa 191. Iphan.

<sup>876</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 16 de Outubro de 1881. Ano I. Número 28. Caixa 191. Iphan.

lançamento da sua candidatura e a do outro “*liberal*”, assim anunciada pela *Tribuna do Povo*:

*“Consta-nos que se apresenta candidato à assembléia provincial pelo 6º distrito desta província o advogado Vicente de Paula Teixeira.”*<sup>877</sup>

Ainda não era a divisão, pois existiam duas vagas. Aconteceram as eleições para deputado provincial em Janeiro. Os “*liberais*” tiveram o primeiro e o quarto mais votado, João Luiz de Campos com 440 votos e Vicente Teixeira com 84. Os “*conservadores*” tiveram o segundo e o terceiro, nosso conhecido Severiano Nunes Cardozo de Rezende, com 298 votos, e o dr. Francisco Moura, com 167.<sup>878</sup>

Foram esses quatro para o segundo escrutínio, disputar duas vagas. Como cada eleitor tinha um só voto, e nenhuma das duas parcialidades estava disposta a deixar de ocupar uma das duas cadeiras, era de se esperar a concentração dos votos nos mais votados de cada um dos partidos. Portanto, era previsível que fossem eleitos exatamente os dois mais votados, João Luiz e Severiano. Desconsiderando as antigas rivalidades entre os círculos “*liberal*” e “*conservador*”, nas quais Severiano se destacava, como vimos, e igualmente não dando maior atenção ao momento, de seguimento de uma derrota nas eleições de deputado geral, a *Tribuna do Povo*, distanciando-se do papel de porta-voz e de unificadora do “*partido liberal*”, diante da quase certeza de que Severiano de Rezende seria eleito, publicou a seguinte nota:

*“Em vista do resultado do primeiro escrutínio para deputados provinciais pelo 6º distrito, é quase certo, que teremos como representantes pelo lado liberal o Sr. Tenente-coronel João Luiz de Campos, e pelo lado conservador o Sr. Severiano Nunes Cardozo de Rezende.*

*Como a Assembléia Provincial, não é uma força política, porém sim, uma reunião de homens, que ali vão tratar dos interesses da província e especialmente dos seus círculos, cremos piamente, que tanto o Sr. João Campos, como o Sr. Severiano de Rezende, desempenharão conscienciosamente o seu mandato. Assim, damos os parabéns ao 6º distrito.”*<sup>879</sup>

Nesse mesmo número explosivo, publicou na *Seção Livre* uma carta pedindo aos eleitores “*conservadores*” votos para Severiano de Rezende. Esse pedido de votos, que elogiava não só o candidato mas também o *Arauto de Minas*, foi por este republicado:

*“Na eleição para deputados provinciais pelo 6º distrito, manifestou-se o partido*

<sup>877</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 23 de Outubro de 1881. Ano I. Número 29. Caixa 191. Iphan.

<sup>878</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Janeiro de 1882. Ano V. Número 42.

<sup>879</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 15 de Janeiro de 1882. Ano I. Número 36. Caixa 191. Iphan.

*conservador a favor do Sr. Severiano Nunes Cardozo de Rezende.*

*No entanto em virtude de uma lei manca o Sr. Severiano de Rezende ainda não é deputado; - esperamos porém que no 2º escrutínio ele reúna todos os votos esparsos, e assim eleito, cercado pelo prestígio do seu partido, será duplamente forte...*

*(...)*

*O Sr. Severiano de Rezende é moço, e trabalhador (...) A prova da nossa asserção está no esforço patriótico com que tem sustentado há 5 anos o Arauto de Minas, folha que é o refugio da pobreza oprimida...”<sup>880</sup>*

Acreditamos que um “conservador” tenha pago para publicar esse pedido de votos, mesmo por que junto a ele foram também publicados dois textos igualmente publicados no *Arauto de Minas*. O texto “*O desvio da imprensa*”<sup>881</sup> é bem típico do discurso “conservador”, e afirma que “*A liberdade da imprensa até certo ponto é tolerante. Porém o desregramento dela é, além de imoral, um crime, que deveria ser punido com as penas as mais sérias do nosso código criminal.*”<sup>882</sup> O outro texto que também foi publicado no *Arauto* é uma provocação, ou como se chamava na época, uma “*mofina*” assinada por “*Um chefe de família*”:

*“Pergunta inocente*

*Será certo que o Sr. A.... queira recordar-se da sua mocidade passada, voltando a pisar o palco?*

*Pois deveras anima-se?! Que coragem de rapaz!!!”<sup>883</sup>*

Assim, Alberto Besouchet impôs seu direito de proprietário da *Tribuna do Povo* ao círculo “*liberal*”. A reação foi imediata, pois os elogios a Severiano de Rezende eram intoleráveis para alguns “*liberais*”. Se Alberto Besouchet não esperava o racha, ou se estava endividado demais para recusar qualquer publicação, ou se até pelo contrário já não se dava com os “*liberais*”, é coisa da qual temos poucas pistas:

*“Tendo quatro cavaleiros, assinantes desta folha, devolvido injustamente à esta redação o número passado, em consequência de ter saído à lume um ineditorial referente a candidatura do Sr. Severiano de Rezende à assembléia provincial, somos forçados a dar publicidade ao programa com que se apresentou na arena jornalística o nosso órgão de imprensa.*

*Precisamos do apoio de todos os créditos políticos; pois, não é só com palavras e arrufos que se sustentam um jornal, cujo caráter até hoje tem sido*

<sup>880</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 21 de Janeiro de 1882. Ano V. Número 45.

<sup>881</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 15 de Janeiro de 1882. Ano I. Número 36. Caixa 191. Iphan.

<sup>882</sup> *Idem*.

<sup>883</sup> *Idem*.

*conceituado.*”<sup>884</sup>

Esse último parágrafo sugere que a *Tribuna do Povo* tinha dificuldades de se sustentar, e talvez por isso tenha aceito os textos “*conservadores*”. Sobre um dos “*quatro cavaleiros*”, uma longa citação da *Tribuna do Povo* nos dá informações e ao mesmo tempo o faz sobre as lutas internas dos “*liberais*”:

*“Entre os cavalheiros indignados, que devolveram as folhas, figura o distinto advogado Vicente de Paula Teixeira, o que muito nos admiramos de S.S. fazer greve contra nós.*

*O Sr. Vicente, mesmo despeitado, é o menos competente para vociferar contra esta folha, porque, deve na sua reminiscência esclarecida lembrar-se, que apresentou-se candidato a deputação provincial na entre-véspera de proceder-se a eleição, prejudicando, dest’arte, os seus correligionários em primeiro escrutínio.*

*Consta-nos, que o Sr. Vicente Teixeira dissera, que se apresentaria candidato por pagode, e que tinha consciência de não ser eleito, e com o seu pagode, fez com que o Sr. Severiano fosse o segundo votado no primeiro escrutínio.*

*Hoje, diz publicamente o ilustre Sr. Vicente que não tem partido, e que filiou-se nas abençoadas fileiras da neutralidade.*

*Não nos admiramos, porque vimos grande número de liberais desertarem de seu regimento, nas ocasiões críticas das eleições, afim de votarem com o partido diametralmente oposto!*

*À vista de tantos fatos que revoltam e estão no domínio do público, dizemos com toda sinceridade e pesarosos: - Cubra-se de crepe a bandeira do partido liberal de S.João del-Rei.*<sup>885</sup>”

Sabemos quem foi mais um dos “*quatro cavaleiros*”, e estranho seria que ele não devolvesse a *Tribuna do Povo*, que dele fala dois meses depois, “*nosso amigo e antigo colega de redação o Sr. Francisco Pinheiro.*”<sup>886</sup> Era um inimigo de Severiano de Rezende já há alguns anos. Ou seja, os dois que ficaram responsáveis pela *Tribuna* durante a viagem de Besouchet afastaram-se dessa folha. Dos outros dois não temos notícias, se é que se resumiam mesmo a dois, mas deviam ser igualmente influentes dentro do “*partido liberal*”, pois fato é que entre a *Tribuna do Povo* e boa parte desse partido aconteceu um divórcio. O número 1 do ano II já não defendia os “*liberais*”, e publicava em seu cabeçalho, “*Completa neutralidade nas lutas dos partidos políticos.*”<sup>887</sup> Justificava-se:

*“Não somos apologistas dos jornais partidários, porque ordinária e*

<sup>884</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 5 de Fevereiro de 1882. Ano I. Número 38. Caixa 191. Iphan.

<sup>885</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 5 de Fevereiro de 1882. Ano I. Número 38. Caixa 191. Iphan.

<sup>886</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 26 de Abril de 1882. Ano II. Número 3. Caixa 191. Iphan.

<sup>887</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 1º de Abril de 1882. Ano II. Número 1. Caixa 191. Iphan.



*invariavelmente só tratam de descobrir, notar e apregoar erros e faltas dos contrários, e jamais se apresentam sob o cunho da imparcialidade, com que o jornalista deve encarar e profligar os erros e defeitos públicos.*<sup>888</sup>

A opinião do *Arauto de Minas* sobre o incidente é para nós mais interessante que o episódio inteiro, pois oferece uma explicação, que devia ser dominante entre os “conservadores” de São João del-Rei, sobre a curta duração das folhas “liberais” de então, visto que a *Tribuna do Povo*, desde o ressurgimento da imprensa “liberal” de São João del-Rei em 1876, já era o quarto título de um jornal desse partido:

*“Pretexto ridículo – Levantaram grande celeuma nos arraiais do partido liberal S. Joanense os dois artigos que acima transcrevemos da Tribuna do Povo, sobretudo o do noticiário em que ao Redator da nossa folha foram dirigidas algumas frases amistosas.*

*Sentimos sinceramente que o sr. Besouchet, levado pelo seu gênio de provada independência e louvável imparcialidade seja por esse motivo prejudicado, pois consta-nos que alguns assinantes da Tribuna lha devolveram.*

*Quem há, porém, em S. João del-Rei que acredite ser a publicação de tais artigos a razão verdadeira da pequena vingança, que fingem infligir ao Redator da Tribuna.*

(...)

*O grande partido liberal desta cidade já sustentou suas folhas políticas além das épocas eleitorais?*

(...)

*Como havia agora de manter o periódico do sr. Besouchet, que, em seu programa, declarou-se imparcial e completamente despido de paixão partidária?”*<sup>889</sup>

Não acreditamos que a questão fosse tão simples, ou seja, que os “liberais” criassem suas folhas somente para a propaganda eleitoral, já com a certeza de depois encerrá-las. Há também que se considerar que as eleições aconteciam em épocas bastante incertas, quando faleciam parlamentares ou quando as câmaras geral ou provincial eram dissolvidas, dificultando uma política premeditada de fazer funcionar uma folha somente em época de eleições. Mas é possível que os “liberais” só conseguissem se unir em momentos especiais, como eleições. Assim, sem premeditar, despertados pelas eleições se reuniriam e somariam recursos para criar uma folha, mas dada a heterogeneidade do agrupamento, se separariam devido mesmo às eleições ou pela ausência destas.

Fato é que sem apoio dos “liberais”, a *Tribuna do Povo* definiu. No quinto número sem “partido liberal”, já anunciava seu desaparecimento em breve:

---

888

Idem.

889 *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 21 de Janeiro de 1882. Ano V. Número 45.

*“Notícia Original*

*Um jornal americano publicou sob o título – ‘notícia que nenhum outro jornal contem’ – a seguinte, que é realmente muito curiosa:*

*‘Demoramos a impressão do jornal, para dar a importante notícia que não temos mais papel, e que se nos acabou a tinta. Se nossos (ilegível) assinantes têm a mais pequena partícula de compaixão, corram pressurosos a pagar o que nos devem, para podermos continuar com a nossa publicação. Se o não fizerem, será esta a última folha que lhes mandaremos, pois estamos cansados de escrever de graça e de recrear o público à nossa custa, etc.’*

*Lá e cá...<sup>890</sup>*

Talvez tenham existido ainda outras *Tribunas*, pois ainda em 28 de julho de 1882, o *Arauto de Minas* publicou um anúncio de mais uma obra de Alberto Besouchet, *Os Typos de S. João del-Rei*, que estaria sendo vendida na tipografia da *Tribuna do Povo*. Mas devemos esclarecer que isso bem podia ser uma “*mofina*” do *Arauto*, visto que podia referir-se à venda dos tipos da tipografia e usa a palavra “*opúsculo*”. E também, como as tipografias eram abertas semanas ou até meses antes de sair a primeira folha, bem podiam existir depois da última. Eis o anúncio que provavelmente era brincadeira do *Arauto*:

*“Os Typos*

*de*

*S. João del-Rei*

*Por*

*Alberto Besouchet*

*Brevemente sairá a lume este opúsculo*

*Preço de cada volume ... 2\$000*

*Assina-se na Tipografia do Tribuna do Povo.”*

Portanto, as primeiras eleições diretas para deputados representaram para o “*partido liberal*” de São João del-Rei uma derrota para deputado geral, um empate (um deputado de cada partido) para a assembléia provincial, divisões internas e a perda de sua folha periódica. É interessante perceber que o “*partido liberal*” dividiu-se em relação à *Tribuna do Povo*, pois encontram-se “*liberais*” anunciando antes e depois da ruptura de quatro chefes desse partido com Alberto Besouchet.

Antes das eleições, a reclamação da *Tribuna* sobre a nova lei eleitoral era que “*O número de eleitores é limitadíssimo.*”<sup>891</sup> Entre outros motivos por que a nova lei eleitoral não permitia procuradores para buscar títulos eleitorais, o que dificultaria as coisas para os eleitores da roça, produzindo “*considerável limitação ao número dos eleitores alistados, já*

<sup>890</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 18 de Maio de 1882. Ano II. Número 5. Caixa 191. Iphan.

<sup>891</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 7 de Agosto de 1881. Ano I. Número 18. Iphan. Caixa 191.

*tão reduzidos pelas excêntricas opiniões de magistrados partidários.*<sup>892</sup>

A avaliação da *Tribuna* sobre a nova lei eleitoral depois das primeiras eleições foi que:

*“A cabala pública desenfreada, as aviltantes transações e transigências com indivíduos das últimas camadas sociais, as cenas de sangue e outros episódios impróprios de um país civilizado, acabaram-se; porém ainda temos na nova lei uma grave imperfeição que cumpre remediar.*

*A dificuldade de prova para o alistamento, faz com que cidadãos qualificados deixem de tomar parte nos comícios públicos, não podendo dar uma prova cabal de sua renda ou posição social.*

(...)

*A primeira experiência provou evidentemente que, se por um lado evitaram-se as sanguinolentas cenas apontadas, continuam as imorais transações.*<sup>893</sup>

Depois de romper com o “partido liberal”, a *Tribuna* também adotou postura contra o segundo turno, do qual foi vítima.

Em seu ano II, sem os “liberais”, a *Tribuna* definiu, deu poucos números e desapareceu. Sua tipografia seria usada pelo *Luzeiro*, de Horácio Bomtempo, que se associara a Alberto Besouchet nos últimos números da *Tribuna do Povo*.

Nas eleições, realmente venceram João Luiz de Campos e Severiano. Aliás, em toda a província, houve uma tendência ao equilíbrio dos partidos na provinciais, resultante não somente da não intervenção das tropas do governo, mas também do formato dessas eleições, com duas vagas por distrito, um voto por eleitor e dois turnos, obrigando cada partido a concentrar votos em um candidato<sup>894</sup>.

## 11. A ausência do debate sobre os agregados

Diversos autores destacaram a relação entre a reforma eleitoral de 1881 e o objetivo de livrar os fazendeiros da necessidade de muitos agregados. Graham citou o filho de Lacerda Werneck que afirmou que: “*Os grandes possuidores do solo consentem ainda os agregados, porque nosso sistema eleitoral assim o reclama.*”<sup>895</sup> Também comentou o Congresso Agrícola de 1878, no qual o debate sobre reforma eleitoral veio a tona, e um dos participantes defendeu a reforma eleitoral por que “*os fazendeiros deixarão de conservar e alimentar em suas terras inúmeros agregados, que não se dão ao trabalho contando com os celeiros das fazendas*

<sup>892</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 31 de Julho de 1881. Ano I. Número 17. Iphan.

<sup>893</sup> *Tribuna do Povo*. São João del-Rei. 26 de Abril de 1882. Ano II. Número 3. Caixa 191. Iphan.

<sup>894</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 16 de Fevereiro de 1882. Ano V. Número 48.

<sup>895</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. RJ: Editora UFRJ. 1997. Pág. 144.

*mediantes seu voto.*<sup>896</sup> Também José Murilo de Carvalho comentou esses debates:

*“A redução do eleitorado a um mínimo era também do interesse dos proprietários rurais. Nos debates dos congressos agrícolas de 1878, vários agricultores se pronunciaram a favor da eleição direta com exigência de renda, argumentando que o nível de participação existente tornava o processo eleitoral excessivamente oneroso para os proprietários, pois se viam obrigados a manter sob sua proteção grande número de votantes que não lhes interessavam como mão-de-obra. Segundo um fazendeiro de Minas Gerais, milhares de ociosos eram mantidos nas propriedades por interesses eleitoral.”*<sup>897</sup>

E mostrou os dados de Formiga, onde empregados rurais, artesãos e empregados no comércio somavam 70% do eleitorado<sup>898</sup>. Não duvidamos que a situação fosse análoga no 6º distrito, mas em suas folhas não encontramos nem defesas nem ataques à reforma eleitoral de 1881, nem antes nem depois da mesma, relacionando-a diretamente à questão dos agregados. Aconteceram acusações da exclusão da maioria dos eleitores, mas sem referências às suas condições. A questão dos agregados, porém, tomou as páginas da imprensa de São João del-Rei, em 1884, sem referências à lei eleitoral, e curiosamente mostrando que os fazendeiros dessa região tinham outros motivos para mantê-los em suas terras.

Segundo a *Gazeta*, os agregados seriam um entrave à adoção do sistema de parceria:

*“Mas para adotar-se o sistema de parceria, para que ele seja bem aproveitável, e para que todos convençam-se em pouco tempo da sua superioridade sobre qualquer que até hoje tenha sido adotado, é necessário primeiramente dar-se cabo dos agregados que são uma das causas principais da falta de braços à lavoura, e mesmo o seu maior atraso.”*<sup>899</sup>

A reforma eleitoral de 1881 tornou a figura do agregado menos necessária nas lutas políticas, e permitiu à *Gazeta Mineira* dizer que tratava-se de um “*verdadeiro parasita*”<sup>900</sup>. A expulsão dos agregados, como é lógico, os obrigaria a procurar trabalho, talvez como parceiros em outra fazenda. Mas é interessante notar que não eram os fazendeiros da região que estavam sentindo a necessidade de se livrarem dos agregados, e que a lei de 1881 não teve o efeito imediato de expulsar essa gente das terras. Em outras palavras, nos debates anteriores a essa reforma não deixaram de tocar no assunto dos agregados por que fosse delicado, mas

<sup>896</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. RJ: Editora UFRJ. 1997. Pág. 145.

<sup>897</sup> CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. Pág. 396.

<sup>898</sup> Idem. Pág. 396.

<sup>899</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 23 de Setembro de 1884. Ano I. Número 50. Arquivo do Iphan.

<sup>900</sup> Idem.

por que de fato não o tinham como problema eleitoral, e não sentiam as eleições como problema econômico.

Imaginamos duas explicações para essa diferença entre o 6 ° distrito e os fazendeiros do Congresso Agrícola. Primeira, que é mais um caso em que se manifestaram, por algum motivo, diferenças regionais. Segunda, que o partido que em São João del-Rei posicionava-se em defesa dos fazendeiros era o “*conservador*”, que era contra a reforma eleitoral. As folhas do “*partido liberal*”, acentuadamente urbanas, não estavam preocupadas com agregados.

## 12. As eleições posteriores a 1881

Em 1881, Saraiva retirou as tropas de perto das urnas e todos eram novatos dentro das novas regras, de forma que as eleições foram exemplares, mas as eleições provinciais do final de 1883 e início de 1884 já voltaram a sofrer denúncias, mesmo sem necessidade de tropas. Nas primeiras eleições provinciais da nova lei, como cada distrito elegia dois deputados, houve uma tendência ao equilíbrio partidário na Assembléia Legislativa Provincial. Mas as eleições debatidas nos primeiros dias de 1884 ajudam a compreender o por que das reclamações contra os segundos escrutínios.

João Luiz de Campos, chefe “*liberal*” de Prados, paróquia do município de São José del-Rei, elegeu-se já no primeiro turno, com mais de 506 votos<sup>901</sup>, ficando para disputar a outra vaga dois candidatos “*conservadores*”, o segundo e terceiro mais votados, Severiano Nunes de Rezende e Amâncio Castanheiras que tiveram respectivamente 323 e 48 votos. O outro candidato “*chimango*” ficou com 45 votos. O “*partido liberal*”, sem um candidato próprio, decidiu derrotar o redator do *Arauto de Minas*, e alinou-se todo com Castanheiras, como denunciou a folha “*casuda*”:

*“Levanta-se em peso o partido liberal; o diretório liberal, o presidente da província, o promotor público e agentes do governo expedem circulares; O deputado João Luiz deixa os lares, monta a cavalo e percorre paróquias, despacha portadores por toda a parte: Ao partido liberal agrega-se uma fração do partido conservador, - irmãos, tios, parentes e amigos do candidato Castanheiras, ao todo uns 76 votos conservadores...”*<sup>902</sup>

Também o *Luzeiro* ficou ao lado de Castanheiras, embora tenha depois criticado a lei

<sup>901</sup> *Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Novembro de 1883. Ano VII. Número 34. Arquivo do Iphan.

<sup>902</sup> *Arauto de Minas*. São João del-Rei. 10 de Janeiro de 1884. Ano VII. Número 38. Arquivo do Iphan.

eleitoral que permitia tais manobras, e concordado com o *Arauto de Minas* na defesa da supressão do segundo turno<sup>903</sup>. É importante a informação do *Luzeiro* a respeito do funcionamento das eleições posteriores a 1881 em São João del-Rei:

*“Se por um lado evitamos com a nova lei os cacetes e as imorais cenas que tanto desprestigiavam o antigo sistema, por outro criaram-se novas lutas, mais prejudiciais e perigosas para a sociedade, que se sente abalar com a intriga, as mesquinhas represarias e outros ataques produzidos pelo ódio e despeito.”*<sup>904</sup>

A explicação dos “liberais” para moverem-se contra Severiano, que nos deixaram os chefes “chimangos” de Bom Sucesso em uma circular, também foi bastante comum, típica da luta entre os dois grandes partidos do Império:

*“Ilmo. Snr.*

*Tendo sido eleito em 1 ° escrutínio, na eleição, a que se procedeu a 5 do corrente mês para deputados provinciais, o nosso distinto correligionário, o Ten. Cel. João Luiz de Campos, entrando em 2 ° escrutínio, os candidatos Severiano Nunes Cardozo de Rezende e Amâncio Gonçalves Castanheira, empregado público residente nesta cidade, o primeiro é redator do Arauto de Minas e tem feito a situação liberal tremenda oposição na assembléia provincial, ao passo que o Sr. Castanheiras é conservador moderado e de idéias progressistas, pelo que a sua candidatura é simpática do partido liberal.*

*Parece-nos que V. S. deve empregar todos esforços, pelo triunfo deste candidato. Somos com estima e consideração,*

*De V. S.*

*Correligionários Amg. Obr.*

*Carlos Candido de S. Cahé.*

*José Augusto de Castro.*

*Joaquim Alvarenga.*

*Rodolpho de Freitas Mourão.*

*Américo de Souza Monteiro.”*<sup>905</sup>

Os “liberais” comemoraram a vitória do sr. Castanheiras como de seu partido, conforme reclamação de Severiano:

*“Expedição de diploma – Foi pela Junta Apuradora deste distrito expedido a 23 do mês p. o diploma de deputado provincial ao Sr. Amâncio Castanheira.*

*À noite em sinal de regozijo subiram ao ar alguns foguetes, todos acintosamente dirigidos para nossa residência.*

*Em menos de 10 minutos reuniu-se às portas de nossas oficinas perto de 100*

<sup>903</sup> *Arauto de Minas*. São João del-Rei. 10 de Janeiro de 1884. Ano VII. Número 38. Arquivo do Iphan.

<sup>904</sup> *Idem*.

<sup>905</sup> *Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Fevereiro de 1884. Ano VII. Número 40. Arquivo do Iphan.

*amigos, prontos a repelir qualquer insulto e prestando-nos todo o apoio.”<sup>906</sup>*

E a confusão não terminou! Os “*conservadores*” resolveram realizar uma manifestação de desagravo, com uma passeata até a residência de Severiano, que lhes ofereceu “*um copo d’água*” e depois saiu com eles:

*“Depois desfilou pela rua Duque de Caxias o préstito a frente do qual ia o alvo da manifestação, cercado de pessoas de todas as classes, médicos, empregados públicos, vereadores, importantes comerciantes, artistas e o Zé Povinho (no dizer da folha liberal) com o qual nos achamos sempre e cuja estima faremos por manter.*

*Ao som da música e troar de foguetes ergueram-se vivas ao Partido conservador, a união dos conservadores, ao redator do Arauto de Minas.*

*Ao passar por uma casa de bilhar, paredes meias com o Luzeiro, propriedade de Francisco Bernardo de Alvarenga, das janelas foram arremessadas contra o povo grande porção de cal, garrafas e pedras. Geral indignação produziu tão insólita provocação; o povo reagindo fez em pedaços as janelas do sobrado, e já invadia a casa, para tirar desforro das ofensas; sendo obstado pelo Dr. Balbino da Cunha...”<sup>907</sup>*

As casas de Francisco Bernardo de Alvarenga e de Francisco de Paula Pinheiro, dois chefes “*liberais*” provavelmente envolvidos nesse ataque seriam nos dias posteriores vítimas de atos de vandalismo, de forma que a luta entre os partidos, tendo se tornado pessoal, parecia eterna, e enchia as colunas dos jornais.

As eleições de 1884 e 1886, segundo Graham, sofreram acusações de qualificações ilegais, atuação de fósforos e tumultos<sup>908</sup>. Dedicamos um capítulo a 1884, que portanto não precisamos tratar aqui. Já as eleições de 1886, as primeiras com a nova lei sob governo “*conservador*”, somaram a falta de compromisso com a manutenção do status da lei criada pelos adversários, a uma mudança de situação partidária e ao calor da luta para abafar a onda abolicionista.

Em 1886, São João del-Rei passou por eleições de deputado geral, deputados provinciais, senador, vereadores e juízes de paz. Para todos essas era indispensável “*a qualificação eleitoral; ela só pode ser feita em Setembro e a ela se prendem os grandes interesses da política.*”<sup>909</sup> Um exemplo, para ajudar correligionários a requererem o título eleitoral, o “*partido liberal*” designou o ex-juíz municipal suplente Carlos Baptista de Castro,

<sup>906</sup> *Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Fevereiro de 1884. Ano VII. Número 40. Arquivo do Iphan.

<sup>907</sup> *Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Fevereiro de 1884. Ano VII. Número 40. Arquivo do Iphan.

<sup>908</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. RJ: Editora UFRJ. 1997. Pág. 264-265.

<sup>909</sup> *S. João D’El Rei*. São João del-Rei. 19 de Agosto de 1886. Ano I. Número 27. Iphan.

o rico negociante José Juvêncio Neves, o advogado e ex-delegado Vicente de Paula Teixeira e o professor Carlos Sânzio de Avellar Brotêro<sup>910</sup>.

Nas eleições de vereadores o “*partido liberal*” elegeu quatro de seus cinco candidatos, o que era quase metade da Câmara, e nenhum dos dois partidos reclamou de nada. Nas eleições senatoriais esse partido venceu o governo. O *Liberal Mineiro* e o *S. João del-Rei* relacionaram sua vitória à causa abolicionista, com se vê no capítulo 7. É interessante perceber que a oposição venceu em eleições que segundo Graham sofreriam grande pressão do governo<sup>911</sup>. Não é o único exemplo.

Em 1889, sob o gabinete João Alfredo, o 6º foi um dos sete distritos mineiros em que venceu o Partido Republicano, tendo o “*partido conservador*” no governo vencido em oito e o “*liberal*” em cinco<sup>912</sup>. A própria *Pátria Mineira* utilizou as eleições para medir a força de seu partido, concluindo que este era mais fraco no 17º distrito, no 19º, no 20º e no 1º distritos. Nos três primeiros, a culpa seria da distância, e no último, ou seja no 1º distrito, a culpa seria dos próprios republicanos<sup>913</sup>. Apesar de ter vencido em mais distritos, o “*partido conservador*” estava rachado, de forma que os republicanos entraram na lista tríplice, o que teria assustado o monarca e resultado na volta dos “*liberais*”:

*“A realeza, emergindo-se da letargia mansa e pacífica, que havia-lhe proporcionado a sua política de mistificação, acordou aterrada diante do resultado da eleição senatorial, que ela considerou como o prenúncio de maiores coisas e sentindo-se abalada, tocou a rebete. Desprezando as normas parlamentares, mudou a situação política do país e organizou um ministério a sua feição e que operasse de acordo com as suas vistas e no interesse da dinastia.”*<sup>914</sup>

A *Pátria Mineira* fazia análises políticas acuradas das eleições. No Rio de Janeiro, por exemplo, Saldanha Marinho teve cerca de dois mil votos em uma eleição senatorial, e nas mesmas eleições:

*“O conselheiro Andrade Figueira, que é um vulto assaz definido da política monarquista, dirigiu uma circular-proclamação ao eleitorado fluminense, em que especificou de modo muito claro que o seu triunfo significaria a conservação da instituição da monarquia de Bragança.”*<sup>915</sup>

<sup>910</sup> *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 19 de Agosto de 1886. Ano I. Número 27. Iphan.

<sup>911</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. RJ: Editora UFRJ. 1997. Pág. 121.

<sup>912</sup> *A Pátria Mineira*. São João del-Rei. 11 de Julho de 1889. Ano I. Número 9. Iphan.

<sup>913</sup> Idem.

<sup>914</sup> *A Pátria Mineira*. São João del-Rei. 15 de Agosto de 1889. Ano I. Número 14. Iphan.

<sup>915</sup> *A Pátria Mineira*. São João del-Rei. 8 de Agosto de 1889. Ano I. Número 13. Iphan.



Mas “*Seu nome obteve pouco mais de mil e quatrocentos votos*”, de forma que “*A eleição senatorial do Rio de Janeiro deixou pois muito evidente para os pensadores de critério e boa fé que aquela província não fará a mínima oposição à proclamação da república.*”<sup>916</sup> Essa conclusão, que por vezes nos escapa, demonstra a importância da atuação em eleições para um partido político. O Senado era uma casa de quase totalidade monárquica, além de vitalícia por força da Constituição monárquica e seus membros eram escolhidos pelo Imperador em listas tríplexes. E *A Pátria Mineira* defendia que “*Não é pelas eleições, porém sim pela pressão constante da opinião pública, que a idéia republicana há de se converter em realidade no Brasil.*”<sup>917</sup> Mesmo assim, a participação nessas eleições valeu aos republicanos importantes vitórias políticas.

As eleições provinciais, ao contrário da polêmica do início de 1884, em 1886 foram tranqüilas. É interessante saber que em São João del-Rei Severiano perdeu 15 votos “*conservadores*” para Francisco José Coelho de Moura. Mesmo assim, confirmou-se a hegemonia “*cascuda*” nessa paróquia, pois Severiano teve 93 contra 56 do “*liberal*” João Luiz de Campos. Na Onça os vinte votos foram para João Luiz de Campos, e em Nazareth 32 foram de Severiano e dois de Coelho Moura, não sobrando nenhum para os “*liberais*”. Prados era a terra do candidato “*liberal*”, e como sempre deu quase todos seus votos ao seu partido. A paróquia de Ibituruna dividiu-se ficando nove a oito entre Severiano e João Luiz. No total, João Luiz de Campos teve 524 votos no 6 ° distrito, indo ao segundo escrutínio com Severiano de Rezende, que teve 517. Os “*conservadores*” não venceram por que deram 105 votos a Coelho de Moura, enquanto os “*liberais*” deram somente 46 votos a Jacinto Pinheiro<sup>918</sup>. Mas vencer e perder nesse caso são só palavras, por que os dois mais votados foram ao segundo escrutínio para disputar duas vagas!

Em comparação com os votos de João Luiz de Campos é que percebemos que nas eleições gerais o “*partido liberal*” continuava desunido. Na paróquia de São João del-Rei, o candidato “*liberal*” a deputado geral, o Barão de Ibituruna, teve 83 votos<sup>919</sup>, que foram mais que os 78 igualmente divididos por Galdino e Cassiano nas eleições de 1884. Porém, no distrito todo, teve somente 395 votos, contra os 508 de Aureliano Mourão<sup>920</sup>. Ou seja, mais de cem votos a menos que João Luiz.

---

<sup>916</sup> Idem.

<sup>917</sup> *A Pátria Mineira*. São João del-Rei. 22 de Agosto de 1889. Ano I. Número 15. Iphan.

<sup>918</sup> *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 15 de Dezembro de 1885. Número 1. Iphan.

<sup>919</sup> *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 18 de Janeiro de 1886. Ano I. Número 5. Iphan.

<sup>920</sup> Idem.

Foram eleições tensas, que levaram o *S. João del-Rei* a comentar sobre a votação nessa cidade que os votos de Ibituruna foram de “oitenta e três homens, que unidos foram às urnas.”<sup>921</sup> Essa mesma folha acusou os “conservadores” de fazer ameaças, “Ameaçar um empregado qualquer com demissão, dizendo-lhe: - 'Pense bem; depois não se arrependa.' será ou não forçar as convicções.”<sup>922</sup> Os “cascudos” responderam acusando o Barão de Ibituruna da mesma prática. Nas vésperas das eleições ele teria enviado ao candidato adversário e ao seu irmão a demissão dos cargos de diretores da escola João dos Santos, e uma carta ao “conservador” José Dias Raposo lhe pedindo que se abstinhasse de votar<sup>923</sup>. Não duvidamos das acusações de nenhum dos dois partidos.

Um parêntesis. É interessante constatar que entre os motivos levantados pelo *S. João del-Rei* para se apoiar Ibituruna estava o fato de ser rico e não precisar de dinheiro<sup>924</sup>. Não se trata de uma novidade, mas de uma continuidade de uma característica da gramática do poder sob a monarquia, pois o mesmo raciocínio foi encontrado por Wlamir Silva para a primeira metade do século XIX, por exemplo por parte do padre Marinho, que dedicou-se “quase obsessivamente a provar que” entre os rebeldes de 1842 estavam “os ricos proprietários, fazendeiros abastados, grossos negociantes, fortes capitalistas”<sup>925</sup>.

Voltemos às acusações “liberais”, que colocaram em questão a eficiência de sua própria reforma eleitoral, dizendo que “Quando, pela reforma eleitoral, foi garantida a plena liberdade do voto nas eleições a todos os cidadãos, esperava-se que fosse isto uma verdade; iludimo-nos, porém, porque o governo atual pôs em prática todos os meios para vencê-las.”<sup>926</sup>

Em Itambé, no Serro, foram usadas tropas, impedindo as eleições. Isso também aconteceu no 15º distrito, onde os “liberais” teriam sido impedidos de votar<sup>927</sup>. No 10º distrito, de Juiz de Fora, os “conservadores” teriam tentado o golpe dividindo a mesa apuradora e diplomando seu candidato<sup>928</sup>. Em Uberaba, os “liberais” também teriam sido impedidos de votar pela tropa sob comando do tenente Valamiel<sup>929</sup>. A derrota de Silviano

<sup>921</sup> *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 18 de Janeiro de 1886. Ano I. Número 5. Iphan.

<sup>922</sup> Idem.

<sup>923</sup> *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 25 de Janeiro de 1886. Ano I. Número 6. Iphan.

<sup>924</sup> *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 1 de Janeiro de 1886. Ano I. Número 3. Iphan.

<sup>925</sup> SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais (1825-1842). In: MOREL, Marcos, NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Neves, FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (Orgs.) *Historia e Imprensa: Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj. 2006. Pág. 57.

<sup>926</sup> *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 18 de Janeiro de 1886. Ano I. Número 5. Iphan.

<sup>927</sup> *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 2 de Fevereiro de 1886. Ano I. Número 7. Iphan.

<sup>928</sup> *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 10 de Fevereiro de 1886. Ano I. Número 8. Iphan.

<sup>929</sup> *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 17 de Fevereiro de 1886. Ano I. Número 9. Iphan.

Brandão no 12º distrito, de Pouso Alegre, teria sido também obra do governo<sup>930</sup>. E em outras províncias do império teria corrido sangue:

*“Assassinatos em Goiás, em Chique-Chique; pressão em todos os pontos do império; desrespeito ao maior garante das nossas prerrogativas o – habeas corpus -; soldadesca desenfreada pelas localidades, onde predomina a maioria liberal; aqui o furto de papéis eleitorais, ali a corrupção, mais além o assassinato!”<sup>931</sup>*

Apesar de tudo isso, em Minas Gerais elegeram-se seis deputados “*liberais*”.<sup>932</sup> E o *S. João del-Rei* também teve que confessar que o Chefe de Polícia dessa Província pronunciou delegados e o subdelegado de Pouso Alegre, além d’outros envolvidos nos incidentes eleitorais.<sup>933</sup> Assim como Saraiva esforçou-se nas eleições de 1881 por glorificar sua reforma, o “*partido conservador*” parece ter se esforçado em 1886 por desmoralizá-la, pois só foram eleitos em todo o país 22 opositoristas<sup>934</sup>.

Com a lei de 1881 tivemos as eleições gerais desse mesmo ano, de 1884, de 1886 e de 1889. Já vimos que ninguém pode reclamar do processo eleitoral de 1881, e desde a introdução sabemos que em 1884 a maioria “*liberal*” foi fictícia por que o governo perdeu. Em 1886, sob o “*partido conservador*” as tropas voltaram a se aproximar das urnas, e segundo Graham, os “*liberais*” de volta ao governo em 1889 não fariam diferente:

*“Segundo notícias, o último Congresso eleito sob um governo Liberal não teria praticamente nenhum deputado Conservador, se algum dia tivesse sido empossado; mas a derrubada do império impediu a demonstração da futilidade dessa legislação eleitoral.”<sup>935</sup>*

Devemos discordar. As eleições de 1889 tiveram no 6º distrito importância maior que as de 1884. Tendo São João del-Rei ficado nacionalmente famosa nesse mesmo ano pela recepção a Silva Jardim, a pedradas e tiros, e portanto ganhou a fama de baluarte monarquista, poucos meses depois desmentiu essa fama, dando ao republicanos uma vitória completa. O “*partido conservador*”, rachado em toda a província, teve dois candidatos no 6º distrito, Balbino da Cunha e Aureliano Mourão, e nenhum dos dois chegou ao segundo turno, ficando respectivamente com 117 e 305 votos. O Partido Republicano venceu no primeiro escrutínio

<sup>930</sup> *S. João D’El Rei*. São João del-Rei. 6 de Abril de 1886. Ano I. Número 15. Iphan.

<sup>931</sup> *S. João D’El Rei*. São João del-Rei. 13 de Abril de 1886. Ano I. Número 16. Iphan.

<sup>932</sup> *S. João D’El Rei*. São João del-Rei. 2 de Fevereiro de 1886. Ano I. Número 7. Iphan.

<sup>933</sup> *S. João D’El Rei*. São João del-Rei. 13 de Abril de 1886. Ano I. Número 16. Iphan.

<sup>934</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. RJ: Editora UFRJ. 1997. Pág. 111.

<sup>935</sup> Idem. Pág. 265.

com 556 votos para o ex-“*conservador*” de Oliveira Justiniano das Chagas mas sem maioria absoluta. Contudo, o candidato do “partido liberal”, Dr. Teixeira Guimarães, que ficou com 339 votos, chegou a filiar-se ao Partido Republicano, e participar de suas prévias, que perdeu, candidatando-se então pelo “*partido liberal*” do qual era membro há décadas. Isso motivou o *Arauto de Minas*, folha “*conservadora*” que insuflou e depois comemorou a agressões contra Silva Jardim, a comentar, “*Estamos, portanto, diante de dois candidatos republicanos.*”<sup>936</sup>

No segundo turno, importantes colégios “*conservadores*” votaram, pela primeira vez e última vez, em um candidato do “*partido liberal*”, em defesa da monarquia, mas mesmo assim o maioria dos votos foi do republicano, obrigando os governistas a dividirem a mesa eleitoral. Pela primeira vez, aconteceu em São João del-Rei o conhecido golpe da duplicação da diplomação de deputados. Como já se acusava desde 1884, a nova legislação eleitoral não era a prova de fraudes, mas por outro lado mostrou-se eficiente para provocar o debate político, mensurar crescimento e diminuição de forças, e avaliar a opinião das elites sociais. Das quatro eleições de deputado geral com a legislação de 1881, duas tiveram caráter plebiscitário, e foram importantes nas lutas políticas.

### 13. Conclusões sobre a reforma de 1881

A idéia simplista que ainda domina os livros didáticos, de que as eleições no Império não passavam de farsa não corresponde à opinião dos contemporâneos, para os quais elas valiam até a vida, nem à luta política que encontramos nos jornais, nas quais vitórias ou derrotas eleitorais significavam a manutenção ou queda de um governo ou até de uma situação. Reformar a lei buscando “*a verdade eleitoral*” foi uma constante no 2º reinado, mas somente em 1889 um Presidente do Conselho de Ministros, Ouro Preto, falaria de voto para todos os homens alfabetizados. Em 1881, pelo contrário, mesmo sem elevar o senso, a participação caiu nas eleições, sendo qualificados eleitores na paróquia de São João del-Rei pouco mais que um quarto dos que antes podiam votar. Não encontramos em São João del-Rei nenhuma manifestação de protesto dos excluídos contra a nova lei, mas encontramos “*liberais*” não-excluídos denunciando a diminuição da participação eleitoral.

Agora, vamos estudar as eleições gerais que se seguiram às de 1881, mas não por precisar de mais um exemplo de eleição, mas por que correspondeu ao início de uma grande crise política, que levou à derrocada dos partidos que estudamos.

<sup>936</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 20 de Setembro de 1889. Ano XIII.

## Capítulo 6: A crise política de 1884

*“O parlamento, obedecendo às insistentes exigências da opinião, desfechou o primeiro golpe sobre a escravidão, promulgando, sob a regência do imortal Feijó, a lei de 7 de Novembro de 1831.*

*Uma lei de tal importância como que embriaga o espírito público de modo a este parecer, depois, entregar-se a uma calma indiferença pela idéia em cuja defesa combateu tão vigorosamente...”<sup>937</sup>*

Em 1884, mais uma vez a “opinião” exigia insistentemente um golpe sobre a escravidão, que nesse ano foi abolida no Ceará e no Amazonas. Os “liberais” estavam no governo desde 1878, com o programa, cumprido em 1881, de reforma eleitoral. Em 1882, sob a chefia de Paranaguá, o governo “liberal” adotou como programa, diante da pressão abolicionista, proibir o tráfico de escravos inter-provincial. Paranaguá não o conseguiu, foi substituído por Lafayette, outro “liberal”, que demitiu o presidente do Ceará quando este foi forçado a abolir a escravidão nessa província. Perdeu o apoio da maioria da Câmara, composta de seus próprios correligionários, e foi substituído por Dantas já em meados de 1884. Dantas foi o nome da crise. Uma crise nacional, que se avolumou nas duas províncias do norte que primeiro aboliram a escravidão mas estendeu-se até o sul. É interessante observar o que outros historiadores disseram sobre 1884.

Margaret Marchiori Bakos, estudando a luta entre abolicionistas e escravocratas no Rio Grande do Sul, registrou um “movimento libertário de 84” após o qual a escravaria reduziu-se com rapidez nessa província<sup>938</sup>. Ela diz, “No ano de 1884, a historiografia brasileira registra a extinção da escravatura no Amazonas e Ceará, bem como o forte movimento emancipador do Rio Grande do Sul.<sup>939</sup>” No extremo sul do Império, sentiu-se que “a libertação do Ceará e do Amazonas colocou a abolição da escravatura na ordem do dia.<sup>940</sup>” Em 7 de Setembro de 1884, o Centro Abolicionista de Porto Alegre anunciou extinta a escravidão nessa cidade, tendo sido libertados todos os escravos, alforriados por seus donos

<sup>937</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 19 de Maio de 1884. Ano I. Número 26. Iphan.

<sup>938</sup> BAKOS, Margaret Marchiori. *RS: Escravidão & Abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1982. Pág. 20-22.

<sup>939</sup> Idem. Pág. 110.

<sup>940</sup> Idem. Pág. 115.

ou comprados a estes para serem alforriados<sup>941</sup>. Poucos meses depois, esse movimento já teria libertado 68.703 escravos na província sulina, enquanto o Ceará tinha libertado 19.588 e o Amazonas 1.716<sup>942</sup>.

José Murilo de Carvalho nos apresenta um quadro geral que confirma as pesquisas de Margaret Marchiori Bakos e indica que no “*centro*”, que incluía Minas Gerais, o quadro foi um pouco diferente:

*“Os dados indicam que, a par de grande redução geral no número de escravos, acelerada após 1885, houve alterações em sua distribuição, com deslocamentos do norte e do sul para o centro, e mais manumissões no norte e no sul.”*<sup>943</sup>

Isso ajuda bastante a explicar por que a oposição “*liberal*” ao gabinete “*liberal*” de Dantas foi comandada sobretudo por “*liberais*” de Minas e São Paulo<sup>944</sup>. Notamos também que citou 1885, não relacionando diretamente o incremento do movimento abolicionista a 1884, assim como em outro trecho, no qual afirmou que um “*Aumento significativo de fugas, crimes e rebeldias só se verificou a partir da metade da década de 1880.*”<sup>945</sup> Não deixou, contudo, de estudar a crise política de 1884, e o que nos informa sobre um de seus momentos dramáticos é de extrema importância:

*“Todas as doze dissoluções da Câmara havidas durante o Segundo Reinado após o início do funcionamento do Conselho (de Estado) foram nele discutidas. Em dois casos houve empate na votação. Dos dez restantes, o imperador seguiu o voto da maioria em sete e divergiu em apenas três. Destes, em apenas dois a maioria tinha sido ampla: um em 1844, quando D. Pedro decidiu favorecer o Ministério liberal, o outro trinta anos depois, quando tentou apoiar o programa abolicionista de Dantas contra a oposição da Câmara liberal.”*<sup>946</sup>

Esse posicionamento de Pedro II teria sido um rompimento com a elite:

*“Quando o imperador, por exemplo, dissolveu a primeira Câmara eleita pelo voto direto por ter ela resistido aos planos abolicionistas do Ministério, ele violou, na visão da elite, ao mesmo tempo a ficção do sistema representativo e a realidade da representação da Câmara.”*<sup>947</sup>

<sup>941</sup> Idem. Pág. 116.

<sup>942</sup> Idem. Pág. 117.

<sup>943</sup> CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. Pág. 316.

<sup>944</sup> Idem. Pág. 224.

<sup>945</sup> Idem. Pág. 308.

<sup>946</sup> Idem. Pág. 360.

<sup>947</sup> Idem. Pág. 421.

Com José Murilo de Carvalho também aprendemos que os atritos entre o Gabinete Dantas e os grandes fazendeiros não se limitaram ao abolicionismo. Ele também tentou, em 1884, criar um imposto territorial, sendo derrotado por 56 a 47<sup>948</sup> em uma Câmara com 60% de seu partido.

Dissolvida a Câmara no inverno, ficou marcada a eleição seguinte para o verão. Caso raro, o governo foi derrotado nessas eleições. Richard Graham, que estudou o clientelismo e os maquinismo eleitorais, e não mostra em seu estudo nenhuma dúvida da eficácia dos mesmos nas mãos de um governo decidido, considera que Dantas usou essas armas:

*“Essa derrota, mesmo com a estreita supervisão da eleição pelo Gabinete de Dantas, reflete a incapacidade do sistema político para tratar das questões sobre as quais se dividiam os proprietários agrários.”<sup>949</sup>*

A Câmara eleita derrubou o projeto Dantas, e junto o próprio Gabinete, e quem sabe a monarquia, por 52 a 50 votos. Sim, a monarquia sofreu até nas urnas, pois nessas eleições, Graham também notou que *“Até mesmo um Partido Republicano organizado em 1870, conseguiu obter uma pequena representação parlamentar em 1884.”<sup>950</sup>* A eleição de uns poucos deputados, contudo, era somente uma amostra do que acontecia. Um testemunho do republicano Sebastião Sette nos permite observar o que essas vitórias eleitorais refletiam:

*“Cumpre-nos a esta notícia acrescentar que a pequena e pobre freguesia de Santa Cruz do Escalvado, do município de Ponte Nova, é republicana desde o ano de 1868.*

*Desta data em diante o redator desta folha teve a honra de militar ativamente na política daquela localidade e pôde assim verificar... e quem sabe se contribuir para o que hoje afirma?*

*Persuadidos naqueles tempos de que o partido liberal desta província marchava sem hesitação para a república sob o glorioso estandarte de Tiradentes, os eleitores de Santa Cruz conservaram-se reunidos ao mesmo até o ano de 1884.”<sup>951</sup>*

Nesse anos, diferentes partes da sociedade e do estado se abalaram. Faoro, ao tratar dos atritos entre militares e a monarquia, comentou que em:

<sup>948</sup> CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. Pág. 346.

<sup>949</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. RJ: Editora UFRJ. 1997. Pág. 228.

<sup>950</sup> Idem. Pág. 104.

<sup>951</sup> *A Pátria Mineira*. São João del-Rei. 18 de Julho de 1889. Ano I. Número 10. Iphan.

“1884, o desentendimento complica-se com a solidariedade militar, estimulada pela Escola Militar, sob a sombra de um nome que começa a erguer-se, Benjamin Constant. Ainda uma vez Sena Madureira está no centro dos acontecimentos, ao repelir a censura do ajudante-general do Exército, por haver tributado calorosa manifestação, com alunos e camaradas, ao símbolo do abolicionismo cearense, o jangadeiro Francisco do Nascimento.”<sup>952</sup>

E também Werneck nos fala de 1884 em sua *História da Imprensa no Brasil*:

“O movimento abolicionista, em 1884, alcança vitória de grande repercussão: a província do Ceará extingue o cativo em seu território. Resultara da mobilização das camadas populares, os empregados do comércio, os trabalhadores de terra e do mar, os heróicos jangadeiros que paralisaram o tráfico negreiro interprovincial, recusando-se a transportar escravos, os intelectuais, com o jornal *O Libertador* à frente, como órgão da Sociedade Cearense Libertadora. O acontecimento foi amplamente comentado pela imprensa abolicionista de todo o país e motivou a multiplicação de órgãos que se batiam pela causa libertadora.”<sup>953</sup>

Devemos acrescentar que não havia somente um esforço para publicar folhas, mas também para facilitar sua leitura. Só em 1884, a *Gazeta Mineira*, de São João del-Rei, informou a criação de três gabinetes de leituras, ou com esse nome mesmo, como o de Santa Ana do Sapé, no município de Ubá<sup>954</sup>, ou com nomes mais pomposos, como o Grêmio Democrático Literário de Limeira<sup>955</sup> e o Club Literário Bernardo Guimarães<sup>956</sup>, de Espírito Santo do Pinhal, em São Paulo. O que essas organizações pediam às redações era que enviassem exemplares gratuitamente. Na região do 6º distrito eleitoral de Minas Gerais, encabeçado por São João del-Rei, prova dramática da ansiedade de participar do debate político, surgiu no então arraial da Lage, atual Resende Costa, *O Lagartixa*, “*periódico manuscrito, crítico e noticioso*”<sup>957</sup>. Destacamos a palavra “*manuscrito*”!

Em 1884, circulavam em São João del-Rei o *Arauto de Minas*, o *Luzeiro*, e logo no dia 1º de Janeiro surgiu a *Gazeta Mineira*. Em Outubro, em meio já à crise política, surgiu uma quarta folha em São João del-Rei, *O Destino*, “*de pequeno formato, bimensal, noticioso e*

<sup>952</sup> FAORO, Faymundo. *Os Donos do Poder*. Vol. 2. São Paulo: Globo; Publifolha. 2000. Pág. 86-87.

<sup>953</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1966. Pág. 271.

<sup>954</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 3 de Fevereiro de 1884. Ano I. Número 7. Todos os exemplares da *Gazeta Mineira* aqui citados estão no Arquivo Histórico sob guarda do Iphan em São João del-Rei..

<sup>955</sup> *Gazeta Mineira*. 5 de Julho de 1884. Ano I. Número 34.

<sup>956</sup> Idem.

<sup>957</sup> *Gazeta Mineira*. 15 de Outubro de 1884. Ano I. Número 56.



*literário*”, cujo editor era Possido B. de Medeiros<sup>958</sup>. Não sabemos se *O Lagartixa* e *O Destino* chegaram a mais de um número, não temos nenhuma informação sobre os redatores do periódico de Lage, nem sobre quem foi Possido de Medeiros, nem encontramos nenhuma dessas duas folhas, mas elas marcam um pico de imprensa em 1884<sup>959</sup>.

Como se nota 1884 teve repercussões nas ruas, nos parlamentos, na imprensa, nos quartéis e também sobre nosso objeto de estudo, os círculos políticos, ou como se auto denominavam, os partidos. O estudo da composição, das ações, dos discursos, das lutas dos partidos “*conservador*” e “*liberal*” de fato é uma coisa até 1884 e outra depois, quando tudo parece se complicar, multiplicando-se as opiniões, os círculos, e portanto as folhas, o que lemos como crescimento do volume e da riqueza dos embates políticos.

No 6º distrito, 1884 iniciou-se naturalmente com as brigas renhidas entre “*casquados*” e “*chimangos*” pelas cadeiras parlamentares do 6º distrito. O gabinete Paranaguá tinha proposto elevar as verbas do Fundo de Emancipação, e Lafayette no governo entrou propondo a localização dos escravos, ou seja, proibir o comércio inter-provincial<sup>960</sup>. Porém os “*conservadores*” de São João del-Rei evitavam esse assunto, mesmo por que essas propostas eram pequenas partes de grandes programas de governo, que não tinham saído do papel com Paranaguá e estavam no mesmo caminho com o gabinete Lafayette. A *Gazeta Mineira*, por sua vez, evitava ambos os assuntos, ou seja, tanto as lutas partidárias quanto a “*questão do elemento servil*”, pois em ambos os casos temia mostrar-se parcial. Mas os acontecimentos de 1884 obrigariam a imprensa de São João del-Rei a mudar de linha editorial.

### **1. A imposição da “*questão do elemento servil*”**

De fato, era a sociedade que mudava, conforme destacamos em negrito nesse anúncio:

*“Teatro – Realiza-se no próximo domingo o espetáculo, de que já falamos, dado pela S. Dramática particular em benefício da liberdade da escrava Severina.*

*(...)*

***Nunca se promoveu, nesta cidade, um benefício para tão nobre fim como a este...***

*O espetáculo começará depois de terminada a festividade religiosa que, nesse dia, se celebra na igreja de N. S. das Mercês.”*<sup>961</sup>

---

<sup>958</sup> Idem.

<sup>959</sup> Ver gráfico 1.

<sup>960</sup> *Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Fevereiro de 1884. Ano VII. Número 40. Arquivo do Iphan.

<sup>961</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 14 de Fevereiro de 1884. Ano I. Número 10. Arquivo do Iphan.

Nesse espetáculo, que não foi muito concorrido mesmo por que choveu, que era a morte de todos os espetáculos em São João del-Rei, João Netto, chefe das oficinas da *Gazeta Mineira*, distribuiu uma poesia imprensa dedicada à beneficiada<sup>962</sup>. Ainda no primeiro semestre de 1884, outra companhia teatral, por outro motivo, fez eco ao movimento nacional, pois entre as peças apresentadas pela Cia. de Couto Rocha, de passagem por São João del-Rei, incluía-se *A cabana do Pai Thomaz*. A *Gazeta* comentou que “*O drama é, como o romance, uma obra de propaganda relativamente à escravidão, e, portanto, de palpitante atualidade.*”<sup>963</sup> O teatro ficou cheio, e o espetáculo, que foi muito aplaudido, terminou depois da meia noite<sup>964</sup>. A companhia teatral resolveu repetir a peça:

“...repetiu-se, Domingo, A Cabana do pai Thomaz.  
Correu a representação como na primeira vez.  
A concorrência foi mais que regular: houve bouquets de flores, muitos aplausos, chamados à cena, e até chapéus atirados ao palco, no fim do espetáculo, por alguns espectadores da primeira ala de cadeiras.”<sup>965</sup>

Mas da sociedade toda, e não somente de seus artistas, surgiam novidades que atropelavam os chefes políticos e redatores de folhas, e por mais interesse que as redações tivessem em não precisar tratar de assunto tão delicado, era impossível, por exemplo, aos “*conservadores*” não reclamarem das perdas de seus correligionários:

“...toda a violência feita a essa propriedade pelas associações abolicionistas do Ceará e outros pontos, que está subtraindo escravos ao domínio de seus senhores, e que sem audiência destes os vão alforriando por preços ridículos, constitui um verdadeiro atentado punível pelas nossas leis criminais.”<sup>966</sup>

E absurdo seria para uma folha, sobretudo como a *Gazeta Mineira*, que pretendia não ser “*cascuda*” nem escravocrata, não informar que a escravidão fora abolida em uma parte do Império:

“*Província do Ceará – No dia 25 deste mês completou a província do Ceará a libertação de seus escravos.*  
*De que ingentes esforços não foram precisos para, em tão pouco tempo, conseguir*

<sup>962</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 21 de Fevereiro de 1884. Ano I. Número 11. Arquivo do Iphan.

<sup>963</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 17 de Abril de 1884. Ano I. Número 19. Iphan.

<sup>964</sup> Idem.

<sup>965</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 1 de Maio de 1884. Ano I. Número 22. Iphan.

<sup>966</sup> *Arauto de Minas*. São João del-Rei. 23 de Fevereiro de 1884. Ano VII. Número 43. Arquivo do Iphan.

*esta briosa província dizer: aqui são todos livres!  
Ninguém deixará de congratular-se com o Ceará pelo nobilíssimo ato, que acaba de realizar, e já esta província não tem de recear-se de coisa alguma, quando vier a resolução definitiva deste importante problema, resolução fatal, e, que pela marcha dos acontecimentos, não se fará esperar muito.  
Este fato tem provocado entusiásticos e brilhantes festejos, tanto na capital dessa província, como na Corte.”<sup>967</sup>*

Note-se porém o verbo “*completou*”, que não corresponde a “*aboliu*”, que é o que devia ter sido usado. E de outros cantos do Império, como de São Paulo, apareciam notícias de crescimento do movimento abolicionista:

*“Sabem que o saimento de Luiz Gama – do grande Luiz Gama – foi um dos mais, se não o mais imponente, que se tem visto neste país.  
Se mil outros sinais de peserosa homenagem não fossem dados ao ilustre morto, bastava para tornar soleníssima a lúgubre cerimônia, o número de pessoas de todas as classes sociais, que acompanharam os restos do benemérito cidadão... Excedia a quatro mil.  
X., que é um alho, assistiu também ao enterro. Chegando à casa perguntaram-lhe alguns rapazes:  
- Olá, doutor, conta-nos como foi a coisa.  
- Admirável, espantosa, respondeu X.: nem o enterro do governo seria assim!”<sup>968</sup>*

De várias províncias chegavam jornais abertamente abolicionistas. Da Corte chegava a notícia de “*nos debates parlamentares tão recentemente encetados, terem quase todos os deputados, que hão ocupado a tribuna, abundado em considerações referentes a essa grave matéria.*”<sup>969</sup> Isso ainda em Maio. Logo a imprensa teve que tratar cada vez mais do assunto, e mostrava-se apreensiva, pois segundo a *Gazeta*, “*os mais fogosos abolicionistas atiraram-se ao campo com um denodo admirável, conseguiram a liberdade de uma importante província.*”<sup>970</sup> Por outro lado, “*cansados os lavradores de esperarem a intervenção dos altos poderes públicos nesse negócio, e sem ao menos conhecer-lhes o pensamento sobre isso, começam a mover-se no claro intento de obrarem, resistindo à onda que impetuosa os ameaça.*”<sup>971</sup> Na Corte, “*Na fala do trono tocou o gabinete na questão servil...*”<sup>972</sup> Semanas depois a *Gazeta* praticamente se repete, confirmando que “*De uma lado avoluma-se*

<sup>967</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 27 de Março de 1884. Ano I. Número 16. Iphan.

<sup>968</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 1 de Abril de 1884. Ano I. Número 17. Iphan. Luiz Gama era um célebre abolicionista, famoso por sua enorme série de Ações de Liberdade, cuja primeira foi a sua própria, uma vez que seu pai era livre.

<sup>969</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 19 de Maio de 1884. Ano I. Número 26. Iphan.

<sup>970</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 6 de Maio de 1884. Ano I. Número 23. Iphan.

<sup>971</sup> Idem.

<sup>972</sup> Idem.

*extraordinariamente a onda abolicionista; de outra criam-se por toda a parte clubs de lavradores, com o fim de resistirem energicamente à impetuosidade da corrente.*<sup>973</sup> A conclusão era que o governo precisava fazer alguma coisa. A *Gazeta* pedia “*Venham medidas, sejam elas quais forem, contanto que tranqüilizem o espírito público.*”<sup>974</sup>

## 2. A proposta do Ministério Dantas

Tranqüilidade ao espírito público é o que o país não mais teria durante vários anos, sobretudo a partir do dia 3 de Junho de 1884:

*“Na seção de 3 do corrente o sr. deputado Zama apresentou uma moção de desconfiança contra o gabinete Lafayette.  
A moção votada nominalmente obteve 56 votos a favor e 60 contra, tendo votado quatro ministros.  
Este fato determinou a retirada do ministério.  
O Sr. conselheiro Saraiva recusou a incumbência de formar gabinete, aceitando-a o Sr. conselheiro Dantas.  
Ficou assim organizado, a 6 de Junho, o novo ministério...”*<sup>975</sup>

Ora, se tivéssemos que dar à crise outro nome, seria Dantas, que logo definiu como partes principais de seu programa as finanças, que pretendia sanar com novos impostos, e a “*questão do elemento servil*”<sup>976</sup>. A *Gazeta Mineira*, esperando uma solução política do problema pelas instituições monárquicas, inicialmente elogiou Dantas:

*“Relativamente à questão do elemento servil entendemos que o governo, em um ponto, tornou-se credor dos aplausos da nação inteira: foi em vir agitá-la perante o parlamento.  
Não queremos discutir as bases do projeto do governo: simplesmente entendemos que numa coisa devem estar todos de acordo, abolicionistas, emancipadores, esclavagistas e indiferentes: no estado atual deste negócio ao governo e ao parlamento compete encarar de frente o problema e dar-lhe uma solução, que venha restituir a precisa calma à nossa sociedade, profundamente abalada pelos acontecimentos dos últimos tempos.  
Esta questão agita atualmente todas as classes sociais, e estas começam a apresentar-se na arena de combate com o peito descoberto...”*<sup>977</sup>

<sup>973</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 19 de Maio de 1884. Ano I. Número 26. Iphan.

<sup>974</sup> Idem.

<sup>975</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 16 de Junho de 1884. Ano I. Número 29. Iphan.

<sup>976</sup> Idem.

<sup>977</sup> Idem.

O Conselho de Estado reuniu-se para debater o projeto<sup>978</sup>, que ao ser apresentado, com a assinatura de 27 deputados, foi considerado abolicionista por apoiadores e adversários. Alforriava os maiores de 60 anos; cuidava da sorte dos libertos; previa nova matrícula de escravos com preços reduzidos ao máximo de 800\$, descendo a um máximo de 400\$ em caso de quinquagenários, para serem libertados gradualmente pelo Fundo de Emancipação, que por sua vez deveria receber mais recursos; Limitava a escravidão às fronteiras das províncias; Criava colônias de ex-escravos; Proibia as casas de compra e venda de escravos e ainda previa leis relativas aos contratos de particulares com libertos<sup>979</sup>.

Por que era considerado abolicionista um projeto que não abolia a escravidão? Um dos poucos *Arautos de Minas* desse ano a que tivemos acesso, de Dezembro de 1884, republicou um artigo do *Regenerador*, sob o título de “*Libertação dos Escravos Sexagenários*”<sup>980</sup>, que oferece várias explicações:

*“Se já hoje os órgãos abolicionistas aconselham aos escravos o assassinato de seus senhores, como meio de ficarem livres; se a mão armada são tirados os escravos do poder de seus senhores pelos abolicionistas, atacando estes as casas daqueles à horas mortas da noite, como sucedeu em S. Paulo; que dias tristes e lutosos não serão os que se seguirem à decretação da providencia pedida pelo governo?”*<sup>981</sup>

Além do mais, metade ou mais dos escravos estariam registrados com idade superior à real, de forma a burlarem as leis que proibiram o tráfico<sup>982</sup>, de forma que a aprovação do projeto geraria o caos econômico uma vez que “*Todas as nossas forças produtoras, todo nosso trabalho, toda nossa riqueza giram sobre um centro único, que é a escravidão.*”<sup>983</sup>

E mesmo ainda afirmando ser “*um roubo a libertação gratuita dos sexagenários*”<sup>984</sup>, o autor desse artigo se considerava “*emancipador*”. Dizia o *Regenerador*, “*Nós os emancipadores, que queremos a libertação moderada e gradualmente, como está se operando, sob o benéfico influxo da lei de 28 de Setembro de 1871.*”<sup>985</sup> Como o *Arauto de Minas*, o *Regenerador* chamava os abolicionistas de “*comunistas*”<sup>986</sup>, pois não teriam respeito

<sup>978</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 25 de Junho de 1884. Ano I. Número 31. Iphan.

<sup>979</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 18 de Julho de 1884. Ano I. Número 36. Iphan.

<sup>980</sup> *Arauto de Minas*. São João del-Rei. 5 de Dezembro de 1884. Ano VIII. Número rasgado. Arquivo do Iphan.

<sup>981</sup> Idem.

<sup>982</sup> Idem.

<sup>983</sup> Idem.

<sup>984</sup> Idem.

<sup>985</sup> Idem.

<sup>986</sup> Idem.

pela propriedade.

Pois bem, “*Logo depois de lido o projeto em questão (o Projeto Dantas), levantou-se o Sr. Moreira de Barros e pediu demissão do cargo de presidente da câmara, por estar em completo desacordo com o governo nesse negócio.*”<sup>987</sup> Isso equivaliu a uma proposta de moção de desconfiança, tendo a Câmara que votar entre o seu Presidente e o Gabinete. A Câmara mostrou-se dividida, 55 deputados votaram a favor de Dantas, e 52 do Sr. Moreira de Barros<sup>988</sup>. E em São João del-Rei e nos arraiais onde chegava a *Gazeta Mineira* se soube que “*Até passar-se à primeira parte da ordem do dia, reinou sempre na câmara pronunciada agitação.*”<sup>989</sup> Diria a *Gazeta* duas semanas depois que “*Desde que o gabinete Dantas apresentou à câmara dos deputados o seu já conhecido projeto sobre o elemento servil, viu desfalcadas as fileiras dos amigos, que o apoiavam.*”<sup>990</sup>

Porém, a crise entre os chefes políticos nas Câmaras e nas redações não era a matriz, mas somente uma face do problema, que estava nas ruas, e dez dias depois de noticiar o programa de Dantas e a agitação na Câmara dos Deputados, a *Gazeta Mineira* teve que informar seus leitores que mais uma província do Império já não tinha escravos:

*“Libertação do Amazonas – No dia 10 do corrente foram declarados livres todos os escravos residentes na província do Amazonas. Esta província livrou-se do elemento servil sem o mínimo abalo social e econômico.”*<sup>991</sup>

Ora, devido a mais essa província libertar seus escravos ou não, fato é que na Câmara Dantas perdeu sua frágil maioria. Foi apresentada uma moção de desconfiança claramente oposta ao seu projeto abolicionista, e dessa vez o governo perdeu de 59 a 52. Dezesete deputados “*liberais*” votaram contra Dantas, e quatro “*conservadores*”, Antonio Pinto, Álvaro Caminha, Taunay e Severino Ribeiro, votaram a seu favor<sup>992</sup>.

Cabia então ao Poder Moderador a decisão de demitir Dantas ou dissolver a Câmara dos Deputados. Para debater o assunto, conforme previa a Constituição, Pedro II convocou o Conselho de Estado<sup>993</sup>, que posicionou-se contra a dissolução<sup>994</sup>. Mesmo assim, o Imperador

<sup>987</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 18 de Julho de 1884. Ano I. Número 36. Iphan.

<sup>988</sup> Idem.

<sup>989</sup> Idem.

<sup>990</sup> Idem.

<sup>991</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 28 de Julho de 1884. Ano I. Número 38. Iphan.

<sup>992</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 30 de Julho de 1884. Ano I. Número 39. Iphan.

<sup>993</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 30 de Julho de 1884. Ano I. Número 39. Iphan.

<sup>994</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 2 de Agosto de 1884. Ano I. Número 40. Iphan.

decidiu pela mesma e convocação de novas eleições parlamentares, mantendo o Ministério. Logo acima vimos que essa dissolução da Câmara de 1884 foi uma das únicas três vezes em que Pedro II o fez sem apoio da maioria do Conselho de Estado. Mas como o novo Gabinete não tinha orçamento, Dantas informou aos deputados, “*Será dissolvida a câmara dos Srs. deputados, apenas votadas as leis de meios.*”<sup>995</sup>

Ora, existia nessa Câmara de dissolução anunciada um deputado do 6º distrito, o sr. Aureliano Mourão, recém eleito pela vaga aberta pelo falecimento do deputado Carvalho Rezende, “*conservador*” de Nazareth<sup>996</sup>. Aureliano era chefe do “*partido conservador*” de São João e considerado pelo próprio *Arauto de Minas* como redator da *Gazeta Mineira*, que realmente o apoiava. Votou contra Dantas, assim como 27 entre os 36 representantes de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro<sup>997</sup>. Esse deputado foi o escolhido pela oposição conservadora para romper o debate sobre o orçamento e sobre a política de Dantas<sup>998</sup>. Curiosa e habilmente, Aureliano aproveitou o momento de destaque nacional para tratar de duas questões locais<sup>999</sup>. Ainda antes de entrar no assunto em pauta, que era o orçamento da Marinha, Aureliano disse que Dantas, com a votação da moção de desconfiança, queria:

*“condenar à odiosidade o partido conservador, apresentando-o como um partido escravocrata. Semelhante condenação cairá por terra desde que a câmara e o país refletirem que foi esse partido quem aboliu o tráfico e quem promulgou a lei de 28 de Setembro de 1871, que em si encerra a condenação da escravidão e o germen para reformas mais adiantadas.”*<sup>1000</sup>

Mourão também via na dissolução um problema constitucional grave, uma vez que manteve a Câmara funcionando sob aviso de que estava dissolvida, o que a deixava de fato fraca perante o governo. Por outro lado, a atitude de Pedro II, de usar o Poder Moderador para dissolver a Câmara seria elogiada meses depois pelo mesmo Mourão em sua circular eleitoral:

<sup>995</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 2 de Agosto de 1884. Ano I. Número 40. Iphan.

<sup>996</sup> As eleições tinham sido em 1881, mas quando falecia um deputado, seu distrito realizava novas eleições. Isso aconteceu no 6º, e os “*conservadores*” venceram outra vez, sob um governo “*liberal*”, fortalecendo a imagem da lei eleitoral de 1881.

<sup>997</sup> CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. Pág. 318.

<sup>998</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 7 de Agosto de 1884. Ano I. Número 41. Iphan.

<sup>999</sup> A primeira, referente à Estrada de Ferro do Oeste, da qual fora um dos principais criadores. A outra ao presidente de Minas, o Dr. Chagas, que não considerava de confiança para manter a promessa do governo de não intervir nas eleições, pois sempre esteve muito envolvido com as lutas políticas e tinha família espalhada por toda a província. Chagas seria exonerado da Presidência de Minas poucos dias depois, não sabemos se devido a esse discurso.

<sup>1000</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 7 de Agosto de 1884. Ano I. Número 41. Iphan.

*“A decisão do conflito entre o Ministério e a Câmara, confiou a Coroa aos Srs. Eleitores que a 1 de Dezembro, estou convencido, pronunciar-se-ão pela condenação da desastrosa política abolicionista, elegendo os que a ela se não oposto.”<sup>1001</sup>*

Note-se a dimensão da crise política de 1884. Dantas entrou no governo no meio do ano, colocou em pauta a escravidão, gerou logo uma crise, e quando o parlamento, em consequência, foi dissolvido, as novas eleições, necessariamente, foram mergulhadas no debate sobre o “*elemento servil*”. O primeiro turno dessas eleições ficou marcado para 1º de Dezembro de 1884, de forma que os debates eleitorais arrastaram-se por quatro longos meses só para o primeiro turno! Os debates parlamentares tinham então um papel central na vida intelectual do Império.<sup>1002</sup> Se até o início desse mesmo ano a imprensa não-abolicionista tentava abafar o assunto destacando as lutas partidárias ou outros assuntos, a partir de Agosto o polêmico debate invadiu todas as redações.

O próprio *Arauto de Minas*, que no início do ano evitava a polêmica, em mais um dos seus poucos números a que tivemos acesso de 1884, de 27 de Setembro de 1884, ou seja, depois do projeto Dantas, quase só tratava da “*questão do elemento servil*”. E em suas páginas descobrimos que também em Ouro Preto, na Assembléia Legislativa Provincial, que de fato pouco podia fazer a respeito, o assunto era também o mesmo. A minoria “*conservadora*” reclamava que:

*“numerosos escravos têm sido alforriados contra a vontade de seus senhores, ora mediante indenizações ilusórias, ora sem indenização alguma, a pretexto de que foram importados depois da lei de 7 de Novembro de 1831, que proibiu o tráfico, quando, há mais de meio século, essas transações se têm feito na melhor boa fé e, portanto, deviam ser respeitadas.”<sup>1003</sup>*

Ou seja, os chefes “*casquados*” mineiros condenavam as ações de liberdade. É importante ressaltar que em São João del-Rei, todas as ações de liberdade estudadas por Adriana Aparecida Pinto entre 1856 e 1888, que tiveram sentença, foram favoráveis aos escravos<sup>1004</sup>. Os deputados “*casquados*” mineiros queriam que o governo reprimisse o movimento abolicionista:

<sup>1001</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 18 de Outubro de 1884. Ano I. Número 57. Arquivo do Iphan.

<sup>1002</sup> Ângela Alonso afirmou que os temas da maioria dos escritos reformistas da geração de 1870 acompanhavam a conjuntura política e coincidiam com a agenda parlamentar. ALONSO, Ângela. Crítica e Contestação: O movimento reformista da geração de 1870. In: *RBCS*. Vol 15. Outubro de 2000.

<sup>1003</sup> *Arauto de Minas*. São João del-Rei. 27 de Setembro de 1884. Ano VIII. Número 22. Arquivo do Iphan.

<sup>1004</sup> PINTO, Adriana Aparecida. *Uma Estratégia de Resistência: Ações de liberdade, São João del-Rei, século XIX*. Monografia de Especialização em História de Minas Gerais. São João del-Rei: 2001. UFSJ.



*“o governo não deve por paradeiro a este entusiasmo desvairado?... Deve consentir que os agitadores das ruas, que nada têm a perder, continuem impunemente a perturbar a paz das famílias, a ordem e a tranqüilidade públicas?”*<sup>1005</sup>

O deputado Fulgêncio, chefe da bancada “conservadora” na Assembléia Legislativa mineira atacou Dantas e conforme era comum ao discurso “cascudo”, citou a lei de 28 de Setembro de 1871 como solução final para a questão do “elemento servil”<sup>1006</sup>.

### 3. Manumissões, fugas e medo

Infelizmente não temos uma fonte segura para calcular as alforrias nem mesmo na paróquia de São João del-Rei. Basta dizer que os Livros de Notas só registram duas Cartas de Liberdade no ano de 1884<sup>1007</sup>, enquanto a *Gazeta Mineira* registra nove. Um dos registros dos Livros de Notas, da Carta de Liberdade da parda Ermeliana, pelo senhor Dizidério José Rodrigues, não é nenhum dos noticiados pela *Gazeta*. Segundo ainda essa folha, a Baronesa de São João del-Rei teria passado carta de liberdade às suas duas escravas, Francisca e Isabel<sup>1008</sup>, mas o Livro de Notas só registra a liberdade de Isabel, sem o nome da proprietária. Como em 1885 os Livros de Notas registram onze Cartas de Liberdade, pensamos que elas podiam ter sido registradas com atraso, mas os nomes, quase todos, não coincidem. Os escravos alforriados em 1884 segundo a *Gazeta* foram Luíza<sup>1009</sup>, Hilária<sup>1010</sup>, Antônio Gonçalves<sup>1011</sup>, Domingas<sup>1012</sup>, Querubino<sup>1013</sup>, as duas da Baronesa, e dois pardos de Nazareth cujos nomes não aparecem<sup>1014</sup>. Já no livro de notas, os nomes das alforriadas em 1884 são Isabel e Emerliana, sendo que a primeira talvez seja uma das duas alforriadas pela Baronesa.

<sup>1005</sup> *Arauto de Minas*. São João del-Rei. 27 de Setembro de 1884. Ano VIII. Número 22. Arquivo do Iphan.

<sup>1006</sup> *Arauto de Minas*. São João del-Rei. 27 de Setembro de 1884. Ano VIII. Número 22. Arquivo do Iphan.

<sup>1007</sup> Arquivo Histórico de São João del-Rei, sob guarda do Iphan, conforme a maioria dos jornais aqui citados. Embora não consideremos essa fonte relevante pelos motivos explicados no parágrafo acima, o leitor deve ter a curiosidade de saber que foram registradas nesses Livros de Notas 7 cartas em 1874, depois temos os livros de 1877 em diante, com nenhuma carta. Duas em 1878, nenhuma em 1879, quatro em 1880, nove em 1881, sete em 1882, quatro em 1883, duas em 1884, onze em 1885, duas em 1886, seis em 1887, dois nos primeiros meses de 1888.

<sup>1008</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 14 de Setembro de 1884. Ano I. Número 48. Arquivo do Iphan.

<sup>1009</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 13 de Março de 1884. Ano I. Número 13. Iphan.

<sup>1010</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 25 de Maio de 1884. Ano I. Número 27. Iphan.

<sup>1011</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 25 de Maio de 1884. Ano I. Número 27. Iphan.

<sup>1012</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 7 de Agosto de 1884. Ano I. Número 41. Iphan.

<sup>1013</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 11 de Outubro de 1884. Ano I. Número 55. Arquivo do Iphan.

<sup>1014</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 7 de Agosto de 1884. Ano I. Número 41. Iphan.

Em 1885, foram Joaquina, Ignêz, Ana, Izabel, Cipriano, Severina, José, Candido, Lucinda, Pedro e Luiza. A última talvez seja uma das que a *Gazeta* comemorou a alforria em 1884, e Severina provavelmente é a escrava pela qual a Cia. teatral Filho de Melpomene, de São João del-Rei, deu um espetáculo, mas nem dessas duas temos certeza. Em outras palavras, a comparação das fontes revela que ambas são incompletas.

Portanto, só podemos fazer uma análise qualitativa desse anúncios. Devemos constatar que alforriar estava na moda, sendo de uso principalmente em caso de comemoração:

*“João da Silva Mourão, ao receber a notícia de haver sido reconhecido deputado geral seu irmão Dr. Aureliano Mourão, passou, em sinal de regozijo, carta de liberdade, sem ônus algum, à sua escrava Hilária, rapariga de quarenta e poucos anos...”*<sup>1015</sup>

Publicar as alforrias também era afirmar que o país, aos poucos, estava ficando livre da escravidão, e os escravos que por ventura ouvissem a leitura poderiam ter esperanças de liberdade por meio legal. Até o *Arauto de Minas* publicava as alforrias concedidas por seus correligionários.

Se publicar manumissões era normal, o mesmo não se pode dizer dos anúncios de fuga de escravos. Já dissemos que a *Gazeta Mineira* publicava-os em quantidade muito menor que o *Arauto de Minas*, não sabemos se por opção das redações, por escolha dos anunciantes, ou pelo perfil dos assinantes. Contudo, fato interessante é que a *Gazeta* só começou a publicar esses anúncios na segunda metade de 1884, ou seja, quando explodiu a crise. Se foi uma decisão da *Gazeta Mineira*, serviam esses anúncios para confirmar que existia uma crise social, que o “*elemento servil*” estava ficando incontrolável. Mas se não, sendo outro o motivo, ou por que as fugas tenham começado a atingir anunciantes da *Gazeta*, ou por que tenham surgido donos de escravos dispostos a anunciar também na *Gazeta*, tais anúncios são indício de uma onda de fugas estimuladas pelas novidades. Dos sete escravos fugidos que encontramos nas páginas da *Gazeta Mineira*, Luísa, a única mulher, ou menina, pois tinha 19 anos, era pernambucana e outros três eram “*filhos do norte*”<sup>1016</sup>.

Além de serem comemoradas pelos abolicionistas, e detestadas pelos senhores de escravos como perda de propriedade, as fugas eram anunciadas pela imprensa como um perigo de criminalidade. Por coincidência ou não, a *Gazeta Mineira* publicou, no tumultuado Setembro de 1884, um caso local:

<sup>1015</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 25 de Maio de 1884. Ano I. Número 27. Iphan.

<sup>1016</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 3 de Outubro de 1884. Ano I. Número 53. Arquivo do Iphan.

*“Comunicam-nos um grave fato ocorrido, a semana passada, em a fazenda do Sr. Domiciano de Rezende, sita entre Prados e Lagoa Dourada, a três léguas daqui. Em pleno dia, havendo o Sr. Domiciano saído para a roça, apresentou-se em sua casa um escravo, que de Prados fora vendido para a Mata, e que se achava fugido.*

*O escravo exigiu da senhora as chaves que guardavam o dinheiro do dono da casa, e como ela dissesse que seu marido as tinha levado, ele ameaçou-a com enorme faca.*

*Uma menina, de mais sangue frio, tomou as primeiras chaves que encontrou e entregou-as ao preto, dizendo que eram as que ele procurava.*

*Enquanto o ladrão foi experimenta-las, refugiou-se a família do Sr. Domiciano na casa do moinho.*

*Verificando que tinha sido enganado, o escravo forçou um armário de onde tirou um relógio com corrente e algum dinheiro em prata, não tendo dado com grande quantia em notas, por se achar esta dentro de uma carteira velha, envolta em muitos papeis.”<sup>1017</sup>*

Além do medo da criminalidade, as folhas divulgavam o medo econômico, como nesse exemplo das vésperas das eleições:

*“Efeitos do abolicionismo*

*Sr. Redator – Queira publicar em o seu conceituado periódico a renda da importação na Alfândega do Ceará, no mês de Setembro...*

*Vejam seus leitores o que vai de desorganização no trabalho com a abolição brusca do elemento servil.*

*Que é feito dos cálculos e miragens dos poetas econômicos, que enxergam a cornucópia na extinção do trabalho forçado sem transição e nem preparo?!*

*Aquela fertilíssima Província já se vê privada das comunicações marítimas a vapor!*

*A companhia de navegação Changeurs réunis acaba de suspender as viagens dos seus vapores ao Ceará!*

*Resta-lhes apenas a homérica jangada!*

*Lê-se no Diário Oficial de 4 do corrente:*

*'Quadro demonstrativo da renda do Ceará em Setembro:*

*Importação.... \$600!!!'*

*Mirem-se nesse espelho os abolicionistas e utopistas que, enfileirando-se no cortejo vaidoso do primeiro Ministro do Imperador, fitam a Europa e esquecem as circunstâncias econômicas da Pátria.*

*O Governo quer abolir a instituição servil por ódio a esta e não por amor do escravo, a quem irão condenar à fome ou à cadeia.*

*Esperemos que o sábio e patriótico parlamento encontrará solução acertada para o temeroso problema, aliando os direitos e interesses respeitáveis envolvidos nessa magna questão.*

*O ganso do Capitólio.”<sup>1018</sup>*

<sup>1017</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 18 de Setembro de 1884. Ano I. Número 49. Arquivo do Iphan.

<sup>1018</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 10 de Dezembro de 1884. Ano I. Número 69. Iphan.

E esse medonho abolicionismo já tentava se enraizar no interior de Minas Gerais.

#### 4. A reunião do *Club* Abolicionista

Do dia 27 de Setembro de 1884 temos um exemplar do *Arauto de Minas* que quase só trata de combater o abolicionismo, e por isso mesmo ele não divulgou a reunião convocada para o dia seguinte por Francisco de Paula Pinheiro, de quem já tratamos exaustivamente no início do segundo capítulo. Não temos nenhum número do *Luzeiro* desses dias, mas a *Gazeta Mineira* publicou o anúncio:

*“Conferência – Alguns moços d’aquí promovem uma reunião para o dia 28 deste mês na qual o Sr. tenente Paula Pinheiro fará uma conferência no sentido das idéias abolicionistas, organizando-se, por essa ocasião, uma sociedade sob os mesmos princípios.  
Ainda não está definitivamente resolvido o lugar da reunião.”*<sup>1019</sup>

Depois das manifestações artísticas de atores e poetas, um *club* abolicionista chegava a São João del-Rei em meio à campanha eleitoral. Às vésperas da reunião, não estava ainda definido o seu local, talvez por dificuldades políticas, e mesmo assim o evento aconteceu. A *Gazeta*, a princípio, não deu grande destaque ao assunto:

*“Reunião – à reunião convocada para domingo pelo Sr. Tenente Paula Pinheiro compareceram cerca de 50 pessoas.  
(...)  
Oraram diversas pessoas, ficando estabelecido que aqueles que quisessem pertencer a essa sociedade deveriam comparecer ao lugar, que, juntamente com o dia, seria previamente determinado, para discutir-se o projeto de estatutos, que ficou encarregada de preparar, uma comissão composta dos Srs. Carlos Brotero, Francisco de Oliveira e José Raposo.”*<sup>1020</sup>

Em outras palavras, “*essa sociedade*” ainda não tinha nome, não tinha sido oficialmente fundada e a data e local em que isso aconteceria não estavam estabelecidos. Nenhum dos quatro candidatos a deputado pelo 6º distrito compareceu. A *Gazeta* não mostrava anseio algum de explicar os por quês de tanta indecisão, mas quando o nome de seu redator foi citado, acabou obrigada a tratar um pouco mais do espinhoso assunto. É interessante que a *Gazeta* tenha republicado uma nota de uma folha da própria cidade:

<sup>1019</sup> *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, 26 de Setembro de 1884. N. 51. Ano I. Iphan.

<sup>1020</sup> *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, 30 de Setembro de 1884. N. 52. Ano I. Iphan.

“Gazeta Mineira – *Lemos no Arauto de Minas:*  
 ‘Club abolicionista – *Realizou-se nesta cidade no Domingo passado uma reunião com o fim de criar-se um club abolicionista.*  
*Estiveram presentes vários cidadãos havendo animada discussão, orando os Srs. Dr. João Mourão, Dr. Francisco Mourão, Carlos Sâncio, João Netto e outros.*  
*Foi nomeada uma comissão para organizar os estatutos.*  
*Convidado para esta reunião deixamos de comparecer por entendermos que essas sociedades abolicionistas são um gérmen de desassossego na sociedade e que a questão do elemento servil, mansa e pacificamente, independente de Clubs, será solvida pela Lei de 28 de Setembro.’”<sup>1021</sup>*

A desculpa da *Gazeta* para citar essa nota e dar as explicações que achou conveniente, foi ser esta muito curta, deficiente, mas para nós ela é rica. Em primeiro lugar, informa que aconteceu “*animada discussão*”, à qual a *Gazeta* não fizera alusão. Em segundo, o *Arauto* faz questão de informar aos seus leitores que correligionários do “*partido conservador*”, com destaque para o redator da *Gazeta*, João Mourão, estiveram presentes, e de não citar o nome de Francisco de Paula Pinheiro, o “*Chico Rato*”, reconhecido cabeça do “*gérmen de desassossego*”. E por fim, deixa clara a posição do *Arauto de Minas* contra a abolição da escravidão, visto que o problema já estaria resolvido pela lei de 1871, do Ventre Livre. O Dr. João Mourão, habilmente encurralado pelo *Arauto*, longe de poder, como nós, ironizar a solução proposta por Severiano para a escravidão, teve que se explicar:

“*A deficiência da notícia oferece azado ensejo à Gazeta Mineira para, com as palavras proferidas pelo seu redator na reunião citada, acentuar sua atitude diante da momentosa questão, que ora agita fortemente todos os espíritos.*  
*Convidada a Gazeta pela comissão organizadora da reunião de 28, ali se fez nossa folha representar pelo seu redator.*  
*Indicado este pelo Sr. tenente Paula Pinheiro para presidir à reunião, declinou da honrosa distinção, ponderando que ali se achava como representante de um dos jornais da localidade e que, nesse caráter, seu papel era todo de passividade.*  
*Depois de expostos os fins da reunião, e de ouvidos diversos oradores, convidou o Sr. Tenente Pinheiro todas as pessoas presentes para fazerem parte de um club abolicionista, que ele tivera em vista fazer nascer naquela ocasião.*  
*Tomou então a palavra o redator desta folha e disse, depois de relembrar o caráter de sua presença naquele lugar, que a Gazeta Mineira, em seu programa, que até hoje ufanava-se de haver cumprido lealmente, declarara que abster-se-ia de envolver-se nas lutas dos partidos militantes, como capazes de incendiarem as paixões mais perigosas e que por isso, com mais forte razão, entendia não dever essa folha imiscuir-se de qualquer modo nessa gravíssima questão do elemento servil, questão em si mil vezes mais incandescente do que todas que se levantam nos campos de nossa política.*  
*Assim acentuada a atitude da Gazeta, declarou o seu redator que, em sua posição toda especial, via-se inibido de fazer parte de associações que tivessem em vista*

<sup>1021</sup> *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, 7 de Outubro de 1884. N. 54. Ano I. Iphan.

*ocupar-se do momentoso assunto, fosse qual fosse o caráter destas. Fica assim ampliada, até onde entendemos dever fazê-lo, a pequenina notícia a que damos maior publicidade, passando-a integralmente para as nossas colunas.”*<sup>1022</sup>

A responsabilidade da reunião já não é de “*moços d’aqui*”, mas do Tenente Pinheiro. O redator da *Gazeta* só estivera presente como representante da mesma, mas fazia questão de explicar, várias vezes, que não era abolicionista, assim como de acentuar que tratava-se de uma “*questão em si mil vezes mais incandescente do que todas que se levantam nos campos de nossa política*”, capaz de incendiar as “*paixões mais perigosas*”! As posições do *Arauto de Minas* não foram rebatidas, mas a *Gazeta*, mesmo nessa posição incomoda de explicar-se, ao republicar a nota do *Arauto* mostrou a diferença entre as duas folhas. A *Gazeta Mineira* não queria ser vista como abolicionista, mas também não como escravocrata. Era uma folha que se propunha a não “*envolver-se na luta dos partidos militantes*”, no que incluía não somente os partidos “*liberal*” e “*conservador*”, mas também “*abolicionistas*” e “*escravocratas*”. A confissão de que só tratara do assunto “*até onde entendemos dever fazê-lo*”, é impagável, não precisa de mais comentários. Outro Dr. Mourão citado pelo *Arauto*, o Francisco, não redator, mas anunciante da *Gazeta*, também fez questão de explicar-se:

*“Não obstante haver o autor da reunião enunciado as idéias do club, procurando mostrar o nenhum perigo de sua criação, declarei imediatamente que minhas idéias estavam em antagonismo com as abolicionistas e que, portanto, não podia fazer parte desse club e muito menos ocupar nele um lugar de confiança; razão por que deixava o cargo que, por momentos, ocupei. Eis o que se passou em relação a mim. Dr. Francisco Mourão. S. João del-Rei, 5 de Outubro de 1884.”*<sup>1023</sup>

A frase “*Eis o que se passou em relação a mim*” em si é vazia, mas demonstra a preocupação do autor com sua imagem, relacionada pelo *Arauto* ao *Club Abolicionista*. A explicação do Dr. Francisco Mourão, de que não sabia que a reunião tinha essa finalidade<sup>1024</sup> não resiste sequer ao confronto com o anúncio da própria *Gazeta* do dia 26 de Setembro, onde já se informava que a sociedade teria os princípios abolicionistas.

A tentativa de não tomar partido aberto sobre “*a questão do elemento servil*” gerou

<sup>1022</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 7 de Outubro de 1884. N. 54. Ano I. Iphan.

<sup>1023</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 7 de Outubro de 1884. N. 54. Ano I. Iphan.

<sup>1024</sup> Ele afirma, ao explicar-se no número 54, que “*Anunciou-se lá a formação de uma sociedade, sem se declarar quais os seus fins*”, o que é falso, esse anúncio, como já demonstramos, é anterior à reunião, e já declara os princípios abolicionistas da sociedade.

desgostos aos Mourão, pois também o *Luzeiro*, folha “*liberal*” de São João del-Rei da qual temos pouquíssimos exemplares, citou o nome do redator da *Gazeta*. Não temos esse exemplar do *Luzeiro*, nem a *Gazeta* republicou e discutiu o artigo, mas certamente o achou desagradável:

*“Reunião – Sob este título deu o nosso colega do Luzeiro notícia da reunião aqui havida, a 28 de Setembro passado, para a organização de um club abolicionista. Mostrou o colega ter sido completamente mal informado relativamente ao procedimento que teve, nessa reunião, o redator desta folha.*

*(...)*

*Esperamos da gentileza do colega retificar, informando-se de novo, a parte de sua notícia, que diz respeito ao redator desta folha.”*<sup>1025</sup>

Quem participou da reunião pelo *Luzeiro* foi Carlos Preda, que trabalhava também na *Gazeta Mineira*, mas essa última folha cobrava retratação de Fernando de Magalhães, redator do *Luzeiro*. Não ficamos sabendo o que o *Luzeiro* disse sobre o redator da *Gazeta*, mas não se retratou. Ou seja, no fatídico Setembro de 1884, além de revelar diferenças com o *Arauto de Minas*, a *Gazeta* perdeu as boas relações que tinha com o *Luzeiro*.

Quando chegou a vez do professor Francisco Pinheiro dar sua versão da reunião à imprensa, ao atrair exclusivamente para si a responsabilidade de sua realização, confirmou que o abolicionismo tinha inimigos capazes de causar problemas, pois diz que “*A despeito de contrariedades e dissabores, aventurei-me a convocar uma reunião*”<sup>1026</sup>

A presença de “*emancipacionistas*” contrários ao abolicionismo transformou a reunião em um debate público entre essas duas posições, do qual escaparam os quatro candidatos, estando presentes porém, as duas alas do “*partido liberal*”, ou seja, a abolicionista e a de Carlos Sâncio que chamava o abolicionismo de “*niilismo*”, e uma ala do “*partido conservador*”, “*moderada*”. Francisco Pinheiro não percebia sobre o “*emancipacionismo*” nada muito diferente do que este era no Rio de Janeiro:

*“De novo tomei a palavra e, não achando razão para se estabelecer uma discussão sobre a denominação da sociedade, declarei que aceitava qualquer título que lhe quisessem dar, que não fazia questão de nome; fiz ver, porém, que muitos daqueles que se acham revestidos da capa de emancipadores e que falam somente ante o interesse próprio, hoje se envergonham e, não querendo se apresentar escravagistas ante a maioria da nação, declaram-se emancipadores de ocasião.”*<sup>1027</sup>

<sup>1025</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 7 de Outubro de 1884. N. 54. Ano I. Iphan.

<sup>1026</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 11 de Outubro de 1884. N. 55. Ano I. Iphan.

<sup>1027</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 11 de Outubro de 1884. N. 55. Ano I. Iphan.

Gostaríamos de saber a qual das duas alas dos “*emancipacionistas*” da reunião de 28 de Setembro de 1884, a “*conservadora*” ou a “*liberal*”, Francisco Pinheiro considerava mais digna do título de “*emancipadores de ocasião*”. Mas só o que sabemos é que ao menos quatro posições manifestaram-se em São João del-Rei no ápice da crise de 1884. O abolicionismo mineiro foi tão peculiar quanto a escravidão mineira no século XIX, que no dizer de Douglas Libby foi “*atípica*”. Mas os estudos da história política envolvendo a “*questão do elemento servil*” terão que se multiplicar para que esse “*emancipacionismo*” mineiro cheio de tendências fique mais claro, pois ainda é “*quase inexistente a bibliografia sobre o processo de abolição em Minas, deficiência reconhecida pelos estudiosos da história mineira.*”<sup>1028</sup>,

### 5. A divisão do círculo “*liberal*” no 6 ° distrito

Com poucas exceções, todos os grupos políticos mais fortes de São João del-Rei pretendiam ser “*emancipacionistas*”, ou seja, ter uma única posição no principal debate das eleições de 1884. E a historiografia tem aceito isso, uma hegemonia “*emancipacionista*” nas Minas Gerais, mas fato é que não havia unidade, nem dentro dos partidos, em torno dos candidatos para a vaga a deputado geral do distrito. O candidato do governo foi Galdino Emiliano das Neves, já citado, mas o Dr. Cassiano Bernardo de Noronha Gonzaga também pediu votos ao “*partido liberal*” do 6 ° distrito<sup>1029</sup>. Os dois já tinham sido deputados provincial e geral, e já tinham se enfrentado violentamente em uma eleição de 1868, quando Cassiano estava com a ala “*progressista*” do “*partido liberal*” e a ala dos “*históricos*” aliou-se ao “*partido conservador*” sob comando de Galdino. Pelo “*partido conservador*” candidataram-se Aureliano Mourão e Justiniano da Chagas, chefe dos “*conservadores*” do município de Oliveira.

Destes, somente Galdino Emiliano das Neves, candidato de Dantas, fingia não saber que o assunto principal das eleições era o projeto considerado abolicionista. Os demais, em suas circulares eleitorais, declararam-se contra o projeto Dantas.

A divisão entre os “*liberais*” era clara. Embora algumas notas da *Gazeta Mineira* tenham tentado embaralhar a questão, em suas circulares Cassiano afirmou-se contra o projeto

<sup>1028</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da Decadência de Minas Gerais. São João del-Rei (1831-1888)*. São João del-Rei: UFSJ & AnnaBlume. Pág 51.

<sup>1029</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 2 de Agosto de 1884. Ano I. Número 40. Iphan.



Dantas e Galdino, embora não tenha tocado no assunto, era o candidato de Dantas<sup>1030</sup>. Três notas publicadas na *Gazeta Mineira* davam a entender que os dois candidatos “liberais” diziam-se abolicionistas aos eleitores abolicionistas e escravocratas aos escravocratas. Vamos à primeira:

“6º distrito

*Reclamação*

*No Liberal Mineiro n’uma publicação na qual acha-se o nome de meu filho Torquato Pinto Campos e outros, hipotecando seus votos ao Dr. Cassiano; e como aquele meu filho acha-se em viagem, corre-me o dever de reclamar e esclarecer ao público o que se passou. À instâncias do Dr. Cassiano aquele meu filho assinou tal manifesto, porém declarou-lhe que seu voto e de sua família pertenciam ao Dr. Galdino Emiliano das Neves. Não deu, pois, o referido meu filho, autorização ao Sr. Dr. Cassiano para fazer tal declaração.*

*Ainda quando não prevalecesse esta razão que venho de expor ao público, os eleitores que assinaram tal compromisso acham-se desonerados dele; porque aqui nesta cidade o sr. Dr. Cassiano apresentou-se escravocrata da gema, no entretanto no mesmo jornal S. S. declarou-se abolicionista enragé; quebrando lanças pelo projeto Dantas.*

*Pão, pão; queijo, queijo.*

*Por meu pai José Pinto Fernandes, Procópio Pinto Campos.*

*Bom Sucesso, 30 de Setembro de 1884.”<sup>1031</sup>*

A resposta a essa nota seria assinada por um “João Minhoca”, nome de um personagem negro de um teatro de bonecos que estava na cidade, e desafia Galdino a dizer alguma coisa sobre o polêmico assunto:

*“Não pomos em dúvida que o Sr. Procópio Pinto e outros de sua família disseram ao Dr. Cassiano que votavam no Dr. Galdino, pois sabemos que o Tio J. Borges assim o havia ordenado, mas também sabemos que o Dr. Cassiano não se apresentou escravocrata da gema, como diz S. S., porém conciliador dos interesses e direitos da propriedade com os da liberdade, pois é moço que tem o defeito de não enganar (...)*

*Cumpre, pois, que o Sr. Procópio Pinto Campos, que quer que pão seja pão e queijo seja queijo, peça ao Dr. Galdino para externar sua opinião sobre este grave assunto, pois se S. S. é todo escravocrata, também cá há abolicionistas liberais.*

*O João Minhoca.*

*S. João del-Rei, 4 de Outubro de 1884.”<sup>1032</sup>*

Alguém levantou a possibilidade de que João Minhoca fosse Francisco de Paula Pinheiro, nome que passou a ser relacionado ao abolicionismo. Mas esse negou a autoria da

<sup>1030</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 30 de Setembro de 1884. Ano I. Número 52. Arquivo do Iphan.

<sup>1031</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 3 de Outubro de 1884. Ano I. Número 53. Arquivo do Iphan.

<sup>1032</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 7 de Outubro de 1884. Ano I. Número 54. Arquivo do Iphan.

nota:

*“6 ° distrito*

*Peço aos intrigantes que por favor especial deixem meu nome em paz, em referência ao pleito eleitoral de 1 ° de Dezembro.*

*Espíritos pequeninos têm atribuído a mim publicações anônimas, que se tem feito pelos jornais, em relação a essa eleição.*

*Declaro que nada tenho com semelhantes publicações.*

*Acostumado a encarar de frente semelhantes questões, se por ventura me tivesse resolvido a escrever sobre elas, o faria francamente, como já o tenho feito de outras vezes, sem medo e sem rebuço, e de viseira erguida.*

*Cada um seja responsável por seus atos.*

*Se me resolver a escrever alguma coisa, farei com meu nome.*

*21 de Outubro de 1884.*

*Francisco Pinheiro.”<sup>1033</sup>*

Mas, infelizmente, não sabemos em quem votou Francisco Pinheiro. A briga nas páginas da *Gazeta Mineira*, obviamente, nos levou a vasculhar o *Liberal Mineiro*, de Ouro Preto, procurando um Cassiano Gonzaga “*abolicionista enragé*”. Encontramos uma série de listas de supostos apoiadores do Dr. Cassiano Gonzaga e uma única circular, aos eleitores de Bonfim, onde não poderia pedir votos pessoalmente por precisar viajar para Campinas. Somente nesse último documento aludiu à “*questão do elemento servil*”, e se em um trecho aproximou-se dos abolicionistas:

*“acompanharei o gabinete Dantas, que me parece liberal e que me oferece sobejas garantias, por ter em seu seio dois ilustres filhos da briosa província de Minas. Na discussão e votação da grande reforma que se pretende operar, no sentido da abolição do elemento servil, problema que afeta altos interesses de ordem moral e pública, eu não serei marco de pedra, eu transigirei, por que a lavoura do nosso distrito não é escravocrata, ela aceita, estou convicto, até um prazo de 10 anos para a emancipação completa.”<sup>1034</sup>*

Logo adiante aferra-se à propriedade, escudando-a com a Constituição, em suas palavras, “*eu jamais darei meu voto para se ferir de frente a Constituição do Império e a propriedade atual, o que trará, por sem dúvida, abalo profundo na lavoura.*”<sup>1035</sup> Para a abolição da escravidão, Cassiano Gonzaga antepunha uma série de exigências:

*“Melhorai, porém, a viação pública, diminui os fretes exagerados das vias férreas,*

<sup>1033</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 22 de Outubro de 1884. Ano I. Número 58. Arquivo do Iphan.

<sup>1034</sup> *Liberal Mineiro*. Ouro Preto. 19 de Setembro de 1884. Ano VII. Número 120. Original da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, pelo microfilme da Biblioteca da UFSJ.

<sup>1035</sup> *Idem*.

*fazei uma boa e rigorosa lei de trabalho, que evite e corrija a vagabundagem e o ócio, aboli a lei de sorteio militar, que nunca dará bons frutos no Brasil. Sem estas medidas e outras que deixo de mencionar, qualquer reforma na atualidade sobre o elemento servil será um grande mal para o país.*<sup>1036</sup>”

Nota-se que a proposta do Dr. Cassiano era adiar o assunto por dez anos, certamente podendo ser esticado esse prazo caso as medidas acima não estivessem completas. Dois meses depois, talvez por ter considerado que esse seu discurso, que devia ter por objetivo ganhar votos de abolicionistas e escravocratas, fora interpretado de forma indesejada, publicou no *Luzeiro* uma circular na qual definia-se claramente contra o abolicionismo:

*“Triunfante, irei ao parlamento, sem peias, sem compromissos, independente como o eleitorado que me elegeu, a pugnar pelos interesses da lavoura e do comércio tão ameaçados pelo abolicionismo sem critério e sem patriotismo. Já o disse e repito, em matéria essencialmente política, como soldado disciplinado sigo e acompanho o meu partido, porém se este fizer questão de vida ou de morte do projeto do governo a respeito da questão servil, desde já declaro que não o seguirei.*<sup>1037</sup>”

O *Luzeiro* ficou ao lado de Galdino das Neves, candidato oficial do partido, e a *Gazeta Mineira* registrou um episódio interessante envolvendo os dois candidatos “liberais” e a folha “liberal”:

*“Hoje por mim... - No Luzeiro, n. 5 de 19 do corrente, que nos foi entregue, lemos o seguinte:*

*'Falso boato – Constando-nos que corre pelo nosso distrito o boato que o Illm. Sr. Dr. Cassiano Bernardo de Noronha Gonzaga desistiu da sua candidatura à eleição geral de 1º de Dezembro, cumpre-nos desmenti-lo, declarando ao eleitorado que continua firme na sua apresentação, como consta da circular que neste mesmo número publicamos na seção competente.'*

*Mais tarde nos veio às mãos um outro Luzeiro, com mesmo n. 5 e com a mesma data de 19 de Novembro de 1884 em que esta mesma notícia vinha substituída por esta outra:*

*'Falso boato – A pedido de um amigo demos na nossa primeira edição uma notícia em que declarava não ter o Sr. Dr. Cassiano Bernardo de Noronha Gonzaga desistido de sua candidatura por este distrito.*

*Podendo ser interpretado o nosso modo de pensar de maneira diversa da intenção que tivemos, nos apressamos em declarar que, com essa notícia, não quisemos aconselhar a desunião e indisciplina do partido, contra a qual temos combatido em artigos de fundo.*

*Ao contrário, sem desconhecer o direito que tem o Sr. Dr. Cassiano, como qualquer outro candidato, de se apresentar perante as urnas, entendemos, porém, como já temos externado, que é de toda conveniência e necessidade a união do*

<sup>1036</sup> Idem.

<sup>1037</sup> *Luzeiro*. São João del-Rei. 20 de Novembro de 1884. Ano III. Número 8.

*partido liberal neste distrito em favor do candidato recomendado pelos chefes, o Sr. Dr. Galdino das Neves.  
Passando estas notícias para aqui, não tivemos em mente comentar o fato, nem mais nada do que fazer ver ao Luzeiro que hoje por mim e amanhã por ti.”*<sup>1038</sup>

A tática de Galdino, talvez única possível para tentar unir o seu partido, de não tratar do assunto que era central na campanha, foi explorada por seus adversários várias vezes. Outra nota de Bom Sucesso insistiu no assunto bem conforme já havia feito o “*João Minhoca*”, mas agora aparentemente pelo lado da “*lavoura*”:

*“Bom Sucesso  
6 ° distrito  
Na Gazetinha Mineira de 3 do corrente lemos a circular que o Sr. Dr. Galdino Neves atira ao eleitorado do 6 ° distrito. Nem uma palavra S. S. Disse sobre a magna questão do elemento servil !...  
Impreterivelmente este candidato vem também com pés de lã, porém engana-se; os eleitores não querem viseiras caídas nem rebuçados, por isso é bom que pela imprensa declare qual é o seu fim e o que pretende fazer a respeito.  
Os eleitores fiquem de sobreaviso para não serem enganados pelo canto sedutor dos candidatos recomendados.  
O que não é por nós, é contra nós.  
Um eleitor liberal.  
6 de Outubro de 1884.”*<sup>1039</sup>

A *Gazeta Mineira*, que embora evitasse ficar claramente de algum lado ao final da campanha já não se continha contra Dantas, e como era umbilicalmente ligada a Aureliano Mourão, que tinha se definido claramente sobre a “*questão do elemento servil*”, jogou na arena um personagem humorístico, o Beldroegas, como candidato, mas como o Galdino, sem programa:

*“Com programa... isso só se eu tivesse nascido ontem. Programas nestes tempos calamitosos de abolicionistas, emancipadores e escravocratas, gente a mais importuna e inconvenientemente curiosa e exigente, que conheço, e que por esse mau vezo já foi até, algures, chamada a contas pelo Compadre Mutuca...  
O melhor programa nessas ocasiões é o feito ao ouvido de cada um eleitor, depois de manhosa e habilidosamente lhe haveremos perscrutado o pensamento.”*<sup>1040</sup>

O *Luzeiro*, por sua vez, sem se referir ao projeto Dantas, defendia Galdino abertamente:

<sup>1038</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 22 de Novembro de 1884. Ano I. Número 65. Arquivo do Iphan.

<sup>1039</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 15 de Outubro de 1884. Ano I. Número 56. Arquivo do Iphan.

<sup>1040</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 19 de Novembro de 1884. Ano I. Número 64. Arquivo do Iphan.

*“Nos últimos dez anos de ostracismo ninguém prestou mais assinalados serviços ao nosso partido nesta parte da província.*

*Foi em torno da sua pessoa que se congregaram os elementos do partido liberal para se bater em campo raso com nossos adversários nos tempos calamitosos do antigo sistema, em que as lutas eleitorais eram verdadeiros perigos em que se comprometia a bolsa, expunha-se a honra aos botes da maledicência e até se arriscava a vida do cidadão.*

*Assumindo então a chefança do partido liberal em São João, a nenhum sacrifício se poupou o nosso atual candidato para defesa de suas idéias e dos seus amigos, aos quais foi sempre de uma dedicação sem limites, quer nos dias de ventura, quer nas épocas de adversidade.<sup>1041</sup>”*

Não há como duvidar, o projeto Dantas gerou no “partido liberal” uma crise, que se manifestou na divisão eleitoral, mas também no grupo predominante em São João del-Rei, que dominava a folha do partido, que para se manter unido não podia referir-se ao assunto central das eleições.

No início de Dezembro de 1884, a *Gazeta Mineira* publicou o resultado do primeiro escrutínio no 6º distrito de Minas Gerais. Entre os “liberais” venceu o candidato do governo, Galdino Emiliano das Neves, com 362 votos, contra 118 de Cassiano Gonzaga, que correu por fora da chapa do partido<sup>1042</sup>. Cassiano Gonzaga só venceu Galdino em Nazareth de 14 a 1<sup>1043</sup>, na Lage de 9 a 6, em Ibituruna de 15 a zero, em São Tiago com 2 a zero, Santa Rita 11 a zero e em Conceição de 7 a 2. Em compensação, Cassiano não teve nenhum voto em dez paróquias, o que raramente acontecia com o candidato do governo. Em Passa Tempo empataram com um voto cada, assim como na paróquia de São João del-Rei, cada um dos dois “liberais” com 34 votos<sup>1044</sup>. A vitória mais esmagadora do governista Galdino Neves foi em Prados, que embora fosse paróquia do município de São José, era de fato a cabeça política desse município, e baluarte “liberal”, onde teve 63 votos contra 1 de Cassiano Gonzaga e 16 dos dois “conservadores” somados<sup>1045</sup>. Com seus 362 votos, Galdino das Neves ficou em segundo lugar, indo ao segundo escrutínio. Cassiano ficou em quarto lugar.

## **6. Desentendimentos no círculo “conservador”**

Não é muito fácil entender por que os “cascudos” do 6º distrito não se uniram contra o

<sup>1041</sup> *Luzeiro*. São João del-Rei. 20 de Novembro de 1884. Ano III. Número 8.

<sup>1042</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 6 de Dezembro de 1884. Ano I. Número 68. Arquivo do Iphan.

<sup>1043</sup> *Idem*.

<sup>1044</sup> *Arauto de Minas*. São João del-Rei. 5 de Dezembro de 1884. Ano VIII. Número rasgado. Arquivo do Iphan.

<sup>1045</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 6 de Dezembro de 1884. Ano I. Número 68. Arquivo do Iphan.

projeto Dantas logo no primeiro turno das eleições. Como a *Gazeta Mineira* usasse por vezes o termo “*conservador moderado*” de forma simpática, enquanto o *Arauto* se orgulhava de ser “*conservador*” sem moderação nenhuma, imaginamos que alguns “*casquados*” pudessem ver no próprio Aureliano Mourão, eminência parda da *Gazeta*, um “*moderado*”, apesar de já ter votado, em 1884 mesmo, contra o projeto Dantas. Afinal, já vimos que as notas da *Gazeta* sobre as libertações no Ceará e no Amazonas não foram de reprovação, e que mesmo a disposição de Dantas de levar ao parlamento a “*questão do elemento servil*”, ou seja, de acrescentar mais leis às de 1871 tão adoradas pelo “*partido conservador*”, foi bem recebida por essa folha. A *Gazeta* também não chamava os abolicionistas de comunistas, nem Francisco Pinheiro de “*Chico Rato*”. Fato é que dividiram-se, candidatando-se dois inimigos do projeto Dantas, Aureliano Mourão e o novato em eleições gerais Justiniano das Chagas<sup>1046</sup>, de Oliveira.

Mas se a respeito da divisão eleitoral dos “*conservadores*” só fazemos suposições, a criação da *Gazeta Mineira*, mesmo não se reivindicando folha do “*partido conservador*” e com suas colunas abertas aos “*liberais*”, abriu uma fissura nas fileiras “*casquadas*”. Desde seu nascimento em Janeiro, até a reunião abolicionista de 28 de Setembro de 1884, as relações entre a *Gazeta Mineira* e o *Luzeiro* foram melhores que as relações da *Gazeta* com o *Arauto de Minas*.

Desde seu número 1, de 1º de Janeiro, quando apresentou o resultado do segundo escrutínio das eleições provinciais, temos um pequeno sinal disso, pois a *Gazeta Mineira* não lamentou a derrota do redator do *Arauto de Minas* para Amâncio Castanheira, de Bom Sucesso. Só isso poderia justificar-se pela neutralidade partidária pretendida pela *Gazeta*, e até por Castanheira também ser “*casquado*”. Porém, já nos dias 10 e 11 de Janeiro, os dois periódicos redigidos por “*casquados*” mostraram, no mínimo, problemas de comunicação. No dia 10 o *Arauto* publicou que os redatores da *Gazeta* eram João Mourão e Aureliano Mourão<sup>1047</sup>. No dia seguinte, a *Gazeta* enquadrou a nota do *Arauto de Minas* entre os boatos da cidade:

*“Gazeta Mineira – Retificando boatos que correm com pronunciada insistência, declaramos que os Srs. Drs. Aureliano Mourão e João Mourão escrevem para*

<sup>1046</sup> É impossível não lembrar que, em Agosto, Aureliano Mourão havia discursado contra o Dr. Chagas, presidente “*liberal*” de Minas, que caiu dessa função dias depois. E Aureliano dentre outras coisas nos informou que o Dr. Chagas tinha uma grande família. Não temos, porém, evidências de que a candidatura de Justiniano das Chagas foi uma ação da família Chagas em represaria a Aureliano Mourão.

<sup>1047</sup> *Arauto de Minas*. São João del-Rei. 10 de Janeiro de 1884. Ano VII. Número 38. Arquivo do Iphan.

*nossa folha, mas não são seus redatores.*”<sup>1048</sup>

Logo no início de Setembro, antes portanto da reunião do *Club Abolicionista* na qual, como já vimos, ficou nítida a diferença entre o *Arauto de Minas* e a *Gazeta Mineira* na forma de tratar a “*questão do elemento servil*”, essas duas folhas mediram forças a respeito da eleição de um vereador. Segundo a *Gazeta Mineira*, os dois partidos não haviam se pronunciado a respeito das eleições, o “*liberal*” “*dava ares de abstenção provável*” e o “*conservador guardava, a respeito desse pleito, impenetrável reserva*”:

*“No Arauto de Minas, e na nossa folha, apareceram, nas publicações ineditoriais, indicações anônimas de nomes de diversos cavalheiros para o lugar a preencher-se.*

*A lembrança recaia em pessoas todas absolutamente aptas para o cargo em questão, mas todos sabem que esse gênero de publicações, muito em voga em todas as eleições e em todos os lugares, significam apenas a lembrança de um ou de alguns amigos dos dignos cavalheiros indicados por esse modo.*”<sup>1049</sup>

Então, eleitores de ambos os partidos indicaram o “*Sr. Dr. Candido José Coelho de Moura, conservador moderado, e distinto engenheiro...*” e o “*Redator e proprietários desta folha aceitaram, de bom grado, o convite que lhes foi feito para adotarem o alvitre dos dignos iniciadores dessa idéia.*” Apesar de estarem escrevendo a partir de uma folha que se pretendia neutra entre os partidos, o autor fez questão de explicar-se enquanto membro de seu partido:

*“Não nos prendiam compromissos de disciplina partidária, porquanto não se havia feito ouvir a voz autoritária do partido sob cuja bandeira militamos como cidadãos, fora da esfera desta folha, onde nos domina a mais leal neutralidade política.”*<sup>1050</sup>

E o que nos interessa essa eleição de vereador para tratarmos das diferenças entre *Arauto de Minas* e *Gazeta Mineira*? Acontece que a folha oficial do “*partido conservador*”, depois dessa definição da *Gazeta*, também definiu-se, mas por outro nome:

*“Depois de assim iniciada a apresentação do Sr. Dr. Candido Moura, vimos no nosso colega Arauto de Minas reproduzido o artigo do Sr. Pedro Alexandrino, a que já nos referimos, vimos mais um assinado pelo Sr. Camilo da Fonseca e Silva*

<sup>1048</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 11 de Janeiro de 1884. Ano I. Número 3. Iphan.

<sup>1049</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 10 de Setembro de 1884. Ano I. Número 47. Arquivo do Iphan.

<sup>1050</sup> Idem.

*e outro da redação do citado periódico, ambos indicando ao eleitorado o nome do distinto Sr. Francisco Gabriel Ferreira da Silva.”*<sup>1051</sup>

A *Gazeta Mineira* dedica a esse assunto seu editorial, em tom conciliador, elogia o candidato do *Arauto*, mas não retira o seu<sup>1052</sup>. Pelo contrário, publica a lista de apoiadores de seu “*conservador moderado*”, na qual encontramos os mais conhecidos líderes “*chimangos*”, como José Antonio Rodrigues, Fernando Evaristo Machado de Magalhães, José Juvêncio Neves, Horácio Rodrigues Bomtempo, Francisco de Paula Pinheiro, Emerenciano Fioravanti e alguns Alvarengas, ao lado de importantes chefes “*casquados*”, como João Salustiano Moreira Mourão, Balbino da Cunha e João Crysóstomo A. de Magalhães<sup>1053</sup>.

No número seguinte da *Gazeta Mineira*, o candidato do *Arauto de Minas*, Francisco Gabriel Ferreira da Silva retirou sua candidatura para “*não dividir o partido conservador*”.<sup>1054</sup> Ora, já estava comprometida a unidade do “*partido conservador*”, pois se a folha oficial do partido foi desmentida sobre a posição desse partido em um processo eleitoral, e outra folha, também redigida por “*casquados*”, de um tipo capaz de conviver com “*chimangos*”, foi quem de fato aglutinou os “*conservadores*” em torno de um candidato, é necessário admitir que os líderes “*conservadores*” de São João del-Rei já não conseguiam manter uma unidade de pensamento e de ação. Mais uma vez, os “*conservadores*” dessa cidade de vinte e oito ruas informavam-se da política uns dos outros lendo as folhas periódicas! É elementar que isso não indica as melhores relações.

O candidato da *Gazeta* foi eleito com 84 votos, e houveram somente mais 19 votos<sup>1055</sup>. É difícil calcular o quanto essa vitória facilitou uma outra, a conquista da publicação das atas da Câmara. Foi também uma vitória contra o *Arauto de Minas*! Desmentida, desautorizada, evidenciada como escravista, a folha de Severiano de Rezende recebeu no final de 1884 esse novo golpe da folha “*apartidária*” de seus “*correligionários*”, dessa vez na algibeira!

Essas relações tensas não podiam acontecer somente entre os periódicos, eram sim entre os “*casquados*”. Na paróquia de São João del-Rei, Aureliano Mourão perdeu 15 votos “*casquados*” para Justiniano das Chagas<sup>1056</sup>. Esses votos o levariam ao segundo escrutínio, pois ficou com 356 votos em todo o distrito, sendo que o segundo colocado ficou com 362. O

<sup>1051</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 10 de Setembro de 1884. Ano I. Número 47. Arquivo do Iphan.

<sup>1052</sup> Idem.

<sup>1053</sup> Idem.

<sup>1054</sup> Idem.

<sup>1055</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 23 de Setembro de 1884. Ano I. Número 50. Arquivo do Iphan.

<sup>1056</sup> *Arauto de Minas*. São João del-Rei. 5 de Dezembro de 1884. Ano VIII. Número rasgado. Arquivo do Iphan.



outro “*conservador*”, de Oliveira, ficou em primeiro lugar com 434 votos<sup>1057</sup>. Justiniano das Chagas venceu em pelo menos treze distritos e Aureliano Mourão em dez. O Chagas venceu inclusive no baluarte “*conservador*” de Nazareth, de 28 a 24 votos, mas seus principais colégios foram o Japão, onde todos os 40 votos foram seus, Oliveira, onde teve 64 votos contra 20 de Galdino e 1 de Aureliano, Passa Tempo com 23 votos contra os dois dos “*liberais*”, Piedade e Cláudio, onde também venceu com margem acentuada<sup>1058</sup>. Aureliano venceu sobretudo em São João del-Rei, onde teve 104 votos, quase um terço de todos seus votos no distrito, contra 34 de cada “*liberal*”, 15 de Justiniano e um voto cativo de Saldanha Marinho.

## 7. A derrota do projeto Dantas

Antes ainda de derrotado, o projeto Dantas embaralhou a política nacional, o que provavelmente foi potencializado por uma lei eleitoral que enfraquecia as direções partidárias. A divisão do “*partido conservador*” no 6º distrito não foi definitiva, o que só se daria em 1888, mas o “*partido liberal*”, que desde 1881 já se apresentava dividido, nunca mais conseguiu se unificar.

As eleições de 1884 foram tensas em todo o país. Por exemplo, em Campos algumas pessoas ficaram feridas<sup>1059</sup>, no 11º e no 12º Distrito de Minas Gerais as mesas apuradoras se dividiram e deram diplomas em duplicata<sup>1060</sup>. No final de Dezembro espalhou-se o boato de recrutamento, e a *Gazeta Mineira* acusou “*Cabalistas hábeis, mas pouco escrupulosos*” que “*aproveitam-se desse falso boato para fins eleitorais.*”<sup>1061</sup> Sendo o governo “*liberal*”, somente aos “*chimangos*” interessava esse boato, de forma que a *Gazeta Mineira* teve dificuldades de se conter em seu programa bi-partidário no auge da tensão eleitoral. O *Arauto de Minas* também já modificara sua política editorial. Em seus números do início do ano só se percebia a existência da escravidão pelos anúncios de fuga de escravos, mas no final de 1884 o *Arauto* quase não tratava de outro assunto.

A pressão escravocrata surtiu efeitos eleitorais. Os resultados que já vimos deixam claro que, no 6º distrito, o projeto Dantas foi derrotado, teve os 362 votos de Galdino, que

<sup>1057</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 6 de Dezembro de 1884. Ano I. Número 68. Arquivo do Iphan.

<sup>1058</sup> *Arauto de Minas*. São João del-Rei. 5 de Dezembro de 1884. Ano VIII. Número rasgado. Arquivo do Iphan.

<sup>1059</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 19 de Dezembro de 1884. Ano I. Número 71. Arquivo do Iphan.

<sup>1060</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 26 de Dezembro de 1884. Ano I. Número 72. Arquivo do Iphan.

<sup>1061</sup> Idem.

nunca se posicionou abertamente a respeito contra 1.008 votos divididos pelos dois candidatos “*casquados*” e pelo dissidente “*liberal*”, que tinham, todos, se posicionado abertamente contra o tal projeto<sup>1062</sup>. Mas a lei de 1881 previa ainda uma segunda rodada de debates, visto que nenhum candidato atingira no 6º distrito mais da metade dos votos. Não foi assim em todo o país. No dia 10 de Dezembro, a *Gazeta Mineira* informou que estavam “já eleitos 34 deputados liberais e 27 conservadores, sendo favoráveis ao projeto Dantas 29, e contrários 32.”<sup>1063</sup> No dia 27, o *Arauto de Minas* informou que em todo o país, tinham sido eleitos em primeiro escrutínio 53 opositores do projeto Dantas, e 27 apoiadores, sendo que em Minas Gerais eram cinco opositoristas e dois defensores do polêmico projeto. Esses números não correspondiam aos partidos, pois os “*conservadores*” tinham eleito 43 deputados em primeiro escrutínio, contra 37 “*liberais*”, ou seja, dez desses últimos estariam contra Dantas<sup>1064</sup>. Um exemplo mineiro, foi o 17º distrito, de Montes Claros, onde os “*conservadores*” adotaram a candidatura do “*liberal*” Felício dos Santos em oposição ao Ministro dos Estrangeiros<sup>1065</sup>. Felício dos Santos foi um dos eleitos em primeiro escrutínio, levando seu adversário à contingência de pedir renúncia de sua pasta no Gabinete<sup>1066</sup>. Em todo o país, os “*liberais*” dividiram-se em torno do projeto Dantas<sup>1067</sup>, permitindo ao *Arauto de Minas* comemorar, “*Ficou pois aniquilado com o 1º escrutínio o famigerado projeto com que o gabinete 6 de Junho quis embaçar a opinião nacional.*”<sup>1068</sup>

O segundo escrutínio ficou marcado para 6 de Janeiro de 1885, e o *Arauto de Minas* saiu em defesa de Antonio Justiniano das Chagas que teria as qualidades de ser “*grande proprietário, e de pertencer a uma família de importantes proprietários da nossa província, e portanto, ser competente para representar a lavoura*”, conforme circular assinada por chefes “*conservadores*” do Rio de Janeiro<sup>1069</sup>. É impagável a insistência do *Arauto de Minas* em definir o projeto Dantas como “*comunista*”, a exemplo de sua defesa de Justiniano que seria o “*candidato da lavoura, cujo voto no parlamento muito concorrerá para sufocar o projeto comunista.*”<sup>1070</sup>

<sup>1062</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 6 de Dezembro de 1884. Ano I. Número 68. Arquivo do Iphan.

<sup>1063</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 10 de Dezembro de 1884. Ano I. Número 69. Arquivo do Iphan em.

<sup>1064</sup> *Arauto de Minas*. São João del-Rei. 27 de Dezembro de 1884. Ano VIII. Número rasgado. Arquivo do Iphan.

<sup>1065</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 22 de Novembro de 1884. Ano I. Número 65. Arquivo do Iphan.

<sup>1066</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 26 de Dezembro de 1884. Ano I. Número 72. Arquivo do Iphan.

<sup>1067</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 1 de Dezembro de 1884. Ano I. Número 67. Arquivo do Iphan.

<sup>1068</sup> *Arauto de Minas*. São João del-Rei. 27 de Dezembro de 1884. Ano VIII. Número rasgado. Arquivo do Iphan.

<sup>1069</sup> *Gazeta Mineira*. São João del-Rei. 26 de Dezembro de 1884. Ano I. Número 72. Arquivo do Iphan.

<sup>1070</sup> *Arauto de Minas*. São João del-Rei. 27 de Dezembro de 1884. Ano VIII. Número rasgado. Arquivo do Iphan.

Justiniano teve 723 votos de um total de 1.185 do 6º distrito<sup>1071</sup>, confirmando a derrota do “*projeto comunista*”, o que foi a tendência nacional. A oposição “*conservadora*” cresceu de 39 para 44% entre as legislaturas de 1881 e 1884<sup>1072</sup>. Como o projeto Dantas criou também uma oposição “*liberal*”, a imprensa oposicionista sentiu-se no direito de pedir a cabeça de Dantas, dizendo que seu Gabinete “*Nenhuma confiança mais inspira ao país que, já condenou o vosso procedimento, agitando no seio do parlamento a questão do elemento servil, na ocasião crítica que atravessa.*”<sup>1073</sup>

A derrota do projeto Dantas no novo parlamento foi de 52 a 50 votos<sup>1074</sup>. Talvez seja como dizer que a monarquia foi derrotada por dois votos, pois aconteceu em 1884 o contrário de 1831. A lei promulgada pela Regência Trina em 1831, tendo à cabeça do Gabinete Feijó como Ministro da Justiça, que depois deu origem à expressão “*para inglês ver*”, não só foi base para a lei contra o tráfico de 1850, e depois útil ao movimento abolicionista, como, a acreditar na citação da *Gazeta* do início desse capítulo, na época acalmou o “*espírito público*”. Já a derrota de 1884, não só parlamentar, mas eleitoral, foi a não solução da crise, portanto represou os anseios abolicionistas, potencializando esse movimento.

## 8. O abolicionismo em São João del-Rei

Em 1884, quando publicou sua versão sobre a reunião que convocou para formar o *Club Abolicionista* em São João del-Rei, Francisco de Paula Pinheiro deu a declaração que tem sido repetida por gerações de historiadores dessa cidade como prova cabal de que na mesma o abolicionismo não existiu:

*“Quando se observa o grande movimento nacional, que se levanta gigante neste Império, era para se lastimar que em S. João del-Rei, não se ouvisse uma só palavra em favor dessa cruzada nobre, justa e patriótica.”*<sup>1075</sup>

Dita pelo mais conhecido abolicionista da cidade, somada às vozes de João Mourão,

<sup>1071</sup> *Organizações e Programas Ministeriais: Regime Parlamentar no Império*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores. 1962. Pág. 387.

<sup>1072</sup> CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. Pág. 406.

<sup>1073</sup> *Arauto de Minas*. São João del-Rei. 7 de Fevereiro de 1885. Ano VIII. Número rasgado. Arquivo do Iphan. Mais uma vez fica clara a diferença entre *Arauto* de *Gazeta Mineira*, visto que essa última elogiou essa atitude de Dantas que o *Arauto* condenava.

<sup>1074</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. RJ: Editora UFRJ. 1997. Pág. 228.

<sup>1075</sup> *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, 11 de Outubro de 1884. N. 55. Ano I. Arquivo Histórico do Museu Regional de São João del-Rei, IPHAN.

Francisco Mourão e Carlos Sanzio, que defendiam um movimento “*emancipador e não abolicionista*.”<sup>1076</sup>, ao engano sobre a atuação de João Netto na reunião, que era tida igualmente contra o abolicionismo, quando na verdade ele o defendeu dos ataques de Carlos Sanzio<sup>1077</sup>, e o fato de que não se encontraram notícias posteriores sobre o funcionamento de um *Club Abolicionista* são suficientes para que todos até hoje tenham concluído que portanto não existiu abolicionismo em São João del-Rei. Como ninguém se assumia escravocrata pelas colunas da imprensa, haveria nessa região uma hegemonia “*emancipacionista*”, que se não existiu no final do século XIX, existiu na historiografia do século XX.

O que ninguém diz, como se não fosse algo importante, é que pouco mais de um ano depois, em 15 de Dezembro de 1885, veio à luz o *S. João del-Rei*, como folha do “*partido liberal*”, e seu redator era o mesmo Francisco de Paula Pinheiro. Que o “*partido liberal*” de São João del-Rei tenha se reunido em torno de uma folha redigida pelo mais notório abolicionista da cidade não pode ser desprezado. E se reunido é bem o termo, conforme artigo do próprio *S. João del-Rei*:

“*No dia 8 do corrente, às 7 horas da noite, em uma das salas da redação desta folha, reuniu-se o partido liberal desta cidade, para tratar de negócios concernentes ao mesmo partido.*

(...)

*Em seguida o sr. presidente deu a palavra ao redator desta folha para expor à ilustre assembléia os motivos da sua reunião.*

(...)

*Ficou composta a comissão seguinte que tem de entender-se não só com os briosos eleitores desta paróquia, como de todo o município, sobre o pleito de 1º de Julho: - Advogado Vicente de Paulo Teixeira, tenente Emerenciano Fioravanti e **Francisco Pinheiro.**”<sup>1078</sup>*

Como dizer que não houve abolicionismo em São João del-Rei se entre 1885 e 1886, mesmo tendo sido os “*liberais*” atingidos pela derrubada iniciada pelo gabinete “*conservador*” de 1885, conseguiram manter uma folha que chamava o abolicionismo de “*mais luminosa*

<sup>1076</sup> *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, 11 de Outubro de 1884. N. 55. Ano I. Arquivo Histórico do Museu Regional de São João del-Rei, IPHAN.

<sup>1077</sup> O colega historiador Sebastião de Oliveira Cintra afirmou que o poeta João Netto também teria se posicionado como “*emancipacionista*”, tendo por base as mesmas fontes que nós, mas não concordamos, pois ele falou depois de Carlos Sanzio Brotero, que atacou o abolicionismo, e segundo Francisco Pinheiro, “*O Sr. João Netto falou, batendo as idéias do orador precedente, que chegou a comparar o abolicionismo ao nihilismo.*” Esse engano por parte de um historiador tão respeitado tem sido reproduzido acriticamente por colegas que não conferem as fonte. Essa frase de Francisco Pinheiro está na *Gazeta Mineira*, número 55, de 1884.

<sup>1078</sup> *S. João d’el-Rei*, São João del-Rei, 12 de junho de 1886. N. 24. Ano I.

*idéia do século atual*<sup>1079</sup>, publicava poemas de Castro Alves<sup>1080</sup>, denunciava que o Brasil ainda teria mais de um milhão de escravos<sup>1081</sup> e que em São João del-Rei ainda eram cerca de 10% da população<sup>1082</sup>, qualificava os espancamentos de escravos como injúria leviana à população inteira e de “*inqualificável estupidez*”<sup>1083</sup>, e quando um professor bateu em um escravo, publicou carta de Maria Baptista da Matta afirmando que:

*“Este procedimento do aludido professor, além de criminoso, é insólito e imoral, visto como dá verdadeiro mal exemplo aos seus alunos, e além disso ofende o decoro de uma população inteira.”*<sup>1084</sup>

Publicou carta do Coletor das Rendas Gerais ao Juiz Municipal denunciando que existiam na cidade de São João del-Rei seis escravos africanos que por suas idades tinham vindo para o Brasil depois da lei “*para inglês ver*” de 1831, que proibiu o comércio atlântico de escravos. Publicou ainda os nomes desses escravos e de seus senhores, além da carta do Juiz Municipal pedindo ao Coletor que também enviasse a lista dos escravos nas mesmas condições de todo o Município, que todos seriam libertados. Tanto o coletor quanto o juiz suplente, Herculano de Assis Carvalho e Carlos Baptista de Castro, eram “*liberais*” abastados.

Sobre o *Século*, por que seria redigido pelo “*batalhador Joaquim Nabuco*”<sup>1085</sup>, afirmou que “*representará a parte mais adiantada do partido liberal.*”<sup>1086</sup> Também José do Patrocínio recebeu elogios, como “*eminente cidadão (...) distinto brasileiro (...) extraordinário*”<sup>1087</sup>, que tinha “*importantíssimos serviços prestados (...) à santa causa da humanidade.*”<sup>1088</sup>

Por fim, essa folha anunciou o romance de Francisco de Paula Pinheiro chamado *As lágrimas de Zulmira* ou *O Escravo*<sup>1089</sup>, um romance abolicionista. Isso tudo em apenas 27 números, que foi o que sobrou dessa folha. Na mesma, ainda podemos perceber que o abolicionismo não se reduzia à sua redação, pois eram noticiadas as alforrias concedidas por diferentes cidadãos, assim como manifestações artísticas de cunho abolicionista, como durante o “*Grande Baile*”, oferecido em 1886 pelos engenheiros que trabalhavam nas obras de

<sup>1079</sup> *S. João D'El Rei*. 17 de Fevereiro de 1886. Ano I. Número 9.

<sup>1080</sup> *S. João D'El Rei*. 24 de Dezembro de 1886. Ano I. Número 2. “*O remorso (ao assassino de Lincoln)*”.  
*S. João D'El Rei*. 12 de junho de 1886. Ano I. Número 24. No Folhetim.

<sup>1081</sup> *S. João D'El Rei*. 24 de Fevereiro de 1886. Ano I. Número 10.

<sup>1082</sup> *S. João D'El Rei*. 10 de Janeiro de 1886. Ano I. Número 4.

<sup>1083</sup> *S. João D'El Rei*. 24 de Fevereiro de 1886. Ano I. Número 10.

<sup>1084</sup> *S. João D'El Rei*. 28 de Março de 1886. Ano I. Número 14.

<sup>1085</sup> *S. João D'El Rei*. 24 de Fevereiro de 1886. Ano I. Número 10.

<sup>1086</sup> *S. João D'El Rei*. 24 de Fevereiro de 1886. Ano I. Número 10.

<sup>1087</sup> *S. João D'El Rei*. 28 de Novembro de 1886.

<sup>1088</sup> *S. João D'El Rei*. 28 de Novembro de 1886.

<sup>1089</sup> *S. João D'El Rei*. 28 de Novembro de 1886. Número 41.

extensão da Estrada de Ferro do Oeste para Oliveira, quando foi lido um poema de Castro Alves<sup>1090</sup>.

Um *Club* que se reunisse e tivesse produzido atas, feito festas, arrecadado dinheiro, libertado escravos seria diferente em que de um jornal de linha editorial abolicionista? Ora, a função que o próprio Francisco Pinheiro propôs, na reunião de Setembro de 1884, como prioridade para o Club Abolicionista seria “*promover a propaganda pacífica da idéia*”<sup>1091</sup>, o que exigiria criar uma folha como o *S. João D'el-Rei*. As festas para juntar recursos e libertar escravos eram feitas há quase duzentos anos, pois uma das funções das irmandades era emprestar dinheiro. O que não encontramos em São João del-Rei é o abolicionismo de ação direta, o ataque a fazendas para libertar escravos. Mas mesmo sem acontecerem, já eram munição para a propaganda anti-abolicionista do *Arauto de Minas*.

Que a folha abolicionista de São João del-Rei não tenha sido financiada por um “*Club abolicionista*”, mas sim por um “*partido liberal*”, não faz com que a propaganda abolicionista não tenha sido feita, e ainda atesta que a causa abolicionista não era impopular, visto que um “*club*”, que não tem fins eleitorais, podia desprezar a aceitação pública previsível, mas uma união formada com finalidades eleitorais, um partido, dificilmente se deixaria relacionar a uma causa capaz de perder muitos votos. De fato, mesmo sob o governo “*conservador*”, ou seja, com muitos funcionários públicos votando com os “*conservadores*” e o estado atuando, conforme não é novidade, também ao lado destes, os “*liberais*” fizeram quatro de nove vereadores em 1886.<sup>1092</sup>

O discurso dos “*liberais*”, desde que foram alijados do governo, não deixou mais de levar em conta a “*questão do elemento servil*”, identificar o “*partido liberal*” com a causa dos escravos, e o “*conservador*” com o “*escravagismo*”, conforme Aureliano Mourão denunciou que era a intenção de Dantas. *O Domingo*, apesar de ter denunciado Saraiva, como vimos logo acima, aceitava como verdadeira a propaganda “*liberal*”:

*“O partido liberal viveu nos últimos tempos de seu reinado pelo elemento servil e para o elemento servil.*

*O Sr. Dantas, com a coragem sublime da convicção e com o ardor entusiástico da coragem, escreveu uma página brilhante na história desse partido, que,*

<sup>1090</sup> *S. João D'El Rei*. 23 de Junho de 1886. Ano I. Número 25.

<sup>1091</sup> *Gazeta Mineira*, São João del-Rei, 11 de Outubro de 1884. N. 55. Ano I. Arquivo Histórico do Iphan de S.J.del-Rei. Tendo sido Francisco Pinheiro redator também da *Situação* em 1880, e colaborado no *São-Joanense* e no *Cinco de Janeiro* dos anos 1876 a 1880, assim como na *Tribuna do Povo* entre 1881 e 1882, devemos imaginar que entre os objetivos do clube existisse a criação de um periódico.

<sup>1092</sup> *S. João D'El Rei*. 19 de Agosto de 1886. Ano I. Número 27.

*positivamente, não a tem muito gloriosa.*”<sup>1093</sup>

Não era só em São João del-Rei, mas em Minas Gerais que o “*partido liberal*” atraía para si a imagem abolicionista, como no seguinte exemplo, quando obteve, apesar de encontrar-se na oposição, a vitória em uma eleição senatorial acontecida em 1886. Esse artigo foi extraído do *Liberal Mineiro*, de Ouro Preto, e republicado pelo *S. João del-Rei*, dando uma demonstração de unidade de vistas entre as folhas oficiais dos “*liberais*” de duas cidades de peso na economia e na política de Minas Gerais:

*“...esta província, cujos habitantes têm sentimentos nobres e elevados, como elevados são os cumes de suas montanhas, a impetuosidade de seus rios e a fertilidade de seu abençoado solo, ainda mais uma vez vai dizer ao Imperador, que, oprimida, vexada e vilipendiada, não se corrompe, não se avilta, não sanciona o pacto feito em S. Cristóvão em nome do escravagismo contra a causa da liberdade dos perseguidos escravizados.”*<sup>1094</sup>

Um mês antes, o *S. João D’el-Rei* tinha denunciado que o governo “*conservador*” deixara de arrecadar impostos para o Fundo de Emancipação por meses, que decidira retirar da matrícula a casa da naturalidade para dificultar ações de liberdade, que elevava em até um ano e meio o tempo de serviço dos escravos com mais de 60 anos e acusava-o de pretender reabrir o mercado do Valongo.<sup>1095</sup>

Portanto, mesmo na busca de votos, os “*liberais*” resolveram assumir a posição a favor da libertação dos escravos, e os “*conservadores*”, com destaque para os capitaneados pelo *Arauto de Minas*, também em busca de votos, permaneceram na postura contrária, embora em São João del-Rei ambas as parcialidades lutassem pela palavra “*emancipacionismo*”. É tão difícil acreditar no “*emancipacionismo*” desses “*conservadores*” que retratavam escravos fugidos como feras, como vimos no segundo capítulo, quanto no dos “*liberais*” que consideravam Joaquim Nabuco chefe da parte mais avançada de seu partido<sup>1096</sup> e cantavam vitória para José do Patrocínio<sup>1097</sup>.

Está mais que claro que o “*emancipacionismo*” dessas folhas de São João del-Rei, assim como de sua população, era bastante heterogêneo, ou seja, não existia nenhum consenso “*emancipacionista*”, e nada parecido com uma hegemonia de qualquer posição. Muitos têm

<sup>1093</sup> *O Domingo*. São João del-Rei. 20 de Setembro de 1885. Ano I. Número 1.

<sup>1094</sup> *S. João D’El Rei*. 30 de Setembro de 1886. Ano I. Número 33. Iphan. Destacamos em negrito a parte da citação que nos interessa.

<sup>1095</sup> *S. João D’El Rei*. 24 de Julho de 1886. Ano I. Número 27. Iphan.

<sup>1096</sup> *S. João D’El Rei*. 24 de Fevereiro de 1886. Ano I. Número 10. Iphan.

<sup>1097</sup> *S. João D’El Rei*. 28 de Novembro de 1886. Ano I. Iphan.

deixado de perceber isso, assim como até contemporâneos dos fatos, conforme vimos, por que não decifraram a gramática do poder dessa sociedade. Decifrada, ela nos lembra de imediato a arte barroca das igrejas de São João del-Rei, com seus contrastes bem marcados, luzes e sombras, o bem e o mal, céu e terra. Esqueletos e anjos figuram lado a lado nas mesmas obras sacras barrocas. A palavra “*emancipacionismo*”, nessa gramática “*barroca*” do poder, englobava abolicionistas e escravocratas, e isso não foi planejado por nenhum dos dois lados. E também como é comum nas artes plásticas barrocas, a divisão em dois blocos opostos não exclui a riqueza de detalhes, não é uma simplificação, não é uma pobreza de alternativas. Por exemplo, vimos que também existiram aqueles que negaram se confundir no emancipacionismo, como Francisco de Paula Pinheiro, e os que pretenderam demonstrar uma prática realmente emancipacionista, ou seja, nem escravocrata, nem abolicionista, como no exemplo do círculo da *Gazeta Mineira*. Enquanto o *Arauto de Minas* lutava pela manutenção da escravidão, a *Gazeta Mineira* lamentava o seu fim próximo e esforçava-se por convencer os fazendeiros a se prepararem. Assim, observando o “*emancipacionismo*” que existiu em São João del-Rei com cuidado, longe de encontrar uma hegemonia de um escravismo envergonhado, encontramos todo um leque de diferentes opiniões sobre a “*questão do elemento servil*”, incluindo um abolicionismo envergonhado.

## 9. Dois círculos abolicionistas

Meses antes do *S. João d'El-Rei*, surgiu *O Domingo*<sup>1098</sup>, que não foi uma folha partidária, mas literária, redigida por Jorge Rodrigues e José Braga. Chamava a escravidão de “*cancro roaz*”, e afirmava que:

“a iniciativa particular demonstra claramente ao Governo que a propaganda abolicionista encontra o mais entusiástico apoio em todos os pontos do Império, do que dão eloqüentes provas as províncias que se libertaram e o sem número de libertações que se sucedem constantemente!”<sup>1099</sup>

<sup>1098</sup> É interessante que *O Domingo* confirma a crítica de Ângela Alonso, Op. Cit., pág. 38, de que a “*perspectiva da história das idéias tomou por pressuposto que o objetivo central do movimento intelectual fosse a criação de uma filosofia, uma literatura e uma ciência nacionais e sua institucionalização acadêmica. Por isso, nem procurou possíveis conexões com a política prática, assumindo como dada sua inclinação teórica e seu apoliticismo.*” Ora, *O Domingo* lutava abertamente por uma literatura nacional e afirmava-se apolítico, mas quem o ler sem buscar conexões com a política prática de seu tempo não o entenderá, e terá que pular diversos de seus artigos, por exemplo em que seu apoliticismo era teoricamente defendido com análises do sistema político e da sociedade imperiais.

<sup>1099</sup> *O Domingo*. São João del-Rei. 25 de Outubro de 1885. Ano I. Número 6. Biblioteca Municipal B. C. d’A.



Considerava o abolicionismo “*a causa santa da liberdade*” e “*uma idéia que tem por gládio invencível – a justiça, e por escudo – o patriotismo.*”<sup>1100,</sup>

Quando faleceu Muniz Barreto, “*o decano dos jornalistas brasileiros*”, fundador do *Correio Mercantil*, considerada pel’*O Domingo* como a primeira folha democrática do segundo reinado, essa folha destacou que:

“*O anelo constante e fervido que sempre alimentou, era a extinção da escravatura. Queria morrer deixando a terra de seu berço livre da triste mácula infamante... Desgraçadamente para todos nós não viu realizada a sua aspiração suprema. A terra em que sepultou-se o patriarca do abolicionismo, ainda há de ser pisada por escravos!...*”<sup>1101</sup>

Assim, na cidade em que toda a historiografia do século XX era unânime em reconhecer uma hegemonia “*emancipacionista*”, existiram paralelamente duas folhas de fato abolicionistas, uma do “*partido liberal*”, que vimos acima, e outra literária.

Temos, portanto, não somente duas folhas abolicionistas em uma cidade onde a historiografia dizia não ter existido abolicionismo nenhum, mas duas folhas muito diferentes. Uma era de um partido político, outra de jovens literatos que afirmavam detestar eleições. Uma oficialmente monarquista, outra mal disfarçadamente republicana. Uma, o *S. João D’El-Rei*, foi de todas as folhas que estudamos aquela cujas permutas mais se concentravam em Minas Gerais, a outra, *O Domingo*, uma das que proporcionalmente menos permutava com essa província. Também era diferente o perfil de seus anunciantes, e completamente diferente o das sociabilidades citadas. De fato, eram círculos completamente diferentes, nos objetivos, métodos, formas de escrever, assuntos, relações, e que quase só tinham em comum a defesa do fim da escravidão. Assim, o abolicionismo encontrado com o estudo das folhas de São João del-Rei não só existia como não estava restrito a um gueto. E mais, ele se fortaleceu a partir de 1884.

## 10. A dupla derrota de Pedro II

Vamos partir do que afirmou José Murilo de Carvalho sobre a queda da monarquia:

“*pode dizer-se que o sistema imperial começou a cair em 1871 após a Lei do*

<sup>1100</sup> *O Domingo*. São João del-Rei. 8 de Novembro de 1885. Ano I. Número 8. Biblioteca Municipal B. C. d’A.

<sup>1101</sup> *O Domingo*. São João del-Rei. 22 de Novembro de 1885. Ano I. Número 10. Biblioteca Municipal B. C. d’A.

*Ventre Livre. Foi a primeira clara indicação de divórcio entre o rei os barões, que viram a Lei como loucura dinástica. **O divórcio acentuou-se com a Lei dos Sexagenários e com a abolição final. É fato aceito por todos os estudiosos, por exemplo, que a adesão ao republicanismo aumentava substancialmente à época de medidas abolicionistas.***<sup>1102,</sup>

A frase em negrito agora precisa ser retificada. A crise iniciou-se em 1884 e a lei aprovada já foi uma tentativa de abafá-la. Não é uma questão de datas, mas de conteúdo. O projeto Os “barões” não gostaram do projeto Dantas, mas a Lei dos Sexagenários, como é conhecida a que foi aprovada em 1885 por Saraiva e Cotegipe, teve apoio escravocrata, como denunciaram os abolicionistas até em São João del-Rei. José Murilo ainda nos explica sobre essa lei que:

*“Em 1884, o gabinete Dantas sofreu moção de desconfiança na Câmara dominada pelos liberais ao tentar passar o projeto dos sexagenários. A nova Câmara voltou ainda mais conservadora e de novo derrotou Dantas que teve de retirar-se. O projeto só foi aprovado graças à combinação de um governo liberal (Saraiva), que o aprovou na Câmara, seguido por outro conservador (Cotegipe), que o fez passar no Senado. Era nítida a distância entre a representação e a opinião pública que, pela primeira vez, se organizava e se fazia visível no movimento abolicionista.”*<sup>1103,</sup>

Segundo José Murilo, “a nova lei levou a arrefecimento temporário da campanha abolicionista”<sup>1104</sup>, mas de fato esse efeito foi muito tênue, por que o projeto de Saraiva e Cotegipe não era o mesmo de Dantas, não tinha mais o apoio do movimento abolicionista.

A folha literária *O Domingo*, que começou a circular em São João del-Rei poucos meses antes do *S. João del-Rei*, e que não era do “partido liberal”, nos fala desse acontecimento com menos limites:

*“Veio o Sr. Saraiva, o escolhido de D. Pedro II, o Messias desejado, não das nações, mas do imperador e áulicos circunvizinhos; veio e desmanchou o que estava feito, refundiu, engendrou coisas 'mais adiantadas' e... atrasou-se a mais não poder. Apresentou um projeto híbrido, inconveniente, nem liberal, nem conservador, nem republicano, nem abolicionista, nem escravocrata, unicamente – desumano, simplesmente – monstruoso, na frase do Sr. Christiano Ottoni.”*<sup>1105,</sup>

Esse artigo é de oito dias antes da lei ser sancionada, ou seja, um dos círculos

<sup>1102</sup> CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. Pág. 322.

<sup>1103</sup> Idem. Pág. 411.

<sup>1104</sup> Idem. Pág. 318.

<sup>1105</sup> *O Domingo*. São João del-Rei. 20 de Setembro de 1885. Ano I. Número 1.

abolicionistas de São João del-Rei já não se satisfazia com a nova lei antes mesmo dela o ser!

Por isso, Pedro II sofreu uma dupla derrota em 1884, primeiro perdendo grande parte do apoio dos escravocratas, que não compreenderam as possibilidades do projeto Dantas diante da correlação de forças que se alterava rapidamente a favor do abolicionismo. Em segundo lugar, a própria derrota de Dantas foi uma derrota do governo de Pedro II, que escolheu e sustentou esse gabinete, na esperança de produzir sobre o abolicionismo o efeito da lei de 1831, ou de 1871. Essa segunda derrota, eleitoral, impediu o rei de ganhar o apoio abolicionista em troca do que perdia dos escravocratas, ao seio dos quais foi obrigado a voltar com Saraiva. Não tinha mais a confiança absoluta nem de escravocratas, nem de abolicionistas, e o movimento republicano começou a crescer mais rápido que até 1884. A crise de 1884 não teve solução sob a monarquia.

## Conclusão

A crise política que os contemporâneos dataram o início em 1884, foi ambientada pela reforma eleitoral de 1881. Primeiro, por que esta colocou fim ao argumento que adiava o debate sobre a “*questão servil*”, que era a impossibilidade de resolver questão tão importante enquanto as eleições não eram representativas. Feita a reforma eleitoral, por um governo “*liberal*” e também pelo Senado de maioria “*conservadora*”, nenhuma das parcialidades dispunha mais do argumento de que os meios de decisão eram ilegítimos. Segundo, por que de fato permitiu maior poder eleitoral às elites intelectuais, políticas e econômicas de cada distrito, aliás muito bem demarcadas por um rígido alistamento eleitoral. Poder esse perdido pelas direções partidárias provinciais. Ou seja, deixou de existir um poderoso instrumento de conservação da unidade dos partidos, que era a lei eleitoral de 1875, criada pelo “*partido conservador*” em um momento que precisava se recuperar das fissuras sofridas devido à aprovação da famosa Lei de 28 de Setembro de 1871<sup>1106</sup>.

As eleições de 1881 foram uma novidade para todos os círculos políticos do Império, mas mesmo com esse caráter experimental já deu sinais de uma crise dos partidos monárquicos, que dividiram-se em diferentes distritos. Só sinais, pois outro fator adiava a crise - essa eleição não tinha nenhum assunto específico em pauta, visto que a dissolução da Câmara eleita em 1879 não foi consequência de nenhuma polêmica, mas tão somente para testar rapidamente a nova lei, o que era anseio geral. Isso fez com que todos os assuntos entrassem em pauta, mas nenhum com destaque. A “*questão do elemento servil*” ocupou algumas linhas de quase todas as circulares eleitorais, mas não com destaque. O abolicionismo, contudo, se impôs ao ponto de tornar-se o principal assunto nas eleições de Dezembro de 1884 e início de 1885<sup>1107</sup>.

Façamos uma síntese do que dizem os autores e as fontes sobre 1884. O abolicionismo atingiu um patamar avançado, não só conquistando a libertação em três províncias, como

<sup>1106</sup> Segundo Ângela Alonso, Op. Cit., pág. 42., “*Uma parte da elite política monárquica começou, no início dos anos 1870, uma reforma controlada, modernizante para a economia e a sociedade mas sem alterar o âmago das instituições políticas – o gabinete Rio Branco (1871-1875) sintetiza esta iniciativa. O impasse quanto ao rumo das reformas gerou uma crise política sem precedentes: os partidos se desestabilizaram, com a formação de dissidências em cascata, desembocando mesmo na formação de um partido anti-regime.*”

<sup>1107</sup> O primeiro escrutínio foi em Dezembro de 1884, mas muitos distritos tiveram segundo turno, já no início de 1885. Convém, contudo, não esquecer que a dissolução da Câmara foi em meados de 1884, de forma que os debates estenderam-se por meses.

multiplicando suas folhas e levando a questão ao cerne do debate parlamentar e eleitoral. O debate político, materializado nas folhas periódicas, vivenciou um surto. Pedro II ficou ao lado do ministério Dantas, acusado de abolicionismo e defensor do imposto territorial, contra uma Câmara “liberal” e o Conselho de Estado. Agravaram-se as tensões entre a tropa e a monarquia. Em meio a questões tão importantes, muitos podem considerar insignificante que os partidos monárquicos tenham entrado em crise, e os republicanos eleito deputados pela primeira vez. A crise partidária é de fato um aspecto como outro qualquer do que acontecia, uma crise do estado. E é um dos aspectos mais visíveis, pois a maior parte de nossas fontes são periódicos partidários, cujo principal assunto são os partidos.

O estado consolidado pelos “*saquaremas*” além de tropas, escolas, alfândega, tribunais, imprensa ministerial e oposicionista, igreja necessitava também de um sistema partidário que o legitimasse. Nos capítulos 2, 3 e 4 apresentamos uma grande quantidade de informações sobre os partidos monárquicos a partir de suas folhas no 6º distrito. É nítido que nessa região não se podia falar de “*falta de sentido das legendas partidárias*”<sup>1108</sup>. Nossas pesquisas contrariam os historiadores que negam as diferenças entre os partidos e a importância dessas organizações. Destes, José Murilo de Carvalho citou Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré, Nestor Duarte, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Vicente Licínio Cardoso<sup>1109</sup>. Nós incluímos nessa lista Richard Graham, que afirmou claramente que “*os cidadãos se dividiam politicamente não por causa de lealdades partidárias, e muito menos por considerações ideológicas, mas por causa de laços pessoais.*”<sup>1110</sup> Os capítulos 2, 3 e 4 indicam o contrário. Os partidos eram ideologicamente muito diferentes e as divergências partidárias dividiam os cidadãos em blocos inimigos. Os laços entre os membros dos partidos não eram de fato somente políticos e ideológicos, mas é necessário detalhar os “*laços pessoais*”. Primeiro por que semelhanças políticas e ideológicas também geram vínculos pessoais. Segundo por que existiam outras razões de união em um partido tão importantes quanto as clientelistas, as políticas, as ideológicas e as econômicas. Terceiro, por que por “*laços pessoais*” um leitor desatento pode entender somente vínculos familiares e de amizade.

Graham também disse que “*Apesar da fingida dedicação ao valor de partidos nacionais, construí-los era algo que impunha dificuldades quase intransponíveis.*”<sup>1111</sup> De

<sup>1108</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. RJ: Editora UFRJ. 1997. Pág. 252.

<sup>1109</sup> CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. Pág. 202.

<sup>1110</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. RJ: Editora UFRJ. 1997. Pág. 198.

<sup>1111</sup> Idem.

fato, não foram “construídos”, eram, como se dizia nos periódicos do 6º distrito, parcialidades, ou seja, lados, tendências, não organizações nacionais. No dizer de José Murilo de Carvalho, os “partidos se formaram de maneira espontânea durante o período em que vigorava a eleição indireta por província, e em que estava suspensa a atribuição do Poder Moderador de dissolver a Câmara.”<sup>1112</sup> De fato surgiram na Regência os embriões dos partidos, que continuaram se formando e deformando na mesma medida que o próprio estado.

Esses partidos tinham uma forma específica de organização nacional, as redes nacionais de folhas, que até a década de 1880 foram duas, a “liberal” e a “conservadora”. No período em que São João del-Rei deixou de ter folhas próprias, os partidos continuaram com sua imprensa na Corte e nas capitais. Coisa rara, que não encontramos no 6º distrito, era uma folha ou mesmo um redator mudar de partido.

Não negamos a existência do clientelismo, nem que em diferentes partes do Império pudesse ser verdade que:

*“Se as facções brigavam entre si para serem reconhecidas como as beneficiárias legítimas do clientelismo, e dos cargos políticos de quem quer que controlasse o governo central, o Gabinete desejava apoio eleitoral de qualquer facção local com probabilidades de vencer, isto é, a que tivesse mais força. Portanto era irrelevante o rótulo que uma facção local adotava.”*<sup>1113</sup>

Mas outra vez o que encontramos no 6º distrito, e que certamente acontecia também em diversos outros, é muito diferente do que lemos a afirmação acima. Durante os governos “liberais”, os “conservadores” de São João del-Rei, Nazareth, Oliveira e outros colégios onde eram majoritários eram proscritos, perdiam todos os cargos, e faziam oposição desde o primeiro dia, o que só mudou depois da Lei Áurea, quando pela primeira vez os “conservadores” de Nazareth e São João del-Rei votaram com o “partido liberal” contra os republicanos enquanto os de Oliveira passaram-se em peso para o Partido Republicano. Ou seja, quando havia mudado a realidade política pois a divisão tornara-se entre monarquistas e republicanos. Da mesma forma, durante os governos “conservadores”, os “liberais”, mesmo em Prados onde tinham praticamente todos os votos, eram proscritos e igualmente só tinham como recurso partir para a oposição. Note-se que essa realidade não exclui o clientelismo. Quando no governo, os chefes locais de cada partido faziam pressão sobre os chefes

---

<sup>1112</sup>CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. Pág. 322.

<sup>1113</sup>GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. RJ: Editora UFRJ. 1997. Pág. 210.

provinciais e nacionais para acelerar as derrubadas e abrir claros onde encaixar seus protegidos, e muitos dos envolvidos nas lutas partidárias tinham os empregos públicos como incentivo ou como principal objetivo. Contudo, o clientelismo não tornava “*irrelevantes*” as divergências partidárias.

Um exemplo de Graham é Caçapava, “*a proteção dos chefes locais. Os senhores de terra de Caçapava, Liberais e Conservadores, só se dividiam a respeito desse problema essencial e nenhum outro.*”<sup>1114</sup> No 6º distrito por outro lado, os senhores de terras de Prados e de Oliveira, que em 1889 uniram-se no Partido Republicano, em 1884 dividiram-se sobre outro problema essencial, a escravidão, pois os de Prados votaram em peso com Dantas, e os de Oliveira votaram com a oposição, e estavam sobre essa assunto muito claramente divididos. Ou seja, mesmo tendo práticas clientelistas, os chefes partidários do 6º distrito de Minas Gerais também tinham idéias.

Não é portanto suficiente a ressalva de Graham:

*“E é verdade que nas cidades os votantes começavam a identificar-se cada vez mais com certas posições e a dar seus votos para eleitores com o nome e partido dos deputados em mente. Mas eram poucas as cidades.”*<sup>1115</sup>

Portanto, nossa pesquisa se localiza entre as que afirmam que eram significativos e diferentes os partidos imperiais. Mas entre os historiadores desse campo existem várias polêmicas. Vamos apresentar os resultados que encontramos no 6º distrito para as polêmicas para as quais podemos contribuir<sup>1116</sup>.

Que os partidos tinham diferentes culturas políticas é o que mais vimos nessa dissertação, mas suas diferenças iam além disso. A distinção urbano/rural, que tem sido descartada, não é completamente fictícia, só não era absoluta. Os dois partidos tinham membros nas cidades e no campo. Porém, devemos repetir, a maior parte da força ativa do campo destinava-se ao “*partido conservador*”, enquanto o “*partido liberal*” tinha a maior parte de seu apoio na cidade, e as folhas dos “*liberais*” de São João del-Rei exarcebavam essa tendência, pois só tratavam da cidade. José Murilo de Carvalho afirmou “*que estavam equivocados Azevedo Amaral, Faoro, João Camilo e Fernando de Azevedo. Os elementos vinculados à posse da terra não se filiavam predominantemente a um ou outro partido*

<sup>1114</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. RJ: Editora UFRJ. 1997. Pág. 236.

<sup>1115</sup> Idem. Pág. 223.

<sup>1116</sup> É isso mesmo, contribuir para as polêmicas, não somente para solucioná-las, mas por vezes para complicá-las.

*monárquico, mas se distribuía quase que igualmente entre eles.*<sup>1117</sup> Mas tal afirmação teve por base o estudo da origem social dos ministros do II Reinado, não a base política desses ministros! Nosso estudo chegou a conclusões opostas às de José Murilo de Carvalho por que se concentrou nas bases políticas de ambos os partidos no 6º distrito. Se tivéssemos estudado, por exemplo, os candidatos a deputado geral pelo 6º distrito no mesmo período, teríamos por parte dos “*liberais*” um médico (Galdino das Neves), um advogado (Cassiano Gonzaga) e um fazendeiro muito rico (José de Rezende Carvalho), e por parte dos “*conservadores*” dois fazendeiros muito ricos (Ignácio Martins de Carvalho Rezende e Justiniano das Chagas), um advogado (Aureliano Mourão) e um médico (Balbino da Cunha). É possível que todos tivessem terras, e certamente todos eram intelectuais, mesmo os fazendeiros. Ou seja, nossos resultados seriam iguais aos de José Murilo sobre as relações dos partidos com o campo, e mais, tenderíamos a concordar com aqueles autores que não encontram diferenças entre os partidos. Mas nessa lista de candidatos não aparecem os mestiços do “*partido liberal*”, nem os portugueses do “*conservador*”, nem os artesãos “*chimangos*”, nem os anúncios de fuga de escravos das folhas “*casudas*”. Contudo, repetimos, entre os “*liberais*” existiam homens do campo, e também não podemos esquecer que a maioria dos comerciantes mais ricos, dos magistrados e dos intelectuais em São João del-Rei eram do “*partido conservador*”, que portanto não era exclusivamente rural.

Entre os profissionais liberais, os de formação mais cara e difícil, como bacharéis e médicos, eram em sua maioria ligados ao “*partido conservador*”, já os farmacêuticos, formados em Ouro Preto, eram em sua maioria do “*partido liberal*”. Esse último atraía ainda grupos intelectuais marginais e os homens de cor. A exclusão dos miseráveis, prevista aliás pela Constituição, era comum ao discurso e à prática de ambos os partidos, com exceção dos últimos anos de existência do “*partido liberal*”, quando este adotou a bandeira do voto universal masculino<sup>1118</sup>. Sua composição, porém, não foi significativamente alterada.

Encontramos a composição desses partidos muito semelhantes se observamos por outro ponto de vista, das trajetórias formativas de seus membros. É interessante ressaltar que nesse caso são semelhantes os políticos de projeção nacional e provincial com os de atuação local. O que faz essas semelhanças é que o serem políticos pressupunha que tivessem o que

---

<sup>1117</sup> CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003. Pág. 212.

<sup>1118</sup> *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 15 de Dezembro de 1885. N.1.



Ilmar Rohloff de Mattos chama de “*monopólio do discurso*”<sup>1119</sup>. N’*O Tempo Saquarema*, esse autor segue as trajetórias de quatro líderes nacionais “*saquaremas*”, encontrando a formação acadêmica, a carreira jurídica e política, a atuação em associações e na imprensa como traços fortes de suas vidas<sup>1120</sup>. Para as lideranças locais, que estudamos, de ambos os partidos, e que Mattos chama de “*estrato intermediário*”, podemos dizer coisa muito semelhante, em proporções provincianas, pois todos tinham alguma formação erudita em diferentes escolas ou autodidata, quase todos atuaram na justiça mesmo que como advogados provisionados, atuavam em associações, na imprensa e tinham uma carreira política<sup>1121</sup>. As proporções são diferentes por que os chefes políticos locais também tinham que cuidar de suas fazendas, vendas, escritórios, farmácias, consultórios, ou seja, de seus afazeres cotidianos, enquanto dos chefes nacionais esperava-se que abrissem mão de tudo isso<sup>1122</sup>. Aqui cabe dizer que se não procuramos nos limitar ao estudo de uma elite política local, nossas fontes quase só citaram para nós os nomes que ai se enquadravam por vários diferentes critérios<sup>1123</sup>.

Também eram semelhantes, tanto os partidos em São João del-Rei, quanto seus membros de projeção local e nacional, em um traço que fazia parte da gramática do poder de toda uma época, encontrado por Ângela Alonso em seu estudo sobre a geração de 1870:

*“Observando as trajetórias individuais e o conjunto de obras publicadas, é impossível distinguir ‘intelectuais’ de ‘políticos’. A divisão é um anacronismo. Não havia um grupo social cuja atividade exclusiva fosse a produção intelectual.”*<sup>1124</sup>,

De fato, até *O Domingo*, que se propôs como folha exclusivamente literária, e que foi reconhecida como uma das que mais conseguiu manter-se nesse campo, pregando o

<sup>1119</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo, Hucitec, 1987. Pág. 185.

<sup>1120</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo, Hucitec, 1987. Pág. 182-183.

<sup>1121</sup> Ver anexo 1.

<sup>1122</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo, Hucitec, 1987. Pág. 186-187.

<sup>1123</sup> Se usamos o conceito de Gramsci, eram os poucos entre os cidadãos ativos que tinham a capacidade de dirigir e organizar a sociedade e o estado, sem a prerrogativa criadora necessária aos chefes nacionais, mas por isso mesmo com a necessidade de adaptação aos volteios da sociedade e da política, ou seja, às criações que surgiam. Wlamir Silva em sua tese de doutorado (Op.Cit.) utilizou o conceito de elite de Gramsci para estudar uma elite política mineira da década de 1830, e incluiu entre esta o padre Marinho, mulato e pobre, redator do *Astro de Minas* e diversas outras folhas. O que nos faz pensar no italiano Carlos Preda, tipógrafo, sempre presente também em diversas redações, dirigente em uma associação de italianos, quanto não liderava entre os “*liberais*”, “*republicanos*” e “*conservadores moderados*”? Se usamos a definição de Peter Burke, quase todos os homens citados em nossas fontes, com ênfase para os que redigiam as folhas, exerciam de fato um papel dirigente, pois essa era a forma prática de dirigir partidos, e o papel dos partidos na composição do estado imperial dá relevo a esse papel.

<sup>1124</sup> ALONSO, Ângela. Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração de 1870. In: *RBCS*. Vol. 15. outubro de 2000. Pág. 39.

apoliticismo, era de fato bastante político, abolicionista e republicano. E diversos redatores de folhas partidárias publicaram obras literárias.

Apesar dos abalos gerados pela Lei do Ventre Livre, até 1884 essas elites políticas e intelectuais locais, em Minas Gerais, estavam estabelecidas nos partidos monárquicos. A crise desse bipartidarismo teve por estopim o mesmo que deflagrou os outros aspectos desse processo – a *“questão do elemento servil”*. Não só em 1884, mas também em 1871 e 1888, esse assunto gerou perdas políticas para a monarquia e seus partidos. Conforme vimos, em 1884, esse assunto *“explosivo”* foi imposto pelas ruas ao governo pelas as libertações no Ceará, Amazonas e Rio Grande do Sul e crescimento do movimento abolicionista em todo o Império.

O que agravou essa crise foi que ela não se resolveu em 1884, pois o Projeto Dantas foi derrubado, e a Lei dos Sexagenários não agradou aos abolicionistas, ou seja, não colocou fim à crise. Foi a monarquia a principal derrotada, uma vez que não conseguiu resolver a *“questão do elemento servil”* apesar de suas enormes perdas políticas, o enfraquecimento dos partidos monárquicos e o fortalecimento dos republicanos, que pela primeira vez elegeram deputados. Essas perdas não cessaram em 1884, os *clubs* republicanos continuaram surgindo, o *“partido liberal”* não voltou a se unificar nem contra o governo *“conservador”* iniciado em 1885, e o abolicionismo continuou crescendo, exigindo que a Coroa aprofundasse a crise! Em 1889, *A Pátria Mineira* ainda referia-se a essa crise com naturalidade:

*“O Diário de Notícias, depois que passou a ser redigido pelo conselheiro Ruy Barbosa, tem-se tornado um dos órgãos mais interessantes do jornalismo brasileiro.*

*Apontando ao partido liberal o caminho que o pode conduzir seguro na crise política que, há mais de cinco anos, desorienta os partidos constitucionais,...”<sup>1125</sup>*

A Lei dos Sexagenários não acalmou os abolicionistas, e para aprová-la no Senado Pedro II precisou chamar ao governo o *“partido conservador”*, o que significava encerrar os debates parlamentares sobre a *“questão do elemento servil”*, ou seja, tentar resistir ao abolicionismo. Ao menos no 6º distrito não é possível ter dúvidas, o partido que realmente fazia questão de sustentar o trono, o *“conservador”*, era também o partido preferencial dos escravocratas.

Existiam republicanos e *“liberais”* escravocratas, assim como *“liberais”* e abolicionistas monarquistas. Mas era o *“partido conservador”* que defendia a monarquia e o

<sup>1125</sup> *A Pátria Mineira*. 14 de Abril de 1889. Ano I. Número 0.

*status quo* da “*questão do elemento servil*” em um discurso coerente, pois sua cultura política o permitia, construída que foi na defesa de ambos<sup>1126</sup>. O catolicismo, por exemplo, tanto servia para defender a Coroa quanto reforçava as divisões sociais com suas irmandades e igrejas separadas para homens livres e escravos, brancos e negros, ricos e pobres. Outro exemplo é o lusitanismo, pois além de terem o sangue dos Bragança, os portugueses eram conhecidos por seu envolvimento com a escravidão. Um dos portugueses “*casquados*” de São João del-Rei falecido em 1882 tinha sido capitão-do-mato, e outros eram ricos escravocratas. Terceiro e último exemplo, a defesa de que as transformações fossem sempre graduais e lentas correspondia aos interesses da monarquia e dos senhores de escravos. Por isso 1871, 1884 e 1888 foram anos de problemas para esse partido.

Não temos folhas para São João del-Rei em 1871, mas sabemos que o “*partido conservador*”, no governo, sofreu fissuras graves em consequência da Lei do Ventre Livre. Em 1884, existiam nessa cidade dois círculos “*conservadores*”, que esforçavam-se por não se enfrentarem e não racharem o partido, mas tinham de fato relações conflituosas. Porém, ambos eram contrários ao abolicionismo. Não ficaram imunes ao ano de 1884, mesmo por que os abalos da monarquia eram sentidos pelo “*partido conservador*”, mas ao menos não estavam no governo. Esse mal só sofreram no 13 de Maio de 1888, quando uma câmara “*conservadora*” eleita contra o abolicionismo aprovou o fim imediato da escravidão, matando seu próprio partido. A Lei Áurea foi aprovada às pressas, como o rompimento de um dique, foi a captulação do “*partido conservador*”, que já não podia resistir à imprensa, aos *clubs*, às fugas, ao “*partido liberal*”, à Princesa e à sua própria divisão em algumas províncias a respeito desse assunto. Muito ao contrário do projeto Dantas, a Lei Áurea não previa nem o destino dos escravos, nem prazos, nem indenizações. Ou seja, para resolver um problema, e da forma mais imprudente, a Coroa pagou duas vezes. Os resultados da Lei Áurea não são nada surpreendentes para quem sabe o que aconteceu em 1871 e em 1884. O “*partido conservador*” dividiu-se de vez, inclusive em Minas Gerais, e o 6º distrito foi um dos primeiros onde isso aconteceu, passando-se o *Arauto de Minas* para a dissidência.

Já vimos que o “*partido liberal*” dividiu-se às claras, no país todo, já em 1884. Se a partir de 1842 esse partido tinha abaixado suas bandeiras e aceito continuar existindo nos termos dos adversários, conforme observamos no capítulo 1 durante o “vale”, em 1860

---

<sup>1126</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo, Hucitec, 1987. Págs. 126, 149 e 163, onde refere-se “*a relação entre a ação dos Saquaremas e a política do Estado escravista que estava implícita na consolidação do Estado imperial*”

começou a reergueu-se. Em São João del-Rei, nas décadas de 1870 e 1880 esse reerguimento aparece como uma constante diferenciação em relação aos adversários, como se o “*partido liberal*” fosse uma associação de amantes da novidades, e legítimo representante da geração de 1870<sup>1127</sup>. Um relato de 1889, feito por uma folha “*liberal*”, confirma para nós que a tentativa de unificar o partido para fazer oposição fracassou:

*“Com grande surpresa nossa vimos publicado nos jornais da Corte de 30 do passado um telegrama daqui expedido e assinado por um improvisado diretório liberal.*

*Não contestamos que os seus signatários fizessem parte em outro tempo desse diretório, mas contestamos a sua própria existência e com a autoridade de quem o organizou, convocando a reunião do partido e ocupando o lugar de 2º secretário na mesa que o elegeu em 1886, presidida pelo exm. sr. dr. Affonso Celso.*

*Sabem todos que esse diretório não chegou mesmo a eleger entre si o seu presidente e mais membros, como foi decidido na reunião, porque o sr. José Juvêncio Neves incubiu-se de o desorganizar pelo desgosto, concitando-o a protestar contra uma notícia publicada na Gazeta Mineira sobre o oferecimento da candidatura pelo distrito ao dr. Affonso Celso.”*<sup>1128</sup>

Mas o que a monarquia perdia com isso? O “*partido liberal*” no 6º distrito não era grande defensor da monarquia. Os monarquistas “*liberais*” de fato só tiveram mãos livres para defender o trono depois que o partido se dividiu e sobretudo após 1888, quando os republicanos saíram e formaram seu próprio partido. Mas foi então que o “*partido liberal*” perdeu sua eficiência para a monarquia. Enquanto tinha em seu seio os republicanos, tinha dificuldades para defender abertamente a monarquia, mas também não permitia aos republicanos que se dedicassem à propaganda anti-monárquica, desviando-os para outras bandeiras em torno das quais o partido conseguia unidade. Quando se dividiu, em 1884, o “*partido liberal*” estava no governo, e nem voltar a ser oposição entre 1885 e 1889, nem a Lei Áurea o reunificou. Ou seja, divisão do “*partido liberal*” não terminou junto com o motivo de seu início, a “*questão do elemento servil*”, mas pelo contrário, consolidou-se, materializando-se em duas folhas inimigas em São João del-Rei. Essa divisão dos “*liberais*” tomou então outro aspecto, entre monarquistas e republicanos.

O “*partido liberal*” chamado ao governo em 1889 com Ouro Preto não era mais que sua ala monarquista. No 6º distrito tinha perdido seu maior colégio eleitoral – Prados – para os

<sup>1127</sup> Ver ALONSO. Ângela. Op. Cit. Impossível não comentar que no anexo 1 se pode notar que alguns entre os sete redatores historiados iniciaram sua carreira política em 1868, e no capítulo 6 vimos que Sebastião Sette referiu-se a esse ano.

<sup>1128</sup> A *Verdade Política*. São João del-Rei. 9 de Maio de 1889. Ano I. Número 28. Todos os exemplares d’A *Verdade Política* aqui citados estão no Arquivo Histórico sob guarda do Iphan em São João del-Rei.

republicanos, e os remanescentes estavam completamente divididos, com a maioria votando nos candidatos republicanos. A divisão, contudo, pode ter sido em mais partes, pois como se nota no gráfico 1, existiram também em 1888 e 1889 *O Tribunal* e *O Gladiador*. O que Ângela Alonso nos diz a respeito é que “*desde 1888 o reformistas deixam se seu um bloco contra o status quo e passam a disputar entre si a prerrogativa de gerir as mudanças políticas.*”<sup>1129</sup> É a melhor explicação que temos para a divisão “*liberal*” ter se acentuado ao invés de abrandado com o fim do motivo do início de sua crise em 1884.

Nesse aspecto, a mudança de situação em meados de 1889 foi catastrófica para a Coroa. Mudar a situação, ou seja, trocar o governo de um partido para outro, implicava sempre em dissolver a Câmara, que no caso era composta majoritariamente de “*conservadores*”. Ora, mesmo divididos, os remanescentes do “*partido conservador*” eram defensores da monarquia, pois os “*cascudos*” que se tornaram “*republicanos de 13 de Maio*” já estavam formando seus *clubs*. Portanto, a dissolução e subsequente derrubada atingiu os mais sinceros aliados do trono. Depois, a dissolução pressupunha eleições, e uma ala de um partido em crise só poderia vencer, e era vencer ou cair, abusando do poder e das fraudes, e assim desmoralizando de vez o sistema eleitoral monárquico, que desde 1881 era esse partido que esforçava-se por provar viável<sup>1130</sup>. De fato, foi o que aconteceu no 6º distrito. Os “*liberais*” precisaram recorrer aos seus antigos adversários “*conservadores*”, e mesmo assim perderam, precisando recorrer à duplicação das atas eleitorais, ou seja, à fraude, que teria sido legitimada quase com certeza. Contudo, o que menos nos interessa é com quem ficaria a vaga de deputado.

Só o Partido Republicano saiu beneficiado pela crise de 1884, não pelos poucos deputados que elegeu, mas pelo crescimento que passou a viver. Como a “*questão do elemento servil*” não se resolveu, esse partido foi novamente beneficiado três anos depois, com a Lei Áurea. Esse lei não reunificou os “*liberais*”, mas pela primeira vez unificou os republicanos, que sempre tinham estado divididos sobre esse assunto. Sendo a Lei Áurea de Maio, o Partido Republicano Mineiro é de Junho de 1888, e já venceu as eleições de deputado geral no 6º distrito em 1889<sup>1131</sup>.

<sup>1129</sup> ALONSO, Ângela. Crise e Contestação: O movimento reformista da geração de 1870. Op. Cit.

<sup>1130</sup> Em 1881, com Saraiva, realmente o governo não interferiu nas eleições. Em 1884, Dantas foi acusado de intervir, mas como foi derrotado, reforçou o prestígio da nova lei. Entre 1885 e 1889, os “*conservadores*” não tiveram esse cuidado, mas então era possível culpar esse partido e não a lei, por mais absurdo que seja esse argumento (os argumentos não precisam ser perfeitos para serem eficientes).

<sup>1131</sup> É interessante como a historiografia local concentrou suas atenções em um incidente de Abril de 1889, quando o Grande Hotel, que hospedava Silva Jardim, foi atacado. A partir desse ato político monarquista, os

## Bibliografia

- AGOSTINI, Alzenira da Silva. *O impacto da ferrovia na São João del-Rei oitocentista*. Monografia de final de curso de pós-graduação stricto sensu em história de Minas Gerais. UFSJ. 1996.
- AGULHON, Maurice. *Penitents et Francs-maçons de l'ancienne Provence: essai sur la sociabilité méridionale*. Paris: Fayard, 1984.
- AGULHON, Maurice. *Historia Vagabunda*. Mexico: Instituto Mora, 1994.
- ALONSO, Ângela. Crítica e Contestação: O movimento reformista da geração 1870. In: *RBCS*. Vol 15. Outubro de 2000.
- ALONSO, Paula (com). *Construcciones impresas: Panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina (1820-1920)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. 2003.
- BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: Enciclopédia Einandi. V. 5. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1985.
- BAKOS, Margaret Marchiori. *RS: Escravismo e Abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- BARATA, Alexandre Mansur. Os Maçons e o Movimento Republicano (1870-1910). In: *LOCUS*, Revista de História, Juiz de Fora, Vol. I, n.1, pág. 117-124, 1995.
- BARBOSA, Francisco de Assis. (org.) *João Pinheiro: Documentário sobre sua vida pública: Manifestos, discursos, mensagens, entrevistas*. Belo Horizonte: Publicações do Arquivo Público Mineiro. N ° 1. 1966.
- BASÍLIO, Félix Eustáquio. *Irmandade do Rosário Sanjoanense: Solidariedade e conflitos entre nações africanas no oitocentos*. Monografia de final de curso de pós-graduação stricto sensu em história de Minas Gerais. UFSJ. 2000.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.) *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

---

historiadores concluíram exatamente o que pretendiam seus promotores, ou seja, que os monarquistas eram majoritários na região. Contudo, quase ninguém prestou a devida atenção às eleições vencidas pelos republicanos de poucos meses depois.

- BORGES, Célia Maria. *Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário*. Juiz de Fora. Editora da UFJF. 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BURKE, Peter. *Variabilidade de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã. Um estudo das elites no século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. S.P., Contexto, Ed.USP. 1988.
- CARONE, Edgard. *A Primeira República*. São Paulo, Difel, 1969.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. Cia. das Letras. 1990. São Paulo.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados, O Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo. Cia das Letras. 1987.
- CEFAI, Daniel. Expérience, culture et politique. In: CEFAI, Daniel (org) *Cultures politiques*. Paris: Presses Universitaires de France. 2001.
- CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei*. 2ª edição. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982.
- CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Galeria das personalidades notáveis de S. João del-Rei*. São João del-Rei. 1994.
- COELHO, Eduardo Lara. *Estratégias de mobilidade econômica e social em São João del-Rei (século XIX): O comendador Mourão e o Padre José Maria Xavier*. Monografia de final de curso de pós-graduação stricto sensu em história de Minas Gerais. UFSJ. 2004.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: Momentos decisivos*. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense. 1ª edição: 1987.
- DARWIN, Charles. *O Beagle na América do Sul*. Tradução Lia Vasconcelos. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1996. Os comentários de Darwin que nos interessam são poucos, mas ricos.
- DUARTE, Regina Horta. História, verdade e identidade nacional. Quatro panfletos políticos do Segundo Reinado. In: *LOCUS*. Revista de História, Juiz de Fora. Vol 2. N ° 2. Pág. 111-126.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro*. 10ª edição. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.
- FARIA, Maria Auxiliadora. *A guarda nacional em Minas (1831-1873)*. Dissertação de

Mestrado. Universidade Federal do Paraná. 1977.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Alternativas metodológicas para a história econômica e social: micro-história italiana, Fredrick Barth e a história econômica colonial. In: ALMEIDA, Carla M. Carvalho de e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Editora da UFJF (no prelo).

GALLO, Pedro Paulo Vilela. *Coalhadas e Rapaduras*. Monografia de final de curso de pós-graduação stricto sensu em história de Minas Gerais. UFSJ. 2000.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. “As flutuações de preço e as fazendas escravistas de São João del-Rei no século XIX” in *IX Seminário sobre economia mineira*. Diamantina, CEDEPLAR, 2000.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. LIBBY, Douglas Cole. *A economia do Império Brasileiro*. São Paulo: Atual 2004.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

GOODWIN JR. James William. A modernidade como Projeto Conservador: a atuação da Câmara Municipal de Juiz de Fora (1850-1888). In: *LOCUS*. Revista de História. Vol 3. N° 1. Juiz de Fora: EDUFJF. 1997. Pág 116-131.

GIAROLA, Regina Célia Gonçalves. *O imigrante italiano em São João del-Rei. (1888-1930)*. Monografia de final de curso de pós-graduação stricto sensu em história de Minas Gerais. UFSJ. 1996.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

GUERRA, Antônio. *Pequena História de Teatro, Circo, Música e Variedades em São João del-Rei (1717-1967)*. Juiz de Fora: Sociedade Propagadora Esdeva – Lar Católico. 1968.

GUIMARÃES, Bernardo. *A Escrava Isaura*. São Paulo. Europa América. 1988. Escrito em 1875. Trata-se de uma obra crítica à escravidão, de um autor mineiro, e já conhecida no período de nossa pesquisa.

HEINZ, Flavio M. (org) Para uma outra história das elites. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques (dir.). *História: novas abordagens*.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.



- KUSCHNIR, Karina & CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n.24, 1999.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta M. e AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- LIBBY, Douglas Cole. “Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais” in SZMRECSÁNYI, Tamas & LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.) *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo, HUCITEC/Fapesp/ABPHE, 1996.
- MACEDO, Joaquim Manuel. *O Moço Loiro*. São Paulo: Ática. 1979. A partir da 4ª edição, de 1876, da Livraria Garnier. A primeira edição é de 1845.
- MAIA, Afonso de Campos. *O silêncio abolicionista e a resistência negra em São João del-Rei (1871-1888)*. Monografia de final de curso de pós-graduação stricto sensu em história de Minas Gerais. UFSJ. 2001.
- MARTINS, Ana Luiza. *República: um outro olhar*. São Paulo. 1990. Contexto.
- MARTINS, Angela Magalhães. “Século XIX: estrutura ocupacional de São João del-Rei e Campanha” in IV Seminário sobre economia mineira. Diamantina, CEDEPLAR, 1990.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: UFRJ, PPGHIS, 2005. Tese de doutorado.
- MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFGM, 1982.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo, Hucitec, 1987.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. GONÇALVES, Márcia de Almeida. *O império da boa sociedade: a consolidação do Estado imperial brasileiro*. São Paulo, Atual, 1991.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, Século XIX: Uma Província no Império*. Editora Nova Fronteira.
- MAUÁ, Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de. *Exposição aos credores e ao público (1878)*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Organizações e programas ministeriais: Regime parlamentar no Império*. Rio de Janeiro. 1962.
- MOREL, Marco. “La génesis de la opinión pública moderna y el proceso de independencia (Rio de Janeiro, 1820-1840)” . In: GUERRA, François-Xavier et alii. *Los espacios públicos e Iberoamérica*. México. Fondo de Cultura. 1998.

- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, Atores políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- MORELL, Jordi Canal i. El concepto de sociabilidad en la historiografía contemporánea (Francia, Itália y España). In: *Siglo XIX – nueva época*. N. 13. Janeiro-Junho de 1993.
- NAVARRO, Márcia Helena Raimundo. *Quitandeiras e vendeiras da Comarca do Rio das Mortes – Vila de São João del-Rei no século XIX*. Monografia de final de curso de pós-graduação stricto sensu em história de Minas Gerais. UFSJ. 2000.
- NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, *Corcundas e constitucionais: A cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- OLIVEIRA, Moema Cristina Gaio de. *A Propaganda Republicana*. Monografia de final de curso de pós-graduação stricto sensu em história de Minas Gerais. UFSJ. 2000.
- PAIVA, Modesto de. *Noites de Insônia*. 1890. São João del-Rei. Edição do Centro Regional de Documentação das Vertentes.
- PESSOA, Fernando. *Obras Completas*. Biblioteca Luso-Brasileira.
- PESSOA, Reynaldo Carneiro. *A idéia republicana no Brasil através dos documentos*. São Paulo, Alfa-Omega, 1973.
- PINHEIRO, Maria Margarete Rodrigues. *A transição para o trabalho livre em São João del-Rei: As pectos econômicos, políticos e ideológicos*. Monografia de final de curso de pós-graduação stricto sensu em história de Minas Gerais. UFSJ. 1998.
- PINTO, Adriana Aparecida. *Uma estratégia de resistência: Ações de liberdade. São João del-Rei, século XIX*. Monografia de final de curso de pós-graduação stricto sensu em história de Minas Gerais. UFSJ. 2001.
- POMPÉIA, Raul. *O Ateneu*. Rio de Janeiro: Ediouro. São Paulo: Publifolha. 1997.
- PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- READERS, Georges. *O Conde de Gobineau no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1996.
- REMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- REVEL, Jacques (org.) *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Anais do Congresso de história do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro. 1983.
- REZENDE, Severiano Nunes Cardoso de, *A Virgem Mártir de Santarém*. 1876. Edição do

Centro Regional de Documentação das Vertentes.

RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In: REMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RODRIGUES, José Antônio. *Apontamentos Cronológicos da População, Topografia e Notícias Cronológicas do Município da Cidade de S. João Del-Rei, Província de Minas-Gerais*. São João del-Rei: Editora de José Antônio Rodrigues. 1859. Edição do Centro Regional de Documentação das Vertentes.

RODRIGUES, José Antônio. *O Casamento do Padre Pontes*. São João del-Rei. Gráfica do Gazeta Mineira. 1885. Edição do Centro Regional de Documentação das Vertentes.

SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1889)*. Paz e Terra. 1990.

SANTOS, Cláudia Andrade. Projetos sociais abolicionistas: ruptura ou continuísmo?

SANTOS, Cláudia Andrade. Abolicionismo e Desigualdades Sociais. In: *Tempo, Espaço e Trabalho*. Rio de Janeiro.

SANTOS, Elizabeth Márcia dos. *Resistência escrava: AS fugas de escravos em São João del-Rei na última década de escravidão no Brasil*. Monografia de final de curso de pós-graduação stricto sensu em história de Minas Gerais. UFSJ. 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Império em procissão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.

*SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS: A REPÚBLICA VELHA EM MINAS GERAIS*. 1982. UFMG. Belo Horizonte. Nº 5.

SIMMEL, Georg. *Estúdios sobre las formas de socialización*. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

SILVA, Wlamir José da. *“Liberais e o Povo”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. Tese de Doutorado em História Social. UFRJ. 2002.

SILVA, Wlamir. *Desafiado o Leviatã: Sociedade e elites políticas em interpretações do estado imperial brasileiro*. In: VERTENETES, São João del-Rei, n. 11, p 15-22, jan/jun, 1998.

SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. MOREL, Marco. FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. *História e Imprensa: Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: Faperj: DP\$A editora. 2006.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

- SLENES, Robert W. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX” in *Cadernos IFCH-Unicamp*, Campinas, n. 17, jun. 1985.
- SOARES DE SOUZA, Francisco Belisário (1839-1889). *O sistema eleitoral no Império; com apêndice contendo a legislação eleitoral do período 1821-1889*. Brasília: Senado Federal, 1979.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1966.
- SOUZA, Nicorcina Gomes de. *Fugas de escravos e abolição nas páginas dos periódicos de São João del-Rei (Um estudo sobre os primeiros apontamentos na década de oitocentos)*. Monografia de final de curso de pós-graduação stricto sensu em história de Minas Gerais. UFSJ. 1998.
- STONE, Lawrence. *Prosopography. The Past and Present*. Oxford. 1981.
- TÁVORA, Arakem. *Pedro II através da caricatura*. Rio de Janeiro. Bloch Editores S.A. 1975.
- VEIGA, J.P. Xavier da. A Imprensa em Minas Gerais. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, Ano III, 1897.
- VENTURA, Maria da Graça A. Mateus (coord). *Os espaços de sociabilidade na Ibero-América (sécs. XVI-XIX)*. Lisboa: Colibri, 2004.
- VIEGAS, Augusto, *Notícia de São João del-Rei*. Belo Horizonte. 1969.
- WINOCK, Michel. As idéias políticas. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

## Fontes

### Arquivo Histórico de São João del-Rei sob a guarda do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

Periódico	Cidade	Consultados	Acervo nesse arquivo
Arauto de Minas (O)	São João del-Rei	1877-1883	1877 – 1883
São-Joanense	São João del-Rei	26 e 29 do ano I, 1876	26 e 29 do ano I
Cinco de Janeiro (O)	São João del-Rei	13 do ano I, 1879	13 do ano I
Escolástico (O)	São João del-Rei	1 do ano I, 1878	1 do ano I
Tribuna do Povo	São João del-Rei	1881-1882	1881-1882
Gazeta Mineira (A)	São João del-Rei	1884	1884, 1893-94
São João D'El-Rei	São João del-Rei	1885-1886	1885-1886
Verdade Política (A)	São João del-Rei	1888-1889	1888-1889
Pátria Mineira (A)	São João del-Rei	1889	1889-1894

Processos Crimes: 41-10, 39-05, 43-05 e 41-07.

### Biblioteca Municipal Baptista Caetano de Almeida:

Periódico	Cidade	Consultados	Acervo nesse arquivo
Luzeiro	São João del-Rei	18 ou 19 do ano II	18 ou 19 do ano II
Domingo (O)	São João del-Rei	1885-1886	1885-1886

### Arquivo Histórico da Biblioteca Municipal Murilo Mendes:

<b>Periódico</b>	<b>Cidade</b>	<b>Utilizado</b>
Gazeta de Juiz de Fora	Juiz de Fora	19 do ano I (1882)

**Hemeroteca da Biblioteca Nacional:**

<b>Periódico</b>	<b>Cidade</b>	<b>Consultados</b>	<b>Acervo nesse arquivo</b>
Arauto de Minas (O)	São João del-Rei	1884, 1888 e 1889	1877-1889
Opinião Liberal	São João del-Rei	2 do ano I, 1888	2 do ano I
São-Joanense (O)	São João del-Rei	25 do ano II, 1877	25 do ano II
Gladiador (O)	São João del-Rei	1, 2 e 3 do ano I, 1889	1, 2 e 3 do ano I
Astro de Minas (O)	São João del-Rei	Número esparsos entre 1827 e 1839	1827-1839
Universal (O)	Ouro Preto	Números 112 e 127 do ano XV e os últimos, de 1842	1826-1842
Liberal Mineiro	Ouro Preto	120 do ano VII, 1884	Desconheço
Luzeiro	São João del-Rei	20 do ano II, 8 do ano III, 14 do ano III, 26 do ano III (1884-1885)	20 do ano II, 8 do ano III, 14 do ano III, 26 do ano III
Tribunal (O)	São João del-Rei	Número incerto do ano I (1888)	Número incerto do ano I
Povo (O)	São João del-Rei	20 do ano I (1861)	20 do ano I

Arquivo Histórico da cidade do Rio de Janeiro

<b>Periódico</b>	<b>Cidade</b>	<b>Utilizado</b>
Revista Ilustrada	Rio de Janeiro	143 do ano 3

**As únicas séries de folhas “liberais” da “segunda montanha” do gráfico 1:**

Exemplares a que temos acesso da Tribuna do Povo (1881-1882)

						<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>		<b>15</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>20</b>	<b>21</b>	<b>22</b>	
<b>24</b>	<b>25</b>	<b>26</b>	<b>27</b>	<b>28</b>	<b>29</b>	<b>30</b>	<b>31</b>		<b>33</b>	<b>34</b>	<b>35</b>	<b>36</b>		<b>38</b>	<b>39</b>		<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>		<b>5</b>	<b>6</b>

Exemplares a que temos acesso do S. João del-Rei (1885-1886):

<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>			<b>13</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>19</b>			
	23	24	25	26	27	27				31	32	33									41

Exemplares a que temos acesso da Verdade Política (1888-1889):

		<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>		<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>20</b>	<b>21</b>	
22	23		25	26	27	28	29	30	30	3	33	rasgado	talvez diversos							6	7

## Anexo 1

### Redatores / Donos de tipografias

#### Baptista Caetano d'Almeida

Das treze folhas que teriam existido em São João del-Rei entre 1827 e 1844, foi o *Astro de Minas*, de propriedade de Baptista Caetano de Almeida, a que mais durou. Trata-se do mais destacado divulgador “*das luzes*”, como se referia às também chamadas “*idéias francesas*”, na São João del-Rei de seu tempo. Grande nome “*liberal moderado*” de São João del-Rei, autodidata, foi o criador da primeira biblioteca pública de Minas Gerais, dono da tipografia na qual foi rodado o primeiro periódico para mulheres do país, o *Mentor das Brasileiras* e a primeira folha de São João del-Rei, o *Astro de Minas*.

Nascido em Camanducaia, no dia 3 de maio de 1797, mudou-se para São João del-Rei provavelmente em 1811, aos quinze anos, para trabalhar com um tio comerciante, o Capitão Pedro de Alcântara de Almeida, homem atuante na política local.<sup>1132</sup> Baptista Caetano d'Almeida logo se tornou dono de sua própria casa comercial, e igualmente voltou-se para a vida política. Em 1822, Baptista já tomava posse como vereador<sup>1133</sup>, o que não se deve incluir entre os fatos benéficos para os seus negócios, pois a política da época também ainda não era capitalista, não era um mercado, ou melhor, até já podia ser um mercado, mas de acordo com o funcionamento deste nas Minas oitocentistas, que ainda tinha uma “economia de tipo antigo”. Sendo assim, da mesma forma que emprestar dinheiro era uma atividade provavelmente deficitária, embora garantidora de poder político, ter um cargo público por vezes gerava mais perdas que ganhos, sobretudo quando se tinha os hábitos de Baptista Caetano que, por exemplo, doou o terreno onde foi construído o prédio da Câmara, hoje Prefeitura Municipal.

Não é de duvidar que tenha sido sua a idéia de enviar para a Assembléia Constituinte um requerimento para que fosse criada uma universidade em São João del-Rei, que seria a

<sup>1132</sup> CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei*. V.I e V.II. 2ª.edição. 1982.

<sup>1133</sup> CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei*. V.I e V.II. 2ª.edição. 1982.



terceira do Brasil, depois de São Paulo e Olinda. Sua presença na Câmara de São João del Rei é certa quando da decisão de enviar tropas junto à comitiva do Príncipe D. Pedro, em 1822, para submeter o governo Provisório de Ouro Preto<sup>1134</sup>, e quando da aprovação da Constituição outorgada em 1824.<sup>1135</sup>

Sobre a atuação de Baptista na Câmara existe um fragmento de ata que informa alguma coisa sobre uma das mais interessantes características da atuação do *Astro de Minas*:

*“Propôs o Vereador Baptista Caetano que era indispensável nomearem-se fiscais para os diferentes distritos do Termo na conformidade... para informarem de todas as infrações das Leis, e da Constituição... e assim também para informarem sobre o não tratamento, ou atos de crueldade que se costumem praticar com escravos na forma do art. 59...”*<sup>1136</sup>

Dois anos depois de tornar-se vereador, Baptista conseguiu do governo o parecer favorável para a criação de uma biblioteca pública, ou como também chamavam na época, de uma *“Livraria Publica”*<sup>1137</sup>, a primeira da Província, logo seguida pela de Ouro Preto. Esta biblioteca ainda existe, é a Biblioteca Municipal Baptista Caetano de Almeida, cujo acervo, em parte, está sob os cuidados da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Além de dirigir a campanha para a criação da biblioteca e de doar os primeiros oitocentos livros, Baptista Caetano custeou, até 1836, o salário de um bibliotecário. Como deputado, Baptista defendia sempre a destinação de verbas para as duas bibliotecas, a de São João del-Rei e a de Ouro Preto. Sobre a biblioteca é possível encontrar uma ou outra pista no *Astro de Minas*:

*“Sr. Redator do Astro,  
“Rogo-lhe a graça de inserir no seu Astro a Carta junta do Sr. S. M. Antônio Felisberto da Costa, a qual se torna digna de publicação por conter uma oferta interessante a Pública Livraria; e mesmo porque dela coligirá o Respeitável Publico as patrióticas intenções do Sr. Costa. Sou, Sr. Redator, seu leitor constante.  
B.C. d’A.”*<sup>1138</sup>

*“Ill. Sr. Batista Caetano d’Almeida,  
“O Atlas Histórico, Cronológico, Geográfico, e Genealógico de La Sage, raro, e pouco lido no nosso País; mas que será um dia apreciado segundo o seu merecimento, vai para a Biblioteca Pública, sorte que terão outros*

<sup>1134</sup> Estas tropas nunca foram utilizadas. D. Pedro preferiu apresentar-se na Capital do Província com pequena comitiva.

<sup>1135</sup> CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei*. V.I e V.II. 2ª edição. 1982.

<sup>1136</sup> *Astro de Minas*. São João del-Rei. n.214. 31/03/1829.

<sup>1137</sup> CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei*. V.I e V.II. 2ª edição. 1982.

<sup>1138</sup> *Astro de Minas*. São João del-Rei. n.16. 25/12/1827.

*meus Livros, persuadido, que serão aproveitados, e não servirão para embrulhar cominhos. Deus Guarde a pessoa de V.S. para continuar a marcha, que empreendeu a bem de espalhar as Luzes, e a instrução pública. Casa 23 de Dezembro de 1827. De V.S. atento admirador, e servo. Antônio Felisberto da Costa.*<sup>1139</sup>

Em 1826, a Câmara dos Deputados voltou a funcionar e a imprensa voltou a ser livre de fato. Baptista encomendou uma tipografia, a primeira de São João del-Rei<sup>1140</sup>, importou de Ouro Preto o tipógrafo Francisco José Sales<sup>1141</sup> e, em novembro de 1827, pela primeira vez brilhou o *Astro de Minas*, que não foi a última extravagância iluminista de seu criador. Em 1830, Baptista contratou o padre Francisco Freire de Carvalho, emigrado lusitano que lecionara História e Antiguidades em Coimbra, para manter um curso publico de Literatura em São João del-Rei, o qual durou até 1833.<sup>1142</sup> É interessante observar que, no necrológio feito pelo *Universal*<sup>1143</sup> quando da morte de Baptista Caetano, estes dois feitos foram os únicos citados, muito embora o autor tenha afirmado não terem sido os únicos do falecido. Isto por que o *Universal* também participava da “*marcha... a bem de espalhar a Luzes*”, na qual obviamente inseriram-se estas duas movimentações de Caetano. Na mesma tipografia do *Astro de Minas*, na rua Direita, foi rodado o primeiro periódico brasileiro para mulheres, o *Mentor das Brasileiras*, o que certamente era uma extravagância.

Apesar de conviver constantemente com padres (caso de Marinho, de Francisco d’Assis Braziel e de Freire de Carvalho), categoria que abundava na vida pública da época, não é de duvidar que Baptista tivesse com a religião algumas diferenças, dadas algumas pistas. Dentre seus oitocentos livros doados para a fundação da Biblioteca não havia um único sobre o assunto<sup>1144</sup>, contrastando com a conhecida popularidade que tinham, na época, os livros sobre as vidas dos santos. Nas páginas do *Astro* nem os natais eram comemorados. Muito ao contrário de defender o catolicismo, na tipografia do *Astro* foi impressa a obra “*A Vítima da Inquisição em Sevilha ou A Infeliz Cornélia Bororquia, traduzida do Espanhol para desengano da Nação*”.<sup>1145</sup>

Sobre o padre Francisco d’Assis Braziel, bibliotecário nos finais dos anos 20 do século

<sup>1139</sup> Ibidem.

<sup>1140</sup> CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei*. V.I e V.II. 2ª.edição. 1982.

<sup>1141</sup> Ibidem.

<sup>1142</sup> Ibidem.

<sup>1143</sup> Completamente reproduzido mais adiante.

<sup>1144</sup> MORAIS, Christianni Cardoso. “*Para aumento da instrução da mocidade da nossa Pátria: leituras, leitores, livros e bibliotecas na Vila de São João del-Rei (1824-1831)*” Monografia de Especialização em História de Minas no século XIX. UFSJ. São João del-Rei. 2000.

<sup>1145</sup> CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei*. V.I e V.II. 2ª.edição. 1982.

XIX, convém algumas informações, que lançam um pouco de luz sobre a personalidade de Baptista. Provavelmente Braziel foi escolhido pelo próprio Baptista, que era quem pagava o “Salário ao Bibliotecário desde a fundação em 1827 até o ano de 1836 (...), à razão de 120\$000 réis anuais em 9 anos, como é público (...) [e o] salário ao Contínuo durante o mesmo tempo à 30\$000 réis”<sup>1146</sup>. Descrito por um viajante, Walsh, que não tinha por que mentir, sabe-se que era um:

*“padre mulato, de aparência bastante curiosa – baixo, gordo, com um vasto chapéu colocado de banda e o rosto afundado no peito (...) se assemelhava, sob todos os aspectos, a um ‘porco de armadura’ (tatu). Tratava-se, contudo, de um homem de talento (...) falava um pouco de francês...”*<sup>1147</sup>

Desta descrição é possível deduzir mais uma pista de que Baptista não era racista, ao menos não tanto quanto a época permitia, pois escolheu para lidar com seus adorados livros um “mulato”. Sabe-se que o padre Marinho, do qual também precisaremos tratar adiante, redator do *Astro* a partir de dezembro de 1835, também era “mulato”, de forma que Baptista colocou seu periódico nas mesmas condições que seus livros.

Autodidata<sup>1148</sup>, conseguiu provisão para advogar, foi Membro da Mesa Administradora da Santa Casa da Misericórdia, Baptista foi ainda eleito Juiz de Paz em 1829, e depois eleito e reeleito (até a morte) Deputado, tanto geral quanto provincial, para a segunda, a terceira e a quarta legislaturas (1830-1833, 1834-1837, 1838-1839)<sup>1149</sup>. Em 1831, foi um dos vinte e três deputados e um senador que, reunidos na chácara do Padre Custódio Dias, no Rio de Janeiro, redigiram contra Pedro I um verdadeiro ultimato:

*“A confiança que convinha ter no Governo, está quase de todo perdida, e se porventura ficarem impunes os atentados contra quem os abaixo assinados representam, importarão uma declaração de guerra ao povo brasileiro, de que lhe cumpre vingar ele mesmo, por todos os meios, a sua*

<sup>1146</sup> MORAIS, Christianni Cardoso. “Para aumento da instrução da mocidade da nossa Pátria: leituras, leitores, livros e bibliotecas na Vila de São João del-Rei (1824-1831)” Monografia de Especialização em História de Minas no século XIX. UFSJ. São João del-Rei. 2000.

<sup>1147</sup> Apud MORAIS, Christianni Cardoso. “Para aumento da instrução da mocidade da nossa Pátria: leituras, leitores, livros e bibliotecas na Vila de São João del-Rei (1824-1831)” Monografia de Especialização em História de Minas no século XIX. UFSJ. São João del-Rei. 2000.

<sup>1148</sup> SILVA, Wlamir José da. “Liberais e o Povo”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Tese de Doutorado em História Social. UFRJ. 2002.

<sup>1149</sup> SILVA, Wlamir José da. “Liberais e o Povo”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Tese de Doutorado em História Social. UFRJ. 2002.

*honra e brio, tão indignamente maculados*".<sup>1150</sup>

Em 1838, somados já os votos de vinte e cinco colégios eleitorais mineiros, Baptista Caetano d'Almeida chegou ao oitavo lugar nas eleições para o Senado, com 254 votos. O primeiro colocado, José Araújo Viana teve 508 votos e o segundo, Bernardo Pereira de Vasconcellos, somou 485.<sup>1151</sup>

Uma frase do *Universal* sobre a morte de Baptista chama a atenção: “*e essa perda se torna mais sensível, quando esse cidadão sucumbe quase na flor da sua idade no peso de enfermidades que muito foram agravadas pelos desgostos políticos*”. Quais desgostos seriam estes? Como é sabido, Baptista era “progressista” e em 1839 estava em marcha o movimento conservador, centralizador, de destruição das reformas liberais, que passou à história com o nome de Regresso.

Outro inegável desgosto foi o desaparecimento do *Astro de Minas*, em 12 de junho de 1839, portanto menos de duas semanas antes da morte de Baptista. É possível inverter o raciocínio, explicando o desaparecimento do *Astro* pela doença e morte do deputado, mas existam pistas de que o *Astro* estava tendo problemas com seus assinantes. Baptista também não devia estar satisfeito com o andamento das eleições para o Senado, que, semanas depois de sua morte, dariam os primeiros lugares aos “*regressistas*”, os quais arrancaram muitos votos mesmo no colégio eleitoral de São João del-Rei, tido por reduto dos “*progressistas*”. Não que fizesse grande diferença em termos de influência sobre a composição do Senado, uma vez que os Senadores eram indicados por lista tríplice e o Regente da época, Araújo Lima, era “*regressista*”, mas perder no colégio de São João del-Rei desagradava profundamente aos “*progressistas*”. O desgosto de Baptista também podia ser com o quadro geral de vitória do Regresso, que em Minas Gerais era sentida com a perda de correligionários por parte dos “*progressistas*”, conforme noticiou o *Parahybuna* cerca de um ano antes do falecimento de Caetano, no artigo “*Descrédito dos Anarquistas*”:

*“A prova mais evidente do descrédito de um partido é, quando em vez de adquirir prosélitos, sofre a defecção de seus membros. Neste caso se acha o partido dos intitulados progressistas, ou mais propriamente anarquistas. Estão derrotados por todos os lados; e ultimamente o seu procedimento na Assembléa Provincial foi tão escandaloso, que muitos do seu círculo os abandonaram, por já não poderem sofrer tanta má fé, tanto disparate, e*

<sup>1150</sup> CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei*. V.I e V.II. 2ª.edição. 1982.

<sup>1151</sup> *Parahybuna*. Barbacena. N.156. 18/05/1838.

*tão pouco brio. Sirva de exemplo o Sr. Costa Pinto, que francamente disse que se horroriza de semelhantes desordeiros, e que se envergonha do tempo em que pertenceu ao credo político de homens tão desacreditados. – Sirva também de exemplo o Sr. Herculano Ferreira Penna, que os abandonou, e teve a coragem de votar no Sr. Vasconcelos na face mesma dos progressistas, e quando estes malvados tinham condenado ao ostracismo o Mineiro honrado, cujo raro merecimento os deslumbra e os ofusca. Meus pelintras! Acabou-se o Feijó; vosso reinado também depressa se acabará”.*<sup>1152</sup>

O mais provável é que todos estes motivos se somassem para agravar os desgostos do criador do *Astro de Minas*, pois todos não passam de aspectos do chamado Regresso, iniciado extra-oficialmente em 1837. Mas somos obrigados a ficar nas suposições, pois são poucas as informações que restaram de Baptista Caetano d’Almeida, de quem não se tem um retrato sequer.

---

<sup>1152</sup> *Parahybuna*. Barbacena. N.156. 18/05/1838.

### José Antônio Marinho

Mais conhecido pela sua obra *História do Movimento Político de 1842*<sup>1153</sup>, publicada em 1844, que trata da chamada Revolução Liberal de Minas Gerais e São Paulo, Marinho também participou ativamente de outros momentos da história do Brasil, conforme relatou na introdução dessa sua obra mais conhecida.<sup>1154</sup>

Mulato, filho de lavradores pobres do Norte de Minas, José Antônio Marinho nasceu em 1803 na freguesia do Brejo Salgado, às margens do rio São Francisco, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1853, "*pobre pela sua filantropia*", segundo necrológio no *Correio Mercantil*.<sup>1155</sup> Seus estudos foram custeados por um rico fazendeiro, que se encantou com sua inteligência. A Revolução do Porto aconteceu quando Marinho tinha dezessete anos, e a guerra de independência impediu que seu padrinho o enviasse para Coimbra. Encaminhado, como opção de continuidade dos estudos, para o Seminário de Olinda, José Marinho alcançou nessa instituição o cargo de diácono do bispo. Em 1824, envolveu-se no movimento revolucionário auto-denominado Confederação do Equador, pegou em armas e atingiu, nas forças armadas republicanas, o posto de alferes. Com a derrota da Confederação, sofrida nesse mesmo ano, foi proibido de retornar ao Seminário de Olinda<sup>1156</sup>, ou seja, foi expulso.

Voltou a pé de Pernambuco a Minas Gerais, viveu um tempo de dar aulas particulares na vila da Barra (hoje pertencente à Bahia), e depois retomou seus estudos eclesiásticos no Seminário do Caraça, onde também se destacou, pois, ainda estudante, tornou-se professor nesse mesmo colégio. Em 1829, recebeu ordens na cidade de Mariana:

*"e teve uma ativa carreira eclesiástica como pároco, em Minas e no Rio de Janeiro. Na capital do Império, tornou-se pregador da Capela Imperial; em 1839, cônego honorário da mesma, em 1840; camareiro secreto de Pio IX; em 1847, com honras de monsenhor, cura do Santíssimo Sacramento da Sé do Rio de Janeiro, por concurso, em 1847, e Comendador da Ordem de Cristo".*<sup>1157</sup>

A despeito dessa carreira na Igreja, seus inimigos políticos faziam questão de divulgar

<sup>1153</sup> MARINHO, José Antônio. *História do Movimento Político de 1842*. Apresentação de Francisco Iglesias. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, USP, 1977.

<sup>1154</sup> SILVA, Wlamir José da. "Liberais e o Povo": a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Tese de Doutorado em História Social. UFRJ. 2002.

<sup>1155</sup> SILVA, Wlamir José da. "Liberais e o Povo": a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Tese de Doutorado em História Social. UFRJ. 2002.

<sup>1156</sup> SILVA, Wlamir José da. "Liberais e o Povo": a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Tese de Doutorado em História Social. UFRJ. 2002.

<sup>1157</sup> SILVA, Wlamir José da. "Liberais e o Povo": a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Tese de Doutorado em História Social. UFRJ. 2002.

que Marinho estava longe de ser um ortodoxo em matéria religiosa. O periódico *Parahybuna*, impresso em Barbacena entre 1836 e pelo menos 1840, que em todo cabeçalho carregava o nome de Bernardo Pereira de Vasconcellos, e defendia um catolicismo mais romano que o do Papa, sempre publicava contra José Marinho artigos como “*Caráter do Maringo*”:

*“Na Seção de 15 de Março disse o Sr. Marinho – Que ele como Deputado não tinha contemplanções, nem com Jesus Cristo !! – Ora isto dito por um sacerdote fez arrepiar a muitos, que se achavam nas Galerias...”*<sup>1158</sup>

Essa mesma folha denunciava que o *Astro de Minas* por Marinho redigido seria capaz até de atacar abertamente a “Religião”, no original do *Parahybuna* com letra maiúscula, o que não se pode confirmar por falta de cópias do número 1768 do *Astro*:

*“Leia-se o Astro n. 1768 ult. pág., onde a pretexto de uma anedota entre dois sapateiros se insinua que a Religião é só para o povo!!”*<sup>1159</sup>

Para esse periódico agente do Regresso, o *Parahybuna*, o Padre Feijó teria sido o chefe de um “*Governo Diabo*”<sup>1160</sup>, que planejara instituir no Brasil uma reforma religiosa à semelhança da Constituição Civil do Clero da Revolução Francesa. Marinho seria um representante dessa tendência em Minas Gerais, um inimigo da Igreja no parlamento:

*“Apesar das extravagantes idéias do Sr. Marinho, emitidas na Discussão do Projeto acerca da Sé de Mariana, conseguiu-se a final a conservação de dez Cônegos, e dez Capelães, quatro meninos de coro, um sacristão mor, um organista & &.”*<sup>1161</sup>

E seu partido seria mesmo capaz de se fazer de César e tentar usurpar o que seria de Deus, como no artigo “*Rebelião dos Garimpeiros da Assembléia*”:

*“É alem de toda expressão o atrevimento dos Garimpeiros que têm poluído a Assembléia Provincial, ... mandaram por duas Comissões reunidas examinar o ato anulatório da Assembléia Geral sobre a Lei Provincial n.48, que converteu em soldados de primeira linha os nossos Vigários, sujeitando-os a estarem destacados nesta ou naquela freguesia, segundo a vontade dos Presidentes, a quem a celebre lei autorizava para os suspender e remover quando quisessem!! De sorte que a jurisdição espiritual dos Párcos, a faculdade de administrar os Sacramentos,*

<sup>1158</sup> *Parahybuna*. Barbacena. N. 90. 22/04/1837.

<sup>1159</sup> *Parahybuna*. Barbacena. N.174. 09/07/1839.

<sup>1160</sup> *Parahybuna*. Barbacena. N. 143. 30/04/1838.

<sup>1161</sup> *Parahybuna*. Barbacena. N.76. 01/03/1837.

*esse Poder todo Divino inerente à sublime dignidade de Pastor, podia ser suprimido, e revogado por um Presidente leigo!!*<sup>1162</sup>

Bem de acordo com a relativamente pouca especialização verificada na economia brasileira da época, Marinho, além de sacerdote e professor, atuou como advogado, redator de periódicos, parlamentar, foi funcionário da Tesouraria Geral da Província e Diretor dos Índios. Como professor, além de aulas particulares e do Seminário do Caraça, lecionou filosofia em Congonhas, Ouro Preto, São João del Rei, onde chegou a diretor do colégio, e Rio de Janeiro, onde fundou o Colégio Marinho, que alcançou prestígio na Corte<sup>1163</sup>. A versão dos seus inimigos políticos sobre sua carreira docente, por revelar a tática dos “*regressistas*” contra a defesa “*liberal*” da instrução pública, merece ser conhecida:

*“Consta que o Sr. Marinho, apesar de seu reconhecido saber, ia sujeitar-se a um exame público de filosofia! a fim de alcançar a Cadeira desta ciência em S.João del-Rei. Saibam nossos Leitores que o Sr. Marinho muito esbocou (sic.) para a criação de tal Cadeira. E ainda dirão os maledicentes, que o Sr. Marinho não cuida de seus interesses, que é extravagante, que não faz caso de dinheiro ??”*<sup>1164</sup>

O Padre Marinho colaborou com a imprensa “*liberal*” no *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*<sup>1165</sup>, em Ouro Preto, no *Astro de Minas*, no *Despertador Mineiro* e no *Americano*, de São João del Rei, na chefia de redação do *Correio Mercantil*, no Rio de Janeiro e no *Constitucional*, em Ouro Preto.<sup>1166</sup> Essa atuação é que o torna mais propício a ser estudado, por ter produzido vasta documentação nas próprias folhas em que escreveu, e se tornado alvo das folhas oponentes.

Como parlamentar foi vereador em São João del Rei<sup>1167</sup>, juiz de paz em Ouro Preto (1834), deputado provincial nas duas primeiras Legislaturas (1835-1839) e deputado à Assembléia Geral na quarta, como suplente, sexta e sétima Legislaturas (1839, 1845-1847, 1848).<sup>1168</sup> Teve dois mandatos interrompidos por dissolução da Câmara, em 1842 e 1848. Foi ativo parlamentar, cuidando de todos os assuntos, e, sobretudo, de questões ligadas à

<sup>1162</sup> *Parahybuna*. Barbacena. N.143. 30/04/1838

<sup>1163</sup> SILVA, Wlamir José da. “Liberais e o Povo”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Tese de Doutorado em História Social. UFRJ. 2002.

<sup>1164</sup> *Parahybuna*. Barbacena. N.76. 01/03/1837.

<sup>1165</sup> CARVALHO, André & BARBOSA, Waldemar. Dicionário Biográfico - Imprensa Mineira, op. cit., p. 128.

<sup>1166</sup> SILVA, Wlamir José da. “Liberais e o Povo”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Tese de Doutorado em História Social. UFRJ. 2002.

<sup>1167</sup> CINTRA, Sebastião de Oliveira, op. cit., p. 37.

<sup>1168</sup> SILVA, Wlamir José da. “Liberais e o Povo”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Tese de Doutorado em História Social. UFRJ. 2002.



educação. Abandonou a política em 1849, como vários líderes “*liberais*” diante da hegemonia dos adversários.<sup>1169</sup> Seus inimigos o reconheciam como político influente, como nessa acusação impagável:

*“Cabe aqui advertir que em São João os Eleitores são o fruto da cabala urdida por Marinho e outros... Não admira pois que em São João os Eleitores votem ao avesso da maioria da Província. E por ventura esses Eleitores exprimiram os votos e sentimentos do Povo de São João del-Rei? Não: os homens de bem, os grandes Proprietários, os Negociantes ricos foram todos suplantados nas Eleições pelos Pelintras...”*<sup>1170</sup>

O *Parahybuna*, que atacava inúmeros “*liberais*”, não poupou Marinho em nenhum de seus números de que ainda existem cópias. Era esse padre, aliás, o mais atacado, recebendo um mínimo de duas citações por exemplar.<sup>1171</sup> Marinho era chamado de “*Pe. Alugado*”, “*Pe. Mamado*”, “*Maringo*”, “*rebelde macaco...*”<sup>1172</sup>, “*macaco negro da Assembléia Provincial*”<sup>1173</sup> e de tudo que se considerasse desmoralizante. “*Mamado*” refere-se ao que mama nas tetas públicas, ao que é subornado, portanto é similar de “*Alugado*”. As outras três acusações merecem mais reflexão, dado que possivelmente evidenciam aspecto interessante da estratégia “*regressista*”, na qual esta é absolutamente oposta à estratégia “*progressista*”. Marinho, como já foi dito, não era branco. Os termos “*macaco*” e “*macaco negro*” provavelmente já tinham conotação racista no início do século XIX. O termo “*Maringo*”, provavelmente era uma mistura de “*maringá*” com “*Marinho*”. *Maringá* aplica-se a bovídeos e caprinos cujos pêlos são claros, salpicados de negro.<sup>1174</sup> Portanto, com a palavra “*Maringo*” o *Parahybuna* chamava o redator do *Astro de Minas* de mestiço e de “*cabra*”, que significavam quase a mesma coisa, pois “*cabra*” era um determinado tipo de mestiço.

Marinho também era freqüentemente acusado de ser republicano, como no artigo “*Revelação importante*”, que denunciava uma sociedade secreta, a Gruta, em São João del-Rei:

*“Se a Republica do Piratini tem sido um sonho vão, quanto mais essa que*

<sup>1169</sup> SILVA, Wlamir José da. “*Liberais e o Povo*”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Tese de Doutorado em História Social. UFRJ. 2002.

<sup>1170</sup> *Parahybuna*. Barbacena. N.144. 03/04/1838.

<sup>1171</sup> Só não afirmamos que era o mais odiado pois Theófilo Ottoni, chamado até de “*burro*”, o que é reconhecido absurdo, disputava com ele esse posto.

<sup>1172</sup> *Parahybuna*. Barbacena. N.148. 20/04/1838.

<sup>1173</sup> *Parahybuna*. Barbacena. N.144. 03/05/1838.

<sup>1174</sup> Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 1.0. Instituto Antônio Houaiss.

*projetais no meio de um Povo devotado à Monarquia Constitucional!! Se a independência da Bahia só tem servido para ensangüentar o seu florescente solo, como há de Minas acompanhar os delírios de vossa imaginação escaldada, Minas que de coração detesta perigosas mudanças!*

(...)

*“Sim, Mineiros! Acha-se instalada em São João del-Rei uma Sociedade secreta denominada a – Gruta – cujo fim principal é fazer a independência da Província. Esta Sociedade (dizem os bigorrilhas para fazê-la mais prestigiosa) traz a sua origem do – Tiradentes –; é modelada segundo seus planos, e adaptada às atuais circunstancias do Brasil. Os seus fundadores são, Marinho combinado com Manoel Ignácio, e Limpo de Abreu...”*<sup>1175</sup>

Não bastasse a acusação, que envolvia um ex-Presidente da Província, o *Parahybuna* encerrou tal artigo lançando uma de suas costumeiras ofensas a Marinho: “*A Gruta é uma associação infame. Para seu descrédito basta que nela figure o macaco negro da Assembléia Provincial*”.<sup>1176</sup>

Ainda sobre Marinho convem destacar que um dos primeiros ataques à escravidão encontrados em São João del-Rei, concluído com uma defesa da repressão ao tráfico de africanos, foi publicado pelo *Astro* sob sua redação.

---

<sup>1175</sup> *Parahybuna*. Barbacena. N.147. 17/05/1838.

<sup>1176</sup> *Parahybuna*. Barbacena. N.147. 17/05/1838.

José Antonio Rodrigues

Cintra nos diz sobre esse que talvez tenha sido o sustentáculo do maior número de periódicos da história de São João del-Rei que:

*“advogou no foro local e exerceu a vereança e a promotoria pública. Envolveu-se ativamente, no posto de Capitão da Guarda Nacional, na Revolução Liberal de 1842. (...) escreveu a narrativa do padre Pontes. Colaborou em diversos jornais sanjoanenses, tendo mantido alguns periódicos. Filiado ao Partido Liberal, experimentou constantes ataques do Arauto de Minas, órgão do Partido Conservador. (...) Foi sepultado no Cemitério de S. Francisco, tendo sido imponente o seu enterro.”<sup>1177</sup>*

Temos um pouco mais a acrescentar sobre este que por vários anos foi o principal chefe “liberal” de São João del-Rei. Além de uma comenda, recebeu o posto de Capitão-Mor. Quando faleceu, em 1887, era dono de cinco escravos, Porfírio, Lucinda, Maximiana, Mecia e Fausta, todos trabalhando “na lavoura”, apesar de serem, respectivamente pedreiro, cozinheira, costureira, engomadeira e costureira<sup>1178</sup>. No total os cinco valiam dois contos e trezentos mil reis (2:300\$000), quando seus bens de raiz atingiam 12:600\$000, e suas dívidas 5:434\$100. Não foram alforriados nem em testamento, contrariando a moda da época. Já não devia ser dono de gráfica há alguns anos, pois quando publicou *O Casamento do Padre Pontes*, em 1884, foi na gráfica da *Gazeta Mineira*.

O *Arauto de Minas*, como disse Cintra, não lhe poupou ataques, que para nós são fontes, embora sempre lembrando tratar-se da opinião de seus adversários. Ficamos logo sabendo de alguns apelidos que os “conservadores” o davam, como “José Capitão”<sup>1179</sup>, “Zé do Telhado”<sup>1180</sup>, “Zé Macaco”, “Zé Cabeleira”<sup>1181</sup> e quando indicado Promotor por um governo “liberal”, “Capitão Promotor”. Capitão era o posto de José Antonio Rodrigues na Guarda Nacional já em 1842, Cabeleira e José do Telhado eram nomes de bandidos famosos no teatro e na literatura, mas o apelido de “Zé Macaco” é estranho, pois o próprio *Arauto de Minas* nos informa que seu adversário era branco:

<sup>1177</sup> CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei*. Volume I. 2ª Edição. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1882. Pág. 272-273.

<sup>1178</sup> Trata-se de um detalhe importante, pois confirma que além de algumas regiões tornarem-se exportadoras e outras importadoras de escravos, o campo absorvia os escravos das cidades.

<sup>1179</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 28 de Julho de 1877. Ano I. Número 21.

<sup>1180</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 28 de Março de 1879. Ano III. Número 4.

<sup>1181</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Junho de 1880. Ano IV. Número 12.

*“É muito cinismo! – Apresentou-se ontem o famigerado José do Telhado, filho do sacrílego, que foi encontrado morto, tendo a língua e a mão excomungada, comidas pelos porcos, apadrinhado pelo moleque esperto, que seu senhor Nogueira passará pelo dissabor de vê-lo entrar um dia em casa, (já que o não corrige) com as cicatrizes de antigas sevícias novamente gotejando sangue! Em outros tempos os pretos recorriam aos brancos pedindo os apadrinhasse; hoje os brancos sem vergonha acolhem-se à proteção daqueles para se livrarem do castigo a que se expõem pelas suas falcatruas! José do Telhado não precisava buscar tão mau padrinho para apresentar-se em público...”<sup>1182</sup>*

A falcatrua da qual “José do Telhado” estaria tentando escapar buscando um padrinho negro, que no caso era o delegado Vicente Teixeira, outra liderança “liberal”, seria ter facilitado a fuga de dez presos, mas estamos nos adiantando novamente.

É o *Arauto de Minas* que nos informa da residência do chefe “liberal” em 1880, quando este era promotor:

*“No domingo, 5 do corrente, na rua do general Osório, mesmo em frente à casa do digno Promotor Público, dois soldados esmurraram-se a valer, indo fazer as pazes à sombra.”<sup>1183</sup>*

Seria uma pessoa inculta, segundo o *Arauto de Minas*:

*“Quanto aos conhecimentos de que dispõe para o bom desempenho de seu emprego, sabe-se que, mal mal aprendeu a ler e fazer as quatro operações de aritmética, como caixeiro do finado Antonio Fernandes Moreira!”<sup>1184</sup>*

Em seus artigos, dizia a folha “conservadora” que “a gramática em cada linha é trucidada para se avaliar a força da mão que empunha desde caixeiro o código criminal.”

<sup>1185</sup> O cargo de professor de português só foi criado por um decreto de 1871, de forma que o capitão Rodrigues provavelmente só estudou gramática latina, e certamente formou-se leitor em uma época em que cada folha escrevia de uma forma e nenhuma considerava a sua forma tão mais certa ao ponto de poder censurar as demais. Na década de 1870 já encontramos essa questão tratada de forma completamente diferente, conforme se nota por essas acusações do *Arauto de Minas* contra o autor de dois livros e redator de diferentes periódicos. O que o *Arauto de Minas* nos fala sobre a formação de José Antonio Rodrigues é que se tratava de

<sup>1182</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 20 de Fevereiro de 1879. Ano II. Número 44.

<sup>1183</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 9 de Dezembro de 1880. Ano IV. Número 37.

<sup>1184</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 22 de Janeiro de 1881. Ano IV. Número 43.

<sup>1185</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 13 de Fevereiro de 1879. Ano II. Número 43.

*“um leigo que nem ao menos teve os preparatórios; pois tendo exercido a profissão de caixeiro passou depois a ser negociante.”*<sup>1186</sup>

Ainda encontramos o *Arauto* espalhando que o sr. Rodrigues não conheceu o pai, que não guardava sigilo como advogado<sup>1187</sup>, que teria uma amante no Muxinga e opinando que deveria ser recolhido ao Hospício de Pedro II.<sup>1188</sup> Seria também um maltrapilho:

*“José do Telhado que teve a ousadia de requerer tal nomeação, protegido pelo chefe Galdino, deve-se convencer de que ainda não chegamos a tal estado de degradação para que caiba aos maltrapilhos e bandidos as tetéias da guarda nacional...”*<sup>1189</sup>

O *Arauto de Minas* também nos ajuda a conhecer a história de José Antonio Rodrigues, por exemplo, ao considerar que este manteria

*“o instinto atrabiliario do rebelde de 1842 (crime que muito o recomenda no pensar do sr. Galdino) ele, como o lobo da fábula, acha sempre pretexto para cair sobre o adversário, a quem acusa por faltas imaginárias, que diz cometidas em época em que os conservadores de hoje ainda não eram nascidos!”*<sup>1190</sup>

O *Arauto* nos diz que um “Zé Maca”, que é o capitão Rodrigues a não ser que usasse o mesmo apelido para dois chefes “liberais”, era veterano da Guerra dos Farrapos<sup>1191</sup>. Ora, só podemos imaginar que os “conservadores” usassem esse termo para referir-se à Revolução de 1842.

No governo da Liga Progressista entre 1863 e 1868, que o *Arauto* considerava ter sido um governo “liberal”, José Antonio Rodrigues teria representado um “papel proeminente”<sup>1192</sup>. Mas em 1868 teria se ligado aos “históricos” e até mesmo se aliado aos “conservadores” contra os “progressistas”<sup>1193</sup>.

De detalhes para nós importantes da história do dono das folhas “liberais” o *Arauto de Minas* infelizmente não nos dá datas, na coluna “Dizem que” “não é a primeira vez que o Zé do Telhado suja as mãos com dinheiro: pois comeu da irmandade do Sacramento e até da

<sup>1186</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Janeiro de 1879. Ano II. Número 41.

<sup>1187</sup> Contudo, devemos informar que o próprio *Arauto de Minas* reconhecia que José Antonio Rodrigues vencia causas. *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 2 de Dezembro de 1877. Ano I. Número 39.

<sup>1188</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 28 de Julho de 1877. Ano I. Número 21.

<sup>1189</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 28 de Março de 1879. Ano III. Número 4.

<sup>1190</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 22 de Janeiro de 1881. Ano IV. Número 43.

<sup>1191</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 27 de Agosto de 1878. Ano II. Número 22.

<sup>1192</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 14 de Julho de 1877. Ano I. Número 19.

<sup>1193</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 14 de Maio de 1879. Ano III. Número 10.

*Casa de Misericórdia!*”<sup>1194</sup> Resumidamente, para o *Arauto de Minas* José Antonio Rodrigues teria uma história criminosa:

*“saltimbanco que conseguiu tornar-se herdeiro de um tal José Crescêncio, - quem achou no fundo da canastra um homem rico, assassinado na estrada, bilhetes que deram a sorte grande, - que conseguiu tornar-se proprietário, enganando a papalvos fazendeiros que caíram por meio de ações, com dinheiro necessário para edificações, - que tem defraudado casas de caridade e irmandades, - que abriu prisões e deu escapula a dez criminosos”*<sup>1195</sup>

Também foi acusado pelo *Arauto* de tentar furtar a herança dos filhos de um Babo Peçanha<sup>1196</sup>, o que não conseguiu, deixando de ganhar oito contos de réis<sup>1197</sup>. Ainda em 1878, mesmo ano em que foi indicado promotor, teria se envolvido, como já dissemos acima, na fuga de Casimiro e mais nove presos<sup>1198</sup>. O próprio José Antonio Rodrigues foi advogado de Casimiro, a quem, segundo o *Arauto de Minas*, se permitia ficar solto dentro da cadeia, passear pelas ruas e visitar o promotor, de quem se dizia amigo<sup>1199</sup>. Quando aberto processo de responsabilidade contra o carcereiro, o *Arauto de Minas* pediu “*que não figure como órgão da justiça neste processo o atual Sr. Promotor público.*”<sup>1200</sup> Quando os soldados que estavam de plantão foram absolvidos, o *Arauto de Minas* deu sua versão a respeito, “*o júri não encontrou no escabelo os verdadeiros réus... José do Telhado e seus asseclas passeavam...*”<sup>1201</sup> O capitão Rodrigues, por sua vez, moveu contra o *Arauto de Minas* um processo de calúnia.

Uma das acusações mais sérias, talvez a mais capaz de tirar votos, feitas a José Antonio Rodrigues pelo *Arauto de Minas* era a de ser contrário à criação da Estrada de Ferro de Oeste de Minas<sup>1202</sup>. Na coluna “*Dizem que*”, encontramos “*que Zé do Telhado naturalizou-se barbacenense e reuniu povo de lá contra EFOM !!*” E quando se inaugurou a dita estrada, e os “*liberais*” participaram da comemoração, o *Arauto de Minas* perguntou-lhes, “*não se lembram que atacaram a empresa por todos os meios a ponto de ir o chefe Zé do Telhado a Barbacena e ali em discurso mostrar-se acérrimo inimigo desse melhoramento*”.<sup>1203</sup>

<sup>1194</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Junho de 1880. Ano IV. Número 12.

<sup>1195</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 20 de Fevereiro de 1879. Ano II. Número 44.

<sup>1196</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Junho de 1880. Ano IV. Número 12.

<sup>1197</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 9 de Dezembro de 1880. Ano IV. Número 37.

<sup>1198</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 5 de Setembro de 1878. Ano II. Número 23.

<sup>1199</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 18 de Outubro de 1879. Ano III. Número 28.

<sup>1200</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Outubro de 1878. Ano II. Número 30.

<sup>1201</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 23 de Dezembro de 1878. Ano II. Número 37.

<sup>1202</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 27 de Abril de 1879. Ano III. Número 8.

<sup>1203</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Junho de 1880. Ano IV. Número 12.

Além disso tudo, Antonio Rodrigues não teria bons costumes, pois como “*Promotor em suas suculentas acusações não perde ocasião de encaixar este pedacinho: ‘Quem quiser achar a procedência de todos os crimes procure o rabo de saia.’*”<sup>1204</sup> Com todos esses defeitos, suas indicações para cargos públicos só poderia ser explicada pelo seu parentesco com o “*Ministro José Rodrigues de Lima Duarte*”<sup>1205</sup>

Como promotor, além de perseguir “*conservadores*”, a exemplo de João da Cruz<sup>1206</sup>, também consideraria “*liberais*” como miseráveis para poderem processar “*conservadores*” às custas da câmara<sup>1207</sup>, como nesse exemplo:

*“Quer a força ser miserável – José Teixeira de Carvalho anda coligindo atestados graciosos para provar que é miserável, e que por consequência deve ficar sob a proteção do digno promotor público, na perseguição que move contra vários cidadãos!  
O que José Teixeira devia procurar era demonstrar que verdadeiros miseráveis são os seus patrões, que não tem animo de emprestar-lhe dinheiro para desafrontar-se.”*<sup>1208</sup>

A única vez que o *Arauto de Minas* elogiou José Antonio Rodrigues, que encontramos, foi quando este não aceitou a diretoria do Externato, nem a Inspeção de Instrução Pública<sup>1209</sup>.

<sup>1204</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Dezembro de 1880. Ano IV. Número 38.

<sup>1205</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 22 de Janeiro de 1881. Ano IV. Número 43.

<sup>1206</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 12 de Fevereiro de 1881. Ano IV. Número 46.

<sup>1207</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 24 de Dezembro de 1880. Ano IV. Número 39.

<sup>1208</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 8 de Janeiro de 1880. Ano IV. Número 41.

<sup>1209</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 2 de Abril de 1880. Ano IV. Número 5.

Joaquim Ernesto Coelho

De sua história, o *Arauto de Minas* nos informa que era “liberal” pelo menos desde 1868, quando participou das eleições em que o dono da gráfica do *Cinco de Janeiro*, José Antonio Rodrigues, teria apoiado o “partido conservador”. Ernesto Coelho, segundo o *Arauto*, permaneceu com o “partido liberal”, mas nas eleições “deu uma de Villa Diogo”,<sup>1210</sup> ou seja, fugiu.

Infelizmente sem definir data, que para esse caso seria importante, o *Arauto de Minas* liga o redator do *Cinco de Janeiro* à Irmandade da Senhora do Rosário dos Homens Pretos, ao lançar-lhe terrível acusação:

“...sobre ti e tua geração projetará sempre sinistra luz  
A lâmpada do Rosário.”<sup>1211</sup>

Para entender essa provocação devemos recorrer aos *Apontamentos*<sup>1212</sup>, obra de José Antonio Rodrigues, de 1859, em que Ernesto Coelho foi citado e elogiado como artista plástico, e nos fala da “lâmpada do Rosário”:

“Igreja de N. S. do Rosário administrada pelos pretos, e homens de todas as classes: é mediana; o seu exterior é de pouca elegância, mas o interior é mui regular, e tem tres altares de boa talha, vasta nave, e tudo com asseio e decência. É notável a devoção dos Pretos na sustentação deste templo, apesar dos reveses que há sofrido a irmandade. Há anos roubarão da igreja uma lâmpada de prata com o peso de mais de 900 onças, e ultimamente foi necessário demolir a torre em que estavam os sinos, por ameaçar ruina.”<sup>1213</sup>

A Irmandade do Rosário, que ergueu e administra esse templo, é a mais antiga da cidade, surgida em 1708. Sobre a insinuação de que Ernesto Coelho estivera envolvido no desaparecimento da lâmpada de prata só temos a comentar que então ele devia ser um dirigente dessa Irmandade. A mesma fonte, o *Arauto de Minas*, acusa Ernesto Coelho de dever 60 mil-réis (60\$000) à confraria das Mercês:

“Mofina

<sup>1210</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 19 de Novembro de 1878. Ano II. Número 32.

<sup>1211</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Janeiro de 1879. Ano II. Número 39.

<sup>1212</sup> RODRIGUÊS, José Antônio. *Apontamentos da População, Topografia e Notícias Cronológicas do Município da Cidade de S. João Del-Rei, Província de Minas-Gerais*. São João del-Rei: Editora de José Antônio Rodrigues. 1859.

<sup>1213</sup> Idem. Pág. 11-12.



*Porque razão o Sr. Joaquim Ernesto Coelho editor do Cinco de Janeiro ainda não pagou as colunas que comprou a confraria das Mercês para a Capela de S. Antônio do Rio das Mortes?”*<sup>1214</sup>

Trata-se de outra organização de homens de cor, conforme também preferimos as explicações dos *Apontamentos*<sup>1215</sup> às nossas:

*“Igreja da Confraria da N. S. das Mercês, está colocada no sotô-pé da serra do Lenheiro, a que se chega por uma escada de pedra, interpolada, de mais de 150 pés. Esta igreja é mediana tem frontispicio elegante, construido de pedra, obra nova, que alterou a forma primitiva da igreja, que é formada no corpo de outangulos: tem o altar mór e dois laterais. Ao lado esquerdo tem uma torre de pedra, não acabada, em que existem os sinos. É a confraria administrada pelos homens pretos naturais do país.”*<sup>1216</sup>

De fato, o *Arauto de Minas* confirma que Ernesto Coelho era um homem de cor, pois seria *“um caboclo, muito parecido com o rábula Beicinho.”*<sup>1217</sup> Para acusar Ernesto Coelho de *“testa de ferro”*, o *Arauto de Minas* o *“acusou”* de ser pobre:

*“Insurreição – O miserável pintor que deixando o pincel, agarrou-se ao lucrativo emprego de testa de ferro, publicando sob sua responsabilidade quanta sandice e imundice sai das penas no pardo Beicinho, do famigerado José Cabeleira e do deputado galé, insuflado por alguns parceiros da gleba, refugou diante de uma necrologia deste último escritor dizendo que não publicava nemia tão bajulatória. Rocambolé bateu o pé, ameaçou tirar a teta ao Pimpão, alegou a papel que lhe deu, repreendeu-o e fê-lo curvar-se.”*<sup>1218</sup>

E ignorante:

*“Testa de ferro. Diz o Casuca que naquela tipografia não entra testa de ferro! Onde se inventou a moda, e o que é o Quincas Pimpão se não um verdadeiro testa de ferro! Por ventura esse analfabeto é autor do que se estampa no papel sujo? Como qualquer testa de ferro não se responsabiliza por quanto queiram escrever os dois pretos de ganho? Sábado verificaremos se há ou não testa de ferro: - queremos ver se o artigo escrito e arranjado por José do Telhado será responsabilizado por ele!”*<sup>1219</sup>

<sup>1214</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 23 de Dezembro de 1878. Ano II. Número 37.

<sup>1215</sup> RODRIGUÊS, José Antônio. *Apontamentos da População, Topografia e Notícias Cronológicas do Município da Cidade de S. João Del-Rei, Província de Minas-Gerais*. São João del-Rei: Editora de José Antônio Rodrigues. 1859.

<sup>1216</sup> Idem. Pág. 10.

<sup>1217</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 4 de Maio de 1879. Ano III. Número 9. Iphan.

<sup>1218</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 15 de Dezembro de 1878. Ano II. Número 36.

<sup>1219</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 13 de Fevereiro de 1879. Ano II. Número 43.

Não acreditamos que Ernesto Coelho fosse analfabeto, o que seria cinismo demais por parte dos “liberais” de São João del-Rei e não funcionaria nos tribunais, mas certamente era um artesão, pois já em 1859, José Antonio Rodrigues informou que fora ele o responsável pelas saliências douradas do teto da Igreja de São Francisco de Assis<sup>1220</sup>. Seu nome também aparece na lista das pessoas que contribuíram com mil-réis (1\$000) para a impressão desse livro sobre São João del-Rei. Além de pintor, Ernesto Coelho atuava nos palcos, o que não foi perdoado pela folha dos “conservadores”:

*“Espetáculo*

*Exibiu-se vergonhosamente o celebre Pimpão na representação da comédia que sob o título: Em busca de um genro, fez as delícias dos apreciadores de escândalos...*

*A gente sensata retirou-se triste...”<sup>1221</sup>*

Ainda sabemos que na situação “liberal” iniciada em 1878, portanto na mesma época em que foi redator do *Cinco de Janeiro*, Ernesto Coelho foi indicado para o cargo de Inspetor<sup>1222</sup>, e que nesse mesmo ano requereu à Câmara Municipal um terreno<sup>1223</sup>. Essa última informação é um bom indicativo de que o salário de Inspetor e mais o que ganhasse por ser redator da folha situacionista eram suficientes para levantar uma casa, pois a lei garantia que qualquer um ganhasse um terreno do município, mas se não iniciasse logo a construção dava à municipalidade o direito de tomar de volta o lote. Como a Câmara Municipal era “conservadora”, seria um contra-senso para Ernesto Coelho pedir um terreno e não iniciar a construção.

Os ataques pessoais do *Arauto de Minas* não tinham origens pessoais, pois Ernesto Coelho, apesar de ter sido redator d'*O São-Joanense*, estava esquecido até tornar-se redator do *Cinco de Janeiro*, quando passou a receber um bombardeio constante nas colunas da folha “conservadora”. Findo o *Cinco de Janeiro*, deixou novamente de ser notícia, sumiu. Somente em 1881, por questões de alistamento eleitoral, o *Arauto de Minas* afirmou que Ernesto Coelho estava morando em Lavras há dois anos<sup>1224</sup>, ou seja, exatamente desde que

<sup>1220</sup> RODRIGUÊS, José Antônio. *Apontamentos da População, Topografia e Notícias Cronológicas do Município da Cidade de S. João Del-Rei, Província de Minas-Gerais*. São João del-Rei: Editora de José Antônio Rodrigues. 1859.

<sup>1221</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 16 de Outubro de 1878. Ano II. Número 28.

<sup>1222</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 8 de Dezembro de 1878. Ano II. Número 35.

<sup>1223</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 8 de Dezembro de 1878. Ano II. Número 35.

<sup>1224</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 7 de Maio de 1881. Ano V. Número 9.

desapareceu o *Cinco de Janeiro*.

## Francisco de Paula Pinheiro

O primeiro ataque recebido por Francisco de Paula Pinheiro por parte do *Arauto de Minas* nos informa sobre o funcionamento do círculo “liberal”, que certamente era o procedimento comum dos círculos políticos das cidades do interior. Por alguns meses, entre o *São-Joanense* e o *Cinco de Janeiro*, os “liberais” de São João del-Rei ficaram sem imprensa. Para enfrentar os “conservadores”, que não aposentaram o *Arauto de Minas*, os “liberais” tiveram que recorrer às colunas de folhas “liberais” de outras cidades, a exemplo da *Actualidade*, de Ouro Preto, ligada ao senador Silveira Lobo<sup>1225</sup>. O autor foi Francisco Pinheiro, que recebeu um tratamento muito semelhante ao que ganhavam do *Arauto* os redatores das folhas do capitão Rodrigues:

“Alugaram os liberais desta Cidade um preto de ganho, que deixando o tabuleiro de lado, pôs as mãos nas ilhargas e pelas colunas da *Actualidade de Ouro Preto*, xinga-nos e a mais de um de nossos distintos amigos, sob a assinatura de – Sorocabano.”<sup>1226</sup>

Sem um periódico, o “partido liberal” continuou existindo em São João del-Rei, como existira antes de 1876, e quem nos afiança é o *Arauto de Minas*, que diz que “Depois de um trabalho insano e de muita pernada inútil conseguiram que se reunissem 86 pessoas, entrando nesse número estrangeiros, fósforos e meninos.”<sup>1227</sup>

Mas voltemos a Francisco Pinheiro. O historiador Sebastião Cintra nos diz que ele nasceu em 1855 e faleceu em 1916, tendo lecionado por 35 anos, no Externato e na Escola Normal. Foi redator ou colaborador de diversas folhas “liberais” e durante a república ainda foi redator do *Autonomista* e do *Combate*. Era maçom desde 1879, talvez tenha feito parte da loja noticiada pela *Tribuna do Povo* em 1882, e em 1895 foi um dos fundadores da loja maçônica que ainda existe em São João del-Rei, a *Charitas*<sup>1228</sup>. Cintra afirmou que o tenente Pinheiro nasceu na província fluminense, mas uma declaração desse jornalista de 1886, ao dizer que seu pai “com toda a pobreza e com esforços hercúleos, procurou educar-me, como é público e notório nesta cidade, tendo eu me retirado aos 14 anos para o seminário de

<sup>1225</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 21 de Julho de 1878. Ano II. Número 18.

<sup>1226</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 21 de Julho de 1878. Ano II. Número 18.

<sup>1227</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 21 de Julho de 1878. Ano II. Número 18.

<sup>1228</sup> CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Galeria das Personalidades Notáveis de São João del-Rei*. São João del-Rei: 1994. Pág. 111-115.

*Mariana*.<sup>1229</sup>, a nosso ver significa que ele nasceu em São João ou nas redondezas, saiu para estudar, circulou por outras cidades a trabalho e voltou anos depois.

As demais informações que temos de Francisco Pinheiro vêm de seus inimigos. O *Arauto de Minas* informou sobre Francisco de Paula Pinheiro que este tinha permutado a sua cadeira em Pyumhy pela de Antonio Pompeu de Campos, de São José del-Rei<sup>1230</sup>, ou seja, que estava chegando de volta à região, em 1877. Já em 1878, quando Galdino das Neves entrou na chapa “liberal” de deputados gerais, Francisco Pinheiro participou da cavalcada que o recebeu na cidade<sup>1231</sup>. O *Arauto de Minas* já dizia que ele devia favores a alguns “conservadores”<sup>1232</sup>. Quando Francisco Pinheiro enviou artigos para o *Actualidade*, de Ouro Preto, o *Arauto* disse sobre ele que “foi educado na senzala dos pretos do finado major S. Thiago” e que “se viu, como caloteiro, obrigado a mudar de terra para escapar as justas exigências de devedores.”<sup>1233</sup>

Meses depois, às vésperas de nascer o *Cinco de Janeiro*, um anúncio do *Arauto de Minas* já ameaçava revelar as falcatruas do “Rato”.<sup>1234</sup> A ascensão dos “liberais” no início desse ano permitiu a Francisco Pinheiro conseguir sua transferência não só de Pyumhi para São José, como desta para São João del-Rei, atraindo o ataque do *Arauto de Minas*:

*“Instrução publica – Consta-nos que a escola de primeiras letras de S. José del-Rei, regida pelo professor Francisco de Paula Pinheiro está sendo freqüentada apenas por dois alunos!  
O Sr. Inspetor da Instrução pública deve inquirir das causas que motivaram a retirada dos demais alunos matriculados nessa aula.”*<sup>1235</sup>

Seria um assunto batido nas páginas do *Arauto de Minas*, que não se cansava de tentar desmoralizar Francisco Pinheiro até como professor:

*“Corre que vai ser removido para a cadeira de instrução primária desta cidade o celebre professor Francisco de Paula Pinheiro, que já tem obtido 4 remoções, não tendo podido permanecer até agora em parte alguma.  
Em S. José del-Rei, onde se achava ultimamente, fez tais coisas, que os pais de família viram-se obrigados a retirar os filhos e a pagar um mestre particular para*

<sup>1229</sup> Arquivo Histórico do Iphan de São João del-Rei. *S.João D’El Rei*. São João del-Rei. 13 de Setembro de 1886. Ano I. Número 31.

<sup>1230</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 30 de Junho de 1877. Ano I. Número 17.

<sup>1231</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 3 de Junho de 1878. Ano II. Número 13.

<sup>1232</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 3 de Junho de 1878. Ano II. Número 13.

<sup>1233</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 21 de Julho de 1878. Ano II. Número 18.

<sup>1234</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 8 de Outubro de 1878. Ano II. Número 27.

<sup>1235</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Outubro de 1878. Ano II. Número 30.

*os ensinar.”*<sup>1236</sup>

Francisco Pinheiro usaria de violência para com os alunos:

*“A palmatória. – Este aviltante instrumento ainda é empregado na escola de instrução primária desta Cidade, regida pelo célebre Paula Pinheiro, com manifesta infração do Regulamento da Instrução...”*<sup>1237</sup>

E sequer lhes daria água:

*“Pedido  
Pede-se ao Sr. Mestre de primeiras letras para ter na aula um pote com água;  
pois os pobres meninos morrem a sede, e o Sr. Mestre deve saber as obras de  
misericórdia.  
Um pai de família.”*<sup>1238</sup>

No início de 1879, aconteceu o suicídio do capitão Alvarenga, e Francisco de Paula Pinheiro foi um dos assinantes da carta da “*Família Alvarenga ao Público*”, sendo dos signatários o único parente adotivo, genro do falecido. Essa carta acusava o redator do *Arauto de Minas*, Severiano de Resende, de ter provocado o suicídio, enquanto o próprio *Arauto* acusava o “*partido liberal*”, cujos membros não teriam emprestado dinheiro ao capitão Alvarenga. Circulava então o *Cinco de Janeiro*, mas não sabemos exatamente em que altura Francisco Pinheiro tornou-se redator dessa folha. Fato é que suas relações com o *Arauto* pioraram muito. Já em 31 de Janeiro desse ano, dias depois do suicídio, o *Arauto* acusou Francisco Pinheiro de ter furtado 10\$000, dez mil-réis, que o padre Antonio Florência Abrãao teria enviado para Christiano Braziel & C<sup>1239</sup>. Em Fevereiro mais ataques:

*“Não falta mais nada! – Os pátios do Externato desta Cidade estão convertidos em pasto do professor de primeiras letras.  
Temos visto ali pastando dois animais.  
O governo em vez de ceder a parte daquele edifício, que não é ocupada pelo externato, a um colégio particular, julgou mais acertado convertê-la em pasto...”*<sup>1240</sup>

Mas os ataques mais pesados não se reduziram a ofensas e desmoralização. Visando

<sup>1236</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 15 de Dezembro de 1878. Ano II. Número 36.

<sup>1237</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 13 de Fevereiro de 1879. Ano II. Número 43.

<sup>1238</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 13 de Setembro de 1879. Ano III. Número 23.

<sup>1239</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Janeiro de 1879. Ano II. Número 41.

<sup>1240</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 27 de Fevereiro de 1879. Ano II. Número 45.

impossibilita a atuação política de Francisco de Paula Pinheiro, Severiano passou a publicar notas de supostos credores do professor Pinheiro, como João Baptista de Oliveira Barreto<sup>1241</sup>. De fato, os “*conservadores*” começaram a comprar as dívidas do professor “*liberal*”. Essa dívida cobrada por Oliveira Barreto, por exemplo, foi comprada em Outubro de 1878 a Luiz Firmino Pereira Santos, de Conceição da Barra<sup>1242</sup>. Severiano, que também comprou dívidas, e que parecia dirigir a perseguição, explicou sua versão a respeito dessa tática assustadora:

*“Ao público.*

*Exigi do meu devedor Francisco de Paula Pinheiro, professor de primeiras letras desta Cidade a importância de seu débito: mandou dizer-me ‘que tivesse paciência de esperar, que não tinha dinheiro’.*

*Quando a Redação do Cinco de Janeiro, de que faz parte o mesmo mestre escola, quis lançar a minha conta o lamentável sucesso que surpreendeu a toda Cidade, disse mais ou menos o seguinte: É infâmia e calúnia dizer-se que o Cap. Alvarenga procurasse auxílio pecuniário entre seus correligionários. Porque não o encontraria ele se precisasse, sabendo que a nossa bolsa estava aberta para o servir?*

*Muito bem, a estirada foi de produzir efeito; mas essa decantada liberalidade dos liberais porque não estendem a mão ao genro que me deve...”*<sup>1243</sup>

Na continuidade das cobranças, Severiano contratou um “*procurador*”:

*“Ao público*

*Tenho esgotado todos os meios para haver de Francisco de Paula Pinheiro, atual professor de primeiras letras desta Cidade, a importância do que me deve, conforme consta dos documentos que já publiquei, vou tentar o recurso último – entregando a cobrança a um procurador a fim de citar o revel devedor e coagi-lo a cumprir o seu dever.*

*S. João, 21 de Março de 1879.*

*Severiano Rezende.”*<sup>1244</sup>

Essa medida atingiu seu objetivo, pois fez Francisco Pinheiro se destemperar:

*“Como se pagam as dívidas*

*A rua Direita, nesta Cidade, foi na tarde de 26 do corrente teatro onde o professor de primeiras letras Francisco de Paula Pinheiro com escândalo público representou a cena mais ridícula e degradante.*

*Sendo esse mestre escola devedor da quantia de trezentos e tantos mil reis ao redator desta folha, este incumbiu da cobrança o cidadão Francisco Octaviano das Chagas Lopes, que antes de tomar qualquer medida vexatória, teve a*

<sup>1241</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 8 de Fevereiro de 1879. Ano II. Número 42.

<sup>1242</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 8 de Fevereiro de 1879. Ano II. Número 42.

<sup>1243</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 27 de Fevereiro de 1879. Ano II. Número 45.

<sup>1244</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 21 de Março de 1879. Ano III. Número 3.

*delicadeza de dirigir-se por carta ao pai do devedor, em termos atenciosos.*

*Inde Irae!*

*Mal soube o atrabilhado professor que o seu crédito parava em mãos de um procurador para efetuar a cobrança, aceso em ira, dirigiu-se a casa onde com sua família reside o redator do Arauto e encontrando um empregado da tipografia à janela pediu-lhe para o chamar a fim de liquidar contas.*

*Estava o Redator, no andar superior, ocupado em revisão de provas e ordenou ao empregado que abrisse o escritório e convidasse a entrar o referido Paula Pinheiro a quem já ia falar.*

*Não eram passados dois minutos quando descendo aquele ao escritório, já não encontrou ali Francisco de Paula Pinheiro; ouvindo grande vozeria na rua chegou a janela e o viu então debatendo-se agarrado pelo pai que o conduzia pela rua, cheia de compacta multidão atraída pelos gritos do mentor da mocidade: - 'Quero mata-lo! Deixem-me assassina-lo! Quero atira-lo e farei em qualquer parte que o encontre!'*

*A quem se confia a educação da infância!*

*Que exemplos pode dar a seus educandos aquele que provoca desordens e diz a boca cheia que há de matar ou pelo menos esbordoar aqueles que procuram haver o que se lhes deve.”<sup>1245</sup>*

É impossível saber se Severiano cessou as cobranças, temporariamente, devido a essa briga ou realmente pelo motivo que explicou. Certo é que apelou para a justiça e foi marcada uma audiência com o Juiz de Paz:

*“Depois da audiência do Juiz de Paz a qual como V. S. sabe, teve lugar no dia 3 do corrente, deixando o seu devedor Francisco de Paula Pinheiro de comparecer, tratei de obter as necessárias informações e cheguei ao conhecimento de que o dito Paula Pinheiro nada pode arranjar com os seus amigos e correligionários e nada tem de seu, sendo por conseguinte em pura perda todo e qualquer passo judicial contra ele.”<sup>1246</sup>*

Mas no início de 1880, sendo Francisco de Paula Pinheiro redator d'A *Situação*, retornaram os ataques, como “*O redator da Situação deve estudar mais um pouco de gramática, desde que é professor*”.<sup>1247</sup> O mesmo se deu com as cobranças, a cargo de um Francisco Octaviano das Chagas Lopes, que assinou no *Arauto de Minas* o artigo “*Eu e a Situação*”. Nesse artigo o assunto é “*Francisco de Paula Pinheiro, que, por mandado de José do Telhado, escreve um papelucho que de quando em vez sai a lume nesta cidade, ofendendo a honra e probidade dos mais honestos cidadãos.*”<sup>1248</sup> Francisco Octaviano nos fornece um itinerário do professor Pinheiro:

<sup>1245</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 28 de Março de 1879. Ano III. Número 4.

<sup>1246</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 19 de Abril de 1879. Ano III. Número 7.

<sup>1247</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Janeiro de 1880. Ano III. Número 42.

<sup>1248</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Maio de 1880. Ano IV. Número 10.



*“Digam-no quem ele é os habitantes de Nazareth, Santo Antonio do Amparo, Conçeição, Piunhi, S. José del-Rei, e desta cidade, onde se tornou celebre pela mentira, pelo furto, pelos escandalosos jogos de pacau e búzio e grandes fintações.”*<sup>1249</sup>

A dívida seria de trezentos mil-réis, 300\$000, e o credor o próprio Severiano de Rezende, que desistira da cobrança por que:

*“não podia suportar as angustias de uma família como porque eu também me condoí das circunstancias precárias de Paula Pinheiro, redator da Situação, que batendo de porta em porta, não pode encontrar, ainda entre os liberais, seus correligionários de fresca data, quem lhe emprestasse dinheiro para desafrontar-se.”*<sup>1250</sup>

A resposta de Francisco de Paula Pinheiro sobre a dívida já havia sido publicada pelo *Arauto de Minas*, era *“Não paguei ainda porque o redator do Arauto comprou a dívida.”*<sup>1251</sup>

Duas semanas depois, Francisco Octaviano acusou Francisco de Paula Pinheiro de estar escrevendo contra ele no *Parahybuna*, sob o pseudônimo de *“Um amigo”*<sup>1252</sup>. O teor desses escritos podemos imaginar por outra acusação, relacionada ao artigo *“Eu e a Situação”*:

*“Depois daquele nosso artigo, Chico Rato, não podendo negar a verdade de nossas acusações, encontrando-se conosco, em uma rua pública, ameaçou de nos espancar, julgando que o medo nos sufocasse a voz!”*<sup>1253</sup>

O artigo era bastante ofensivo, desenhando *“Chico Rato, de olhos gateados, nariz chato, cabelos de carapinha ... jogador de profissão, larapio, fintador da fazenda alheia...”*<sup>1254</sup> Mais uma vez, o objetivo político foi cumprido, descontrolando o redator da folha adversária:

*“Provocação e injurias. – No dia 1º do corrente achava-se o cidadão Francisco Octaviano das Chagas Lopes, em casa de negócio do Sr. Mariano Francisco Montes, lendo a pedido de varias pessoas a nossa folha, quando com surpresa de todos entrou pela porta a dentro Francisco de Paula Pinheiro, professor de primeiras letras desta infeliz cidade e arrebatando o periódico o amarrotou e esfregou na cara daquele cidadão, injuriando-o de modo brutal.  
(...)  
Não é a primeira vez que este funcionário público provaca desordens e conflitos já*

<sup>1249</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Maio de 1880. Ano IV. Número 10.

<sup>1250</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Maio de 1880. Ano IV. Número 10.

<sup>1251</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 8 de Fevereiro de 1880. Ano III. Número 43.

<sup>1252</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Junho de 1880. Ano IV. Número 12.

<sup>1253</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Junho de 1880. Ano IV. Número 12.

<sup>1254</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Junho de 1880. Ano IV. Número 12.

*em plena rua direita foi de revolver em punho desafiar o redator desta folha e mais tarde querendo que o cidadão João Baptista de Oliveira Barreto, conhecido negociante dessa praça, lhe cedesse caminho no passeio da calçada, provocou uma luta corporal da qual saiu bastante maltratado.”<sup>1255</sup>*

Vimos acima que João Baptista de Oliveira Barreto era outro cobrador do professor Pinheiro. Contudo, a atitude violenta contra Francisco Octaviano foi mais grave, pois permitiu que se movesse contra ele toda uma luta judicial. O mesmo incidente, no processo, é assim descrito:

*“a pedido que lhe fizeram duas distintas moças que faziam parte de uma nobre e ilustrada reunião, as M<sup>as</sup> Francisca Tiburcio Dias Carneiro e Camila Lopes Coelho, eis que repentinamente e com a maior surpresa, Francisco de Paula Pinheiro, que anteriormente espreitava a festa, (...) arrebatou (ilegível) despoticamente o jornal que o suplicante tinha junto de si, e quase que nas mãos, rasgou-o e amassou-o (...) esfregou-o fortemente com sua direita os pedaços da folha (...) (n)a boca do suplicante.”<sup>1256</sup>*

A referência a “duas distintas moças” pode ser uma mofina, pois esse distúrbio aconteceu na rua da Alegria, que talvez já fosse a rua da zona boêmia. A defesa de Francisco de Paula Pinheiro envolveu Severiano de Rezende:

*“Sendo inimigo do Redator do Arauto, esse indivíduo propositalmente comprou uma dívida e entregou ao queixoso para se aproveitar da mesma dívida e desfeiteá-lo em público, de fato o queixoso mandou alar (sic) ao querelado, (ilegível) ao Oficial do (ilegível), que o (ilegível) na praça pública para maior vexame...”<sup>1257</sup>*

E posteriormente envolveu o próprio Juiz, como agente de uma conspiração contra o redator da *Situação*:

*“Se é certo o que disse o queixoso à Senhora do cidadão Francisco Antônio da Silva Rios, em presença de mais pessoas, isto é, (palavras textuais) 'Não posso deixar de prosseguir no processo contra Francisco Pinheiro por que os meus companheiros Dr. Pena (referindo-se à pessoa do Ilmo. Juiz deste processo) e Severiano Nunes (redator do Arauto de Minas) assim o querem.', é claro que qualquer defesa por parte do querelado é inútil.”<sup>1258</sup>*

<sup>1255</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 7 de Junho de 1880. Ano IV. Número 13.

<sup>1256</sup> Processo Crime 41-10. Arquivo Histórico do Museu Regional de São João del-Rei. IPHAN. Pág. 2. Não temos certeza alguma sobre a profissão das duas citadas moças, pois na dita rua também existiam diferentes tipos de casas de negócio.

<sup>1257</sup> Processo Crime 41-10. Arquivo Histórico do Museu Regional de São João del-Rei. IPHAN. Pág. 31

<sup>1258</sup> Processo Crime 41-10. Arquivo Histórico do Museu Regional de São João del-Rei. IPHAN. Pág. 31.

O quanto essa tática surtiu efeito desconhecemos, pois o final do processo não foi encontrado. O *Arauto* nos informa que o processo foi anulado, e que seria iniciado outro no foro comum:

*“Processo nulificado – Foi anulado o processo por injurias, intentado por Francisco Octaviano das Chagas Lopes contra o professor Francisco de Paula Pinheiro, visto como pelo depoimento das testemunhas e confissão do acusado ficaram provadas ofensas físicas e não injurias, remetido o autor ao foro comum.”*  
1259

Talvez tenha existido esse outro processo, obrigando Francisco Pinheiro a sair da cidade para defender-se em tribunais de Ouro Preto ou Rio de Janeiro, mas não encontramos essas informações.

Uma briga assim renhida entre redatores de folhas, atores políticos dos dois partidos monárquicos, faz lembrar de três momentos distintos da história da imprensa no Império. Primeiro, a fama da imprensa de gerar ódios, rusgas, demandas, que indicamos no primeiro capítulo como um dos fatores que sufocaram a imprensa durante décadas, que em São João del-Rei reduziu-se então a apenas três curtas existências de periódicos no intervalo entre 1844 e 1876. Segundo, a notícia do *Universal*, que vimos no primeiro capítulo, de 1839, sobre o desaparecimento do *Astro de Minas*, onde reclama de que “a vida de escritor público não é das mais apetecidas a quem ama sobretudo a comodidade.”<sup>1260</sup> Terceiro, uma impagável denúncia anterior, escrita em 1836 pelo padre José Antônio Marinho, sobre recursos que tinham sido utilizados contra o *Astro de Minas* durante a Regência, ou seja, com o partido “*liberal moderado*”, do *Astro*, no poder:

*“...foi o Astro o primeiro que encetou luta, e a ele o depois se vieram reunir os mesmos, que ao principio lhe faziam guerra: então tudo parecia conspirar contra o Astro, os Periódicos mais acreditados o batiam, e **manobras particulares contra ele se desenvolviam...**”*<sup>1261</sup>

Voltemos, contudo ao redator da *Situação*. Além de precisar defender-se na justiça, duas passagens do *Arauto de Minas* indicam que Francisco Pinheiro também sofreu agressões físicas. Uma na coluna “*Dizem que*” “o Rato não pode ainda analisar os atestados sobre a

<sup>1259</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 24 de Junho de 1880. Ano IV. Número 15.

<sup>1260</sup> *O Universal*. Ouro Preto. N.112. Ano XV. 10/07/1839.

<sup>1261</sup> *Astro de Minas*, São João del-Rei, n. 1.272, 19/01/1836. O negrito não é do original.

*iluminação e o proceder das autoridades quando foi esbofeteado, porque os patrões lh'o proibiram, ameaçando tirar-lhe o tear e os tipos.... e a maminha.”*<sup>1262</sup>

A outra indicação é um poema republicado de um periódico de Campos, ao qual o *Arauto de Minas* acrescenta um comentário indicativo de que o mesmo valia para São João del-Rei e a *Situação*:

*“Quando vires meus leitores  
Um jornal feito pasquim  
Digam logo aos seus botões  
Este bicho é manequim.*

*E mormente s'estiver  
Confiado e um borracheira  
Temos ai bico d'obra,  
Pois há grossa ladroeira.*

*Ele é negro sem caráter  
Ousado provocador,  
Que não se mira primeiro  
E é do pasquim redator.*

*Corrido de S. Fidelis,  
Para aqui veio aportar;  
E tantas tem ele feito,  
Que começou a apanhar.*

*Não é de balde leitores  
Que lhe meteram o chicote,  
E foi o Doutor Lamar,  
Que não é o D. Quixote.*

*Há coisas tão parecidas!”*<sup>1263</sup>

Depois desses incidentes, Francisco de Paula Pinheiro desapareceu das páginas do *Arauto de Minas*, assim como a *Situação*. Em outras palavras, o objetivo final foi alcançado, a folha adversária estava fora de combate. Nas eleições municipais de 1880, os “*liberais*” assinaram uma carta endereçada a importantes chefes nacionais do “*partido liberal*”, reclamando das violências que atribuíam aos “*conservadores*”. O nome de Francisco de Paula Pinheiro não está na lista de assinantes, indicando que também estava distanciado do partido, e talvez da cidade. Voltaria, conforme vimos no capítulo sobre a crise política de 1884, continuando no “*partido liberal*” até a queda do gabinete Ouro Preto em 1889.

<sup>1262</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 8 de Fevereiro de 1880. Ano III. Número 43.

<sup>1263</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 4 de Outubro de 1879. Ano III. Número 26.

## Severiano Nunes Cardozo de Rezende e colaboradores

Durante o Império, dois periódicos de São João del-Rei chegaram a circular por mais de uma década, o *Astro de Minas* entre 1827 e 1839 e o *Arauto de Minas* entre 1877 e 1889, mas esse último, folha do “*partido conservador*” que foi nossa mais rica fonte, foi encabeçado por todo esse tempo por um só redator. A trajetória de Severiano é ilustrativa das vantagens e desvantagens de encabeçar uma folha periódica. Nasceu em 1847, estudou Humanidades no Colégio do Caraça, tornou-se professor, advogado provisionado e escritor. Durante o período da Guerra do Paraguai, quando até os guardas nacionais foram enviados para o sul, Severiano Nunes fez parte da famosa “*guarda-cívica*” que cumpria as funções de polícia, conforme ele mesmo veio a explicar ao tratar de uma fuga de presos:

*“Acresce ainda que as portas da enxovia dão para um saguão, onde sempre está postada uma sentinela, cujo cuidado é velar toda a noite inspecionando as prisões e fazendo que o plantão da enxovia conserve aceso o lampião. Fazendo parte da guarda-cívica, que há anos existiu nesta cidade, tivemos ocasião de ocupar esse posto e conhecemos da necessidade de guardas nesse saguão...”*<sup>1264</sup>

O poeta Margarida, um trabalhador rural de Mar d’Espanha que publicava livros de poesias e vez que outra fazia apresentações públicas, dizia de Severiano que “*É moço forte e robusto*”<sup>1265</sup>, “*Que aconselha ao povo incauto; Veneração a seu rei*”<sup>1266</sup>. Também uma propaganda eleitoral publicada em folha adversária dos “*casquados*” diria que “*O Sr. Severiano de Rezende é moço, e trabalhador (...) A prova da nossa asserção está no esforço patriótico com que tem sustentado há 5 anos o Arauto de Minas, folha que é o refugio da pobreza oprimida*”.<sup>1267</sup>

O próprio Severiano de Rezende nos informou que iniciou sua militância política em 1868, ao pedir votos para as eleições de 1881. Seria um “*filho do povo*” que “*há 14 anos (tantos são os de minha vida pública) concorro aos comícios eleitorais, pugnando pelas idéias que sustentam a religião e o trono.*”<sup>1268</sup> Sendo membro do “*partido conservador*”, não precisamos informar de sua admiração pelos nomes históricos desse partido, a exemplo de Bernardo Pereira de Vasconcellos, mas na qualidade confessa de defensor do trono, é no

<sup>1264</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 12 de Setembro de 1878. Ano II. Número 24.

<sup>1265</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 3 de Setembro de 1881. Ano V. Número 25.

<sup>1266</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 3 de Setembro de 1881. Ano V. Número 25.

<sup>1267</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 21 de Janeiro de 1882. Ano V. Número 45.

<sup>1268</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 18 de Setembro de 1881. Ano V. Número 27.

mínimo estranhável a admiração que tinha pelo republicano Quintino Bocaiúva<sup>1269</sup>, ao contrário de Saldanha Marinho, a quem detestava.

Talvez isso nos ajude a entender por que, proclamada a República, tornou-se logo republicano, mas nunca deixou de defender a Igreja Romana. Era irmão da Ordem Terceira da Senhora do Monte do Carmo, da qual, em 1881, era Secretário. Tinha ao menos um irmão<sup>1270</sup> e um tio na carreira religiosa, e seu próprio filho foi enviado para o Seminário. Chegou mesmo a escrever um drama sacro, *A Virgem Mártir de Santarém*.

Aliás, gostava bastante de escrever, dando notícias de detalhes de tudo, proseando, tratando as palavras, não só em português, mas também em latim, de que também era professor. A quantidade de informações em uma só folha do *Arauto de Minas* confirma esse apego ao papel e à pena. As opiniões dessa folha eram da lavra de Severiano, como notamos pelo aviso de que “*Não damos hoje artigo de fundo por ter estado incomodado o Redator desta folha.*”<sup>1271</sup>

Em diferentes momentos, nota-se seu gosto pelos estilos românticos, e ao explicar o nome *Arauto*, Severiano nos informa sobre sua concepção a respeito de seu próprio papel, se substituirmos arauto por redator e soberano por partido:

*“Os ingleses, que receberam este officio dos alemães, e que depois o transmitiram a Portugal, juntamente com os dos outros officiais da armaria, chamam-lhe herald. E portanto, esta a etimologia do nome de arauto, que entre nós se lhe deu logo que tais officiais foram admitidos por el-rei D. João I. O arauto é o segundo dos officiais da armaria, entre o rei d’armas e o passavante. Além de acompanharem os soberanos em todos os atos solenes da corte, juntamente com os reis d’armas e passavantes, exerciam variadíssimas funções, como embaixadores, junto dos exércitos, e na qualidade de officiais de cavalaria. Consistiam as primeiras em ir declarar a guerra ou proclamar a paz nas cortes estrangeiras e levar mensagens, públicas ou secretas, de um para outro monarca. Desempenhavam as segundas, anunciando aos capitães e cavalheiros o dia destinado pelo rei ou general para o combate; caminhando nas marchas dos exércitos, junto do estandarte real; procurando subir a um lugar elevado, logo que principiava a batalha, para observar os que mais se distinguiam por seu valor, a fim de referir a el-rei os seus nomes; depois da batalha, levantando e recolhendo as bandeiras que estivessem no campo; contando os mortos; diligenciando fazer troca de prisioneiros; presidindo à distribuição dos despojos e das recompensas; indo intimar as praças fortes para se renderem; publicando pelas principais terras do país os vitórias obtidas, e levando tais notícias aos soberanos amigos.”*<sup>1272</sup>

<sup>1269</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 6 de Fevereiro de 1882. Ano V. Número 47.

<sup>1270</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 23 de Maio de 1879. Ano III. Número 12.

<sup>1271</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 24 de Outubro de 1878. Ano II. Número 29.

<sup>1272</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 25 de Março de 1877. Ano I. Número 3.

Por vários números foram publicadas informações sobre a função de um arauto, e depois de publicar o juramento medieval dos arautos aos reis, o *Arauto* dos “conservadores” de São João del-Rei concluía esperançosamente:

*“Em razão de tão importantes funções, gozavam os arautos de grande imunidade na guerra, sendo recebidos e despedidos do arraial inimigo ou da corte estrangeira com toda a cortesia e solenidade.”*<sup>1273</sup>

Mera ilusão, imunidade era o que os redatores de uma folha não podiam esperar. Os “liberais” começaram por provocar Severiano, que assim respondeu:

*“Não incomodam ao redator deste periódico os duetos com que o mimoseiam; (...) Pensam os bobos de comédia que o qualificativo de filho do continuo foi uma grande arma para deprimi-lo!”*<sup>1274</sup>

Seu pai era José Nunes Cardoso, contínuo da Secretaria de Polícia de Minas, que fora um rico comerciante.<sup>1275</sup> Esse tipo de ataque logo pareceria brando e inócuo, pois os “chimangos” passariam a pedir ao governo a demissão<sup>1276</sup> de Severiano do cargo de professor do Externato:

*“Em um dos números da gazeta liberal que se publica nesta cidade em detrimento dos bons costumes e com grave ofensa do decoro público, vem inserta uma asnática denuncia, em que o orelhudo autor pede que o professor vitalício da cadeira de português do externato, aqui existente, seja demitido, removido, e quando nenhum destes expedientes consiga vingar... seja ao menos enforcado!”*<sup>1277</sup>

Os “liberais” baseavam-se no artigo 104 do regulamento número 70 de 16 de Março de 1874, que previa o que hoje chamamos de dedicação exclusiva, nos seguintes termos: “Os professores públicos, fora das horas de ensino, não poderão ocupar-se de negócios estranhos à sua profissão, sem licença dos inspetores das respectivas comarcas e aprovação do inspetor geral.”<sup>1278</sup>

O *Arauto* continua “E é unicamente por concedermos que não seja obra de má fé,

<sup>1273</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 21 de Abril de 1877. Ano I. Número 7.

<sup>1274</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 23 de Junho de 1878. Ano II. Número 14.

<sup>1275</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 23 de Junho de 1878. Ano II. Número 14.

<sup>1276</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 1 de Julho de 1878. Ano II. Número 15.

<sup>1277</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Janeiro de 1879. Ano II. Número 39.

<sup>1278</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Janeiro de 1879. Ano II. Número 39.

*que vamos praticar a caridade de esclarecer um ignorante. (...) pobre de espírito, que teve o mal gosto de deixar alguma enxada viúva para vir representar papel ridículo na imprensa.”*

<sup>1279</sup> O esclarecimento era que a proibição era para negócios lucrativos, enquanto a imprensa seria uma atividade literária, política e sem fins lucrativos<sup>1280</sup>. O que Severiano ganharia seria somente devido ao aluguel da parte de baixo de sua casa para as oficinas do *Arauto*, e não haveria lei que proibisse a um professor alugar qualquer imóvel<sup>1281</sup>. Entre os argumentos técnicos e legais, o *Arauto de Minas* incluiu uma frase politizada, “*Um professor deve ser demitido porque é político! Eis uma enormidade, que só poderia ser escrita em uma terra, onde o obscurantismo assentou os seus quartéis.*”<sup>1282</sup> Em seguida, o *Arauto de Minas* externa sua opinião de que Severiano não poderia ser demitido:

*“Os regulamentos não fulminam pena alguma contra professores, que externam idéias políticas e seriam bestiais se o fizessem.*

*A demissão de professores vitalícios depende de processo; a remoção só é determinada em casos especialíssimos e com audiência dos interessados.*

*Ouvi mais: por muito desmoralizado que seja um governo, conhece sempre que não se mete impunemente mãos sacrílegas à liberdade de imprensa.”*<sup>1283</sup>

De fato, o redator no *Arauto de Minas* não foi demitido pelos “*chimangos*”, que em outros casos descumpriam as leis e “*derrubavam*” sem dó. Ou bem Severiano tinha fortes aliados mesmo entre os governantes “*liberais*”, ou poupar esse empregado público em especial foi uma necessidade política dada a força do *Arauto de Minas*. Mas a lei de que a demissão de professores vitalícios dependia de processo, com audiência dos interessados, não era cumprida nem por “*casquados*”, nem por “*chimangos*”.

Em toda essa pesquisa percebemos o quanto as folhas estavam envolvidas com as eleições. Os redatores portanto não ficavam imunes nesses períodos. Já nas eleições de 1878, uma das que estudamos no quinto capítulo, a tropa, sob comando “*liberal*”, para derrotar os “*casquados*”, cercou a casa de Severiano, impedindo-o de assumir a presidência da mesa eleitoral. É patética a situação descrita pelo próprio Severiano ao seu correligionário que legalmente devia substituí-lo:

*“Ilm. Sr. Acha-se a minha casa cercada, de todos os lados, por numerosa*

<sup>1279</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Janeiro de 1879. Ano II. Número 39.

<sup>1280</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Janeiro de 1879. Ano II. Número 39.

<sup>1281</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Janeiro de 1879. Ano II. Número 39.

<sup>1282</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Janeiro de 1879. Ano II. Número 39.

<sup>1283</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Janeiro de 1879. Ano II. Número 39.



*soldadesca toda armada e de baionetas caladas, que traz ordens de, a todo custo, impedir-me de sair. Acabo também de receber um mandado de busca completa e rigorosa nas oficinas do Arauto de Minas e no resto da casa em que residio com a minha família, busca esta ordenada pelo Delegado de Polícia, sob os mais fúteis pretextos; além portanto de não poder por intimação da força pública sair de minha residência para dar começo aos trabalhos eleitorais, preciso estar junto a minha família que se vê ameaçada dos mais atrozes insultos e dos mais afrontosos desacatos. Avista disto pois convido a V. S. para ocupar a Presidência do Mesa Paroquial, por não achar-se nesta Cidade, o meu primeiro substituto. S. João del-Rei, 5 de Agosto de 1878 (as 10 horas da manhã). Ilmo Sr. Tenente José Maximiano Carneiro. O Presidente da Mesa Paroquial. – Severiano Nunes Cardozo de Rezende.”<sup>1284</sup>*

Esse incidente não destoava das outras notícias que temos sobre eleições, mas para a história de Severiano de Rezende teve um significado especial, por diferentes motivos. Dentro do “partido conservador” tornou-se mais conhecido e respeitado, praticamente sendo reconhecido como chefe. Em São João del-Rei iniciou uma fase de duros ataques aos responsáveis diretos pelo feito militar eleitoral, ambos indicados pelo governo, o delegado Assis e o comandante da Força Pública, capitão Alvarenga. Este último, quando demitido de seu posto, por motivos que são em si a polêmica, cometeu suicídio. A versão do *Arauto de Minas* a respeito, enfurecendo a família do capitão, era que o chefe da família Alvarenga não tinha condições de prestar contas em Ouro Preto, e não conseguiu nenhum empréstimo de seus correligionários. Em resumo, a culpa do suicídio seria do “partido liberal”. A versão da família Alvarenga era outra, conforme a carta publicada no *Cinco de Janeiro*, que acusava o redator do *Arauto de Minas* Severiano de Rezende de perseguir o capitão Alvarenga até levá-lo ao suicídio, e de ainda tentar usar politicamente a sua morte. Dizia claramente essa acusação que na carta de suicídio o Capitão Bernardo Alvarenga:

*“Disse sim que não se culpasse ninguém por sua morte; pois o tiro foi disparado por ele mesmo; mas o tiro moral da calunia e difamação foi, e todo o mundo o sabe, por Severiano Nunes; e o finado sempre assim se queixou.”*

A partir dessa tragédia as relações entre Severiano, chamado pelos Alvarenga de “traficante”, e os “chimangos” ficaram realmente tensas. O *Arauto* acusou certos “liberais” de pretenderem mesmo atacar sua tipografia:

*“Certo empregado público, que não se presa, constituindo-se tribuno dos Malcos queria, com inconvenientes discursos, por ocasião do falecimento do Cap.*

<sup>1284</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 18 de Agosto de 1878. Ano II. Número 21.

*Alvarenga, provocar um conflito, cujas conseqüências ninguém pode medir... Procurava esse coitado e o grupo de Malcos (intrigantes hipócritas da escola do Pimenta) tirar partido do lamentável acontecimento e especular com ele, atribuindo-nos de falsa fé, para consecução de seus fins contra nós...”<sup>1285</sup>*

Os casos de provocações se sucederam, como o próprio Severiano nos conta:

*“Prevenção. – Prevenimos as pessoas que transitam pela rua Direita desta Cidade que se acautelem ao passarem por baixo das janelas da casa do pio e fervoroso católico; pois já não se limitam a escarnecerem dos transeuntes, - lançam-lhes também imundícias!*

*Algumas pessoas já se têm queixado disto e por nossa vez também fomos vítima no dia 18 do corrente, como o podem atestar os Srs. José Braga e João da Silva. – Se não houver algum corretivo por parte de quem deve corrigir essa gente, tantas provocações e falta de educação levar-nos-ão a requerer um termo de bem viver.”*

<sup>1286</sup>

Ou seja, tinham jogado um balde de fezes sobre o redator do *Arauto de Minas* na rua principal da cidade. Este, ameaçava os agressores de os levar à justiça e obrigá-los a assinar um “*termo de bem viver*”, que só torna a situação mais cômica. Também no seu local de trabalho Severiano teve que sofrer agressões:

*“Provocação – No dia 22 do corrente ao chegar ao Externato o professor de Português, foi assaltado pelo porteiro e continuo daquele estabelecimento que de modo desabrido o desacatou, atirando-lhe injurias.*

*Aquele funcionário desprezou o insulto e levou o ocorrido ao Inspetor da Comarca, que prometeu repreender o ousado subalterno que assim desrespeitava aos seus superiores.*

*O plano está mais que conhecido.*

*Não podendo atacar o professor de Português em relação ao cumprimento de seus deveres procuram irritá-lo com provocações, a ver se conseguem inutilizá-lo.*

*Baldado esforço!...sem ser velho, ele conhecendo as traças, pode repetir: Prudentia senescentis aetatis!*

*Tempo vai... tempo vem...*

*Mais rirá quem rir por último.”<sup>1287</sup>*

No Externato Severiano enfrentava também outros professores “*liberais*”, como Aureliano Pimentel<sup>1288</sup>, Francisco Pinheiro, Pe. Araújo Leite etc. Recorrer à polícia não teria sentido, pois todos os cargos de chefia da mesma eram indicados pelo governo, e diferentes delegados e comandantes da Força Pública dos períodos “*liberais*” tiveram problemas com

<sup>1285</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 24 de Janeiro de 1879. Ano II. Número 40.

<sup>1286</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 24 de Janeiro de 1879. Ano II. Número 40.

<sup>1287</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 28 de Março de 1879. Ano III. Número 4.

<sup>1288</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 20 de novembro de 1879. Ano III. Número 33.

Severiano. Essa provocação publicada no *Situação* é ilustrativa.

“Convite

*O abaixo assinado, comandante do destacamento desta cidade, convida o Sr. Severiano Nunes para assentar praça no corpo policial, podendo garantir ao mesmo que, brevemente será promovido a cabo de esquadra.*

*Pode apresentar-se quando quiser no quartel para se alistar e prestar juramento.*

*S. João del-Rei, 3 de Abril de 1880.*

*O tenente – Elisário A. Fernandes Adão.”*<sup>1289</sup>

A explicação para esse convite era a insistência do *Arauto* em reclamar da falta de trabalho da polícia, uma acusação de incompetência contra os “chimangos”. Quem defendia a tipografia do *Arauto de Minas* e a pele de Severiano de Rezende eram os próprios “cascudos”, como nos explica esse outro incidente:

*“alguns cômicos que tendo sido despedidos da companhia enchem as ruas de pernas, com a barriga na espinhela e sem uma de X no bolso, a fim de se exibirem no carnaval fazendo alusões injuriosas ao partido conservador e a nossa individualidade.*

*De fato ontem a tarde apresentaram-se em publico os soldados pagos, que somente saíram depois de garantir-lhes um da Comandita toda a imunidade para o insulto, fornecendo-lhes outrossim armas e dizendo-lhes que de preferência nos procurassem e depois de uma provocação, se necessário fosse, empregassem a violência; pois que a polícia os protegia.*

*Saiu-lhes o trunfo às avessas e a brincadeira ia custando cara aos tais atores, que não sabem que em terra alheia deve-se andar com pés de lã.*

*Ao chegar o préstito alusivo à rua Municipal foi agredido por um grupo de cidadãos que puseram em debandada os máscaras que na fugida deixaram cair as máscaras e apetrechos, embarafustando por uma casa da rua Direita...”*<sup>1290</sup>

Nessa ocasião, o *Arauto* dos “cascudos” anunciou aos “chimangos” que estava sempre aguardando barulho:

*“Tendo um sujeito sido mordido por um cão, e encontrando em uma ocasião o cão dormindo, atirou-lhe à cabeça uma grande pedra, dizendo:*

*-Quem tem inimigos não dorme.”*<sup>1291</sup>

Ora, toda essa perseguição indica que a posição de um redator era de destaque. Seu, nome, estampado no cabeçalho de cada número, logo se tornava conhecido de todos os envolvidos com política, passava a ser sinônimo, no caso do *Arauto*, de “conservador”.

<sup>1289</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 23 de Maio de 1880. Ano IV. Número 11.

<sup>1290</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 2 de Abril de 1880. Ano IV. Número 5.

<sup>1291</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 2 de Abril de 1880. Ano IV. Número 5.

Podemos, portanto, passar das desvantagens para as vantagens sem mais explicações que esta, na mesma medida em que um redator tornava-se odiado pelos seus adversários, fazia-se admirado pelos seus partidários, ascendia politicamente. Aliás, a relação entre redigir folhas e candidatar-se era de conhecimento público, como percebemos no nosso destaque em negrito desse trecho um tanto longo de um folhetim do *Luzeiro*:

*“Estava eu tranquilamente sentado à minha porta, fumando o meu (ilegível) dos de 20 por um tostão, que é para quanto pôde chegar o dinheiro cá do rapaz, e vendo extasiado passar pela rua esses anjos encarnados, ou antes, demoninhos que são a tentação dos pobres pecadores, e que ao mesmo tempo que nos elevam ao paraíso, nos precipitam ao inferno, e, ainda sob a agradável impressão da passagem de dois demo... digo, anjos, quando me aparece um dos tipógrafos do Luzeiro, com ares de cabo de esquadra, que vem intimar para a revista e cara de poucos amigos, e, perfilando-se em frente, diz-me sem mais preâmbulos:*

- Um artigo.
- O que diz?
- Um artigo, senhor.
- Mas... que artigo?
- Artigo de fundo para o Luzeiro.

*Dei um pulo do assento e queimei a ponta do nariz com o cigarro que me saltou da boca:*

- *Pensa Vmc. que isto é forja de fabricar artigos e artigos e de fundo? Não sabe que não sou político, que não tenho pretensões a uma cadeira de deputado ou senador...*<sup>1292</sup>

O *Arauto de Minas* o diz de forma ainda mais incisiva, ao acusar o ministro Dantas de pretender acabar com as folha pequenas, jogou-lhe à face, “*S. Exa. Que deve sua posição política e social à imprensa, como todos os homens eminentes deste grande país.*<sup>1293</sup>”

De fato, já em 1877, antes de se completar um ano de *Arauto de Minas*, Severiano já aparece como candidato a deputado provincial. Pediu votos inclusive em nome de Bernardo de Vasconcellos, prometendo lutar “*pelos interesses vitais de nossa Província: INSTRUÇÃO E VIAÇÃO PÚBLICA.*”<sup>1294</sup> O Grêmio Conservador, sediado em Ouro Preto, incluiu dois “*conservadores*” de São João del-Rei na chapa para deputados provinciais. Um candidato forte, para ganhar, era o advogado Aureliano Martins de Carvalho Mourão. A candidatura de Severiano era mesmo para apresentar seu nome, que entrava no final da lista.<sup>1295</sup> Aureliano Mourão, então envolvido na criação da Estrada de Ferro Oeste de Minas, ficou em 12º lugar

<sup>1292</sup> *Luzeiro*. São João del-Rei. 8 de Março de 1884. Ano II. Número 18 ou 19.

<sup>1293</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 4 de Junho de 1881. Ano V. Número 13.

<sup>1294</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 25 de Novembro de 1877. Ano I. Número 38.

<sup>1295</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 11 de Fevereiro de 1878. Ano I. Número 49.

na Província, com 726 votos de eleitores, e Severiano ficou em 56 ° lugar, com 201 votos<sup>1296</sup>. O governo “*casculo*” cairia nesse mesmo ano, e novas eleições seriam convocadas tanto para a Câmara dos Deputados quanto para a Assembléia Provincial.

Em 1879, havendo novas eleições provinciais, Severiano de Rezende foi o único candidato “*casculo*” indicado para São João del-Rei pela direção do seu partido. O “*partido conservador*” agora era oposição, mas sua derrota estava decidida não por isso, e sim por que os eleitores já estavam contados. Nessa época, antes da reforma eleitoral de 1881, primeiro aconteciam as eleições de eleitores em toda a Província, que no caso já tinham acontecido em 1878, quando a tipografia do *Arauto* foi cercada, precedendo a eleição de deputados gerais. A derrota do “*partido conservador*” portanto já era certa, pois os eleitores eleitos pelos votantes eram na maioria “*liberais*”. Cada eleitor, na Província inteira, votava em uma lista com dois terços do total das vagas. De fato, ser incluído na chapa oficial de um partido era muito importante nessas circunstâncias, pois os nomes das listas partidárias recebiam votos na Província inteira, de gente que quase todos os integrantes das listas nunca tinham visto, a quem nunca tinham pedido votos ou feito qualquer propaganda. Assim, uma lista de votos de Severiano nessas eleições seria na verdade quase uma lista dos eleitores “*casculos*”, nos informando pouco de sua real influência. Mesmo assim é possível perceber, por exemplo, que os “*conservadores*” de Juiz de Fora não deram um voto a Severiano<sup>1297</sup>, deixando-o no terço da lista que não recebia votos. O mesmo devemos dizer de Bom Sucesso<sup>1298</sup>. Em São João del-Rei, todos os candidatos da lista conservadora tiveram 14 votos<sup>1299</sup>.

Acontecida a reforma eleitoral de 1881, na qual o *Arauto de Minas* bateu o quanto pode, Severiano candidatou-se e começou a ver vantagens na nova lei:

“...a nova lei eleitoral que, criando pequenas circunscrições, pos os candidatos em contato com os eleitores, hoje vitalícios e não dependendo seu título de conluios de mandões...”<sup>1300</sup>

Debatemos essa reforma eleitoral, portanto já sabemos que fazer parte da lista oficial, sobretudo tratando-se de obter votos “*casculos*”, continuou importante, mas a influência local do candidato destacou-se.

A influência de Severiano de Rezende andara crescendo. Já vimos que foi também

<sup>1296</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Março de 1878. Ano II. Número 3.

<sup>1297</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 16 de Dezembro de 1879. Ano III. Número 36.

<sup>1298</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 6 de Dezembro de 1879. Ano III. Número 35.

<sup>1299</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 6 de Dezembro de 1879. Ano III. Número 35.

<sup>1300</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 18 de Setembro de 1881. Ano V. Número 27.

em 1881 que ele apareceu como Secretário da Ordem Terceira da Senhora do Carmo. Nas eleições desse ano, recebeu apoio até da *Gazeta de Pouso Alegre*<sup>1301</sup>, que não fazia parte do 6º distrito. Os “*conservadores*” de Bom Sucesso, que nas eleições de 1879 tinham substituído seu nome por outro na lista de provinciais, agora lhe prometiam apoio<sup>1302</sup>. Como nenhum dos candidatos obteve mais de 50% dos votos, sendo duas vagas para o 6º distrito, foram para segundo turno quatro candidatos, os dois “*casquados*” e os dois “*chimangos*”. Esse segundo turno, acontecido já em Janeiro de 1882, foi ocasião de uma briga interna do “*partido liberal*” e da folha *Tribuna do Povo* e o pivô foi Severiano. Por fim, ele e o “*liberal*” e futuro chefe republicano João Luiz de Campos, de Prados, foram eleitos. Iniciava-se a carreira política oficial de Severiano de Rezende, que seria também deputado geral, presidente da Assembléia Provincial, vereador, Agente Executivo Municipal e senador no Senado mineiro já durante a República.

O *Arauto de Minas* nos informa até sobre as viagens de Severiano de Rezende, e percebemos que elas por vezes tinham relações com as eleições e a vida política. Por exemplo, percebemos que antes de suas primeiras candidaturas, o redator do *Arauto* precisou fazer viagens a Ouro Preto. O *S. Joanense*, em seu número 29 do seu ano I, de 12 de Agosto de 1876, observava as viagens dos candidatos a candidatos do “*partido conservador*”, às capitais, com o objetivo de entrar na lista oficial desse partido:

*“o que está divertido é ver a contradança em que ele anda com o Sr. Balbino, quando um vai para Ouro Preto o outro vai para o Rio e vice-versa. Isto prova que desta vez as designações estão mais difíceis.”*

As viagens de Severiano nos informam isso mesmo, que aliás não é algo assim tão estranho, visto que na República, inclusive na Constituição de 1988, esse procedimento tornou-se a própria lei, sendo os candidatos escolhidos pelas Convenções. Não existiam Convenções oficiais para escolher os candidatos dos partidos monárquicos, e tudo indica que os chefes políticos é que escolhiam os candidatos. É muito mais provável que Severiano se dirigisse a Ouro Preto para entrevistar-se com seus chefes do que para alguma grande reunião, porém, como todos os círculos, de todos os distritos eleitorais, de ambos os partidos, se pretendessem influenciar a confecção da lista, precisavam enviar membros à capital, é certo que ao menos informalmente aconteciam reuniões desses partidos. Ademais, essas viagens

<sup>1301</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 22 de Outubro de 1881. Ano V. Número 32.

<sup>1302</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 24 de Dezembro de 1881. Ano V. Número 41.

demoravam semanas, nas quais Severiano freqüentava as redações das folhas “*cascudas*” de Ouro Preto, como deviam fazer seus correligionários de diferentes regiões da Província.

Em cinco anos, registramos seis viagens de Severiano. Logo a primeira entre o final de Setembro<sup>1303</sup> e o final de Outubro de 1877<sup>1304</sup>, foi para Ouro Preto às vésperas de eleições para deputado provincial, tendo sido então incluído na lista de candidatos de seu partido. O que o *Arauto de Minas* informou a respeito, porém, é que Severiano foi participar na banca dos exames gerais<sup>1305</sup>.

A segunda viagem que encontramos, foi com destino a Rio Novo, Mar de Espanha e Leopoldina<sup>1306</sup>, ou seja, na direção dos cafezais. Ao retornar, Severiano vangloriou-se de ter feito 156 novas assinaturas do *Arauto de Minas*<sup>1307</sup>. Essa viagem arrastou-se entre 18 de Dezembro de 1878 e 10 de Janeiro de 1879<sup>1308</sup>.

Em 1879, esperava-se a dissolução da Assembléia Legislativa Provincial, e convocação de novas eleições, pois os “*chimangos*” tinham formado um Gabinete e os “*cascudos*” passado à oposição. Vimos que dessa vez Severiano foi o único candidato “*conservador*” de São João del-Rei. Antes, passou o mês de Junho em Ouro Preto<sup>1309</sup>, escolhendo essa data também por que seu irmão celebraria por lá a sua primeira missa<sup>1310</sup>. Durante esse mês esteve em contato direto com as lideranças de seu partido naquela capital:

*“agradecimentos aos nossos ilustrados e distintos colegas da Província de Minas, Mosaico e Contribuinte, folhas importantes que se publicam na Capital, pelo bom acolhimento que prestaram ao Redator do Arauto e a sua família, distinguindo-o de uma maneira tão honrosa e que o penhorou.”*<sup>1311</sup>

A *Província de Minas* era redigida por ninguém menos que Xavier da Veiga, historiador e prestigiosa liderança “*cascuda*”, ou seja, Severiano ficou em Ouro Preto em prolongado contato com a direção provincial do “*partido conservador*”, ou como se denominava, o Grêmio Conservador. Na época mesmo dessas eleições, não sabemos se para cabalar votos ou para fugir à tensão eleitoral de São João del-Rei, Severiano viajou

<sup>1303</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 30 de Setembro de 1877. Ano I. Número 30.

<sup>1304</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 28 de Outubro de 1877. Ano I. Número 34.

<sup>1305</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 14 de Outubro de 1877. Ano I. Número 32.

<sup>1306</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 23 de Dezembro de 1878. Ano II. Número 37.

<sup>1307</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Janeiro de 1879. Ano II. Número 39.

<sup>1308</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Janeiro de 1879. Ano II. Número 39.

<sup>1309</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 9 de Julho de 1879. Ano III. Número 14.

<sup>1310</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 9 de Julho de 1879. Ano III. Número 14.

<sup>1311</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 9 de Julho de 1879. Ano III. Número 14.

novamente, com o irmão e outro padre<sup>1312</sup>, em direção aos cafezais. Retornou somente um mês depois, terminadas as eleições e já divulgada e comemorada a esperada vitória “*liberal*”<sup>1313</sup>. Dessa vez, comemorando ainda mais novas assinaturas:

“*Novos assinantes. Por intermédio do redator desta folha se inscreveram mais 242 assinantes, subindo atualmente a tiragem a 1.500 exemplares.*”<sup>1314</sup>

Ainda em 1880, temos outra viagem de Severiano para Ouro Preto, onde residia seu pai:

“*No dia 26 do corrente partiu para a Capital o nosso estimável amigo Sr. Severiano de Rezende, redator deste periódico, em companhia de seu digno irmão o Rvdm., Sr. Padre José Nunes Cardozo de Rezende.*”<sup>1315</sup>

As folhas “*casquadas*” de Ouro Preto noticiaram a estadia de Severiano por lá.<sup>1316</sup> Dia 10 de Outubro já estava de volta Severiano à redação.<sup>1317</sup> A sexta viagem que encontramos aconteceu durante as eleições em que foi eleito deputado provincial, mas o *Arauto* não nos deu sobre ela maiores informações.<sup>1318</sup> Comparando-se o calendário das eleições com os das viagens, nota-se que Severiano não precisou viajar para Ouro Preto nas vésperas das eleições de 1881, o que é um tênue indicativo da queda do prestígio do Grêmio Conservador, a quem no entanto o *Arauto* ainda defendia com unhas e dentes.

Nessas eleições, Severiano de Rezende tornou-se deputado provincial, o que significou a imediata ampliação das oficinas, com a aquisição de novos maquinários que permitiam uma folha maior. A política de Severiano foi sempre ligada à imprensa. Manteria o *Arauto de Minas* até o final de 1889, e depois seria dono e colaborador de outras folhas, como a *Renascença*.

Outras folhas nos deram mais informações sobre Severiano. O *S. João del-Rei*, cujo dono era um Alvarenga e cujo redator era Francisco de Paula Pinheiro, acusava Severiano, a quem chamava de “*Virgem Mártir de Santarém*”, de nunca ter feito concurso para professor da Escola Normal. Como presidente da Assembléia Provincial, Severiano teria impedido a entrada de assistentes na galeria, e permitido a entrada da tropa.

<sup>1312</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 16 de Dezembro de 1879. Ano III. Número 36.

<sup>1313</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 18 de Janeiro de 1880. Ano III. Número 40.

<sup>1314</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 18 de Janeiro de 1880. Ano III. Número 40.

<sup>1315</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 30 de Outubro de 1880. Ano IV. Número 32.

<sup>1316</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 19 de Outubro de 1880. Ano IV. Número 33.

<sup>1317</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 18 de Novembro de 1880. Ano IV. Número 34.

<sup>1318</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 28 de Janeiro de 1882. Ano V. Número 46.



a ) Os “colaboradores”

O trabalho do redator do *Arauto de Minas* não era solitário. A redação de seus artigos podia ser individual, mas a produção de cada número do *Arauto de Minas* envolvia diversas pessoas, os “Colaboradores - Diversos”<sup>1319</sup>, tipógrafos e encarregados da administração. Iniciemos pelos que colaboravam na redação propriamente dita:

*“Durante a temporária ausência do redator do Arauto acham-se encarregados dos trabalhos respectivos o Dr. Balbino da Cunha e o Sr. Modesto de Paiva.”*<sup>1320</sup>

Por essa frase percebemos, primeiro que por mais importância que tivesse seu redator, o *Arauto de Minas* continuava existindo sem ele, era uma coletividade encabeçada por Severiano, não uma obra sua como a peça de teatro que compôs. Em segundo, que Balbino da Cunha e Modesto de Paiva, dois importantes chefes “conservadores” da cidade, eram colaboradores na redação dessa folha, pois não poderiam manter o periódico, quase sem deixar o leitor perceber a ausência do redator, se não tivessem essa prática. Conclui-se também que as funções de cabeça de partido e redator de folha se sobrepunham com frequência. Para complicar as coisas, temos a obrigação de explicar que ainda mais pessoas podiam colaborar frequentemente com a redação. Os dois nomes citados, que em nome do “partido conservador” ocuparam diversos cargos públicos, são somente os que oficialmente passaram a responder pela redação do *Arauto* na ausência de Severiano. Só encontramos um caso de “correspondente” do *Arauto de Minas*, Ruy Bias, de São José,<sup>1321</sup> militante “cascudo”.

Outra função que esteve a cargo de “colaboradores” foi a administração empresarial do periódico:

*“Expediente  
A parte administrativa e industrial desta folha acha-se a cargo do nosso amigo Sr. José Alves Moreira da Rocha.”*<sup>1322</sup>

Tratava-se de um “cascudo” como Antônio Francisco de Paula, que em viagem para a

<sup>1319</sup> *Arauto de Minas*. São João del-Rei, 8 de março de 1877. Número 1. Ano 1.

<sup>1320</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 30 de Outubro de 1880. Ano IV. Número 32.

<sup>1321</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 27 de Abril de 1879. Ano III. Número 8.

<sup>1322</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 26 de Maio de 1878. Ano II. Número 12.

Mata foi encarregado de fazer e cobrar assinaturas<sup>1323</sup>.

Os tipógrafos eram empregados da tipografia, mas também se envolviam com a política da folha, e em alguns casos eram verdadeiros “colaboradores”. Temos informações sobre alguns. Antonio Patrício de Paulo Fonseca era, segundo o *Arauto*, um “já bem conhecido tipógrafo ouro-pretano”<sup>1324</sup>. Em Julho de 1879, um “Expediente”<sup>1325</sup> revelaria a verdadeira magnitude de seu papel dentro da tipografia:

*“Não podendo por meus afazeres continuar na administração desta folha, passa ela à gerência do respectivo editor Sr. Antônio Patrício de Paula Fonseca..  
S. João del-Rei, 28 de Julho de 1879.  
José Alves M. da Rocha.”*<sup>1326</sup>

Os adversários também reconheciam que os tipógrafos eram mais que simples empregados, e certamente viam no senhor Antonio Patrício um “cascudo”, pois o injuriavam:

*“Por vezes um empregado nosso foi vítima, passando por baixo das janelas da casa do famoso Rodin, de zombarias, escarneos, ditos espirituosos etc (...) porém na última sexta-feira de novo insultado não pode conter-se e reagiu, exortando em termos enérgicos, porém convenientes, o mau proceder de quem quer que procuravam expô-lo ao ridículo.”*<sup>1327</sup>

Outro tipógrafo, João Luiz Gonzaga Baptista Lopes chegou a ser enviado em viagem com a função de cobrar e fazer assinaturas:

*“Nesse dia também seguiu para o mesmo fim com destino a Juiz de Fora, Rio Preto e Valença o sr. João Luiz Gonzaga Baptista Lopes, empregado das nossas oficinas.”*<sup>1328</sup>

De outro tipógrafo, Antonio Augusto das Dores, sabemos que morou na casa de Severiano até mudar-se para Ouro Preto<sup>1329</sup>. Contudo, mais tipógrafos trabalharam na mesma oficina, e nem sempre tiveram com Severiano relações tão filiais. Ernesto Augusto de Mello, por exemplo, deixou a tipografia do *Arauto de Minas* em 1877<sup>1330</sup>, passou a colaborar com as

<sup>1323</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Dezembro de 1880. Ano IV. Número 38.

<sup>1324</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 5 de Agosto de 1878. Ano II. Número 20.

<sup>1325</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Julho de 1879. Ano III. Número 17.

<sup>1326</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 31 de Julho de 1879. Ano III. Número 17.

<sup>1327</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 20 de novembro de 1879. Ano III. Número 33.

<sup>1328</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 17 de Dezembro de 1880. Ano IV. Número 38.

<sup>1329</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 6 de Maio de 1880. Ano IV. Número 9.

<sup>1330</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 5 de Maio de 1877. Ano I. Número 9.

folhas “*liberais*”, até brigar com elas também, como fez com a *Situação* e a *Tribuna do Povo*, e mudou-se para Juiz de Fora, não sem antes promover um Carnaval durante a páscoa e aproveitar a ocasião para arregimentar um grupo de mascarados para atacar a tipografia do *Arauto de Minas*. Pouco sabemos desse tipógrafo, que também foi ator. Em 1889 encontramos uma folha republicana de Juiz de Fora cujo dono era um Augusto de Mello.

Além do pessoal que trabalhava na tipografia, escrevendo, imprimindo, organizando a correspondência, recebendo anúncios e informações, a sede de um jornal recebia diferentes outras pessoas por diversos motivos, desde visitas políticas até compradores de coisas e pessoas anunciadas pela folha. Muita gente devia ir a tipografia a toa, para ler as centenas de folhas que chegavam por permuta de todos os cantos do país, ou só para bisbilhotar, como indica essa reclamação, publicada pelo *Arauto* em uma lista de coisas insuportáveis<sup>1331</sup>:

“- Entrar numa tipografia e olhar para os originais.”<sup>1332</sup>

---

<sup>1331</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 18 de Março de 1880. Ano IV. Número 3.

<sup>1332</sup> *O Arauto de Minas*. São João del-Rei. 18 de Março de 1880. Ano IV. Número 3.

Jorge Rodrigues e José Braga

Os dois redatores d'*O Domingo* foram José Braga e Jorge Rodrigues. A seu próprio respeito, no primeiro número, disseram que:

*“Pela redação composta de dois legionários de idéias políticas diametralmente opostas, - vê-se claramente que o nosso jornal não tomará a defesa do programa de qualquer desses dois partidos militantes, que mantêm entre nós uma luta singular e tão pouco atraente.”*<sup>1333</sup>

José Braga era de São João del-Rei, e Jorge Rodrigues de Vitória, Espírito Santo. Encontramos versos deste último em um *Arauto de Minas* de 1884<sup>1334</sup>, mas sua chegada para morar na cidade foi anunciada pelo *Luzeiro* de 14 de Janeiro de 1885, número 14 do ano III. O motivo dessa mudança de residência, comum a muitos dos que migravam para São João del-Rei, foi a doença da esposa de Jorge Rodrigues que deveria ser beneficiada pelo clima dessa cidade. O *Luzeiro* afirmou que já era um poeta conhecido, sobretudo por sua obra *As Fugitivas*.

No dia 20 de Setembro de 1885, Jorge Rodrigues e José Braga publicaram o primeiro número d'*O Domingo*<sup>1335</sup>. Não devia ser uma empresa lucrativa, pois Jorge Rodrigues anunciou um “*externato particular*”<sup>1336</sup> para o curso preparatório, e em Fevereiro de 1886 foi indicado professor da Escola Normal<sup>1337</sup>. Além dessas provas de que precisava de outras formas de renda, temos as declarações da própria folha, de que “*entre nós os trabalhos tipográfico são muito caros.*”<sup>1338</sup> E quando um promotor ameaçou multar o *Domingo* por não lhe enviar exemplares, fez graça com o valor da multa, de trinta mil-réis, “*30\$! Justamente quanto a nossa burra possui... em dívidas.*”<sup>1339</sup>

Apesar de não ser empresa lucrativa, o *Domingo* estava fazendo sucesso. A não ser que fosse propaganda da própria folha, este era indicado pelo anúncio repetido várias vezes, “*Compram-se os números 2, 3, 4 e 5 desde jornal. Paga-se bem.*”<sup>1340</sup>

Porém, assim como nasceu, morreu ligado aos amores de Jorge Rodrigues, que no

<sup>1333</sup> *O Domingo*. São João del-Rei. 20 de Setembro de 1885. Ano I. Número 1. Biblioteca Municipal B. C. d’A.

<sup>1334</sup> *Arauto de Minas*. São João del-Rei. 10 de Janeiro de 1884. Ano VII. Número 38. Arquivo do Iphan.

<sup>1335</sup> *O Domingo*. São João del-Rei. 20 de Setembro de 1885. Ano I. Número 1. Biblioteca Municipal B. C. d’A.

<sup>1336</sup> *S. João D’El Rei*. São João del-Rei. 15 de Dezembro de 1885. N.1. Iphan.

<sup>1337</sup> *S. João D’El Rei*. São João del-Rei. 17 de Fevereiro de 1886. Ano I. Número 9. Iphan.

<sup>1338</sup> *O Domingo*. São João del-Rei. 13 de Novembro de 1885. Ano I. Número 9. Biblioteca Municipal B. C. d’A.

<sup>1339</sup> *O Domingo*. São João del-Rei. 20 de Dezembro de 1885. Ano I. Número 14. Biblioteca Municipal B. C. d’A.

<sup>1340</sup> *O Domingo*. São João del-Rei. 29 de Novembro de 1885. Ano I. Número 11. Biblioteca Municipal B. C. d’A.

início de 1886 perdeu a esposa.<sup>1341</sup> O último número que temos d'*O Domingo* é o 23 do Ano I, de 21 de Fevereiro de 1886. O próprio Manoel Jorge Rodrigues viajou em Junho desse ano para Vitória, Espírito Santo, onde residia sua família, para recuperar-se da perda da esposa, mas não se recuperou e veio a falecer pouco depois de chegar de volta a sua terra:

*“De colaboração com o nosso conterrâneo José Braga, fundou ele nesta cidade O Domingo, única folha exclusivamente literária que apareceu na província, convindo notar-se que mui poucas empresas neste gênero se têm aproximado tanto, como esta, da completa realização de seu desideratum. A fatalidade porém, não permitiu que tão louvável quanto útil empresa literária perdurasse!  
A morte da esposa idolatrada abateu dolorosamente o espírito de Jorge Rodrigues, a ponto de impossibilitá-lo de estar como dantes à frente d'O Domingo, cuja existência brilhante dependia da congregação dos esforços de seus redatores.”*<sup>1342</sup>

Devia ser formado ou ter estudado alguns anos da Faculdade de Direito de São Paulo, pois tinha contatos com diversos ex-alunos dessa instituição. Deixou inédito o livro *Manhãs de Estio*<sup>1343</sup>.

De José Braga, sabemos que também era professor, de português e francês<sup>1344</sup>, que morava na rua Direita 33, e que vários meses depois do fim d'*O Domingo* foi escolhido como orador oficial do Clube Comercial Quatro de Julho<sup>1345</sup>. Em 1889, *A Pátria Mineira* nos informou que José Braga tornou-se, em Juiz de Fora, redator e proprietário do *Pharol*<sup>1346</sup>. Em Outubro noticiou que “*O Diario de Minas, de Juiz de Fora, fez fusão com o Pharol que, assim reforçado, prossegue com o mesmo título sob a direção do eminente jornalista José Braga.*”<sup>1347</sup>

<sup>1341</sup> *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 28 de Março de 1886. Ano I. Número 14. Iphan.

<sup>1342</sup> *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 19 de Agosto de 1886. Ano I. Número 27. Iphan.

<sup>1343</sup> *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 19 de Agosto de 1886. Ano I. Número 27. Iphan.

<sup>1344</sup> *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 30 de Setembro de 1886. Ano I. Número 33. Iphan.

<sup>1345</sup> *S. João D'El Rei*. São João del-Rei. 13 de Setembro de 1886. Ano I. Número 31. Iphan.

<sup>1346</sup> *A Pátria Mineira*. São João del-Rei. 22 de Agosto de 1889. Ano I. Número 15. Iphan.

<sup>1347</sup> *A Pátria Mineira*. São João del-Rei. 10 de Outubro de 1889. Ano I. Número 22. Iphan.